JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Arenápolis 4
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Várzea Grande 5
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 8
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 8
Prefeitura Municipal de Acorizal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 12
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 13
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 13
Prefeitura Municipal de Apiacás 164
Prefeitura Municipal de Araguaiana 164
Prefeitura Municipal de Araguainha 165
Prefeitura Municipal de Araputanga 165
Prefeitura Municipal de Aripuanã 167
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 175
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 184
Prefeitura Municipal de Cáceres 184
Prefeitura Municipal de Campinápolis 193
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 193
Prefeitura Municipal de Campo Verde 195
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 195
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 196
Prefeitura Municipal de Canarana 201
Prefeitura Municipal de Carlinda 228
Prefeitura Municipal de Castanheira 229
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 231
Prefeitura Municipal de Colniza 232
Prefeitura Municipal de Confresa 233
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 277
Prefeitura Municipal de Cuiabá 278
Prefeitura Municipal de Curvelândia 278
Prefeitura Municipal de Diamantino 280
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 293
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 294
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 296
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 296
Prefeitura Municipal de Indiavaí 296
Prefeitura Municipal de Itanhangá 297
Prefeitura Municipal de Itiquira 308
Prefeitura Municipal de Jaciara 312
Prefeitura Municipal de Jauru 312
Prefeitura Municipal de Juara 313
Prefeitura Municipal de Juruena 318
Prefeitura Municipal de Juscimeira 319
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 319
Prefeitura Municipal de Matupá 320

Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 326
Prefeitura Municipal de Nobres 327
Prefeitura Municipal de Nortelândia 328
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 352
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 356
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 359
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 359
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 366
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 367
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 368
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 368
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 371
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 372
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 373
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 374
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 379
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 380
Prefeitura Municipal de Paranatinga 385
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 390
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 390
Prefeitura Municipal de Poconé 402
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 402
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 402
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 403
Prefeitura Municipal de Poxoréu 405
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 417
Prefeitura Municipal de Rondolândia 443
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 455
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 456
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 457
Prefeitura Municipal de São José do Povo 463
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 465
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 467
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 469
Prefeitura Municipal de Tabaporã 469
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 485
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 486
Prefeitura Municipal de Tesouro 487
Prefeitura Municipal de União do Sul 487
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 487
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 490
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 501
Prefeitura Municipal de Vila Rica 502

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 014-2017

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 014-2017

OBJETO: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS**.

CONTRATADA: TODAY TOUR VIAGENS E TURISMO

Valor aditado R$ 28.672,37 (Vinte e oito mil seiscentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos)

Cuiabá (MT) 01 de julho de 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2019 - SRP Nº 03/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2019 - SRP Nº 03/2019

TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO (HORA/VOO) EM AVIÃO BIMOTOR COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PASSAGEIROS MAIS O PILOTO, para atender a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. **HOMOLOGA** o presente certame, Pregão Presencial nº 005/2019 SRP 003/2019, tipo menor preço unitário, à empresa **WDA TAXI AEREO LTDA EPP CNPJ N° 00.320.967/0001-50, com o valor global de** R$ 240. 000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) por 60 (Sessenta) Horas Voos.

Cuiabá (MT) 05 de Agosto de 2019.

.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2016

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA AMM, conforme descrito no ANEXO I**, conforme a **Carta Convite nº 003/2016**.

CONTRATADA: MARGUIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CNPJ Nº **09.184.983/0001-38**

CLAUSULA ADITADA: Ficam aditados a clausula 1.2 em **R$ 24.985,30** (Vinte e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), sendo R**$ 12.492,65** (Doze mil quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) para o ano de 2019 R**$ 12.492,65** (Doze mil quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) para o ano de 2020

Cuiabá, 23 de Julho de 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2019 SRP 03/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2019 SRP 03/2019

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO (HORA/VOO) EM AVIÃO BIMOTOR COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 4 (QUATRO) PASSAGEIROS MAIS O PILOTO**, para atender a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. **ADJUDICA** o presente certame, Pregão Presencial nº 005/2019 SRP 003/2019, tipo menor preço unitário, à empresa **WDA TAXI AEREO LTDA EPP CNPJ N° 00.320.967/0001-50**, com o valor global de R$ 240. 000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) por 60 Horas Voo.

Cuiabá (MT) 05 de Agosto de 2019.

Neurilan Fraga

Presidente

LICITAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024-2018

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 024-2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, JARDINAGEM E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS PARA OS PRÉDIOS DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

CONTRATADA: PONTUAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CLAUSULA: A Clausula Segunda do contrato 024/2018 tem seu valor reajustado em **R$ 842,99 (Oitocento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos),** devido a repactuação, conforme convenção coletiva de trabalho, essa repactuação esta prevista na Clausula nona do contrato e visa assegurar o salário mínimo da categoria aos funcionários da prestadora de serviços , passando a um valor mensal de **R$ 20.521,54 (Vinte mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos),** a partir do mês de julho de 2019

VIGÊNCIA: 23/09/2019

Cuiabá (MT) 31 de Julho de 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PORTARIA N.º 013/19

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração de servidor da Câmara Municipal de Vereador de Arenápolis-MT e dá outras providências"

VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS,

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, DA LEI ORGÂNICA, DO REGIMENTO INTERNO, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DO REGIME JURÍDICO ÚNICO E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E

Art. 1º - Fica exonerada a Srª. **BRUNA DANTAS ROCKEMBACK** , do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA PARLAMENTAR, do Poder Legislativo deste Município de Arenápolis-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Vereadores de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2019.

Valdemar Pinheiro dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/19

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 001/19

EXCLUSIVO À MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: "PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ARTIGOS DE HIGIENE, ARTIGOS, UTENSÍLIOS E UTILIDADES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LIMPEZA, DEDETIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO DE USO DOMÉSTICO, VESTUÁRIO, EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS E INSÍGNIAS E EQUIPAMENTOS PARA REFEITÓRIO COPA, COZINHA E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PARA OS SERVIDORES DE SERVIÇOS GERAIS".

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE EXECUÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8.666/93, LEI 10.520/02, DECRETO 5.450/05, DECRETO 7.892/13, DECRETO MUNICIPAL Nº.157/19.

PROCESSO: PROCESSO ADMINISTRATIVO 038/19, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019.

INFORMAÇÕES: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT.

TELEFONE: (65) 3223-1707

E-MAIL: cpl.pregao@caceres.mt.leg.br

HORÁRIO: 07 HORAS ÀS 13 HORAS

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: ÀS 07:00 HORAS DO DIA 07/08/2019

FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: ÀS 14:00 HORAS DO DIA 20/08/2019

INÍCIO DA DISPUTA: 20/08/2019 AS 15:00 HORAS

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

EDITAL DISPONÍVEL NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES PELO LINK https://www.caceres.mt.leg.br/

OBS: SALVO RESSALVA EXPRESSA, OS HORÁRIOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL OBSERVARÃO O HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF)

CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA

Pregoeiro Oficial

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por solicitação da Associação de Moradores do Paraíso do Manso (Ofício 0010/2019).

Eu, Valdirene Maria Alves Carvalho, em exercício de presidente pro-tempore, da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARAÍSO DO MANSO, CNPJ 09.192.262/0001-70, venho através deste CONVOCAR a todos os moradores para realização da eleição da nova diretoria da associação acima citada. Que será realizada no dia 1º de setembro de 2019 no barracão da Associação no seguinte horário: das 08:00 horas da manhã as 16:00 horas da tarde. Os interessados a formar chapa, para concorrer as eleições terão o dia 25 de agosto de 2019 para protocolar as referidas chapas com a comissão que estará à disposição no barracão da Associação no horário das 10:00 horas da manhã as 15:00 horas da tarde.

VALDIRENE MARIA ALVES CARVALHO

Presidente Pro-Tempote

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 031/2019

PORTARIA Nº 031/2019

O Vereador Roberto Francisco Ferreira da Silva**,** Presidente da Câmara Municipal de Colider, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE,

EXONERAR, **ANGELA MARIA SILVA VIEIRA**, do cargo em Comissão de Assessora da Secretaria de Administração Geral desta Câmara Municipal de Colíder-MT., a partir desta data.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colíder-MT., 30 de julho de 2019.

Ver. ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DISPENSA

O Presidente da Câmara Municipal, **FÁBIO JOSE TARDIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio, resolve:

01- Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: 05/2019

b) Modalidade: Dispensa

c) Data Homologação: 05/08/2019

d) Data Adjudicação: 05/08/2019

e) Objeto dispensa de licitação: contratação de empresa especializada na prestação de serviçospara telefonia de discagem direta gratuita-DDG, na modalidade (0800), com origem em terminais do STFC, em atendimento a demanda da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

f) Empresa: **OI S.A – CNPJ nº. 76.535.764/0001-43**

Várzea Grande – MT, 05 de Agosto de 2019.

FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DISPENSA

O Presidente da Câmara Municipal, **FÁBIO JOSE TARDIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: 05/2019

b) Modalidade: DISPENSA

c) Data Homologação: 05/08/2019

d) Data Adjudicação: 05/08/2019

e) Objeto dispensa de licitação: contratação de empresa especializada na prestação de serviços**para telefonia de discagem direta gratuita-DDG, na modalidade (0800), com origem em terminais do STFC,** em atendimento a demanda da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

f) Empresa: **OI S.A – CNPJ nº. 76.535.764/0001-43**

Várzea Grande – MT, 08 de Agosto de 2019.

FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

RESOLUÇÃO Nº 006/2019 EXONERAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 006/2019 Exoneração

RESOLUÇÃO Nº 006/2019 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de profissional do Cargo de Secretária Executiva Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turístico do Alto do Rio Paraguai, e dá outras providências.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina o estatuto, o regimento interno e a Resolução Nº 006/2018.

RESOLVE:

EXONERAR a Sra. Jackeline Rodrigues de Souza Ormond, brasileira, casada, devidamente inscrita no CPF sob nº 009.944.231-01, portadora da cédula de identidade RG nº 1718021-0, SESP/MT, do cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, a partir do dia 05 de Agosto de 2019.

Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Nortelândia - MT, 05 de Agosto de 2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PRESIDENTE

CIDES-ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EDITAL DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA – Nº 02/2019

PROCESSO SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO

1. O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL – CIDESAT, Sr. **PAULO REMÉDIO**, no uso de suas atribuições legais, Torna publico, o Processo Seletivo Simplificado para contratação de Estudante de Agronomia da Faculdade de Quatro Marcos - FQM, na qualidade de Estagiário por 16 meses, na forma da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e Termo de Cooperação Técnica com a Faculdade de Quatro Marcos – FQM.

2. DO PROCESSO SELETIVO

2.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e posteriores retificações, caso existam.

2.2. A seleção de que trata este Edital consistirá em: [a] Análise Curricular; [b] Entrevista, ambas realizadas pela Comissão de Seleção.

2.3. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial de Mato Grosso.

2.4. Não podem participar dessa Seleção os estudantes que já possuam vínculo na forma da Lei do Estágio, ou que possuam qualquer tipo de vínculo remunerado.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Ø **Setor Projetos:**

a) Suporte nas rotinas do Consorcio;

b) Acompanhar a execução do Projeto “COMPOSTAGEM NATURAL NASCENTES DO PANANAL”;

c) Auxiliar nas atividades previstas no âmbito do projeto “COMPOSTAGEM NATURAL NASCENTES DO PANANAL”;

d) Apresentar relatório de atividades mensal a coordenação do Projeto.

4. REQUISITOS

Função	Requisitos	Carga Horária diária/ semanal
Estagiário do Curso de Agronomia	**Requisitos mínimos:** - Estar cursando entre o 3 e 6 semestre do curso de graduação em Agronomia na FQM, - Conhecimento do pacote office (Excel, Word e PowerPoint). - Ser maior de 18 anos; - Ser habilitado CNH no mínimo com categoria B, **Requisitos desejados:** -Ser proativo; -Disponibilidade para cumprir a carga horária exigida; -Disponibilidade para frequentar as atividades de treinamento, reuniões de trabalho e deslocamentos para os municípios que compõe o consorcio; -Facilidade de comunicação e boa relação interpessoal; -Disciplina, atenção, disposição e agilidade para organizar as atividades; - Ética e confidencialidade	6 horas diárias/ 30 horas semanal

5. DA BOLSA

Função	Nº de vagas	Vencimento Bruto
Estagiário do Curso de Agronomia na FQM	02	R$ 998,00

6. DAS FASES E ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

6.1. As fases do processo seletivo estão assim distribuídas:

6.1.1 Análise curricular;

6.1.2 Seleção dos candidatos e publicação da relação dos selecionados e respectiva agenda de entrevistas;

6.1.3 Entrevista dos candidatos selecionados.

6.2. Critérios de pontuação:

Etapas	Pontuação limite
I - Análise curricular	50
II - Entrevista e teste de informática	50
Total	**100**

6.3. Da análise Curricular:

Item	Descrição	Pontuação Máxima
1	Cursando graduação de Agronomia em instituição de ensino superior (Apresentar declaração da instituição de en-	5

	sino com a informação do semestre em que está matriculado)		
2	Carteira de Habilitação – CNH - mínimo categoria B		5
3	Média do Histórico Escolar de todos os semestres concluído: Apresentar Histórico Escolar	5 – 6 = 3 pontos 6 – 7 = 7 pontos 7 – 8 = 10 pontos 8 – 9 = 15 pontos 9 – 10 = 20 pontos	20
4	Comprovar Atividade prática em compostagem orgânica (Apresentar declaração da coordenação ou professor do curso com a nota de desempenho) Pontuação será a Nota de Desempenho: mínimo 5 e máximo 10	5 – 6 = 2 pontos 6 – 7 = 4 pontos 7 – 8 = 6 pontos 8 – 9 = 8 pontos 9 – 10 = 10 pontos	10
5	Ter formação em técnico agrícola/pecuária e/ou outra formação nível tecnólogo ou superior na área de biologia. Apresentar comprovante válido.		5
6	Conhecimento básico de informática e pacote office (Excel, Word e Power Point) – Apresentar certificado		5

6.3.2. Entrevista e teste de informática

Item	Descrição	Pontuação Máxima
1	Entrevista: domínio da língua portuguesa	10
2	Facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;	25
3	Conhecimento básico de informática, e-mail e pacote office	15

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições deverão ocorrer no **período de 07 a 15 de agosto de 2019**;

Local da Inscrição: Sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT.

Endereço: Rua Marechal Dutra, nº 248 - Bairro: Zeferino I, São José dos Quatro Marcos-MT, CEP 78.285-000; contato via fone: (65) 3251-1115.

Horário: 8h às 11h e das 13h às 16h.

7.2. A validação da inscrição se dará com o preenchimento e a assinatura do Formulário de Inscrição, declarando o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições de realização do Processo Seletivo Simplificado, estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento;

7.3. Não será considerada a inscrição realizada através de meio diverso do especificado neste instrumento;

7.4. **No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:**

7.4.1 Ficha de inscrição (Modelo Anexo I) acompanhado de cópia de documento de identidade com foto;

7.4.2 Currículo Vitae ou Lattes documentado com os documentos e comprovantes relacionados no quadro do item 6.3;

7.5 A inscrição poderá ser feita pelo próprio candidato ou por representante legalmente habilitado para esse fim, mediante a entrega de procuração específica, pública ou particular, sendo necessário anexar ao Formulário de inscrição cópia (frente e verso) do documento de identidade do candidato. Nessa hipótese, o candidato assumirá as consequências de eventuais erros do seu procurador.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A CONTRATAÇÃO

8.1. O candidato selecionado deverá apresentar no momento da contratação:

I. Para contratação dependerá de celebração de termo de compromisso entre o educando (candidato), o Consórcio e a instituição de ensino;

II. A Instituição de Ensino indicar professor orientador;

III. Comprovante de residência; (mês atual)

IV. Copia RG e CPF;

V. Comprovante de inscrição no PIS;

VI. Cartão bancário em nome do candidato (preferencialmente no Banco do Brasil);

VII. Foto 3x4;

VIII. Declaração antinepotismo. (Modelo Anexo II)

9. INFORMAÇÕES GERAIS

9.1. Será efetuada contratação dos candidatos com maior pontuação final.

9.2. A participação do candidato no Processo de Seleção Simplificada não implica em obrigatoriedade de sua contratação, apenas expectativa de convocação e contratação, ficando reservado ao Consorcio Complexo Nascentes do Pantanal o direito de proceder às contratações em número que atenda em cumprimento à ordem de classificação final.

9.3. Fica sob a exclusiva responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os expedientes referentes a esse processo de seleção por meio do seguinte endereço eletrônico: www.nascentesdopantanal.org.br e ou mural localizado na sede do consórcio;

9.4. Em caso de empate na soma dos critérios de pontuação o desempate será pela maior idade. E persistindo o empate, sorteio.

10. CRONOGRAMA

Data	Procedimentos
06 a 15/08/2019	Início do processo de seleção e recebimento de currículo
19/08/2019	Análise Curricular e publicação no site www.nascentesdopantanal.org.br do resultado da seleção e convocatória para entrevista com a comissão de seleção.
A partir de 20/08/2019 com convocação	Realização das Entrevistas no endereço: **Consórcio Nascentes do Pantanal**, Rua Marechal Dutra, nº 248 - Bairro: Zeferino I, São José dos Quatro Marcos-MT, CEP 78.285-000
26/08/2019	Publicação do resultado final do processo seletivo no site do Consorcio Nascentes do Pantanal www.nascentesdopantanal.org.br
28/08/2019	Entrega da documentação exigida no **Consórcio Nascentes do Pantanal**, Rua Marechal Dutra, nº 248 - Bairro: Zeferino I, São José dos Quatro Marcos-MT, CEP 78.285-000- Horário: 08:00 as 11:00hs

São José dos Quatro Marcos – MT, em 05 de agosto de 2019.

Duan Marcel da Silva Oliveira

Presidente da CCPS – Portaria 11/2019

ANEXO I

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS PESSOAIS

NOME:_____

RG: _____ÓRGÃO EXPEDIDOR:_____UF:_____

CPF:_____DATA DE NASCIMENTO:____/ ____/___

NATURALIDADE:_____UF: _____

NACIONALIDADE: _____

2. ENDEREÇO

RUA: _____Nº:_____ _____

BAIRRO:_____CIDADE:_____ __UF:_____

TELEFONES: _____

E-MAIL: _____

3. DADOS DA FORMAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO:_____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:_____

DATA DE CONCLUSÃO: _____/_____/_____

LOCAL:_____

DATA: _____/ _____/_____.

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

CPF

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Em consonância com os princípios Constitucionais contidos no artigo 37, *caput* da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 3º, § segundo da Lei nº 8.958/94, **DECLARO** para os devidos fins, sob pena da lei, não me enquadrar nas hipóteses que caracterize nepotismo, por não possuir vínculo de matrimônio ou de união estável, relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de autoridade nomeante e tampouco de membro ou servidor ocupante de cargo de direção do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL-CIDESAT**.

Ainda, **DECLARO** não possuir qualquer impeditivo ao exercício da atividade de objeto do presente Edital de Seleção, tal qual não exercer outra atividade de estágio, bem como não possuir vinculação remunerada.

Declaro ainda que as atividades propostas no Edital coadunam com as atividades curriculares por mim desenvolvidas institucionalmente.

Assumo, por fim, o compromisso de comunicar ao contratante quaisquer impedimentos supervenientes que possam vir a configurar casos de nepotismo ou impedimento de que trata esta Declaração.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no artigo 299 do Código Penal.

DATA: _____/ _____/_____.

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

CPF:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO Nº 020/2019 - DISPENSA Nº 009/2019

Publicado em: **01/08/2019.**

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ASSUNTO: Processo Licitatório n. 020/2019.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2019

OBJETO: Aquisição de lâmpadas e acessórios para suprir necessidade do HOSPITAL REGIONAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes neste Termo de Referência, PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA –CIS, em respeito aos princípios gerais de direito público, bem como o contido nas prescrições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, através do presente ato administrativo em defesa do interesse público, **determina** o **Cancelamento** do processo Licitatório n. 020/2019, na modalidade dispensa de licitação n. 009/2019. O objeto pretendido na referida dispensa não atende à demanda do Hospital.

Desta forma, em outro momento o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia/MT, providenciará outro procedimento administrativo do objeto pretendido através da abertura de novo processo licitatório.

Referida decisão está sendo tomada tendo em vista que no processo se encontra transparente os itens abaixo:

1) Não houve prejuízo ao erário público;

2) Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros;

3) Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público;

São Félix do Araguaia - MT, 0

2 de agosto de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do CISA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 001/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: VM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA **CNPJ**: 32.469.914/0001-92

OBJETO: **Alteração por acréscimo do valor** do Contrato nº 001/2.019, previsto nas cláusulas 3ª e 6ª, conforme a inclusa planilha orçamentária apresentada pela **CONTRATADA**, visando à continuidade da prestação dos serviços de Engenharia para a Execução de Reforma e Ampliação do Prédio do CORESS/MT, localizado na Rua João Pessoa, n º 1.273, Centro, nesta cidade, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$145.874,25 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), **que** corresponde a **48,33%** do valor inicial do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65, inciso I, letra b, e §1º da Lei nº 8.666/1993 e demais aplicáveis.

VIGÊNCIA: 02/07/2019 a 22/07/2019 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RESOLUÇÃO Nº 022 DE 2019

Dispõe sobre a designação de responsável para o **Almoxarifado e Fiscal de Contratos** do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**,** no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO as Resoluções nº 018/2.009 e 019/2.009 do CORESS/MT, bem como as instruções normativas referentes ao Controle Interno, CONSIDERANDO, ainda a Resolução de Consulta n.º 21/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, resolve:

Artigo 1º - Designar o Sr. **DONIZETE JOSE DA SILVA**, portador do RG sob o nº 28437-6 SESDEC/RO e CPF sob o nº 242.217.592-91, para ocupar a função de responsável pelo **Almoxarifado** e **Fiscal de Contratos** do CORESS/MT.

Artigo 2º - Fica revogada a Resolução nº 008/2.019.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Rondonópolis, 01 de agosto de 2.019.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 041/2019

PORTARIA Nº. 041/2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **SRº. LEOCIDES RODRIGUES PEIXOTO JUNIOR, CPF Nº. 814.468.291-20,** para exercer o cargo da Diretoria de Comunicação, do Município de Acorizal - MT.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de agosto de 2019.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 042/2019

PORTARIA N° 042/2019

RETIFICA A PORTARIA Nº051/GAB/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL QUE NOMEOU MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB.

Clodoaldo Monteiro da Silva, Prefeito do Município de Acorizal-MD, no uso de suas atribuições legais e atendendo a mensagem do SIOPE/FNDE/MEC, em conformidade com a Lei Federal Nº 11.494/2007. **Resolve:**

Art. 1º - Fica retificada a Portaria nº051/GAB/2018, nos termos a seguir:

I - Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente

TITULAR	LUCIO RAMOS DA SILVA	CPF: 913.119.421-49
SUPLENTE	MARIA AUXILIADORA LEITE	CPF: 570.220.701-72

TITULAR	JOANA DA GUIA CAMPOS SILVA	CPF: 843.449.201-63
SUPLENTE	JOENIL SERGIO DA SILVA	CPF: 405.278.831-15

Leia-se:

TITULAR	MARIA AUXILIADORA LEITE	CPF: 570.220.701-72
SUPLENTE	LUCIO RAMOS DA SILVA	CPF: 913.119.421-49

II - Professores da Educação Básica Pública

TITULAR	VALDISON RIBEIRO DE LIMA	CPF: 809.666.591-04
SUPLENTE	JOSE ADOLFO DA SILVA	CPF: 843.465.661-20

III- Diretores das Escolas Básicas Públicas

TITULAR	MARIA APARECIDA LIMA GERALDINO	CPF 789.791.701-06
SUPLENTE	AMAURY PEIXOTO DA CRUZ	CPF: 594.702.081-53

IV - Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

TITULAR	ADEMIR MARIA DA SILVA TAQUES	CPF: 495.393.101-72
SUPLENTE	JOSE GONCALVES TEIXEIRA	CPF: 205.832.061-15

V - Pais de Alunos da Educação Básica Pública

TITULAR	ADLAYNE MARIA FIGUEIREDO	CPF 016.484.451-10
SUPLENTE	OLINEIA FERREIRA MARTINS	CPF: 013.926.531-77

TITULAR	THAMINE DE MORAES RODRIGUES	CPF: 046.525.021-17
SUPLENTE	KATIA REGINA DE FIGUEIREDO	CPF: 969.561.431-00

Acrescentar: Representantes Estudantes da Educação Básica pública e Entidade de Estudantes Secundaristas (VI E VII)

VI - Estudantes da educação básica pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

TITULAR	IRENE LUZIA DA SILVA	CPF: 594.270.191-15
SUPLENTE	SONIEL RIBEIRO TAQUES	CPF: 442.046.201-91

VII - Estudantes da Educação Básica Pública

TITULAR	JOLIENE MARIA MOREIRA DO ESPIRITO SANTO	CPF: 722.209.611-68
SUPLENTE	SAMARA LEITE TAQUES	CPF: 073.405.441-60

VIII - Conselho Tutelar

TITULAR	ELIETE BENEDITA DA SILVA	CPF: 481.906.321-91
SUPLENTE	JOAO DE FIGUEIREDO RODRIGUES	CPF: 346.482.161-72

IX - Conselho Municipal de Educação

TITULAR	JOCELITO ERALDO DE SOUZA	CPF: 163.377.190-34
SUPLENTE	JONILEY MARIA DA SILVA NAZARIO	CPF: 429.154.811-72

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se

Publique-se

Cumpra-se

Acorizal-MT, 29 de Julho 2019

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal de Acorizal –MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO Nº. 074/2019.

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT E GILMAR MARTINI FERNANDES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410, Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023. 898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, Prefeito Municipal **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B, n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333. 126.801-15, doravante denominado de ***EXPROPRIANTE***,

E, Gilmar Martini Fernandes, brasileiro, portador do CPF: 344.460.521-87 e RG: 527.636, denominada ***EXPROPRIADO;*** residente e domiciliado na Rua 50, nº 560, Cristalino, na cidade de Água Boa, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº. 3.365 de 21 de julho de 1941, Lei Municipal Nº. 1.362/2017 e do Decreto Municipal nº. 3314/2019 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - Uma área de 5.200m2 (cinco mil e duzentos metros quadrados), desmembrada da matricula 12.845 CRI de Água Boa-MT, pertencente a uma área maior de propriedade de Gilmar Martini Fernandes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 – Por ocasião de futuros parcelamentos do solo, pelos proprietários ou seus sucessores, as áreas objeto da presente desapropriação, serão deduzidas do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento), das áreas destinadas ao Poder Público, para fins de construção do sistema viário, áreas verdes ou equipamentos públicos.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO CONTRATO 125/2019

Processo licitatório nº 099/2019, na modalidade Dispensa e Licitação nº. 016/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: **SEBRAE - MT**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para consultoria e instrutoria para capacitação de fornecedores e acompanhamento visando a efetiva participação em licitações, no Munícipio de Água Boa-MT.

VALOR: R$ 13.807,00 (treze mil oitocentos e sete reais)

DATA: 05/08/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO Nº. 076/2019.

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT E ENIO MARTINI FERNANDES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410, Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023. 898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, Prefeito Municipal **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B, n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333. 126.801-15, doravante denominado de ***EXPROPRIANTE***,

E, Enio Martini Fernandes**, brasileiro, portador do CPF: 495.662.531-68 e RG: 640.125-2 MT**, denominada ***EXPROPRIADO;*** residente e domiciliado na Rua 14 Esq. c/ 07 nº 380, Centro, na cidade de Água Boa, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº. 3.365 de 21 de julho de 1941, Lei Municipal Nº. 1.362/2017 e do Decreto Municipal nº. 3315/2019 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - Uma área de 58.795m2 (cinquenta e oito mil setecentos e noventa e cinco metros quadrados), desmembrada da matricula 13.022 CRI de Água Boa-MT, pertencente a uma área maior de propriedade de Enio Martini Fernandes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 – Por ocasião de futuros parcelamentos do solo, pelos proprietários ou seus sucessores, as áreas objeto da presente desapropriação, serão deduzidas do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento), das áreas destinadas ao Poder Público, para fins de construção do sistema viário, áreas verdes ou equipamentos públicos.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO Nº. 075/2019.

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT E IVAN MARTINI FERNANDES DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410, Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023. 898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, Prefeito Municipal **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B, n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333. 126.801-15, doravante denominado de ***EXPROPRIANTE***,

1.1 **E,** Ivan Martini Fernandes, brasileiro, portador do CPF: 532.155.321-15 e RG: 0816452-5, denominada ***EXPROPRIADO;*** residente e domiciliado na Rua 18, nº 454, Centro II, na cidade de Água Boa, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº. 3.365 de 21 de julho de 1941, Lei Municipal Nº. 1.362/2017 e do Decreto Municipal nº. 3314/2019 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 - Uma área de 3.710m2 (três mil setecentos e dez metros quadrados), desmembrada da matricula 12.960 CRI de Água Boa-MT, pertencente a uma área maior de propriedade de Ivan Martini Fernandes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 - Por ocasião de futuros parcelamentos do solo, pelos proprietários ou seus sucessores, as áreas objeto da presente desapropriação, serão deduzidas do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento), das áreas destinadas ao Poder Público, para fins de construção do sistema viário, áreas verdes ou equipamentos públicos.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO Nº. 073/2019.

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT E MARÇONIL JOSÉ DE OLIVEIRA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410, Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023. 898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, Prefeito Municipal **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B, n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333. 126.801-15, doravante denominado de ***EXPROPRIANTE***,

E, Marçonil José de Oliveira, brasileiro, portador do CPF: 817.216.031-87 e RG: 1266038-81 SSP/MT, denominada ***EXPROPRIADO;*** residente e domiciliado na Rua F9, nº 286, Chácaras, na cidade de Água Boa, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº. 3.365 de 21 de julho de 1941, Lei Municipal Nº. 1.362/2017 e do Decreto Municipal nº. 3314/2019 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - Uma área urbana com 815,23 (oitocentos e quinze metros e vinte e três centímetros) desmembramento da matricula nº 7.264 CRI Água Boa-MT, avaliada em R$ 65.218,40 (sessenta e cinco mil duzentos e dezoito reais e quarenta centavos), conforme Decreto Municipal nº 3.311 de 17/04/2019. A área desapropriada será utilizada para a projeção da Avenida Planalto, sentido Bairro Primavera para Bairro Cristalino.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 – A área desapropriada será paga ao proprietário Sr. Marçonil José de Oliveira portador do CPF: 817.216.031-87 e RG: 1266038-81 SSP/MT, da seguinte forma:

I- Mediante permuta de dois imóveis urbanos, ambos com área de 240 m2, localizados no loteamento “Delcio Eduardo Mendel”, Quadra 22, sob os números 06 e 07 cujas áreas estão avaliadas em R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) cada uma, conforme Decreto Municipal nº 3.089 de 23/06/2017, perfazendo portanto R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

II- O saldo remanescente de **R$ 17.218,40 (dezessete mil duzentos e dezoito reais e quarenta centavos)** será pago ao credor em moeda corrente nacional, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - AGUA BOA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 05 de Agosto de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
PAULO JACOB THOMA	040.962.151-04	9191/00021/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Beatriz Regina Stein Zandoná Matrícula: 00001399

Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:

Data de afixação:	05/08/2019
Data de desafixação:	20/08/2019

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores e pelas Leis nº. 4.680, de 18.06.65, nº. 12.232 de 29/04/10.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 010/2019.

TIPO: Técnica e Preço.

OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Água Boa – MT.

REALIZAÇÃO: 09/09/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 05 de agosto de 2019.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 AO CONTRATO Nº. 121/2018

TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 ao Contrato n°. 121/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e a empresa LOPES & LOPES PILOTO LTDA ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Prorrogação da Vigência do Contrato.

1.3 – Supressão de 25% do valor Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 - Fica alterada à Cláusula Quinta - da Vigência; fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até 06 de agosto 2020.

2.2 - O valor do presente Termo é de R$ 1.260.225,00 (Um milhão, duzentos e sessenta mil duzentos e vinte e cinco reais)

2.3 – Fica suprimido do contrato o valor de R$ 420.075,00 (Quatrocentos e vinte mil, e setenta e cinco reais).

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A necessidade de celebração deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se pela necessidade dos serviços de realização de implantes odontológicos e próteses sobre implantes dentários. Este aditivo encontra seu fulcro legal embasado na Clausula Sexta, item 5.2 do Contrato originário e no Art. 57 inciso II da Lei n°. 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A supressão do valor do contrato conforme o Secretário Municipal de Saúde, justifica-se devido a contenção de repasses federais oriundos do Ministério da Saúde para a manutenção do programa.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO Nº. 077/2019.

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT E ROSELI MARTINI FERNANDES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Planalto, 410, Centro, Água Boa - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.898/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, Prefeito Municipal **MAURO ROSA DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua B, n° 75, Bairro Tropical, Água Boa - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 2.019.647 SSP/GO e CPF nº. 333.126.801-15, doravante denominado de ***EXPROPRIANTE***,

1.1 **E,** Roseli Martini Fernandes, brasileira, portador do RG nº. 0640156-2 SSP/MT, CPF nº. 441.688.961-53, denominada ***EXPROPRIADO;*** residente e domiciliado na Rua 01, nº 131, Centro II, na cidade de Água Boa, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº. 3.365 de 21 de julho de 1941, Lei Municipal Nº. 1.362/2017 e do Decreto Municipal nº. 3315/2019 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 - Uma área de 5.114,09 m2 (cinco mil cento e quatorze metros e nove centímetros quadrados), desmembrada da matricula 9.708 CRI de Água Boa-MT, pertencente a uma área maior de propriedade de Roseli Martini Fernandes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

2.1 - Por ocasião de futuros parcelamentos do solo, pelos proprietários ou seus sucessores, as áreas objeto da presente desapropriação, serão deduzidas do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento), das áreas destinadas ao Poder Público, para fins de construção do sistema viário, áreas verdes ou equipamentos públicos.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municiapal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 16 de agosto de 2019, às 13:00h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS E FUNCIONARIOS A SERVIÇO DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.**.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 05 de agosto de 2019. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº46/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 095/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 16 de AGOSTO de 2019, às 08:30h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E LOÇÕES SOLARES BLOQUEADORAS (FILTRO SOLAR) PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 05 de Agosto de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 257/2019

PORTARIA 257/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 120 (cento e vinte) dias, de gozo da **Licença Maternidade,** período compreendido entre 05/08/2019 a 03/12/2019, á Servidora **LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ,** portadora do **RG N° 21323011 SSP/MT** e do **CPF N° 035.732.791.80, PROFISS DE NIVEL SUPERIOR – ASSISTENTE SOCIAL - CRAS,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, conforme atestado médico em anexo a esta portaria.

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 05 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI CONTRATADA: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP Aos 08 dias do mês de Janeiro do ano 2019, nesta cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, o MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, pessoa jurídica de direito público interno, na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Fábio Mauri Garbugio**, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899. 868.069-68, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente PREFEITURA e a empresa **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP**, CNPJ Nº 15.984.883/0001-99, com sede à Av. Volta Redonda, nº 951 Quadra 256 Lote 02, Bairro Jardim Novo Mundo, na cidade de GOIANIA - GO, neste ato representado pelo Sr. Sergio Augusto Vital Ferreira Beltrão, brasileiro, casado, portador do RG nº 4022002 e CPF nº 828.469.871-49, residente na Av. R-9, Quadra. R-11, lote. 10, nº 235, Ed. Jaguanum, Apto. 602 - Setores Oeste, na cidade de GOIANIA - GO, doravante designada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem registrar o preço definidos e homologados nos autos da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º 008/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕESDE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MELHORIAS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM UTILIZAÇÃO DE LÂMPADAS EM LED, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT**, nos termos que dispõe a Lei nº 8666/93 e demais normas vigentes, bem como as condições fixadas no edital da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 008/2018** e na proposta da **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte integrante do presente.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão prestados no Município de Alto Taquari, em avenidas da cidade, nos locais determinados pelo setor competente.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A vigência da presente ata de registro de preços é **12 (doze) meses**, contados da assinatura de seu instrumento.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DOS PROCEDIMENTOS, ROTINAS DE REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS.

4.1 - A fiscalização, a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, convocará a **CONTRATADA**, sempre que necessário, para realização de serviços por meio de ofício na qual constará nome, endereço e a pessoa responsável a ser procurado para os apontamentos dos serviços a serem realizados;

4.2 - A **CONTRATADA** deverá obedecer, para a execução do objeto da ata de registro de preços, aos seguintes prazos:

a) - a **CONTRATADA** terá prazo de até **2 (dois) dia útil**, a partir do recebimento do ofício, para efetuar vistoria detalhada do local e realizar os levantamentos necessários para execução dos serviços a serem contratados;

b) - após a vistoria do local, a **CONTRATADA** terá prazo de até **24 (vinte e quatro)horas** para iniciar os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos em sua proposta. A **planilha será analisada e poderá sofrer adequações visando atender a situação do local que sofrerá intervenções**;

c) - a **PREFEITURA** poderá solicitar acréscimo nos serviços relacionados, enviando para a **CONTRATADA** ordem de serviços e relação de serviços complementares; a **CONTRATADA** terá o prazo de até **48 (quarenta e oito) horas** para encaminhar planilha contendo os serviços a serem executados, com os respectivos preços por item/subitem e o preço total para execução dos serviços e prazo de execução, observando os preços unitários estabelecidos na proposta inicial;

d) - a **CONTRATADA** deverá refazer os serviços recusados pela fiscalização e retirar do local dos serviços o material rejeitado, em até 24 horas, a contar da vistoria e notificação do Município;

4.3 - Os prazos de adimplemento das obrigações estabelecidas neste ajuste admitem prorrogação, nos casos e condições especificados previstos na Lei n° 8.666/1993 e demais normas aplicáveis, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo Município contemporaneamente ao fato que a ensejar.

4.4 - Poderão ser executados serviços concomitantemente em várias localidades;

4.5 - Para vistoriar o local onde serão executados os serviços, a **CONTRATADA** deverá agendar previamente a data e horário com o responsável pela fiscalização dos serviços contratados.

4.6 - A vistoria será acompanhada por funcionário designado pela Fiscalização, quando houver necessidade ou por solicitação da **CONTRATADA** para que sejam resolvidas dúvidas ou omissões;

4.7 - Quaisquer alteração nos serviços ou quantidade apurada verificada durante a execução dos trabalhos, deverá ser previamente informada à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, que verificará a possibilidade da alteração e procederá a autorização para a mesma;

4.8 - A **CONTRATADA** deverá informar o término da execução dos serviços à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, para que se proceda o recebimento dos mesmos;

4.9 - A **CONTRATADA** deverá manter o local dos serviços limpo, com retirada diária do entulho, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;

4.10 - A **CONTRATADA** deverá entregar ao Município, em local a ser definido, o material retirado que poderá ser reutilizado, a critério do Município;

4.11 - A **CONTRATADA** deverá manter livres de entulhos, sobras de material, material novo, equipamentos e ferramentas, as vias de circulação e passagens;

4.12 - A **CONTRATADA** será responsável pela retirada e transporte do entulho para local apropriado, autorizado para receber os materiais;

4.13 - O prazo para execução dos serviços é de até **60 (sessenta) dias para cada etapa,** contados a partir do recebimento pela contratada da ordem inicial de serviços – OIS, e o pagamento será efetivado em até **06 parcelas mensais, iguais e sucessivas** após o recebimento de cada etapa contratada de forma definitiva.

4.14 - Os serviços somente serão recebidos de forma **global e definitiva** em vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura, data a partir da qual contar-se-ão os pagamentos, vencendo a primeira parcela **30 (trinta) dias** após o recebimento da medição.

4.15 - A medição dos serviços será feita através das etapas a serem executadas, de maneira tal que possam ser conferidos pela fiscalização, com relatório fotográfico identificando o local antes e depois da execução dos serviços.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES

5.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas na presente ata de registro de preço ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **PREFEITURA** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

5.2 - Pela recusa injustificada da empresa licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: **suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari-MT, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses**;

5.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **PREFEITURA** aplicará à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

5.3.1 - Pela inadimplência parcial ou total, **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

5.3.2 - Pelo atraso na execução dos serviços, **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor global do contrato.

5.3.3 - Todas as multas referidas nos itens acima, serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta no período de 30 (trinta) dias corridos, da primeira ocorrência.

5.3.4 - A critério exclusivo da **PREFEITURA**, a quitação das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à **contratada** por conta dos serviços medidos, o valor correspondente à citada penalidade.

5.3.5 - As multas são independentes e autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

5.4 - No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos da **PREFEITURA** de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

5.5 - A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

5.6 - A aplicação das penalidades não impede a **PREFEITURA** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela **CONTRATADA**.

5.7 - Estas penalidades somente poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou forças maiores, devidamente justificados e comprovados, a juízo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - Vigorarão para a vigência da ata de registro de preços, os preços unitário e global ofertados pela vencedora da licitação, no valor global de **R$ 2.608.818,27 (dois milhões seiscentos e oito mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e sete centavos).**

6.2 - Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto contratado.

6.3 - Os preços serão os constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que fica fazendo parte integrante do presente.

6.4 - Os preços referidos constituirão, a qualquer título, todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias diurnos e noturnos, de modo a constituírem a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução das obras, devendo neles estar incluídos todos os encargos e custos incidentes.

6.5 - Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por disposição legal, poderá ser procedida readequação, para mais ou para menos, conforme o caso, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.6 - Os preços unitários-base correspondem ao mês da apresentação da proposta.

6.7 - Para efeito do início dos serviços, os preços ofertados não serão objeto de atualização financeira entre a data da apresentação da proposta e a data de assinatura do contrato, ocorrendo esta dentro do prazo de validade da proposta.

6.8 - Será admitida durante a execução do contrato a celebração de termos aditivos, sempre que legalmente exigível ou necessários, com o objetivo de se proceder às adequações pertinentes.

6.9 - Os serviços contratados serão pagos em até **10 (dez) dias**, por meio de cheque ou ordem bancária à **CONTRATADA**, após a entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão competente da Administração Pública Municipal.

6.10 - A Administração Pública Municipal pagará à contratada o valor relativo às obras e serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados.

6.11 - Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a **PREFEITURA**, após a execução e recebimento dos serviços, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados.

6.12 - A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções e o prazo será contado novamente para pagamento.

6.13 - O pagamento ficará condicionado à apresentação a Fiscalização do objeto desta licitação dos documentos a seguir mencionados:

6.13.1 - Guia da Previdência Social (GPS) devidamente quitada;

6.13.2 - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços e Informação à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada, destacando os empregados designados para a execução do objeto contratado;

6.13.3 - o Imposto Sobre Serviços – ISS será retido pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari quando do pagamento da nota fiscal-fatura, na forma e condições definidas na legislação vigente aplicável;

6.13.4 - para fazer jus ao recebimento deverá a **CONTRATADA**, a cada medição, comprovar o recolhimento dos encargos sociais – contribuições

previdenciárias devidas junto ao INSS – incidentes sobre a prestação dos serviços em referência;

6.13.5 - a **PREFEITURA** fará a retenção das contribuições previdenciárias a incidir nos pagamentos dos serviços realizados, na forma e condições definidas na legislação vigente, valor este que será recolhido ao INSS em nome da **CONTRATADA**, no prazo legal;

6.13.6 - se, eventualmente, for apurado alguma falta de pagamento de créditos trabalhistas ou seus encargos, decorrentes da presente licitação, tanto previdenciário quanto fundiário, de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverão ser suportados por ela, e não forem resgatados nas devidas épocas, dará ensejo à retenção dos pagamentos futuros e, caso já tenha encerrado a prestação de serviços, autorizará a **PREFEITURA** a adotar os meios judiciais cabíveis contra a **CONTRATADA** ou seus sócios que serão responsáveis solidários nos resgates de tais créditos.

7.0 – CLAUSULA SÉTIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do contrato não poderão ser alteradas sem prévia concordância da Prefeitura.

7.2 - As cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual, uma vez que haja modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação federal, estadual ou municipal, fato que autorizará a respectiva correção, para mais ou menos, na medida em que a referida legislação reflita na composição dos preços, observando-se o disposto no artigo 65, “d” da Lei nº 8666/93.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento pela Fiscalização e emitirá Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/1993, e nas condições definidas em contrato.

8.2 Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou dos materiais neles empregados.

8.3 Se houver erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, ou a ocorrência do disposto no item anterior, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades pela **CONTRATADA**.

8.3.1 Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da **CONTRATADA**, não incidirá sobre o Município quaisquer ônus, inclusive financeiro.

8.4 O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

8.5 A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos serviços, subsistirá na forma da Lei.

9.0 - CLAUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será acompanhada pela Fiscalização do Município, a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução dos serviços.

9.2 A fiscalização de que trata o item anterior (**9.1**) não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo à **PREFEITURA** promover as necessárias negociações junto à **CONTRATADA**.

10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este a **PREFEITURA** convocará a **CONTRATADA** visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

10.2.1 Frustrada a negociação, a **CONTRATADA** será liberada do compromisso assumido e a **PREFEITURA** irá convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a **CONTRATADA** não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar à **PREFEITURA** requerimento devidamente comprovado.

10.3.1 A **PREFEITURA**, após análise do requerimento, poderá liberar a **CONTRATADA** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação de serviços.

10.3.2 Ocorrendo a liberação da **CONTRATADA** a **PREFEITURA** irá convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

10.4 Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA** procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A **PREFEITURA** poderá cancelar o registro de preços dos respectivos itens, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas neste instrumento, observados o contraditório e a ampla defesa, nos casos a seguir especificados:

11.1.1 quando a **CONTRATADA**:

a)- não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

b)- não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipulados;

c)- confirmar o recebimento ou retirar com atraso as notas de empenho, sem justificativa aceitável;

d)- reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do edital e da ata de registro de preços;

e)- recusar-se à revisão de preços proposta pela **PREFEITURA** com o intuito de adequá-los aos praticados pelo mercado;

f)- demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender às solicitações de prestação de serviços em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade de bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou de força maior;

11.1.2 quando a **PREFEITURA**:

a)- verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos e for frustrada a negociação a que se refere o **item 10** deste instrumento;

b)- entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;

c)- constatar fato impeditivo à manutenção dos preços registrados.

11.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 A **CONTRATADA** será responsabilizada civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do Município, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovado dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos serviços.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

13.1 A **PREFEITURA** se compromete a dar plena e fiel execução da Ata e do contrato, conforme o caso, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

a)- proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações ajustadas, inclusive permitir o livre acesso dos empregados e prepostos da **CONTRATADA** aos locais da execução dos serviços;

b)- designar local para guarda de materiais;

c)- promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n° 8.666/93.

14.2 O descumprimento injustificado de qualquer dos prazos estabelecidos neste ajuste, ou a inexecução total ou parcial do seu objeto, por período superior a 20 (vinte) dias, poderá ensejar a sua rescisão, a critério da **PREFEITURA**, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei no 8.666/1993, por culpa da **CONTRATADA**.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECOLHIMENTO DE MULTAS

15.1 As multas eventualmente aplicadas, sejam por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa da **CONTRATADA**, serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Município ou, quando inexistir qualquer crédito a favor da **CONTRATADA**, deverão ser por ela recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na dívida Ativa do Município, observados os procedimentos legais.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

16.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA**, quando convocada, prestará garantia de 5% (cinco por cento), sobre o valor contratado a ser assinado, nas modalidades do artigo 56, § 1° e 2°, da Lei 8.666/93.

16.2 Poderá haver substituição entre modalidades de garantia, durante a vigência do contrato, desde que previamente aprovada pela **PREFEITURA**.

16.3 E caso de aditamento do contrato, que implique na sua alteração temporal ou econômica, a **CONTRATADA** deverá providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis da emissão do respectivo termo aditivo, a complementação do valor e prazo da garantia, de forma a manter a equivalência já estabelecida.

16.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade, será liberada após o Recebimento Definitivo dos Serviços, mediante requerimento da **CONTRATADA**.

17.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1 A **CONTRATADA**, na vigência da ata de registro de preços, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados por seu pessoal e pelo uso de material, não respondendo a **PREFEITURA**, em hipótese alguma por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for; serão também da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos, à responsabilidade civil e ao ressarcimento de eventuais danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

17.2 Independentemente da rescisão contratual, a **PREFEITURA**, poderá assumir direta ou indiretamente a execução dos serviços na hipótese da contratada não conseguir deter movimento grevista que paralise a execução dos serviços; todas as despesas havidas para dar continuidade aos serviços serão de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**.

17.3 A **PREFEITURA** se reserva no direito de executar por si e ou através de outras empresas contratadas, nas áreas e locais elencados neste Edital, obras e serviços distintos dos abrangidos na presente licitação.

17.4 A **CONTRATADA** se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado dados e elementos referentes aos serviços.

17.5 A critério exclusivo da **PREFEITURA**, poderá ser descontado do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** os valores devidamente apurados correspondentes aos prejuízos por está causados àquela, sejam por si, por seus empregados ou prepostos.

17.6 A direção geral e a responsabilidade técnica dos serviços caberão ao profissional da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e inscrito no CREA.

17.7 A mudança do profissional responsável deverá ser comunicada, com antecedência mínima de **10 (dez) dias** corridos e somente será efetivada com a aprovação da **PREFEITURA**, salvo motivo de força maior.

17.8 A **PREFEITURA** poderá exigir a substituição ou vetar qualquer empregado da contratada no interesse dos serviços.

17.9 A devolução da caução de garantia do contrato administrativo será feita somente após a entrega da Certidão Negativa de Débitos — CND emitida pela Previdência Social.

17.10 A **PREFEITURA** somente receberá os serviços que estiverem de acordo com este edital, contrato, projetos, memoriais, especificações e seus anexos.

17.11 A **PREFEITURA** terá plena autorização para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços parcialmente ou total, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros justificáveis.

17.12 A **CONTRATADA** responderá às normas estabelecidas no Código Civil Brasileiro.

17.13 Verificando-se a ocorrência de irregularidade na execução dos serviços, à **PREFEITURA** cumprirá aplicar a penalidade cabível.

17.14 As "Ordens de Serviços" e todas as correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por oficio.

17.15 Ficam fazendo parte integrante desta Ata de Preços, independente de transcrição a Lei Orgânica do Município, a Lei Federal nº 8.666/93, o edital e respectivos Anexos da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018** e a proposta da **CONTRATADA**.

17.16 O Foro da Comarca de Alto Taquari será o competente para dirimir controversas relacionadas a esta Ata de Preços bem como o cumprimento dos contratos dela originados.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 08 de Janeiro de 2019.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP

CNPJ 15.984.883/0001-99

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 183/2019

DECRETO Nº 183/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Coordenador de Gerencia de Cidade** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Coordenador de Gerencia de Cidade**, oSenhor **VALDELAN BATISTA DA COSTA**, CPF/MF – 896.927.561-49**,** nomeado através do Decreto nº 012/2018, 08 de Janeiro de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de Agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2018

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** N**º. 01.362.680/0001-56** neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sra. CACILDA **FERREIRA DOS SANTOS,** nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma *Presencial*, para REGISTRO DE PREÇOS nº 080/2018, publicada no Diário Oficial de Contas dia 21 de Dezembro de 2018, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de Dezembro de 2018, no Diário de Cuiabá dia 21 de Dezembro de 2018, Processo Administrativo nº 3218/2018, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRA BRITADA E RACHÃO**, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 080/2018, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JRB EMPREENDIMENTO EIRELI

CNPJ Nº 01.139.803/0001-94

ITEM	MATERIAL	UN	QNTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (BRITA 01)	m³	1.76,94	R$ 113,000	R$ 121.194,22
2	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO PARA ARRIMO/FUNDACAO (POSTOPEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE) (PEDRA MARROADA)	m³	3.930,05	R$ 66,00	R$ 259.383,30
3	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO PARA ARRIMO/FUNDACAO (POSTOPEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE) (RACHÃO)	m³	5.630,68	R$ 35,00	R$ 197.073,80
TOTAL: R$ 578.151,32					

VALOR POR EXTENSO: QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL CENTO E CINQUENTA E UM REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local **indicado pelo município**.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1- Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar produtos de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas a diversas dotações.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 – Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 08 de Janeiro de 2019

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: **JRB EMPREENDIMENTO EIRELI**	
CNPJ: 01.139.803/0001-94	
Endereço: Rua Dos Cristantemos, nº S/N, Bairro Jardim Raio de Sol, Quadra 01, Lote 03, Sala 03.	_____
Cidade: Inhumas/GO CEP:75.400-000	**Jose Rodrigues Braga**
TELEFONE: (62) 8588-7686	CPF: 479.348.911-72
Email: ogoianops@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sra. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 12 de Março de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 12 de Março de 2019, no Diário de Cuiabá dia 12 de Março de 2019, Processo Administrativo nº 794/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS E VOLUNTÁRIAS**, em atendimento aos pacientes em tratamento de saúde, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 014/2019, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO ME 17.897.839/0001-77					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**

1	INTERNACAO COMPULSORIA PARA DEPENDENTE QUIMICO MASCULINA ADULTO	UN	27,00	R$ 1.543,5000	R$ 41.674,50
TOTAL: R$ 41.674,50					

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E UM MIL E SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos serviços contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 – As internações serão solicitadas de forma fracionada, de acordo com a quantidade necessitada, devendo a contratada fornecer o tratamento imediatamente ao qual, conforme condições estabelecidas no termo de referência, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante.

4.1.1 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar os pacientes somente as Clínicas que estiverem credenciadas junto ao órgão Municipal.

4.2 – As internações solicitadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser fornecidos aos pacientes em tratamento de desintoxicação, conforme termo de referência e emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal.

4.3 - Os pacientes serão atendidos na sede da credenciada, mediante a apresentação de guia de encaminhamento expedida pela Secretaria de Saúde.

4.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA:**

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega dos serviços, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas e reclamações pelos hóspedes detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% poderão ser aplicados na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.6.1 - Durante o período de internação, a CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do paciente no recinto da clínica, dotando-a de toda segurança necessária;

5.1.6.2 - Em caso de saída não autorizada do paciente, a CONTRATADA comunicará imediatamente a CONTRATANTE o fato ocorrido;

5.1.7 - A Nota Fiscal somente deverá ser entregue mediante requisição de compra, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Se responsabilizar pelas condições da internação, alimentação, medicamentos, assistência médicas e demais serviços necessários ao bem-estar, segurança e recuperação do paciente e não cobrar, qualquer produto ou serviços adicionais que não constem na proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.11 - Enviar, MENSALMENTE, relatório sobre a evolução do tratamento do paciente, como condição para pagamento;

5.1.12 - A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou aos beneficiários indicados pela mesma, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE:**

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

5.2.5 – O transporte dos pacientes ficarão a cargo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e relatório de cada paciente interno.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar serviços de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas a diversas dotações.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSE LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 08 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO ME	
CNPJ: 17.897.839/0001-77	
Endereço: Rodovia Emanuel Pinheiro KM 64, Bairro Aldeia Velha.	
Cidade: Chapada dos Guimarães - MT **CEP:** 78.195-000	**Julio Rodrigues do Nascimento Neto** CPF:004.099.021-44
TELEFONE: (65) 3301-1451 (65) 99626-2263	
Email: ctsolares@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TADEU MROZINSKI
CNPJ Nº 37.509.767/0001-50

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	AREIA GROSSA	M³	2.400,00	MINERACAO 3 ESTADOS	R$ 144,79	R$ 347.496,00
30	LUVA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 1 1/2" PARA AGUA FRIA PREDIAL COD SINAPI 3900	UN	96,00	MULTILIT	R$ 19,80	R$ 1.900,80
40	REGISTRO GAVETA 1 1/4" C/ CANOPLA ACAB CROMADO SIMPLES	UN	40,00	TALITA	R$ 95,00	R$ 3.800,00
42	REGISTRO COMPLETO PARA BOTIJAO DE GAS P-13 COM MANGUEIRA E ABRACADEIRA (APROVADO PELO SELO DO IMETRO)	UN	59,00	ALIANÇA	R$ 26,00	R$ 1.534,00
55	ALICATE BICO CHATO LONGO 6", ACO CROMO-VANADIO, CABO PVC, C/ ISOLACAO ELETRICA 1000V CA	UN	21,00	PARABONI	R$ 31,80	R$ 667,80
56	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6" COM CABO ISOLADO 1000V NR-10	UN	22,00	PARABONI	R$ 20,00	R$ 440,00
58	ALICATE DE PRESSAO 10" MORDENTES RETO	UN	12,00	PARABONI	R$ 25,00	R$ 300,00
62	BROCA CONCRETO 10.00MM X 150MM	UN	25,00	MULTILIT	R$ 11,90	R$ 297,50
71	CHAVE FENDA 5/16X5"	UN	39,00	PARABONI	R$ 9,80	R$ 382,20
74	CHAVE PHILIPS 1/4X6"	UN	24,00	PARABONI	R$ 7,90	R$ 189,60
77	ESQUADRO DE AÇO 300 X 200MM COM CABO DE ALUMÍNIO COM CABO PROJETADO PARA USO A 45º ESPESSURA DA ESCALA COM 1,2MM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS	UN	9,00	PARABONI	R$ 28,00	R$ 252,00
78	FORMAO CHANFRADO 1" COM LAMINA EM ACO TEMPERADO LIXADO E CABO DE MADEIRA ERGONOMICO ENVERNIZADO	UN	9,00	PARABONI	R$ 14,50	R$ 130,50
81	JOGO CHAVE DE FENDA E PHILLIPS COM 6 PEÇAS ISOLADAS 1000V EM ACO COMPOSICAO FENDA: 1/8"X4" - 3/16"X4" E 1/4"X6" E PHILIPS: 1/8"X2.3/8" - 3/16"X3" - 1/4"X6"	UN	25,00	PARABONI	R$ 156,00	R$ 3.900,00
84	MARTELO TIPO UNHA COM CABO MADEIRA, 29MM, APROXIMADAMENTE 1KG ACO FORJADO E TEMPERADO COM ACABAMENTO POLIDO	UN	16,00	PARABONI	R$ 25,00	R$ 400,00
87	PONTEIRO DE ENCAIXE 10"" CORPO EM ACO RESISTENTE PARA MARTELO ELETROPNEUMATICO UTILIZACAO EM ROMPER SUAVE COMO REMOCAO DE CONCRETO OU PARA RASGOS EM PAREDES	UN	2,00	PARABONI	R$ 39,80	R$ 79,60
88	PONTEIRA ENCAIXE 400MM CORPO EM ACO ESPECIAL PARA PERFURACAO EM PEDRAS, CONCRETO E TIJOLOS JUNTAMENTE COM UM MARTELETE ROMPEDOR/PERFURADOR	UN	4,00	PARABONI	R$ 22,00	R$ 88,00
92	TRENA DE FIBRA DE VIDRO C/ MANIVELA 50MTS	UN	6,00	PARABONI	R$ 43,90	R$ 263,40
93	TRENA 5MT, LARGURA 3/4MM, GRADUACAO MM/POL., COM TRAVA, ESTOJO ABS (PLASTICO), METALICA REVESTIDA COM POLIMERO.	UN	28,00	PARABONI	R$ 9,00	R$ 252,00
94	JOGO DE CHAVES DE FENDA DE PRECISAO, MEDIDAS: 3/16X6", 1/4X6", 1/4X4", 3/16X3", 1/8X1.1/2, 1/4X1.1/2 E 3, 4, 6, 8 (FINA), HASTE TEMPERADA EM TODA SUA EXTENSAO, CABO ERGONOMICO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, SUPORTE PARA CHAVES.	UN	13,00	PARABONI	R$ 19,90	R$ 258,70
96	MARTELO TIPO UNHA COM CABO MADEIRA, 20MM, 328G, ACO FORJADO E TEMPERADO COM ACABAMENTO POLIDO.	UN	30,00	PARABONI	R$ 24,00	R$ 720,00
106	CARREGADOR DE BATERIA RAPIDO/LENTO 12V 50A COM AUXILIAR DE PARTIDA TENSAO DE ENTRADA 110/220 V 50/60 HZ CORRENTE DE SAIDA ATE 50 AMPERES EM VCC TEMPO DE CARGA: CARGA LENTA 10 AMPERES APROXIMADAMENTE 3 HORAS CARGA PERMITIDA 20 AMPERES APROXIMADAMENTE 3 HORAS CARGA EXTRA RAPIDA 25 AMPERES APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS	UN	4,00	WORKER	R$ 360,00	R$ 1.440,00
108	REBOLO PARA ESMERIL RETO 6X3/4 X 1.1/4	UN	60,00	WORKER	R$ 25,50	R$ 1.530,00
111	JOGO DE SOQUETES DE ENCAIXE (PITO) 1/4" E 1/2" COM 94 PEÇAS SENDO: 1 ADAPTADOR PARA BITS DE 1/2 - 2 CHAVES DE VELA DE 16 E 21MM - 3 CHAVES ALLEN: 1.5, 2, 2.5MM - 1 BARRA EXTENSORA 1/2 DE 5 - 1 BARRA EXTENSORA 1/4 DE 50MM - 1 BARRA EXTENSORA 1/4 DE 100MM - 1 BARRA EXTENSORA FLEXÍVEL 1/4 DE 150MM - 1 JUNTA UNIVERSAL DE 1/2 - 1 JUNTA UNIVERSAL DE 1/4 - 1 CHAVE T DE 1/2 - 1 CHAVE T DE 1/4 - 1 CHAVE RETA DE 1/4 - 1 CHAVE CATRACA REVERSÍVEL 1/2 CABO EMBORRACHADO 1 CHAVE CATRACA REVERSÍVEL 1/4 CABO EMBORRACHADO 18 SOQUETES ESTRIADOS 1/2 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30 E 32MM - 13 SOQUETES ESTRIADOS DE 1/4: 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 E 14MM - 4 SOQUETES LONGOS MULTI ESTRIADOS 1/2: 14, 15, 17 E 19MM 8 SOQUETES LONGOS MULTI ESTRIADOS 1/4: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 E 13MM - 33 PONTAS DIVERSAS, FENDA, PHILLIPS, TORX E ALLEN ACOPLADO EM MALETA	UN	6,00	PARABONI	R$ 208,00	R$ 1.248,00
121	ALICATE DE CRIMPAGEM PROFISSIONAL RJ45 RJ11 RJ12 8P 6P COM CATRACA SUPORTA CONECTORES CAT5 E CAT6	UN	6,00	PARABONI	R$ 45,00	R$ 270,00
129	CHAVE GRIFO 12" EM ACO 2,5X6X27CM	UN	6,00	PARABONI	R$ 51,40	R$ 308,40
132	ESCOVA DE ACO LATONADA PARA ESMERIL 6X3/4 USICORTE	UN	6,00	PARABONI	R$ 45,00	R$ 270,00
138	CHAVE DE FENDA 1/4 7"	UN	34,00	PARABONI	R$ 7,70	R$ 261,80

141	CHAVE PHILIPS 3/8 5"	UN	34,00	PARABONI	R$ 13,80	R$ 469,20
142	CHAVE PHILIPS 3/8 6"	UN	34,00	PARABONI	R$ 13,80	R$ 469,20
151	JOGO DE CHAVES ALLEN COM 12 PECAS FABRICADO EM ACO GEDORE VANADIO ACABAMENTO FOSFATIZADA/ESCURECIDA UTILIZADA PARA FIXAR OU SOLTAR PARAFOS COM SEXTAVADOS INTERNOS A CHAVE TEM O PERFIL DO CORPO EM "L", O QUE POSSIBILITA O EFEITO DE ALAVANCA DURANTE O APERTO OU DESAPERTO DE PARAFUSOS, SENDO: 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16", 3/8", 7/16" E 1/2"	UN	6,00	PARABONI	R$ 58,00	R$ 348,00
160	CHAVE PHILIPS 1/4X6""	UN	9,00	PARABONI	R$ 7,49	R$ 67,41
161	PONTEIRO DE ENCAIXE 10""""""" CORPO EM ACO RESISTENTE PARA MARTELO ELETROPNEUMATICO UTILIZACAO EM ROMPER SUAVE COMO REMOCAO DE CONCRETO OU PARA RASGOS EM PAREDES	UN	2,00	PARABONI	R$ 105,00	R$ 210,00
163	LIXADEIRA/ESMERILHADEIRA ANGULAR COM 7""""""" E COM NO MINIMO 2000W VOLTAGEM 220	UN	1,00	BOSCH	R$ 720,00	R$ 720,00
165	FURADEIRA DE IMPACTO REVERSÍVEL 500W BOTÃO COM REVERSÃO E VARIAÇÃO DE VELOCIDADE, COM TRAVA LATERAL, VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 2900RPM CLASSE DE SEGURANÇA II DIMENSÕES: 262 X 70 X 196MM PESO APROXIMADO 1,7KG CAPACIDADES: CONCRETO: 16MM - AÇO: 13MM - MADEIRA: 20MM – VOLTAGEM: 220V	UN	2,00	BOSCH	R$ 271,90	R$ 543,80
167	MARTELETE PERFURADOR ROMPEDOR 800 WATTS VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL – CAPACIDADE DE PERFURACAO ACO: 13MM, CONCRETO: 26MM, MADEIRA: 30MM ROTAÇÃO: 0 - 1.500 RPM – VOLTAGEM 220V	UN	1,00	DEWALT	R$ 610,00	R$ 610,00
168	PLAINA ELETRICA INDUSTRIAL POTENCIA DE NO MINIMO 550 WATTS, ROTACAO: 17.000 RPM CAPACIDADE DE CORTE: 1 MM LARGURA DA LAMINA 82 MM GATILHO COM TRAVA DE SEGURANÇA NA VOLTAGEM 220V	UN	1,00	DEWALT	R$ 589,00	R$ 589,00
170	ESCADA COM 2 DEGRAUS , ANTIDERRAPANTE, EM AÇO INOXIDAVEL	UN	30,00	PARABONI	R$ 95,00	R$ 2.850,00
181	MOTOSSERRA SABRE 40 CM A GASOLINA COM 50,2 CM³ CILINDRADAS CORRENTE 3/8" POTENCIA 2,6 KW/3,5 CV RPM DE 14000 - COMPRIMENTO : 65 ALTURA : 18 LARGURA : 10	UN	1,00	TOYAMA	R$ 1.150,00	R$ 1.150,00
182	MACACO HIDRAULICO TIPO GARRAFA CAPACIDADE DE 5 TONELADAS ALTURA MINIMA: 216MM CURSO DO PISTAO: 127MM CURSO DO FUSO: 70MM ALTURA MAXIMA: 413MM DIAMETRO DO FUSO: 30MM DIMENSOES DA BASE: 115MM X 114MM	UN	12,00	WORKER	R$ 100,00	R$ 1.200,00
188	TORQUIMETRO DE ESTALO (MINI) EM ACO COM ENCAIXE DE 1/2" DE 3 A 14, TORQUE AJUSTAVEL ACABAMENTO CROMADO, APERTO NO SENTIDO HORARIO E ANTI-HORARIO COMPRIMENTO DA FERRAMENTA 538 MM LEITURA ANALOGICA ACOMPANHA ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO?	UN	1,00	EDA	R$ 410,00	R$ 410,00
192	CHAVE DE IMPACTO PNEUMATICA, ENCX. 1/2", TORQUE 26KGF, CAPACIDADE 18MM, CONSUMO 13PCM, DIAM. MANG. 3/8", ROSCA ENTR. 1/4NPT, CARACTERISTICA PISTOLA, PESO 2,60KG, REVERSIVEL, PRESSAO TRABALHO 90LBS/POL².	UN	1,00	WORKER	R$ 468,00	R$ 468,00
201	PO DE TELHA/PO CERAMICO PARA REVESTIR QUADRA DE TENIS SACO COM 40KG.	UN	300,00	H M ESPORTIVAS	R$ 57,99	R$ 17.397,00
TOTAL: R$ 396.181,91						

VALOR POR EXTENSO: **TREZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E CENTO E OITENTA E UM REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: TADEU MROZINSKI	
CNPJ: 37.509.767/0001-50	
Endereço: Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 875, Centro, Quadra 40 Lote 04.	
Cidade: Alto Taquari/MT **CEP:** 78785-000	**Dioni Teresinha Heck** CPF: 811.754.181-53
TELEFONE: (66) 3496-1555	
E-mail: construfacilconstrutorat@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LUCAS PEREIRA GONÇALVES 03310519155
CNPJ Nº 28.120.347/0001-97

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
29	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, TIPO TRANQUETA, MAQUINA 40 MM, MACANETAS ALAVANCA E ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANCA MEDIO - COMPLETA	CJ	185,00	SOPRANO	R$ 29,50	R$ 5. 457,50
75	COLHER DE PEDREIRO Nº 09 (9") RETA (FERRO E CABO MADEIRA)	UN	10,00	NOVE54	R$ 10,00	R$ 100,00
125	MARTELO TIPO BOLA 500G, FORJADO EM ACO, LIGA ESPECIAL, APRESENTA NUMA DAS ESTREMIDADES BOLA.	UN	6,00	NOVE54	R$ 30,00	R$ 180,00
154	ALICATE PARA ANEIS DE MOTOR PONTA RETA INTERCAMBIAVEL TRAVA DE SEGURANCA E CABOS PROPORCIONAIS AO ESFORCO, EM ACO FOSFATIZADO E CABOS PLASTIFICADOS COM PONTAS FIXAS E RETAS COM NORMA DIN 471 E DIN 983 COMPRIMENTO: 310MM, ESPESSURA DA PONTA: 3,2MM, COMPRIMENTO DA BOCA: 86MM, DIAMETRO: 85-165MM, DIAMETRO DE ENCAIXE: 3.3/8-6.1/2"	UN	8,00	NOVE54	R$ 51,00	R$ 408,00
164	FURADEIRA INDUSTRIAL POTÊNCIA NOMINAL ABSORVIDA 750W – PESO DE 1,9KG - MOTOR ROBUSTO E POTENTE DE 701 W - 3.000 R.P.M. - MANDRIL DO VEIO DA BROCA 1/2" AMPLITUDE MIN/ MAX 1,5 – 13 MM NAS MEDIDAS 285MMX214MM 220V	UN	9,00	VONDER	R$ 459,00	R$ 4. 131,00
166	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA DE IMPACTO BATERIA 18V NUMERO DE ROTAÇÕES 0 – 600 / 0 – 1.900 R.P.M. MAXIMO DE IMPACTOS 28.500 I.P.M.	UN	2,00	DWT	R$ 678,00	R$ 1. 356,00
176	COMPACTADOR DE SOLO TIPO SAPO 6.5 HP MOTOR DE 4 TEMPOS PARTIDA RETRATIL FORÇA DO GOLPE DE 19.8KN DE 640-680 GOLPES POR MINUTO SAPATA NAS DIMENSOES 34,5X28,5CM PROFUNDIDADE DE COMPACTACAO DE 58CM TANQUE 2,8L A GASOLINA	UN	1,00	FORTEMAC	R$ 9. 549,00	R$ 9. 549,00
180	PODADOR DE ALTURA A GASOLINA 2T 52CC POTENCIA 2,17CV /1,57KW/ 12.000RPM PARTIDA MANUAL A GASOLINA SABRE 10" DIAMETRO DA LAMINA 255 MILÍMETROS (3T) COMPRIMENTO 284,00CM	UN	1,00	NAGANO	R$ 1. 500,00	R$ 1. 500,00
183	MACACO HIDRAULICO TIPO GARRAFA CAPACIDADE DE 10 TONELADAS ALTURA MÍNIMA DE ELEVACAO: 200MM - ALTURA MAXIMA DE ELEVACAO: 385MM	UN	2,00	NOVE54	R$ 161,80	R$ 323,60
187	TORQUIMETRO DE ESTALO EM ACO COM ENCAIXE DE 3/4" DE 7 A 35KG TORQUE AJUSTAVEL MARGEM DE ERRO +- 4% CERTIFICADO DE AFERICAO CONFORME A NORMA ISO 6789 APERTO NO SENTIDO HORARIO E ANTI-HORARIO COMPRIMENTO DA FERRAMENTA: 825MM ACOPLADA EM ESTOJO PARA ARMAZENAMENTO	UN	1,00	VONDER	R$ 1. 128,10	R$ 1. 128,10
TOTAL: R$ 24.133,20						

VALOR POR EXTENSO: **VINTE E QUATRO MIL E CENTO E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: LUCAS PEREIRA GONÇALVES 03310519155	
CNPJ: 28.120.347/0001-97	
Endereço: Rua Figueira Oeste, nº839, Quadra 11 Lote 02, Bairro Ragagnim;	
Cidade: Chapadão do Céu – GO	**Lucas Pereira Gonçalves** CPF: 033.105.191-55
CEP: 75.828-000	
TELEFONE: (64) 3634-1192 / (17) 99190-6537	
E-mail: impactavendas@outlook.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 27 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 27 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1529/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E DE EXPEDIENTE**, nas características e quantitativos descritos no Termo de Referência e proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BRIVIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI - ME CNPJ Nº 11.618.579/0001-77						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QNTD**	**MARCA**	**V. UNT.**	**V. TOTAL**

3	APAGADOR QUADRO BRANCO 15X6CM MODELO FLIPTOP 150N, COM ARMAZENAMENTO DE 02 UNIDADES DE PINCEIS – BASE EM PLASTICO REFORCADO, FELTRO SUPER MACIO E RESISTENTE, REFIL SUBSTITUIVEL.	UN	67	PILOT	R$ 11,60	R$ 777,20
7	BALAO DE FESTA TIPO ESPAGUETE - PCT COM 50 UNIDADES - LISO, COR A ESCOLHER, EM LATEX NATURAL E PIGMENTOS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN	510	PIC PIC	R$ 6,27	R$ 3. 197,70
20	COLA BRANCA LIQUIDA 1LT - COMPOSTA DE POLIVINIL ACETATO, TIPO PASTOSA, COM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 15236.	UN	255	PIRATININGA	R$ 8,14	R$ 2. 075,70
49	PEN DRIVE 8 GB	UN	87	MULTILASER	R$ 18,70	R$ 1. 626,90
51	PILHA ALCALINA AAA2 - PALITO - PACOTE COM 2 UNIDADES	UN	683	ELGIN	R$ 3,57	R$ 2. 438,31
65	TINTA PARA CARIMBO, NA COR AZUL, EMBALAGEM DE PLASTICO, COM TAMPA ROSQUEADA - FRASCO COM 42 ML	UN	154	PILOT	R$ 7,15	R$ 1. 101,10
66	TINTA PARA CARIMBO, NA COR PRETA, EMBALAGEM DE PLASTICO, COM TAMPA RESOQUEADA - FRASCO COM 42 ML	UN	109	PILOT	R$ 7,15	R$ 779,35
76	ETIQUETA 25,4X99,0MM, FORMATO A4, CAIXA COM 25 FOLHAS, TOTAL DE 550 ETIQUETAS, COR BRANCO, COMPOSICAO: PAPEL COM ADESIVO ACRILICO AQUOSO (PARA IMPRESSORA JATO TINTA, INKJET+LASER)	UN	53	IMPRIMASTER	R$ 9,10	R$ 482,30
79	PAPEL CARBONO FOLHA A4 21,0X29,7CM, 1º LINHA - CAIXA 100 UNIDADES (COR A ESCOLHER)	UN	17	RADEX	R$ 24,90	R$ 423,30
86	QUADRO BRANCO 0,90 X1,20CM - TELA CHAPA FIBRA DE MADEIRA, PINTURA UV ALTA DURABILIDADE, MOLDURA ALUMINIO NATURAL (12X6MM), PORTA MARCADOR E APAGADOR.	UN	23	GUEDES	R$ 83,90	R$ 1. 929,70
91	DVD-R (GRAVAVEL), VELOCIDADE DE GRAVACAO: 4X, CAPACIDADE DE ARMAGENAMENTO: 4,7GB P/ DADOS, 120 MIN. P/ VIDEO, SUPERFICIE: COM LOGO DO FABRICANTE, EMBALAGEM: ENVELOPE INDIVIDUAL.	UN	255	ELGIN	R$ 0,94	R$ 239,70
97	LIVRO PONTO 100FL - FORMATO 218X319MM, 4 ASSINATURAS, CAPA DURA - GRANDE.	UN	42	TILIBRA	R$ 11,90	R$ 499,80
107	CLIPS PARA PAPEL EM ACO NIQUELADO/GALVANIZADO, Nº 1/0, FABRICADO EM ACO ANTIFERRUGEM - CAIXA COM 940 UNIDADES	UN	96	XR	R$ 6,85	R$ 657,60
114	PEN DRIVE 16 GB	UN	55	MULTILASER	R$ 21,40	R$ 1. 177,00
130	PAPEL ALMACO COM PAUTA - PACOTE 400 UNIDADES	UN	29	CREDEAL	R$ 34,30	R$ 994,70
133	PERFURADOR PARA 100 FOLHAS, CORPO TODO METALICO, BASE PLASTICA, DIAMETRO DO FURO 6MM - GRANDE	UN	21	CAVIA	R$ 149,90	R$ 3. 147,90
139	ENVELOPE PLASTICO COM ZIPER TRANSPARENTE - TAM. A4	UN	425	ACP	R$ 2,91	R$ 1. 236,75
141	ETIQUETA 25,4X63,5MM, FORMATO A4, CAIXA COM 25 FOLHAS, TOTAL DE 825 ETIQUETAS, COR BRANCO, COMPOSICAO: PAPEL COM ADESIVO ACRILICO AQUOSO (PARA IMPRESSORA JATO TINTA, INKJET+LASER)	UN	45	IMPRIMASTER	R$ 9,66	R$ 434,70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA CNPJ Nº 14.888.303/0001-05						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
31	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1"	UN	46,00	LIEGE	R$ 31,60	R$ 1. 453,60
33	REGISTRO GAVETA 1/2" BRUTO LATAO	UN	47,00	LIEGE	R$ 22,00	R$ 1. 034,00

45	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	160,00	KRONA	R$ 53,00	R$ 8.480,00
50	ESGUICHO LONGO PARA LAVADOR PARA MANGUEIRA DE 1/2 E 1 TRAMA	UN	4,00	GARDEN	R$ 50,00	R$ 200,00
54	ALAVANCA ACO FORJADO, MEDIDA 2MT, REDONDA, PA DE BICO	UN	7,00	RIO FORT	R$ 74,00	R$ 518,00
63	BROCA CONCRETO 12.00MM X 150MM	UN	17,00	ROCAST	R$ 13,80	R$ 234,60
64	BROCA CONCRETO 13MM	UN	17,00	ROCAST	R$ 16,00	R$ 272,00
66	BROCA CONCRETO 4.00MM	UN	15,00	ROCAST	R$ 2,50	R$ 37,50
67	BROCA CONCRETO 6.00MM	UN	23,00	ROCAST	R$ 4,00	R$ 92,00
68	BROCA CONCRETO 8.0MM CURTA	UN	23,00	ROCAST	R$ 6,00	R$ 138,00
70	CAVADEIRA ARTICULADA, DE FERRO, COM CABO MADEIRA DE 1,5MT.	UN	16,00	PARABONI	R$ 54,50	R$ 872,00
72	CHAVE AJUSTAVEL (INGLESA) PARA PORCA 12", ACO, COM AJUSTE NOS MORDENTES.	UN	9,00	KALA	R$ 39,50	R$ 355,50
76	ENXADAO MEDIDA 250X127MM, OLHO REDONDO, COM CABO MADEIRA TAMANHO 1,5MT.	UN	13,00	PARABONI	R$ 22,80	R$ 296,40
80	JOGO DE CHAVES COMBINADAS FIXAS COM PERFIL SEXTAVADO E QUADRADAS 6, 8, 10, 11, 13, 14, 17, 19, 27 E 32MM - PRODUZIDAS EM ACO CARBONO CORPO ESPELHADO E CROMADO ACONDICIONADAS EM UM ESTOJO PLASTICO	UN	6,00	WORKER	R$ 204,00	R$ 1.224,00
83	MARRETA OITAVADA 1KG C/ CABO EM MADEIRA (PXAXL) 25,5X10X4	UN	13,00	RIO CLARO	R$ 15,00	R$ 195,00
85	NIVEL DE MAO EM ALUMINIO 12 - 300MM MEDIDAS APROXIMADAS (AXLXC) 6X2.6X30.5CM, AMPOLAS DE 360º, PERFIL "I" VISORES EM POLICARBONATO TRANSPARENTE, BASE MAGNETICA EM FORMA DE FITA COM A FUNCAO DE FIXACAO EM SUPERFÍCIES METALICAS. REGUA GRADUADA NA PARTE SUPERIOR DO PRODUTO. PROTECAO PLASTICA NAS EXTREMIDADES. COM 2 AMPOLAS (0º E 90º).	UN	7,00	THOMPSON,	R$ 29,70	R$ 207,90
86	PICARETA EM ACO 4 LIBRAS C/CABO EM MADEIRA TAMANHO: 4 - TAMANHO DO OLHO: 70X45MM E 451MMX98MM	UN	10,00	PARABONI	R$ 48,50	R$ 485,00
90	SERROTE CABO DE MADEIRA, LAMINA 24", 600 MM, TIPO PROFISSIONAL, EM ACO ESPECIAL LAMINADO	UN	11,00	THOMPSON	R$ 30,00	R$ 330,00
91	ALICATE TORQUES 12", CORTE FRONTAL EM ACO CABO PVC	UN	7,00	PARABONI	R$ 29,90	R$ 209,30
95	CHAVE DE CANO AMERICANA/GRIFO 14", CAP. APERTO 2.3/8", CORPO EM LIGA DE ALUMINIO MESMA RESISTENCIA ACO FORJADO	UN	6,00	WORKER	R$ 69,90	R$ 419,40
98	LIMA PARA ENXADA CHATA 8" 203MM, ACO ESPECIAL DE ALTO CARBONO.	UN	30,00	ROCAST	R$ 9,80	R$ 294,00
99	LAMINA PARA SERRA MANUAL/SEGUETA 12" COM 18 DENTES NAS DIMENSOES APROXIMADAS 31 X 1,2 X 0,1 CM	UN	70,00	STARRET	R$ 5,50	R$ 385,00
100	CHAVE DE RODA TIPO CRUZ PROFISSIONAL EM ACO ACABAMENTO ZINCADO COM PERFIL SEXTAVADO EM TODAS AS EXTREMIDADES MEDIDA APROXIMADA 17X19 MM E 13/16”X23 MM	UN	51,00	WORKER	R$ 48,90	R$ 2.493,90
101	ESPATULA TIPO BETUMADEIRA Nº8 (8CM), EM ACO, CABO MADEIRA.	UN	12,00	ROMA	R$ 3,80	R$ 45,60
102	ESPATULA TIPO BETUMADEIRA Nº10 (10CM), EM ACO, CABO MADEIRA.	UN	12,00	ROMA	R$ 4,50	R$ 54,00
103	CABO AUXILIAR DE PARTIDA CHUPETA, COM 350 AMPERES CABO COM 2,5 METROS, 12V COM GARRAS TIPO JACARE E CABOS EMBORRACHADOS CONTENDO 01 CABO POSITIVO VERMELHO 01 CABO NEGATIVO PRETO ACONDICIONADOS EM ESTOJO COM ALCA	UN	24,00	WORKER	R$ 56,50	R$ 1.356,00
104	PENEIRA ACO ARO 55	UN	11,00	MM TELAS	R$ 22,50	R$ 247,50
105	PA TIPO CONCHA RETA (QUADRADA), MEDIDA 320X260MM, COM CABO DE 1,5MT	UN	12,00	PARABONI	R$ 26,91	R$ 322,92
112	FACAO COM CABO E BAINHA, MEDIDA 18".	UN	9,00	THOMPSON	R$ 41,00	R$ 369,00
113	FACAO COM CABO, MEDIDA 20"	UN	8,00	THOMPSON	R$ 21,50	R$ 172,00
115	FOICE MODELO PARANA (AXLXC) 4,5X1X39CM TIPO DE OLHO DA FOICE: REDONDO MEDIDA DO OLHO DA FOICE: 36,0 MM - COMPRIMENTO DA LÂMINA DA FOICE: 275,0 MM - COMPRIMENTO DO ENCAIXE DA FOICE: 120,0 MM COM CABO	UN	7,00	PARABONI	R$ 27,00	R$ 189,00
119	ENXADA TIPO LARGA, MEDIDA 240X300MM, COM CABO MADEIRA TAMANHO 1,5MT, OLHO REDONDO.	UN	12,00	PARABONI	R$ 22,00	R$ 264,00
120	ENXADA TIPO SUL, MEDIDA 175X203MM, COM CABO MADEIRA TAMANHO 1,5MT. OLHO REDONDO (GAUCHA).	UN	10,00	PARABONI	R$ 23,00	R$ 230,00
122	JOGO DE CHAVE DE BOCA - ESTOJO COM 12 PECAS 6 A 32 MM FABRICADAS EM ACO E ACOPLADAS EM ESTOJO PLASTICO	UN	6,00	WORKER	R$ 132,45	R$ 794,70
123	JOGO DE CHAVE ESTRELA - COM 12 PEÇAS DE 6 A 32 MM FORJADAS EM ACO CROMO VANADIO COM ACABAMENTO NIQUELADO E ACOPLADAS EM ESTOJO PLASTICO	UN	6,00	MAYLE	R$ 145,80	R$ 874,80
124	JOGO DE CHAVE COMBINADA (ESTRELA E FIXA) 06 A 22MM (6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 E 22), ACO CROMO-VANADIO.	UN	6,00	WORKER	R$ 102,00	R$ 612,00
126	ALICATE UNIVERSAL 8", ACO CROMO-VANADIO, ACABAMENTO OXIDADO, DUPLAMENTE TEMPERADO, MANDIBULA TRATADO COM INDUCAO, COM ISOLACAO.	UN	37,00	TRAMONTINA	R$ 30,00	R$ 1.110,00
128	CHAVE DE CANO AMERICANA/GRIFO 24", CAP. APERTO 3.1/2", CORPO EM LIGA DE ALUMINIO MESMA RESISTENCIA ACO FORJADO	UN	6,00	MAYLE	R$ 141,00	R$ 846,00
130	CHAVE AJUSTAVEL (INGLESA) PARA PORCA 10", ACO, COM AJUSTE NOS MORDENTES.	UN	4,00	KALA	R$ 35,00	R$ 140,00
131	CHAVE AJUSTAVEL (INGLESA) PARA PORCA 15", ACO, COM AJUSTE NOS MORDENTES.	UN	4,00	KALA	R$ 86,50	R$ 346,00
133	ESCOVA DE ACO PARA LIMPEZA, COM CABO	UN	8,00	CARBOGRAFITE	R$ 5,10	R$ 40,80
134	DISCO DE DESBASTE PARA ESMERILHADEIRA 7"	UN	60,00	WORKER	R$ 9,70	R$ 582,00

135	DISCO CORTE DIAMANTADO 7", PARA ESMERILHADEIRA, SEGMENTADO, PARA CONCRETO	UN	14,00	KALA	R$ 33,00	R$ 462,00
136	MARRETA QUADRADA COM CABO 2KG, EM ACO FORJADO	UN	8,00	RIO CLARO	R$ 23,50	R$ 188,00
144	JOGO DE CHAVE ALLEN 3/16 5/8"	UN	7,00	THOMPSON	R$ 40,00	R$ 280,00
149	ESPATULA PARA BORRACHEIRO CHATA EM ACO CROMO TRATADO 24" COM 60CM	UN	6,00	WORKER	R$ 60,00	R$ 360,00
150	ESPATULA PARA BORRACHEIRO REDONDA EM ACO VANADIUM 23" COM 60CM	UN	6,00	WORKER	R$ 65,00	R$ 390,00
152	TALHADEIRA REDONDA, MEDIDA-POL. 10" (1.3/8), EM ACO.	UN	8,00	RIO CLARO	R$ 18,00	R$ 144,00
153	MARRETA TIPO PENA 5KG FORJADA E TEMPERADA EM ACO CARBONO C/ CABO EM MADEIRA ENVERNIZADO	UN	6,00	RIO CLARO	R$ 80,00	R$ 480,00
156	JOGO DE CHAVES TIPO TORX 09 PECAS - T10 A T50	UN	4,00	KALA	R$ 60,00	R$ 240,00
159	CAIXA FERRAMENTA TIPO BAU - EM CHAPA DE ACO, 1 BANDEJA, ALCA NA PARTE SUPERIOR, POSSIBILITA USO DE CADEADO, PINTURA EPOXI, TAMANHO: 400MM, LARGURA: 160MM, ALTURA: 170MM	UN	8,00	MARCON	R$ 90,00	R$ 720,00
172	TORNO DE BANCADA FIXO 8" (MORSA), EM FERRO NODULAR MONOBLOCO, FUSO ROSCA TRAPESOIDAL, MANIPULADO REFORSSADO DE GRANDE RESISTENCIA COM TERMINAIS PRESADOS E COM MORDENTES SUSBSTITUIVEIS.	UN	1,00	MOTOMIL CMO	R$ 308,50	R$ 308,50
178	BOMBA/ENGRAXADEIRA MANUAL COM RESERVATORIO PARA 7,KG - PRESSÃO DE TRABALHO PODE ALCANÇAR 5.000 PSI PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EXTERNO E INTERNO BORRIFADO CABEÇOTE EM AÇO MANGUEIRA COM 1,30 METROS PARA ALTA PRESSÃO BICO ACOPLADOR 1/8" HIDRAULICO DE 4 GARRAS E VAZÃO DE 4 GRAMAS POR ACIONAMENTO - DIMENSÕES DO PRODUTO (LXAXC) 215X325X315MM	UN	4,00	HIDROLUNBZ	R$ 154,50	R$ 618,00
184	MACACO HIDRAULICO TIPO GARRAFA CAPACIDADE DE 20 TONELADAS ALTURA DE CONSTRUCAO: 244MM DIMENSOES DA BASE: 155 X 169 MM CURSO DE ELEVACAO HIDRAULICA: 145MM CURSO DE FUSO: 60MM ALTURA TOTAL: 449MM DIAMETRO DA CABEÇA DE APOIO: 46MM COMPRIMENTO DA ALAVANCA: 420MM	UN	3,00	WORKER	R$ 295,00	R$ 885,00
TOTAL: R$ 33.898,92						

VALOR POR EXTENSO: **TRINTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA	
CNPJ: 14.888.303/0001-05	
Endereço: Av. Beira Rio, nº 1.700, Bairro Praeiro	
Cidade: Cuiaba - MT	**Colemar Inácio da Rocha Filho**
CEP: 78.070-500	CPF: 819.012.081-68
TELEFONE: (65) 3322-7020 / 9 9692-5213	
E-mail: mudarcomercio@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI CNPJ Nº 07.508.571/0001-80						
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
6	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS 1,10 X 2,20 M COM 12 MM	UN	750,00	ROTA	R$ 48,00	R$ 36.000,00
8	CUMEEIRA PARA TELHA CERAMICA, COMPRIMENTO DE 41 CM RENDIMENTO DE 3 COD SINAPI 7181	UN	4.970,00	BELLO	R$ 2,74	R$ 13.617,80
35	REGISTRO GAVETA 2.1/2" BRUTO LATAO	UN	29,00	MS	R$ 175,00	R$ 5.075,00
36	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3"	UN	28,00	MS	R$ 339,00	R$ 9.492,00
43	REJUNTE TIPO EPOXI NA COR A ESCOLHER	KG	464,00	PORTO	R$ 62,00	R$ 28.768,00
44	REJUNTE TIPO EPOXI NA COR BRANCA	KG	460,00	PORTO	R$ 52,50	R$ 24.150,00
47	VIDRO LISO FUME E 6MM - SEM COLOCACAO	M²	552,00	SO VIDRO	R$ 248,00	R$ 136.896,00
49	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E 6 MM, SEM COLOCACAO	M²	576,00	SO VIDRO	R$ 190,00	R$ 109.440,00
97	CONE SINALIZACAO E SEGURANCA EM POLIPROPILENO 75CM ZEBRADO, COR BRANCO/ LARANJA - GRANDE	UN	112,00	K TELI	R$ 23,70	R$ 2.654,40
173	CARRINHO FECHADO COM 6 GAVETAS COM REPARTICOES CHAVEADO N° 08 DIMENSOES APROXIMADAS (AXCXL) 845MMX645MMX410MM CONTEM: 2 GAVETAS (CXLXA) 490MMX360MMX60 MM - 3 GAVETAS (CXLXA) 490MMX360MMX100 MM - 1 GAVETA (CXLXA) 495MMX360MMX190 MM E ALCA LATERAL – COM 4 RODIZIOS (2 FIXOS, 2 GIRATORIOS E 1 COM TRAVA COR A ESCOLHER	UN	2,00	FERCAR	R$ 760,00	R$ 1.520,00
174	COLETOR DE OLEO COM BACIA COLETORA DE ALTURA REGULAVEL RESERVATORIO EM ACO COM CAPACIDADE DE 50 LITROS EQUIPADO COM CARRINHO REFORCADO DE DUAS RODAS DIMENSOES APROXIMADAS (LXA) 440MMX1300MM	UN	4,00	HYDRON LUBZ	R$ 428,00	R$ 1.712,00
177	COMPRESSOR DE AR 5,2 PES 100 LTS, 140 LIBRAS, 1 CV, MONOFASICO, VOLTAGEM 110/ 220 VOLTS.	UN	1,00	CHIAPERIN	R$ 1.723,00	R$ 1.723,00
186	ESCADA TIPO PINTOR DUPLA, FIBRA DE VIDRO, NÃO CONDUZ ELETRICIDADE, NAO ABSORVE UMIDADE E NAO ENFERRUJA. SUPORTA PESO DE ATE 110KG DIMENSOES: 2,40M COM 8 DEGRAUS PESO: 15,6KG	UN	4,00	ROTTERMAN	R$ 900,00	R$ 3.600,00
190	COMPRESSOR DE AR DE ALTA PRESSAO, 30 PES E 250 LITROS TRIFASICO COM 2 ESTAGIOS DE ALTA PRESSAO (175LBF/POL²) DESLOCAMENTO TEORICO 850 L/MIN - 30 PCM - PRESSAO MAXIMA 175 PSI - RPM DO BLOCO 1056 MOTOR ELETRICO 7,5 HP - 5.5 KW - 2P - TENSAO: 220/380V	UN	1,00	CHIAPERIN	R$ 7.450,00	R$ 7.450,00
193	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL 3" EM FERRO	UN	10,00	BPS	R$ 160,00	R$ 1.600,00
194	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL 2" EM METAL	UN	10,00	BPS	R$ 150,00	R$ 1.500,00
TOTAL: R$ 385.198,20						

VALOR POR EXTENSO: **TREZENTOS E OITENTA E CINCO MIL E CENTO E NOVENTA E OITO E VINTE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI	
CNPJ: 07.508.571/0001-80	
Endereço: Rua 15, Qd 32 Lt 05, Esq. Com Rua 02, Setor Aurélio;	
Cidade: Mineiros – GO	**Edmar Donizete de Paula** CPF: 530.235.791-72
CEP: 75.830-000	
TELEFONE: (64) 3661-3584 / 9 9287-2433	
E-mail: multiplicar91@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BRASFERMA LTDA CNPJ Nº 00.503.644/0001-00						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
127	JOGO DE SOQUETE (CACHIMBO) ESTRIADOS - COM 20 PECAS 3/4" DE 19 A 50 MM ACOPLADO EM CAIXA PLASTICA	UN	2,00	MTX	R$ 610,00	R$ 1. 220,00

171	TALHA MANUAL ALAVANCADA COM CORRENTE 1 TONELADA, ALT. ELEV. 3MT, FABRICADA EM ACO 1020, COM PINTURA ELETROSTATICA E CORRENTECORRENTE COM OXIDACAO PRETA DE LATA RESISTENCIA A ABRASAO.	UN	1,00	BREMEN	R$ 689,00	R$ 689,00
189	DESFORCIMETRO MULTIPLICADOR DE TORQUE MOVEL 1" TORQUEADOR 590KGF + 2 SOQUETES 32 E 33MM REDUCAO PROPORCIONADA DE FORÇA: 1:58 - PARA CADA 1 KGF APLICADO O DES-FORCIMETRO GERA 590 KGF NO SOQUETE COM EXTENSAO DE 50MM, 01 EXTENSOR, 01 MANIVE-LA, ACONDICIONADO EM MALETA DE ACONDICIONAMENTO	UN	1,00	POTENTE	R$ 530,00	R$ 530,00
191	CHAVE DE IMPACTO PNEUMATICA, ENCX. 1", TORQUE 205KGF, CAPACIDADE 38MM, CONSUMO 60PCM, DIAM. MANG. 1/2", ROSCA ENTR. 1/2NPT, CARACTERISTICA PA, PESO 12,90KG, REVERSI-VEL, PRESSAO TRABALHO 90LBS/POL².	UN	1,00	POTENTE	R$ 1. 750,00	R$ 1. 750,00
TOTAL: R$ 4.189,00						

VALOR POR EXTENSO: **QUATRO MIL E CENTO E OITENTA E NOVE REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: BRASFERMA LTDA	
CNPJ: 00.503.644/0001-00	
Endereço: Av. Prudente de Morais, nº 55, Cidade Jardim,	
Cidade: Belo Horizonte - MG	**Carlos Fernando Rosa Pereira**
CEP: 30.350-093	CPF: 967.646.198-91
TELEFONE: (31) 3296-5699 / 3296-6063	
E-mail: brsferma@yahoo.com.br / brasferma.patricia@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 26 de Março de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 26 de Março de 2019, no Diário de Cuiabá dia 26 de Março de 2019, Processo Administrativo nº 884/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECUPERAÇÃO/TRATAMENTO DE PISO GRANILITTE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS (REMOÇÃO SUJEIRA E APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE) EM DIVERSAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS**.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

IMPACTO COMERCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA CNPJ Nº 10.315.247/0001-50					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
1	LIMPEZA DE PISO, COM REMOÇÃO DO ANTIGO IMPERMEABILIZANTE E NOVO TRATAMENTO	M²	13.269,00	10,6000	140.651,40
TOTAL: R$ 140.651,40					

VALOR POR EXTENSO: CENTO E QUARENTA MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E UM E QUARENTA CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, de forma parcelada, onde o município solicitará a metragem necessitada, devendo a prestação dos serviços ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de materiais, transporte para execução dos serviços, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - Os Serviços deverão ser executados somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços. Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados, nos locais solicitados, nos dias e horários estipulados nesta, sob pena de inadimplemento do contrato. A execução do objeto compreenderá a prestação de serviços constantes do anexo I, parte integrante deste.

4.4 - No ato da entrega dos serviços passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constada referente às condições firmadas, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a correção e promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.6 - O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar qualquer tipo de informações e esclarecimentos requerida pela fiscalização.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o serviço dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor público responsável, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.39.00000101000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.39.00000101000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

02.060.0.0.12.361.8010.2163.3.3.90.39.00000101000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

02.060.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.39.00000100000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.39.00000146017000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

05.130.0.0.10.301.7010.2091.3.3.90.39.00000146008000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.39.00000100000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.39.00000100000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 08 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: IMPACTO COMERCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA	
CNPJ: 10.315.247/0001-50	
Endereço: Av. Josefa Machado de Rezende, nº 3123 Quadra 96 Lote 38, Parque Sagrada Familia.	
Cidade: Rondonópolis – MT	**Jean Cassio Rodrigues** CPF: 632.834.176-87
CEP: 78.735-000	
TELEFONE: (66) 99955-3700	
E-mail: dedetizadora_impacto2013@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56**, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sra. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 12 de Março de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 12 de Março de 2019, no Diário de Cuiabá dia 12 de Março de 2019, Processo Administrativo nº 794/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICA ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS E VOLUNTÁRIAS**, em atendimento aos pacientes em tratamento de saúde, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 014/2019, que fica fazendo parte desta ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI ME CNPJ Nº 18.085.802/0001-07					
ITEM	**MATERIAL**	**UNIDADE**	**QTDE.**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
2	INTERNACAO COMPULSORIA PARA DEPENDENTE QUIMICO FEMININA ADULTO	UN	9,00	R$ 3.400,0000	R$ 30.600,00
TOTAL: R$ 30.600,00					

VALOR POR EXTENSO: TRINTA MIL E SEISCENTOS REAIS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração, conforme disposto no Art. 65, inciso § 1º da Lei 8.666/93, dos serviços contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 – As internações serão solicitadas de forma fracionada, de acordo com a quantidade necessitada, devendo a contratada fornecer o tratamento imediatamente ao qual, conforme condições estabelecidas no termo de referência, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante.

4.1.1 - A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar os pacientes somente as Clínicas que estiverem credenciados junto ao órgão Municipal.

4.2 – As internações solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser fornecidos aos pacientes em tratamento de desintoxicação, conforme termo de referência e emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal.

4.3 - Os pacientes serão atendidos na sede da credenciada, mediante a apresentação de guia de encaminhamento expedida pela Secretaria de Saúde.

4.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA:**

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições e pagamento, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, marca e descrição da proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega dos serviços, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas e reclamações pelos hóspedes detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% poderão ser aplicados na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.6.1 - Durante o período de internação, a CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do paciente no recinto da clínica, dotando-a de toda segurança necessária;

5.1.6.2 - Em caso de saída não autorizada do paciente, a CONTRATADA comunicará imediatamente a CONTRATANTE o fato ocorrido;

5.1.7 - A Nota Fiscal somente deverá ser entregue mediante requisição de compra, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Se responsabilizar pelas condições da internação, alimentação, medicamentos, assistência médicas e demais serviços necessários ao bem-estar, segurança e recuperação do paciente e não cobrar, qualquer produto ou serviços adicionais que não constem na proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.11 - Enviar, MENSALMENTE, relatório sobre a evolução do tratamento do paciente, como condição para pagamento;

5.1.12 - A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou aos beneficiários indicados pela mesma, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE:**

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

5.2.5 – O transporte dos pacientes ficará a cargo do contratante.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e relatório de cada paciente interno.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do FORNECEDOR o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e no Diário de Contas do Estado de Mato Grosso (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br/).

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

d) entregar serviços de má qualidade e não o substituir após notificação da contratada, dentro do prazo aqui estabelecido.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

11.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. Porém, caso haja solicitações em aberto, a contratada deverá fornecer todos pedidos que estivera em pendências e após, solicitar o cancelamento de seu registro.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto serão atribuídas a diversas dotações.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

14.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar a totalidade dos serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - Os Preços registrados nesta Ata poderão ser utilizados como forma de adesão, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões advindas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 08 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: ROSA DE SARON CENTRO DE TRATAMENTO FEMININO EIRELI ME	
CNPJ: 18.085.802/0001-07	
Endereço: Rua Generoso Azvedo Neto, S/N, Cond.; Bom Clima, Quadra 32, Bairro Bom Clima.	
Cidade: Chapada dos Guimarães - MT **CEP:** 78.195-000	**Ricardo Fernando Santana** CPF:003.892.201-08
TELEFONE: (65) 3301-1451	
Email: rosadesaronct@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 27 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 27 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 27 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1534/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO,** nas características e quantitativos descritos no Termo de Referência e proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

VITTRA DIAGNOSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A CNPJ: 00.904.728/0001-48						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QNTD.**	**MARCA**	**V. UNT.**	**V. TOTAL**
1	AGULHA PARA APARELHO ANALISADOR BIOQUIMICO A-15(COMPATIVEL COM APARELHO BIOSYSTEM)	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 2.020,00	R$ 4.040,00
2	LAMPADA PARA APARELHO ANALISADOR BIOQUIMICO A-15(COMPATIVEL COM APARELHO BIOSYSTEM)	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 495,00	R$ 2.970,00
64	ACIDO URICO ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICA PELO METODO URICASE/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSISTEM	UN	4	BIOSYSTEMS	R$ 230,00	R$ 920,00
65	ALFA AMILASE DIRETA CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA, POR SUBSTRATO DIRETO - KIT COM 5X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, ACONDICIONADO EM FRASCO PARA SER COLOCADO DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTOS - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTOS A15 BIOSYSTEM	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 535,00	R$ 1.070,00
66	ALBUMINA MONOREAGENT PRONTO PARA USO, FRANCO 50ML PRONTO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - REAGENTE PARA EQUIPAMENTO RANDONICO MARCA BIOSYSTEM A-15.	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 63,00	R$ 126,00
67	ALT/GTP CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA POR 1FCC, KIT COM 5X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4. ACONDICIONADO EM FRASCOS 50ML, COLO-	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 155,00	R$ 930,00

	CADO DIRETAMENTE NO AEQUIPAMENTO RANDONICO COMPATIVEL COM APARELHO DA MAREA BIOSYSTEM A-15.					
68	AST/GOT CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA POR IFCC - KIT COM 5X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAODE 1+4. FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 180,00	R$ 1.080,00
69	BILIRRUBINA DIRETA ESPECTOFOTOMETRIA - KIT COM 5X50ML BIRREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO, REAGENTE COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO RANDOMICO MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.	UN	3	BIOSYSTEMS	R$ 129,00	R$ 387,00
70	BILIRRUBINA TOTAL ESPECTOFOTOMETRIA - KIT COM 5X50ML BIRREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO, REAGENTE COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO RANDOMICO MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.	UN	3	BIOSYSTEMS	R$ 129,00	R$ 387,00
71	COLESTEROL ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICO POR OXIDA/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM .	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 234,00	R$ 1.404,00
72	COLESTEROL HDL DIRETO PELO METODO POLIMERO/DETERGENTE - KIT COM 4X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 290,00	R$ 1.740,00
73	KIT COLINESTERASE 4X50ML - APARELHO RANDOMICO MARCA BIOSYSTEM MODELO A-15, ESTAVEL APOS PREPARADO POR 2 MESES.	UN	10	BIOSYSTEMS	R$ 215,00	R$ 2.150,00
74	CREATININA CINETICA ESPECTOFOTOMETRICO POR PICRATO ALCALINO - KIT COM 10X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 135,00	R$ 810,00
75	FOSFATASE ALCALINA CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA TAMPAO DIETANOLAMINA - KIT COM 5X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO , FRASCO PARA COLOCAR DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	3	BIOSYSTEMS	R$ 129,00	R$ 387,00
76	KIT GAMA GLUTAMILTRASFERASE 5X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	3	BIOSYSTEMS	R$ 240,00	R$ 720,00
77	GLICOSE ENZIMATICA ESPECTOFOTOMETRICO PELO METODO DE OXIDA/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.	UN	8	BIOSYSTEMS	R$ 64,00	R$ 512,00
78	TRIGLICERIDIOS ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICO POR GLICEROL, FOSFATO OXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM	UN	5	BIOSYSTEMS	R$ 320,00	R$ 1.600,00
79	UREIA ULTRAVIOLETA ENZIMATICA ESPECTOFOTOMETRICO POR UREASE/GLUTAMATO DESIDROGENASE - KIT COM 5X50ML BIREAGENTE LIQUIDOPARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO.	UN	6	BIOSYSTEMS	R$ 155,00	R$ 930,00
80	LIQUIDO DE SISTEMA FRASCO COM 100ML - PARA EQUIPAMENTO RANDONICO MARCA BIOSYSTEM A-15	UN	4	BIOSYSTEMS	R$ 232,00	R$ 928,00
81	ROTOR DE REACAO EQUIPAMENTO RANDONICO MARCA BIOSYSTEMS A-15 - CAIXA COM 10 UNIDADES	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 350,00	R$ 700,00
82	SOLUCAO DE LAVAGEM EQUIPAMENTO RANDONICO MARCA BIOSYSTEMS A-15 - 100ML	UN	10	BIOSYSTEMS	R$ 354,00	R$ 3.540,00
83	SORO CONTROLE PARA BIOQUIMICA I 5X5ML	UN	5	BIOSYSTEMS	R$ 263,00	R$ 1.315,00
84	SORO CONTROLE PARA BIOQUIMICA II 5X5ML	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 259,00	R$ 518,00
85	SORO CONTROLE LIPIDICO 3X1ML	UN	2	BIOSYSTEMS	R$ 298,00	R$ 596,00
86	M53 DILUENTE - 20LT	UN	24	MINDRAY	R$ 196,00	R$ 4.704,00
87	M53 LH LYSE TAMPA VERDE - 500ML	UN	24	MINDRAY	R$ 375,00	R$ 9.000,00
88	M53 LEO I TAMPA VERMELHA - 1LT	UN	24	MINDRAY	R$ 367,00	R$ 8.808,00
89	M53 LEO II TAMPA PRETA - 400ML	UN	8	MINDRAY	R$ 510,00	R$ 4.080,00
90	M53 CLEANSER TAMPA AZUL - 1LT	UN	24	MINDRAY	R$ 90,80	R$ 2.179,20
91	M53 PROBE CLEANSER	UN	6	MINDRAY	R$ 77,00	R$ 462,00
TOTAL: R$ 58.993,20						

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS.

DIAGNOSTICA CENTRO OESTE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA
CNPJ: 31.490.292/0001-11

ITEM	MATERIAL	UN	QNTD	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
19	TESTE RAPIDO CHIKUNGUNYA IGM, DETECCAO EM 1 DIA DE SINTONIA - CAIXA COM 20 CASSETES.	UN	2	EBRAM	R$ 460,00	R$ 920,00
20	KIT PARA DENGUE IGG/IGM COM 20 CASSETES - TESTE RAPIDO	UN	70	GOLD	R$ 167,00	R$ 11.690,00
22	GESTATEST ULTRARAPID 25UL - CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	10	EBRAM	R$ 61,00	R$ 610,00
46	SORO ANTI-A 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	UN	10	EBRAM	R$ 16,00	R$ 160,00
47	SORO ANTI-AB 10ML - USO EM HEMOTOLOGIA	UN	10	EBRAM	R$ 16,00	R$ 160,00
48	SORO ANTI-B 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	UN	10	EBRAM	R$ 16,00	R$ 160,00
49	SORO ANTI-D 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	UN	10	EBRAM	R$ 39,00	R$ 390,00
TOTAL: R$ 14.090,00						

VALOR POR EXTENSO: QUATORZE MIL E NOVENTA REAIS.

OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATORIOS LTDA EPP
CNPJ: 05.895.525/0001-56

ITEM	MATERIAL	UN	QNTD	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
3	AGULHA COLETA MULT 25X7 COM 100 UNIDADES - PARA COLETA A VACUO	UN	96	CRAL	R$ 33,95	R$ 3.259,20

4	AGULHA COLETA MULT 25X8 COM 100 UNIDADES - PARA COLETA A VACUO	UN	72	CRAL	R$ 33,87	R$ 2.438,64
7	ASLOTEST REAGENTE 100 DET.	UN	20	EBRAM	R$ 32,00	R$ 640,00
8	BERCO EM ACO INOX 30 LAMINAS 8CMX7CMX9CM - USO EM CITOLOGIA	UN	2	OLEN	R$ 44,30	R$ 88,60
9	BLOOD FILM INF CX COM 490	UN	5	CRAL	R$ 16,21	R$ 81,05
10	BLOOD FILM RET. CAIXA COM 490	UN	10	OLEN	R$ 12,75	R$ 127,50
11	CAIXA PORTA LAMINAS 100 ESTRIAS 26X76MM	UN	12	CRAL	R$ 10,95	R$ 131,40
12	CITOFIX 100ML SPRAY	UN	5	CRAL	R$ 6,69	R$ 33,45
14	CONJUNTO PARA COLORACAO DE GRAM - CONJUNTO 500ML (CODIGO 1265) 1 FRASCO DE 500ML DE CRISTAL VIOLETA, 1 FRASCO 500ML DE LYGOL FRACO (1%), 1 FRASCO 500ML ALCOOL ACETONA, 1 FRASCO 500ML FUCSINA FENICADA GRAN.	UN	2	NEWPROV	R$ 54,00	R$ 108,00
15	CONJUNTO PARA COLORACAO ZIEW1 NILSEN	UN	2	NEWPROV	R$ 54,00	R$ 108,00
16	CRONOMETRO COM HORAS, MINUTOS, SEGUNDOS, ALARME SONORO, RESISTENTE A AGUA - VISOR DE 1,5CMX3,5CM.	UN	2	UNILAB	R$ 44,00	R$ 88,00
18	CUBA PARA CORAR LAMINA DE VIDRO 10CM DE LARGURA, 9CM DE COMPRIMENTO, 9,5CM ALTURA.	UN	5	OLEN	R$ 41,00	R$ 205,00
21	EA 36 (SEG PAPANICOLAOU) 500ML.	UN	10	NEWPROV	R$ 46,00	R$ 460,00
25	INFLUENZA AG STRIP TEST (TESTE RAPIDO) - KIT COM 20 UNIDADES	UN	2	ECO	R$ 880,00	R$ 1.760,00
26	KIT HBS AG PARA DETERMINACAO QUALITATIVA COM 20 UNIDADES - TESTE RAPIDO	UN	50	EBRAM	R$ 55,00	R$ 2.750,00
28	KIT TEMPO DE PROTOMBINA (TP) - PRONTO PARA O USO	UN	2	GOLD	R$ 68,55	R$ 137,10
29	KIT TEMPO DE TROMBOPLASTINA (TTPA) - PRONTO PARA O USO	UN	2	GOLD	R$ 53,65	R$ 107,30
31	LAMINULA 24X24 CAIXA COM 100	UN	5	PRECISION	R$ 3,37	R$ 16,85
32	LAMINULA 24X40 CX COM 100	UN	5	PRECISION	R$ 4,90	R$ 24,50
33	OCULOS DE PROTECAO, EM POLICARBONATO, LENTE INCOLOR, MODELO LEOPARDO.	UN	5	DANNY	R$ 5,67	R$ 28,35
34	OG 06 (SEG PAPANICOLAOU) 500ML CORANTE CITOLOGICO	UN	10	NEWPROV	R$ 28,60	R$ 286,00
36	PAPEL DE FILTRO 5CM PEQUENO CX COM 100	UN	2	JP	R$ 1,86	R$ 3,72
39	PERA 3 VIAS - EM BORRACHA PARA USO EM PIPETA DE VIDRO	UN	3	JP	R$ 16,14	R$ 48,42
40	PIPETA PARA WESTERGREEN EM VIDRO .	UN	5	PRECISION	R$ 2,79	R$ 13,95
41	PIPETA MULTIUSO 3ML - PACOTE COM 500 UNIDADES (PLASTICO).	UN	6	CRAL	R$ 36,52	R$ 219,12
43	PIPETA SOROLOGICA VOLUME VARIAVEL , 0 - 200 MICROLITROS DESCARTE AUTOMATICO COM PONTA DE METAL	UN	4	KACIL	R$ 291,18	R$ 1.164,72
50	TAMPA PARA TUBO 12X75 PLAST C/ 100UNID	UN	20	CRAL	R$ 7,70	R$ 154,00
53	TESTE PARA HCV QUALITATIVO PARA DETECCAO DE ANTICORPOS ANTI-HCV COM 20 UNIDADES	UN	20	IMUNOCROM	R$ 67,00	R$ 1.340,00
55	TESTE PARA DENGUE IMUNOCROMATOGRAFICO PARA DETECCAO RAPIDA NS1, DETECCAO EM TRES DIAS QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM PARA VIRUS DA DENGUES - CAIXA COM 20 UNIDADES	UN	30	GOLD	R$ 195,00	R$ 5.850,00
56	TUBO DE CENTRIFUGACAO CONICO EM PLASTICO PARA EAS 12ML GRADUADO CAIXA COM 50 UNIDADES	UN	12	CRAL	R$ 19,90	R$ 238,80
57	TUBO DE ENSAIO 12X75 PLASTICO CRISTAL - PACOTE COM 50 UNIDADES	UN	10	CRAL	R$ 3,89	R$ 38,90
61	VACUN 5ML CINZA COM ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE COM FLUORETO DE SODIO - CAIXA COM 100 UNIDADES.	UN	20	CRAL	R$ 51,65	R$ 1.033,00
93	TESTE RAPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE TROPONINA I, CK-MB E MIOGLOBINA. CAIXA COM 20 UNIDADES(TESTE PRONTO PARA USO EM BANCADA)	UN	5	ORANGE	R$ 370,00	R$ 1.850,00
94	LANCETA PICADORAESTERIL - PUNCAO MANUAL PARA TESTE DE SANGRIA CAIXA COM 200 UNIDADES	UN	2	PONTURA	R$ 11,40	R$ 22,80
TOTAL: R$ 24.856,37						

VALOR POR EXTENSO: VINTE E QUATRO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS.

LEITE E RIBEIRO LTDA ME
CNPJ: 18.849.143/0001-38

ITEM	MATERIAL	UN	QNTD	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
5	ANTICOAGULANTE GLIC. FLUORETO 3X20ML - LIQUIDO	UN	5	BIOCLIN	R$ 14,40	R$ 72,00
6	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL 3X20ML EDTA - LIQUIDO	UN	5	BIOCLIN	R$ 14,40	R$ 72,00
24	HIV 1/2 3.0 COM 20 TIRAS - TESTE RAPIDO PRONTO PARA O USO	UN	20	ALERE	R$ 138,32	R$ 2.766,40
54	TESTE PARA CHAGAS IMUNOCROMATOGRAFICO QUALITATIVO PARA DETECCAO DE ANTICORPOS IGG, IGM E IGA ANTI TRYPASONOMA CRUZI COM 25 UNIDADES - TESTE RAPIDO	UN	2	ALERE	R$ 280,99	R$ 561,98
59	VACUN 10ML VERMELHO SEM ANTIGOAGULANTE COM ATIVADOR DE COAGULO, CX COM 100UNID	UN	150	VACUETTE	R$ 48,00	R$ 7.200,00

60	VACUN 5ML AZUL COM 3.2% DE CITRATO DE SODIO PARA TP E TTPA - CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	2	VACUETTE	R$ 48,00	R$ 96,00
62	VACUN 4ML ROXA COM EDTA K3, MATERIAL ACRILICO, PARA TRANSPORTE - CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	150	VACUETTE	R$ 38,40	R$ 5.760,00
TOTAL: R$ 16.528,38						

VALOR POR EXTENSO: DEZESSEIS MIL, QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS.

M. S. DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ: 00.970.175/0003-93

ITEM	MATERIAL	UN	QNTD	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
13	COLETOR 80ML EST. COM ROSCA - PACOTE COM 100 UNIDADES - TRANSPARENTE	UN	50	FIRSTLAB	R$ 39,00	R$ 1.950,00
23	HEMATOXILINA 500ML	UN	10	LABORCLIN	R$ 79,00	R$ 790,00
27	KIT PREPARO RAPIDO DE FEZES, FRASCO PRONTO PARA USO - PACOTE COM 25 UNIDADES	UN	66	DIAGNOSTIC	R$ 82,90	R$ 5.471,40
37	PAPEL DE FILTRO GRANDE PARA FUNIL GRANDE	UN	2	J,PROLAB	R$ 8,00	R$ 16,00
38	PCRTEST REAGENTE 100 DET. - LIQUIDO E PRONTO PARA USO	UN	20	WAMA	R$ 25,00	R$ 500,00
42	PIPETA SOROLOGICA 10 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	UN	2	KACIL	R$ 117,00	R$ 234,00
44	REUMATEST REAGENTE 100 DET	UN	10	WAMA	R$ 28,80	R$ 288,00
45	SANGUE OCULTO 20 CASSETESS (SEM DIETA) - MATERIAL LABORATORIAL	UN	2	GOLD ANALISA	R$ 82,00	R$ 164,00
51	TERMOMETRO DIGITAL MAX E MIN 110X70X20MM	UN	2	INCOTERM	R$ 77,00	R$ 154,00
52	TERMOMETRO PARA USO EM ESTUFA COM GRADUACAO DE 0 A 250C	UN	2	INCOTERM	R$ 70,00	R$ 140,00
58	UROFITA 10 DL - 150 TIRAS COM DENSIDADE.	UN	40	WAMA	R$ 30,00	R$ 1.200,00
63	VDRL 250 DET (PRONTO USO) 5,5ML	UN	6	WIENER	R$ 39,00	R$ 234,00
92	TESTE RAPIDO PARA TROPONINA, CAIXA COM 20 UNIDADES (TESTE PRONTO PARA USO EM BANCADA)	UN	4	WAMA	R$ 130,00	R$ 520,00
TOTAL: R$ 11.661,40						

VALOR POR EXTENSO: ONZE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 05 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 06h30min às 10h30min e das 12h00min às 16h00min (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato/Ata;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado e aceito pela municipalidade.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSE LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Equipe de Apoio

Fornecedor: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA	
CNPJ: 00.970.175/0003-93	
Endereço: Av. João Eugênio Gonçalves Pinheiro, nº 284, Bairro Areão,	**Rodrigo Trembulak do Nascimento**
Cidade: Cuiabá - MT	CPF: 040.985.749-18
CEP: 78.010-308	
TELEFONE: (65) 3634-5170	

E-mail: licitacao1@msdiagnostica.com.br	

Fornecedor: LEITE E RIBEIRO LTDA - ME **CNPJ:** 18.849.143/0001-38 **Endereço:** Rua Presidente Prudente de Moraes, nº 250, Bairro Quilombo; **Cidade:** Cuiabá - MT **CEP:** 78.043-518 **TELEFONE:** (65) 3055-0007 **E-mail:** vendas1@vallendiagnostica.com.br	**Renan Carlos Pereira da Conceição** CPF: 040.985.749-18

Fornecedor: DIAGNOSTICA CENTRO OESTE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA **CNPJ:** 31.490.292/0001-11 **Endereço:** Av. C - 1, nº 719, Qd. 08, Lt. 055, Jd. América, **Cidade:** Goiânia - GO **CEP:** 74.265-010 **TELEFONE:** (62) 3087-0200 / 98558-8463 **E-mail:** diagcoeste@gmail.com	**Celso Ramos da Silva Junior** CPF: 975.783.981-72

Fornecedor: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA **CNPJ:** 05.895.525/0001-56 **Endereço:** Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 66, Qd. 16, Lt. 22, Setor Jardim Presidente, **Cidade:** Goiânia - GO **CEP:** 74.353-400 **TELEFONE:** (62) 3091-4345 **E-mail:** objetiva.ltda@terra.com.br	**Daniel Soares de Almeida Junior** CPF: 495.460.741-87

Fornecedor: VYTTRA DIAGNOSTICOS IMP. E EXP S.A **CNPJ:** 00.904.728/0004-90 **Endereço:** Rua Pioneira, Qd. 01, Lt. 05 - Cond. Inovalog Zona Ind. Pedro Abrão **Cidade:** Goiânia - GO **CEP:** 74.583-250 **TELEFONE:** (31) 98802-3539 **E-mail:** licitação@vyttra.com	**Lucas Fernandes Costa** CPF: 020.493.111-84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr.ª **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 21 de Março de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de Março de 2019, no Diário de Cuiabá dia 21 de Março de 2019, Processo Administrativo nº 834/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MINICIPAL DE SAÚDE - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019, que fica fazendo parte deste contrato.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NUTRICENTER – DISTRIBUIDORA DE P. N. E HOSPITALARES LTDA ME
CNPJ Nº 06.372.763-0001-40

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	FÓRMULA INFANTIL ENTERAL/ORAL EM PÓ, NORMO/HIPERCALÓRICA FORMULADA COM AMINOÁCIDOS LIVRES, 100% HIPOALERGÊNICA, ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN, CONTENDO DISTRIBUIÇÃO APROXIMADA NA SEGUINTE PROPORÇÃO: PROTEÍNA: DE 9% A 12% CARBOIDRATO: DE 40 A 55% LIPÍDEO: DE 35 A 44%. SABOR AGRADÁVEL. INDICAÇÃO: PORTADORES DE ALERGIA ALIMENTAR AO LEITE DE VACA ESPECIALIZADA PARA CRIANÇA ACIMA DE 1 ANO DE IDADE. EMBALAGEM/LATA COM 400 GRAMAS	UN	200,00	NEOFORT DANONE	R$ 165,0000	R$ 33. 000,00
2	FÓRMULA INFANTIL DE AMINOÁCIDOS, HIPOALERGÊNICA, PROTEÍNAS FÓRMULA INFANTIL DE AMINOÁCIDOS, HIPOALERGÊNICA, PROTEÍNAS EXTENSAMENTE HIDROLISADAS, 100% HIPOALERGÊNICA, SEM LACTOSE, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ. PARA	UN	200,00	NEOCATE DANONE	R$ 200,0000	R$ 40. 000,00

	CRIANÇAS MENORES DE 01 ANO DE IDADE. INDICAÇÕES: ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV), DIARREIA PERSISTENTE, DOENÇAS E CIRURGIAS GASTRINTESTINAIS, DISTÚRBIOS ABSORTIVOS. EMBALAGEM/LATA COM 400 GRAMAS					
3	DIETA ENTERAL NUTRIÇÃO ENTERAL EM PÓ A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALORICA NA DILUICAO PADRAO. HIPOSSODICA ISENTA DE LACTOSE E SACAROSE. NÃO CONTEM GLUTEN. PACIENTES HOSPITALIZADOS OU DOMICILIARES EM RISCO NUTRICIONAL OU DESNUTRIÇÃO LEVE. LATA DE 800G.	UN	200,00	NUTRISON DANONE	R$ 60,0000	R$ 12.000,00
TOTAL: R$ 85.000,00						

VALOR POR EXTENSO: **OITENTA E CINCO MIL REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.6 - Os produtos recebidos no ato da entrega serão conferidos e seu prazo de validade **não poderá** ser inferior a **06 (seis) meses,** a partir da data da entrega.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 0,5% ao dia, sob o valor inadimplido. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE

05.1300.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00000102000000 – MATERIAL DE CONSUMO

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSE LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 03 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: NUTRICENTER – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME	
CNPJ: 06.372.763-0001-40	
Endereço: Av. das flores, nº 334 – Quadra 28 Lote 04, Bairro Jardim Cuiabá.	
Cidade: Cuiabá – MT	**Ayrton Pereira Dias**
CEP: 78.043-172	CPF: 059.535.091-70
TELEFONE: (65) 3028-5500	
E-mail: nutricentercba@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1586/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E FERRAMENTAS COM ENTREGAS FRACIONADAS - EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA
CNPJ Nº 32.994.337/0001-58

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	AREIA FINA	M³	3.100,00	PORTO AREIA	R$ 109,80	R$ 340.380,00
5	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS 1,10 X 2,20 M COM 10 MM	UN	745,00	PINUS	R$ 43,00	R$ 32.035,00
7	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS 1,10 X 2,20 M COM 10 MM	UN	740,00	PINUS	R$ 43,00	R$ 31.820,00
22	DISJUNTOR TIPO NEMA, BIPOLAR 50A, TENSAO MAXIMA 415 V	UN	85,00	ELETROMAR	R$ 52,00	R$ 4.420,00
37	REGISTRO GAVETA 3/4" BRUTO LATAO	UN	47,00	KELLY	R$ 19,70	R$ 925,90
39	REGISTRO GAVETA 1.1/2" C/ CANOPLA ACAB CROMADO SIMPLES	UN	38,00	KELLY	R$ 81,90	R$ 3.112,20
41	REGISTRO GAVETA 1/2" C/ CANOPLA ACAB CROMADO SIMPLES	UN	41,00	KELLY	R$ 34,50	R$ 1.414,50
59	ALICATE REBITADOR PROFISSIONAL COM BOCAL ESTENDIDO 10,5 POLEGADAS (260 MM) COM 4 BICOS PARA REBITE E 01 CHAVE PARA TROCA DOS BICOS. ESTRUTURA EM ACO DE ALTA RESISTENCIA COM TRATAMENTO TERMICO E CABO EMBORRACHADO E ERGONÔMICO, EQUIPADO COM MOLA EJETA A HASTE DO REBITE.	UN	5,00	LOTUS	R$ 88,00	R$ 440,00
60	ARCO DE SERRA Nº 12", CABO ANATOMICO, FECHADO, ACO CHATO, PROJETADO PARA SERRA DE 300MM, CUJA TESAO SE DA POR UMA PORCA BORBOLETA LOCALIZADA NA PARTE FRONTAL DO ARCO, FACILITANDO O TENSIONAMENTO DA LAMINA.	UN	9,00	FOXLUX	R$ 24,90	R$ 224,10
61	BOLSA PARA FERRAMENTAS COM ZIPER CAPACIDADE MAXIMA PARA 15 KG MEDIDAS APROXIMADAS 40X30X50 (AXLXP) EM LONA REFORÇADA COM ABERTURA TOTAL, REFORCO METALICO NA PARTE SUPERIOR, ALCA FIXA E ALCA AUXILIAR EM NYLON, POSSUI QUATRO PES/APOIOS PLASTICOS, ZIPER EXTRA REFORCADO E 36 DIVISOES/BOLSOS SENDO 10 NA PARTE INTERNA E 26 NA PARTE EXTERNA – NA COR PRETA	UN	7,00	LOTUS	R$ 134,00	R$ 938,00
73	CHAVE PHILIPS 1/4X4"	UN	73,00	TRAMONTINA	R$ 6,45	R$ 470,85
79	FORMAO CHANFRADO 1/2", CABO ANATOMICO EM PVC REVESTIDO C/ BORRACHA TERMOPLASTICA, LAMINA EM ACO ESPECIAL ALTA RESISTENCIA.	UN	9,00	VONDER	R$ 13,50	R$ 121,50
82	LINHA DE PEDREIRO TRANCADA - ROLO 100 MT	UN	31,00	VONDER	R$ 5,20	R$ 161,20
89	PRUMO PEDREIRO 400GR DIMENSOES APROXIMADAS: 4,7X4,7X7,9CM CORPO EM FERRO FUNDIDO, CALCO GUIA DE ACO E CORDAO DE NYLON	UN	7,00	VONDER	R$ 14,25	R$ 99,75
107	REBOLO PARA ESMERIL EM ACO DIAMANTADO 6X3/4	UN	60,00	VONDER	R$ 25,30	R$ 1.518,00
116	BICO PARA BOMBA DE ENGRAXAR 4 GARRAS 1/8"	UN	20,00	WORKER	R$ 14,40	R$ 288,00
118	ALICATE AMPERIMETRO/MULTIMETRO - MEDICAO DE CORRENTE DE CA DE 400 A CLASSIFICACAO DE SEGURANCA CAT IV 300 V, CAT III 600 V - GARRA DE 30 MM PARA APLICACOES DIVERSAS - FAIXA DE RESISTENCIA DE 4 K? - VISOR DE FACIL LEITURA COM ILUMINACAO DE FUNDO FUNCIONA COM 2 PILHAS AAA DIMENSOES: A X L X P (MM) 208 X 58,5 X 28	UN	6,00	WORKER	R$ 194,00	R$ 1.164,00
137	CHAVE FENDA 1/4X6"	UN	34,00	TRAMONTINA	R$ 7,30	R$ 248,20
140	CHAVE PHILIPS 3/8 4"	UN	34,00	TRAMONTINA	R$ 8,80	R$ 299,20
143	CHAVE DE FENDA 1/4 5"	UN	34,00	TRAMONTINA	R$ 6,90	R$ 234,60
162	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400LT, CAPACIDADE DE MISTURA 280LT, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA 2CV, SEM CARREGADOR (SINAPI 10535)	UN	1,00	HORBACH	R$ 3.390,00	R$ 3.390,00
195	ADAPTADOR SOLDAVEL LR CURTO 60MMX2"	UN	100,00	PLASTILIT	R$ 4,99	R$ 499,00
196	JOELHO SOLDAVEL 60MMX2" 90G	UN	100,00	PLASTILIT	R$ 9,60	R$ 960,00
197	CHAVE PHILIPS 1/4X6"""""	UN	20,00	TRAMONTINA	R$ 7,40	R$ 148,00
198	CHAVE PHILIPS 1/4X6""""""""""	UN	20,00	TRAMONTINA	R$ 7,40	R$ 148,00
202	FERRO SOLDA PROFISSIONAL 60W PARA SOLDA DE ESTANHO 1MM SOLDAGEM DE ESTANHO TEMPERATURA SUFICIENTE PARA DERRETER A SOLDA E PERMITIR QUE FLUA FREQUENCIA – 60HZ - TEMPERATURA MAXIMA – 400ºC NA VOLTAGEM 220V.	UN	2,00	FOXLUX	R$ 46,00	R$ 92,00
TOTAL: R$ 425.552,00						

VALOR POR EXTENSO: **QUATROCENTOS E VINTE CINCO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 05 (CINCO) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA	
CNPJ: 32.994.337/0001-58	
Endereço: Rua Delfino Batista, nº 189, Centro;	
Cidade: Alto Taquari - MT	**Marcio Henrique Bocalon** CPF: 888.934.721-04
CEP: 78.785-000	
TELEFONE: (66) 3496-1373	
E-mail: antoniobocalan@uol.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2019 PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr.ª **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1408/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ROUPARIA HOSPITALAR,** nas características e quantitativos descritos no Termo de Referência e proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES - EPP CNPJ Nº 11.604.458/0001-76						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**

1	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 11,60 LARGURA, 260G/ML 1,20 X 1,60 SIMPLES NA COR VERDE BANDEIRA	UN	36,00	MALHARIA ATA	R$ 54,00	R$ 1. 944,00
2	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 11,60 LARGURA, 260G/ML 40X40 FENESTRADO, COR VERDE BANDEIRA	UN	55,00	MALHARIA ATA	R$ 20,00	R$ 1. 100,00
3	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 11,60 COM 1,60 DE LARGURA, 260G/ML 1,20 X 1,20 SIMPLES NA COR VERDE BANDEIRA	UN	30,00	MALHARIA ATA	R$ 50,00	R$ 1. 500,00
4	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 1,60 , 260G/ML 0,60X0,60 SIMPLES COM APROVEITAMENTO, NA COR VERDE BANDEIRA	UN	70,00	MALHARIA ATA	R$ 21,50	R$ 1. 505,00
5	CAPOTE CIRURGICO COR VERDE EM BRIM MANGA LONGA ,PUNHO CIRURGICO,DEDAL COM CINTO E TRES PARES DE TIRAS PARA AMARAR	UN	16,00	MALHARIA ATA	R$ 98,00	R$ 1. 568,00
6	CONJUNTO CIRURGICO EM TECIDO 100%ALGODÃO TECIDO 197G/M2, COMPOSTO POR: 1 CALCA COM COS EM ELASTICO, 1 BLUSA GOLA V MANGA CURTA, TAMANHO M, COR VERDE CLARO.	UN	15,00	MALHARIA ATA	R$ 84,00	R$ 1. 260,00
7	CONJUNTO CIRURGICO EM TECIDO 100%ALGODÃO, TECIDO 197G/M2, COMPOSTO POR: 1 CALCA COM COS EM ELASTICO, 1 BLUSA GOLA V MANGA CURTA, TAMANHO G, COR VERDE CLARO.	UN	20,00	MALHARIA ATA	R$ 85,00	R$ 1. 700,00
8	CAMISOLA TIPO ROUPAO COM ABERTURA NAS COSTAS EM PERCAL 100%, TAMANHO G, COR CRU OU BRANCO.	UN	50,00	MALHARIA ATA	R$ 48,00	R$ 2. 400,00
10	LENCOL SEM ELASTICO, MEDINDO 2,30X1,60, TECIDO PERCAL 100% ALGODAO, COR VERDE AGUA OU AZUL CELESTE, ACOMPANHADO DE FRONHA	UN	85,00	MALHARIA ATA	R$ 57,00	R$ 4. 845,00
11	TOALHA DE BANHO COR BRANCA TAM. 0,75CM X 1,30M, CONFECCIONADO EM 100%ALGODÃO, GRAMATURA 360G/M2, COM NOME “FUNSAT” EM ALTO RELEVO NA COR AZUL MARINHO, LETRA TAM. 8CM	UN	70,00	MALHARIA ATA	R$ 45,00	R$ 3. 150,00
TOTAL: R$ 20.972,00						

VALOR POR EXTENSO: **VINTE MIL E NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 05 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 06h30min às 10h30min e das 12h00min às 16h00min (horário de Mato Grosso), sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato/Ata;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado e aceito pela municipalidade.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 22 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES - EPP	
CNPJ: 11.604.458/0001-76	
Endereço: Rua do Fico, nº 1.135, Bairro Santana;	
Cidade: Araçatuba - SP	**Jose Carlos Lemos** CPF: 370.623.288-04
CEP: 16.050-500	
TELEFONE: (18) 3623-8477	
E-mail: malharia.ata@terra.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 09 de Julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 08 de Julho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 06 de Julho de 2019, Processo Administrativo nº 1647/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de

acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS, CARNES E AFINS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NA CONTRAMÃO LTDA - ME
CNPJ Nº 14.111.790/0001-97

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
9	CENOURA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	2.121,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 4,80	R$ 10.180,80
10	CHUCHU - DE PRIMEIRA, COM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	216,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 3,65	R$ 788,40
12	LIMAO TAITI DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	696,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 5,25	R$ 3.654,00
16	MACA FUJI - MACAZINHA (FRUTA) DE PRIMEIRA, IN NATURA, VERMELHA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	9.979,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 7,49	R$ 74.742,71
18	PEPINO - DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	1.332,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 5,25	R$ 6.993,00
20	PIMENTAO VERDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	638,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 8,25	R$ 5.263,50
21	REPOLHO BRANCO, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO FIRME E INTACTO,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES	KG	2.356,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 4,98	R$ 11.732,88
24	MAMAO FORMOSA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO COM POLPA FIRME E INTACTA SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KG	2.025,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 4,63	R$ 9.375,75
26	BANANA MACA - DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	KG	4.928,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 5,39	R$ 26.561,92
30	VAGEM - DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	513,00	CASA DAS VERDURAS	R$ 14,65	R$ 7.515,45
44	LINGUICA DE FRANGO - RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	2.030,00	FRIATO	R$ 16,40	R$ 33.292,00
68	FILE DE PEITO FRANGO SEM OSSO - CONGELADO, EMBALAGEM ORIGINAL: CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	KG	6.280,00	FRIATO	R$ 13,63	R$ 85.596,40
TOTAL: R$ 275.696,81						

VALOR POR EXTENSO: **DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS.**

ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME
04.018.514/0001-25

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	ABACAXI PEROLA - DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	UN	2.062,00	R$ 5,99	R$ 12.351,38
2	ABOBORA CABOTIA - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	593,00	R$ 3,68	R$ 2.182,24
3	ABOBRINHA VERDE - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	1.678,00	R$ 4,05	R$ 6.795,90
4	ALHO COM CASCA - IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RESTIA, BULBO INTEIRICO, DE BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES, PERFURACOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	903,00	R$ 22,35	R$ 20.182,05
5	BATATA INGLESA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	2.326,00	R$ 5,60	R$ 13.025,60

6	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA CONSUMO COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	938,00	R$ 3,79	R$ 3.555,02
7	BETERRABA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOESS ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	1.628,00	R$ 4,90	R$ 7.977,20
8	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA, COM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	2.205,00	R$ 5,15	R$ 11.355,75
11	LARANJA IN NATURA APRESENTADO GRAU DE MATURACAO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	12.522,00	R$ 2,99	R$ 37.440,78
13	MANDIOCA, DE PRIMEIRA, SEM CASCA, IN NATURA, AROMA E COR PROPRIA COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	1.956,00	R$ 5,20	R$ 10.171,20
14	MELAO - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	414,00	R$ 6,60	R$ 2.732,40
15	MEXERICA DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	323,00	R$ 2,70	R$ 872,10
17	OVOS VERMELHO - CLASSE A, EMBALAGEM CONTENDO 30 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO MINIMO DE 1.800GR.	UN	2.636,00	R$ 15,10	R$ 39.803,60
19	PIMENTAO VERMELHO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	120,00	R$ 14,78	R$ 1.773,60
22	TOMATE SALADA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA A SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	3.326,00	R$ 8,20	R$ 27.273,20
23	BANANA NANICA, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	753,00	R$ 3,55	R$ 2.673,15
25	ACELGA DE PRIMEIRA - APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. KG	UN	1.048,00	R$ 5,99	R$ 6.277,52
27	BANANA DA TERRA, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	1.585,00	R$ 5,12	R$ 8.115,20
28	BERINGELA - DE PRIMEIRA, COM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	755,00	R$ 5,04	R$ 3.805,20
29	TOMATE CEREJA EM BANDEIJA DE 340GR	UN	250,00	R$ 7,40	R$ 1.850,00
31	BACON - PEDACO - RESFRIADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO; A EMBALAGEM ORIGINAL DEVERA SER EM: EMBALAGEM PLASTICA, COM IDENTIFICACO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	339,00	R$ 21,30	R$ 7.220,70
32	CARNE 1º MOIDA (PATINHO) - BOVINA - RESFRIADA, COM NO MAXIMO 0% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	820,00	R$ 20,00	R$ 16.400,00
33	CARNE 2º MOIDA (ASSEM/MUSCULO) - BOVINA - RESFRIADA, COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	8.370,00	R$ 15,03	R$ 125.801,10
34	CARNE BOVINA, TIPO COSTELA, SUB-DIVIDIDA, SEM EXCESSO DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	3.186,00	R$ 11,90	R$ 37.913,40
35	CARNE BOVINA 1º EM BIFE (COLCHAO MOLE) - COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARNTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADO.	KG	1.349,00	R$ 20,85	R$ 28.126,65
36	CARNE BOVINA 2º EM PEDACO SEM OSSO (ASSEM OU PALETA) - COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARNTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	6.914,00	R$ 15,10	R$ 104.401,40
37	CARNE SUINA COM OSSO 1º - COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, RESFRIADA, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANPARENTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADO.	KG	481,00	R$ 13,95	R$ 6.709,95
38	CARNE SUINA SEM OSSO 1º (LOMBO OU PERNIL), COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANPARENTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADA.	KG	1.005,00	R$ 14,80	R$ 14.874,00
39	CARNE SUINA,TIPO COSTELA, SUB-DIVIDIDA, SEM EXCESSO DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	585,00	R$ 16,10	R$ 9.418,50
40	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - CONGELADO - EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	5.550,00	R$ 8,93	R$ 49.561,50
41	COXINHA DA ASA - CORTE DE FRANGO - RESFRIADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	900,00	R$ 13,00	R$ 11.700,00
42	FIGADO BOVINO, FATIADO, FRESCO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	820,00	R$ 9,50	R$ 7.790,00
43	FRANGO INTEIRO SEM MIUDO - CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA ORIGINAL, COM IDENTIFICACO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	736,00	R$ 7,19	R$ 5.291,84
45	LINGUICA, SUINA CALABRESA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	275,00	R$ 19,05	R$ 5.238,75
46	LINGUICA SUINA TOSCANA - RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	2.050,00	R$ 13,83	R$ 28.351,50
47	LINGUICA MISTA S/ PIMENTA CASEIRA (CARNE 2º ASSEM, PESCOCO E CARNE DE PORCO) - RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	1.790,00	R$ 13,10	R$ 23.449,00
48	PEITO DE FRANGO COM OSSO - CONGELADO, EMBALAGEM ORIGINAL: CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	KG	905,00	R$ 10,60	R$ 9.593,00
49	PERNIL SUINO COM OSSO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	552,00	R$ 13,97	R$ 7.711,44

50	PRESUNTO COZIDO - FATIADO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	612,00	R$ 22,40	R$ 13. 708,80
51	CARNE BOVINA SALGADA,CURADA,DESSECADA (CHARQUE) EMBALADO EMBALAGEM PROPRIA	UN	330,00	R$ 29,04	R$ 9. 583,20
52	KIT FEIJOADA: LINGUIÇA TIPO CALABRESA, CARNE SALGADA DE SUÍNO SEM OSSO-LOMBO, CARNE SALGADA DE SUÍNO C OSSO- COSTELA, BACON, PELE SALGADA DE SUÍNO E MUIDOS SALGADO DE SUÍNO-PÉS. INDÚSTRIA BRASILEIRA PESO LIQ. 1 KG	UN	285,00	R$ 11,90	R$ 3. 391,50
53	QUEIJO TIPO MUSSARELA - FATIADO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	791,00	R$ 28,85	R$ 22. 820,35
54	SALSICHA, PARA HOT DOG, RESFRIADA, A GRANEL, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	622,00	R$ 9,44	R$ 5. 871,68
55	SOBRECOXA DE FRANGO - CONGELADO - COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	535,00	R$ 9,95	R$ 5. 323,25
56	ALFACE AMERICANA (CROCANCIA VERDE)	UN	781,00	R$ 5,30	R$ 4. 139,30
57	GENGIBRE - DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	87,00	R$ 14,60	R$ 1. 270,20
58	KIWI FRUTA (KG)	KG	220,00	R$ 17,54	R$ 3. 858,80
59	MELANCIA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	19. 915,00	R$ 2,74	R$ 54. 567,10
60	MARACUJA DE PRIMEIRA, APRESENTADO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EN CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	295,00	R$ 8,30	R$ 2. 448,50
61	MORANGO (BANDEJA COM 300GR APROXIMADAMENTE) DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO	UN	145,00	R$ 9,45	R$ 1. 370,25
62	PERA - FRUTA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	155,00	R$ 13,30	R$ 2. 061,50
63	UVA RUBI - DE PRIMEIRA, IN NATURA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	UN	285,00	R$ 17,27	R$ 4. 921,95
64	APRESUNTADO DE CARNE BOVINO - FATIADO - RESFRIADO, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	385,00	R$ 21,65	R$ 8. 335,25
65	CARNE BOVINA 1º FILE MION - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	455,00	R$ 27,95	R$ 12. 717,25
66	CARNE BOVINA LAGARTO (PECA INTEIRA) - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	510,00	R$ 19,00	R$ 9. 690,00
67	CARNE BOVINA LAGARTO RECHEADO - RECHEIO: PRESUNTO, MUSSARELA, CARNE MOIDA, BACON, LIGUICA CALABRESA, TEMPEROS DIVERSOS, COM OU SEM LEGUMES: CENOURA, PIMENTAO E OUTROS A ESCOLHER; COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	UN	380,00	R$ 24,70	R$ 9. 386,00
69	COCO SECO - FRUTA	KG	116,00	R$ 7,55	R$ 875,80
70	MANGA ROSA KG	KG	215,00	R$ 6,85	R$ 1. 472,75
71	PIMENTAO AMARELO, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	80,00	R$ 16,18	R$ 1. 294,40
72	CARNE BOVINA SECA - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	130,00	R$ 29,95	R$ 3. 893,50
73	CARNE DE PORCO - PORCO INTEIRO SEM CABECA E LIMPO (APROXIMADAMENTE 20KG), EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO.	KG	390,00	R$ 14,85	R$ 5. 791,50
TOTAL: R$ 908.558,65					

VALOR POR EXTENSO: **NOVECENTOS E OITO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS**.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso haja o instrumento contrato e ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, **devendo a entrega ser no prazo máximo de 12 (doze) horas úteis**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 – Os produtos à serem adquiridos, serão solicitados com pequenas entregas fracionadas, pois o município não tem capacidade de armazenar grandes quantidades, devendo ser cumprido estritamente o prazo de entrega citado acima, sob pena das sansões e multas.

Obs. Só será admitido a quantidade que tal secretaria solicitar, **não podendo a licitante impor quantidades** para de alguma forma ‘’completar carga’’, caso haja insistência, a mesma será punida e perderá o direito do seu registro, devendo ser cumprido estritamente o prazo de entrega citado acima, sob pena das sansões e multas.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento da ARP e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta de diversas dotações alocadas no orçamento do município.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSE LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, **por dia de atraso injustificado** na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 22 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: NA CONTRAMÃO LTDA - ME	
CNPJ: 14.111.790/0001-97	
Endereço: Rua Guavira Oeste, n° 44, Centro.	
Cidade: Chapadão do Céu - GO	**Diego Rodrigo Fávero** CPF: 999.161.341-20
CEP: 75.828-000	
TELEFONE: (64)3634-1491	
E-mail: nacontramao_01@hotmail.com	

Fornecedor: ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME	
CNPJ: 04.018.514/0001-25	
Endereço: Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 183, Centro;	
Cidade: Alto Taquari - MT	**Rosilene da Silva** CPF: 021.230.739-89
CEP: 78.785-000	
TELEFONE: (66) 3496-1990 / 9 9609-9251	
E-mail: casadecarnecentral2011@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TARCAL COMÉRCIO MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
CNPJ Nº 24.237.168/0001-83

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
32	AUTOCLAVE HORINZONTAL PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS 21 LITROS, 220V, COM CAMARAS INTERNASE EXTERNAS FABRICADAS EM ACO INOXIDAVEL, COM FORMATO RETANGULAR, SISTEMA DE FECHAMENTO POR MEIO DE VOLANTE CENTRAL TIPO ESCOTILHA, CONTROLE ELETRONICO. GABINETE EXTERNO EM ACO INOXIDAVEL ESCOVADO.	UN	3,00	STERMAX/ 21A SE	R$ 2. 610,00	R$ 7. 830,00
37	RAIO X ODONTOLÓGICO COLUNA MOVEL 220 VOLTS PERIAPICAL.FUNCIONAMENTO EM 127V E 220 V (BIVOLT MANUAL). O APARELHO É ENVIADO PRONTO PARA FUNCIONAR EM 220V. PRONTO PARA O SISTEMA DIGITAL. BASE TOTALMENTE CONSTRUIDA EM FERRO FUNDIDO, GARANTINDO MAIOR ESTABILIDADE NO DESLOCAMENTO DO APARELHO. RODAS CONFECCIONADAS EM ACRILICO DE ALTA RESISTENCIA, COM FREIO PARA TRAVAMENTO, GARANTINDO MAIOR FUNCIONALI-	UN	1,00	PROCION/ ON70X	R$ 5. 170,00	R$ 5. 170,00

	DADE. PAINEL DE COMANDO COM DISPLAY E SISTEMA DE COMANDO DIGITAL COM CONTROLE DE TEMPO CENTESIMAL, QUE PERMITE A SELEÇÃO DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO PARA USO EM PELICULA (FILME) E SENSOR DIGITAL. TEMPO DE EXPOSIÇÃO 0,07 A 3 SEG. INTENSIDADE DE CORRENTE DO TUBO: 8MA . FOCO: 0,8X0,8 MM. DIMENSOES DO PE: 71X71 COM. REGISTRE FUSIVEIS: VIDRO (MODELO 20AG). COLUNA MOVEL. POTENCIA DE ENTRADA 1123 VA +/- 20%.					
TOTAL: R$ 13.000,00						

VALOR POR EXTENSO: **TREZE MIL REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: TARCAL COMÉRCIO MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	
CNPJ: 24.237.168/0001-83	
Endereço: Av. Contorno do Guarany, nº 246, Qd.02, Lt. 4-A, sala 02, Bairro Parque Iracema,	
Cidade: Anápolis - GO	**Tais dos Reis Campos Lindoso**
CEP: 75.063-010	CPF: 007.932.351-03
TELEFONE: (62) 3315-5090	
E-mail: tarcal@tacalcomercio.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PROD. FARMACÊUTICOS E COSMÉDITOS EIRELI - ME
CNPJ Nº 05.159.591/0001-68

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
47	ALCOOL 70% COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO, DESNATURANTE E AGUA -1000ML	L	180,00	J FERES	R$ 3,60	R$ 648,00
48	ALGODAO ROLETE (ODONTOLOGICO) 100% ALGODAO CILINDRO COMPACTADO -PCT 32 GR MACIO EXTRA ABSORVENTE ISENTO DE AMIDO E CLORO	UN	600,00	SS PLUS	R$ 1,58	R$ 948,00
51	ANESTESICO SEM VASO CONSTRUTOR CAIXA C/50	UN	50,00	CRISTALIA	R$ 81,19	R$ 4.059,50
60	BROCA CIRURGICA N°700 XL ODONTOLOGIA MATERIAL: TUNGSTENIO FORMATO TRONCO-CONICO PARA ALTA ROTAÇÃO EMBALAGEM COM 1 UND.	UN	10,00	KAVO	R$ 6,61	R$ 66,10
70	BROCA MAXICUT N°1509	UN	4,00	LABORDENTAL	R$ 6,60	R$ 26,40
79	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS E 10 X 10CM QUANDO FECHADAS E 20 X 40CM QUANDO ABERTAS.	UN	500,00	MB TEXTIL	R$ 13,78	R$ 6.890,00
80	CREME DENTAL COM FLUOR+CALCIO 90GR - COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS, COMPOSICAO: CALCIUM CARBONATE, AQUA, GLYCERIN, SODIUM LAURYL SULFATE, AROMA, SODIUM MONOFLUROPHOSPHATE, CELLULOSE GUM, TETRASSODIUM, PYROPHOSPHATE, SODIUM BICARBONATE, BENZYL ALCHOL, SODIUM SACCHARIN, SODIUM HYDROXIDE, CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SODIO (1450PPM DE FLUOR), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	UN	600,00	ICE FRESH	R$ 1,46	R$ 876,00
91	ESPATULA PARA RESINA, AÇO INOX COM REVESTIMENTO TITANIO SILICONE ATOXICO N°04	UN	6,00	INDUSBELO	R$ 63,00	R$ 378,00
92	ESPATULA PARA RESINA, AÇO INOX COM REVESTIMENTO TITANIO SILICONE ATOXICO N°06	UN	6,00	INDUSBELO	R$ 65,00	R$ 390,00
95	FICHA CLINICA DUPLA Nº 4 -(15CMX 21,2CM) ODONTOLOGICA PCT C/ 100	UN	60,00	DMS	R$ 15,88	R$ 952,80
108	GUTA PERCHA BASTAO COT BRANCA EMBALAGEM COM 40 UNID.	UN	10,00	TANARINE	R$ 37,80	R$ 378,00
115	LAMINA DE BISTURI ACO CARBONO Nº12	UN	10,00	LABOR	R$ 21,78	R$ 217,80
116	LAMINA DE BISTURI Nº 15	UN	10,00	LABOR	R$ 21,78	R$ 217,80
117	LAMPARINA ODONTOLOGICA INOX CAPACIDADE 40ML ALTURA 6CM X 5CM DE ALTURA, ACOMPANHA PAVIO	UN	6,00	KONNER	R$ 29,00	R$ 174,00
124	LUVA NITRILICA TAM. P 100 CARTUCHO COM 100 UNID	UN	300,00	LEMGRUBER	R$ 15,50	R$ 4.650,00
125	MASCARA COM ELASTICO DUPLO DESCARTAVEL, FABRICADO EM POLIPROPILENO (TNT-TECIDO NAO TECIDO)- CAIXA C/50 UNID- ODONTO	UN	250,00	DESCARPACK	R$ 4,90	R$ 1.225,00
127	OCULOS PROTECAO (PANORAMICO/AMPLA VISAO) COM TIRANTES ELASTICOS, LENTES POLICARBONATO INCOLOR, ARMACAO EM PVC INCOLOR COM 6 VALVULAS DE VENTILACAO.	UN	12,00	DANNY	R$ 3,63	R$ 43,56
129	PAPEL CARBONO DUPLA FACE VERMELHO E PRETO ODONTOLOGICO- BLOCO COM 12 FOLHAS	UN	120,00	ANGELUS	R$ 3,45	R$ 414,00
130	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA, 21,0X23,CM 100% CELULOSE, CAIXA COM 2.000 FOLHAS, FEITO COM PAPEL NAO RECICLADO.	UN	200,00	MULTIPEL	R$ 19,23	R$ 3.846,00
133	PEDRA POMES COR BRANCA , A BASE DE QUARTZO CRISTALINO DE ROCHA , GRANULOMETRIA NORMAL EMBALAGEM 100G	KG	12,00	IODONTOSUL	R$ 6,96	R$ 83,52
157	TIRA DE POLIESTER - EMBALAGEM COM 50 UNIDADES - ODONTOLOGICO	UN	35,00	QUIMIDROL	R$ 1,74	R$ 60,90
TOTAL: R$ 26.545,38						

VALOR POR EXTENSO: **VINTE E SEIS MIL E QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉDITOS EIRELI - ME	
CNPJ: 05.159.591/0001-68	
Endereço: Rua São Paulo, nº 39 B, Bairro Medeiros.	
Cidade: Rio Verde – GO	**Cleidson Godoy de Oliveira** CPF: 336.137.371-91
CEP: 75.900-036	
TELEFONE: (64)3018-2571/4141-2522 (64)99243-9009	
E-mail: proremediosdf@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019 PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA CNPJ Nº 05.895.525/0001-56						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
5	TESOURA MAYO CURVA 15 CM INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO CORTANTE EM ACO INOXIDAVEL PESO 100G, DIMENSOES 15X5X5CM	UN	3,00	STARK	R$ 23,91	R$ 71,73
6	TESOURA MAYO CURVA 20 CM INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO CORTANTE EM ACO INOXIDAVEL PESO 300G DIMENSOES 20X6X6 CM	UN	5,00	STARK	R$ 37,00	R$ 185,00
8	TESOURA METZEMBAUM CURVA 20 CM INSTRUMENTO CIRURGICO ARTICULADO CORTANTE EM ACO INOXIDAVEL PESO 200G, DIMENSOES 6X20X4 CM	UN	5,00	ABC	R$ 39,00	R$ 195,00
10	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 20 CM COM VIDEA INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL, UTILIZADO PARA FIXACAO DA AGULHA DURANTE A SUTURA COM PONTA DE VIDEA, QUE AUMENTA A VIDA UTIL E NAO PERMITE MOVIMENTO DA AGULHA PESO 100G, DIMENSAO 1X5X20 CM	UN	10,00	ABC	R$ 196,00	R$ 1. 960,00
18	PINCA KOCHER RETA 14 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO HASTES ARREDONDADAS E MACIAS, FACILITANDO TRAVAMENTO/DESTRAVAMENTO DA PINCA. POSSUI DENTES NA PONTA E SERRILHAS EM TODO O RAMO, E AUXILIA NA PREENSAO DE TECIDOS UTILIZADA PARA HEMOSTASIA PESO 100G, DIMENSAO 14X3X1 CM.	UN	4,00	STARK	R$ 25,90	R$ 103,60
19	PINCA KOCHER RETA 20 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM TRATAMENTO EXTRA CONTRA OXIDACAO HASTES ARREDONDADAS E MACIAS, FACILITANDO TRAVAMENTO/DESTRAVAMENTO DA PINCA, POSSUI DENTES NA PONTA E SERRILHAS EM TODO O RAMO, E AUXILIA NA PREENSAO DE TECIDOS UTILIZADA PARA HEMOSTASIA PESO 100G, DIMENSAO 8X16X4 CM.	UN	4,00	STARK	R$ 44,00	R$ 176,00

26	DESCOLADOR FREER MODIFICADO, MATERIAL CONFECCIONADO EM ACO INOX AUTOCLAVAVEL INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO NAO CORTANTE.	UN	1,00	ABC	R$ 29,93	R$ 29,93
44	AGULHA CURTA 30G CAIXA C/100	UN	40,00	PROCARE	R$ 26,00	R$ 1.040,00
46	AGULHA LONGA 27G CAIXA C/100	UN	25,00	PROCARE	R$ 24,80	R$ 620,00
81	CURETAS ALVEOLARES EM ACO INOX.	UN	15,00	PRATA	R$ 10,50	R$ 157,50
83	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 150X250M COM 100 UNID.	UN	100,00	HOSPFLEX	R$ 29,50	R$ 2.950,00
89	ESPATULA LECRON - TAMANHO APROXIMADAMENTE 19CM, CONFECCIONADO EM ACO CIRURGICO, POSSUI 1 PONTA EM FORMA DE FACA E A OUTRA EM FORMA DE COLHER.	UN	4,00	PRATA	R$ 7,89	R$ 31,56
90	ESPATULA PARA RESINA COMPOSTA SUPRAFILL Nº01 HI - EM ACO INOX	UN	4,00	PRATA	R$ 22,20	R$ 88,80
98	FIO AGULHADO SEDA TRANCADO PRETO - ODONTOLOGICO FIO USP 3/0 45 CM 01 AGULHA 17MM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	UN	65,00	TECHNOFIO	R$ 37,00	R$ 2.405,00
102	FIXADOR PARA RX - ODONTOLOGICO 475 ML	UN	60,00	CAITHEC	R$ 10,33	R$ 619,80
120	LUVA CIRURGICA ESTERIL, TAM. 7.0 - CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, ANATOMICA, SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA NA EXTREMIDADE DOS DEDOS, LEVEMENTE TALCADA, ESTERILIZADA POR RAIO GAMA, EMBALAGEM EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESPESSURA MINIMA DE 0,10MM E COMPRIMENTO MINIMO DE 280MM, POSSUINDO NA EMBALAGEM INDICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA PROPORCIONANDO ABERTURA ASSÉPTICA. EMBALAGEM C/ 1 PAR.	UN	100,00	MAXITEX	R$ 1,02	R$ 102,00
121	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	UN	500,00	MEDIX	R$ 14,38	R$ 7.190,00
122	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO M - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	UN	300,00	MEDIX	R$ 14,38	R$ 4.314,00
123	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO EXTRA P - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL (CAIXA C/ 100 UNIDADES).	UN	500,00	MEDIX	R$ 14,38	R$ 7.190,00
134	PORTA AGULHA MATHIE PEQUENO 14CM - ODONTOLOGICO	UN	10,00	ABC	R$ 37,00	R$ 370,00
144	REVELADOR PARA RAIO X - ODONTOLOGICO 475 ML	UN	65,00	CAITHEC	R$ 10,03	R$ 651,95
145	ROLO DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 10MMX100M	UN	12,00	PROTECT	R$ 38,90	R$ 466,80
146	ROLO DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 12MMX 100M	UN	12,00	PROTECT	R$ 46,90	R$ 562,80
158	TOUCA DESCARTAVEL - PACOTE 100 UNIDADES, EM TNT, 100% POLIPROPILENO, COR BRANCO/SEM ESTAMPA, COM ELASTICO, ALVEJADO, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, ALTA ABSORCAO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	UN	60,00	TALGE	R$ 5,10	R$ 306,00
TOTAL: R$ 31.787,47						

VALOR POR EXTENSO: **TRINTA E UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	
CNPJ: 05.895.525/0001-56	**Leandro Nery de Oliveira**

Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves, nº 66, Qd. 16, Lt. 22, Setor Jardim Presidente,	CPF: 037.217.131-17
Cidade: Goiânia - GO	
CEP: 74.353-400	
TELEFONE: (62) 3091-4345	
E-mail: objetiva.ltda@terra.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

I. S COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI
CNPJ Nº 18.031.325/0001-05

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	OXIMETRO DE PULSO NEONATAL, TIPO MESA, COM CURVA PLESTIMOGRÁFICA, 03 SENSOR DE SPO2- BATERIA INTERNA RECARREGAVEL, COM ACESSORIOS INCLUSOS, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT, CAPA DE PROTEÇÃO COM SUPORTE, MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS.	UN	1,00	CHOICEMMED	R$ 2. 500,00	R$ 2. 500,00
3	MONITOR MULTIPARÂMETROS, TELA DE 10” A 12”, ELETROCARDIOGRAMA, OXIMETRIA (SPO2), PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA, MONITOR LCD	UN	1,00	COMEN	R$ 8. 600,00	R$ 8. 600,00
4	OXIMETRO DE PULSO ADULTO, TIPO MESA, COM CURVA PLESTIMOGRÁFICA, 03 SENSOR DE SPO2 – BATERIA INTERNA RECARREGAVEL, COM ACESSORIOS INCLUSOS, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT, CAPA DE PROTEÇÃO COM SUPORTE, MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS.	UN	1,00	CHOICEMMED	R$ 2. 050,00	R$ 2. 050,00
31	APARELHO PROFILAXIA E ULTRASSOM FREQUENCIA DE 29 KHZ AJUSTE DE AGUA PARA ULTRA-SOM AJUSTE DE NIVEL DE POTENCIA DO ULTRA-SOM CANETA DO ULTRA-SOM AUTOCLAVAVEL UTILIZA AGUA DE RESERVATORIO ACOMPANHA 3 INSERTOS EM LIGA DE METAL ESPECIAL E AUTOCLAVAVEIS PEÇA DE MÃO, LEVE E ANATOMICA CHAVE AUTOCLAVAVEL PARA TROCA DOS INSERTOS MANGUEIRA LISA, LEVE E FLEXIVEL PEDAL DE COMANDO MOVEL PARA ATUAÇÃO CONFORME NECESSIDADES SELEÇÃO AUTOMATICA DE VOLTAGEM	UN	2,00	ORTUS BIOSCALE R	R$ 1. 685,00	3. 370,00
TOTAL: R$ 16.520,00						

VALOR POR EXTENSO: **DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

GOIAS BEM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP CNPJ Nº 20.231.242/0001-01						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
12	PINCA ANATOMICA COM VIDEA 14 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO PESO 100G, DIMENSAO 6X14X4 CM.	UN	4,00	GOLGRAN	R$ 245,00	R$ 980,00
36	MESA AUXILIAR ODONTOLOGICA COMPOSTA POR 02 GAVETAS DE 06CM + 02 GAVETAS DE 12CM COM BOJOS EM ABS , CANTOS ARREDONDADOS E PRATELHEIRAS SOB A BASE	UN	3,00	MEDISAUDE 2 GAV,	R$ 820,00	R$ 2. 460,00

59	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO FG 21-58, CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	UN	30,00	ANGELUS	R$ 17,00	R$ 510,00
68	BROCA DIAMANTADA 1164FF - ODONTOLOGICO	UN	30,00	MICRODONT	R$ 3,00	R$ 90,00
69	BROCA DIAMANTADA Nº21, TIPO RODA - ODONTOLOGICO	UN	30,00	MICRODONT	R$ 3,00	R$ 90,00
93	ESPELHO BUCAL Nº05 - CAIXA COM 12 UNIDADES SEM CABO	UN	12,00	GOLGRAN	R$ 19,00	R$ 228,00
94	ESPELHO DE MAO, COMUM REDONDO COM CABO, MEDINDO APROX. 15CMX25CM DE DIAMETRO.	UN	6,00	GOLGRAN	R$ 19,00	R$ 114,00
119	LIMPA CLAVE - 1000 ML - ODONTOLOGICO (LIMPADOR EXCLUSIVO PARA LIMPEZA E CONSERVACAO DE AUTOCLAVE E ESTERELIZADORES)	UN	12,00	ASFER	R$ 60,00	R$ 720,00
151	TAÇAS PARA ACABAMENTO ENHANCE PARA RESINA C/ 7 UNID.	UN	8,00	DENTSPLY	R$ 49,00	R$ 392,00
TOTAL: R$ 5.584,00						

VALOR POR EXTENSO: **CINCO E MIL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: GOIAS BEM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI EPP	
CNPJ: 20.231.242/0001-01	
Endereço: Rua Osman Garavelo, Qd. 37, Lt.10, Sala 01, Residencial Central Solar Park Ap. de Goiânia	
Cidade: Aparecida de Goiânia - GO	**Hugleyson Alves Ribeiro Americo** CPF: 918.180.011-87
CEP: 74.968-571	
TELEFONE: (62) 3981-1130 / 3681-1103	
E-mail: goiasbem@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BHDENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP CNPJ Nº 29.312.896/0001-26						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
34	COMPRESSOR ODONTOLOGICO ISENTO DE ÓLEO ,TENSÃO:220V, DESLOCAMENTO TEÓRICO: 12PCM-340L/MIN, PRESSÃO DE OPERAÇÃO:MÁXIMA:120LBF/POL²-8,3BAR MÍNIMA: 80LBF/POL²-5,5BAR , UNIDADE COMPRESSORA:NÚMERO DE ESTÁGIOS: 1 NÚMERO DE PISTÕES: 2 X 2-V, POTÊNCIA DO MOTOR: 2 X 1HP / 1,5KW, NÚMERO DE POLOS:4, VOLUME DO RESERVATÓRIO: 183L	UN	3,00	PRESSURE	R$ 4.813,00	R$ 14.439,00
TOTAL: R$ 14.439,00						

VALOR POR EXTENSO: **QUATORZE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: BHDENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP	
CNPJ: 29.312.896/0001-26	
Endereço: Avenida dos Bandeirantes, nº 710, Loja 05, Bairro Comiteco.	
Cidade: Belo Horizonte - MG	**Cristiano Henrique Rodrigues Cury**
CEP: 30.315-382	CPF: 993.547.726-68
TELEFONE: (31) 3245-6768 / 3377-7500	
Email: bhdental.licitacao@gmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITLAR EIRELI
CNPJ Nº 16.917.181/0001-55

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
11	PINCA ALLIS 15 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO HASTES ARREDONDADAS E MACIAS, FACILITANDO TRAVAMENTO/DESTRAVAMENTO DA PINCA PESO 100G, DIMENSAO 2X10X20 CM	UN	4,00	ABC	R$ 24,19	R$ 96,76
14	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. PESO 100G, DIMENSAO 4X14X3 CM.	UN	4,00	ABC	R$ 11,07	R$ 44,28
15	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 18 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. PESO 100G, DIMENSAO 4X18X4 CM.	UN	4,00	ABC	R$ 16,44	R$ 65,76
16	PINCA KELLY CURVA 14 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO HASTES ARREDONDADAS E MUITO MACIAS, FACILITANDO TRAVAMENTO/DESTRAVAMENTO DA PINÇA UTILIZADA PARA HEMOSTASIA PESO 100G, DIMENSAO 16X4X4 CM	UN	10,00	ABC	R$ 23,00	R$ 230,00
17	PINCA KELLY CURVA 16 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO HASTES ARREDONDADAS E MUITO MACIAS, FACILITANDO TRAVAMENTO/DESTRAVAMENTO DA PINCA UTILIZADA PARA HEMOSTASIA PESO 100G, DIMENSAO 16X8X6CM.	UN	10,00	ABC	R$ 25,89	R$ 258,90
22	PINCA LUCAE BAIONETA, INSTRUMENTAL CIRURGICO, EM ACO INOXIDAVEL P/ CURATIVO AURICULAR, MEDIDA: 14,5CM.	UN	1,00	ABC	R$ 19,75	R$ 19,75
23	PINCA BAIONETA JANSEN 16 CM, MATERIAL CONFECCIONADO EM ACO INOX MATERIAL AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO E NAO CORTANTE	UN	1,00	ABC	R$ 23,30	R$ 23,30
24	PINCA HARTMANN COM SERRILHA PARA CORPO ESTRANHO MEDIDA 14CM, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL AISI-420. EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE	UN	1,00	ABC	R$ 125,13	R$ 125,13
25	PINCA HARTMANN MICRO RETA AURICULAR CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL AISI-420 TAMANHO 8 CM EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE	UN	1,00	ABC	R$ 369,00	R$ 369,00
28	ALICATE CORTE LATERAL MEDIO EM ACO INOXIDAVEL PARA ORTOPEDIA.	UN	1,00	ABC	R$ 108,00	R$ 108,00
29	CANETA PARA BISTURI CAUTERIO POR COMANDO DE PEDAL, AUTOCLAVAVEL, CABO FIXO/ CONECTOR PINO BANANA 3,97MM, COMPATIVEL COM A MARCA WEM HF-120	UN	2,00	EMAI BP 150 S	R$ 239,90	R$ 479,80
39	AMALGAMADOR - COM RESERVATORIO PARA LIMALHA E MERCURIO HERMATICAMENTE FECHADOS,COM DOSADOR E MISTURADOR AUTOMATICO,COM TEMPORIZADOR PARA REGULAGEM DA MISTURA,VOLTAGEM 110 / 220 V,GARANTIA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA,MANUAL DE INSTRUCOES DE USO	UN	1,00	KONDENTECH AQUATECH	R$ 645,00	R$ 645,00
40	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 30X25X18MM COM 2 UNIDADES.	UN	8,00	MAQUIRA	R$ 8,99	R$ 71,92
45	AGULHA EXTRA CURTA CAIXA C/100 UNID	UN	40,00	PROCARE	R$ 26,79	R$ 1. 071,60
50	ANESTESICO PARA GESTANTES E IDOSOS LIDOCAINA 2% COM ADRENALINA 1:100,000 CAIXA COM 50 TUBETES	UN	20,00	DLA	R$ 68,16	R$ 1. 363,20
55	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBIFERA COM PROTETOR DE TIREOIDE 100X60CM USO PROFISSIONAL COM 0,25MM	UN	3,00	UNEMOL	R$ 445,50	1. 336,50
56	BABADOR DESCARTAVEL E IMPERMEAVEL 100% DE FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE E FILME POLIETILENO ATOXICO 33X47CM - CAIXA C/100 UNID- ODONTOLOGICO	UN	60,00	SS PLUS	R$ 11,97	R$ 718,20
74	BROQUEIRO MISTO 21 PONTAS PARA BAIXA E ALTA ROTACAO, EM ALUMINIO AUTOCLAVEL	UN	3,00	MAQUIRA	R$ 20,10	R$ 60,30
78	COLGADURA INDIVIDUAL PARA RX CONFECCIONADA EM AÇO INOXÍDÁVEL SUPORTE PARA REVELAÇÃO DE 1RX. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	UN	50,00	TECNODENT	R$ 5,33	R$ 266,50
84	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 90X260M - COM 100 UNIDADES	UN	100,00	HOSPFLEX	R$ 18,79	R$ 1. 879,00
85	ENXAGUANTE BUCAL 2LT (ANTISSEPTICO)	UN	15,00	REYMER	R$ 33,00	R$ 495,00

112	JOGO ALAVANCA ODONTOLOGICO 1R, 1L, 2 CIRURGICA, TIPO SELDIN DIREITA, ESQUERDA E RETA.	UN	15,00	ABC	78,54	1.178,10
118	LIMA PARA OSSO SELDIN Nº12, CONFECCIONADA EM ACO INOX, CONTENDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UN	10,00	PREVEN	R$ 31,99	R$ 319,90
132	PASTA PROFILATICA COM FLÚOR 90GR SABOR MORANGO	UN	20,00	MAQUIRA	R$ 8,24	R$ 164,80
137	PROTETOR DE CHUMBO PARA TIREOIDE - CONFECCIONADA EM BORRACHA PLUMBIFERA FLEXIVEL, ACABAMENTO EM NYLON LAVAVEL; COM REGISTRO NA ANVISA E CA DO MINISTERIO DO TRABALHO.	UN	4,00	UNEMOL	R$ 128,23	R$ 512,92
152	TACINHAS DE BORRACHA PARA PROFILAXIA FABRICADA EM LATEX FLEXIVEL E MACIO PROPORCIONANDO UMA PENETRAÇÃO DE ATE 4MM SEM CAUSAR TRAUMA EMBALAGEM COM 1 UN	UN	20,00	MICRODONT	R$ 1,50	R$ 30,00
155	TIRAS ABRASIVAS ELETROLITICAS DE ACO INOX 150X4MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES - CAIXA	UN	35,00	MAQUIRA	R$ 10,19	R$ 356,65
TOTAL: R$ 12.290,27						

VALOR POR EXTENSO: **DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. RUDIMAR JOSE LANG nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITLAR EIRELI	
CNPJ: 16.917.181/0001-55	
Endereço: Rua Presidente Hermes da Fonseca, Qd. 73, Lt. 09, nº 438, Bairro Jardim Presidente.	
Cidade: Goiânia - GO	**Cassia Pereira Pinto**
CEP: 74.353-170	CPF: 925.409.701-25
TELEFONE: (62) 3924-8447 / 8135-1311	
E-mail: cassia_go@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 186/2019

DECRETO Nº 186/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas**, código CC- 9.100, oSenhor**Márcio Silva Souza**, CPF/MF – 795.725.291-53, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CIRURGICA GONÇALVES LTDA EPP
CNPJ Nº 15.371.628/0001-70

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
13	PINCA ANATOMICA COM VIDEA 18 CM, INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO PESO 100G, DIMENSAO 8X16X6 CM	UN	4,00	HARTE	R$ 285,00	R$ 1. 140,00
27	CURETA DE CERUME RETA, INSTRUMENTAL CIRURGICO EM AÇO INOXIDAVEL.	UN	1,00	ABC	R$ 35,00	R$ 35,00
38	SELADORA PARA EMBALAGEM PARA SELAR PAPEL GRAU CIRURGICO - DESIGNER MODERNO E INOVADOR COM ALCA DE APOIO PARA SELAGEM COM PROTECAO TERMICA QUE EVITA ACIDENTES; APOS AQUECIDA SELAMENTO INSTANTANEO EM 3 SEGUNDOS; CHASSI METALICO DE ACO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E PINTURA EPOXI ELETROSTATICACONFERINDO SEGURANCA, QUALIDADE E DURABILIDADE AO PRODUTO; AREA DE SELAGEM EM ACO INOXIDAVEL; AQUECIMENTO UNIFORME EM TODA A AREA DE SELAGEM; 30X12MM, CONTINUOS, AREA LIVRE PARA SELAGEM; ACIONAMENTO ATRAVES DE CHAVE LIGA/DESLIGA COM ILUMINACAO 220V.	UN	3,00	AGIR	R$ 200,00	R$ 600,00
TOTAL: R$ 1.775,00						

VALOR POR EXTENSO: **UM MIL SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: CIRURGICA GONÇALVES LTDA EPP	
CNPJ: 15.371.628/0001-70	
Endereço: Av. General Mello, nº 1.527, Bairro Pico do Amor.	
Cidade: Cuiabá - MT	**Tertuliano Gonçalves da Costa** CPF: 171.769.301-63
CEP: 78.065-290	
TELEFONE: (65) 3634-5142 / 3634-6951	
E-mail: comercial@cirurgicagoncalves.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ Nº 21.504.525/0001-34

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
7	TESOURA METZEMBAUM CURVA DELICADA 15 CM INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO CORTANTE EM ACO INOXIDAVEL PESO 300G, DIMENSOES 15X6X6 CM	UN	4,00	GOLGRAN	R$ 23,00	R$ 92,00
9	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM COM VIDEA INSTRUMENTAL CIRURGICO ARTICULADO NAO CORTANTE, EM ACO INOXIDAVEL, UTILIZADO PARA FIXACAO DA AGULHA DURANTE A SUTURA COM PONTA DE VIDEA, AUMENTA A VIDA UTIL E NAO PERMITE MOVIMENTO DA AGULHA PESO 100G, DIMENSAO 1X5X16 CM	UN	5,00	GOLGRAN	R$ 159,42	R$ 797,10
20	CABO DE BISTURI N° 3 EM ACO INOXIDAVEL PARA LAMINAS N° 10 A N° 17, COMPRIMENTO 13,5 CM APROXIMADAMENTE.	UN	10,00	GOLGRAN	R$ 7,00	R$ 70,00
21	CABO DE BISTURI N° 4 EM ACO INOXIDAVEL PARA LAMINAS N° 18 A N° 36, COMPRIMENTO 13,5 CM APROXIMADAMENTE.	UN	10,00	GOLGRAN	R$ 3,94	R$ 39,40
33	KIT ACADEMICO ODONTOLOGICO COM 01 CANETA DE ALTA ROTAÇÃO COM SISTEMA PRESS BUTTON +01 MICROMOTOR	UN	3,00	KAVO	R$ 640,00	R$ 1. 920,00
35	FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO LUZ LED, COM TEMPO DE OPERAÇÃO PROGRAMAVEL - FREQUENCIA 50/60 HZ DUAS PONTEIRAS- SEM FIO.	UN	3,00	EC500 ECEL	R$ 490,00	R$ 1. 470,00
41	ACIDO FOSFORICO DE ESMALTE E DENTINA A 37% EMBALAGEM COM 03 SERINGA 2,5MM CADA - ODONTOLOGICO	UN	70,00	ATTAQUE GEL BIODINAMICA	R$ 3,29	R$ 230,30
42	ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL(BIS-GMA , HEMA , DIURETANO,DIMETACRILATO,COPOLIMEROS, DOS ACIDOS POLIALCENOICO, CANFOROQUINONA, AGUA E ETANOL, GLICEROL 1.3, DEMETACRILATO, 10% EM PESO DE SILICA COLOIDAL - FRASCO COM 6G	UN	40,00	SINGLE BOND - 3M	R$ 80,00	R$ 3. 200,00
49	ANESTESICO INJETAVEL CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML COM HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 0,04MG/ML COM VASO CONSTRUTOR-ODONTOLOGICO	UN	50,00	LIDOSTESIN - DLA	R$ 54,39	R$ 2. 719,50
52	ANESTESICO TOPICO 200MG/G- COMPOSICAO : CADA GRAMA DO GEL CONEM 200GR DE BENZOCAINA , EXCIPICIENTES, SCARINA SODCA , POLIETILENOGLICO 14.000 POLIETILENOGLICO 400 AROMA DE PINA COLADA- FRASCO COM 12 G	UN	30,00	BENZOTOP - DFL	R$ 6,42	R$ 192,60
53	APLICADOR DESCARTAVEL HASTE DOBRAVEL TAMANHO FINO- EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UN	20,00	CAVIBRUSH - FGM	R$ 7,61	R$ 152,20
57	BICARBONATO DE SODIO EXTRA FINO 200GR - ODONTOLOGICO	UN	20,00	AIRON - MAQUIRA	R$ 9,71	R$ 194,20
58	BROCA 1190 F	UN	50,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 69,50

61	BROCA DE BAIXA ROTACAO Nº08, EM ACO CARBONO	UN	50,00	MAILLEFER - DENTSPLY	R$ 2,68	R$ 134,00
62	BROCA DIAMANTADA 1016, HASTE LONGA - ODONTOLOGICO	UN	40,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 55,60
63	BROCA DIAMANTADA 1032, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	UN	35,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 48,65
64	BROCA DIAMANTADA 1034, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	UN	35,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 48,65
65	BROCA DIAMANTADA 1035, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	UN	30,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 41,70
66	BROCA DIAMANTADA 1052, TIPO RODA - ODONTOLOGICA	UN	30,00	CHAMPION - MICRODONT	R$ 1,39	R$ 41,70
71	BROCA PARA OSSO Nº703, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	UN	40,00	KAVO	R$ 4,17	R$ 166,80
73	BROCA ZEKRYA LONDA 28MM PRODUZIDA EM AÇO CARBIDE COM PONTA ATIVA (0,8MM DE DIAMETRO). POSSUI FORMATO TRONCO-CONICO. NA COR:PRATA. ALTA ROTAÇÃO.	UN	6,00	ANGELUS	R$ 14,58	R$ 87,48
76	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACAO COR A2 EMBALAGEM C/ 01 FRASCO DE CIMENTO EM PO 10G E 01 FRASCO DE LIQUIDO	UN	10,00	MAXXION R - FGM	R$ 13,5500	R$ 135,50
77	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13LT	UN	40,00	DESCARBOX	R$ 3,68	R$ 147,20
82	DISCO DE LIXA SOF-LEX POP-ON - KIT COM 120DISCOS, ABRASIVOS: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO, DIAMETRO DE 1/2 PARA CONTRA-ANGULO, DISCOS LARANJAS SAO INDICADOS PARA SUPERFICIE INTERPROXIMAIS, POSSUI 4 DIFERENTES GRANULACOES: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO. OS DISCOS SAO DESCARTAVEIS. 1/2 POLEGADAS=13MM, 3/8 POLEGADAS=9MM.	UN	6,00	SOF-LEX POP-ON - 3M	R$ 189,90	R$ 1.139,40
86	ESCOVA DE ROBINSON CONICA COR PRETA	UN	50,00	MICRODONT	R$ 1,25	R$ 62,50
87	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM PROTETOR (TAMPA) - TAMANHO MEDIO, CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, CABO ANATOMICO; COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	UN	5.200,00	FLOPPY - MEDFIO	R$ 0,38	R$ 1.976,00
96	FILME DENTAL PERIAPICAL ADULTO - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	UN	20,00	AGFA - KULZER	R$ 124,17	R$ 2.483,40
97	FILME DENTAL PERIAPICAL INFANTIL - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	UN	20,00	CARESTREAM	R$ 173,29	R$ 3.465,80
99	FIO DENTAL CLINICO COM FIO DE POLIAMIDA , CERA MINERAL E AROMA 500MTS	UN	25,00	MEDFIO	R$ 4,86	R$ 121,50
100	FITA MATRIZ METALICA 0,05MMX0,5M EM ACO INOXIDAVEL	UN	50,00	MAQUIRA	R$ 1,60	R$ 80,00
101	FITA MATRIZ METALICA 0,07MMX0,5M EM ACO INOXIDAVEL	UN	30,00	MAQUIRA	R$ 1,74	R$ 52,20
104	FORCEPS N 65, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO	UN	10,00	GOLGRAN	R$ 52,00	R$ 520,00
105	FORCEPS N 17, ADULTO CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	UN	10,00	GOLGRAN	R$ 52,00	R$ 520,00
106	FORCEPS INFANTIL Nº5, CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO.	UN	15,00	GOLGRAN	R$ 52,00	R$ 780,00
107	FORMOCRESOL -FRASCO COM 10ML- ODONTOLOGICO	UN	15,00	BIODINAMICA	R$ 3,93	R$ 58,95
109	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO TUBO DE PASTA BASE COM 13G E TUBO DE PASTA CATALIZADORA COM 11G	UN	15,00	HYDCAL - TECHNEW	R$ 12,64	R$ 189,60
110	HIDROXIDO DE CALCIO P.A A 100,5% EMBALAGEM COM 10GR	UN	10,00	MAQUIRA	R$ 3,74	R$ 37,40
111	IRM PO E LIQUIDO - KIT - ODONTOLOGICO	UN	6,00	IRM - DENTSPLY	R$ 71,38	R$ 428,28
113	JOGO DE ALAVANCA SELDIN INFANTIL N°02 RETA ESQUERDA E DIREITA	UN	15,00	GOLGRAN	R$ 49,47	R$ 742,05
114	JOGO POSICIONADOR RADIOGRAFICO PERIAPICAL INFANTIL AUTOCLAVAVEL	UN	10,00	MAQUIRA	R$ 52,00	R$ 520,00
126	MICRO BRUSH TAMANHO REGULAR 2.0MM 1/4 GOTA, NA COR AMARELO - TUBO C/ 100 UNID	UN	30,00	CAVIBRUSH - FGM	R$ 7,61	R$ 228,30
128	OLEO LUBRIFICANTE 2 EM 1, UM UNICO OLEO PARA BAIXA E ALTA ROTACAO FRASCO 200 ML.	L	15,00	MAQUIRA	R$ 16,65	R$ 249,75
131	PARAMONO CLOROFENOL CANFORADO 20 ML	UN	15,00	MAQUIRA	R$ 5,07	R$ 76,05
135	PORTA AMALGAMA ADULTO EM PLASTICO ESTERILIZÁVEL	UN	15,00	MAQUIRA	R$ 9,52	R$ 142,80
136	POTE DAPPEN DE VIDRO USO ODONTOLOGICO,EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	UN	10,00	ART VIDRO	R$ 1,39	R$ 13,90
138	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A1, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	UN	40,00	Z250 XT - 3M	R$ 49,51	R$ 1.980,40
139	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	UN	60,00	Z250 XT - 3M	R$ 43,06	R$ 2.583,60
140	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A3,5, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS	UN	65,00	Z250 XT - 3M	R$ 43,06	R$ 2.798,90
141	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR B1, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	UN	20,00	Z250 XT - 3M	R$ 49,51	R$ 990,20
142	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR B2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	UN	20,00	Z250 XT - 3M	R$ 49,51	R$ 990,20
143	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR A3, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	UN	65,00	Z250 XT - 3M	R$ 43,06	R$ 2.798,90
147	SACA BROCA PARA CANETA DE ALTA ROTACAO	UN	10,00	DX	R$ 19,44	R$ 194,40

148	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO 2G PACOTE COM 05 BISNAGAS	UN	30,00	FLUROSHIELD - DENTSPLY	R$ 38,89	R$ 1. 166,70
149	SOLUCAO HEMOSTATICA TOPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO SEM EPINEFRINA - ODONTO 10 ML	UN	20,00	HEMOPARE - MAQUIRA	R$ 13,18	R$ 263,60
150	SUGADOR DESCARTAVEL (TUBO E PONTEIRAS ATOXICOS, ARAME EM ACO ESPECIAL E PONTEIRA MACIA)- PACOTE COM 40 UNID	UN	600,00	MAX CLEAN - SSPLUS	R$ 3,89	R$ 2. 334,00
154	TESOURA IRIS RETA 12CM	UN	10,00	GG - GOL-GRAN	R$ 11,41	R$ 114,10
156	TIRA DE ACABAMENTO PROXIMAL - CAIXA COM 150 UNIDADES DE LIXA 4MMX170MM EM POLIESTER, RESINA E OXIDO DE ALUMINIO.	UN	35,00	AIRON - MA-QUIRA	R$ 11,10	R$ 388,50
159	TRICRESOL FORMALINA(ANTICEPTICO E DESINFETANTE) 10 ML	UN	15,00	BIODINAMICA	R$ 3,6000	R$ 54,00
TOTAL: R$ 42.599,46						

VALOR POR EXTENSO: **QUARENTA E DOIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI	
CNPJ: 21.504.525/0001-34	
Endereço: Rua Anne Frank, nº 5.241, Bairro Boqueirão.	
Cidade: Curitiba - PR	**Humberto Delio Donini** CPF: 007.710.129-42
CEP: 81.730-010	
TELEFONE: (41) 3012-0304	
E-mail: licitacao@dentalprimecwb.com.br	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 185/2019

DECRETO Nº 185/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas**, código CC- 9.100, o**SenhorVALDEIR PINTO DE SOUZA**, CPF/MF – 000.753.221-02, nomeado através do Decreto nº 378/2017, 18 de agosto de 2017.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de Agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019, publicada no Diário Oficial de Contas dia 05 de Junho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 05 de Junho de 2019, no Diário de Cuiabá dia 05 de Junho de 2019, Processo Administrativo nº 1331, 1332 e 1333/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA UNIDADE DE SAÚDE,** nas características e quantitativos descritos na proposta de preços apresentada.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇO REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME CNPJ Nº 03.250.803/0001-92						
ITEM	**MATERIAL**	**UN**	**QTDE.**	**MARCA**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
43	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 COMPOSICAO : PEROXIDO DE HIDROGENIO 3% FENACETINA , ACIDO FOSFORICO, AGUA PURIFICADA FRASCO COM 1000 ML - ODONTOLOGICO	L	60,00	RIOQUIMICA	R$ 6,84	R$ 410,40
54	APLICADOR PARA HIDROXIDO DE CALCIO ANGULAR, CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE	UN	15,00	PRATA	R$ 5,70	R$ 85,50
67	BROCA DIAMANTADA 1164 - ODONTOLOGICO	UN	30,00	FAVA	R$ 2,52	R$ 75,60
72	BROCA PARA OSSO Nº703L, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	UN	50,00	KAVO	R$ 8,49	R$ 424,50
75	CABO PARA ESPELHO BUCAL - ODONTOLOGICO - EM ACO INOX AUTOCLAVAVEL	UN	30,00	GOLGRAN	R$ 5,10	R$ 153,00
88	ESPATULA DE RESINA EM AÇO INOX COM REVESTIMENTO TITANIO, SILICONE ATOXICO INTERPROXIMAL	UN	4,00	PRISMA	R$ 32,19	R$ 128,76
103	FLUOR EM GEL 200ML (FLUORETO DE SODIO, SACARINA SODICA , CELLOSIZE QP 100, PROPOLENOGLICOL, GLICERINA , ESSENCIA DE MENTA E AGUA DEIONIZADA)- ODONTOLOGICO	UN	150,00	SSPLUS	R$ 5,20	R$ 780,00
153	TESOURA CIRÚRGICA CURVA EM AÇO INOX 10 CM	UN	15,00	ABC	R$ 21,89	R$ 328,35
TOTAL: R$ 2.386,11						

VALOR POR EXTENSO: **DOIS MIL E TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E ONZE CENTAVOS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma fracionada e **quantas vezes forem necessárias** no mês, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo **máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregues no almoxarifado central ou na secretaria municipal de saúde (**local será definido** na ordem de fornecimento ou requisição de compra).

4.1.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos

produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato; a conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, **será aplicada a multa de 0,2%** sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dois úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. Para emissão das requisições, a empresa deverá estar regular com Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao procedimento da entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das diversas dotações consignadas no exercício.

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

Paragrafo único - APLICA-SE AUTOMATICAMENTE AS SANÇÕES E MULTAS DESCRITAS NESTE ITEM, EM TODAS AS ORDENS DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de Julho de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio

Fornecedor: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME	
CNPJ: 03.250.803/0001-92	
Endereço: Rua Professor João Félix, nº 635, Sala 07, Bairro Lixeira.	
Cidade: Cuiabá – MT	**Andreite Spada** CPF: 992.663.001-44
CEP: 78.008-435	
TELEFONE: (65) 3611-7211 / (65)99234-0850	
Email: famahospitalar@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr.ª **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas dia 03 de Abril de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 03 de Abril de 2019, no Diário de Cuiabá dia 03 de Abril de 2019, Processo Administrativo nº 939/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA.- EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme descrito no Anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019, que fica fazendo parte deste contrato.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - O preço, a quantidade e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MONIELY TAWANY MORAES BARROS
CNPJ Nº 32.258.730/0001-83

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CESTA BASICA - CONTENDO: 5 KG ARROZ TIPO 1 - 1 KG FEIJAO COMUM TIPO 1 - 1 KG MACARRAO ESPAGUETE SEMOLA - 1 KG FUBA - 1 LT OLEO DE SOJA - 2 EXTRATO DE TOMATE 130 GR - 1 KG SAL REFINADO - 2 KG ACUCAR CRISTAL - 1 PCT BOLACHA MAISENA 400 GR - 1 PCT LEITE EM PO INTEGRAL 200 GR.	UN	850,00	R$ 49,1000	R$ 41.735,00
TOTAL: R$ 41.735,00					

VALOR POR EXTENSO: **QUARENTA E UM MIL E SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS.**

NA CONTRAMÃO LTDA ME
CNPJ Nº 14.111.790/0001-97

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	CESTA BASICA CONTENDO: 10 KG ARROZ TIPO 1 - 2 KG FEIJAO COMUM TIPO 1 - 2 KG MACARRAO ESPAGUETE SEMOLA - 1 KG FUBA - 2 LT OLEO DE SOJA - 3 EXTRATOS DE TOMATE 130 GR - 1 KG SAL REFINADO - 2 KG ACUCAR CRISTAL - 2 PCT BOLACHA MAISENA 400 GR - 2 PCT LEITE EM PO INTEGRAL 200 GR.	UN	600,00	R$ 89,3000	R$ 53.580,00
TOTAL: R$ 53.580,00					

VALOR POR EXTENSO: **CINQUENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS E OITENTA REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93, dos produtos contratados.

3.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde o município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no **prazo máximo de 02 (dois) dias**, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue em local indicado pelo município.

4.1.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.2 - Os produtos solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão ser entregues, conforme emissão da ordem de compra, devidamente assinada pela Administração Municipal, nos locais e horários indicados pela mesma.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os materiais passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 02 (dois)dias úteis, contados da comunicação (via e-mail, ou notificação extrajudicial), fazer a coleta e promover a entrega dos materiais de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato e o não recebimento no prazo previsto. A conferencia deverá ser acompanhado por um responsável da secretaria solicitante.

4.5 - As cestas deverão ser montadas conforme relação dos itens acima e deverão ser entregues devidamente embaladas no quantitativo previsto em cada item. A formação das cestas é de inteira responsabilidade da empresa vencedora, as quais deverão ser embaladas separadamente formando as quantidades solicitadas.

4.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **PREFEITURA**, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços a serem executados, ou mesmo executados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do **CONTRATANTE**:

5.2.1 - Convocar o fornecedor para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal devidamente atesta pelo servidor público, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito do **FORNECEDOR** o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.32.00000100000000 – MATERIAL DE CONSUMOMO

12.0 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSE LANG** nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 02 (dois)cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: MONIELY TAWANY MORAES BARROS	
CNPJ: 32.258.730/0001-83	
Endereço: Rua Deputado Jonas Pinheiro, S/N, Parque Taquari.	
Cidade: Alto Taquari – MT	**Moniely Tawany Moraes Barros**
CEP: 78.785-000	CPF: 057.916.331-81
TELEFONE: (66) 99648-2115	
E-mail: alcionepaes@hotmail.com	

Fornecedor: NA CONTRAMÃO LTDA - ME	
CNPJ: 14.111.790/0001-97	
Endereço: Rua Guavira Oeste, n° 44, Centro.	
Cidade: Chapadão do Céu/GO	**Diego Rodrigo Fávero**
CEP: 75.828-000	CPF: 999.161.341-20
TELEFONE: (64)3634-1491	
E-mail: nacontramao_01@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 184/2019

DECRETO Nº 184/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenador de Gerência de Cidade** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurelio Julien, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Gerência de Cidade**, Código- 8.050 oSenhor ***Ariovaldo Jose Brocaneli de Carvalho***, CPF/MF –109.240.388-45, nos termos da Lei Municipal n° n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de Agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 019/2019.

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019.

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr. CACILDA FERREIRA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1. 355.625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, sob n**º 020/2019,** RESOLVE Registrar o

Preço da empresa **OPORTUNIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ Nº 06.985.129/0001-82, com sede à Avenida comercial, S/N, Quadra 01 Lote 05 salas 01 – Vila Goiany, Abadia de Goiás – GO, CEP: 75.345-000, E-mail: oportunidadeimob@hotmail.com, TELEFONES: (62) 3212-8090, neste ato representado pelo Srº **Gilson Antônio Ramos de Oliveira**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 1291212 SSP/GO e CPF nº 278.606.471-68, residente na Rua 1.139, s/n, Qd. 249, LT. 03 - Setor Marista, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) CAMINHÕES TRUCO CAÇAMBA E UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE NO MÍNIMO 280 HP,** conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

OPORTUNIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ Nº 06.985.129/0001-82					
ITEM	**QUANT.**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO**	**VL. UNIT.**	**VL. TOTAL**
2	9 MESES	3	LOCACAO DE CAMINHAO CACAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE PARA 14,00M³, COM TRACAO 6X4, MOTOR A DIESEL COM POTENCIA MINIMA DE 260 CV	R$ 16.700,00	R$ 450.900,00
3	9 MESES	1	LOCACAO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA - CONFORME DESCRIÇÕES ABAIXO RELACIOANDAS	R$ 35.000,00	315.000,00
TOTAL: R$ 765.900,00					

VALOR POR EXTENSO: **SETECENTOS E SESSENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS REIAS.**

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A contratada será responsável pelas despesas, como: veículo e motoristas, e para a escavadeira, além do operador, ficará responsável por seu transporte nos locais indicados pela contratante, sendo necessário disponibilizar uma prancha para o transporte da mesma. Os maquinários serão solicitados e deverão estar disponíveis em até 72 horas após o recebimento da ordem de fornecimento/serviço.

4.2 - Os caminhões/máquina deverão estar em perfeitas condições de uso, pneus novos ou seminovos, não apresentando rachaduras na lataria ou pontos de ferrugem em perfeito funcionamento e assim ser mantido durante toda a vigência do contrato;

4.3 - A contratada deverá manter os caminhões em consonância com as normas do CONTRAN- Conselho Nacional de Trânsito, bem como outras autoridades de trânsito;

4.4 - Não opor embargos ao acompanhamento e á fiscalização da execução contratual por parte do fiscal de contratos, devendo prestar todas as informações requeridas e atender as determinações do fiscal para a correção de eventuais pendências encontradas;

4.5 - Em caso de problemas mecânicos e/ou avarias nos caminhões/máquina causado por qualquer motivo, a contratada deverá substituir por outro, no intervalo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da Secretaria, mesmo que informado por telefone, percebido o defeito/avaria pelo motorista do carro (empregado da Contratante);

4.6 - A contatada deverá comunicar a Secretaria solicitante, toda e qualquer ocorrência relacionada ao serviço;

4.7 - A contratada assume integral e exclusivamente toda e qualquer responsabilidade pela assistência técnica, bem como a manutenção dos veículos, conservação, operação e manutenção preventiva e corretiva do veículo;

4.8 - Não transferir a outrem no todo ou em partes, as obrigações assumidas;

4.9 - Manter, permanentemente, no veículo locado sua documentação (cópia) devidamente legalizada;

4.10 - Manter nos veículos formulários específicos para serem anotadas as datas em que recebeu manutenções preventivas e corretivas, constando o que foi providenciado e dando conhecimento por escrito para a Secretaria solicitante.

4.11 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega dos serviços e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

6.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

6.1.2 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

6.1.3 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

6.1.4 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

6.1.5 – A decretação de falência ou insolvência civil;

6.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

6.1.7 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

6.1.8 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

6.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

6.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

7.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

9.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

9.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

10.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 23 de Abril de 2019.

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

OPORTUNIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Gilson Antônio Ramos de Oliveira

Fornecedora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - 1º SEMESTRE 2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2,104,142.43	2,071,614.52	2,036,298.46	1,933,105.28	2,857,636.27	2,411,875.69	2,326,368.61	1,961,426.06	2,127,309.08	2,160,084.92	2,024,198.73	2,064,768.02	26,078,828.07	0,00
Pessoal Ativo	2,104,142.43	2,071,614.52	2,036,298.46	1,933,105.28	2,857,636.27	2,411,875.69	2,326,368.61	1,961,426.06	2,127,309.08	2,160,084.92	2,024,198.73	2,064,768.02	26,078,828.07	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1,777,056.83	1,760,493.83	1,694,415.53	1,611,667.99	2,357,500.90	1,985,043.36	1,753,211.58	1,633,613.24	1,780,153.70	1,806,548.77	1,673,777.11	1,713,483.71	21,546,966.55	
Obrigações Patronais	327,085.60	311,120.69	341,882.93	321,437.29	500,135.37	426,832.33	573,157.03	327,812.82	347,155.38	353,536.15	350,421.62	351,284.31	4,531,861.52	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2,104,142.43	2,071,614.52	2,036,298.46	1,933,105.28	2,857,636.27	2,411,875.69	2,326,368.61	1,961,426.06	2,127,309.08	2,160,084.92	2,024,198.73	2,064,768.02	26,078,828.07	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	54.441.975,13	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	54.441.975,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	26.078.828,07	47,90
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.398.666,57	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.928.733,24	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.458.799,91	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	1.280.325,26	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	1.280.325,26	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	1.280.325,26	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	1.280.325,26	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
(-) Restos a Pagar Processados			
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	1.280.325,26	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.803.115,84	54.441.975,13	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	2,35	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	2,35	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
Dívida Contratual de PPP			
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015			

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º semestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	54.803.115,84	54.441.975,13	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.441.975,13	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.710.716,02	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	7.839.644,42	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.839.644,42	14,40
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.810.938,26	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	54.441.975,13
Receita Corrente Líquida Ajustada	54.441.975,13

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	26.078.828,07	47,90
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	29.398.666,57	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	27.928.733,24	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	26.458.799,91	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	1.280.325,26	2,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.710.716,02	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.839.644,42	14,40

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.810.938,26	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Documento gerado em 01/08/2019 16:45:34

Página 9 de 9

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	1º semestre
Exercício:	2019
Assinatura(s):	• Nome: MARCO AURELIO JULIEN *Titular do Poder Executivo* CPF: 704.646.691-20 Data: 05/08/2019 08:35:15 • Nome: BRUNO VAZ DE SOUZA CORREIA *Contador Responsável* CPF: 019.618.301-40 Data: 05/08/2019 08:26:47

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **05/08/2019, às 08:35:25** , é:

03.0F.91-L

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 05/08/2019 08:35:25 Página 1 de 1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2018

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Srta. **CACILDA FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2018, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 079/2018, publicada no Diário Oficial de Contas dia 18 de dezembro de 2018, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 18 de dezembro de 2018, no Diário de Cuiabá dia 18 de dezembro de 2018, Processo Administrativo nº 2028/2018, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECONDICIONAMENTO, RETIRADA E INSTALAÇÃO DE MOTO BOMBA D'AGUA, EM ATENDIMENTO AOS DIVERSOS POÇOS ARTESIANOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT**, especificados nos itens conforme termo de referência do Pregão Presencial nº079/2018.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ENTREGA

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

JOEL VILELA MACHADO - ME

CNPJ: 10.702.622/0001-15

ITEM	MATERIAL	UN	QTDE	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA 1,5HP, 8 ESTAGIOS 230 VT TRIFASICA	UN	2,00	807,5000	1.615,00
2	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 4,5HP, 7 ESTAGIOS 220/380VT	UN	2,00	2.218,5000	4.437,00
3	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 6HP, 9 ESTAGIOS 220/380VT	UN	8,00	2.322,6250	18.581,00
4	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 8HP, 12 ESTAGIOS 220/380VT	UN	4,00	2.902,7500	11.611,00
5	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 9HP, 9 ESTAGIOS 220/380VT	UN	3,00	2.997,6667	8.993,00
6	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 11HP, 11 ESTAGIOS 220/380VT	UN	4,00	3.336,2500	13.345,00
7	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 13HP, 13 ESTAGIOS 220/380VT	UN	4,00	3.871,7500	15.487,00
8	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 15HP, 14 ESTAGIOS 220/380VT	UN	8,00	4.065,1250	32.521,00
9	SERVICO DE RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTOBOMBA SUBMERSA 22,5HP, 220/380VT	UN	2,00	5.516,5000	11.033,00
10	SERVICO DE RETIRAR E COLOCAR BOMBA SUBMERSA EM POCO ATESIANO (CBO 3413)	UN	30,00	1.064,7667	31.943,00
11	SERVICO DE DESLOCAMENTO DE EQUIPE COM CAMINHAO MUNCK	UN	30,00	681,1333	20.434,00
TOTAL: R$ 170.000,00					

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SETENTA MIL REAIS.

2.2 - Os serviços serão solicitados de forma fracionada, de acordo com as necessidades, devendo a entrega dos serviços (a bomba já consertada), ocorrerem no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da bomba, juntamente com a requisição de compras devidamente assinada emitida pela administração pública municipal.

2.3 - O conserto será realizado na sede da Contratada, ficando sob a responsabilidade da Contratada a busca e a entrega das bombas no local, sem nenhum custo a ser acrescido.

2.4 - No ato da entrega os serviços passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa, no prazo de 1 dia, contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato.

3.0 - CLÁUSULA *TERCEIRA – DA DOTAÇÃO E SECRETARIA PARTICIPANTE*

Secretarias participantes deste registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

4.0 - CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA

4.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - *O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.*

5.2 - *O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.*

5.3 - *A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.*

5.4 - *Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/ INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.*

5.5 - *Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.*

5.6 - *Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.*

5.7 - *O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.*

5.8 - *Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.*

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - São obrigações do CONTRATADO:

a) Fornecer os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

b) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos serviços objeto da presente licitação;

d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e) Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

f) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93;

g) Zelar pela fiel execução desta Ata, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

h) Deverá se apresentar para prestar os serviços no prazo máximo de 01 (um) dia a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal, sob pena de incorrer nas penalidades constantes no Artigo 7º, Lei 10.520/2002, bem como na multa contratual;

i) Deverá arcar com todas as despesas para a prestação dos serviços, ficando sob a responsabilidade da Contratada a busca e a entrega (transporte) das bombas, deslocamento e demais despesas com técnicos quando necessário, sem ônus para a administração municipal. O conserto será realizado na sede da Contratada quando necessário, prestando assim os serviços com qualidade.

j) Deverá ser executados e aceitos os serviços somente mediante requisição de compra ou ordem de serviços sob pena de não pagamento da prestação dos serviços, contados da data da emissão desta nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional.

6.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

b) Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços;

c) Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

d) Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

e) Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1 - Os serviços serão solicitados de forma fracionada, de acordo com as necessidades, devendo a entrega dos serviços (a bomba já consertada), ocorrerem no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da bomba, juntamente com a requisição de compras devidamente assinada emitida pela administração pública municipal.

7.2 - Quando for necessária a troca ou manutenção das bombas, dispostas neste Termo, devendo a empresa se apresentar para prestar os serviços no prazo máximo de 01 (um) dia a contar do recebimento da requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal, sito à Avenida Macário Subtil de Oliveira, n. 848, Bairro Centro, Alto Taquari - MT, sob pena de incorrer nas penalidades constantes no Artigo 7º, Lei 10. 520/2002, bem como na multa contratual.

7.3 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas para a prestação dos serviços, ficando sob sua responsabilidade a busca e a entrega (transporte) das bombas, deslocamento e demais despesas com técnicos quando necessário, sem ônus para a administração municipal. O conserto será realizado na sede da Contratada quando necessário, prestando assim os serviços com qualidade

7.4 - O objeto do presente certame deverá ser executados e aceitos somente mediante requisição de compra ou ordem de serviços sob pena de não pagamento da prestação dos serviços, contados da data da emissão desta nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

7.5 - No ato da entrega os serviços passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 1 dia, contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, sob pena de inadimplemento do contrato.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na prestação de serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

8.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de prestar os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

8.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

9.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

9.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida por **RUDIMAR JOSE LANG**, conforme designação da portaria municipal nº 219/2018.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

12.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

13.0 - CLÁUSULA *DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS*

13.1 - *O Registro de Preços objeto desta Ata de Registro de Preços e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.*

13.2 - *A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.*

13.3 - *As condições gerais para prestação dos serviços tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.*

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - *Para dirimir questões derivadas desta Ata de Registro de Preços fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.*

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari - MT, 09 de janeiro de 2019

Cacilda Ferreira dos Santos Salmom Felipe de Freitas Pereira

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Ane Caroline Gifani Cruz Jeferson Matheus Alves Brann

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: **JOEL VILELA MACHADO ME**	**JOEL VILELA MACHADO**

CNPJ: 10.702.622/0001-15	CPF: 390.281.431-449
Endereço: Rua João de Almeida Leite n° 202, Centro.	
Cidade: Costa Rica - MS CEP: 79550-000	
TELEFONE: (67) 99615-0193	
E-MAIL: hidrobombacr@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2019

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2018

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pela PREGOEIRA OFICIAL deste Município Sr.ª CACILDA **FERREIRA DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº 348/2019, inscrita no CPF sob o nº 915.231.681-53 portadora da Carteira de Identidade nº 1.355. 625-8 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 081/2018, publicada no Diário Oficial de Contas dia 21 de Dezembro de 2018, no Jornal Oficial dos Municípios (AMM) dia 21 de Dezembro de 2018, no Diário de Cuiabá dia 21 de Dezembro de 2018, Processo Administrativo nº 3155/2018, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE 100 UNIDADES DO MEDICAMENTO ERBITUX (CETUXIMABE) 100MG - FRASCO AMPOLA DE 20ML PARA ATENDER UM MANDADO JUDICIAL DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 081/2018, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todas as unidades licitado, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 - A presente Ata terá validade **de 12 MESES,** contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações o item registrado nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

PEDRO HENRIQUE MARTINS ME

CNPJ Nº 22.496.049/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QNDE	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	ERBITUX (CETUXIMABE) 100MG - FRASCO AMPOLA DE 20ML	UN	100	MERCK	R$ 899,00	R$ 89.900,00
TOTAL R$ 89.900,00						

VALOR POR EXTENSO: **OITENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS REAIS.**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo **máximo de 02 (dois) dias úteis** a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas.

4.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega o produto passará por conferência, de modo que se não estiver em conformidade com o pedido, não será recebido, devendo a empresa vencedora, no prazo de 3 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega do produto de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, por dia de atraso, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - A empresa também deverá fornecer o produto dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

- Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

- Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

- Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.3000000100000000 - Material de Consumo

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.3000000114013000 - Material de Consumo

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato Sr. **RUDIMAR JOSÉ LANG** e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal n.º 219/2018.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 11 de Janeiro de 2019.

CACILDA FERREIRA DOS SANTOS SALMOM FELIPE DE FREITAS PEREIRA

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

ANE CAROLINE GIFANI CRUZ JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Fornecedor: **PEDRO HENRIQUE MARTINS ME**	
CNPJ: 22.496.049/0001-10	
Endereço: Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 910, Centro	
Cidade: Alto Taquari – MT CEP: 78.785-000	**Pedro Henrique Martins** CPF: 996.328.021-87
TELEFONE: (66) 3496-1229	
E-MAIL: drogalider01@hotmail.com	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 3º BIMESTRE 2019

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.852.438,65	56.852.438,65	21.110.024,58	37,13	25.109.041,85	44,17	31.743.396,80
RECEITAS CORRENTES	47.147.438,65	47.147.438,65	21.082.024,58	44,72	25.081.041,85	53,20	22.066.396,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.724.176,00	5.724.176,00	2.230.838,69	38,97	2.666.235,87	46,58	3.057.940,13
Impostos	5.014.176,00	5.014.176,00	1.697.462,68	33,85	2.116.074,71	42,20	2.898.101,29
Taxas	710.000,00	710.000,00	533.376,01	75,12	550.161,16	77,49	159.838,84
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	357.449,28	127,66	404.173,22	144,35	-124.173,22
Contribuições Sociais							0,00
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00	280.000,00	357.449,28	127,66	404.173,22	144,35	-124.173,22
RECEITA PATRIMONIAL	285.000,00	285.000,00	166.231,80	58,33	187.228,92	65,69	97.771,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	285.000,00	285.000,00	166.231,80	58,33	187.228,92	65,69	97.771,08
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	951.500,00	951.500,00	483.973,42	50,86	562.473,47	59,11	389.026,53
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	951.500,00	951.500,00	483.973,42	50,86	562.473,47	59,11	389.026,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.698.762,65	39.698.762,65	17.683.821,61	44,55	21.059.213,03	53,05	18.639.549,62
Transferências da União e de suas Entidades	7.692.473,91	7.692.473,91	3.452.334,85	44,88	4.034.968,40	52,45	3.657.505,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.937.811,06	23.937.811,06	10.565.527,54	44,14	12.294.018,31	51,36	11.643.792,75
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.625.537,18	1.625.537,18	649.890,17	39,98	1.192.708,49	73,37	432.828,69
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	2.656.529,73	49,19	3.100.304,06	57,41	2.299.695,94
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	1.042.940,50	1.042.940,50	359.539,32	34,47	437.213,77	41,92	605.726,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.000,00	208.000,00	159.709,78	76,78	201.717,34	96,98	6.282,66
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	208.000,00	208.000,00	159.709,78	76,78	201.717,34	96,98	6.282,66

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	28.000,00	0,29	28.000,00	0,29	9.677.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.705.000,00	9.705.000,00	28.000,00	0,29	28.000,00	0,29	9.677.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	9.700.000,00	9.700.000,00	18.000,00	0,19	18.000,00	0,19	9.682.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.000,00	5.000,00	10.000,00	200,00	10.000,00	200,00	-5.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.852.438,65	56.852.438,65	21.110.024,58	37,13	25.109.041,85	44,17	31.743.396,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.852.438,65	56.852.438,65	21.110.024,58	37,13	25.109.041,85	44,17	31.743.396,80
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.852.438,65	56.852.438,65	21.110.024,58	37,13	25.109.041,85	44,17	31.743.396,80
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.224.337,28	56.224.337,28	6.019.200,91	36.825.317,44	19.399.019,84	8.288.909,36	22.756.665,19	33.467.672,09	21.915.402,07	0,00
DESPESAS CORRENTES	39.500.580,00	39.500.580,00	5.412.192,18	24.810.542,04	14.690.037,96	7.070.870,39	20.341.568,89	19.159.011,11	19.771.129,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.188.123,46	21.188.123,46	4.088.966,75	12.664.155,42	8.523.968,04	4.088.966,75	12.664.155,42	8.523.968,04	12.323.903,94	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.312.456,54	18.312.456,54	1.323.225,43	12.146.386,62	6.166.069,92	2.981.903,64	7.677.413,47	10.635.043,07	7.447.225,20	
DESPESAS DE CAPITAL	16.723.757,28	16.723.757,28	607.008,73	12.014.775,40	4.708.981,88	1.218.038,97	2.415.096,30	14.308.660,98	2.144.272,93	0,00
INVESTIMENTOS	16.702.056,86	16.702.056,86	607.008,73	11.993.074,98	4.708.981,88	1.218.038,97	2.393.395,88	14.308.660,98	2.122.572,51	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.700,42	21.700,42		21.700,42	0,00		21.700,42	0,00	21.700,42	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.224.337,28	56.224.337,28	6.019.200,91	36.825.317,44	19.399.019,84	8.288.909,36	22.756.665,19	33.467.672,09	21.915.402,07	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.224.337,28	56.224.337,28	6.019.200,91	36.825.317,44	19.399.019,84	8.288.909,36	22.756.665,19	33.467.672,09	21.915.402,07	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.224.337,28	56.224.337,28	6.019.200,91	36.825.317,44		8.288.909,36	22.756.665,19		21.915.402,07	0,00
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.952.438,65	56.224.337,28	6.019.730,99	36.825.317,44	100,00	19.399.019,84	20.009.359,90	22.756.665,19	100,00	33.467.672,09	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	9.805.963,85	10.253.753,77	1.360.401,70	6.671.626,24	18,12	3.582.127,53	2.790.917,86	5.538.223,15	24,34	4.715.530,62	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	8.620.874,41	8.607.747,10		5.152.493,29	13,99	3.455.253,81	1.475.685,88	4.222.991,17	18,56	4.384.755,93	
Administração Financeira	151.000,00	611.917,23	1.256.893,12	611.144,23	1,66	773,00	611.144,23	611.144,23	2,69	773,00	
Controle Interno	299.250,00	299.250,00		299.250,00	0,81	0,00	160.000,00	160.000,00	0,70	139.250,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	31.500,00	31.500,00		11.299,08	0,03	20.200,92	11.299,08	11.299,08	0,05	20.200,92	
Administração de Receitas	703.339,44	703.339,44	103.508,58	597.439,64	1,62	105.899,80	532.788,67	532.788,67	2,34	170.550,77	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	157.500,00	157.500,00	0,00	14.300,00	0,04	143.200,00	3.900,00	3.900,00	0,02	153.600,00	0,00
Policiamento	157.500,00	157.500,00		14.300,00	0,04	143.200,00	3.900,00	3.900,00	0,02	153.600,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	2.305.375,00	2.317.175,00	389.212,25	1.389.795,29	3,77	927.379,71	1.228.272,70	1.228.272,70	5,40	1.088.902,30	0,00
Assistência ao Idoso	183.350,00	193.350,00	17.559,90	52.755,29	0,14	140.594,71	35.545,33	35.545,33	0,16	157.804,67	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.200,00	25.200,00	2.006,52	22.811,33	0,06	2.388,67	9.835,61	9.835,61	0,04	15.364,39	
Assistência Comunitária					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	2.096.825,00	2.098.625,00	369.645,83	1.314.228,67	3,57	784.396,33	1.182.891,76	1.182.891,76	5,20	915.733,24	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	7.989.443,97	9.227.749,20	1.490.800,28	5.646.877,86	15,33	3.580.871,34	4.597.795,05	4.597.795,05	20,20	4.629.954,15	0,00
Atenção Básica	2.854.524,00	3.329.334,10	631.505,46	1.991.312,46	5,41	1.338.021,64	1.762.715,96	1.762.715,96	7,75	1.566.618,14	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.154.819,20	3.633.155,69	334.875,62	2.011.713,16	5,46	1.621.442,53	1.523.804,23	1.523.804,23	6,70	2.109.351,46	
Suporte Profilático e Terapêutico	78.424,20	215.249,20	64.459,21	96.977,91	0,26	118.271,29	18.383,84	18.383,84	0,08	196.865,36	
Vigilância Sanitária	92.000,00	207.918,00	103.889,20	168.539,47	0,46	39.378,53	34.767,18	34.767,18	0,15	173.150,82	
Vigilância Epidemiológica	104.063,23	138.186,03	5.022,14	65.397,41	0,18	72.788,62	30.481,49	30.481,49	0,13	107.704,54	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	1.705.613,34	1.703.906,18	351.048,65	1.312.937,45	3,57	390.968,73	1.227.642,35	1.227.642,35	5,39	476.263,83	
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	562.840,00	562.840,00	0,00	562.840,00	1,53	0,00	343.123,63	343.123,63	1,51	219.716,37	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	562.840,00	562.840,00		562.840,00	1,53	0,00	343.123,63	343.123,63	1,51	219.716,37	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	11.480.867,50	12.856.131,20	2.189.878,21	7.659.681,44	20,80	5.196.449,76	6.756.005,53	6.756.005,53	29,69	6.100.125,67	0,00
Ensino Fundamental	7.093.111,43	8.331.682,51	1.395.124,24	4.578.606,38	12,43	3.753.076,13	4.031.504,98	4.031.504,98	17,72	4.300.177,53	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	375.400,00	346.863,71		343.200,00	0,93	3.663,71	124.800,00	124.800,00	0,55	222.063,71	
Educação Infantil	3.638.900,00	3.768.117,57	694.945,65	2.482.024,63	6,74	1.286.092,94	2.415.265,14	2.415.265,14	10,61	1.352.852,43	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	373.456,07	409.467,41	99.808,32	255.850,43	0,69	153.616,98	184.435,41	184.435,41	0,81	225.032,00	
Cultura	695.925,00	685.925,00	12.442,52	402.037,70	1,09	283.887,30	379.323,18	379.323,18	1,67	306.601,82	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	695.925,00	685.925,00	12.442,52	402.037,70	1,09	283.887,30	379.323,18	379.323,18	1,67	306.601,82	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	5.000,00	155.000,00	54.000,00	54.000,00	0,15	101.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	5.000,00	155.000,00	54.000,00	54.000,00	0,15	101.000,00			0,00	155.000,00	
Urbanismo	9.483.250,00	9.857.327,52	38.628,20	7.556.137,49	20,52	2.301.190,03	1.206.237,73	1.206.237,73	5,30	8.651.089,79	0,00
Infra-Estrutura Urbana	6.152.000,00	6.521.077,52	38.628,20	5.342.185,61	14,51	1.178.891,91	267.500,30	267.500,30	1,18	6.253.577,22	
Serviços Urbanos	3.331.250,00	3.336.250,00		2.213.951,88	6,01	1.122.298,12	938.737,43	938.737,43	4,13	2.397.512,57	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	225.210,00	224.210,00	16.463,77	51.226,41	0,14	172.983,59	47.606,09	47.606,09	0,21	176.603,91	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	225.210,00	224.210,00	16.463,77	51.226,41	0,14	172.983,59	47.606,09	47.606,09	0,21	176.603,91	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	4.218.100,00	4.642.708,08	122.001,12	3.991.161,58	10,84	651.546,50	495.692,12	495.692,12	2,18	4.147.015,96	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	4.218.100,00	4.642.708,08	122.001,12	3.991.161,58	10,84	651.546,50	495.692,12	495.692,12	2,18	4.147.015,96	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental	1.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	1.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	449.450,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00	0,00	0,00	449.450,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	49.450,00	49.450,00			0,00	49.450,00			0,00	49.450,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	400.000,00	400.000,00			0,00	400.000,00			0,00	400.000,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	36.500,00	29.453,76	0,00	0,00	0,00	29.453,76	0,00	0,00	0,00	29.453,76	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial	36.500,00	29.453,76			0,00	29.453,76			0,00	29.453,76	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	61.500,00	76.500,00	24.999,99	24.999,99	0,07	51.500,01	0,00	0,00	0,00	76.500,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo	61.500,00	76.500,00	24.999,99	24.999,99	0,07	51.500,01			0,00	76.500,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

Documento gerado em 31/07/2019 17:41:06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	280.000,00	1.630.000,00	127.717,87	1.441.775,29	3,92	188.224,71	849.153,43	849.153,43	3,73	780.846,57	0,00
Conservação de Energia	279.000,00	279.000,00		114.587,50	0,31	164.412,50	43.970,72	43.970,72	0,19	235.029,28	
Energia Elétrica	1.000,00	1.351.000,00	127.717,87	1.327.187,79	3,60	23.812,21	805.182,71	805.182,71	3,54	545.817,29	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	1.989.750,00	2.473.750,00	120.292,28	1.093.000,50	2,97	1.380.749,50	1.083.827,24	1.083.827,24	4,76	1.389.922,76	0,00
Transporte Aéreo	2.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	1.987.750,00	2.473.750,00	120.292,28	1.093.000,50	2,97	1.380.749,50	1.083.827,24	1.083.827,24	4,76	1.389.922,76	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	602.163,33	603.163,33	72.892,80	244.157,23	0,66	359.006,10	205.804,92	205.804,92	0,90	397.358,41	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	602.163,33	603.163,33	72.892,80	244.157,23	0,66	359.006,10	205.804,92	205.804,92	0,90	397.358,41	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	1.600,00	21.700,42	0,00	21.700,42	0,06	0,00	21.700,42	21.700,42	0,10	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	1.600,00	21.700,42		21.700,42	0,06	0,00	21.700,42	21.700,42	0,10	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	600.000,00										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					0,00	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	50.952.438,65	56.224.337,28	6.019.730,99	36.825.317,44	100,00	19.399.019,84	20.009.359,90	22.756.665,19	100,00	33.467.672,09	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Documento gerado em 31/07/2019 17:41:06

Página 13 de 32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria														
Contribuições														
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira														
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Transferências da LC nº 87/1996														
Transferências da LC nº 61/1989														
Transferências do FUNDEB														
Outras Transferências Correntes														
Outras Receitas Correntes														
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU		
ISS		
ITBI		
IRRF		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)		
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM		
Cota-Parte do ICMS		
Cota-Parte do IPVA		
Cota-Parte do ITR		
Transferências da LC 87/1996		
Transferências da LC nº 61/1989		
Transferências do FUNDEB		
Outras Transferências Correntes		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios		
Outras Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida (XIV)							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa		
Disponibilidade de Caixa Bruta		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	56.852.438,65
Previsão Atualizada	56.852.438,65
Receitas Realizadas	25.109.041,85
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	56.224.337,28
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	56.224.337,28
Despesas Empenhadas	36.825.317,44
Despesas Liquidadas	22.756.665,19
Despesas Pagas	21.915.402,07
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	36.825.317,44
Despesas Liquidadas	22.756.665,19

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha			
Resultado Nominal - Acima da Linha			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	3º bimestre
Exercício:	2019
Assinatura(s):	• Nome: MARCO AURELIO JULIEN *Titular do Poder Executivo* CPF: 704.646.691-20 Data: 05/08/2019 08:30:28 • Nome: BRUNO VAZ DE SOUZA CORREIA *Contador Responsável* CPF: 019.618.301-40 Data: 05/08/2019 08:25:42

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **05/08/2019, às 08:31:53** , é:

03.0F.8S-2

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 05/08/2019 08:31:53 Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 235/2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença à Servidora **LAIS VIDORI DA SILVA,** portadora da cédula de identidade 2821280-0 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n. 029.212.061-37, ocupante do Cargo Efetivo de **Técnica em Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no período de 05/08/2019 à 13/09/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação e ou publicação revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 05 de Agosto de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ERRATA- NA PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO 02/08/2019, ANO XIV/N° 3.283, PAGINA 20, PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS, EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/2017, NO OBJETO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, ONDE SE LÊ:

OBJETO: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.

LEIA-SE:

OBJETO: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 234/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2019 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares à Servidora:

Nome: (1360) SILVIA GARCIA ALVES

Cargo Efetivo: (85) Agente Comunitária de Saúde

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 24/07/2017 à 23/07/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 05 de Agosto 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 91/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 91/2019

De 01 de Agosto de 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de agosto de 2019, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Herculano Moreira da Silva	2018/2019	Secr. De Obras
João Bosco Moreira Brito	2018/2019	Secr. De Saúde
Thaynan Thalita Teixeira da Souza	2018/2019	Secr. De Saúde
Valdiron Catarino Lima	2018/2019	Secr. De Saúde
Marcia da Silva Leal	2018/2019	Secr. De Saúde
João Junior Alves Duarte	2017/2018	Secr. De Saúde
Cintia Rodrigues Menezes	2016/2017	Secr. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01 de agosto de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 89/2019 DE 31 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 89/2019

De 31 de julho de 2019

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 49/2019 de 01/03/2019, que nomeia a Sra. **ALINE FERNANDES CRUZ,** portadora da CI RG **nº 2060232-4**–SSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 029.561.691-14**, no cargo de **MONITORA PEDAGOGICA.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 31 de julho de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 90/2019 DE 31 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 90/2019

De 31 de julho de 2019

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 60/2017 de 10/02/2017, que nomeia o Sr. **LUIZ BRAGA NETO,** portador da CI RG **nº 1254648-8** SSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 034.454.271-86**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 31 de julho de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 92/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 92/2019

De 01 de agosto de 2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do mês de agosto, ao servidor abaixo nominada,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Evanildes da Costa Souza	2010/2015	Secr. Mun. De Educação
Alexandre Rodrigues de Sousa	2010/2015	Secr. Mun. De Educação
Cicero Dutra Guerra	2011/2016	Secr. Mun. De assistência social
José Francisco Dutra Mello	2009/2014	Secr. Mun. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01de agosto 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 87/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 87/2019

De 01 de julho de 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de julho de 2019, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Edir Voltolini pereira	2017/2018	Secr. Mun. De Educação
Kenia Regina Alves da Silva	2017/2018	Secr. Mun. De Educação
Márcia de Oliveira Barbosa	2018/2019	Secr. Mun. De Educação
Natalina Almeida Rocha	2017/2018	Secr. Mun. De Assistência Social
Vera Lucia Dantas	2018/2019	Secr. Mun. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 01 de julho de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 88/2019 DE 19 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 88/2019

De 19 de julho de 2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Fica concedida licença maternidade prevista no artigo 91 da Lei municipal nº 165/93, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 19/07/2019 a 15/11/2019, a servidora **REGINA ROSA DA SILVA RODRIGUES**, matrícula 1397, detentora do cargo de **LICENCIATURA PLENA EM PADAGOGIA** do Município de Araguaiana-MT.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos á partir de 19/07/2019

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 19 de julho de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA N.º 218/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade a servidora ***Sra. Maria José das Graças Azevedo."***

O Prefeito do Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", §§ 3º e 17, ambos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 587, de 13 de Julho de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a servidora Sra. **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, portadora da cédula de identidade RG nº. 486517 SSP/GO e CPF nº. 592.724.901-97, efetiva no cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, classificada no PCCS Classe "C", Nível "XI", lotada na Secretaria Municipal de Educação na Prefeitura de Araguainha/MT, com proventos proporcionais contidos na planilha de cálculo de proventos conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º **2019.02.00005P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha - MT, 01 de Agosto de 2019.

Silvio José de Moraes Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 254/2019

PORTARIA N.º 254/2019

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº. 112/2019, ORIUNDO DA DISPENSA Nº 016-2019,

CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER MANGOTE DE ALTA PRESSÃO DE 150 MM, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Leandro da Rocha de Souza, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019, firmado com a empresa PROCRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.920.623/0003-93.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 253/2019

PORTARIA N.º 253/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082,083 E 084/2019, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023-2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023-2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2019 – C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, CNPJ 26.457.348/0001-04.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2019 – CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 03.652.030/0001-70.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2019 – DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.520.829/0001-40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2019 – FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME, CNPJ 03.250.803/0001-92.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2019 – GREEN FARMACÊUTICA EIRELI – EPP, CNPJ 03.411.908/0001-86.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2019 – MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 28.418.133/0001-00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2019 – MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 03.233.805/0001-73.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2019 – M.S DIAGNÓSTICA LTDA, CNPJ 00.970.175/0003-93.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2019 – PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Gisely Aparecida Medeiros de Lima como fiscal titular e Sra. Crislaine dos Santos Ferrarezzi Pacheco como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos itens solicitados pela Farmácia Básica .

Sra. Sueli Maria de Oliveira como fiscal titular e Sra. Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos itens solicitados pelo Laboratório.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 016-2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2019

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Finanças e Planejamento e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Geral do Município, no processo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MANGOTE DE ALTA PRESSÃO DE 150 MM, a aquisição se faz necessária para atender a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, mediante o valor total de R$ 16.980,00 (dezesseis mil, novecentos e oitenta reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação Nº 016/2019,fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 05 de agosto de 2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Araputanga/MT, com prazo de 02 (dois) anos:

I - Representantes do Poder Público:

a) Titular:José Ricardo Ribeiro;

Suplente:Maria Sônia Ferreira Silva.

b) Titular: Eva Macedo dos Santos;

Suplente: Claudio Tadeu G. Ferreira Júnior.

c) Titular: Jeyki Jhonis da Silva;

Suplente: Valéria Carvalho Garcia Alves.

d) Titular: Willie Douglas Martes Ferreira;

Suplente: Milaine Gonçalves Alcântara e Adriani.

e) Titular: Juarez Rodrigues dos Reis;

Suplente: Avelomar Mequias de Oliveira.

f) Titular: Lucilio Lucas Coenga Rondon;

Suplente: Jilvam Silvestre de Andrade.

g) Titular: Maria Aparecida Domingos;

Suplente: Eleuza Espíndola Ferreira.

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Titular:Gean Carlo Pereira Duarte;

Suplente:Rosimeire Peres Crispim.

b) Titular: Marcos Soares de Amaral;

Suplente: Maria Gonçalves Bandeira de Alcântara.

c) Titular: Leticia Raquele Ultramare Queiroz Carvalho;

Suplente: Gercino Ferreira Almandes.

d) Titular: Aparecido Batista;

Suplente: Ântonio Carlos Freitas de Lima.

e) Titular: Manoel Nunes de Carvalho;

Suplente: Sonia Tolomeu Rosa.

III – Representantes das Instituições de Ensino:

a) Titular: Leiliane Erminia da Silva Stefanello;

Suplente: Victor Hugo de Oliveira Henrique.

b) Titular: Ademiely Vieira Souto;

Suplente: Vanusa Mariano Santiago Schiavinato.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao primeiro (01) dia do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 257/2019

PORTARIA N.º 257/2019

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2019, CUJO OBJETO É: A CONTRATADA PRESTARÁ SERVIÇOS CORRESPONDENTES AO CARGO DE "FARMACÊUTICA" DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE, ESPECIFICAMENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sra. **Gisely Aparecida Medeiros de Lima,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2019.**

FLAVIANE ESTEVES ALVES, inscrita no CPF de nº 993.416.201-63

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao dia cinco (05) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.123/2019

Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da Srª. Neide Staut de Carvalho Silva servidora efetiva desta municipalidade, para fins de aposentadoria junto ao município de Aripuanã-MT."

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato **Grosso, no uso de suas atribuições legais e;**

RESOLVE:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora efetiva **Sra. Neide Staut de Carvalho Silva**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 26.100.568-6 SESP-SP e inscrita no CPF sob o nº. 640.763.349-49, conforme Certidão de tempo de Contribuição do INSS, sob o protocolo nº 10021140.1.00006/19-8 emitida em 11/06/2019, o equivalente a:

07 (sete) anos 04 (quatro) meses e 14 (quatorze) dias, correspondente a 2.689 (dois mil, seiscentos e oitenta e nove) dias.

E Certidão de tempo de Contribuição emitida pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo sob o protocolo nº 084517/2018;

02 (dois) anos 08 (meses) meses e 15 (quinze) dias, correspondente a 985 (novecentos e oitenta e cinco) dias de contribuição.

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Agosto de 2019, revogados as disposições em contrário*.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.116/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº **10.831/2019**, a qual designaa professora Sr.ª **CLEUSA JUSTINO DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2210579-4 SSP/MT e do CPF nº. 009.762.017-39, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR Nível 1,** da **Classe "C"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na EM José Ary da Costa, em substituição o Professor Edelson Mendonça de Oliveira, a partir de 01/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dias de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.115/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido o Srº. **WELITON DAVID PRATES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2610660-4 SSP/MT e do CPF nº. 047.875. 291-10, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de Diretor do **Departamento de Esporte e Lazer – DESLA**, Nível **DAI-01,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* com efeitos a partir do dia 1º/08/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 10.903/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.124/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a Sra. **Neide Staut De Carvalho Silva**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 26.100.568-6 SESP-SP e inscrita no CPF sob o nº. 640.763.349-49, servidora Efetiva no cargo de Professora, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2019.04.00037P,** a partir de **01/08/2019**, até posterior deliberação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.125/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Srª. Neide Staut de Carvalho Silva."

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, *no uso de suas atribuições legais e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c no art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei municipal n.º 095, de 21/11/2014, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração para os profissionais da educação básica; e Lei 142/2019 que dispõe da recomposição salarial dos profissionais da Educação do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER **o benefício de** A*posentadoria por* T*empo de* C*ontribuição, a servidora,* Srª. Neide Staut De Carvalho Silva*, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 26.100.568-6 SESP-SP e inscrita no CPF sob o nº. 640.763.349-49, servidora Efetiva no cargo de Professora-4, Classe "C", 112 horas mensais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; matricula nº 106, contando com 27 anos, 07 meses e 02 dias de tempo de contribuição,* com proventos integrais*, conforme processo administrativo do* FAPEMA, n.º 2019.04.00037P*, a partir de 01/08/2019, até posterior deliberação.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Agosto de 2019, revogados as disposições em contrário.*

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.114/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

AUTORIZAR, o reingresso às atividades o funcionário, Sr. **JONAS FRANCISCO FORTUNATO**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 273.647 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 240.632.151-72, ocupante do cargo de carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **DA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO***,* conforme requerimento protocolado sob o nº. 1026/2019, a partir do dia 1º/08/2019, *t*ornando sem efeito a Portaria nº**.** 10.953/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.126/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Srª **ANA MARIA MARQUES DE JESUS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 952.784 SSP/MT e do CPF nº. 631.037.021-91, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Programas Sociais - DIPROS,** nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social***,** a partir de 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.127/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido o Srº. **JOAB GONÇALVES DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2559833-3 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 052.581.211-35, do Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Arquivo Financeiro - DEARF,** nível **DAI–01,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças,* com efeitos a partir do dia 1º/08/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 10.336/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.106/2019

*O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 0*62/2011 **e no Artigo** 69**, Inciso** V **da Lei Orgânica Municipal,**

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Sr.ª **FLAVIA GRAZIELE OLIANI MENEZES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2002837-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 030.234.071-85, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,* **02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, conforme solicitado através de requerimento protocolizado sob o nº. 960/2019, a partir da data de 1º/08/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.113/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **OZENI RODRIGUES NOGUEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1887813-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031.248.361-97, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1 CLASSE B,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **13/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.112/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido o Srº. **WALTER LUIZ VILAR SEABRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 34.299.506-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 998.820.781-68, do cargo de Carreira de **PROFESSOR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* a partir do dia 1º/08/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 4.652/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.111/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **ANTONIO ROMILDO ALVES DE ABREU**, portador da Cédula de identidade RG n° 1.127.891 SSP/CE e inscrito no CPF sob o n° 490.122.151-53, ocupante do cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.110/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **REGINALDO GONÇALVES RAMOS** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1152998-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 826.904.801-15, ocupante do Cargo de Carreira de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS,** *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.109/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **RODRIGO DORNELES DO NASCIMENTO**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 1529385-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 005.198.301-05, ocupante do cargo de carreira de **ENFERMEIRO,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.134/2019

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 11.014/2019 A QUAL DESIGNA SERVIDORES PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

Considerando o memorando nº 326/2019/SEMUSA no qual designa a substituição de membros da referida comissão;

RESOLVE:

Art 1° - Tornar sem efeito a **Portaria nº 11.014/2019** a qual designa servidores para condução do **Processo Administrativo Disciplinar n° 004/2019**, com a finalidade de averiguar a conduta do servidor **Joseb Lande Bispo,** ocupante do cargo de carreira de Agente Comunitário de Saúde.

Titular:

1. Jennifer Thais Layter– Mat. 3304 - Presidente

2. Fernando Ramos de Oliveira – Mat. 2619 - Membro

3. Valfredo Campos Borges Junior – Mat. 3238 - Membro

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.108/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **NEUZA REGINA MACHADO DE LEMOS NEVES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3.913.899-9 SSP/PR e do CPF nº. 668.673.049.15, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.135/2019

"DETERMINAR A INSTAURARAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 004/2019**, com a finalidade de averiguar a conduta do servidor **JOSEB LANDE BISPO,** ocupante do cargo de carreira de Agente Comunitário de Saúde,de acordo com o memorando nº 326/2019/SEMUSA.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro.

1. Valfredo Campos Borges Junior – Mat. 3238 - Presidente

2. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat. 160 **-** Secretaria

3. Fernando Ramos de Oliveira – Mat. 2619 - Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.107/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **IRACEMA PEREIRA DA SILVA**, portadora da Cédula de identidade RG n° 2.156.938 SSP/GO e inscrita no CPF sob o n° 537.874.391-53, ocupante do cargo de carreira de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.105/2019

*O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 0*62/2011 **e no Artigo** 69**, Inciso** V **da Lei Orgânica Municipal,**

RESOLVE:

CONCEDER, o funcionário Sr. **GILBERTO HONÓRIO BITENCOUT**,portador da Cédula de Identidade RG nº 568.025 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº 499.274.182-72, ocupante do cargo de Carreira de **OPERADOR DE ETA**, *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura,* **02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** conforme solicitado através de requerimento protocolizado sob o nº. 1007/2019, a partir da data de 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.133/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1° PRORROGAR, o prazo da Portaria nº **11.035/2019** que dispõe sobre a **Sindicância n° 003/2019**, para os fins que menciona, por mais 30 (trinta) dias para conclusão, em virtude da complexidade dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.132/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, o Sr. **WANDERSON LISBOA PANTA, portador da Cédula de Identidade**RG nº. 0959822-7 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº. 629.463.661-20**,** para exercer **o**Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Secretario Adjunto de Tributos - SATRI,** nível **DAS-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças*, a partir do dia 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.131/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, para adequação administrativa, o Sr. **EDSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 110.0553-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 883.858.091-04, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Secretario Adjunto de Agricultura – SAAF,** nível **DAS-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural*, a partir do dia 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.130/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, para adequação administrativa, o Sr. **EDSON JOSÉ PINHEIRO DA SILVA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 110.0553-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 883.858.091-04, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretario Adjunto de Tributos - SATRI,** nível **DAS-02,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças*, a partir do dia 1º/08/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 10.884/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 438/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: WEBNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA - ME; **PARA** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2019; VALOR GLOBAL R$ 1.440,00; VIGENCIA: 1º/08/2019 A 31/05/2020.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 435/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA; VINICIUS BUCHELT VIOLADA - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS PARA TRANSPORTAR PACIENTES USUÁRIOS DO SUS ENCAMINHADOS A TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICÍLIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2015, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, COM AMPARO NO ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8666/93, C/C O ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 020/2019; VALOR GLOBAL R$ 22.350,00; VIGENCIA: 31/07/2019 A 30/09/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.129/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Srª **MARIA DOS REMEDIOS PEREIRA DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1604621-8 SSP/MT e do CPF nº. 005.074.561-14, para exercer o Cargo em Comissão de-

Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Arquivo Financeiro - DEARF,** nível **DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir de 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2019.

AUTOR: Poder Executivo.

SÚMULA:

"**ISENTA DA COBRANÇA DE TAXAS A QUALQUER TÍTULO, AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ e dá outras providências.**"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre a concessão de isenção das taxas a qualquer título, inclusive de alvará às associações sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública com sede no Município de Aripuanã.

Art. 2º Acrescenta-se o inciso V ao artigo 251 a Lei Municipal nº 005 de 27 de dezembro de 1999, com a seguinte redação:

"Art. 251 (...)

V - DAS ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

a) Isenta-se das taxas de viabilidade, expedição e renovação de alvará de localização e demais taxas de expediente as associações sediadas no Município de Aripuanã, desde que, qualificadas como entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública."

Art. 3º Remitem-se eventuais créditos tributários existentes na data da publicação da presente lei, decorrentes do lançamento das taxas previstas no art. 2º, referente às entidades que alude.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias do mês de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária **Municipal de** Administração

MENSAGEM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Servimo-nos do presente, para submeter à apreciação e aprovação do Plenário, o anexo PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2019, de nossa autoria, que **ISENTA DA COBRANÇA DE TAXAS A QUALQUER TÍTULO, AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ e dá outras providências**, pelas razões e fundamentos que seguem:

A presente proposta legislativa *é um reconhecimento ao trabalho de prestação pública de serviços realizada pelas entidades "que desenvolvem atividades de relevante interesse social em* Aripuanã.

O presente projeto visa melhorar a saúde financeira dessas entidades, que prestam importantes serviços à população, ao passo em que as taxas deixarem de ser exigidas tanto para o seu funcionamento quanto apara a realização de eventos entre outras.

As associações sem fins lucrativos não suportam arcar com todas as despesas de custeio justo porque não possuem fonte de receita própria e vivem de doações e de ajuda da sociedade.

A isenção de taxas públicas está prevista na Constituição e deve ser feita por meio de lei específica, como ora se propõem.

As associações, a exemplo da APAE, são entidades sem fins lucrativos que visam o interesse coletivo por meio da prestação de serviços sociais, auxiliando o Município em suas ações e complementando as atividades assistenciais.

Devido à importância denotada por esta matéria, requeiro nos termos do Regimento Interno desta Casa, que a sua tramitação se dê em REGIME DE URGÊNCIA*, e desde já conto com o apoio dos Nobres Edis na aprovação desta minuta.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias do mês de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 3.613/ 2019

SÚMULA:

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE ITBI - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º. NOMEAR, os servidores **WANDERSON LISBOA PANTA, ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES e ROBERTO DAMACENA DA SILVA,** para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Permanente de Avaliação de ITBI da Prefeitura Municipal de Aripuanã.

ARTIGO 2º. Como suplentes, no impedimento de algum membro, os servidores **FABIANA GOMES DE OLIVEIRA** e **PAULO RAFAEL FERNANDES.**

ARTIGO 3º. A Avaliação deverá ser assinada pelo menos por 02 (dois) membros da Comissão acima nomeada.

ARTIGO 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito o Decreto n° 3.549/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.119/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **ISÍDIO VALADARES DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 135.674 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 273.418.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,***03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO**,a partir do dia **1º/08/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.120/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **ANDRE ZELAYA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10621210 SSP/MT e do CPF nº. 707.076.009-44, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE AUTOMÓVEL,** do **Nível 02**, para o **Nível 03,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde***,** a partir do dia 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.098/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o não comparecimento da servidora para executar as atividades laborais, no período;

RESOLVE:

EXONERAR, a Srª. **DEUZELI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.631.719 SESP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 713.758. 642-20, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Gestão Administrativa – DEGAD, Nível DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Indústria e Comércio,* com efeitos a partir do dia 08/07/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 11.058/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 23 dias de julho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.121/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 001/1999 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR ESTÁVEL, no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, a funcionária Sra. **TAMARA PIRAN DA SILVA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2449288-4 SEJSP/MT e do CPF nº. 055.602.741-86, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,*considerando a avaliação final do Estágio Probatório**,** a partir do dia **1º/08/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.122/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TRANSFERIR, o funcionário Sr. **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *da Secretaria Municipal de Administração*, para **AGENTE ADMINISTRATIVO** - **NÃO PROFISSIONALIZADO** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,* a partir do dia 1°/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dia de agosto de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.118/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº **10.969/2019**, a qual designa **o** professor Sr. **ISÍDIO VALADARES DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 135.674 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 273.418.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **3,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na E.M. Professor Jari Edgar Zambiasi, em substituição a professora Benedita Ximenes dos Santos, que se encontra de Licença Premio, a partir de 01/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dias de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.117/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº **10.721/2019**, a qual designaa professora Sr.ª **CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 746.861 SSP/RO e do CPF nº. 587. 822.572-72, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B", Nível 1**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na Escola Municipal Wilma Calvi Batistti, em virtude de substituição da professora Izaurinha Moreira de Azevedo**, em Licença Para Atividades Técnico Pedagógicas no Estado**, a partir de 01/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1º dias de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 437/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: WEBNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA - ME; **PARA** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT; PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2019; VALOR GLOBAL R$ 2.220,00; VIGENCIA: 1º/08/2019 A 31/05/2020.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.128/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, o Sr. **JOAB GONÇALVES DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2559833-3 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 052.581.211-35, para exercer o Cargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Habitação - DEHAB,** *lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social***,** a partir de 1º/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de agosto de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019

No dia 30 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAO DE MELGACO , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.507.563/0001-69, com sede administrativa localizada na AV. AUGUSTO LEVERGER, N° 1410, bairro CENTRO, CEP nº. 78190-000, nesta cidade de Barão de Melgaço/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, inscrito no CPF sob o nº. 651.105.011-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 1/2019, Processo Licitatório nº. 14/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos e congêneres para as unidades de saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barão de Melgaço - MT. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7011	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2, 5, 6, 38, 59, 60, 61, 63, 91, 98, 106, 126, 139, 140,

		153, 164, 209, 251
7105	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	27, 28, 40, 54, 58, 73, 75, 89, 117, 120, 122, 123,
		127, 129, 131, 136, 138, 141, 157, 189, 199, 215,
		232, 240, 249, 250, 255, 256
6334	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	7, 8, 34, 37, 53, 55, 82, 90, 114, 115, 121, 133, 147,
		148, 150, 151, 152, 167, 170, 173, 176, 180, 182,
		193, 194, 195, 196, 201, 203, 204, 210, 218, 220,
		222, 224, 225, 227, 228, 241, 244, 245, 253
7035	DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI	
6336	DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSP	15, 16, 17, 18, 26, 31, 36, 45, 48, 51, 64, 74, 76, 119,
		171, 219, 221, 223, 242
7110	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI	1, 10, 11, 46, 47, 69, 70, 112, 168
7103	ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI	
7106	EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	212, 229
7107	FERNAMED LTDA	39, 68, 71, 96, 118, 135, 137, 142, 144, 145, 165,
		185, 190, 200, 246
7030	GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H	12, 19, 20, 21, 35, 49, 52, 56, 65, 66, 80, 81, 84, 86,
		88, 92, 95, 103, 104, 105, 107, 111, 124, 154, 155,
		158, 159, 160, 162, 163, 179, 206, 217, 230, 231,
		233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 243
7112	JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI	30, 33, 62, 93, 108, 130, 134, 149, 205, 214, 226,
		247, 248, 252
7108	LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	23, 25, 32, 67, 99, 146, 166, 202, 211, 216
7111	MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	4, 13, 42, 44, 50, 83, 85, 87, 94, 100, 101, 102, 109,
		143, 156, 177, 192, 198, 254
7104	REALMED DISTRIBUIDORA LTDA	9, 43, 79, 97, 110, 128, 132, 161, 178, 181, 187
7109	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 20.590.555/0001-48 . . -

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA 07.847.837/0001-10 . . -

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD 02.520.829/0001-40 . . -

DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI 74.127.473/0001-90 . . -

DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HO 07.640.617/0001-10 . . -

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI 25.279.552/0001-01 . . -

EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES 23.312.871/0001-46 . . -

FERNAMED LTDA 04.759.433/0001-86 . . -

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUT 17.472.278/0001-64 . . -

JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI 30.153.492/0001-16 . . -

LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 26.419.311/0001-83 . . -

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI 09.676.256/0001-98 . . -

REALMED DISTRIBUIDORA LTDA 17.263.792/0001-90 . . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos e congêneres para as unidades de saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barão de Melgaço - MT.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO** 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PRECO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6334 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

7	ACIDO ACETILSACILICO 100 MG	CP	SDOBRAL AC	70.000,000	0,0200	1.400,00
8	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG	CP	NATULAB AF	120.000,000	0,0400	4.800,00
34	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	CP	PRATI GENÃ?	80.000,000	0,0400	3.200,00
37	AZITROMICINA DIIDRATADA 500MG ADULTO COMPRIMIDOS	CP	MEDQUIMICA	30.000,000	0,5700	17.100,00
53	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDOS	CP	MEDQUIMICA	150.000,000	0,0300	4.500,00
55	CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR	SANVAL GEN	3.000,000	11,1800	33.540,00
82	CLONAZEPAM 2,5MG/ML C/ 20ML	FR	GEOLAB GEN	1.200,000	1,6900	2.028,00
90	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	PRATI GENÃ?	30.000,000	0,2000	6.000,00
114	DIPIRONA 500MG/ML 20ML GOTAS AD/PED	FR	NATULAB MA	5.000,000	1,4800	7.400,00
115	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (AMPOLA 2 00ML)	AMP	SANTISA SAN	10.000,000	0,4800	4.800,00
121	ENALAPRIL MALEATO, 10 MG	CP	MEDQUIMICA	50.000,000	0,0400	2.000,00
133	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO	UND	HIPOLABOR	50.000,000	0,0400	2.000,00
147	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG AD/PED COMPRIMIDO	CP	MEDQUIMICA	100.000,000	0,0200	2.000,00
148	HIDROCORTIZONA 100 MG INJETAVEL	UND	TEUTO GENÃ	3.000,000	2,6900	8.070,00
150	HIDROXIDO MAGNESIO+HIDROXIDO ALUMINIO 40+60MG/ML ORAL 100ML	UND	NATULAB KO	5.000,000	2,1800	10.900,00
151	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	CP	PRATI GENÃ?	80.000,000	0,1900	15.200,00
152	IBUPROFENO GTS 50MG/ML 30 ML	UND	NATULAB IBU	5.000,000	1,2200	6.100,00
167	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE	CP	PRATI GENÃ?	3.000,000	2,6600	7.980,00

Fornecedor: 6334 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

170	LOSARTANA POTASSICA 50MG ADULTO CPR	CP	PRATI GENÃ?	120.000,000	0,0600	7.200,00
173	MEBENDAZOL SUSPENSAO 20MG/ML AD/PED FRASCO C/30ML	FR	NATULAB HE	3.000,000	1,2000	3.600,00
176	METFORMINA 850MG	CP	PRATI GENÃ?	100.000,000	0,0700	7.000,00
180	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS AD/PED FRASCO C/10ML	FR	MARIOL GEN	3.000,000	0,7100	2.130,00
182	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100MG/G	TB	PRATI GENÃ?	800,000	4,2900	3.432,00
193	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO	CP	PRATI GENÃ?	50.000,000	0,0700	3.500,00
194	NIMESULIDA 50MG/ML GOTAS AD/PED FRASCO C/15ML	FR	GEOLAB NIS	3.000,000	2,2200	6.660,00
195	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO AD/PED FR C/50ML	FR	PRATI GENÃ?	2.000,000	4,0000	8.000,00
196	NISTATINA 25000UI/G CREME VAGINAL ADULTO TUBO C/60G	TB	GREEN PHAR	2.000,000	4,2200	8.440,00
201	OLEO MINERAL 100ML	FR	NATULAB LA	2.000,000	2,1000	4.200,00
203	OMEPRAZOL 40MG CPR	CP	HYPERMARC	30.000,000	0,2600	7.800,00
204	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL	AMP	BLAU OPRAZ	8.000,000	6,5900	52.720,00
210	PARACETAMOL 500MG	CP	PRATI GENÃ?	15.000,000	0,0500	750,00
218	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY	FR	NATULAB RIF	500,000	2,9000	1.450,00
220	RISPERIDONA 2 MG CPR UN	CP	PRATI GENÃ?	5.000,000	0,1500	750,00
222	SALBUTAMOL 2 MG/5ML C/100ML	UND	NATULAB BU	3.000,000	1,1300	3.390,00
224	SELOZOK 25 MG	CP	ACCORD GE	15.000,000	0,4300	6.450,00
225	SELOZOK 50 MG	CP	ACCORD GE	30.000,000	0,8200	24.600,00
227	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	SANVAL SINV	50.000,000	0,0600	3.000,00
228	SINVASTATINA 40 MG COMPRIMIDO	CP	SANVAL SINV	50.000,000	0,1000	5.000,00
241	SULFADIAZINA DE PRATA 0,1 400G AD/PED TOPICO	UND	PRATI GENÃ?	500,000	29,9800	14.990,00
244	SULFATO FERROSO GOTAS AD/PED C/20ML	UND	NATULAB MA	3.000,000	0,8500	2.550,00
245	SULFATO FERROSO, 40MG	CP	PRATI HEMAT	50.000,000	0,0400	2.000,00
253	TRAMADOL CLORIDRATO 100 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (AMPOLA 2 ML)	AMP	TEUTO GENÃ	5.000,000	0,7000	3.500,00

Fornecedor: 6336 - DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

15	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	PRATI	20.000,000	0,3700	7.400,00
16	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO AD/PED FR C/10ML	FR	PRATI	3.000,000	1,0700	3.210,00
17	ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDO ADULTO	UND	PRATI	30.000,000	0,2000	6.000,00
18	ALOPURINOL, 100 MG	UND	PRATI	30.000,000	0,0800	2.400,00
26	AMOXICILINA 500 MG	CP	PRATI	30.000,000	0,1600	4.800,00
31	ANLODIPINO BESILATO, 10 MG	CP	BRAINFARMA	70.000,000	0,0600	4.200,00
36	AZITROMICINA 900MG SUSPENSÃO AD/PED	FR	PRATI	3.000,000	8,7000	26.100,00
45	BROMAZEPAN 6 MG COMPRIMIDO	CP	BRAINFARMA	15.000,000	0,1800	2.700,00
48	BROMOPRIDA 10 MG	CP	PRATI	50.000,000	0,1700	8.500,00
51	BUSCOPAN 4 MG/ML GOTAS 20 ML	FR	BRAINFARMA	3.000,000	7,4000	22.200,00
64	CEFALEXINA 250MG/5ML C/60ML PÓ P/SUSPENSAO AD/PED	FR	ABL	3.000,000	6,9000	20.700,00
74	CINARIZINA 25 MG	CP	BRAINFARMA	60.000,000	0,0800	4.800,00
76	CIPROFIBRATO 100 MG	CP	BRAINFARMA	5.000,000	0,2800	1.400,00
119	DOMPERIDONA, 10 MG	CP	MEDLEY	35.000,000	0,0800	2.800,00
171	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML C/100L XAROPE ADULTO/PEDIATRICO	FR	PRATI	3.000,000	0,9800	2.940,00
219	RISPERIDONA 1 MG	CP	PRATI	5.000,000	0,1400	700,00
221	RISPERIDONA 3 MG	CP	PRATI	50.000,000	0,2000	10.000,00
223	SECNIDAZOL, 1.000 MG	CP	PHARLAB	15.000,000	0,5400	8.100,00
242	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG COMPRIMIDOS	CP	PRATI	30.000,000	0,1100	3.300,00

Fornecedor: 7011 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACEBROFILINA 50MG/5ML XAROPE C/120ML ADULTO	FR	cimed generic	3.000,000	4,3200	12.960,00
5	ACICLOVIR 200MG CPR AD/PED	FR	pharlab hervira	12.000,000	0,1800	2.160,00
6	ACICLOVIR 50MG/G POMADA	TB	germed generi	6.000,000	2,2000	13.200,00
38	BECLOMETASONA DIPROPIONATO SPRAY ORAL 250MCG DOSE , FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR	UND	chiesi clenil	100,000	65,0000	6.500,00
	FRASCO 200 DOSES					
59	CARVEDILOL, 12,5 MG	CP	ems generico	50.000,000	0,1000	5.000,00
60	CARVEDILOL, 25 MG	CP	ems generico	50.000,000	0,1300	6.500,00
61	CARVEDIOL 6,25 COMPRIMIDO	CP	ems generico	50.000,000	0,0800	4.000,00
63	CEFALEXINA 500 MG	CP	teuto generico	70.000,000	0,3000	21.000,00
91	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG ADULTO COMPRIMIDOS REVESTIDOS	UND	hipolabor gene	30.000,000	0,0600	1.800,00
98	CONCOR 2.5 MG	CP	ems generico	10.000,000	1,3000	13.000,00
106	DICLOFENACO RESINADO 15MG/ML C/20ML GOTAS AD/PED	FR	cimed generic	3.000,000	3,0000	9.000,00
126	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG	CP	hipolabor gene	30.000,000	0,1400	4.200,00
139	GLIMEPERIDA 4 MG	CP	cimed generic	30.000,000	0,1500	4.500,00
140	GLIMEPIRIDA, 2 MG	CP	cimed generic	50.000,000	0,0800	4.000,00
153	IBUPROFENO, 300 MG	CP	vitamedic algy	50.000,000	0,1400	7.000,00
164	LIDOCAINA GELEIA 2	TB	pharlab labcain	150,000	2,3000	345,00
209	PARACETAMOL 200MG/ML AD/PED FRASCOS C/15ML GOTAS	FR	HIPOLABOR	3.000,000	0,6500	1.950,00
251	TETRACICLINA ASSOCIADA COM ANFOTERICINA B 25 MG + 12,5 CREME VAGINAL	UND	VITAMEDIC G	1.000,000	30,0000	30.000,00

Fornecedor: 7030 - GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	AGUA DESTILADA 5 LITRO GALÃO	GAL	CICLOFARMA	280,000	9,9900	2.797,20
19	AMBROXOL 30 MG/5ML C/120ML XAROPE ADULTO	UND	NATULAB NA	5.000,000	1,6100	8.050,00
20	AMBROXOL 3MG/5ML C/120ML XAROPE PEDIATRICO	UND	NATULAB NA	5.000,000	1,8400	9.200,00
21	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	AMP	FARMACE FA	1.000,000	1,0000	1.000,00
35	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	ISOFARMA IS	500,000	0,4500	225,00
49	BROMOPRIDA 10MG I.M/I.V AD/PED AMPOLA C/2ML	AMP	NOVA FARMA	3.000,000	1,5000	4.500,00
52	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMIDA + DIPIRONA SOD 4MG+500MG/ML	AMP	HYPOFARMA	50.000,000	1,2900	64.500,00
56	CARBONATO LITIO 300MG	CP	HIPOLABOR	25.000,000	0,3100	7.750,00
65	CEFALOTINA SODICA INJ. 1 G	AMP	ABL ABL	3.000,000	6,0900	18.270,00
66	CEFTRIAXONA 500 MG INJETAVEL	AMP	NOVA FARMA	5.000,000	8,8400	44.200,00
80	CLINDAMICINA 300MG/MLC/1ML AD/PED IM/IV	AMP	NOVA FARMA	600,000	6,0000	3.600,00
81	CLINDAMICINA 600MG/2ML AD/PED IM/IV	AMP	HYPOFARMA	600,000	2,9900	1.794,00
84	CLOPIDOGREL 75MG	CP	NOVA QUIMIC	30.000,000	0,2300	6.900,00
86	CLORETO DE SODIO 10% (10MG/ML) 10ML CX C/200 AMPOLAS PLASTICAS	AMP	SAMTEC SAM	1.000,000	0,3900	390,00
88	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 2%, DEGERMANTE	UND	FARMAX FAR	250,000	15,4900	3.872,50
92	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4 MG/ML	AMP	HIPOLABOR	100,000	6,8800	688,00
95	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/2ML I.M/I.V AMPOLA	AMP	SANVAL SAN	5.000,000	1,8100	9.050,00
103	DIAZEPAM 10MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	SANTISA SAN	50.000,000	0,0700	3.500,00
104	DIAZEPAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	SANTISA SAN	5.000,000	0,7000	3.500,00
105	DIAZEPAM, 5 MG	CP	NOVA QUIMIC	30.000,000	0,0600	1.800,00
107	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML I.M AD/PED	AMP	FARMACE FA	10.000,000	0,6200	6.200,00
111	DIMENIDRATO 3MG/ML+PIRIDOXINA 5MG/ML+GLICOSE 100MG/ML+FRUTOSE 100MG/ML I.V AD/PED AMP C/10ML	FR	TAKEDA TAK	5.000,000	3,9000	19.500,00

124	ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML I.M/IV AD/PED AMP C/5ML	AMP	HYPOFARMA	5.000,000	1,2900	6.450,00

Fornecedor: 7030 - GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
154	IODOPOVIDONA 10% DEGERMANTE AD/PED FRASCO C/1000	UND	FARMAX FAR	120,000	21,9000	2.628,00
155	IODOPOVIDONA TÓPICO AD/PED FRASCO C/1.000ML	UND	FARMAX FAR	120,000	19,7600	2.371,20
158	ITRACONAZOL, 100 MG	CP	GEOLAB GEO	10.000,000	1,4400	14.400,00
159	IVERMECTINA,6 MG,COMPRIMIDO,	CP	VITAMEDIC V	10.000,000	0,1800	1.800,00
160	KOLAGENASE	TB	CRISTALIA C	1.500,000	19,9700	29.955,00
162	LIDOCAINA 2% C/ VASO	FR	HYPOFARMA	200,000	2,9900	598,00
163	LIDOCAINA 2% S/VASO I.M/IV	FR	HYPOFARMA	1.000,000	3,0000	3.000,00
179	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML I.V/I.M AD/PED AMPOLA C/2ML	AMP	ISOFARMA IS	3.000,000	0,3800	1.140,00
206	OXACILINA, 500 MG, INJETÁVEL	AMP	NOVA FARMA	3.000,000	2,4800	7.440,00
217	RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG	CP	MED QUIMIC	30.000,000	0,0900	2.700,00
230	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO 500ML, SI	FR	SANOBIOL S	2.000,000	3,4900	6.980,00
231	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 1000ML	FR	SANOBIOL S	10.000,000	5,2700	52.700,00
233	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 250ML	UND	SANOBIOL S	10.000,000	2,8900	28.900,00
234	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 500ML	UND	FRESENIUS F	10.000,000	2,7700	27.700,00
235	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 0,5% C/100ML	UND	FRESENIUS F	5.000,000	2,4900	12.450,00
236	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 10% C/250ML	FR	FRESENIUS F	5.000,000	3,7700	18.850,00
237	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% C/250ML	UND	FRESENIUS F	5.000,000	2,4900	12.450,00
238	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 5% C/500ML	UND	SANOBIO SA	5.000,000	3,5900	17.950,00
239	SOLUCAO RINGER 500ML	UND	FRESENIUS F	5.000,000	3,5900	17.950,00
243	SULFATO DE MAGNESIO 50% IM/IV AD/PED	AMP	ISOFARMA IS	800,000	5,8000	4.640,00

Fornecedor: 7104 - REALMED DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML COM 5ML EV ADULTO E PEDIATRICO	AMP	HIPOLABOR	500,000	3,3900	1.695,00
43	BRINCANYL INJ. 0,5MG/ML	AMP	HIPOLABOR	1.500,000	4,0000	6.000,00
79	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML FRASCO C/ 10ML AD/PED CX C/25 FRASCO AMPOLA	AMP	HIPOLABOR	500,000	5,1000	2.550,00
97	COLIRIO ANESTESICO OFTALMICO	FR	ALLERGAN	100,000	19,9000	1.990,00
110	DIMENIDRATO 3MG/ML+PIRIDOXINA 1 ML INTRAMUSCULAR	AMP	U.QUIMICA	2.000,000	3,8000	7.600,00
128	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG	CP	TEUTO	50.000,000	0,1100	5.500,00
132	FUROSEMIDA 10MG/ML I.V/I.M AD/PED AMP C/2ML	AMP	HYPOFARMA	4.000,000	0,4600	1.840,00
161	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG/50 MG COMP	CP	ACHE	10.000,000	3,2500	32.500,00
178	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	EMS	80.000,000	0,7500	60.000,00
181	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG	CP	HIPOLABOR	30.000,000	0,1000	3.000,00
187	MORFINA, SULFATO, 10MG	AMP	CRISTALIA	3.000,000	3,9000	11.700,00

Fornecedor: 7105 - CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	AMPICILINA SOD.1G PO P/SOL.INJ.AD/PED I.V/I.M C/2ML	AMP	TEUTO AMPI	300,000	3,8000	1.140,00
28	AMPICILINA SOD.500MG PO P/SOL.INJ.AD/PED I.V/I.M C/2ML	AMP	TEUTO AMPI	300,000	3,8000	1.140,00
40	BENZOATO DE BENZILA LOÇÃO C/60ML	UND	IFAL BENZOA	3.000,000	4,0000	12.000,00
54	CARBAMAZEPINA 200MG AD/PEDCOMPRIMIDOS	CP	TEUTO CARB	50.000,000	0,1300	6.500,00
58	CARVÃO ATIVADO FRASCO C/500G	UND	NEON CARVÃ	120,000	89,3200	10.718,40
73	CIMETIDINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	HYPOFARMA	5.000,000	0,7900	3.950,00
75	Cinarizina 75mg COMPRIMIDO	CP	RANBAXY Cin	75.000,000	0,1000	7.500,00
89	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 0,12% COLUTÓRIO 500 ML	UND	RIOQUIMICA	250,000	29,4200	7.355,00
117	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG,	CP	GREEN PHAR	100.000,000	0,0800	8.000,00
120	DOPAMINA 5MG/ML I.V. AD/PED AMPOLAS C/10ML	AMP	HIPOLABOR	500,000	2,0000	1.000,00

Fornecedor: 7105 - CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
122	ENALAPRIL MALEATO, 5 MG	CP	CIMED ENAL	30.000,000	0,0700	2.100,00
123	ESCITALOPRAM 10 MG	CP	RANBAXY ES	50.000,000	0,2100	10.500,00
127	FENOBARBITAL SODICO 100MG/ML IM/IV AMPOLA AD/PED	AMP	CRISTALIA FE	1.000,000	2,2500	2.250,00
129	FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	FR	CRISTALIA FE	1.200,000	4,0000	4.800,00
131	FLUCONAZOL 150MG	CAPS	MEDQUIMICA	20.000,000	0,4700	9.400,00
136	GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML I.M/I.V AD/PED AMPOLA DE 10ML	AMP	ISOFARMA G	1.000,000	1,8500	1.850,00
138	GLICOSE ENZIMATICA LIQUIDA 500ML	KIT	DOLES GLIC	40,000	158,5500	6.342,00
141	GLUCONATO DE CALCIO 10 % 10 ML	AMP	ISOFARMA G	600,000	1,8500	1.110,00
157	ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE 10 MG COMPRIMIDO	CP	EMS ISOSSO	50.000,000	0,4000	20.000,00
189	NEBILET 5 MG (NEBIVOLOL)	CP	BIOLAB NEBI	10.000,000	2,3800	23.800,00

199	NORFLOXACINO 400 MG C/ 14 CPR	CP	MEDQUIMICA	10.000,000	0,3000	3.000,00
215	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	CP	CRISTALIA P	20.000,000	0,1300	2.600,00
232	SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0,9% 100ML	UND	EQUIPLEX SO	10.000,000	2,0000	20.000,00
240	SOMALGIM CARDIO 100 MG	CP	EMS SOMAL	10.000,000	0,3000	3.000,00
249	SUXAMETANIO 500 MG	AMP	BLAU SUXAM	100,000	14,0600	1.406,00
250	TENOXICAM 20MG PÓ LIOFILICO IM/IV AD/PED + DILUENTE C/2ML	UND	EUROFARMA	2.000,000	7,0000	14.000,00
255	VASELINA LIQUIDA FRASCO COM 1LITRO	UND	RIOQUIMICA	120,000	75,0000	9.000,00
256	VASTOREL 35 MG (DICLORIDRATO DE TRIMETEZINA)	UND	SERVIER VAS	10.000,000	1,7500	17.500,00

Fornecedor: 7106 - EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
212	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG COMPRIMIDOS	CP	RIOQUIMICA	15.000,000	18,9100	283.650,00
229	SOLUCAO DE MANITOL 20% C/250ML	FR	FRESENIUS F	1.000,000	5,4900	5.490,00

Fornecedor: 7107 - FERNAMED LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UNI I.M FRASCO/AMPOLA AD/PED.	AMP	teuto	2.000,000	8,9900	17.980,00
68	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO	AMP	blau	5.000,000	8,3900	41.950,00
71	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, IM/IV	AMP	hipolabor	5.000,000	1,5700	7.850,00
96	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50MG/2ML IM/IV AD/PED A	AMP	teuto	5.000,000	0,5900	2.950,00
118	DOLANTINA 50 MG/ML	FR	uniao quimica	1.000,000	4,6400	4.640,00
135	GENTAMICINA 80MG/2ML ADULTO I.V/I.M AMPOLA C/2ML	AMP	hypofarma	1.000,000	0,9100	910,00
137	GLICOSE 50% 10 ML SOLUCAO INJETAVEL	UND	samtec	5.000,000	0,2300	1.150,00
142	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO AD/PED	UND	cristalia	25.000,000	0,1800	4.500,00
144	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 8MG/4ML AD/PED	AMP	hypofarma	1.000,000	2,6900	2.690,00
145	HEPARINA SODICA 5000 UI/0 25 ML INJETAVEL	AMP	cristalia	500,000	24,4900	12.245,00
165	LIDOCAINA SPRAY	FR	cristalia	50,000	72,2800	3.614,00
185	MIDAZOLAM 5MG(15MG/3ML) I.M/IV AD/PED AMPOLA	AMP	teuto	1.000,000	1,4900	1.490,00
190	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA ZINCICA 250UI/G POMADA TUBO C/10G AD/PED	UND	prati d.	10.000,000	1,6100	16.100,00
200	OCITOCINA 5 UI/1ML	AMP	uniao quimica	100,000	2,3300	233,00
246	SULFATO TERBUTALINA 0,5MG/ML I.V/S.C AMPOLAS C/1ML	AMP	hipolabor	800,000	1,9800	1.584,00

Fornecedor: 7108 - LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	AMIODARONA 200MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	medley generic	10.000,000	0,6400	6.400,00
25	AMOXACILINA ASSOCIADA COM CLAVULANTO DE POTASSIO 500 MG+125 MG	CP	ems generico	10.000,000	1,0700	10.700,00

Fornecedor: 7108 - LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	ASPIRINA PROVENT 100 MG	CP	bayer aspirina	50.000,000	0,4600	23.000,00
67	CEFTRIAXONA SODICA 1G/IM INTRAMUSCULAR	AMP	teuto generico	5.000,000	9,9900	49.950,00
99	CONDORFLEX 500 MG	CAPS	moment bolt	5.000,000	2,8800	14.400,00
146	HIDRALASINA 20 MG/1ML INJETAVEL	AMP	cristalia nepre	100,000	5,7800	578,00
166	LIPIDIL 160 MG (FENOFIBRATO)	CP	abbott lipidil	10.000,000	3,0300	30.300,00
202	OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	MULTILAB GE	80.000,000	0,0600	4.800,00
211	PARACETAMOL 750MG AD/PED COMPRIMIDO	CP	MEDQUIMICA	30.000,000	0,1100	3.300,00
216	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG	CP	SANVAL SAN	70.000,000	0,0400	2.800,00

Fornecedor: 7110 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACEBROFILINA 25MG/5ML XAROPE C/120ML PEDIATRICO	FR	PRATI	3.000,000	3,0200	9.060,00
10	ADENOSINA 6MG/2ML IV	AMP	HIPOLABOR	500,000	9,6800	4.840,00
11	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	HIPOLABOR	500,000	9,5400	4.770,00
46	BROMETO DE IPRATROPIO 0,025% AD/PED FRASCO C/20ML GOTAS INALAÇÃO	FR	HIPOLABOR	1.200,000	0,7700	924,00
47	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML AD/PED FRASCO C/20ML GOTAS	FR	HIPOLABOR	1.200,000	3,4900	4.188,00
69	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDOS ADULTO	CP	PRATI	20.000,000	0,2200	4.400,00
70	CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO, BISNAGA 20,00 G	UND	SOBRAL	5.000,000	1,9900	9.950,00
112	DIMETICONA 75MG/ML GOTAS FRASCO C/10ML	FR	HIPOLABOR	3.000,000	0,8000	2.400,00
168	LOSARTANA 100 MG - COMPRIMIDOS	CP	PRATI	100.000,000	0,2300	23.000,00

Fornecedor: 7111 - MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ACETATO DE DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO AD/PED C/10G	TB	SANVAL	12.000,000	1,3200	15.840,00
13	AGUA DESTILADA SOLUÇÃO INJETAVEL 5 ML	UND	SAMTEC	5.000,000	0,2000	1.000,00
42	BICARBONATO DE SODIO 8,4% C/10ML INJETAVEL ADULTO	AMP	SAMTEC	500,000	0,7400	370,00
44	BROMAZEPAN 3 MG COMPRIMIDO	CP	GERMED	15.000,000	0,1200	1.800,00
50	BROMOPRIDA 4MG/ML 20ML GOTAS AD/PED	FR	MARIOL	12.000,000	1,2500	15.000,00
83	CLONAZEPAM 2MG CPR	CP	GEOLAB	30.000,000	0,0600	1.800,00
85	CLORETO DE POTÁSSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	SAMTEC	1.000,000	0,4300	430,00
87	CLORETO DE SODIO 20% CX C/200 AMPOLAS AD/PED	AMP	SAMTEC	1.000,000	0,4600	460,00
94	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	AMP	SANVAL	10.000,000	1,9500	19.500,00

100	DEXAMETASONA 0,1 CREME BISNAGA 10,00 GR,	TB	SANVAL	5.000,000	1,3300	6.650,00
101	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2,50 ML	AMP	FARMACE	10.000,000	0,6800	6.800,00
102	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG	FR	GEOLAB	5.000,000	0,0700	350,00
109	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	PHARLAB	50.000,000	0,0800	4.000,00
143	HALOPERIDOL 5MG INJETAVEL AD/PED	AMP	HYPOFARMA	1.000,000	1,2200	1.220,00
156	ISOSSORBIDA DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	CP	EMS	10.000,000	0,2500	2.500,00
177	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	CP	EMS	50.000,000	0,4400	22.000,00
192	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	GEOLAB	80.000,000	0,0600	4.800,00
198	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	HIPOLABOR	500,000	2,5600	1.280,00
254	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG	CP	HIPOLABOR	20.000,000	0,1900	3.800,00

Fornecedor: 7112 - JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	ANCORON 100 MG (AMIODARONA)	CP	GEOLAB	30.000,000	0,6400	19.200,00
33	ATACAND HCT 16/12.5	CP	ASTRAZENE	10.000,000	7,9800	79.800,00
62	CEDILANIDE 2 ML 0,2 MG/ML INJETAVEL	AMP	UNIAO QUIM	500,000	2,5900	1.295,00
93	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML I.M/I.V/SC AD/PED AMPOLAS C/2ML	AMP	UNIAO QUIMI	500,000	3,5400	1.770,00
108	DICLOFENACO, SAL POTÁSSICO, 50 MG	CP	EMS	50.000,000	0,2400	12.000,00
130	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	HIPOLABOR	1.000,000	1,8100	1.810,00
134	GEL PARA ULTRASSOM GALÃO COM 5KG	GAL	MULTIGEL	100,000	21,9900	2.199,00
149	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, ASSOCIADO COM CARBONATO DE MAGNÉSIO,	CP	MEDQUIMICA	10.000,000	1,7300	17.300,00
205	OTOSPORIN FR 10ML.	FR	FARMOQUIMI	150,000	16,5000	2.475,00
214	PROLOPA 200/50 MG CX C/30	CP	ROCHE	2.000,000	4,3300	8.660,00
226	SINTROID 125 MG	CP	ABBOTT	30.000,000	1,7400	52.200,00
247	SUPOSITORIO ADULTO	UND	EMS	500,000	3,6200	1.810,00
248	SUPOSITORIO INFANTIL	UND	EMS	500,000	4,0400	2.020,00
252	TIOCONAZOL ASSOCIADO COM TINIDAZOL 20 MG + 30 MG CREME VAGINAL BISNAGA	UND	GEOLAB	1.000,000	33,0000	33.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS** 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS** 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização

de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES** 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA** 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a

contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO** 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio de Leverger para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Barão de Melgaço,30 de Julho de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:		
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ:	20.590.555/0001-48
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	CNPJ:	07.847.837/0001-10
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ:	02.520.829/0001-40
DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI	CNPJ:	74.127.473/0001-90
DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOS	CNPJ:	07.640.617/0001-10
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI	CNPJ:	25.279.552/0001-01
ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI	CNPJ:	04.162.170/0001-23
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	CNPJ:	23.312.871/0001-46
FERNAMED LTDA	CNPJ:	04.759.433/0001-86
GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	CNPJ:	17.472.278/0001-64
JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI	CNPJ:	30.153.492/0001-16
LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ:	26.419.311/0001-83
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI	CNPJ:	09.676.256/0001-98
REALMED DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ:	17.263.792/0001-90
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI	CNPJ:	06.065.614/0001-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº 015/2019

"Dispõe sobre a REVERSÃO do benefício de aposentadoria por invalidez concedida pela Portaria n.º 001/2017, publicada em 17/05/2017 a servidora ***Sra. Zenilda Alves dos Santos****."*

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barra do Bugres – BARRA-PREVI no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a cessação da enfermidade motivadora da concessão do beneficio de aposentadoria por invalidez em favor da segurada **Sra. Zenilda Alves dos Santos**, por meio da Portaria nº. 001/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso de 17/05/2017 e;

Considerando o art. 12, § 8ª Lei Municipal n° 1.554 de 04 de julho de 2005 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município, com redação dada pela Lei Municipal 1.777/2008 combinado com art. 48, inciso I e § 1º da Lei Municipal nº 001/2005 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT;

Considerando o teor do Laudo Medico Pericial da Junta Médica Municipal;

Resolve:

Art. 1º - REVOGAR o benefício de aposentadoria por invalidez concedida a servidora **Sra**. **Zenilda Alves dos Santos**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0412593-2 SEJSP/MT, e do CPF nº 453.666. 401-72, retornando-a ao exercício da atividade do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação - Cozinheira, Nível "11", Classe "E", lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº. 001/2017, publicada em 17/05/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres - MT, 25 de Julho de 2019.

JOSE EPIFANIO BRAGA

Diretor do BARRA-PREVI

Homologo:

Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 159 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **332**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu, ora denominada contratante, e senhor (a) **ELIZENE PIRES DE PAULA** denominado (a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo para exercer sua função na Secretaria Municipal de Educação em substituição a Sarah Laurentino Silva Moreno que está de atestado médico vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 02/08/2019 até 02/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 31 Julho de 2019.

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 205/2019

PORTARIA N.º 205/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Juliene Bruno Alves".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Juliene Bruno Alves,** portadora do CPF nº. 022.022.841-84, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 26/07/2019 a 10/08/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 082/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 26/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 204/2019

PORTARIA N.º 204/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Liliane Campos da Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Liliane Campos da Silva,** portadora do CPF nº. 003.604.111-42, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/08/2019 a 30/09/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 087/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 08/08/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 191/2019

PORTARIA N.º 191/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Rosemeyre Tieko Une".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora***Rosemeyre Tieko Une,** portadora do CPF nº. 058.290.938-47, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 15/07/2019 a 31/03/2020, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 018/2011.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 15/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 203/2019

PORTARIA N.º 203/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Jacqueline Souto Faria Navarro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Jacqueline Souto Faria Navarro,** portadora do CPF nº. 051.034.908-03, *efetiva no cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 24/07/2019 a 31/12/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 074/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 24/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 202/2019

PORTARIA N.º 202/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Liliane Maria da Silva Ortega".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Liliane Maria da Silva Ortega,** portadora do CPF nº. 459.241.981-20, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Letras, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 25/07/2019 a 24/08/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 051/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 25/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 201/2019

PORTARIA N.º 201/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana Paula Rodrigues da Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ana Paula Rodrigues da Silva,** portadora do CPF nº. 910.896.381-91, *efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 11/07/2019 a 17/08/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 056/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 11/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 200/2019

PORTARIA N.º 200/2019

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lucineia Miatello Boselli Leite".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Lucineia Miatello Boselli Leite,** portadora do CPF nº. 999.909.461-91, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/07/2019 a 01/12/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 038/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 22/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 199/2019

PORTARIA N.º 199/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor ***José Henrique Ribeiro da Fonseca".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* ***José Henrique Ribeiro da Fonseca,*** *portador do CPF nº 274.539.281-68, efetivo no cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/06/2019 a 09/07/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 022/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 23/06/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 198/2019

PORTARIA N.º 198/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Claudia Aparecida Souto e Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Claudia Aparecida Souto e Silva,** portadora do CPF nº. 856.830.271-87, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 24/06/2019 a 05/08/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 052/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 24/06/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 197/2019

PORTARIA N.º 197/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Auxiliadora de Souza e Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Maria Auxiliadora de Souza e Silva,** portadora do CPF nº. 162.617.631-00, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 18/06/2019 a 15/09/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 027/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 18/06/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 196/2019

PORTARIA N.º 196/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Nelia Silva de Andrade".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Nelia Silva de Andrade,** portadora do CPF nº. 572.215.701-59, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/06/2019 a 13/08/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 035/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 17/06/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 194/2019

PORTARIA N.º 194/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria do Carmo Maciel".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Maria do Carmo Maciel,** portadora do CPF nº. 078.564.401-63, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/07/2019 a 18/12/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 030/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 17/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 193/2019

PORTARIA N.º 193/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Luiza Vila Ramos de Faro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Luiza Vila Ramos de Faro,** portadora do CPF nº. 340.291.681-91, *efetiva no cargo de Advogada, lotada na Procuradoria Geral do Município, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 19/06/2019 a 30/10/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 054/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 19/06/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 192/2019

PORTARIA N.º 192/2019

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Marcos Vinicius Correa da Costa**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Marcos Vinicius Correa da Costa***,* portador do CPF nº. 482.593.651-20, *efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/07/2019 a 29/09/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 046/2018.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 201 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 366** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LUCIANE CÂNDIDO DA SILVA,** Licenciada em Letras na E.M Tancredo Neves , acréscimo de **20 horas** no período de 05/08/2019 a 01/11/2019, em substituição a servidora Lucelene Miranda Barbosa que encontra se de licença prêmio.

Cáceres, 01 de Agosto de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

RESULTADO PRELIMINAR

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES - PREVICÁCERES, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 129/2019, de 07 de maio de 2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 14 de Maio de 2019, torna público para conhecimento de todos os interessados, o RESULTADO PRELIMINAR do Chamamento Público nº 001/2019.

MÉDICO PERITO		
NOME	**SITUAÇÃO**	**OBSERVAÇÃO**
Andre Alvarenga Fernandes	Habilitado	
Flavia Gattas de Oliveira	Habilitada	
Jun Okada	Habilitado	
Karen Cristina Sales Pais	Habilitada	
Luis Marcos Vera Turdera	Habilitado	

ASSISTENTE SOCIAL		
NOME	**SITUAÇÃO**	**OBSERVAÇÃO**
Camila Dalto Paulino	Habilitada	
Kelly Novakc Rodrigues	Habilitada	
Maria Daniela Cavalcante Alves	Inabilitada	Conforme item 4.2.1.1 “k” do edital

Cáceres/MT, 05 de agosto de 2019.

Rosinei Brunelli

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 345 DE 02 DE AGOSTO DE 2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 17366, de 02 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os senhores relacionados abaixo para compor membros da Comissão Técnica para análise de documentação – com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação do processo licitatório do pregão eletrônico Nº32/2019.

Marcelo de Oliveira Maciel; CPF: 862.420.081-49 em substituição à senhora **Erislane Aparecida de Oliveira Silva; CPF: 935.886.661-68;**

Jessica da Silva; CPF: 031.458.511-79 em substituição à senhora **Marilza Aparecida Luz; CPF: 405.152.221-00.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde em substituição

Afixado em: 02.08.19

PORTARIA Nº 344 DE 02 DE AGOSTO DE 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº 17.303, de 01 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para compor a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO SENSORIAL,** da Secretaria Municipal de Educação.

REPRESENTANTES DAS NUTRICIONISTAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Camila Rodrigues Soares em substituição a senhora Marcelly Lima de Campos

REPRESENTANTES DA COORDENADORIA DE LOGÍSTICA E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Paulo dos Santos em substituição a senhora Ana Maria Coelho Carducci

Suelen Tatyane da Silva Campos em substituição a senhora Fernanda Ferreira de Souza

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Neuzita Soares de Melo Oliveira em substituição a senhora Mirele da Rosa Marques de Souza

Benice Benedita de Oliveira em substituição a senhora Liamara Rodriges da Silva

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2019.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação em substituição

Afixado em: 02.08.19

DECRETO Nº. 494 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando nº 8697 de 29 de maio de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora **MARISTELA SALDANHA OLIVEIRA**, para responder pela Coordenadoria do Sistema APLIC do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso em substituição a titular **Girlane Vieira Pereira,** que estará de férias no período de 05 de agosto á 03 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 05.08.19

DECRETO Nº. 491 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando nº 17072 de 31 de julho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o servidor **ROBSON MÁXIMO DA COSTA**, para responder pela Coordenadoria de Controle Interno do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso em substituição a titular **Mayllis Oliveira Silva,** que estará de férias no período de 01 á 30 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.08.19

DECRETO Nº. 489 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o Decreto nº 407 de 02 de agosto de 2017, que nomeou os membros para a Comissão Municipal do FETHAB.

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº. 17378 de 02 de agosto de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **ELZA ELI IZIDORO DE CARVALHO** para compor como membro suplente representante da Secretaria de Planejamento em substituição ao servidor **Mateus Gonçalves de Sá** no **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 02.08.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 157 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **156**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu, ora denominada contratante, e senhor (a) **MARIA ELENA RODRIGUES DE SOUZA** denominado (a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer sua função na E.M. Vitória Régia em substituição a Eloiza Maria da Coceição que está em readaptação de função vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/08/2019 até 19/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 31 julho de 2019.

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 158 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **053**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu, ora denominada contratante, e senhor (a) **NADIA FRANCISCA BACELLAR GARCIA** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M. Brincando e Aprendendo em substituição a Cremilda Roseli da Silva Teotonio que estará de Licença prêmio vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 15/08/2019 até 12/11/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 31 Julho de 2019.

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº 221/2019

PORTARIA Nº 221/2019

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral, para elaboração de regulamento e realização das eleições para escolha dos membros dos Conselhos de Gestão e Fiscal do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-CÁCERES****, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 129, Inciso XXII, da Lei Municipal Complementar n.º 143/2019,*

Resolve:

Art. 1º - Nomear as Servidoras VANESSA FERREIRA DA SILVA, Controladora Interna; DENISE PEREIRA PACHECO, Contadora; e, ERIKA PINTO DE ARRUDA, Procuradora, para, sob a Presidência da primeira, constituírem a Comissão Eleitoral designada para realizar o processo eleitoral de membros que comporão o Conselho de Gestão e Conselho Fiscal do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 05 de Agosto de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESANDiretora Executiva

PREVICÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 206/2019

PORTARIA N.º 206/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Lídio Benedito de Assunção".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Lídio Benedito de Assunção,** portador do CPF nº. 361.951.461-53, *efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/07/2019 a 31/07/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 089/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01/07/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 160 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **372**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu, ora denominada contratante, e senhor (a) **HOMERO LOPES MAXIMIANO** denominado (a) contratado(a), no cargo de Guarda para exercer sua função na E.M. Tancredo Neves em substituição de férias de Guardas Efetivos vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 05/08/2019 até 30/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 31 Julho de 2019.

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 200 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 142** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **MARCIA BATISTA SALES,** Licenciada em Pedagogia na E.M Duque de Caxias , acréscimo de 20 horas no período de 05/08/2019 a 02/11/2019, em substituição a servidora Marisa Vasconcelos Duarte que encontra se de licença prêmio.

Cáceres, 01 de Agosto de 2019

_____

_____

Luzinete jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 204 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 138** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **FABIANE SANCHES OURIVES,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM Raquel Ramão da silva, acréscimo de 20 horas no período vespertino de 05/08/2019 a 03/09/2019, em substituição a servidora Laura Beatriz da Silva que encontra se de licença médica.

Cáceres, 01 de Agosto de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

LEI Nº 2.783, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre a denominação da Travessa União em nosso Município e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso VII, faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou, nos termos dos artigos 22 e 25, ambos da Lei Orgânica do Município, e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Passa a denominar-se **"Travessa União"** entre as ruas Dr. Vicente Lima, que dá acesso à rodoviária José Palmiro da Silva em Cáceres/MT.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cáceres/MT, 05 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 189/2019

PORTARIA N.º 189/2019

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Renata Gomes de Oliveira Lima Moran".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora***Renata Gomes de Oliveira Lima Moran,** portadora do CPF nº. 531.757.601-63, *efetiva no cargo de Odontopediatra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/07/2019 a 08/09/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 085/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 08/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 190/2019

PORTARIA N.º 190/2019

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Valdeci Laurentino Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora***Valdeci Laurentino Silva,** portadora do CPF nº. 452.508.471-53, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em História, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 14/06/2019 a 02/12/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 036/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 14/06/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 22.07.2019

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 211/2019

PORTARIA N.º 211/2019

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana da Guia de Moraes Alvares".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ana da Guia de Moraes Alvares,** portadora do CPF nº. 362.035.641-68, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 10/08/2019 a 08/09/2019, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 081/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 10/08/2019.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 210/2019

PORTARIA N.º 210/2019 ***"Dispõe sobre a Concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora*** **Renata Ávila Miranda Alves".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* **Renata Ávila Miranda Alves,** *portadora do CPF nº 005.030.431-33, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/07/2019 a 31/10/2019, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 080/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 04/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 209/2019

PORTARIA N.º 209/2019 ***"Dispõe sobre a Concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Elaine Magalhães de Oliveira".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* ***Elaine Magalhães de Oliveira,*** *portadora do CPF nº 037.979.171-47, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/07/2019 a 04/11/2019, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 078/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 08/07/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 208/2019

PORTARIA N.º 208/2019 ***"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Licença Maternidade em favor da senhora Maria Aparecida da Silva Oliveira".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* ***Maria Aparecida da Silva Oliveira,*** *portadora do CPF nº 018.552.141-05, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 26/06/2019 a 23/10/2019, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 076/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 26/06/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 207/2019

PORTARIA N.º 207/2019 ***"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Licença Maternidade em favor da senhora Karen Celia Espinoza Sonaque Cruz".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora* ***Karen Celia Espinoza Sonaque Cruz,*** *portadora do CPF nº 031.049.181-98, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 26/06/2019 a 23/10/2019, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 075/2019.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 26/06/2019.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de Julho de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO PARA REABERTURA DE SESSÃO

O Pregoeiro daPREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, Gilberto Francisco Ribeiro de Paula, comunica que foi declarada pela autoridade superior a nulidade dos atos praticados concernentes à habilitação da empresa LUCIENE PEREIRA RODRIGUES BARRA-ME no **Pregão Presencial nº 06/2019**, com a consequente desclassificação da mesma, por descumprimento ao disposto no item 12.4.2 do instrumento convocatório. Seguindo determinação da autoridade superior **FICAM CONVOCADAS** as empresas: HELMERT ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, LUCILENE PEREIRA RODRIGUES BARRA – ME e INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA para **REABERTURA** da sessão do Pregão Presencial nº 06/2019, no dia **08/08/2019**, **às 13h00min (Brasília)**. Maiores informações pelo fone (66)-3437-1992.

Campinápolis, aos 05 de agosto de 2019.

GILBERTO FRANCISCO RIBEIRO DE PAULA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 424, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O SERVIDOR **JOEL SOUZA LIMA JUNIOR** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 025/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, homologado pelo Decreto Executivo nº 226, de 05 de dezembro de 2018, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina as Leis Municipais n° 1.544 de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, nº 1873 de 14 de julho de 2017, e suas alterações posteriores, conforme abaixo discriminado, por tempo determinado, para atender interesse público.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 599/2019 datado de 31 de julho de 2019, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: MEDICO USF – ITANORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME
2º	THAIS MONTE DA CRUZ

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no horário de 07h às 11h e de 13 às 15h, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Público nº 006/2018, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis, ao 01 dia do mês de agosto de 2019.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 065/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na recuperação de embreagens de veículos, para atender a Frota Municipal, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedora a empresa: PLATOCAMPO, com o valor total de R$ 158. 000,00 (cento e cinqüenta e oito mil reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 05 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 426, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AOS SERVIDORES **JOEL SOUZA LIMA JUNIOR E MARCIO NASCIMENTO OLIVEIRA,** LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 149/2019 FUNSEM

PORTARIA N 149/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais em favor da Sra. MARIA BEATRIZ RAMOS MILANEZI DE PAULA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 3º, incisos "I", "II" e "III" e paragrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de Julho de 2005 e Art. 86, inciso "I", "II" e "III", da Lei Municipal nº. 1.170, de 09 de maio de 2007 e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizada pelo Decreto Executivo nº 231/2018 e cumulado com o Decreto Executivo nº 107/2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, com proventos integrais em favor da servidora Sra. **MARIA BEATRIZ RAMOS MILANEZI DE PAULA**, brasileira, casada, funcionária pública municipal, matricula nº 215, efetiva no cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-2921430, emitida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e inscrita no CPF sob nº 740.320.386-00, residente e domiciliada na Rua Severino Eufrasino de Lima nº 720 NE, Bairro Centro, na cidade de Campo Novo Do Parecis/MT, *contando com um total de 11.317 dias, ou seja, 31 (trinta e um) anos e 2 (dois) dias, contributivos, efetivada no cargo de Professora Literatura Plena, Classe "F", Nível "XXVI – 27 anos", conforme o processo nº 2019.04. 22041P,* até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 23 de julho de 2019.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE EDITAL PP 78/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 078/2019

ABERTURA: 19 de agosto de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 19 de agosto às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada (laboratório) para a execução de serviços de análises físico-químicos e bacteriológicos em amostras de água da saída de Tratamento de Rede de Distribuição conforme Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, do Ministério da Saúde.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de agosto de 2019**.**

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 423, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: João Batista Bordini, CPF: 848.805.461-00;

Suplente: Neide Pantaleão dos Santos, CPF: 858.866.531-04.

AVISO DE EDITAL PP 79/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 079/2019

ABERTURA: 19 de agosto de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 19 de agosto às 14h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de notebooks para atender o Projeto Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso - Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 /

5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de agosto de 2019**.**

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 429, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O SERVIDOR **WALTER DOS SANTOS** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 425, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O SERVIDOR **MARCIO NASCIMENTO OLIVEIRA** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 148 – 149 E 150 de 2019** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 56/2019.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS****,* pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas: LEANDRO A. DOS SANTOS, JOÃO PATRICIO DO CARMO – ME e ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a substituição do Agente Fiscalizador da Secretaria Municipal de Infraestrutura, **Vagner Rogério Vasconcelos** das presentes Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, e solicitado pelo Memorando nº 396/2019 da Secretaria Municipal supra citada, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização dos presentes Contratos para o servidor **Luciano Ermison de Melo**.

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de agosto de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 066/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de concreto usinado para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Esportes e Lazer, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedoras as empresas: CONSTRUFABRIL CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP, com o valor total de R$ 629.640,00 (Seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e quarenta reais) e CONCREUNIÃO – CONCRETO USINADO LTDA com o valor total de R$ 671.190,00 (seiscentos e setenta e um mil cento e noventa reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 05 de agosto de 2019.

_____

Tarcisio Nascimento da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL N° 002, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICIPIO DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE FAZENDA

Departamento de Gestão Estratégica

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL N° 002, de 05 de agosto de 2019.

Considerando que esgotaram-se as tentativas de notificações previstas no artigo 52 do Código Tributário Municipal (LC 045/2014), o Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo Fisco, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município cujo o endereço é Praça dos Três Poderes, n.º 3, Campo Real II, Campo Verde - MT; para tomar ciência do **Termo de Início de Ação Fiscal** a seguir identificado, objetivando identificar a ocorrência do fato gerador do **ISSQN** (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a notificação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Documento Fiscal**
SERGIO VIOLA	22.228.333/0001-05	TIAF n.º 001/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo FISCO

Nome: Laís Cristine Santi Leite Minuzzi

Cargo efetivo: Fiscal Municipal - Matrícula: 6708

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 169, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU PAI.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, inciso II, alínea "b" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a certidão de óbito corroborando o falecimento do pai da servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora**MARGARETE DALCIN,** admitida na forma de Processo Seletivo Público e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Agente Comunitário de Saúde-ACS, através da Portaria nº. 149, de 5e maio de 2014, pelo prazo de cinco dias consecutivos, contados a partir da data do falecimento de seu pai, ocorrido no dia 26 de julho do fluente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 26 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de agosto de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 86/ 2017.

ESPÉCIE: Serviços.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA V – DA VIGENCIA do contrato original.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: Aditada ate 08/08/2020

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e VITOR HUGO FREITAS CARVALHO 46348125840 (SANEBRAS LAB), CNPJ/MF Nº 28.326.493/0001-73 / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 94.2019, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0111- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 06/08/2019 à 04/11/2019.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e PAMELA DAIANE HONORATO / CONTRATADA.

LISTA DOS APROVADOS DA PROVA OBJETIVA E CLASSIFICADOS NO TESTE DE INFORMÁTICA PROCESSO DE ELEIÇÃO UNIFICADA AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT 2019

PÓS RECURSO CONTRA PROVA OBJETIVA:

NOMES	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA INFORMÁTICA
ADRIANA DE SOUZA COSTA GAIO	**CPF: 527.328.942-49**	**11 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
ELENA RANGEL SCHMITZ	**CPF: 596.823.290-00**	**13 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
ENAILY GECICA MARTINS DE ASSIS	**CPF: 042.368.791-31**	**14 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
GISLAINE DA SILVA GUEDES DE QUEIROZ	**CPF: 659.978.672-34**	**15 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA	**CPF: 662.294.481-49**	**12 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
JOICE MARA POSSAMAI	**CPF: 933.229.841.68**	**15 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
KELLY BORGES MACHADO	**CPF: 039.425.261-66**	**12 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
LAURINDA DA SILVA	**CPF: 025.963.461-17**	**12 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI	**CPF: 033.450.749-90**	**11 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
LUZIA VELANI NOGUEIRA	**CPF: 915.706.891-72**	**13 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
MARIA BETANIA INACIO DOS SANTOS	**CPF: 349.443.112-49**	**11 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**
MIRELY KAROLINA BALBINO VIEIRA	**CPF: 046.720.181-13**	**11 ACERTOS**	**CLASSIFICADA**

Campos de Júlio, 30 de julho de 2019

Odirlei Pereira da Silva

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE
RETIFICAÇÃO N. 001/2019,ABERTURA E REGULAMENTO GERAL A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 RETIFICAÇÃO N. 001/2019 - EDITAL N. 001/2019 – ABERTURA E REGULAMENTO GERAL A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT, estado de Mato Grosso, através da Comissão Especial de Concurso Público, nomeada pela Portaria n° 204/2019, aprova e torna público o presente edital, visando a retificação do edital de abertura e regulamento geral para a alteração de itens e exclusão de Cargos, que passa a vigorar com a seguinte redação; **I - Alterar o preâmbulo do Edital de Abertura e regulamento Geral Onde se lê: A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT**, estado de Mato Grosso, através da Comissão Especial de Concurso Público – CECP, nomeada pela Portaria n° 204/2019, torna público a abertura de concurso público visando à seleção de pessoal para preenchimento de vagas no quadro de cargos efetivos do Poder Executivo, nos termos do que preceituam o art. 37, II da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e a legislação municipal vigente, de acordo com as demais legislações aplicáveis e disposições regulamentares deste Edital e anexos. **Passa-se a Ler:**

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT, estado de Mato Grosso, através da Comissão Especial de Concurso Público – CECP, nomeada pela Portaria n° 204/2019, torna público a abertura de concurso público visando à seleção de pessoal para preenchimento de vagas no quadro de cargos efetivos do Poder Executivo, nos termos do que preceituam o art. 37, II da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, as Leis Lei 252/05, Lei 615/16, Lei 672/16, Lei 698/17 e Lei 902/19 e as demais leis municipais vigentes, e também, de acordo com as demais legislações aplicáveis e disposições regulamentares deste Edital e anexos.

II - Alterar o item 5 do edital para exclusão dos Cargos de Professor - Licenciatura Plena na área de Linguagem, Professor - Licenciatura Plena em Ciências Humanas e Sociais e Professor - Licenciatura Plena em Ciências naturais e Matemática. Onde se lê:

5) Descrição dos cargos a serem preenchido, nível de escolaridade e pré-requisitos exigidos, carga horária semanal, vencimentos, número de vagas por cargo e atividades, estão relacionados abaixo:

CARGOS	*Vagas*		*Carga Horária Semanal*	*Vencimentos R$*	*Requisitos*
	Abertas	*Reserva Técnica*			
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia	07	04	30 Hs	R$ 2.765,18	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor - Licenciatura Plena na área de Linguagem	01	03	20 Hs	R$ 1.843,44	Licenciatura Plena na área de Linguagem
Professor - Licenciatura Plena em Ciências Humanas e Sociais	01	03	20 Hs	R$ 1.843,44	Licenciatura Plena em Ciências Humanas e Sociais
Professor - Licenciatura Plena em Ciências naturais e Matemática	01	03	20 Hs	R$ 1.843,44	Licenciatura Plena em Ciências naturais e Matemática

Contador	01	03	40 Hs	R$ 4. 629,62	Graduação em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

Passa-se a ler:

5) Descrição dos cargos a serem preenchido, nível de escolaridade e pré-requisitos exigidos, carga horária semanal, vencimentos, número de vagas por cargo e atividades, estão relacionados abaixo:

CARGOS	***Vagas***		***Carga Horária Semanal***	***Vencimentos R$***	***Requisitos***
	Abertas	***Reserva Técnica***			
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia	07	04	30 Hs	R$ 2. 880,47	Licenciatura Plena em Pedagogia
Contador	01	03	40 Hs	R$ 4. 629,62	Graduação em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

III - Alterar o item 25 do edital Onde se lê:

25) O valor da taxa de inscrição, corresponderá ao cargo pretendido, de acordo com o disposto no quadro abaixo:

a) Quadro V – Valor da inscrição

CARGOS	**VALOR DA INSCRIÇÃO**
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 120,00**
Professor - Licenciatura Plena na área de Linguagem	**R$ 120,00**
Professor - Licenciatura Plena em Ciências Humanas e Sociais	**R$ 120,00**
Professor - Licenciatura Plena em Ciências naturais e Matemática	**R$ 120,00**
Contador	**R$ 120,00**

Passa-se a Ler:

25) O valor da taxa de inscrição, corresponderá ao cargo pretendido, de acordo com o disposto no quadro abaixo:

a. Quadro V – Valor da inscrição

CARGOS	**VALOR DA INSCRIÇÃO**
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia	**R$ 120,00**
Contador	**R$ 120,00**

IV - Alterar o item 82 do edital Onde se lê:

82) A pontuação da prova objetiva será atribuída de acordo com as respectivas disciplinas, quantidades, peso e / ou valor da questão, da seguinte forma:

QUADRO DAS PROVAS OBJETIVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE					
ENSINO SUPERIOR					
DISCIPLINA		***Qtde. Questões***	***Valor de cada questão***	***Total Pontos***	
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia Professor - Licenciatura Plena na área de Linguagem Professor - Licenciatura Plena em Ciências Humanas e Sociais Professor - Licenciatura Plena em Ciências naturais e Matemática Contador	*Língua Portuguesa*	*10*	*2,0*	*20*	
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	*10*	*2,0*	*20*	
	Legislação e Conhecimentos Específicos do Cargo.	*20*	*3,0*	*60*	
	TOTAL	***40***	-	***100***	

Passa-se a Ler:

82) A pontuação da prova objetiva será atribuída de acordo com as respectivas disciplinas, quantidades, peso e / ou valor da questão, da seguinte forma:

QUADRO DAS PROVAS OBJETIVAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE					
ENSINO SUPERIOR					
DISCIPLINA		***Qtde. Questões***	***Valor de cada questão***	***Total Pontos***	
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia Contador	*Língua Portuguesa*	*10*	*2,0*	*20*	
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	*10*	*2,0*	*20*	
	Legislação e Conhecimentos Específicos do Cargo.	*20*	*3,0*	*60*	
	TOTAL	***40***	-	***100***	

V - Alterar o item 166 do edital regulamento Onde se lê: 166) Os candidatos aprovados e nomeados tomarão posse na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT . **Passa-se a Ler: 166)** Os candidatos aprovados e nomeados tomarão posse na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT . **VI - ALTERA O ANEXO I - CARGO OBJETO DO CONCURSO PÚBLICO, QUE PASSA TER A SEGUINTE REDAÇÃO:**

Cargo	**Carga Horária**	**Vagas Abertas**	**Requisito**	**Atribuições Sumárias**	**Vencimentos**
Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia	30 Hs	07	Licenciatura Plena em Pedagogia	Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema público de Educação Básica; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Executar tarefa de recuperação de alunos; Participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectivas com a ação reflexiva e investigativa; Cumprir e fazer cumprir	R$ 2. 880,47

				as determinações da legislação vigente; Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar.	
Contador	40 Hs	01	Graduação em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.	Programação, alteração e ajustes orçamentários e fechamento de contas, encerramento do exercício, de acordo com a unidade organizacional de atuação; Executar análise contábil das contas anuais da Administração Direta ou Indireta e de Entidades ligadas a elas; Executar as atividades de auditoria contábil; Elaborar pareceres técnicos, relatórios e outros documentos e informações de demonstração contábil; Executar, operações de digitação de dados para processamento eletrônico, em sistema operacional compatibilizado às atividades das entidades, com os aplicativos compatíveis; Efetuar todos os registros pertinentes e responsabilizar-se pela sua legalidade, em todas as fases, desde os documentos originários da receita e da despesa, contratos e licitações, assinatura dos empenhos e balanços; inclusive de Conselhos e Fundos Especiais, quando solicitados; Executar atividades relacionadas com o planejamento operacional, a execução e o monitoramento de projetos, programas e planos de ação; Acompanhar e analisar sistematicamente a legislação relacionada com a sua área de atuação; Propor alternativas e promover ações para o alcance dos objetivos da organização; Executar as suas atividades de forma integrada, contribuindo para o desenvolvimento das equipes de trabalho; Promover o atendimento aos clientes internos e externos; Análise de contas, balancetes e balanço contábil; Instrução de processos de prestação e tomadas de contas; Operação do sistema contábil; Elaboração e análise de pareceres, informações, relatórios, estudos e outros documentos de natureza contábil; Pesquisa e seleção da legislação para fundamentar a análise; Conferência e instrução de processo e projetos relativos à área de atuação; assistência técnica em questões que envolvam matéria de natureza contábil, analisando, emitindo informações e pareceres; Redação de documentos diversos; Conferência de documentos diversos; Organização de documentos, utilizando técnicas e procedimentos apropriados; Fazer revisão de balanço; efetuar perícias contábeis; Participar de trabalhos de tomadas de contas dos responsáveis por bens ou valores do Município; Assinar balanços e balancetes; Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; Orientar do ponto-de-vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais do Município, realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras de contabilidade do Município; Planejar modelos e fórmulas para uso dos serviços de contabilidade; estudar sob o aspecto contábil, a situação da dívida pública municipal; executar tarefas afins; Prestar assessoria contábil e orçamentária à Comissão Permanente de sua área de atuação; Operar os equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados, na execução de suas atividades; Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteve inserida no âmbito de suas atribuições. Participar das comissões que for designado; Desempenhar outras atividades correlatas.	R$ 4. 629,62

VII - ALTERA O ANEXO II: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE PASSA TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: As questões de Língua Portuguesa visam a compreensão e interpretação de textos, a correta análise dos fatos da língua e a leitura das obras fundamentais de nossa Literatura. Assim, ele deverá, com base em textos e informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, identificando as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores. Deverá também, com bases nesses textos, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Fatos e elementos de política brasileira. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais, nacionais e globais. Panorama local, nacional e internacional contemporâneo. Panorama da economia nacional e internacional. Noções sobre geografia, história e organização político-administrativa do Município de Canabrava do Norte – MT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Professor - Licenciatura Plena em Pedagogia: Ética e Educação. Aprendizagem – Processo e Fatores que interferem e aplicação das Teorias Psicológicas à Educação. A Compreensão da Educação como Processo Social. Níveis e Modalidades de Ensino. Planejamento de Ensino: Componentes do Plano Didático. O Projeto Pedagógico da Escola: Concepção, Características, Processos. Currículo e Matriz Curricular: Teorias do Currículo. Fundamentos Condicionantes e Metodologia do Planejamento Curricular. Gestão Escolar: Gestão Democrática da Escola. Eficiência e Eficácia Escolar. Clima de Trabalho na Escola. Organização. Assistência à Educação / Coordenação / Controle. Avaliação. A Dinâmica da Escola: Projeto Pedagógico. Estrutura Funcional. Currículo. A Função e a Prática do Gestor na organização e articulação do Trabalho Pedagógico: Práticas Pedagógicas Integradas no cotidiano Escolar. Tempos e Espaços Escolar: Os Aspectos legais para o seu funcionamento. O Regimento Escolar sua importância, elaboração e aplicabilidade. O processo de construção do conhecimento científico pela criança. Concepções Pedagógicas. Teorias Educacionais.

Contador: Escrituração: conceito, métodos e processos, lançamentos, elementos essenciais. Balanço Patrimonial – conceito, finalidade, apresentação, conteúdo dos grupos e subgrupos, critérios de avaliação do ativo e passivo, levantamento do Balanço Patrimonial (Lei 6.404/76 e posteriores alterações). Contabilidade Pública e Orçamento: Lei de orçamento. Elaboração do orçamento. Registros Orçamentários. Receita: orçamentária, extraorçamentária – suas origens e classificações. Receita efetiva. Receita por mutação patrimonial. Categorias econômicas. Fontes de receitas orçamentárias. Despesa: conceito. Despesa efetiva. Despesa por mutação patrimonial. Plano Plurianual – conceito e aplicação. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – conceito e aplicação. Classificação funcional programática. Elementos de despesa: classificação da despesa. Reserva de dotação. Empenho, liquidação e pagamento. Dívida fundada e dívida flutuante. Créditos adicionais. Restos a pagar. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro e patrimonial. Balanços: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração de variações patrimoniais. Plano de Contas: características fundamentais, codificação da receita e da despesa, função das contas e escrituração (Lei 4.320/64 da Contabilidade Pública). Inventário na administração pública: material permanente, material de consumo, as demonstrações contábeis na Administração Pública: o balanço orçamentário, o balanço financeiro, a demonstração das variações patrimoniais. Tomadas e prestação de contas. Licitação – Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.883/94; 9.648/98 e 9.854/99 – conceitos, finalidade, princípios e

objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, modalidade, procedimento, anulação e revogação e normas gerais de licitação. Contratos Administrativos: conceitos, interpretação, execução e inexecução, requisitos de validade, princípios fundamentais de direito contratual, onerosos e gratuitos, revisão e extinção dos contratos. Crédito Tributário: constituição do crédito tributário, lançamento, competência, modalidades, suspensão, extinção e exclusão. Tributo: definição – Impostos, taxas e contribuição de melhoria. Obrigação tributária: principal e acessória – conceito. Fato Gerador – hipótese e incidência e não incidência, isenção e imunidade, domicílio tributário. Competência tributária, sujeito ativo. Capacidade tributária: sujeito passivo, contribuinte e responsável, responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros. Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: disposições preliminares; planejamento; receita pública; despesa pública; transferências voluntárias; destinação de recursos públicos para o setor privado; dívida e do endividamento. Gestão patrimonial; transparência, controle e fiscalização; disposições finais e transitórias. Código de Ética Profissional do Contabilista, Resolução CFC nº. 803/96 e alterações. As prerrogativas profissionais, especialmente a Resolução CFC nº. 560/83 e suas alterações.

VIII – As inscrições já realizadas para os cargos excluídos do certame, serão excluídas, podendo o candidato realizar sua inscrição para um outro cargo de interesse desde que cumpra os requisitos do respectivo cargo, conforme item 5) do edital de abertura e regulamento geral e legislação municipal.

IX – O candidato que tenha efetuado o pagamento poderá solicitar a devolução da taxa de inscrição através do email: itecconsultoriago@gmail.com, enviando o anexo do comprovante de pagamento da referida taxa.

X – Será publicado novo cronograma para o concurso.

XI- DEFINE O ANEXO III COM O MODELO DE FORMULARIO PARA A ENTREGA DE TÍTULOS, CONFORME ITEM 118 DO EDITAL:

PREFEITURA MUNICIPAL CANABRAVA DO NORTE CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2019 – ANEXO III				
ITEM	**NOME DO CANDIDATO**			
01	**NR. INSCRIÇÃO**			
02	**CPF**			
03	**IDENTIDADE**			
04	**CARGO**			
	RELAÇÃO DOS TÍTULOS	**PONTUAÇÃO**	**ANOTE OS PONTOS (Conforme Edital - Item 109)**	**JULGAMENTO (não preencha esse campo)**
05	Título de Doutor na área, concluído até à data de entrega.	03 Pontos (MÁXIMO 1 TÍTULO)		
06	Título de Mestre na área, concluído até à data de entrega.	02 Pontos (MÁXIMO 1 TÍTULO)		
07	Título de Especialista (Pós-Graduação Latu Sensu) na área, concluído até à data de entrega.	01 Ponto (MÁXIMO 1 TÍTULO)		
Local: Data: Assinatura do Candidato:				

As demais publicações permanecem inalteradas.

O presente edital será publicado no placar da prefeitura, no site www.canabravadonorte.mt.gov.br e no site www.itecconcursos.com.br.

Publique-se e Cumpra-se:

Canabrava do Norte - MT, 05 de agosto de 2019.

Comissão do Concurso Público:

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO:

Delcimar Vieira Lima Renata Dias dos Santos

Membro Membro

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CANABRAVA DO NORTE – SINDSERV:

Túlio de Cesar de Souza Freitas

Membro

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO (SINTEP):

Djalma Francisco de Sousa

Membro

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N. 209/2019, DE 24 DE MAIO DE 2019.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.235, do Diário Oficial dos Municípios no dia 27 de MAIO de 2019,

ONDE SE LÊArt. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **LEIA-SE Art. 2º.** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portaria n.173/2019 de 02 de maio de 2019, e as disposições em contrário, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N. 209/2019, DE 24 DE MAIO DE 2019.

NOMEIA ASSESSOR PARA OCUPAR A ASSESSORIA TÉCNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, X e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Srº. **SEBASTIÃO SIQUEIRA DA CRUZ**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 14675064, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazen-

da – CPF/MF n. 882.424.711-34, para exercer o cargo de **ASSESSOR DA ASSESSORIA TÉCNICA - ASSETEC**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo - SINSPU, deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portaria n.173/2019 de 02 de maio de 2019 e as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Maio de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2982/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2982/19
DE 11 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1428/19 de 18 de março de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	2.500.000,00
	TOTAL R$	**2.500.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Excesso de arrecadação	R$	2.500.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2978/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2978/19
DE 3 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC GESTÃO GOVERNAMENTA		
(0028) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 2.011 - APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR		
(0062) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0073) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0078) 3.2.90.21 00.00.0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	9.000,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.500,00
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	20.000,00
P. A: 2.019 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GAB DO SECRETÁRIO		
(0096) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO DE EDUCAÇÃO		
(0100) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.080,00
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0104) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	55.000,00
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
P. A: 2.023 - MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDO ESCOLAR -PNAEF		
(0119) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.024 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
(0125) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	13.000,00
P. A: 2.026 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS		
(0136) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	8.000,00
(0142) 3.3.90.39 00.00.0022 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	24.000,00
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	38.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.037 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60%		
(0180) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0182) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	50.000,00
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0184) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	60.000,00
(0186) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.042 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS BLOCO GESTÃO		
(0219) 3.1.90.94 00.00.0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	40.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	160.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	25.000,00
P. A: 2.046 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS SAÚDE BUCAL		
(0255) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0257) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	20.000,00
P. A: 2.047 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS AGENTES COMUNITÁRIOS		
(0266) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	80.000,00
(0270) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	1.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0301) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0304) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	140.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0322) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.000,00
(0328) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0337) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0348) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	3.000,00
(0350) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	30.000,00
P. A: 2.057 - PESSOAL ENCARGOS E MANUTENÇÃO VIG. EPIDEMIOLÓGICA		
(0364) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	31.000,00
(0373) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS AGROVIL		
(0378) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	100.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0576) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	100.000,00
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	438.000,00
(0386) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	29.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0424) 3.3.90.30 00.00.0017 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0441) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	37.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0466) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	66.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	81.510,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0510) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	120.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0524) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	3.000,00
(0528) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0548) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
TOTAL R$		**2.584.090,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 1.004 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAIS PERMANENTES GAB. SEC. GESTÃO GOV		
(0021) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 1.007 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		
(0044) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0070) 3.3.90.41 00.00.0000 - CONTRIBUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0583) 4.6.90.91 00.00.0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	9.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0106) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	22.580,00
P. A: 2.025 - MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR PRÓPRIA		
(0126) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	55.000,00
(0128) 3.3.90.30 00.00.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0132) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	24.000,00
(0133) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0138) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	50.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0140) 3.3.90.30 00.00.0022 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	42.000,00
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	38.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0149) 4.4.90.52 00.00.0015 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		
P. A: 1.017 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL E CRECHES		
(0153) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	20.000,00
P. A: 2.032 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM CRECHES E PRÉ-ESCOLA		
(0156) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0157) 3.1.90.11 00.00.0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	170.000,00
(0161) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0162) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.04 - ENSINO SUPERIOR		
P. A: 2.033 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO SUPERIOR		
(0167) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	30.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0185) 3.1.90.11 00.00.0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0585) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0586) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0234) 3.3.90.36 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	16.000,00
(0237) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00
P. A: 2.045 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL		
(0250) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	12.000,00
(0253) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	60.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0287) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.094 - MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E ENCARGOS DO NASF		
(0589) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.029 - REFORMA, AMPL. DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE E HOSPITAL		
(0296) 4.4.90.51 00.00.0002 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	40.000,00
(0305) 3.3.90.39 00.00.0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	40.000,00
(0306) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0330) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0338) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0341) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0353) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	10.000,00
(0356) 3.3.90.14 00.00.0046 - DIARIAS - CIVIL	R$	10.000,00
(0358) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00
(0359) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.032 - IMPLANTAÇÃO/CONSTRUÇÃO SISTEMA DE ESGOTO		
(0376) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.035 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSERVAÇÃO E DRENAGEM		
(0393) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	290.000,00
P. A: 1.039 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES PONTILHÕES E BUEIROS		
(0400) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	248.000,00
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0404) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	1.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0419) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	22.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0421) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0422) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	7.000,00
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0425) 3.3.90.36 00.00.0017 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 1.049 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE SEC AGRICULTURA		
(0435) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	5.000,00
P. A: 2.068 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR - ASSENTAMENTOS		
(0447) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0449) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
P. A: 2.069 - MANUTENÇÃO PROGRAMA PSICULTURA		
(0452) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
(0453) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	12.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 1.053 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERAIS PERMANENTE SEC AÇÃO SOCIAL		
(0459) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	21.000,00
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0461) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	4.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0465) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	15.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
P. A: 2.074 - MANUTENÇÃO DO GRUPO CONVIVER/ESPERANÇA		
(0485) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
P. A: 2.075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS		
(0486) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0487) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	33.720,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.04 - FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL-FMH		
P. A: 1.058 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - FMHIS		
(0505) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	28.790,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 1.059 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE/VEÍCULO P/ ESPORTE		
(0508) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	2.000,00
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	100.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 1.060 - AMPLIAÇÃO, REFORMA DE ESTÁDIOS MUNICIPAIS		
(0518) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.063 - CONSTRUC. QUADRAS DE ARÉIA NOS BAIRROS		
(0523) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	15.000,00
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0527) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 9

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURISTI		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0544) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
	TOTAL R$	**2.584.090,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 10

DECRETO Nº 2980/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2978/19
DE 3 DE JUNHO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GAB. SEC GESTÃO GOVERNAMENTA		
(0028) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 2.011 - APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR		
(0062) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0073) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0078) 3.2.90.21 00.00.0000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	9.000,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.500,00
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	20.000,00
P. A: 2.019 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS GAB DO SECRETÁRIO		
(0096) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO DE EDUCAÇÃO		
(0100) 4.4.90.52 00.00.0001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.080,00
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0104) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	55.000,00
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
P. A: 2.023 - MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDO ESCOLAR -PNAEF		
(0119) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.024 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
(0125) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	13.000,00
P. A: 2.026 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS		
(0136) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	8.000,00
(0142) 3.3.90.39 00.00.0022 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	24.000,00
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	38.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.037 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60%		
(0180) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0182) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	50.000,00
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0184) 3.1.90.04 00.00.0018 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	60.000,00
(0186) 3.1.90.13 00.00.0018 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.042 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS BLOCO GESTÃO		
(0219) 3.1.90.94 00.00.0002 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	15.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	40.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	160.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	25.000,00
P. A: 2.046 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS SAÚDE BUCAL		
(0255) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	20.000,00
(0257) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	20.000,00
P. A: 2.047 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS AGENTES COMUNITÁRIOS		
(0266) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	80.000,00
(0270) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	1.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0301) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0304) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	140.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0322) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	1.000,00
(0328) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0337) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0348) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	3.000,00
(0350) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	30.000,00
P. A: 2.057 - PESSOAL ENCARGOS E MANUTENÇÃO VIG. EPIDEMIOLÓGICA		
(0364) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	31.000,00
(0373) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	12.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS AGROVIL		
(0378) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	100.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 1

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0576) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	100.000,00
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	438.000,00
(0386) 3.3.90.93 00.00.0000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	29.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0424) 3.3.90.30 00.00.0017 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0441) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	37.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0466) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	66.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	81.510,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0510) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	120.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0524) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	3.000,00
(0528) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	10.000,00

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0548) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	5.000,00
TOTAL R$		**2.584.090,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL		**Valor**
Unidade: 02.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENT		
P. A: 1.004 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAIS PERMANENTES GAB. SEC. GESTÃO GOV		
(0021) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00
Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 1.007 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		
(0044) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM SEC DE FINANÇAS		
(0070) 3.3.90.41 00.00.0000 - CONTRIBUICOES	R$	2.000,00
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0583) 4.6.90.91 00.00.0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	50.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	9.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0106) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	22.580,00
P. A: 2.025 - MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR PRÓPRIA		
(0126) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	55.000,00
(0128) 3.3.90.30 00.00.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
(0132) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	24.000,00
(0133) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	8.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0138) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	50.000,00
P. A: 2.028 - PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO/UNIÃO)		
(0140) 3.3.90.30 00.00.0022 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	42.000,00
(0141) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	38.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0149) 4.4.90.52 00.00.0015 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	8.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		
P. A: 1.017 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL E CRECHES		
(0153) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	20.000,00
P. A: 2.032 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM CRECHES E PRÉ-ESCOLA		
(0156) 3.1.90.04 00.00.0001 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	100.000,00
(0157) 3.1.90.11 00.00.0001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	170.000,00
(0161) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	20.000,00
(0162) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.04 - ENSINO SUPERIOR		
P. A: 2.033 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO SUPERIOR		
(0167) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	30.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.05 - FUNDEB - FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.038 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS FUNDEB60% INFANTIL		
(0185) 3.1.90.11 00.00.0018 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0585) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0586) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0234) 3.3.90.36 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	16.000,00
(0237) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00
P. A: 2.045 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL		
(0250) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	12.000,00
(0253) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	60.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0287) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.094 - MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E ENCARGOS DO NASF		
(0589) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.029 - REFORMA, AMPL. DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE E HOSPITAL		
(0296) 4.4.90.51 00.00.0002 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	40.000,00
(0305) 3.3.90.39 00.00.0042 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	40.000,00
(0306) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	100.000,00
P. A: 2.053 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS-SAÚDE MENTAL		
(0330) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	12.000,00
P. A: 2.054 - PESSOAL, MANUTENÇÃO ATIVIDADES LABORATÓRIO MUNICIPAL		
(0338) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	60.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0341) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.056 - PESSOAL E MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
(0353) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	10.000,00
(0356) 3.3.90.14 00.00.0046 - DIARIAS - CIVIL	R$	10.000,00
(0358) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	10.000,00
(0359) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.032 - IMPLANTAÇÃO/CONSTRUÇÃO SISTEMA DE ESGOTO		
(0376) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.035 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSERVAÇÃO E DRENAGEM		
(0393) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	290.000,00
P. A: 1.039 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PONTES PONTILHÕES E BUEIROS		
(0400) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	248.000,00
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0404) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	1.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0419) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	22.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0421) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	115.000,00
(0422) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	7.000,00
P. A: 2.063 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
(0425) 3.3.90.36 00.00.0017 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	19.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 1.049 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE SEC AGRICULTURA		
(0435) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	5.000,00
P. A: 2.068 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR - ASSENTAMENTOS		
(0447) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0449) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
P. A: 2.069 - MANUTENÇÃO PROGRAMA PSICULTURA		
(0452) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
(0453) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	12.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 1.053 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERAIS PERMANENTE SEC AÇÃO SOCIAL		
(0459) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	21.000,00
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0461) 3.3.50.43 00.00.0000 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	4.000,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0465) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	15.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	34.000,00
P. A: 2.074 - MANUTENÇÃO DO GRUPO CONVIVER/ESPERANÇA		
(0485) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	5.000,00
P. A: 2.075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS		
(0486) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0487) 3.3.90.30 00.00.0027 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	30.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	33.720,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.04 - FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL-FMH		
P. A: 1.058 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - FMHIS		
(0505) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	28.790,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 1.059 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE/VEÍCULO P/ ESPORTE		
(0508) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	2.000,00
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DER	$	100.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 1.060 - AMPLIAÇÃO, REFORMA DE ESTÁDIOS MUNICIPAIS		
(0518) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 1.063 - CONSTRUC. QUADRAS DE ARÉIA NOS BAIRROS		
(0523) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	15.000,00
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0527) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 2.584.090,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e noventa reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURISTI		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0544) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	5.000,00
	TOTAL R$	**2.584.090,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 124/2019 - CONTRATOS 129/2019

EXTRATO DE CONTRATOS 124/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 022/2019

Data: 24/07/2019

Vigência: 24/07/2020

Contratado: 3E TERRAPLANAGEM E CONTRUÇÕES EIRELI

Objeto: Fornecimento de Diversos materiais elétricos e outros para a manutenção da iluminação pública.

Valor: R$ 49.886,00 (Quarenta e nove mil oitocentos e oitenta e seis reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 125/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 022/2019

Data: 24/07/2019

Vigência: 24/07/2020

Contratado: COXIPO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: Fornecimento de Diversos materiais elétricos e outros para a manutenção da iluminação pública.

Valor: R$ 35.299,20 (Trinta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 126/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 022/2019

Data: 24/07/2019

Vigência: 24/07/2020

Contratado: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Objeto: Fornecimento de Diversos materiais elétricos e outros para a manutenção da iluminação pública.

Valor: R$ 378.089,80 (Trezentos e setenta e oito mil oitenta e nove reais e oitenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 127/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 031/2018

Data: 29/07/2019

Vigência: 29/07/2020

Contratado: PAULO BERWANGER-ME

Objeto: *Aquisição de produtos e serviços fúnebres*para atendimento de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Canarana-MT.

Valor: R$ 358.000,00 (Trezentos e cinquenta e oito mil reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 128/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 031/2018

Data: 29/07/2019

Vigência: 29/07/2020

Contratado: ESPAÇO VIVENCIAL REAL PAX LTDA-ME

Objeto: *Aquisição de produtos e serviços fúnebres*para atendimento de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Canarana-MT.

Valor: R$ 275.615,00 (Duzentos e setenta e cinco mil seiscentos e quinze reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 129/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019

Data: 29/07/2019

Vigência: 31/12/2019

Contratado: VYTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A

Objeto: Aquisição de Detergente CD 80 (Compatível com Aparelho Mindray BS-240) 1LITRO, exclusivos da marca VYTRA.

Valor: R$ 7.488,00 (Sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

DECRETO Nº 2961/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2961/19
DE 1 DE ABRIL DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0087) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	11.310,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	17.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.014 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DA REDE ESCOLAR		
(0105) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	78.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	15.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.040 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA CULTURA		
(0197) 3.1.90.13 00.00.0000 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 1.025 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0566) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	22.000,00
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0231) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	3.000,00
(0575) 3.3.90.34 00.00.0002 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	28.000,00
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0239) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	25.000,00
(0241) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	160.000,00
(0245) 3.1.90.94 00.00.0046 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALH	R$	25.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.027 - AQUISIÇÃO EQUIP. MAT. PERMANENTE MAC		
(0569) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	13.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	356.500,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.036 - CONSTRUÇÃO, REFORMA PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
(0396) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	26.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0420) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	30.000,00
Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 1.057 - CONSTRC. REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS		
(0481) 4.4.90.51 00.00.0000 - OBRAS E INSTALACOES	R$	40.000,00
(0482) 4.4.90.51 00.00.0021 - OBRAS E INSTALACOES	R$	40.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0498) 3.3.90.39 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	30.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0578) 3.3.90.34 00.00.0000 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	15.000,00
(0513) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	47.000,00
	TOTAL R$	**1.011.810,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	11.310,00
(0091) 3.3.90.91 00.00.0001 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	10.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0093) 3.3.90.93 00.00.0001 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$	17.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.012 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE FUNDO DE EDUCAÇÃO		
(0101) 4.4.90.52 00.00.0022 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	3.000,00
P. A: 1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ONIBUS E MICRO-ONIBUS		
(0103) 4.4.90.52 00.00.0022 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	25.000,00
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0107) 4.4.90.51 00.00.0022 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.039 - REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS		
(0192) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	20.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	22.000,00
(0235) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	3.000,00
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	28.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0282) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	210.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	13.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.06 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO		
P. A: 1.033 - CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO NAS AGROVIL		
(0379) 4.4.90.51 00.00.0024 - OBRAS E INSTALACOES	R$	26.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	46.500,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.037 - AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS E TERRENOS		
(0397) 4.4.90.61 00.00.0000 - AQUISICAO DE IMOVEIS	R$	50.000,00
P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
(0419) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00
P. A: 2.062 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0423) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		260.000,00
Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
P. A: 2.076 - ATENDIMENTO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
(0491) 3.3.90.32 00.00.0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIR$		80.000,00
P. A: 2.077 - MANUT. PROGRAMAS SOCIAIS DIVERSOS		
(0497) 3.3.90.36 00.00.0029 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0512) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		15.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
P. A: 2.083 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ESPORTE		
(0527) 3.3.90.36 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		30.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.011.810,00 (um milhão, onze mil e oitocentos e dez reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
P. A: 2.084 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
(0530) 3.3.90.31 00.00.0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OR$	17.000,00
TOTAL R$	**1.011.810,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 105 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **ANGELITA DE SOUZA DO PRADO** matricula n.º 1704, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo - Zeladora, na data 05 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 04 de Agosto de 2019 ao dia 07 de Agosto de 2019 totalizando 04 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 229/2019

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo1º- Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 002/2017, o que dispõe da Secretaria de Educação.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

Maria das Dores da Costa

Maria Lucia de Souza da Silva

Daiane Mariana da Silva Benfica

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 440/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 228/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 003/2017, o que dispõe da Secretaria de Assistência Social.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

Eidi Néia Martins.

Jessica Alves Lopes Bertipaglia

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Diana Belini Marques

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto 114/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 227/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 004/2017, o que dispõe da Secretaria de Meio Ambiente.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

Ivonete Salete Jaques

Angela Cristina de Sales

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº442/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 230/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 005/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 005/2017, o que dispõe da Secretaria de Obras.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

José Rodrigues Dias

Joseane de Oliveira da Silva de Lima

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 443/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 104 DE 05 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **NORAI HIDALGO BELIDO PENHEIRO** matricula n.º 31, cargo de Assistente Administrativo, na data 05 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 02 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº226/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 006/2017, o que dispõe da Secretaria de Administração e Finanças.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

André Muniz Ribeiro

Daiane Rosa da Silva

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Avelino Floriano Korzekwa

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 444/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 231/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA n.º 001/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores e fiscalizadores referente ao Termo de Parceria 001/2017, o que dispõe da Secretaria de Saúde.**

Lucas Eduardo Alves da Silveira;

Elaine Juviniano de Lima

Darci Marques de Brito

Eliana Deodato Farias Rosa

Alexsandra Evangelista Escorsin

Viviane Cristina Richartz de Oliveira

Salua Gazali

Salua Samyra Ciacon Silva

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 270/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de agosto de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 041/2018

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 041/2018

Contratado: **LUZIANE MARIANO AMARAL FERREIRA- 06210395600**, no **CNPJ/MF sob o n.º 29.569.797/0001-24**

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHEIRO, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Castanheira – MT.

Motivo: Rescisão de contrato amigável;

Vigência do Contrato: 21/12/2018 a 31/12/2019;

Destrato em: 01.08.2019

PORTARIA N.º 197/2019.

PORTARIA N.º 197/2019.

Designa Servidor para exercer a Função Pública de Pregoeiro Municipal e a respectiva Equipe de Apoio do Poder Executivo do Município de Castanheira-MT, para o Exercício Financeiro de 2019, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 3.º, inciso IV, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e demais leis pertinentes e em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR para atuar como Pregoeiro Municipal do Poder Executivo, em procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, **para o Exercício Financeiro de 2019**, a partir da data de publicação do presente instrumento, o seguinte servidor público municipal:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA
Wilson Vieira	Fiscal de Tributos	04.07.016

Parágrafo Único. O Pregoeiro Municipal designado pela presente Portaria poderá atuar em qualquer Processo de Licitação na modalidade Pregão instaurado pelo Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Compete ao Pregoeiro Municipal:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

VI - a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII - a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;

X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 3.º DESIGNAR para atuarem como membros da Equipe de Apoio do Pregoeiro, no Exercício Financeiro de 2019, nas licitações na modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, os seguintes servidores públicos municipais:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA/ PORTARIA
JOSIAS DE SOUZA LOTERIO	Mecânico II	09.025.054
ROSA MARIA DA S. PERUCCI	Apoio Adm. Educ. Profiss. De Nutrição Escolar	06.001.066.001
JACO ALFONSO HORN	Fiscal de Tributos	03.34.106
MARIANA LEITNER RODRIGUES	Coordenadora do Departamento de Tesouraria	150/2019

§ 1.º Para cada processo de licitação na modalidade Pregão, deverão atuar, no mínimo, de 2 (dois) integrantes da Equipe de Apoio, dentre eles 1 (um) servidor público municipal investido em cargo efetivo, convocados pelo Pregoeiro no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ante do início da sessão.

§ 2.º Excluídos os atos que importem em julgamento ou deliberação, compete a Equipe de Apoio:

I - prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar atos processuais, por determinação do Pregoeiro;

III - realizar diligências diversas, determinadas pelo Pregoeiro;

IV - assessorar o Pregoeiro nas sessões do certame, na redação de atas, relatórios, pareceres, entre outros;

V - realizar o exame de propostas quanto aos aspectos formais, sugerindo ao Pregoeiro a classificação ou a desclassificação; e,

VI - em relação à habilitação em cada certame licitatório, analisar os documentos à luz do que estatuir o edital, emitindo parecer destinado a subsidiar a decisão a ser adotada pelo Pregoeiro.

Art. 4.º O Pregoeiro e os integrantes da Equipe de Apoio, na atuação que lhes foi designada, devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inscritos no art. 37, da Constituição Federal, que orientam toda a atividade estatal, atuando sempre com diligência, competência e eficiência, evitando atos que importem em lesão ao interesse público, sob pena de responderem por tais atos nas esferas administrativa, cível e *criminal*.

Art. 5.º Nos casos dos impedimentos, suspeição, ausências ou afastamentos previstos em lei do Pregoeiro Municipal, o mesmo deverá ser substituído, automaticamente, pela Servidora MARIANA LEITNER RODRIGUES, membro da Equipe de Apoio disposta no art. 3.º, da presente Portaria.

Art. 6.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 05 de agosto de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 01/2019

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Secretaria de Administração Pública, por meio deste Edital NOTIFICA os PROPRIETÁRIOS dos imóveis abaixo relacionados, conforme o Cadastro Imobiliário ou QUEM OUTRO que está sobre a posse do imóvel, para fazerem o calçamento do passeio público em frente aos lotes, abaixo identificados, realizando a construção de calçada, de acordo com as normas de acessibilidade, no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de

publicação deste edital de notificação, em conformidade com a Lei Federal nº 10.098/2000 c/c a Lei Municipal nº 613/2008.

Suscitamos que os notificados procurem a Administração Pública para as devidas orientações acerca das normas de acessibilidade a serem seguidas.

Com efeito, o não atendimento desta NOTIFICAÇÃO ensejará a aplicação das penalidades legais.

OBSERVAÇÃO: No momento em que a calçada estiver pronta comparecer junto a Administração Pública para informar e assim regularizar a situação.

LOTE	QUADRA	BAIRRO	RUA/AVENIDA	PROPRIETÁRIO
25	02	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Laurindo Leontino Westphal
07	12	Santo Antonio	Avenida 04 de Julho	Gentil Ferreira Lopes
21	19	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Elizete Mendes
24	19	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Ana Stiegler Leitner
25	19	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Ana Stiegler Leitner
12	20	Centro	Avenida 04 de Julho	Joraci Leonel Leme
13	20	Centro	Avenida 04 de Julho	Joraci Leonel Leme
26	20	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Elza Aparecida Medeiros Martinello
27	20	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Elza Aparecida Medeiros Martinello
04	31	Noga	Avenida 04 de Julho	Maria Vieira Carriel
01A	100	Centro	Avenida Gilio Rezzieri	Neusa Aparecida Senem Lima

Castanheira-MT, 05 de agosto de 2019.

SONIA APARECIDA PEREIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CASTANHEIRA - MT

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL N. º 065/2018;

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL n. º 065/2018**;**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. º 071/2018;

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição De Passagens Rodoviárias e Fretes;

Alteração Quantitativa da Ata de Registro de Preços;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93;

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Castanheira-MT;

FORNECEDOR REGISTRADO: C V A – Serviços De Vendas De Passagens Ltda;

VALOR INICIAL DA ATA: R$ 129.930,00;

VALOR COM O ADITAMENTO: R$ 143.933,00;

DATA DA ASSINATURA: 01.07.2019.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

Poder Executivo – Juína-MT

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL N. º 050/2018

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL n. º 050/2018;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. º 039/2018;

OBJETO: Prestação de serviços de casa de apoio e assistência a paciente, na Praça de Cuiabá – MT.

Alteração Quantitativa da Ata de Registro de Preços;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93;

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Castanheira-MT;

FORNECEDOR REGISTRADO: Vida Ideal Assistência Social Eireli - Me;

VALOR INICIAL DA ATA: R$ 88.000,00;

VALOR COM O ADITAMENTO: R$ 92.400,00;

DATA DA ASSINATURA: 01.07.2019.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

Poder Executivo – Juína-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
DECRETO Nº 46/2019/SAAECG

DECRETO Nº 46/2019, DE SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1787/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

15	**SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE**	
001.17.605.0042.10133	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**64.000,00**
	SUBTOTAL	**64.000,00**
	TOTAL	**64.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

15	SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE	
001.17.605.0042.10134	EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	**64.000,00**
	SUBTOTAL	**64.000,00**
	TOTAL	**64.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entra em vigor, com efeitos retroativos a 15 de Julho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

SETOR DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA CONTRA RAZÕES PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2960/2019

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Objeto: ***REGISTRO DE PREÇOS Para Futura E Eventual Contratação De Empresa(S) Para Prestação De Serviços De Transporte Escolar Com Fornecimento De Veículos Convencionais Abastecidos De Combustíveis, Com Dois Operadores Por Veículos, Sendo Um Condutor E Um Monitor, Destinado Ao Atendimento Dos Alunos Da Rede Municipal E Estadual De Ensino De Chapada Dos Guimarães, Conforme***

Descrição Constante Do Presente Termo De Referencia Atendendo A Necessidade Da Secretaria Municipal De Educação De Chapada Dos Guimarães/MT.

Comissão Permanente de Licitação convoca os licitantes, para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação, em face ao recurso apresentado pela empresa OCEAN TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, referentes ao procedimento licitatório Pregão Presencial 018/2019. Informações pelo telefone (65) 3301-1570, e-mail: licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

Visto:

Stéphanas Padilha

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 02 de agosto de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVI-SERV
DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Chapada dos Guimarães – MT 05 de Agosto de 2019.

Assunto: Candidatura de Max Fernando Muniz

Vistos, etc.

Trata-se de procedimento que aprecia a informação de que o deferimento da candidatura de Max Fernando Muniz para participar do certame de escolha dos novos membros do Conselho Tutelar foi viciado, na medida em que o mesmo não possuí a idade mínima exigida pela legislação.

Pois bem, registra-se que a Lei 8.069/1990 dispõe que para se candidatar a membro do Conselho Tutelar entre outros requisitos está à idade mínima de 21 anos. Vejamos:

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

[...]

II - idade superior a vinte e um anos;

[...]

O Edital CMDCA nº 001/2019, que regulamenta o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar no âmbito deste Município de Chapada dos Guimarães/MT, segue o mesmo raciocínio da legislação federal:

6.1.2 Poderão submeter-se ao Processo de Escolha, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

[...]

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento de identidade ou certidão de nascimento/casamento;

[...]

Veja ambos os diplomas supramencionados exigem a idade mínima de 21 anos para que a pessoa possa se candidatar e não no ato da eventual posse.

Por outro lado, compulsando os documentos acostados na pasta do candidato Max Fernando Muniz, nota-se que o mesmo possui 20 anos de idade e só completará 21 anos no dia 03 de novembro do corrente ano, ou seja, após as eleições.

Assim, percebe-se que o ato que deferiu a candidatura de Max Fernando Muniz está eivado de ilegalidade, pois ele não atende um dos requisitos objetivos (idade) exigidos pela legislação.

Destaca-se que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso também partilha do mesmo raciocínio perfilado acima (Ofício nº 514/2019/PJCG).

Isto posto, considerando o vício acima apontado, a Comissão Especial Eleitoral decide impugnar a candidatura de Max Fernando Muniz, de modo que o mesmo fica excluído do certame de escolha dos novos membros do Conselho Tutelar deste Município de Chapada dos Guimarães/MT.

Por analogia ao item 7.1.3 do Edital CMDCA nº 001/2019, registra-se o prazo de 02 (dois) dias para que o interessado, caso queira, possa recorrer da presente decisão, contados do memento da intimação.

A presente decisão serve como instrumento para intimação.

Raquel Barroso Nunes Leite

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019 PROCESSO: 28.237/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE: VEÍCULO PICK-UP; MESA GINECOLÓGICA; CARRO EM AÇO INOX PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS; CADEIRA AÇO/ FERRO.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **26 de agosto de 2019, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00min às 13h00min ou no site www.colniza.mt.gov.br. Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: **Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.** É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.bra retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza - MT, 05 de agosto de 2019.

Poliana Cristina Guizzardi

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO GISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019 PROCESSO: 27.865/2019PRESENCIAL RE

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO MELOSA E CAMINHÃO DO TIPO PIPA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPÁL DE OBRAS POR UM PERÍODO DE 12 MESES.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **19 de agosto de 2019, às 10h00min (dez horas),** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessa-

dos no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00min às 13h00min ou no site www.colniza.mt.gov.br. Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: **Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.** É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.bra retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 05 de agosto de 2019.

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019 PROCESSO: 28.122/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO MEDICO COM EXAME CITOPATOLOGICO DO COLO UTERINO (EXAME PAPANICOLAU) POR UM PERIODO DE 12 MESES**.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **19 de agosto de 2019, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00min às 13h00min ou no site www.colniza.mt.gov.br. Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: **Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.** É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.bra retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza - MT, 05 de agosto de 2019

Poliana Cristina Guizzardi

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 025/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019

INTERESSADOS: **SETOR DE ENGENHARIA CONFRESA**

PRÉ-LAJES PONTES EIRELI

ASSUNTO: Tomada de Preços – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de obras e serviços de engenharia para construção de pontes em concreto armado no município de Confresa.

EMENTA: TOMADA DE PREÇO. CONTRATAÇÃO EXECUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO. ALTERAÇÃO DE PROJETO. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE ATRAVÉS DE TERMO ADITIVO.

I – DO RELATÓRIO:

Os autos em apreço consubstanciam a consulta formulada pelo Setor de Engenharia, em face de solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, subscrita pelo Eng., Sr Adalberto de A. B. Pagiolli, datado de 30/07/2019, que encaminha requerimento da empresa Contratada conjuntamente com projeto estrutural, planilha de compensação de custo e cronograma físico financeiro, com finalidade de apostilamento do contrato, especificamente no item 2, para modificar a execução das vigas em concreto armado moldado *in loco* e a laje em pré-moldado.

A solicitação de consulta foram carreados os seguintes documentos no processo: ***i)*** Ofício nº 06/2019 – Elaborado pela contratante requerendo a mudança de projeto**; *ii)***Ofício 069/ENG/SEPLAC/PMC/2019 – Elaborado pelo engenheiro fiscal informado que alteração depende autorização expressa do município em razão das especificações constantes no Processo Licitatório; ***iii)***Ofício nº 07/2019 – Elaborado pela Contratante e que encaminha a planta e as planilhas da alteração e solicitando aprovação; ***iv)*** OFÍCIO Nº 355/CGRR (MDR)/DOP (MDR)/SEDEC (MDR) – Resposta da Defesa Civil ao Ofício 248/2019, informando que a alteração de projeto é de responsabilidade do município.

Eis a síntese dos fatos. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTOS

O pedido foi instruído com a solicitação e justificativa da empresa contratada, fundamentando o pedido de alteração de projeto na *"dificuldade de transporte de vigas pré-moldadas até o acesso da obra"* dentre outras.

Foi solicitado que a alteração seja de execução de longarinas moldadas e concretadas *in-loco*.

Na análise do Engenheiro do Município, este aponta que a alteração parcial do projeto não vislumbra demais problemas visto que a empresa se responsabilizar pela execução do contrato e que conforme demonstrado nas planilhas não há alteração de custo na alteração.

Neste sentido, analisando o conjunto de documentos anexados, informações e principalmente o OFÍCIO Nº 355/CGRR (MDR)/DOP (MDR)/SEDEC (MDR), verifico que a alteração do projeto e sua execução pode ser objeto de aditamento conforme consubstanciada no artigo 65, I, a) da Lei 8666/93 que assim determina:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

b) quando necessária a modificação ***do regime de execução da obra*** *ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de* ***verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários****;*

(grifei)

Verifica-se que o requerimento formulado se restringe apenas em alteração técnica do projeto, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada na Lei que diploma os contratos administrativos, ou seja, a Lei 8.666/93. Ademais, nota-se pertinência na justificativa visto que são vigas que podem comprometer a estrutura quando transportados em estradas não pavimentadas.

Em sendo assim, demonstrado pela Defesa Civil, órgão Concedente do recurso em execução, que não há qualquer óbice para alterações importando que a completa execução ao objeto pactuado, recomendo que seja a alteração instrumentalizada por meio de aditamento ao contrato já firmado nos termos da alínea I, item 13.1 da Cláusula Décima Terceira do Contrato de Aquisição de Serviços nº 37/2019.

Por fim, diante das justificativas apresentada e observado pelo Setor de Contratos a regularidade fiscal da contratada, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 65, II, b) da Lei 8.666/93, recomendando que a alteração seja realizada por meio de aditamento ao Contrato de Aquisição de Serviços nº 37/2019 vigente.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Confresa – MT, em de 31 julho de 2019.

PAULO CÉSAR DA SILVA AVELAR

PROCURADOR GERAL

OAB/MT 21.334/O

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 94/2019

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 054/2019,** homologado em 24/07/2019 na modalidade **Pregão Presencial nº** 0**44/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **01 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **E. DE S. BRANDÃO – GRAFICA E EDITORA EXATA - ME**

CNPJ: 29.115.096/0001-15

END: ROD. PALMIRO PAES DE BARROS – ANT. RUA A, Nº 325, BAIRRO PARQUE GEÓRGIA, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, CEP: 78.085-417, CAIXA POSTAL 3025.

TELEFONE: (65) 3044-6000 / (65) 99810-3048, E-MAIL: graficaexatacba@hotmail.com.

REPRESENTANTE LEGAL: **Edgar de Souza Brandão**

RG: 03414493 SSP-MT E CPF: 207.088.401-59

ITEM: 4, 5, 10, 12, 15, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 33, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134 e 138.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	414491-0	UND	1.000	AGENDA PERSONALIZADA 17X25 MIOLO 160PAG 1X0 CAPA 300GR 4X0	22,00	22.000,00
5	342206-2	BL	100	AGENDAMENTO DE CONSULTA ESPECIALIZADA DE CONFRESA F/V 100X1	17,00	1.700,00
10	325844-0	BL	19	BLOCO DE RASCUNHO E ANOTAÇÕES 15X1 F-18 4X0	0,90	17,10
12	0004263	BL	500	CADASTRO INDIVIDUAL F-09 100X1 F/V PAPEL 56 GR	15,00	7.500,00
15	342229-1	UND	3.000	CAPA PARA RESULTADO DE EXAMES - COM 01 (UM) DOBRA TAMANHO 20X30 COM JANELA E ORELHA.	0,90	2.700,00
21	00025834	UND	2.000	CARTÃO DE APRAZAMENTO (ODONTOLOGICO) F-32 COM DOBRA PAPEL 120 GR F/V	0,19	380,00
22	00010315	UND	200	CARTÃO DE APRAZAMENTO HANSENIASE F-32 COM DOBRA PAPEL 120GR F/V	0,20	40,00
23	00010317	UND	1.500	CARTÃO DE CONTROLE DE PRESSÃO ARTERIAL F-20 PAPEL 120GR F/V COM DOBRA	0,24	360,00
24	00014972	UND	5.000	CARTAO DE VACINA ADULTO PAPEL 180GR F/V F24	0,22	1.100,00
27	00010316	UND	2.000	CARTAO FAMILIA F/V PAPEL 180GR F.15 1X1	0,44	880,00
29	00013098	UND	700	CARTAZ 4X0 PAPEL COUCHE 115GR 30X45 CM	4,40	3.080,00
33	00010816	UND	1.850	CERTIFICADO - TAM 21X30 PAPEL SULFITE 1204/1GR IMPR.COLORIDA	0,84	1.554,00
36	00013100	BL	30	CONTROLE DE SINAIS VITAIS PÓS ANESTESICO 100X1 56GR. FORMATO 9	12,40	372,00
37	00013102	UND	1.000	CONVITE PERSONALIZADO 4X0 15X20 COUCHE 230GR	0,42	420,00
40	00011074	UND	4.400	COPO PERSONALIZADO 300ML ACRILICO CORES VARIADAS	5,20	22.880,00
42	188146-9	UND	1.300	CRACHAS/CREDENCIAIS PERSONALIZADOS PAPEL TRIPLEX 230GR 4X0 C/ FURO	0,45	585,00
43	0005394	BL	20	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO F-18 100X1 PAPEL 56GR.	7,10	142,00
44	00014975	BL	20	DECLARAÇÃO DE INTERNAÇÃO 100X1 PAPEL 56GR.	5,80	116,00

46	00010421	BL	50	ENCAMINHAMENTO DE PACIENTE F-09 50X2 AUTOCOPIATIVO	16,00	800,00
47	162383-4	UND	3.100	ENVELOPE PARA RAIO X 24X34 AMARELO OURO	0,46	1.426,00
50	00010678	UND	2.000	ENVELOPE PERSONALIZADO 4X0 18X24	1,00	2.000,00
51	417755-0	UND	1.000	ENVELOPE PERSONALIZADO 4X0 24X34	0,64	640,00
52	149004-4	UND	3.000	ENVELOPE PERSONALIZADO ACS 24X34 COR BRANCA IMP. F/V 1X1	0,39	1.170,00
55	336010-5	BL	200	EVOLUÇÃO MÉDICA 100X1 F-09 F/V PAPEL 63GR	7,60	1.520,00
57	00026942	UND	80	FICHA DE AVALIAÇÃO ORTOPEDIA 100X1	18,40	1.472,00
58	00026939;	UND	80	FICHA ATENDIMENTO SERVIÇO SOCIAL 100 X1	18,40	1.472,00
59	00026941	UND	45	FICHA DE ACOLHIMENTO 100 X1CAPS	18,40	828,00
60	00015711	BL	25	FICHA DE ANESTESIOLOGIA E GASOTERAPIA 100X1 F-09 F/V	13,00	325,00
61	00015712	BL	50	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL 100X1 F-09 F/V 75GR	13,50	675,00
62	165774-7	BL	40	FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL 100X1 F-09 F/V 75GR.	11,50	460,00
63	00014977	BL	30	FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA 100X1 F-09 F/V 75GR.	13,40	402,00
64	00026940	UND	45	FICHA DE AVALIAÇÃO 100 X1 CAPS	18,40	828,00
65	00026938	UND	80	FICHA DE AVALIAÇÃO EM GRUPO TERAPEUTICO 100 X 1	18,40	1.472,00
66	219332-9	BL	50	FICHA DE CONTROLE 100X1 F-08 F/V PAPEL 63 GR	12,00	600,00
67	00026938	UND	80	FICHA DE EVOLUÇÃO 100 X 1	18,30	1.464,00
68	00015713	BL	30	FICHA DE OBSTETRICIA 100X1 F-09 F/V PAPEL 63GR.	22,40	672,00
69	00015714	BL	20	FICHA DE PARTOGRAMA - FORMATO 297X210 MM	18,30	366,00
70	0005396	BL	50	FICHA DE PROCEDIMENTOS 100X1 F-09 F/V 75GR.	13,00	650,00
71	00015715	BL	150	FICHA DE RECÉM-NASCIDO 100X1 F-09 PAPEL 56GR.	6,20	930,00
72	00013096	BL	100	FICHA VISITAS DOMICILIAR DOS ACS 100X1 F.09 F/V 75GR.	10,00	1.000,00
74	259273-8	UND	8.200	FLYERS 0,10X0,15 CM 4X0 COUCHE 90 GR	0,19	1.558,00
77	00015716	BL	50	FORMULARIO CENTRAL DE REGULAÇÃO MUNICIPAL 50X1 FORMATO 9	18,80	940,00
78	00015717	BL	300	FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO 100X1 F-09	5,70	1.710,00
79	00026939	UND	80	FORMULARIO DO RAAS 100 X1	18,40	1.472,00
80	345080-5	UND	5.000	IMPRESSÃO - PRETO E BRANCO PAPEL A4	0,40	2.000,00
83	274924-6	UND	1.000	IMPRESSAO DIGITAL EM PAPEL COUCHÊ NO FORMATO A4	2,40	2.400,00
87	00014980	BL	30	LAUDO P/SOLIC/AUTORIZAÇÃO DE PROC.AMBULATORIAL TOMOFRAFIA F-09 100X1	18,45	553,50
88	00010340	BL	80	LAUDO P/SOLIC.DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - AIH F-09 50X1 AUTOCOP.	14,80	1.184,00
89	298676-0	BL	20	LAUDO P/SOLIC/AUTORIZAÇÃO DE PROC.AMBULATORIAL F-09 100X1	18,40	368,00
90	00014981	BL	10	LAUDO P/SOLIC/AUTORIZAÇÃO DE PROC.AMBULATORIAL-DESINTOMETRIA OSSEA F-09 100X1	18,40	184,00
91	00014982	BL	10	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL F-09 50X2 RESSONANCIA MAGNETICA.	14,40	144,00
92	00014982	BL	10	LISTA DE COLETA CCU 100X1 F-09 75 GR.	24,00	240,00
93	20739-0	UND	5	LIVRO DE REGISTRO-TRANSFUSÃO DE ENFERMAGEM (TIPO ATA 50 FLS)	14,00	70,00
95	00010342	BL	50	MARCADOR DE CONSUMO ALIMENTAR 100X1 F-09 75GR.	13,90	695,00
99	219903-3	UND	1.000	PAPEL TIMBRADO 4X0 TAM. A4	0,19	190,00
101	394242-2	UND	500	PASTA S/ PERSONALIZAR PAPEL 230GR C/ VINCO	0,94	470,00
102	00010332	BL	1000	PEDIDO DE EXAME PAPEL 56GR. 50X1 F-18	5,30	5.300,00
103	00014983	BL	200	PEDIDO DE EXAME PAPEL SUPERBOND 56GR 50X1 VERDE F18	5,00	1.000,00
106	00014984	BL	20	PLANILHA DDA - DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS - PAPEL A4 75G 50X1 F.09	18,40	368,00
107	115652	BL	50	PLANILHA DE NOTIFICAÇÃO SEMANAL DE DIARREIA F-09 100X1 PAPEL 56GR.	13,90	695,00
108	00014986	BL	20	PLANILHA DST - PREVENÇÃO E CONTROLE 50X1 F.09	18,45	369,00
109	00014987	BL	20	PNCD - REGISTRO SEMANAL ANTIVETORIAL -DENGUE 100X1 F-09 F/V	8,70	174,00
110	00015265	BL	30	PÓS OPERATÓRIO F-20 100X1 PAPEL 56GR	4,45	133,50
111	00015266	BL	10	POSTO MAPA DE DIETA I F-09 100X1	21,50	215,00
112	00015266	BL	10	POSTO MAPA DE DIETA II F-09 100X1	21,50	215,00
115	0004264	BL	2.000	RECEITUÁRIO 50X1 F-18 PAPEL 56 GR.	4,15	8.300,00
118	263467-8	BL	500	RECEITURIO CONT. ESPECIAL 50X2 AUTOCOP. F-18	7,50	3.750,00
120	00014961	BL	100	REGISTRO DIARIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL DENGUE 100X1 F-09 F/V	12,50	1.250,00
121	00014962	BL	300	RELAÇÃO DE MATERIAIS MEDICAMENTOS SETOR POSTO I E POSTO II 100X1 F-09 PAPEL 56-GR.	6,40	1.920,00
123	00014964	BL	20	RELAÇÃO DE MATERIAS SALA DE PARTO F-18 100X1 PAPEL 56 GR.	13,40	268,00
124	00026943	UND	80	RELATORIO DE ATENDIMENTO MEDICO E ENFERMAGEM (RAME)CARBONADO 2 VIAS (SAMU 192)	18,30	1.464,00
126	00014966	BL	50	REQUISIÇÃO CCU 100X1 F/V F-09 COR MAGENTA PAPEL 75GR.	15,80	790,00
127	0004244	BL	50	REQUISIÇÃO DE EXAME 100X1 F-09 PAPEL 56GR.	12,10	605,00
128	00014967	BL	30	REQUISIÇÃO DE MATERIAS SALA DE GESSO F-36 PAPEL 56GR.	7,60	228,00
130	00014968	BL	200	ROA - RELATÓRIO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL F-09 100X1 75GR.	7,40	1.480,00
132	254686-8	UND	2.000	SELO DA AGRICULTURA E ADESIVO - MEDIDA 9X7CM COR 4X0	0,56	1.120,00
134	00015705	BL	500	SINAN NUMERADO - CADASTRO DO DOMICILIO 21X30, 1X1 CORES, PAPEL A4, 75GR.	5,90	2.950,00
138	0001745	BL	50	SÚMULA 50X2 AUTOCOPIATIVA F-18	10,40	520,00
					TOTAL	**R$ 134. 291,10**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **90 (noventa)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid: 06-Fundo Salário Educação

Proj.ativ: 2.057-Manutenção e Encargos com Salário Educação

Cód Red: 293

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 296

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid:04-Ensino Fundamental

Proj.ativ: 2.042-Manutenção e Encargos com Secretária de Educação

Cód Red: 259 e 260

Fonte: 0000-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 266

Fonte: 0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 07-Secretária Municipal de Obras

Unid:02-Urbanismo

Proj.ativ: 2052-Manutenção e Encargos com Setor de Urbanização

Cód Red: 1217

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1220

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.078-Manutenção e Encargos com Programa IGD PBF

Cód Red: 1713

Fonte: 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1716

Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.075-Manutenção e Encargos com PAEFI

Cód Red: 1695

Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1698
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.076-Manutenção e Encargos com AEPETI
Cód Red: 1701- Material de Consumo
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.0000.00.00
Cód Red: 1704
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:08-Atenção à Criança e Adolescente e Atv. Conselho Tutelar
Proj.ativ: 2.082-Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar
Cód Red: 1819
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1822
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.077-Manutenção e Encargos com IGD-SUAS
Cód Red: 1707
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1710
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1872- Material de Consumo
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1878
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 02- Gabinete do Prefeito
Unid:01-Gabinete do Prefeito
Proj.ativ: 2.004-Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito
Cód Red: 12
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 15

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 03- Secretária Municipal de Administração

Unid:01-Gestão Administrativa

Proj.ativ: 2.007-Manutenção e Encargos com Secretária de Administração

Cód Red: 33

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 36

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 04-Secretária de Finanças

Unid:01- Secretária de Finanças

Proj.ativ: 2.030-Manutenção e Encargos com Secretária de Finanças

Cód Red: 102

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 106

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:03-Fundo Municipal de Saúde

Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde

Cód Red: 486 Material de Consumo

Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:03-Gestão em Saúde

Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde

Cód Red: 485

Fonte: 0000 Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 491

Fonte: 0000 Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 492

Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:04 -Atenção Básica

Proj.ativ: 2.017-Manutenção e Encargos com Atenção Básica em Saúde

Cód Red: 660- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 661

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 662 -Material de Consumo

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 669- Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 670

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 671-Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.019-Manutenção e Encargos com Hospital

Cód Red: 885

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 886

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 887- Material de Consumo

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 888

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 893

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 894

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 895

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 896

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.020-Manutenção e Encargos com Fisioterapia

Cód Red: 911

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 912

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 913

Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 917

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 918

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 919-Outros Serviços de Terceiros

Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS

Cód Red: 950- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS

Cód Red: 951

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 952

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 956

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 957

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 958

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.025-Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS

Cód Red: 1047

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1048

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1051

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00.00

Cód Red: 1052

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.026-Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental

Cód Red: 1065

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00

Cód Red: 1066

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1069

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1070

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.028-Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária

Cód Red: 1081

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1082

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1085

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1086

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 10- Secretária Municipal de Cultura

Unid:01 -Atenção Gabinete do Secretário

Proj.ativ: 2.087-Manutenção e Encargos com Fundo de Inc. a Cultura

Cód Red: 1928

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1932

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretária de Planejamento

Unid:01 -Secretária de Planejamento

Proj.ativ: 2.012-Manutenção e Encargos com Secretária de Planejamento

Cód Red: 1976

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1979

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **44/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida per servidores credenciados, nomeados por meio da Portaria Municipal **nº 174/2019, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
02-GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	HUDSON BRAGA ROCHA	
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	
06- SEC – SAÚDE (CAPS, DST, CENTRO DE REABILITAÇÃO E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES	
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA E GESTÃO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	174/2019
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	

09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS, SCFV E IGD PBF)	JOANA PEREIRA BRITO	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI E AEPETI)	DENÍLSON ALVES FARIAS	
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flavio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

E. DE S. BRANDÃO – GRAF. E EDI. EXATA - ME

CNPJ: 29.115.096/0001-15

REPRESENTANTE LEGAL: **Edgar de Souza Brandão**

CPF: 207.088.401-59

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 93/2019

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 054/2019,** homologado em 24/07/2019 na modalidade **Pregão Presencial nº** 0**44/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **01 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR - MEI**

CNPJ: 24.476.907/0001-90

END: AV. BRASIL, Nº 281, CENTRO, MUNICÍPIO DE VILA RICA-MT, CEP: 78.645-000.

TELEFONE: (66) 98430-7782 / (66) 98429-3502, E-MAIL: everton.2911@hotmail.com.

REPRESENTANTE LEGAL: **Everton Fernandes Silva Junior**

GR: 5845860 SSP-GO E CPF: 044.910.341-25

ITEM: 3, 9, 18, 20, 32, 38, 39 e 82.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	276155-6	M2	855	ADESIVOS IMPRESSO DIGITAL COR 4X0	91,60	78.318,00
9	420830-7	M2	680	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL- M²	84,10	57.188,00
18	0000906	UND	83	CARIMBO AUTOMÁTICO MODELO C40	50,10	4.158,30
20	426752-4	UND	12	CARIMBO AUTOMÁTICO PRINTER 55	58,40	700,80
32	366584-4	UND	100	CAVALETE ESTRUTURA EM METALON 18" E CHAPA DE FERRO 20" PINTURA PRETA, COM APLICAÇÃO EM ADESIVO REFLETIVO TAMANHO 1,00X0,80M	244,50	24.450,00

38	346339-7	UND	4.915	COPIA XEROGRÁFICA PAPEL A4 PRETO E BRANCO	0,23	1.130,45
39	346341-9	UND	6.700	COPIAS XEROGRÁFICAS A4 COLORIDA	0,92	6.164,00
82	272780-3	UND	6.000	IMPRESSÃO DIGITAL A LASER - A4 PAPEL FOTOGRÁFICO 180GR.	5.96	35.760,00
					TOTAL	**R$ 207.869,55**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **90 (noventa)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid: 06-Fundo Salário Educação

Proj.ativ: 2.057-Manutenção e Encargos com Salário Educação

Cód Red: 293

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 296

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid:04-Ensino Fundamental

Proj.ativ: 2.042-Manutenção e Encargos com Secretária de Educação

Cód Red: 259 e 260

Fonte: 0000-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 266

Fonte: 0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 07-Secretária Municipal de Obras

Unid:02-Urbanismo

Proj.ativ: 2052-Manutenção e Encargos com Setor de Urbanização

Cód Red: 1217

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1220

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.078-Manutenção e Encargos com Programa IGD PBF

Cód Red: 1713

Fonte: 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1716

Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.075-Manutenção e Encargos com PAEFI
Cód Red: 1695
Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1698
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.076-Manutenção e Encargos com AEPETI
Cód Red: 1701- Material de Consumo
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.0000.00.00
Cód Red: 1704
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:08-Atenção à Criança e Adolescente e Atv. Conselho Tutelar
Proj.ativ: 2.082-Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar
Cód Red: 1819
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1822
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.077-Manutenção e Encargos com IGD-SUAS
Cód Red: 1707
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1710
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1872- Material de Consumo
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1878

Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 02- Gabinete do Prefeito
Unid:01-Gabinete do Prefeito
Proj.ativ: 2.004-Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito
Cód Red: 12
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 15
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 03- Secretária Municipal de Administração
Unid:01-Gestão Administrativa
Proj.ativ: 2.007-Manutenção e Encargos com Secretária de Administração
Cód Red: 33
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 36
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 04-Secretária de Finanças
Unid:01- Secretária de Finanças
Proj.ativ: 2.030-Manutenção e Encargos com Secretária de Finanças
Cód Red: 102
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 106
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:03-Fundo Municipal de Saúde
Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 486 Material de Consumo
Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:03-Gestão em Saúde
Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 485
Fonte: 0000 Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 491
Fonte: 0000 Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 492
Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:04 -Atenção Básica

Proj.ativ: 2.017-Manutenção e Encargos com Atenção Básica em Saúde

Cód Red: 660- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 661

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 662 -Material de Consumo

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 669- Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 670

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 671-Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.019-Manutenção e Encargos com Hospital

Cód Red: 885

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 886

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 887- Material de Consumo

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 888

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 893

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 894

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 895

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 896

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade
Proj.ativ: 2.020-Manutenção e Encargos com Fisioterapia
Cód Red: 911
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 912
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0
Cód Red: 913
Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 917
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 918
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 919-Outros Serviços de Terceiros
Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade
Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 950- Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade
Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 951
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 952
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 956
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 957
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 958
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:07 -VISA
Proj.ativ: 2.025-Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS
Cód Red: 1047

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1048
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1051
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00.00
Cód Red: 1052
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:07 -VISA
Proj.ativ: 2.026-Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental
Cód Red: 1065
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00
Cód Red: 1066
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1069
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 1070
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:07 -VISA
Proj.ativ: 2.028-Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária
Cód Red: 1081
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1082
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1085
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 1086
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 10- Secretária Municipal de Cultura
Unid:01 -Atenção Gabinete do Secretário
Proj.ativ: 2.087-Manutenção e Encargos com Fundo de Inc. a Cultura
Cód Red: 1928
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1932

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretária de Planejamento

Unid:01 -Secretária de Planejamento

Proj.ativ: 2.012-Manutenção e Encargos com Secretária de Planejamento

Cód Red: 1976

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1979

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **44/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida per servidores credenciados, nomeados por meio da Portaria Municipal **nº 174/ 2019, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
02-GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	HUDSON BRAGA ROCHA	
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	
06- SEC – SAÚDE (CAPS, DST, CENTRO DE REABILITAÇÃO E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES	
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA E GESTÃO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	174/2019
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS, SCFV E IGD PBF)	JOANA PEREIRA BRITO	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI E AEPETI)	DENÍLSON ALVES FARIAS	
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flavio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR - MEI

CNPJ: 24.476.907/0001-90

REPRESENTANTE LEGAL: **Everton Fernandes Silva Junior**

CPF: 044.910.341-25

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 149/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 024/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA, CONTRATAÇÃO DE UM PROFESSOR DOUTOR EM EDUCAÇÃO NA ÁREA DE MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE MATEMÁTICA E UNIDOCENTES NOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (CURSO), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA – MT.

CONTRATADA:

EMERSON ROLKOUSKI

RG:5323314-7 -UFSSP/PR

CPF: 017.901.509.57

TELEFONE: 41-99245-6966

CONTA C/C: 189.425-0-AG:7416-0-BANCO DO BRASIL

END: Rua Buenos Aires,286, ap.61, Bairro Batel, Cidade de Curitiba-PR

Curitiba-PR CEP: 80250070

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ **10.000,00 (Dez Mil Reais.),** para o fornecimento dos itens do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, Artigo 25, inciso II, combinado com o Artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 24/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 05 de AGOSTO de 2019.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 92/2019

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 054/2019,** homologado em 24/07/2019 na modalidade **Pregão Presencial nº 044/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização,**

Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc, para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **01 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SANDES SOUSA PUBLICIDADES EIRELI**

CNPJ: 30.194.496/0001-42

END: RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, Nº 10, JARDIM DO ÉDEN, MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, CEP: 78.652-000.

TELEFONE: (66) 98431-1329, E-MAIL: smaily3@hotmail.com.

REPRESENTANTE LEGAL: **Alexsandra Sandes de Sousa**

RG:1269772 SSP-TO E CPF: 022.176.173-03

ITEM: 1, 2, 16, 17, 19, 45, 56, 85, 96, 104, 105 e 133.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	130340-6	M2	205	ADESIVO APLICADO EM PVC 3MM COR 4X0	125,40	25.707,00
2	281291-6	M2	430	ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL PARA ENVELOPAMENTO	108,00	46.440,00
16	11860-5	UND	79	CARIMBO AUTOMATICO MODELO C20	31,40	2.480,60
17	174396-1	UND	131	CARIMBO AUTOMATICO MODELO C30	39,50	5.174,50
19	125926-1	UND	8	CARIMBO AUTOMÁTICO NUMERADOR - ESTRUTURA METÁLICA 06 DIGITOS	158,50	1.268,00
45	353118-0	UND	1.425	ENCADERNAÇÃO EM SPIRAL A4	3,91	5.571,75
56	326715-6	MT	760	FAIXAS IMPRESSA - METRO CORRIDO	49,00	37.240,00
85	00014979	M2	463	IMPRESSÃO EM LONA P/ OUTDOOR 3X9	70,00	32.410,00
96	352603-8	M2	1.000	PAINEL EM LONA 440 GR COM ESTRUTURA EM METALON 18" IMPRESSÃO 4X0.	124,20	124.200,00
104	377489-9	UND	100	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE RUA ADESIVADA EM ADESIVO REFLETIVO, ESTRUTURA EM CHAPA DE FERRO 20" E TUBO 2" 18 TAMANHO: 0,06X0,6M.	245,20	24.520,00
105	339049-7	UND	4.000	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTE TAMANHO 0,22X0,12CM EM CHAPA DE ZINCO	4.97	19.880,00
133	00014988	UND	146	SERVIÇO DE TROCA DE BORRACHA CARIMBO C-20/C-40.	13,70	2.000,20
					TOTAL	**R$ 326.892,05**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **90 (noventa)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid: 06-Fundo Salário Educação

Proj.ativ: 2.057-Manutenção e Encargos com Salário Educação

Cód Red: 293

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 296

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid:04-Ensino Fundamental
Proj.ativ: 2.042-Manutenção e Encargos com Secretária de Educação
Cód Red: 259 e 260
Fonte: 0000-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação
0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 266
Fonte: 0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 07-Secretária Municipal de Obras
Unid:02-Urbanismo
Proj.ativ: 2052-Manutenção e Encargos com Setor de Urbanização
Cód Red: 1217
Fonte: 0000-Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1220
Fonte: 0000-Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.078-Manutenção e Encargos com Programa IGD PBF
Cód Red: 1713
Fonte: 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1716
Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.075-Manutenção e Encargos com PAEFI
Cód Red: 1695
Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1698
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.076-Manutenção e Encargos com AEPETI
Cód Red: 1701- Material de Consumo
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.0000.00.00
Cód Red: 1704
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:08-Atenção à Criança e Adolescente e Atv. Conselho Tutelar
Proj.ativ: 2.082-Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar

Cód Red: 1819
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1822
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.077-Manutenção e Encargos com IGD-SUAS
Cód Red: 1707
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1710
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1872- Material de Consumo
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1878
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 02- Gabinete do Prefeito
Unid:01-Gabinete do Prefeito
Proj.ativ: 2.004-Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito
Cód Red: 12
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 15
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 03- Secretária Municipal de Administração
Unid:01-Gestão Administrativa
Proj.ativ: 2.007-Manutenção e Encargos com Secretária de Administração
Cód Red: 33
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 36
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 04-Secretária de Finanças
Unid:01- Secretária de Finanças
Proj.ativ: 2.030-Manutenção e Encargos com Secretária de Finanças

Cód Red: 102

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 106

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:03-Fundo Municipal de Saúde

Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde

Cód Red: 486 Material de Consumo

Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:03-Gestão em Saúde

Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde

Cód Red: 485

Fonte: 0000 Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 491

Fonte: 0000 Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 492

Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:04 -Atenção Básica

Proj.ativ: 2.017-Manutenção e Encargos com Atenção Básica em Saúde

Cód Red: 660- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 661

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 662 -Material de Consumo

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 669- Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 670

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 671-Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.019-Manutenção e Encargos com Hospital

Cód Red: 885

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 886

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 887- Material de Consumo

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 888

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 893

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 894

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 895

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 896

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.020-Manutenção e Encargos com Fisioterapia

Cód Red: 911

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 912

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 913

Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 917

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 918

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 919-Outros Serviços de Terceiros

Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS

Cód Red: 950- Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS

Cód Red: 951

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 952

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 956

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 957

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 958

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.025-Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS

Cód Red: 1047

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1048

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1051

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00.00

Cód Red: 1052

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.026-Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental

Cód Red: 1065

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00

Cód Red: 1066

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1069

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1070

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.028-Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária

Cód Red: 1081

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1082

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1085

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1086

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 10- Secretária Municipal de Cultura

Unid:01 -Atenção Gabinete do Secretário

Proj.ativ: 2.087-Manutenção e Encargos com Fundo de Inc. a Cultura

Cód Red: 1928

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1932

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretária de Planejamento

Unid:01 -Secretária de Planejamento

Proj.ativ: 2.012-Manutenção e Encargos com Secretária de Planejamento

Cód Red: 1976

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1979

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **44/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida per servidores credenciados, nomeados por meio da Portaria Municipal **nº 174/2019, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
02-GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	HUDSON BRAGA ROCHA	
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	
06- SEC – SAÚDE (CAPS, DST, CENTRO DE REABILITAÇÃO E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES	
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA E GESTÃO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	174/2019
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS, SCFV E IGD PBF)	JOANA PEREIRA BRITO	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI E AEPETI)	DENÍLSON ALVES FARIAS	
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flavio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

SANDES SOUSA PUBLICIDADES EIRELI

CNPJ: 30.194.496/0001-42

REPRESENTANTE LEGAL: **Alexsandra Sandes de Sousa**

CPF: 022.176.173-03

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 DE 03 DE AGOSTO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 de 03 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 11:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 003/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 03 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	DEPARTAMENTO
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	40	22º	PHABLO THARLLES DE MELO BARREIRA	SAÚDE/VIGILÂNCIA SANITÁRIA SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FEDERAL

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS/CANDIDATOS

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF).

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88).

4 - Título de eleitor.

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet.

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso.

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino).

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade).

9 - CTPS - Carteira de Trabalho.

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista).

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens).

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento).

13 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) dos dependentes.

14 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido.

15 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico).

16 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade.

17 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT).

18 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado).

19 - Declaração negativa de acúmulo de cargos.

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo.

21 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional).

22 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente.

23 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil.

24 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais.

25 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais.

26 - Telefone de contato (residencial e/ou celular).

27 - E-mail.

28 - PIS/PASEP.

29 - Declaração de confidencialidade.

30 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

31 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e

em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2019 DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2019 de 06 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019, relacionados (as) no anexo II deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 1100h para apresentação dos documentos exigidos no anexo I para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 06 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de freqüência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

CARGO	CAR HOR	CLAS	CANDIDATO	LOTACAO/UNIDADE ESCOLAR
PROF LIC PL EM PEDAGOGIA	20	89º	ELIANE CRISTINA BREILER WEBBER	ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES
		90º	FRANCILMA RIBEIRO DA CUNHA	ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANCA
PROF LIC PL EM LETRAS/ESPANHOL	20	3º	LUCIANA RAQUEL CEZAR VIDARTE	ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANCA
PROF LIC PL EM LETRAS/INGLÊS	20	7º	LARISSA CHAVES SILVEIRA	ESCOLA VIDA E ESPERANCA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CPL 37/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n°.025/2019

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES EM CONCRETO ARMADO NO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 677475 (TC 097/2013) FIRMADO ENTRE A SECRETARIA NAC. DE DEFESA CIVIL (SEDEC) E O MUNICIPIO CONFRESA/MT.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato nº 37/2019, a modificação parcial do projeto e suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com fulcro no art. 65, I, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme alteração parcial de Projeto na dificuldade de transporte de vigas pré-moldados até o acesso da obra, dentre outras, Fica alterado o Projeto estrutural, Planilha de Compensação de custo e Cronograma físico-financeiro do contrato, especificamente no item 2, para modificar a Execução das vigas em concreto armado e a laje em pré-moldado, Verifica-se restringe apenas em alteração técnica do projeto, sem aditamento de seu valor.

DAS PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ nº 37.464.716/000150,

CONTRATADA: PRÉ LAJES PONTES EIRELI CNPJ: 28.108.741/0001-00

Data: Confresa 02 de Agosto de 2019

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº-148/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº148/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº110/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº002/2019**, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP **Nº002/2019** DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT**, CUJA A DETENTORA DA ATA: **JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-MT, CNPJ: 28.092.213/0001-00**

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços Nº**002/2019,** decorrente do **Pregão Presencial – SRP nº 002/2019** da **Prefeitura Municipal de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.**, cuja a Detentora da Ata é a empresa **JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-MT CNPJ: 28.092.213/0001-00** a referida adesão **tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLTADA PARA DESENVOLVIMENTO E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE DEFESAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO."**

Conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$ 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais).**

Item	Descrição	UND.	Valor Unit. Mensal	Valor Total 12 Meses
02	**Contratação de empresa especializada para realizar a Prestação de Serviços de Apoio Técnico e Assessoria voltada para Desenvolvimento e Auxílio na Elaboração de Defesas aos Órgãos de Controle Externo, Compreendendo:** ü Auxilio e assessoria na elaboração de defesas preliminares e alegações finais em processo de contas de governo; ü Auxilio e assessoria na elaboração de defesas preliminares e alegações finais em processo de representações de natureza interna e externa; **Acompanhamento do chefe do poder executivo e/ou secretários municipais aos órgãos de controle para despachar com assessores, conselheiros e membros do ministério público sobre assuntos pertinentes aos processos existentes.**	Mês	R$ 5.500,00	R$ 66.000,00
VALOR TOTAL				**R$ 66.000,00**

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

CNPJ: 28.092.213/0001-00

CIDADE: CUIABÁ-MT

CEP: 78.060-735

AO: CAMILA SALETE JACOBSEN

Representante Legal.

Confresa-MT, 05 de AGOSTO de 2.019

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº084/2019

GABINETE DO PREFEITO
GABARITO DA PROVA OBJETIVA PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR

REALIZADA NO DIA 04/08/2019 NA ESCOLA MUNICIPAL VIDA ESPERANÇA

01 - A	02- A	03 –B	04- B	05- C
06- B	07- B	08- B	09- D	10- C
11- D	12- C	13- B	14- C	15- D
16- B	17- B	18- D	19- D	20- A
21- A	22- D	23- D	24- C	25- A
26 C	27 C	28- B	29- A	30- A

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 174/2019 ADM DE 01 DE AGOSTO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
02-GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	605.451.941-72
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	029.428.921-61

04- SEC. DE FINANÇAS	HUDSON BRAGA ROCHA	050.992.311-95
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	555.114.571-91
06- SEC – SAÚDE (CAPS, DST, CENTRO DE REABILITAÇÃO E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES	873.227.571-49
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA E GESTÃO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	010.591.161-54
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	047.743.951-96
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	041.810.571-51
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	024.860.871-17
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	009.636.501-30
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS, SCFV E IGD PBF)	JOANA PEREIRA BRITO	009.955.531-06
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI E AEPETI)	DENÍLSON ALVES FARIAS	622.221.201-87
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	023.742.401-00
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	059.110.693-00

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelas Atas respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	92, 93, 94 E 95/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	SANDES SOUSA PUBLICIDADES EIRELI	30.194.496/0001-42	R$ 326.892,05
CONTRATADA	EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR - MEI	24.476.907/0001-90	R$ 207.869,55
CONTRATADA	E. DE S. BRANDÃO – GRAFICA E EDITORA EXATA - ME	29.115.096/0001-15	R$ 134.291,10
CONTRATADA	4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI	13.278.238/0001-25	R$ 269.535,20
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, CAVALETES E SERVIÇOS DE COPIAS XEROGRÁFICAS, ENCADERNAÇÕES ETC, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 01/08/2019 a 01/08/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 DE 06 DE AGOSTO DE 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 de 06 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 11:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2019, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 06 de Agosto de 2019.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CARGO	CARHOR	CLAS	CANDIDATO	LOTACAO/UNIDADE ESCOLAR
PROF LIC PL EM PEDAGOGIA	20	4º	SENHORINHA MARLUÇO DA COSTA ZDRADEK	ESCOLA MUNICIPAL VALDEMIRO NUNES
		5º	MAURINEYS INACIO GUIMARAES PEIXOTO	
		6º	ELIETE PIRES CARLOS	

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS/CANDIDATOS

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 95/2019

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 054/2019,** homologado em 24/07/2019 na modalidade **Pregão Presencial nº** 0**44/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **Aquisição de Materiais Gráficos, Confecção de placas de Sinalização, Cavaletes e Serviços de Copias Xerográficas, Encadernações Etc,** para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **01de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI**

CNPJ: 13.278.238/0001-25

END: TRAV. BRASÍLIA, Nº 30, BAIRRO AREÃO, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, CEP: 78.010-265.

TELEFONE: (65) 3023-2362, E-MAIL: atendimento03@gliberal.com.br.

REPRESENTANTE LEGAL: **Ecir Rolim Bacani**

RG: 1995900-1 SSP-MT E CPF: 035.679.181-50

ITEM: 6, 7, 8, 11, 13, 14, 25, 26, 28, 30, 31, 34, 35, 41, 48, 49, 53, 54, 73, 75, 76, 81, 84, 86, 94, 97, 98, 100, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 125, 129, 131, 135, 136, 137, 139 e 140.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD TCE	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	00010265	BL	200	ATESTADO MEDICO 100X1 F-18 PAPEL 56 GR	7,00	1.400,00
7	357450-4	BL	20	AUTO TERMO 50X3 AUTOCOPIATIVO NUMERADO F09	23,00	460,00
8	298677-9	BL	10	AUTORIZAÇÃO DE PROCED.ALTA COMPLEXIDADE SOLIC.HEMODERIVADOS F-09 50X3 AUTO-COP.	21,10	211,00
11	00014971	BL	500	CADASTRO DOMICILIAR E TERRITORIAL 100X1 F-09 PAPEL 75GR F/V	12,00	6.000,00
13	129346-0	UND	2.000	CADERNETA DA GESTANTE 4X4 MIOLO PAPEL 75GR CAPA COUCHE 150GR.	19,00	38.000,00
14	00010314	UND	2.000	CADERNETA MENINO E MENINA 4X4 MIOLO PAPEL 75GR.CAPA COUCHE 150GR	22,00	44.000,00
25	00014973	UND	1.000	CARTÃO DE VACINA PARA CRIANÇA - MEDINDO 21X47 CM IMPRESSÃO EM 4X4 CORES, PAPEL CARTOLINA 180GR, COM TRÊS VINCOS.	1,00	1.000,00
26	00015710	UND	1.000	CARTÃO ESPELHO DE VACINA PARA CRIANÇAS F/V COLOR PAPEL TRIPLEX 230GR	0,85	850,00
28	0007648	UND	500	CARTAO GESTANTE COLOR PAPEL TRIPLEX 230GR F/V	1,10	550,00
30	00013097	UND	2.120	CARTAZ 4X0 PAPEL COUCHE 115GR 45X60CM	3,40	7.208,00
31	225135-3	UND	2.000	CARTÕES DE VISITA COUCHÊ 250GR TAM 9,5X5CM	0,10	200,00
34	00010299	UND	3.000	COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA ANIMAL - FOLHA DE REGISTRO 75GR	0,18	540,00
35	00014974	BL	50	CONT. DE MEDICAMENTOS USADOS POR CIRURGIA 100X1 F-09 PAPEL 56GR	11,50	575,00
41	342875-3	UND	883	CRACHAS DE IDENTIFICAÇÃO - PLÁSTICO PVC, C/DIMENSÕES DE 0,76X85X54MM C/FOTO, IMPRESSÃO COLORIDA C/DADOS VARIAVÉIS	10,90	9.624,70
48	149043-5	UND	2.100	ENVELOPE PARA RAIO X 31X41 AMARELO OURO	0,85	1.785,00
49	00010530	UND	3.000	ENVELOPE PARA RAIO X 37X47 AMARELO OURO	0,85	2.550,00
53	335583-7	UND	400	ETIQUETA ADESIVA PARA BOLSA DE SANGUE 10X8 CM	0,43	172,00
54	00014976	UND	2.000	ETIQUETAS ADESIVA 458X258	0,95	1.900,00
73	224645-7	UND	300	FITA DE INTERDIÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 45 X30CM	2,80	840,00
75	424906-2	UND	15.500	FOLDER 4X4 21X30 COUCHE 115GR C/ 2 DOBRAS	0,28	4.340,00
76	254873-9	UND	17.500	FOLDER 4X4 21X30 F-09 PAPEL COUCHE 115GR COM 1 DOBRA	0,35	6.125,00
81	0007827	M2	2.500	IMPRESSÃO DE PROJETOS EM PAPEL	31,00	77.500,00
84	366164-4	UND	1.000	IMPRESSAO DIGITAL EM PAPEL SULFITE NO FORMATO A3	4,20	4.200,00
86	0001749	UND	2.050	JORNAIS INFORMATIVO 4 PAGINAS 4X4 (EM PAPEL RECICLADO, OFF SET 75GR	1,25	2.562,50
94	422573-2	M2	250	LONA IMPRESSA GRAMATURA 440 COR 4X0	105,00	26.250,00
97	335712-0	UND	5.500	PANFLETOS PERSONALIZADO 15X21 4X0 COUCHE 90GR.	0,19	1.045,00
98	351661-0	UND	9.500	PANFLETOS PERSONALIZADO 15X21CM 4X4 COUCHE 90GR	0,24	2.280,00
100	340356-4	UND	1.050	PASTA DE PROCESSO 4X0 PAPEL 230G	0,94	987,00
113	00010348	BL	200	PRONTUÁRIO 50X1 PAPEL 63GR.F/V F-09	9,10	1.820,00
114	298194-7	BL	200	RECEITA AZUL F-24 50X1 NUMERADO	5,85	1.170,00
116	335536-5	BL	300	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL (SUBSTÂNCIA ANTI-MICROBIANA) F-18 50X2 AUTOCOP.	7,80	2.340,00
117	00010345	BL	1.500	RECEITUÁRIO ROSA PAPEL SUPERBOND 56GR 50X1 F18	3,90	5.850,00
119	00015267	BL	800	REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA 100X1 F-09 PAPEL 56GR.	6,30	5.040,00
122	00014963	BL	300	RELAÇÃO DE MATERIAS MEDICAMENTOS SETOR EMERGÊNCIA 100X1 F-09	6,40	1.920,00
125	00014965	BL	300	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM - 100X1 56GR.	6,20	1.860,00
129	00015704	UND	500	REVISTA INFORMATIVA 20X27 CM COM MIOLO DE 8 A 16 PG	3,20	1.600,00
131	00010341	BL	300	ROTULO DE SORO ADESIVO 50X1 F24	6,40	1.920,00
135	00015706	BL	80	SISTEMATIZAÇÃO DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM -SAE - CLINICA MEDICA F.09 100X1	7,40	592,00
136	00015707	BL	80	SISTEMATIZAÇÃODE ATEND.DE ENFERMAGEM -SAE ATEND.EMERGENCIA F-09 100X1 F/V	10,20	816,00
137	00014969	BL	60	SOLICITAÇÃO ANTIMICROBIANA CCIH 100X1 56GR	12,90	774,00
139	00014970	BL	20	TERMO DE RESPONSABILIDADE F-12 50X2 AUTOCOP.	17,50	350,00
140	00015708	BL	20	TESTE DO PEZINHO 100X1 F-09 PAPEL 56 GR.	16,40	328,00
					TOTAL	R$ 269.535,20

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até **90 (noventa)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid: 06-Fundo Salário Educação

Proj.ativ: 2.057-Manutenção e Encargos com Salário Educação

Cód Red: 293

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 296

Fonte:0015-Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação-FNDE

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 05-Secretária Municipal de Educação e Desporto

Unid:04-Ensino Fundamental

Proj.ativ: 2.042-Manutenção e Encargos com Secretária de Educação

Cód Red: 259 e 260

Fonte: 0000-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 266

Fonte: 0001-Recursos de Impostos e de Transferência de Imposto-Educação

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 07-Secretária Municipal de Obras

Unid:02-Urbanismo

Proj.ativ: 2052-Manutenção e Encargos com Setor de Urbanização

Cód Red: 1217

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1220

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.078-Manutenção e Encargos com Programa IGD PBF

Cód Red: 1713

Fonte: 29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1716

Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social

Proj.ativ: 2.075-Manutenção e Encargos com PAEFI

Cód Red: 1695

Fonte: 0029 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1698

Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social

Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.076-Manutenção e Encargos com AEPETI
Cód Red: 1701- Material de Consumo
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.0000.00.00
Cód Red: 1704
Fonte: 0029 -Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:08-Atenção à Criança e Adolescente e Atv. Conselho Tutelar
Proj.ativ: 2.082-Manutenção e Encargos com Conselho Tutelar
Cód Red: 1819
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1822
Fonte: 0000-Recurso Ordinário
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:05-Fundo de Assistência Social
Proj.ativ: 2.077-Manutenção e Encargos com IGD-SUAS
Cód Red: 1707
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1710
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1872- Material de Consumo
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 09-Secretária Municipal de Assistência Social
Unid:09- Assistência Comunitária
Proj.ativ: 2.121-Manutenção e Encargos com CRAS
Cód Red: 1878
Fonte: 0029- Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 02- Gabinete do Prefeito
Unid:01-Gabinete do Prefeito
Proj.ativ: 2.004-Manutenção e Encargos com Gabinete do Prefeito
Cód Red: 12
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 15
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 03- Secretária Municipal de Administração

Unid:01-Gestão Administrativa
Proj.ativ: 2.007-Manutenção e Encargos com Secretária de Administração
Cód Red: 33
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 36
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 04-Secretária de Finanças
Unid:01- Secretária de Finanças
Proj.ativ: 2.030-Manutenção e Encargos com Secretária de Finanças
Cód Red: 102
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 106
Fonte: 0000- Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:03-Fundo Municipal de Saúde
Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 486 Material de Consumo
Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:03-Gestão em Saúde
Proj.ativ: 2.029-Manutenção e Encargos com Gestão em Saúde
Cód Red: 485
Fonte: 0000 Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 491
Fonte: 0000 Recursos Ordinários
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 492
Fonte: 0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:04 -Atenção Básica
Proj.ativ: 2.017-Manutenção e Encargos com Atenção Básica em Saúde
Cód Red: 660- Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 661
Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 662 -Material de Consumo
Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 669- Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 670

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 671-Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 0046-Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS Prov. Do Gov. Fed. Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.019-Manutenção e Encargos com Hospital

Cód Red: 885

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 886

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 887- Material de Consumo

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 888

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 893

Fonte: 0000-Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 894

Fonte: 0002-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 895

Fonte: 0042-Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 896

Fonte: 0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:06 -Mac-Média e Alta Complexidade

Proj.ativ: 2.020-Manutenção e Encargos com Fisioterapia

Cód Red: 911

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 912

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.0

Cód Red: 913

Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 917

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 918
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 919-Outros Serviços de Terceiros
Fonte:0046-Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade
Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 950- Material de Consumo
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:06 - Mac-Média e Alta Complexidade
Proj.ativ: 2.022-Manutenção e Encargos com o CAPS
Cód Red: 951
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 952
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 956
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 957
Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único-SUS-Estado
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Cód Red: 958
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde
Unid:07 -VISA
Proj.ativ: 2.025-Manutenção e Encargos com o Programa DST/AIDS
Cód Red: 1047
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1048
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00
Cód Red: 1051
Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00.00
Cód Red: 1052
Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos
Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00
Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.026-Manutenção e Encargos com a Vigilância Ambiental

Cód Red: 1065

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00

Cód Red: 1066

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov. Fed. -Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1069

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1070

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretária Municipal de Saúde

Unid:07 -VISA

Proj.ativ: 2.028-Manutenção e Encargos com a Vigilância Sanitária

Cód Red: 1081

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1082

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1085

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos -Saúde

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Cód Red: 1086

Fonte: 0046- Transf. de Recursos do-SUS- Prov.do Gov.Fed.-Bloco Custeio das Ações e Serviço Públicos

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 10- Secretária Municipal de Cultura

Unid:01 -Atenção Gabinete do Secretário

Proj.ativ: 2.087-Manutenção e Encargos com Fundo de Inc. a Cultura

Cód Red: 1928

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1932

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretária de Planejamento

Unid:01 -Secretária de Planejamento

Proj.ativ: 2.012-Manutenção e Encargos com Secretária de Planejamento

Cód Red: 1976

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.30.00.00.00.00

Cód Red: 1979

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **44/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida per servidores credenciados, nomeados por meio da Portaria Municipal **nº 174/2019, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.**

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
02-GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	HUDSON BRAGA ROCHA	
05-SEC. DE EDUCAÇÃO	MARIA CELIA RIBEIRO ABREU	
06- SEC – SAÚDE (CAPS, DST, CENTRO DE REABILITAÇÃO E VISA)	NEUSA PEREIRA NEVES	
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA E GESTÃO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	174/2019
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD SUAS)	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS, SCFV E IGD PBF)	JOANA PEREIRA BRITO	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI E AEPETI)	DENÍLSON ALVES FARIAS	
10-SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flavio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

4 D DESIGNER GRAFICA EDI. E COM. VISUAL EIRELI

CNPJ: 13.278.238/0001-25

REPRESENTANTE LEGAL: **Ecir Rolim Bacani**

CPF: 035.679.181-50

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 083/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 051/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 083/2019

b) Licitação Nr.: 051/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 05/08/2019

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA, COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANADA DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA."**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

011212 – VANI DE ALMEIDA SAGRILO – ME (11 ITENS) totalizando (11) itens no valor global de **R$ 243.249,20 (Duzentos e quarenta e três Mil e Duzentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068-2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR DO ESTADO DE MATO GROSSO-OMEP/BR/MT/CBA, CNPJ: 05.412.684/0001-52 OBJETO**: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA". O regime de execução do presente contrato é global, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. O valor da contratação é de R$ 4.650,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), incluindo todas as despesas operacionais, fiscais, trabalhistas e encargos sociais. A vigência do presente contrato é 04 (Quatro) meses, a partir da data de assinatura, 06 de Agosto de 2019.**

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO 051/2019 PROCESSO 083/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 051 /2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **VANI DE ALMEIDA SAGRILO- ME**, CNPJ 13.251.515/0001-06, foi vencedor de **11 itens**, com valor global de **R$ 243.249,20 (Duzentos e quarenta e três Mil e Duzentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 05 de Agosto de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO - Nº 002/2019 PROCESSO 087/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO nº 002/2019 através da plataforma **www.bllcompras.org.br**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA COM TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA MÍN. DE 79HP, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 867682/2018, MAQUINÁRIO A SER IMPLEMENTADO NA FROTA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA AFIM DE AUXILIAR NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO E DISTRITOS DE COTRIGUAÇU",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura de recebimento de propostas ocorrerá no dia **16/08/2019 ás 09:00 horas até o dia 27 de Agosto de 2019 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br e **www.bllcompras.org.br**. Cotriguaçu-MT, 05 de Agsoto de 2019. **JULIANO MATEUS DE ALMEIDA Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O prefeito Municipal JAIR KLASNER, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo: 086/2019

Licitação: 005-2019

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Data da Homologação: 05/08/2019

OBJETO**: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

12685 – **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR DO ESTADO DE MATO GROSSO-OMEP/BR/MT/CBA, CNPJ: 05.412.684/0001-52,** item 1, totalizando 01(UM) item no **V**ALOR GLOBAL:**R$ 4.650,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Cotriguaçu, 05 de Agosto de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

II AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 047/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49.645/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Objeto: Pregão Eletrônico com Registro de Preços tipo menor preço por lote, objetivando a futura e eventual contratação de empresa de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos tipo ônibus, vans e micro-ônibus, combustível, mão de obra e manutenção completa, de forma contínua, destinado ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino do campo, atendendo a necessidade da referida secretaria, conforme descrição constante no termo de referência e demais condições contida no Edital e seus Anexos.

Informações: Tal suspensão se dá para que haja tempo hábil para respondermos impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 05 de agosto de 2019.

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 031/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 52.130/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Objeto: Registro de Preço para **futura e eventual aquisição de Brinquedos Pedagógicos e outros produtos pedagógicos Escolares diversos para atender 170 (cento e setenta) unidades escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Cuiabá e para atender a ampliação de novas unidades escolares**.

Informações: Tal suspensão se dá para que haja tempo hábil para alterações no edital.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 041/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA-ME

CNPJ: 08.282.971/0001-83

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos no município, em substituição aos ônibus que passarão por manutenção.

VALOR: R$ 266.920,50 (Duzentos e Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Vinte Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 26/07/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. MARIO GALIASSI, Representante Legal.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 22/08/2019 às 08h00min, licitação do tipo menor preço global por empreitada, cujo objeto visa a Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil, para Construção de Muros, Depósito de Lixo e Reforma da Cozinha da Escola Municipal Carlos Masson Netto no Município de Curvelândia - MT.

O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo nº 523 Centro, Curvelândia - MT. Mai-

ores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275. Curvelândia - MT, 05 de Agosto de 2019. **Janes Barbosa de Melo -** Presidente da C.P.L.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
JUSTIFICATIVA PARA SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 054/2018

DAS JUSTIFICATIVAS PARA SUSPENSÃO

DO CONTRATO Nº 054/2018

Que na data de **01 de janeiro de 2019** (de acordo com extrato de contrato), foi firmado o **CONTRATO Nº 054/2018** (INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA – MT, E A EMPRESA: SAGA COMÉRCIO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME), tendo como **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA GESTÃO E GERENCAMENTO DE FROTAS POR SISTEMA DE GESTÃO AUTOMOTIVA, O QUAL REUNA DIVERSOS MÓDULOS OPERACIONAIS CAPAZES DE PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTIVEL, MONITORAMENTO E LOCALIZAÇÃO VIA SATÉLITE, FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FROTAS COM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS POR INTERMEDIAÇÃO EM REDE CREDENCIADA, ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

Considerando o **Processo nº. 111392/2019** no Tribunal de Contas de Mato Grosso - TCE e a Notificação Recomendatória nº. 08/2019 da Primeira Promotoria de Justiça Cível de Mirassol D' Oeste - do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, no **Inquérito Civil SIMP Nº. 000177-041/2019.**

Que Tribunal de Contas de Mato Grosso - TCE no Processo nº. 111392/2019, de representação de natureza interna formulada pela Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas deste Tribunal de Contas (Secex), **referente a contratos firmados por diversas prefeituras de Mato Grosso com a empresa Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informática Ltda (CNPJ 05.870.713/0001-20)**, a partir de inexigibilidade de licitações, para o gerenciamento de frotas de veículos, por meio de sistemas com módulos para controle de consumo de combustível, monitoramento e localização via satélite, bem como serviços de fiscalização e intermediação na manutenção de veículos e aquisição de peças.

Nesse sentido, a DECISÃO Nº. 469/JBC/2019 (em anexo), nesse processo como medida cautelar determinou:

"77. Posto isso, com base nos artigos 82 e 83, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT) e no artigo 297, e seguintes, da Resolução Normativa n.º 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), ***DECIDO*** *no sentido de:*

a) conhecer *a presente Representação de Natureza Interna;*

b) determinar*, cautelarmente, a* ***suspensão da continuidade de execução contratos realizados pelos municípios abaixo relacionados com a empresa Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informática Ltda, até o julgamento do mérito deste processo,*** *fixando multa diária de* ***50 UPF/MT,*** *para o gestor de cada órgão contratante****,*** *em caso de descumprimento dessa determinação, nos termos do § 1º do artigo 297 do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução Normativa n.º 14/2007):*

Órgão contratante Inexigibilidade nº Documento Digital nº 67097/2019

Prefeitura de Alto Taquari 04/2019 Fls. 2 a 25

Prefeitura de Campos de Júlio 01/2019 Fls. 26 a 106

Prefeitura de Dom Aquino 01/2019 Fls. 107 a 140

Prefeitura de Jauru 09/2018 Fls. 141 a 173

Prefeitura de Juruena 01/2019 Fls. 174 a 246

Prefeitura de Novo São Joaquim 01/2019 Fls. 247 a 274

Prefeitura de Porto Estrela 01/2019 Fls. 275 a 304

Prefeitura de Santa Rita do Trivelato 02/2019 Fls. 305 a 315

Prefeitura de Vila Rica 01/2019 Fls. 316 a 334

c) recomendar *à gestão das Prefeituras em questão que,* ***caso seja realmente verificada a imprescindibilidade de execução de serviços urgentes nas frotas*** *municipais, podem tais serviços ser realizados por outros meios, mesmo os utilizados anteriormente, inclusive como* ***contratação emergencial****, desde que se observem os valores praticados no mercado, como forma deafastamento do risco do periculum in mora reverso,* ***para que não ocorra a descontinuidade de sua prestação.***

d) determinar a notificação *dos responsáveis abaixo relacionados, para ciência e cumprimento imediato desta decisão, nos termos do artigo 256, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal:*

NOME CPF PREFEITURA

Fabio Mauri Garbugio 899.868.069-68 Prefeitura Municipal de Alto Taquari

José Odil da Silva 355.257.890-00 Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

Valdecio Luiz da Costa 537.212.171-87 Prefeitura Municipal de Dom Aquino

Pedro Ferreira de Souza 522.356.531-20 Prefeitura Municipal de Jauru

Sandra Josy Lopes de Souza 747.198.402-30 Prefeitura Municipal de Juruena

Antonio Augusto Jordão 724.681.908-82 Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim

Eugenio Pelachim 424.930.999-15 Prefeitura Municipal de Porto Estrela

Egon Hoepers 100.605.709-97 Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Abmael Borges da Silveira 328.086.071-72 Prefeitura Municipal de Vila Rica

Publique-se.

Após, determino o envio dos autos ao Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 297, § 3º, da Resolução Normativa n.º 14/2007."

Por outro lado, a Primeira Promotoria de Justiça Cível de Mirassol D' Oeste - do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, no **Inquérito Civil SIMP Nº. 000177-041/2019, por meio Notificação Recomendatória nº. 08/2019,** manifestou:

"CONSIDERANDO, *por fim, que a lei reprime o abuso na contratação direta, devendo-se ter em vista que "a autorização para contratação direta não importa liberação para a Administração realizar contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética, 15a edição, 2012, p. 441);*

RECOMENDA O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, *ao Município de Curvelândia/MT, representado pelo seu Prefeito Municipal, o que se segue abaixo:*

Promova, no ***exercício da aututela administrativa, a anulação do procedimento de inexigibilidade*** *eposterior contratação firmada com a pessoa jurídica SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA;*

Em seguida, promova o competente procedimento licitatário, em sendo de interesse do Município, adequado para a contratação dos serviços aqui mencionados; "

Que apesar de a Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, **não contar no rol das recomendações do TCE/MT**, no Processo de Representação Natureza Interna, **resolve acatar a determinação cautelar da suspensão**

da continuidade de execução contrato realizado com a empresa Saga Comércio Serviço Tecnologia e Informática Ltda, até o julgamento do mérito deste Processo nº. 111392/2019.

Por todo o acima exposto, a Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, suspende a partir dessa data o **CONTRATO Nº 054/2018,** com a Empresa Contratada **SAGA COMÉRCIO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.870.713/0001-20**, **até o julgamento do mérito Processo nº. 111392/2019**, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Publique-se e dê ciência aos interessados.

Curvelândia/MT, 05 de agosto de 2019.

WELLINGTON DE CARVALHO SILVA

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

Portaria nº135/2018

SIDINEI DA SILVA CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 005/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o item 17.18, do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2019, abaixo transcrito:

17.18. Será considerado desistente, perdendo a respectiva vaga, o candidato que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação, que não se apresentar para assinar o contrato no prazo fixado e, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.

DESCLASSIFICA, o candidato abaixo mencionado:

CARGO: AUX. DE MAN. DE INFRAESTRUTURA - SERVIÇOS GERAIS

2° - Lourdes Helena Ferreira de Castro

Curvelândia - MT, 05 de agosto de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ANULAÇÃO DO TESTE SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2019.

ANULA o Edital nº 001/2019 referente ao **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº.001/2019** de Provas Objetivas para Contratação Permanente, para os cargos de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE e de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, através do Prefeito Municipal, Senhor Sidinei Custódio da Silva e a COMISSÃO **ORGANIZADORA DO SELETIVO PÚBLICO**, nomeada pela PORTARIA N. º 066/2019, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando a obrigatoriedade de cumprir os requisitos da Lei Municipal 124/2018 e da Lei Federal 11.350/2006 e suas alterações posteriores, **TORNA PÚBLICO a anulação do Teste Seletivo Público referente Edital n º 001/2019**. E que será publicado novo edital de reabertura do Teste Seletivo Público com ampla publicidade.

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei

Curvelândia - MT, 05 de agosto de 2019.

Sidinei Custódio da Silva

Prefeitura Municipal

Ivani Pereira de Jesus Pacheco

Presidente da Comissão

Margarett Rozemari de Oliveira Nunes

Secretária

Vagner Aguiar da Silva

Membro

--

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
DECRETO Nº 111/2019 DE SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1263/2018, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 326.000,00 (TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PÚBLICOS

001.25.752.0010.10033 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

4490510000 OBRAS E INSTALAÇOES.....326.000,00

SUBTOTAL 326.000,00

TOTAL 326.000,00

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 10 de junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 109-2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: OFICINA - ENGENHEIROS CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA .

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL.

DIAMANTINO/MT, 19 DE JULHO DE 2019.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 175/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS PINHO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **08 de Fevereiro de 2010 a 07 de Fevereiro de 2015;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a **MARIA APARECIDA DOS SANTOS PINHO**, Matrícula 2265-1, exercendo o Cargo/Função de Técnico Nível Médio/Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **02 de Agosto de 2019 a 31 de Agosto de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 02 de Agosto de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 05 de Agosto de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 176/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **SUZANA DALMOLIN CAPISTRANO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **07 de Maio de 2014 a 06 de Maio de 2019;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora **SUZANA DALMOLIN CAPISTRANO**, matrícula 3900-1, exercendo o Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **05 de Agosto de 2019 a 02 de Novembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 05 de Agosto de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
DECRETO Nº 116/2019 DE , 14 DE JUNHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 116/2019
De , 14 de Junho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 356.000,00 (Trezentos e cinquenta e seis mil reais) nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20054	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA SEGURANÇA DO TRABALHO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.500,00
001.15.451.0010.10038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO, RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENI	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.26.782.0010.10052	CONSTRUÇÃO, RECUPER/CONSERV DE PONTES/BUEIROS NA ZONA U	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	26.500,00
	SUBTOTAL	**42.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	77.500,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	86.000,00
001.10.302.0040.20023	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CENTRO DE APOIO PSICOSSOCI	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	8.000,00
001.10.305.0041.20026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.500,00
	SUBTOTAL	**179.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	70.000,00
002.08.243.0066.10348	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONVENIO CRIANÇA FELIZ	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
002.08.244.0085.20053	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
002.08.244.0088.10183	IGD - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROG.BOLSA FAM	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**135.000,00**
	TOTAL	**356.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20054	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA SEGURANÇA DO TRABALHO	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.500,00
001.15.451.0010.10038	MANUTENÇAO E RECUPERAÇÃO, RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENI	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.18.544.0014.10055	CANALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CORREGOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.500,00
4490390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**42.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	60.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	25.500,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
001.10.302.0040.20024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	66.000,00
	SUBTOTAL	**179.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
002.08.243.0066.10348	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONVENIO CRIANÇA FELIZ	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
002.08.244.0085.20053	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	15.000,00
002.08.244.0086.10238	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CREAS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	10.000,00
002.08.244.0088.10183	IGD - ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROG.BOLSA FAM	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	30.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**135.000,00**
	TOTAL	**356.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 129/2019 DE , 26 DE JUNHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 129/2019
De , 26 de Junho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 846.300,00 (Oitocentos e quarenta e seis mil e trezentos reais) nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	21.000,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.300,00
	SUBTOTAL	**62.300,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	144.000,00
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	242.000,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
003.12.361.0095.10092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	43.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
005.13.392.0033.20016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	40.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
	SUBTOTAL	**549.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	60.000,00
001.10.302.0040.20022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	50.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	40.000,00
001.10.305.0041.20025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	55.000,00
	SUBTOTAL	**235.000,00**
	TOTAL	**846.300,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	6.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.200,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.200,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.200,00
001.04.122.0002.20050	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CONTROLE INTERNO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	14.200,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.950,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.950,00
001.04.122.0002.20058	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	950,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	950,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.950,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.950,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.950,00
	SUBTOTAL	**80.450,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.10025	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.300,00
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.700,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.950,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.10026	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS/MAQUINAS E PATRULHA MECANIZADA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.950,00
001.18.541.0003.10030	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE E JARDIM DO MUNICÍPIO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.950,00
001.18.541.0003.10031	FORNECIMENTO DE MUDAS DE ESPECIE NATIVA E DE VALOR ECONO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.950,00
001.18.542.0003.10028	INCENTIVAR A ENTREGA DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.600,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.450,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.950,00
001.20.602.0003.10261	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE PISICULTARA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.950,00
001.25.752.0003.10284	ELETRIFICAÇÃO RURAL	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.100,00
	SUBTOTAL	**71.550,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.244.0078.10278	CONSTRUÇÃO REFORMA E CONSERVAÇÃO DO CEMITERIO MUNICIP	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	14.150,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	21.050,00
001.15.451.0010.10035	CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PARQU	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.150,00
001.26.782.0010.10052	CONSTRUÇÃO, RECUPER/CONSERV DE PONTES/BUEIROS NA ZONA U	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	80.950,00
003.17.512.0015.10058	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃOCOM ATERRO SANITARIO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	21.000,00
	SUBTOTAL	**152.300,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10059	CONSTRUIR E OU ADEQUAR AS QUADRAS DE ESPORTE, BEM COMO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.000,00
001.12.361.0016.10063	REF E AMP DAS ESC MUNICIPAIS DA ZONA URBANA E RURAL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.000,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
003.12.361.0095.10092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	43.000,00
004.12.365.0032.10309	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	56.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.000,00
005.13.392.0033.10310	CONSTRUÇÃO DE UM ANFITEATRO COM AUDITÓRIO PARA REALIZA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

	SUBTOTAL	**307.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	15.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
001.10.302.0040.20022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
001.10.302.0040.20023	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CENTRO DE APOIO PSICOSSOCI	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	40.000,00
001.10.302.0040.20024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	55.000,00
	SUBTOTAL	**235.000,00**
	TOTAL	**846.300,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 125/2019 DE , 20 DE JUNHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 125/2019
De , 20 de Junho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 475.000,00 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	36.000,00
	SUBTOTAL	**36.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.302.0040.20048	MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
001.10.302.0043.10327	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA FARMACÊUTICA PARA O P	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
001.10.303.0043.20033	MANUTENÇAO FARMACEUTICA MUNICIPAL	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	119.000,00
001.10.305.0041.20025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
	SUBTOTAL	**190.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
002.08.244.0085.20053	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	85.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	22.000,00
001.04.123.0061.10225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	112.000,00
	SUBTOTAL	**219.000,00**
	TOTAL	**475.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20058	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	99.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.000,00
	SUBTOTAL	**128.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10081	OFERECER CAPACITAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	16.000,00
001.12.361.0023.10077	PROMOVER CONCURSO PUBLICO,	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.12.366.0034.10312	ASSEGURAR OFERTA DE ENSINO PRESENCIAL NA MODALIDADE EJA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**36.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	29.000,00
001.10.302.0040.20055	MANUTENÇAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	
3171700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	110.000,00
001.10.302.0043.10327	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA FARMACÊUTICA PARA O P	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
001.10.305.0041.20025	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	11.000,00
	SUBTOTAL	**190.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
002.08.243.0066.10239	PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

	SUBTOTAL	**15.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.000,00
	SUBTOTAL	**22.000,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10337	ELABORAÇÃO DO PMU - PLANO DE MOBILIDADE URBANA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	SUBTOTAL	**69.000,00**
	TOTAL	**475.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 21 de Agosto de 2019, estará abrindo a Tomada de Preços, para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO E AREA DE SERVIÇOS DA ESCOLA MUNICIPAL DECIO FURIGO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT. Fez-se necessária esta prorrogação em virtude da necessidade de divulgação do cronograma físico financeiro, qual não havia sido disponibilizado anteriormente.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 05 de Agosto de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 073/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE FORMA GERAL PARA REPRESENTAR O PREFEITO EM ASSUNTOS DE INTERESSE DA PREFEITURA NA CIDADE DE BRASILIA-DF.

VALOR: R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

PRAZO: 05 (CINCO) MESES.

CONTRATADO: IMPERIAL CONSULTORIA, TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO EIRELI.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 26 DE JUNHO DE 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 22 de Agosto de 2019, estará abrindo a Tomada de Preços, para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO/COMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA PARA O ASSENTAMENTO BOJUI NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT . Fez-se necessária esta prorrogação em virtude da necessidade de correção do edital.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 05 de Agosto de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

SETOR RH
T E R M O D E P O S S E

Aos dois dias do mês Agosto do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu a Senhor ***TREVISAN VIANA DA SILVA***, brasileiro, solteiro, Portadora do RG sob nº 1432116-5 SS/MT e CPF sob nº 727. 028.931-04, Título de Eleitor sob nº 0261 3640 1864 - Zona 018 - Seção 0140, CTPS sob 50.214/Série nº 00016/MT, residente e domiciliada na Av. Principal, Tangará da Serra-MT, para tomar posse no Cargo de *Dentista*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 141/2019, de 15 de Julho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 02 de Agosto de 2019.

TREVISAN VIANA DA SILVA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014,

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014, de 05 de Agosto de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) FAZENDAS REUNIDAS LISOT LTDA 03.940.830/0001-97 9069/00362/2019 GIOVANNI PEREIRA CAMACHO 709.652.691-91 9069/00353/2019 GIOVANNI PEREIRA CAMACHO 709.652.691-91 9069/00354/2019 JULIO OSMAR EMERICK 324.486.279-91 9069/00311/2019 JULIO OSMAR EMERICK 324.486.279-91 9069/00312/2019 JUVENAL FREGADOLLI 101.067.239-87 9069/00233/2018 RAFAEL RIBEIRO DE SOUZA 022.540.531-83 9069/00220/2019 RAFAEL RIBEIRO DE SOUZA 022.540.531-83 9069/00221/2019 ROBERTO CARLOS BRAGA 080.763.991-57 9069/00215/2019 ROBERTO CARLOS BRAGA 080.763.991-57 9069/00216/2019 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO Assinatura: Data de afixação:: 05/08/2019 Data de desafixação 20/08/2019

GABINETE
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00017

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00017, de 05 de Agosto de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR) ADRIANO AGUIAR 776.684.649-72 9069/00266/2019 CECILIA SCHOROEDER 079.381.081-70 9069/00318/2019 ARMANDO CAMARGO PENTEADOR JUNIOR 413.959.056-49 9069/00335/2019 DIOGO RODRIGUES ALONSO (ESPÓLIO DE) 046.197.499-15 9069/00336/2019 ELIANA SCARAMUZZA DELSIN MIZAEL 169.739.818-95 9069/00369/2019 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO Assinatura: Data de afixação:: 05/08/2019 Data de desafixação 20/08/2019

GABINETE
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00013,

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00013, de 05 de Agosto de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) AGROPECUARIA PASSO DO LOBO LTDA 52.043.411/0001-68 9069/00457/2019 ALCIDES MANTELLI 127.274.079-04 9069/00464/2019 ALTEMAR KRHOLING 468.476.691-87 9069/00483/2019 APARECIDA PEREIRA CAMACHO 320.764.449-04 9069/00469/2019 APARECIDA PEREIRA CAMACHO 320.764.449-04 9069/00191/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069/00428/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069/00430/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069/00429/2019 CARLOS FLORISBAL GAZZONI 004.637.289-04 9069/00431/2019 CLEUSY VIEIRA 003.229.979-68 9069/00427/2019 CLEUSY VIEIRA 003.229.979-68 9069/00436/2019 ELMA ELETRICIDADE DE MATO GROSSO LTDA 36.971.851/0001-29 9069/00389/2019 ELMA ELETRICIDADE DE MATO GROSSO LTDA 36.971.851/0001-29 9069/00390/2019 ELOIDE DE QUADROS ZUCONELLI 036.734.059-34 9069/00399/2019 EUCLAIR JOAO SCHAEDLER 074.333.600-34 9069/00395/2019 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO Assinatura: Data de afixação: 05/08/2019: Data de desafixação 20/08/2019

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00006, de 05 de Agosto de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR) BUSANELLO CIA LTDA 07.251.285/0001-82 9069 /00084/2019 BUSANELLO CIA LTDA 07.251.285/0001-82 9069 /00085/2019 ANDERSON QUINTINO DESBESSEL 033.135.841-79 9069 /00091/2019 AGROSOL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME 03.760.949/0001-88 9069 /00107/2019 AGROSOL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA ME 03.760.949/0001-88 9069 /00108/2019 ALVARO PINTO 007.970.221-04 9069 /00109/2019 ALVARO PINTO 007.970.221-04 9069 /00110/2019 APARECIDA PEREIRA CAMACHO 320.764.449-04 9069 /00111/2019 APARECIDA PEREIRA CAMACHO 320.764.449-04 9069 /00112/2019 AFONSO CELSO TESCHIMA 112.866.449-68 9069 /00115/2019 AFONSO CELSO TESCHIMA 112.866.449-68 9069 /00116/2019 Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ADEMIR BENEDITO SALDANHA DA SILVA Matrícula: 00000006 Cargo: FISCAL TRIBUTARIO Assinatura: Data de afixação:: 05/08/2019 Data de desafixação 20/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA

Dom Aquino, 05 de Agosto de 2019

ERRATA

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais, modifica a data do final da campanha eleitoral conforme esta no cronograma no edital. No edital onde se lê **data final da Campanha dia 28/09/2019**, leia-se agora **data final da Campanha dia 03/10/2019**.

Atenciosamente,

_____

Joenir Bosco Costa Magalhães Ferreira

PRESIDENTE DO CMDCA

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
REAVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

REAVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria Nº 02/2019, torna público aos interessados a reabertura da Licitação referente ao Pregão Presencial Nº 15/2019.

Órgãos:. Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo e Departamento de Água e Esgoto

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, de forma parcelada, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 21/08/2019

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 05 de agosto de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 31 de julho de 2019, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2019**, tendo como objeto o **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL COLORIDO, EM MADEIRA PLÁSTICA, FABRICADO COM MATERIAL SUPER RESISTENTE E ATÓXICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa **EDUCA FACIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGOGICOS LTDA – ME**, foi vencedora dos itens 0004, com valor final de R$ 1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais); Item 0005, com valor final de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais); Item 0006, com valor final de R$ 2.140,00 (dois mil e cento e quarenta reais); Item 0007, com valor final de R$ 2.140,00 (dois mil e cento e quarenta reais); Item 0008, com valor final de R$ 2.140,00 (dois mil e cento e quarenta reais); Item 0009, com valor final de R$ 3.000,00 (três mil reais); Item 0010, com valor final de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais); Item 0011, com valor final de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais); A **empresa ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMOLDAGEM LTDA - EPP,** foi vencedora dos itens 0001 com valor final de R$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais); Item 0002, com valor final de R$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais); Item 0003, com valor final de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

Feliz Natal – MT, 05 de agosto de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 260/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 320/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **ELVIS ADRIANO SOARES GOLDIM,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL III**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 331/2019

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **ADRIANE AUGUSTA DE MORAES,** ocupante do cargo Efetivo de **DENTISTA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 05/08/2019 a 03/09/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 323/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **CARINE CHIELE,** ocupante do cargo Comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DO SAE**, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 01/08/2019 a 20/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

§ 1º- Á requerimento da Servidora ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 319/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **ANDREIA FERREIRA DE ALMEIDA ARAUJO,** ocupante do cargo efetivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01/08/2019 A 30/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 322/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **JOSÉ WILSON DINIZ CRUZ,** ocupante do cargo efetivo de **VIGIA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 321/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **JOSÉ AMARILDO DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **VIGIA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, pelo período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 333/2019

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2019

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO, DIRCE APARECIDA DOS SANTOS E DAIANE RIBOLDI** para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO dos Servidores em Estágio Probatório lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A referida comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores, observados critérios como capacidade técnica, eficiência, disciplina, pontualidade e assiduidade, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade, companheirismo, conforme as orientações constantes no Anexo VIII E IX da Lei Complementar 055/2019 e Decreto 028/2019.

Art. 3º - O prazo para apresentação dos relatórios de avaliação é de 10 (dez) dias, contados da data desta Portaria.

Parágrafo único: O Servidor avaliado deverá tomar ciência da sua avaliação, no prazo de 03 dias.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria 325/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 313/2019

DATA: 23 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **CRISOMAR VIEIRA DE CARVALHO,** ocupante do cargo Comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 23/07/2019 a 11/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2012/2013.

§ 1º- Á requerimento do Servidor ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO - MOVEIS PLANEJADOS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 034/2019

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para ***aquisição de MOVEIS* PLANEJADOS *para a nova sede do Paço Municipal***, conforme solicitado pela Secretaria de Administração e especificações do Termo de Referencia e Edital, que se realizará no dia **16/08/2019 às 13h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 31 de julho de 2019.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/2019

O Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ Nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, n° 135, Jardim Vitória, Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, neste ato representado seu Prefeito, o Sr. ÉRICO STEVAN GONÇALVES, RESOLVE: CANCELAR PARCIALMENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 116/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019 - HOMOLOGADA EM 19/07/2019 - ITEM 219, CÓDIGO GEXTEC 46522, com a empresa SUADENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI. O processo Administrativo referente à licitação acima encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 05 de Agosto de 2019. ÉRICO STEVAN GONÇALVES - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 010/2019

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade P**regão Presencial SRP por ITEM nº 010/2019**, cujo Objeto é: **Aquisição de Pneus Novos.** Dia: 21/08/2019. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 21/08/2019. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (**pmindiaivailicitacao@gmail.com**);**Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 21 agosto de 2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 05 de agosto de 2019.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO ESPECIAL Nº 95/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00095/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de ITANHANGA no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00491/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Credito Adicional Especial no valor de R$ 129.929,66 (Cento e Vinte e Nove Mil Novecentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos) nos termos do Artigo 41, inciso II da Lei Federal 4.320/64, para reforco de Dotacoes nao consignadas no Orcamento vigente:

02.001-Gabinete do Prefeito		
02.001.04.122.0007.2004.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0300000000-Recursos Ordinarios		2.095,00
	Sub-Total:	**2.095,00**
03.001-Gabinete do Secretario		
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		2.280,00
	Sub-Total:	**2.280,00**
04.001-Gabinete do Secretario		
04.001.12.122.0012.2016.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		2.950,00
04.001.12.361.0012.2142.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		6.358,00
04.001.12.361.0012.2142.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		11.045,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		708,80
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0315000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		2.846,70
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		710,23
	Sub-Total:	**24.618,73**
05.001-Gabinete do Secretario		
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		801,00
	Sub-Total:	**801,00**
05.002-Fundo Municipal de Saude		
05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0302000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude		3.900,00
05.002.10.301.0019.2061.3.3.7.1.70.00.00.00 Contrato de Rateio - Consorcio Intermunicipal de S		
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		830,73
05.002.10.301.0019.1087.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0300000000-Recursos Ordinarios		5.875,44
	Sub-Total:	**10.606,17**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		4.021,40
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
0329000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		2.250,00
	Sub-Total:	**6.271,40**
09.001-Gabinete do Secretario		
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0300000000-Recursos Ordinarios		5.424,28

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL Nº 00095/2019

09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinarios		13.294,94
	Sub-Total:	**18.719,22**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.25.752.0030.2049.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0300000000-Recursos Ordinarios		29.988,00
09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0317000000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP		4.328,17
09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinarios		28.026,47
	Sub-Total:	**62.342,64**
10.001-Gabinete do Secretario		
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0300000000-Recursos Ordinarios		185,30
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinarios		360,00
10.001.27.812.0018.2094.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0300000000-Recursos Ordinarios		1.650,20
	Sub-Total:	**2.195,50**
	Total Parcial Suplementado:	**129.929,66**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Especial Aberto conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso I paragrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de o superavit financeiro apurado em balanco patrimonial do exercicio anteriores;

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

02, Julho de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Emissão: 05/08/2019 13:03:08 Page 2 de 2

Homologado

CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2019 LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO – 2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2019

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Exercício – 2020

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal, e em confor-

midade com o inc. I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), faz saber os munícipes, que a Prefeitura Municipal de Itanhangá realizará Audiência Pública para discussão sobre as metas e prioridades da Administração Pública, com a finalidade de elaborar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para viger durante o exercício financeiro de 2020, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Itanhangá -MT, situada na Rua Murici, Bairro: Centro, Itanhangá, MT.

Data: 15 de Agosto de 2019.

Horário: 15h00min.

Assim, todos ficam devidamente convocados para, querendo, participar desta Audiência Pública.

Prefeitura Municipal de Itanhangá, 05 de agosto de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 09/2019.

PORTARIA Nº. 09/2019.

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE ASSESSOR DE IMPRENSA EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. Zilmar Albuquerque Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor Eliseu Savio Diniz, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor de Imprensa, lotado no Padrão 06 Classe A, do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos da Câmara Municipal de Itanhangá, instituídos pela Lei Municipal Nº. 002/2005, e alterações posteriores.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 02 dias do mês de agosto de 2019.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ZILMAR ALBUQUERQUE RODRIGUES

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DLC N° 170/2019

Fica retificado a publicação da Portaria DLC N° 170/2019, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XIV, N° 3283, na data de 02/ de agosto de 2019.

ONDE SE-LÊ: Contrato n° 073/2019

LEIA-SÊ: Contrato n° 074/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina, n° 314, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria n° 021/2019, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 044/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **09 de agosto de 2019, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 05 de agosto de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO ESPECIAL Nº 97/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Avenida Santa Catarina, 314, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2500
CNPJ: 07.209.225/0001-00
e-mail: prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 97/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 494/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Especial por anulação total ou parcial de dotações, no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais) nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de dotações não consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0027.1093.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0027.1093.4.4.9.0.51.00.00.00|192000000 Obras e Instalacoes	R$ 74.000,00

Sub-Total:R$ 75.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 75.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.27.812.0014.1076.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 14.000,00

Sub-Total:R$ 14.000,00

04.005-Departamento de Cultura

04.005.13.392.0017.2143.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.302.0020.1091.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 11.000,00

Sub-Total:R$ 11.000,00

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.242.0027.2082.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 15.000,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 75.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Avenida Santa Catarina, 314, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2500
CNPJ: 07.209.225/0001-00
e-mail: prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 97/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 04 de Julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO ESPECIAL Nº 96/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Avenida Santa Catarina, 314, Centro, 78.579-000
Telefone: (066) 3578.2500, Fax: (066) 3578.2500
CNPJ: 07.209.225/0001-00
e-mail: prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 96/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 493/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Especial por anulação total ou parcial de dotações, no valor de R$ 5.400,00 (Cinco Mil e Quatrocentos Reais) nos termos do Artigo 41, inc. II da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusões de dotações não consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 5.400,00

Sub-Total:R$ 5.400,00

Total Parcial Suplementado: R$ 5.400,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0019.2060.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	R$ 5.400,00

Sub-Total:R$ 5.400,00

Total Parcial Reduzido: R$ 5.400,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 04 de Julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 93/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00093/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de ITANHANGA no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00491/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 434.097,00 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil Novecentos e Sete Reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforco de Dotacoes consignadas no Orcamento vigente:

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		25.000,00
	Sub-Total:	**25.000,00**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.361.0016.2119.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		10.000,00
04.001.12.361.0012.2142.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		5.200,00
04.001.12.365.0014.1005.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		7.821,59
04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		2.100,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		11.000,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		40.000,00
04.001.12.361.0012.2112.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		30.500,00
04.001.12.122.0012.2016.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.500,00
	Sub-Total:	**110.121,59**

04.003-FUNDEB 60%

04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0118000000-Transferências do FUNDEB 60%		1.000,00
	Sub-Total:	**1.000,00**

05.001-Gabinete do Secretario

05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.200,00
05.001.10.301.0019.2059.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		33.106,28
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		24.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		4.000,00
	Sub-Total:	**65.306,28**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		50.000,00
05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		21.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00093/2019

05.002.10.305.0020.2065.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		13.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		700,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		16.000,00
	Sub-Total:	**102.700,00**
06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**11.000,00**
08.001-Gabinete do Secretario		
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
	Sub-Total:	**4.000,00**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
08.002.08.244.0027.2072.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
	Sub-Total:	**9.000,00**
08.003-Fundo Munic. dos Direitos Crianca e Adolesc		
08.003.08.243.0027.2080.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
08.003.08.243.0027.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
	Sub-Total:	**7.000,00**
09.001-Gabinete do Secretario		
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
09.001.26.782.0007.2041.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		500,00
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0100000000-Recursos Ordinários		82.769,13
	Sub-Total:	**89.269,13**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.25.752.0030.2049.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		100,00
	Sub-Total:	**100,00**
10.001-Gabinete do Secretario		
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		8.500,00
10.001.27.812.0018.2105.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		1.100,00
	Sub-Total:	**9.600,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00093/2019

Total Parcial Suplementado:	**434.097,00**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III paragrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulacao total ou parcial de dotacoes;

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0009.1070.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0192000000-Alienacao de Bens	6.050,00
03.001.04.123.0009.1070.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários	58.450,00
Sub-Total:	**64.500,00**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	186,44
04.001.12.361.0016.2030.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.801,11
04.001.12.365.0012.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	42,40
04.001.27.812.0014.1076.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao	1.000,00
04.001.12.365.0014.1005.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao	1.000,00
04.001.12.306.0013.2033.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários	474,35
04.001.12.122.0012.2016.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	21.800,57
04.001.12.306.0013.2033.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN	1.200,00
04.001.12.361.0016.2030.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.305,00
04.001.12.361.0014.1004.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.000,00
Sub-Total:	**33.809,87**

04.005-Departamento de Cultura

04.005.13.392.0017.2143.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários	5.000,00
04.005.13.392.0017.2120.3.3.9.0.31.00.00.00 Premiacoes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	
0100000000-Recursos Ordinários	10.000,00
Sub-Total:	**15.000,00**

05.002-Fundo Municipal de Saude

05.002.10.302.0020.1091.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	17.500,00
05.002.10.305.0020.2065.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	11.240,00
05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	32.231,77
05.002.10.301.0019.1087.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	2.000,00
05.002.10.301.0019.2061.3.3.7.1.70.00.00.00 Contrato de Rateio - Consorcio Intermunicipal de S	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	50.000,00
Sub-Total:	**112.971,77**

05.003-Departamento de Agua e Esgoto - DAE

05.003.17.512.0021.2014.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários	500,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00093/2019

	Sub-Total:	**500,00**
06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.2128.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		736,75
06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
0100000000-Recursos Ordinários		1.800,00
06.001.20.608.0023.2050.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**3.536,75**
07.001-Gabinete do Secretario		
07.001.04.122.0009.1069.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
	Sub-Total:	**5.000,00**
08.001-Gabinete do Secretario		
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		4.089,03
	Sub-Total:	**4.089,03**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		2.540,28
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		15.000,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		3.000,00
08.002.08.244.0027.2130.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		2.438,50
08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		11.258,49
08.002.08.244.0027.2074.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		1.000,00
	Sub-Total:	**38.237,27**
09.001-Gabinete do Secretario		
09.001.26.782.0009.1072.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		400,00
09.001.26.782.0009.1072.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0124000000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assiste		30.600,00
09.001.15.451.0030.1009.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
09.001.15.451.0030.1009.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**51.000,00**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.27.812.0030.1017.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		3.548,80
09.002.27.812.0030.1017.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0100000000-Recursos Ordinários		30.000,00
09.002.15.451.0030.2044.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0124000000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assiste		1.000,00
09.002.27.812.0030.1017.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		4.374,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00093/2019

	Sub-Total:	**38.922,80**
10.001-Gabinete do Secretario		
10.001.27.812.0018.2094.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		21.529,51
10.001.27.812.0018.2094.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		35.000,00
10.001.27.812.0018.1062.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**66.529,51**
	Total Parcial Reduzido:	**434.097,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

01, Julho de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E ANDERSON ADORNO DE MATOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 250/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 25/07/2019, VENCENDO EM 24/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE TÉCNICO EM RAIO X.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E JULIO CESAR ROCHA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 226/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 28/06/2019, VENCENDO EM 27/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E NICANOR DAVID RODRIGUES

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 224/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 21/06/2019, VENCENDO EM 20/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 413/2019.

Data da vigência: 01/08/2019 a 01/08/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): FATIMA DA SILVA RONDON

Objeto: Contrato Administrativo nº 413/2019 firmado entre as partes de 01/08/2019 a 01/08/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): EDIVALDO RODRIGUES DE MELO

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 179/2018, a pedido do contratado, a partir de 02/08/2019, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 196/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E NUBIA LIMA DA SILVA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 196/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 13/04/2019, VENCENDO EM 12/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA SUPRAMENCIONADA NO CARGO DE AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E KATHERINE ENAURA BRAGA PEDROSO.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 195/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 13/04/2019, VENCENDO EM 12/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA SUPRAMENCIONADA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E JANARA LORRANE FORNAZIERE.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 190/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 11/04/2019, VENCENDO EM 10/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA SUPRAMENCIONADA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E PATRICIA VIEIRA DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 197/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 18/04/2019, VENCENDO EM 17/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA SUPRAMENCIONADA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 200/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E JAQUELINE PATRICIA DE LIMA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 200/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 24/04/2019, VENCENDO EM 23/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA SUPRAMENCIONADA NO CARGO DE FARMACÊUTICO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E AMADO SILVA DE ANDRADE

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 199/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 23/04/2019, VENCENDO EM 22/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MECÂNICO NÍVEL II.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E NACIBI LOPES DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 188/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 09/04/2019, VENCENDO EM 08/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE

INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE ENTULHO/LIXO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E AURORA GOMES BATISTA DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 201/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 30/04/2019, VENCENDO EM 29/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E DAIANE CAMARGO LUZIO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 193/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 11/04/2019, VENCENDO EM 10/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE ENFERMEIRO.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 197 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

"Prorroga o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar de Sindicância ao amparo da Lei nº 379/99, cujos trabalhos foram autorizados pela Portaria nº 163, de 05 de julho de 2019, publicada no Jornal da AMM na Edição 3.264."

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 163, de 05 de julho de 2019, publicada na Edição 3.264, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo a Lei nº 379/99.

RESOLVE:

Art. 1° - Resolve prorrogar o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar de Sindicância, cuja apuração foi autorizada pela Portaria nº 163, de 05 de julho de 2019, publicada na Edição 3.264, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 05 de julho de 2019, conforme permissivo no art. 136, parágrafo único da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, aos 02 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E MIRIAM CORVALAN DE MIRANDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 198/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 19/04/2019, VENCENDO EM 18/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LICAUDEMIO DE LAMARE DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 184/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 02/04/2019, VENCENDO EM 01/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE ENTULHO/LIXO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LUCIANA NUNES RODRIGUES DE SIQUEIRA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 185/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 03/04/2019, VENCENDO EM 02/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 186/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LUZINETE DORNEL PEREIRA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 186/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 05/04/2019, VENCENDO EM 04/04/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LINDALVA INÁCIO DOS SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 204/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 30/05/2019, VENCENDO EM 29/05/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E TAINA ANITA FURTADA MARTINS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 205/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 30/05/2019, VENCENDO EM 29/05/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E THIAGO PEREIRA FRANÇA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 206/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 30/05/2019, VENCENDO EM 29/05/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 217/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 11/06/2019, VENCENDO EM 10/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 208/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E ELIEZER VENACIO PINTO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 208/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 04/06/2019, VENCENDO EM 03/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE INSEMINADOR DE ANIMAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E TIAGO TEIXEIRA CAMPOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 209/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 04/06/2019, VENCENDO EM 03/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E ELCIO MENEZES MARTINS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 210/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 05/06/2019, VENCENDO EM 04/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E JOANA MENDES RODRIGUES

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 216/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 11/06/2019, VENCENDO EM 10/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 212/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E DALVA CAVALCANTE CORTEZ

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 212/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 06/06/2019, VENCENDO EM 05/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE LABORATÓRIO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 214/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E ROSEMEIRE DE SOUZA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 214/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 08/06/2019, VENCENDO EM 07/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE TÉCNICO DE RAIO X.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 409/2019.

Data da vigência: 22/07/2019 a 22/07/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): CLAUDIVAM MESQUITA DE SOUZA

Objeto: Contrato Administrativo nº 409/2019 firmado entre as partes de 22/07/2019 a 22/07/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 412/2019.

Data da vigência: 23/07/2019 a 23/07/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ADRIELI ALMEIDA DOS SANTOS

Objeto: Contrato Administrativo nº 412/2019 firmado entre as partes de 23/07/2019 a 23/07/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de CUIDADOR SOCIAL - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 410/2019.

Data da vigência: 22/07/2019 a 22/07/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RAFAELA APARECIDA BORGES DE OLIVEIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 410/2019 firmado entre as partes de 22/07/2019 a 22/07/2020, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de CUIDADOR SOCIAL - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E DIONIZIO DA SILVA BARBOSA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 218/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 15/06/2019, VENCENDO EM 14/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 254/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E EDILAINE ZANQUETA DOS SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 254/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 31/07/2019, VENCENDO

EM 30/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E JULIO CESAR ROCHA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 227/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 28/06/2019, VENCENDO EM 27/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E GRASIELLE OLIVEIRA PEREIRA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 245/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 17/07/2019, VENCENDO EM 16/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E KERULEN FERNANDES DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 246/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 18/07/2019, VENCENDO EM 17/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 240/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E HERLAND JOSE FERREIRA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 240/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 11/07/2019, VENCENDO EM 10/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E ERNANDE ANTONIO DA SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 235/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 05/07/2019, VENCENDO EM 04/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E BENEDITO ALVES PINTO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 234/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 05/07/2019, VENCENDO EM 04/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 236/2018.

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E FATIMA DA SILVA RONDON

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 236/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 05/07/2019, VENCENDO EM 04/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JANARA LORRANE FORNAZIERE

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 190/2018, a pedido do contratado, a partir de 30/07/2019, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RONILSON DA SILVA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 167/2018, a pedido do contratado, a partir de 02/08/2019, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 209/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): TIAGO TEIXEIRA CAMPOS

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 209/2018, a pedido do contratado, a partir de 02/08/2019, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 249/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E VALMOR MARI

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 249/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 19/07/2019, VENCENDO EM 18/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 253/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LUCINHA LINS DE SOUZA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 253/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 31/07/2019, VENCENDO EM 30/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE

INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 220/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E MARIA DE LOURDES NETA RIBEIRO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 220/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 15/06/2019, VENCENDO EM 14/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE ODONTÓLOGO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E RODRIGO ARANTES SILVA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 252/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 30/07/2019, VENCENDO EM 29/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MECÂNICO NÍVEL II.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LEONILDO GOMES BARCELO

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 248/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 18/07/2019, VENCENDO EM 17/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 244/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E EDINA ALVES DE SOUZA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 244/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 13/07/2019, VENCENDO EM 12/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE ENTULHO/LIXO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E MAYARA BATISTA GODEGUEZ

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 231/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 03/07/2019, VENCENDO EM 02/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE ENTULHO/LIXO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E VIVIANE INACIO SANTOS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 229/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 02/07/2019, VENCENDO EM 01/07/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE ENTULHO/LIXO.

PROCURADORIA JURIDICA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT E LINDINALVA CAMPOS MOTA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 223/2018, POR MAIS UM PERÍODO IGUAL, A PARTIR DE 21/06/2019, VENCENDO EM 20/06/2020, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO DO SERVIDOR SUPRAMENCIONADO NO CARGO DE COLETOR DE LIXO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 003/2019

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 056/2019, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2019. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, da anuência à solicitação de adesão ao referido Pregão Presencial, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **VOLTASA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n° **24.149.586/0001-19,** cujo objeto é **"Aquisição de materiais para atender a demanda de tapa buraco de vias urbanas nesse município"**,ao valor global de **R$ 318.750,00 (Trezentos e dezoito mil, setecentos e cinquenta reais).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925, das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 01 de agosto de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.31/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 31/07/2019, para contratação de empresa de locação de sistema software de Banco de dados de preços de peças fabricante (montadora), para aquisição de peças de veículos caminhões, ônibus, peças de máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e outros, para atender a frota municipal.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 05 de Agosto de 2019.

Marllon Ricardo Gomes Pio

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.30/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 31/07/2019, prestação de serviço de empresa especializada em acompanhamento online e presencial dos convênios e contratos, e prestação de contas da Prefeitura de Jauru no ministério da Educação, junto ao FNDE, ministério da cidadania, junto ao FNAS.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 05 de Agosto de 2019.

GILSON SOUZA ARAUJO

Gabinete do Prefeito

AVISO DE PRORROGAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2156/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0021/2019

A Pregoeira do Município de Jauru, nomeada pela portaria nº. 002/2018 torna público aos interessados a prorrogação do Pregão Presencial 0021/2019 acima referenciado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E GAS, onde foi declarado DESERTO pelo não comparecimento de interessados, a nova de abertura do certame esta marcada para o dia 13 de agosto, as 08:00 horas, na sala da Comissão de Apoio.

JAURU – MT, 05 de agosto de 2018.

Rafaela Borges da Costa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 10/2019

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Inexigibilidade de Licitação cujo objeto é a **Aquisição de peça e prestação de serviço o equipamento CR Diamomd Classic do Raio X em atendimento aos pacientes de Urgências e Emergências do Hospital Municipal de Juara Elidia Machietto Santilho, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa: **CARESTREAM DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 08.546.929/0001-22, estabelecida na Rua Dr. Pedro Luiz Oliveira da Costa, n.º 60, Bairro Jardim Limoeiro, CEP: 12.241-430, no Município de São Jose dos Campos/SP.

Valor Global: R$ 15.887,00 (quinze mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

Juara - MT 05 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.

Processo: Inexigibilidade de Licitação n.º 010/2019.

Assunto: Aquisição de peça e prestação de serviço o equipamento CR Diamomd Classic do Raio X em atendimento aos pacientes de Urgências e Emergências do Hospital Municipal de Juara Elidia Machietto Santilho, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: CARESTREAM DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 08.546.929/0001-22, estabelecida na Rua Dr. Pedro Luiz Oliveira da Costa, n.º 60, Bairro Jardim Limoeiro, CEP: 12.241-430, no Município de São Jose dos Campos/SP.

Valor Global: R$ 15.887,00 (quinze mil, oitocentos e oitenta e sete reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 010/2019, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 05 de agosto de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DE CURRICULO DA ZONA RURAL Nº 008/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 008/2019/SME

EDITAL DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DE CURRICULO DA ZONA RURAL Nº 008/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Niterói nº 81N Centro – CEP 78.575-00, Juara MT, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (COPSS), nomeada pela Portaria GP/nº664/2018 de 14 de Novembro de 2018, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o inciso IX, do art.37, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2.633 de 22 de Fevereiro de 2017 e normas contida na Lei Complementar 068/2009, Lei Complementar 028/2007, Lei de Gestão Democrática nº 2.052/2009, o Decreto 6.094/2007, a Lei 12.695/2012 e Legislação vigente no contexto da Educação, torna público e oficial para conhecimento dos interessados no **Processo Seletivo Simplificado (PSS)** visando à seleção de pessoal para contratação em caráter de urgência e excepcional interesse público para atender a necessidade das Escolas do Campo e garantir o direito dos estudantes no cumprimento do ano letivo de 2019. Faz-se necessário caráter de urgência considerando que houve processo seletivo, no entanto, não supriu as vagas em algumas unidades de ensino, havendo a necessidade de um novo processo pelas disposições regulamentares contidas no presente Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 O Processo Seletivo Simplificado (PSS) será coordenado pela Comissão Organizadora nomeada pela Portaria GP/nº664/2018 de 14 de Novembro de 2018.

1.2 O presente Edital de **Processo Seletivo Simplificado (PSS)** contêm normas e procedimentos para a seleção em caráter de **urgência** para suprir a contratação temporária de Profissionais da Educação nas Escolas do Campo durante o ano letivo de 2019, considerando o número de vagas que não foram preenchidas no PSS**EDITAL N°002/2018**, estabelecidas no regime de urgência as necessidades no **Anexo I** deste Edital.

1.3 Não serão permitidos em hipótese alguma ser remanejado para zona urbana.

1.4 A seleção de urgência para contratação temporária de Professores para atender a demanda exclusivamente destas unidades Escolares do Campo conforme especifica:

1- .a) Professor Nível Superior Licenciatura em Pedagogia horas regime de 30 aulas para atuar na Escola Municipal Bairro Machado localizadaComunidade do Machado Km 100, em substituição a Licença Maternidade.

b) Professor Nível Superior Licenciatura em Pedagogia horas regime de 30 aulas para atuar na Escola Municipal Renascer localizada no Assentamento Banco da Terra, em substituição a professora que solicitou Distrato.

a) 1.5 Os contratos temporários serão para provimento de pessoal em regime de urgência para os cargos de professores Nível Superior Pedagogia e na ausência deste professor com Ensino Médio para suprir a existência de vagas excepcionalmente nestas unidades escolares do campo localizadas na zona rural do município de Juara – MT. c) Professor Nível Superior nas áreas do conhecimentos regime de 30 horas para atuar na Escola Municipal Rui Barbosa em substituição ao professor que solicitou distrato. Parágrafo único: Na letra C não havendo professor inscrito na área do Conhecimento poderá se inscrever professor Nível Superior Pedagogia.

1.6 A participação dos candidatos no **Processo Seletivo Simplificado (PSS)**, não implica obrigatoriedade de sua contratação, ocorrendo apenas a expectativa de contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação, o direito de proceder às contratações em número que atenda a urgência e as necessidades do serviço público, obedecendo rigorosamente a ordem decrescente de classificação do total de pontos dentro do prazo de validade deste Edital.

1.7 A divulgação do presente regulamento e demais atos referente ao **Processo Seletivo Simplificado (PSS)** dar-se-ão por editais e comunicados, que serão afixados no mural da Secretaria Municipal de Educação, situada a Avenida Jose Alves Bezerra nº 383 N Juara MT, bem como na sede da Prefeitura Municipal de Juara – MT, localizada na Rua Niterói, número 81N, Centro e nos sites www.diariomunicipal.org.mt e www.juara.mt.gov.br.

1.8 Será de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos prazos, locais e horários para realização de todos os atos do presente **Processo Seletivo Simplificado** (**PSS)**, inclusive as alterações.

1.9 O Cronograma de datas e atividades do **Analise de Currículo 008/2019 -Processo Seletivo Simplificado** (**PSS),** constante neste Edital, conforme Anexo III poderão sofrer alterações de acordo com a necessidade e casos fortuitos.

1.10 Os cargos, nível de escolaridade, requisitos básicos, números de vagas, valor da remuneração, carga horária e características do trabalho estão no Anexo I.

2 DO LOCAL E PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os inscritos não poderão alegar desconhecimento.

2.2 As inscrições para seleção de contrato temporário em regime de urgência, para os cargos estabelecidos neste Edital, de **Processo Seletivo Simplificado (PSS)** serão gratuitos e realizadas conforme abaixo:

I As inscriçõesserão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Jose Alves Bezerra Nº 383 N – Centro – Juara – MT. **No dia 08 de Agosto de 2019, no horário das 8 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas.**

II O candidatodeverá realizar sua inscrição somente em uma unidade escolar do Campo, ou seja, naquela que pretende trabalhar conforme consta no Anexo I, deste Edital.

III O candidato deverá comparecer no local e horário indicado no inciso I com originais e cópias da Certidão de Nascimento ou Casamento; cópia do RG; CPF; Titulo de Eleitor; documento militar para homens; Comprovante de Endereço; Diploma de Licenciatura Plena na área de atuação, ou Declaração de Conclusão do Curso acompanhado do Histórico Escolar, Certificado de Ensino Médio ou atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar, Certificados de Cursos na área de Educação correspondente aos últimos três anos;

IV Todos os documentos elencados no **inciso anterior** deverão ser conferidos com o original pelos membros da equipe responsável por receber as inscrições.

V O candidato poderá fazeropção por apenas uma habilitação, um cargo e uma única escola, caso ocorra duplicidade de inscrição será considerada como válida a última.

VI Uma vezefetuada a inscrição, não serão permitidos alterações na Ficha de Inscrição da Análise Curricular-Contagem de pontos, disponibilizada no local e horário constantes no **inciso I do item 2.2**;

2.3 Os dados constantes nas inscrições serão de responsabilidade exclusiva do candidato, que não poderá alegar erros ou falhas de sua parte, ficando submetido às sanções cíveis e penais, conforme disposto em lei.

2.4 Somente serão aceitas as inscrições em que a formação do candidato seja compatível com o cargo.

2.5 A inscrição poderá ocorrer por procuração desde que contenha cópia da documentação necessária.

2.6 A qualquer tempo poderão ser anulados os atos de inscrição, contagem de pontos ou contratação do candidato, caso seja confirmada a falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade quanto às informações apresentadas.

2.7 **Será publicada a Relação Geral das inscrições no dia 09 de Agosto 2019**, no mural da Secretaria Municipal de Educação, situada a avenida Jose Alves Bezerra nº 383 N – Centro, em local de fácil acesso, bem como através da publicação no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INSCRIÇÃO

a) Idade mínima de 18 anos;

b) Escolaridade mínima exigida compatível com cargo;

c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

d) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

e) Atender às condições prescritas para a função;

f) Disponibilidade de tempo para exercer suas atividades conforme carga horária descrita no **Anexo I.**

3.1 Para o cargo de Docente do Ensino Fundamental do Campo anos finais, o candidato deverá ter Licenciatura Plena, com habilitação na área de atuação ou Pedagogia ou Normal Superior

3.2 Para o exercício do cargo de professor da **zona rural** excepcionalmente quando não houver candidato com nível superior exigido, abre-se a possibilidade de inscrição com nível médio.

4 DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSCRIÇÃO/CONTAGEM DE PONTOS

4.1 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos (original e cópia):

a) Uma cópia do RG (não sendo aceitos cartões de protocolo) e original;

b) Uma cópia do CPF e original;

c) Uma cópia do comprovante de endereço atualizado (conta de luz, água ou telefone) e a original;

d) Uma cópia do Titulo de eleitor e original;

e) Uma cópia do documento militar para sexo masculino e original;

f) Uma cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento e a original;

g) Uma cópia do Diploma de Nível Superior ou Declaração de Conclusão constando a data de colação de grau acompanhado do Histórico Escolar, e original (professor);

h) Uma cópia do Certificado do Ensino Médio ou Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar.

5 DA ANÁLISE CURRICULAR POR CONTAGEM DE PONTOS

5.1 Para seleção dos candidatos a contratos temporários serão utilizada a analise de currículo por contagem de pontos, observando as pontuações com base nos requisitos de titulação, formação contínua e experiência profissional.

5.2 No que se refere à titulação, deve se considerar o ponto da maior titulação concluída, não sendo permitido selecionar dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

5.3 Para o item Cursos de Formação Contínua realizadas na área de Educação que contempla conhecimentos didático-curriculares e de Políticas Educacionais, com limite de 3.0 (três) pontos com carga horária máxima de 240 horas. Sendo Considerados apenas dos últimos três anos. A cada certificado de 40(quarenta) horas serão atribuídos 0,5(meio) ponto.

5.4 Os critérios a serem analisados no currículo e pontuação atribuída estão dispostos na Ficha de Inscrição para Professor conforme **Anexo II**, doedital.

5.5 Na hipótese de igualdade da pontuação final terá preferência sucessivamente o candidato que tiver:

a) Maior titulação.

b) Maior idade.

6 DO RESULTADO FINAL

6.1 O resultado classificatório das inscrições aos contratos temporários de Professor dar-se-ão por editais e comunicados, que será disponibilizado no mural da Secretaria Municipal de Educação, situada a Avenida Jose Alves Bezerra nº 383 N Juara MT, bem como na sede da Prefeitura Municipal de Juara – MT, localizada na Rua Niterói, número 81N, Centro e nos sites www.diariomunicipal.org.mt e www.juara.mt.gov.br.

6.2 A lista de aprovados e classificados será divulgada no **dia 13 de Agosto de 2019**, a partir das **8 horas**, conforme endereço no item 6.1 deste Edital.

7 **DO PRAZO DE VALIDADE**

7.1 **O Processo Seletivo Simplificado (PSS),** de que trata este Edital terá validade pelo período letivo de 2019, não podendo **ser** prorrogado.

7.2 O prazo de validade dos contratos referentes ao **Processo Seletivo Simplificado (PSS),** terá vigência pelo período exclusivo em que perdurar a condição que ensejou a substituição, não ultrapassando o período ano letivo de 2019.

8 DA CONVOCAÇÃO

8.1 Os candidatos aprovados serão convocados no dia **15 de Agosto de 2019** Assumirão suas funções por meio de atribuição de classes e/ou aulas livres ou em substituição, seguindo rigorosamente a ordem de classificação por cargo e unidade escolar do campo.

8.2 Os Candidatos à contratação temporária que não assumir a vaga disponível no momento da convocação não poderá mais ser convocado por este **PSS, sendo** excluído da lista.

8.3 As vagas existente para atribuição de aulas serão de acordo com as disponíveis **no Anexo I** deste Edital para atender as necessidades da demanda das Escolas do Campo.

9 DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO NO CARGO

9.1 O candidato quando convocado deverá comparecer no prazo de **5 (cinco) dias, a partir da data da publicação do Edital de convocação para apresentação dos documentos abaixo relacionados .**

a) Duas cópias do RG (não sendo aceitos cartões de protocolo);

b) Duas cópias do CPF;

c) Duas cópias do comprovante de endereço atualizado (conta de luz, água ou telefone);

d) Duas cópias do Titulo de eleitor e declaração que esta em dia com a justiça eleitoral - Cartório Eleitoral;

e) Duas cópias do documento serviço militar para sexo masculino;

f) Duas cópias da Certidão de Nascimento ou Casamento;

g) Duas Cópias da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

h) Duas cópias da vacina dos filhos até 05 anos de idade;

i) Duas cópias do Diploma de Nível Superior ou Declaração de Conclusão constando a data de colação de grau acompanhado do Histórico Escolar (professor);

j) Duas cópias do Certificado do Ensino Médio ou Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar ;

k) Duas cópias da carteira de trabalho onde esta a foto frente e verso;

l) Duas cópias de PIS ou PASEP;

m) Declaração de próprio punho, do interessado de não ter sido penalizado no processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar no serviço público, com assinatura reconhecida em cartório;

n) Certidão negativa de antecedentes criminais do fórum da comarca dos últimos cinco anos;

o) Atestado médico admissional expedido por médico;

p) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição Federal;

q) segunda via do contrato de abertura de conta corrente (pessoal) no Banco Bradesco em agencia de Juara- MT, ou cópia legível do cartão.

10. *DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO:*

10.1 O regime Jurídico dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será o Administrativo **– Lei Municipal n° 2633/2017 de 22 de fevereiro de 2017 e** da Lei Complementar Municipal nº 028, amparado pelos artigos 268, 269 e 270,sob a forma de prestação de serviços e não gera vinculo empregatício podendo ser rescindido por ambas as partes a qualquer momento sem direito a indenizações ou a verbas rescisórias.

10.2 Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado serão admitidos sob o regime administrativo, nos termos da Legislação Municipal.

10.3 Os servidores contratados através deste Processo Seletivo Simplificado serão vinculados ao regime Previdenciário Social (INSS).

10.4 Os contratos temporários de aulas, regime/jornada de trabalho, substituição para os cargos de Professor, descrito no Anexo I, poderão ser rescindidos no decorrer do ano de acordo com os critérios do Art.º 269 da LC 028/07 de 26 de Dezembro de 2007, mediante registro do descumprimento do regime disciplinar.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os casos omissos serão analisados pela Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado (PSS).**

11.2 A Prefeitura Municipal, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, fará divulgar, sempre que necessários, editais complementares e/ou avisos oficiais, no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar tais publicações.

11.3 Será expressamente vedada a posterior substituição, inclusão ou complementação de qualquer documento exigido na inscrição.

11.4 A inscrição para todo e qualquer efeito de direito expressa o conhecimento e a total aceitação, por parte do Candidato, de todas as condições estabelecidas neste edital e editais complementares.

11.5 A declaração e documentos falsos ou inexatos de dados constantes da ficha de inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis.

11.6 É de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas no ato do preenchimento da ficha de inscrição.

11.7 O resultado do Processo Seletivo Simplificado será divulgado através de edital por ordem decrescente, conforme pontuação obtida e conterá o nome do candidato, cargo e o total de pontos.

11.8 Os casos não previsto neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado e o Secretário Municipal de Educação.

11.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em exercício, Juara – MT, 06 de Agosto de 2019.

_____

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito

_____

Fernanda Alves do Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUARA

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL

1- Escola Municipal Bairro Machado Comunidade do Machado Km 100

Nº	CARGO	Jornada de Trabalho	Escolaridade	Vagas	Vencimento
01	Professor	30 horas	Nível Superior Licenciatura em Pedagogia	01 vaga Ensino Fundamental Anos Finais	R$ 2.762,26

2- Escola Municipal Renascer – Assentamento Banco da Terra.

Nº	CARGO	Jornada de Trabalho	Escolaridade	Vagas	Vencimento
01	Professor	30 horas	Nível Superior Licenciatura em Pedagogia	01 vaga Ensino Fundamental Anos Finais	R$ 2.762,26

03- Escola Municipal Rui Barbosa- Distrito de Catuai.

Nº	CARGO	Jornada de Trabalho	Escolaridade	Vagas	Vencimento
01	Professor	30 horas	Nível Superior Área do Conhecimento (disciplinas Matemática, Ciências, História, Geografia). Ou Pedagogia Nível Superior	01 vaga Ensino Fundamental Sala Multiano (6º ao 9º Ano)	R$2.762,26

ANEXO II

Ficha de Pontuação Atribuição Contrato Temporário PROFESSOR

1. Dados Pessoais:				
Nome do Servidor (a): _____Dt Nasc:____/_____/_____ End._____ nº _____ Complemento:_____Bairro::_____Cidade_____CEP:78.575-000 Telef: Res:_____Cel.:_____e-mail:_____ Matrícula: _____RG: _____Exp:_____UF:_____Dt Exp.:___/___/____CPF: _____ Escola: _____ Habilitação de Concurso:_____ Jornada Semanal de Trabalho : 30 horas semanais **POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?** a. ( ) SIM b. ( ) NÃO TIPO:( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO JORNADA DE TRABALHO:_____ Horas / semanais				
2. Opção de Inscrição para Atribuição:				
OPÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO EM: ( ) Educação Infantil - Campo ( )Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano - Campo ( )Ensino Fundamental 6° ao 9º ano –Campo				
3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR:				
3.1 - DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação, permitir somente o registro de um item e pontuá-lo)- mediante documento comprobatório.				
		CRITÉRIOS	**INDICADORES**	**Pontos**
a. b. c.	Pós Graduação	Doutorado	80,0 (oitenta) pontos	
		Mestrado	60,0 (sessenta) pontos	
		Especialização	40,0 (quarenta) pontos	
	Licenciatura	Licenciatura Plena	30,0 (trinta) pontos	
		Licenciatura Curta	20,0 (vinte) pontos	
	Ensino Médio	Magistério ou Ensino Médio	10,0 (dez) pontos	
4	.Formação Continuada			
4.1	Cursos de Formação continuada, palestras seminários, minicursos e conferencia realizados na área de educação/ atuação, em instituições reconhecidas pelo MEC, que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de politicas educacionais, com limite máximo de 0,5 (meio ponto) (certificados válidos apenas dos últimos 3 anos.		0,5 pontos p/ cada 40 horas	
TOTAL DE PONTOS				
6.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**			
7.	**EM CASO DE EMPATE**			
a	Maior Titulação			
b	Maior idade			
8.	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE:**			

Ficha de Pontuação Atribuição de Classes e/ou Aulas Contrato Temporario **PROFESSOR -** 2019

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais.

- Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.

_____ _____

Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

Juara ___/___/2019

ANEXO III

CRONOGRAMA DO EDITAL DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DE CURRICULO DA ZONA RURAL Nº 008/2019.

Especificação	Data
Publicação do Edital Nº 008/2019	06/08/2019
Período de inscrição análise de currículo por contagem de pontos.	08 de Agosto de 2019. Horário: 8horas às 11horas 13horas às 16 horas
Publicação da Relação Geral de Inscrição	09/08/2019
Publicação da Relação Geral do Aprovados e Classificados	13/08/2019
Convocação dos Candidatos Aprovados	15/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 051/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 051/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 035/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 019/2019

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS KRUPINSKI LTDA CNPJ: 00.449.484/0003-12**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **ELIAS KREFTA portador do CPF de n° 513.396.849-34 e RG: 3108704-3**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Óleo Diesel Comum e S-10, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 (doze) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 05/08/2019 e término em 05/08/2020.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A FISCALIZAÇÃO FICARÁ POR CONTA DE:

Secretaria Municipal de Agricultura - Talita Cardoso Gonçalves, CPF Nº. 024.896.261-24, nomeada pela Portaria Nº 48/2019.

Secretaria Municipal de Saúde - Claudia Regina Stein, CPF Nº. 019.003.411-40, nomeada pela Portaria Nº 26/2019.

Secretaria Municipal de Obras - Natalia Balmant de Jesus, CPF Nº. 621.336.401-34, nomeada pela portaria Nº 45/2019.

Secretaria Municipal de Educação - Viviane Gomes Dias Abreu, CPF Nº. 977.337.849-72, nomeada pela portaria Nº 27/2019.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM**	LITROS	292.000	PETROBRAS	3,59	1.048.280,00
02	**OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10**	LITROS	42.000	PETROBRAS	3,67	154.140,00

VALOR TOTAL R$ 1.202.420,00 Juruena – MT, 05 de agosto de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDAELIAS KREFTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 019/2019

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 05/08/2019

Objeto da Licitação:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL COMUM E S-10, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO NO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Fornecedor:

Razão Social: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS KRUPINSKI LTDA CNPJ: 00.449.484/0003-12 Valor: R$ 1.202.420,00 Juruena – MT, 05 de agosto de 2019 SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO Nº 021/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Jailson Da Conceição Teixeira - ME.

OBJETO: "Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Em Assessoria Na Elaboração Das Minutas Dos Códigos Que Comporão o Sistema De Postura Municipal e Suas Principais Regulações, Garantindo Assim O Pleno Exercício Do Poder De Policia Municipal, Para o Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 12 Mês

VALOR: R$ 145.000,00 (Cento Quarenta Cinco Mil Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Jailson Da Conceição Teixeira - ME – CNPJ: 16.933.709/0001-80

RESULTADO LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através da Comissão de Licitação, nomeada Pela Portaria de nº 046/2019 de 26/02/2019, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade CONVITE Nº 003/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DOS CODIGOS QUE COMPORAO O SISTEMA DE POSTURA MUNICIPAL E SUAS PRINCIPAIS REGULAÇOES, GARANTINDO ASSIM O PLENO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA MUNICIPAL, PARA O MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT"***

VENCEDOR:

JAILSON DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA - ME

CNPJ: 16.933.709/0001-80

VALOR: R$ 145.000,00 (CENTO QUARENTA CINCO MIL REAIS)

JUSCIMEIRA – MT, 26 DE JUNHO 2019.

MAIKO WILSON CUNHA DE ALMEIDA

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Contrato:	**001/2019-1(DIRETAMENTE)**
Objeto:	**EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.**
Prefeito:	**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**
ENG. CIVIL	**GESLEY ALVARES FERREIRA**

Por este instrumento, o servidor acima identificado atesta, para fins de cumprimento do disposto no art. 25, inciso III, alínea "g" da Instrução Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 12/11/2010, que o(s) serviço(s) ou bem(ns) integrantes da Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato supracitado.

De Acordo:

Prefeito
Eng. Civil

LAMBARI DO OESTE - MT, 16 de Julho de 2019.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 012/2019,

DE 31 DE JULHO DE 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art. 28, inciso XX do Regimento Interno, faz saber que ele,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias correspondentes ao período aquisivo e de gozo ao servidor público municipal, como segue:

Servidor: CELSO PEREIRA DOS SANTOS

Órgão: Câmara Municipal de Lambari D'Oeste

Função: Motorista

Período aquisitivo: 04/05/2017 à 03/05/2018

Período de gozo: 01/08/2019 à 30/08/2019

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa as providências requeridas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Publique-se, Registres-se e Cumpra-se.

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Presidente da Câmara

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Contrato:	**001/2019-1(DIRETAMENTE)**
Objeto:	**EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR NO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.**
Prefeito:	**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**
ENGENHEIRO CIVIL	**GESLEY ALVARES FERREIRA**

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 25, inciso III, alínea "a" da Instrução Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 12/11/2010, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até 90 dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

De Acordo

_____

PREFEITO

_____

ENGENHEIRO CIVIL

LAMBARI DOESTE - MT, 16 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 20.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCO 8426 ADQUIRIDO NA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018 DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT CUJO OBJETIVO ERA ADQUIRIR UM VEÍCULO UTILITÁRIO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, onde contratou-se a Empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA. LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.512.021/0001-84 com um valor total de R$ 2.019,71. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de agosto de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 7975 DE 02 DE AGOSTO DE 2019 "DISPÕE SOBRE, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DO SERVIDOR NERCI SINHORIN BOGGIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 154 da Lei Complementar Municipal n°. 081/2013, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

ART. 1° - Averbar o tempo de contribuição, conforme as certidões de tempo de contribuição do INSS Nº 10021080.1.00012/16-4, paraa servidora **NERCI SINHORIN BOGGIO**, RG n.º 8165544-0 SSP/MT, cópia do CPF n.º 798.042.411-53, servidora efetiva, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CLASSE A, NÍVEL 02**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **conforme processo Administrativo de Averbação nº 003/2019**.

ART. 2º **-** O total de tempo averbado nas certidões de Contribuição compreende **4.544, correspondente a 12 (doze) anos, 05 (cinco) meses e 14 (quatorze) dias.**

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matupá - MT, em 02 de agosto de 2019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

Ivaine Molina

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 093/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI – EPP**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.421.118/0001-06 e Inscrição Estadual n° 13.639.384-5, com sede na Av Governador João Ponce de Arruda s/nº, Bairro Centro Norte, na Cidade de Várzea Grande - MT, CEP: 78.110-900, neste ato representado pelo seu Procurador o **Srº MAX WILLIAN DE BARROS LIMA**, portador do CPF nº 923.446.151-72 e RG nº 13464507 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REVALIDAÇÃO, CANCELAMENTO, FORNECIMENTO E ENDOSSO DE BILHETES DE PASSAGENS TERRESTRES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Descrição	Unidade	Quant.	Vlr. Unitário	Total
366433	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE MATUPÁ X ALTA FLORESTA	UN - UNIDADE	60,00	58,53	3.511,80
366434	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETESERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE ALTA FLORESTA X MATUPÁ	UN - UNIDADE	60,00	57,55	3.453,00
366435	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE MATUPÁ X COLIDER	UN - UNIDADE	73,00	26,91	1.964,43
366436	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE COLIDER X MATUPÁ	UN - UNIDADE	73,00	26,33	1.922,09
366437	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE DE MATUPÁ X SINOP	UN - UNIDADE	303,00	42,74	12.950,22
366438	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE DE SINOP X MATUPÁ	UN - UNIDADE	293,00	43,62	12.780,66
366439	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE SINOP X CUIABA	UN - UNIDADE	38,00	145,91	5.544,58
366440	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE CUIABÁ X SINOP	UN - UNIDADE	38,00	146,45	5.565,10
366441	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE MATUPÁ X SORRISO	UN - UNIDADE	303,00	59,29	17.964,87
366442	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE SORRISO X MATUPÁ	UN - UNIDADE	303,00	58,80	17.816,40
366443	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE MATUPÁ X CUIABA	UN - UNIDADE	554,00	144,02	79.787,08
366444	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE CUIABA X MATUPÁ	UN - UNIDADE	544,00	145,44	79.119,36
370500	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE MATUPÁ X LUCAS DO RIO VERDE	UN - UNIDADE	67,00	67,63	4.531,21
370501	SERVICO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM - DO TIPO PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAIS, ATRAVES DE BILHETE, COM TAXA DE EMBARQUE - DE LUCAS DO RIO VERDE X MATUPÁ	UN - UNIDADE	62,00	70,08	4.344,96
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR					**R$ 251.255,76**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 - Os serviços prestados pela contratada compreenderão:

5.1.1. Emissão de passagens, atendendo a solicitação em prazo não superior a 08 (oito) horas;

5.1.2. Reservas e substituição de bilhetes rodoviários;

5.1.3. Assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das ônibus;

5.1.4. Resolução de problemas que venham a surgir, relacionados com passagens e embarques;

5.1.5. Manter serviço de plantão para atendimento 24 horas;

5.1.6. Entregar os bilhetes nos locais determinados pela PREFEITURA num prazo máximo de 08 (oito) horas da solicitação;

5.1.7. Prestação de informações sobre frequência de horários de partida e previsão de chegada.

5.1.8 - Os serviços deverão ser executados para os destinos constantes dos pedidos (requisição), nas quantidades solicitadas de acordo com as normas da AGER (Agencia de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso) que regulamenta o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros.

5.1.9 – A empresa prestadora se serviço se compromete a disponibilizar no mínimo duas opções de horário para cada rota, sendo uma no inicio da manhã (no máximo até as 08:00 horas) e no outra no final da tarde (no máximo até as 20:00 horas). Esta exigência busca respeitar os compromissos firmados pelos servidores/munícipes e buscar a economicidade do Município, haja visto que para os servidores são pago diárias.

5.1.10. Para os participantes do Item PASSAGEM TERRESTRE DE MATUPÁ X COLIDER e do Item PASSAGEM TERRESTRE DE MATUPÁ X SINOP é obrigatório um meio de transporte que saia de Matupá entre as 00:01 e 03:00 Horas da Manhã disponibilizando assim a chegada dos usuários até no máximo 07:00 horas em seu destino, haja vista que estes Itens atendem EM PARTE aos Usuários do Sistema de Saúde e que normalmente as Consultas, Exames, Tratamentos de Oncologia, entre outros e realizada logo pela manhã. Devendo também disponibilizar outros horários de partida a partir das 07:00 horas da manhã.

Obs. (O item 5.1.10 foi criado buscando atender aos usuários do Sistema de Saúde que não tem condições financeiras de arcar com a hospedagem.)

5.2 - A prestação de serviços no transporte de passageiros deverá ser realizado por veículos com climatização de ar condicionado, banheiros internos, poltronas reclináveis e os itens de seguranças previstos em lei.

5.3 – A Licitante deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.4 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.5- Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.6 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.7 - Recebimento **Dos** Serviços:

5.7.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.7.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.7.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças.

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Santander (033) Ag. Nº 1684 Conta corrente nº 130005109, em nome de TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI – EPP

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.39.000 – PESSOA JURÍDICA

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD - PBF – 3390.33.000 – DESPESAS COM PASSAGENS

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde – CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 058/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 05 de agosto de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS

MATOGROSSENSES EIRELI – EPP

CNPJ nº. 14.421.118/0001-06

MAX WILLIAN DE BARROS LIMA

CPF nº 923.446.151-72 e RG nº 13464507 SSP/MT

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3.029, DE 04 DE AGOSTO DE 2019.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ PELO FALECIMENTO DO VEREADOR PAULO LUIS CARLETTO".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - É declarado luto oficial no Município de Matupá, pelo período de 03 (três) dias, contados da data deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento do Vereador Paulo Luis Carletto.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor em 04 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se.

Publique-se.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL N.º 05/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019

DIULGA OS NOMES DOS CANDIDATOS, APROVADO NA 3º ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E APTOS A PARTICIPAREM DA 4ª ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL DE ESCOLA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MATUPÁ-MT - ELEIÇÃO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá-MT, e a Comissão Especial Responsável pelo Processo de Escolha instituída pela Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019, no uso de sua competência, ao que confere o Edital 01/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019 e Edital complementar 01.1/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019, DIVULGA os nomes dos candidatos aprovados na 3ª Etapa do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Matupá-MT – Avaliação psicológica, e consequentemente aptos a participarem da 4ª Etapa - Eleição para e escolha dos Conselhos Tutelares de Matupá-MT, gestão 2020/2024.

Art. 1º. Consideram-se aptos a participarem da 4ª fase do Processo de Escolha - Eleição, os candidatos aprovados na Avaliação psicológica.

Art. 2º. Os candidatos avaliados inaptos na avaliação psicológica não terão seus nomes publicados, facultando-lhes o direito de interposição de recursos conforme diretrizes estabelecidas no Edital complementar n.º 01.1/CMDCA/MATUPA-MT/2019, e prazos afixados no Cronograma do Processo de Escolha em Anexo II do Edital **n.º 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019.**

I – RELAÇÃO DE NOMES DE CANDIDATOS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E APTOS A PARTICIPAREM DO PROCESSO ELEITORAL DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MATUPÁ-MT:

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO
021	ANDREIA FELIX DOS SANTOS
028	BEATRIZ RODRIGUES DE LIMA ALVES
034	CARLOS ANDRÉ ALVES
032	CATIUSA LARISSA HINTZ
031	CLAUDINEI DE LIMA
008	CLEUDE VIEIRA DOS SANTOS
017	DENIZE RODRIGUES DA SILVA
029	DONILSON DO NASCIMENTO
011	EMERSON RODRIGUES DE ARAÚJO
001	IRAENE NEVES SILVA
005	KEILA CARDOSO LIMA
022	LAFAIETE ADRIANO OLIVEIRA MENDONÇA
006	LARISSA CAROLINE SILVESTRIM
030	LUCIANA SOARES DOS SANTOS
013	MARIA IVONE JACINTO PEREIRA
016	MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
009	MARIA LUIZA MARQUES DA SILVA
004	MARIA SILVANA DOMINGOS DIAS
036	MARINALVA LOPES VASCONCELOS
033	NUBIA LUZ TREMARIN
027	PUBLIO TENEDINE SURIANO
019	SIMONE APARECIDA DA SILVA
035	VERA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA

Art. 3º. O presente Edital torna-se peça integrante ao Edital n.º 01/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019 publicado no dia 17 de abril de 2019 e Edital complementar 01.1/CMDCA/MATUPÁ-MT/2019, sendo observadas as etapas do processo de escolha para a candidatura a Eleição do Conselho Tutelar de Matupá-MT.

Matupá-MT, 05 de agosto de 2019.

HERALDO RODRIGO RICIERI

Presidente da Comissão Especial de Escolha

Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019

Matupá-MT

ANA LÚCIA DE SOUZA

Presidente do CMDCA

Gestão 2.019/2020

Matupá-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 058/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 01 de agosto de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REVALIDAÇÃO, CANCELAMENTO, FORNECIMENTO E ENDOSSO DE BILHETES DE PASSAGENS TERRESTRES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou – se vencedora a Licitante: TIM - TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI, inscrita no CNPJ: 14.421.118/0001-06, com valor total de R$ 251.255,76. Matupá – MT, 05 de agosto de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 46/2019 – Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO PARA SECRETARIA DE SAÚDE.. **Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: 16 de agosto de 2019 às 8 horas. LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparência/licitação. Informações fone:**

(065) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRO: JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA. Portaria 143/2018. M. D' Oeste, 06/08/2019.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
PORTARIA N°. 026/2019

O Vereador, **André Avelino Bezerra**, Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO o Servidor Público do quadro Efetivo desta Câmara Municipal de Nobres – MT, conforme abaixo identificado:

Nome = Maique Maciél de Almeida

Matricula Funcional = Nº 027

Cargo Efetivo = Assistente de Informática

Data de Admissão = 17/02/2006

Forma de Admissão = Concurso Público

Nomeação = Portaria Nº 012 datada de 17/02/2006

Data do Desligamento = 01 de Agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de Agosto de 2019.

André Avelino Bezerra

Presidente Biênio = 2019 / 2020

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, torna público aos interessados a reabertura da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 21/08/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N° 0348767-23/2010/MAPA/CAIXA, CONFORME MEMORIAL E PLANILHAS ANEXO.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, das 07:00 às 11:00hs e das 13:00hs as 17:00hs, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 05 de Agosto de 2019.

Edson Friederich

Presidente Da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE SUSPENSÃO DO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 40/2019.

A Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir Silva, faz saber aos interessados que está **SUSPENSA** a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 40/2019**, **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA*PARA prestação de serviços de LOCAÇAO DE SOM PARA EVENTOS, PARA ATENDER a DIVERSAS secretaria da prefeirura municipal DE NOBRES – MT, conforme termo de referência, anexo i deste edital*,** cuja abertura da sessão seria no dia 09/08/2019 as 08:00hs. **MOTIVO:** Analise e Retificação do Edital. O Edital Retificado será publicado em breve através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200, Ramal 4218.

Nobres, 05 de Agosto de 2019.

Nadir da Silva

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 51/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 51/2019**, do tipo MENOR PREÇO, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 19/08/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURA E SOLDA DE VEÍCULOS LEVES, VANS E AMBULANCIAS, DO TIPO MENOR PREÇO, POR HORA TRABALHADA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 05 de Agosto de 2019.

Nadir da Silva

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATOS MÊS JULHO 2019

Contrato N° 25/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **LAERCIO SEBASTIAO RODRIGUES 45933154172**, Inscrita No Cnpj: n° 13.837.030/0001-07. **Objeto:** Prestação De Serviços De Divulgação De Campanhas, Informativos E Atos, Com Carro De Som Por Hora, Na Zona Urbana E Rural Para Atender Diversas Secretarias Municipais Do Município De Nobres - Mt. **Valor:** R$ 167.520,00 (Cento E Sessenta E Sete Mil Quinhentos E Vinte Reais). **Prazo:** 12 (Doze) meses**. Data:** 16/07/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E LAERCIO SEBASTIAO RODRIGUES 45933154172 – Contratado

Contrato N° 26/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **L. RICARDO DE MAGALHÃES – EPP**, Inscrita No Cnpj: nº 17.922.286/0001-65. **Objeto:** Direito De Uso Por Prazo Determinado, Mediante Pagamento Mensal Ou Único Pela Utilização Do Sistema Denominado Traz Valor – Com Usuários Limitados, De Propriedade Do Contratado Para Desempenho Das Atividades Empresariais Do Contratante, Bem Como A Prestação De Serviços Descritos Nos Moldes Da Cláusula 3ª E Parágrafos. O Sistema Traz Valor Inicialmente Atenderá Pesquisa De Preços De Peças, Lubrificantes E Pneus, Nas Linhas De Veículos Leves, Médios, Caminhões E Ônibus, Tratores E Máquinas Pesadas, Assim Como Também Pesquisa De Preço Na Prestação De Serviço, Dada Em Serviço Hora Homem Trabalhado Das Linhas, Leve, Pesada E Maquinas Pesadas**.**

Valor: R$ 167.520,00 (Cento E Sessenta E Sete Mil Quinhentos E Vinte Reais). **Prazo: 12** (Doze) meses**. Data:** 16/07/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **L. RICARDO DE MAGALHÃES – EPP** – Contratado

Contrato N° 27/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **ENGEMAC CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ N° 15.551. 680/0001-09**. **Objeto: Prestação De Serviço Com Caminhão Pipa, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres - Mt**".**Valor:** R$ 129.192,00 (cento e vinte e nove mil cento e noventa e dois reais). **Prazo: 12** (Doze) meses**. Data:** 31/07/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E **ENGEMAC CONSTRUTORA LTDA EPP** – Contratado

1° ADITIVO CONTRATO N° 20/2018 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **OLIVEIRA E MENDONÇALTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.002.448/0001-56. **Objeto:** renovação do contrato original por mais 03 (três) meses e supressão das quantidades dos serviços. **Valor:** R$ 89.200,00 (oitenta e nove mil e duzentos reais).**Data:** 08/07/2019. Assinam – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **OLIVEIRA E MENDONÇALTDA** – Contratado

2° ADITIVO CONTRATO N° 17/2017 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Empresa **RÁDIO NOBRES FM LTDA**, Inscrita No CNPJ nº 03.280.277/0001-26. **Objeto:** *Contrato Original Por Mais 12 Meses, Referente A* Contratação De Empresa ParaServiços De Publicidade Institucional Dos Atos, Programas, Serviços E Campanhas Educativas Do Poder Executivo Do Município De Nobres - MT. **Valor:** R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais). **Data:** 04/07/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E RÁDIO NOBRES FM LTDA – Contratado

4° ADITIVO CONTRATO N° 56/2016 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres E A Sra. **FABIULA DE FATIMA TEIXEIRA RABELO VIANA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 080.749.388-08. **Objeto:** a prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 56/2016 por mais 06 (seis) meses, O imóvel em referência está sendo utilizado para abrigar as instalações do Posto de Saúde da Família (PSF) do Bairro Jardim Gloria. **Valor:** R$ 8. 487,00 (oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais). **Data:** 12/07/2019. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres E FABIULA DE FATIMA TEIXEIRA RABELO VIANA – Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 571/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Enil Arruda da Silva dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Enil Arruda da Silva, Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 01/10/1996 (primeiro de outubro de mil novecentos e noventa e seis) a 01/10/2001 (primeiro de outubro de dois mil e um), cujo gozo se observará no período no período de 06/08/2019 (seis de agosto do ano de dois mil e dezenove) a 06/11/2019 (seis de novembro do ano de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 5º dia do mês de agosto de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 05.08.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEI COMPLEMENTAR Nº 508/2019 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

LEI COMPLEMENTAR Nº 508/2019 DE 02 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, AS DIRETRIZES DE GESTÃO E O FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA – MT, REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.010, A LEI COMPLEMENTAR Nº 314, DE 14 DE MARÇO DE 2014, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 345, DE 26 DE MARÇO DE 2015, E A LEI COMPLEMENTAR Nº 393, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia – MT, com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica Municipal em seu Capítulo IV, art. 72 *usque* 74, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A presente lei complementar tem por objetivos:

I - reorganizar o Poder Executivo Municipal com ênfase na distribuição harmônica de papéis entre as diferentes áreas setoriais, buscando a otimização de processos, produtos e serviços com vistas a uma atuação gerencialmente mais eficiente e socialmente mais eficaz;

II - introduzir um modelo de administração pública alicerçado nos princípios da Gestão de Qualidade, centrado na excelência dos serviços prestados ao público, assim como, na redução de custos e de desperdício de fatores;

III - aperfeiçoar gradativamente a cultura político-institucional harmonizante com os objetivos acima, buscando a implantação de uma ação co-participativa de valorização do Servidor Público Municipal, como base na exaltação do mérito profissional e humano, no mister de bem servir;

IV - efetivar a amplitude sistêmica e integrada das ações de Governo, tendo por meta permanente a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Município de Nortelândia em bases sustentáveis;

V - implantar a Reforma Administrativa com vistas ao desenvolvimento municipal como um processo contínuo e participativo de planejamento, com ampla parceria da comunidade organizada e do setor produtivo;

Art. 2º Para fins desta lei complementar, considera-se:

I - **Hierarquia**: vínculo de autoridade que une órgãos e agentes, através de escalões sucessivos, numa relação de autoridade;

II - **Cargo de Direção**: conjunto de atribuições que implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas;

III - **Cargo de Chefia**: conjunto de atribuições cometido a um cargo que implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas;

IV - **Cargo de Assessoramento**: conjunto de atribuições concernente a um ou mais assuntos complementares cometido a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento; V - **Cargo em Comissão**: conjunto de atribuições correspondente a encargos de direção, chefia ou assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental;

VI - **Função de Confiança**: conjunto de atribuições correspondente a encargos de direção, chefia e assessoramento criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo estadual; VII - **Unidade Administrativa/Organizacional**: estrutura composta de recursos materiais, financeiros e humanos, com competência para desenvolver um ou mais agrupamentos de processos em que são elaborados os produtos ou serviços dos órgãos e entidades públicas.

Art. 3º Para fins desta lei complementar, de acordo com o estabelecido pelos legítimos representantes (servidores e gestores) da Administração Pública Municipal, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI, instituído pelo TCE/MT, ao qual o Município de Nortelândia voluntariamente aderiu, ou, no futuro, qualquer outro programa de desenvolvimento institucional que seja adotado por este ente federativo, considerar-se-á os conceitos dos seguintes termos:

I – Valores: preceitos éticos básicos adotados pela Administração Pública Municipal e que devem balizar as ações da Administração em busca da realização de sua visão de futuro. O propósito dos valores da Administração Pública Municipal é criar um código de comportamento que construa uma cultura coesa e que apoie a missão e visão, de maneira a concretizar as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal;

II – Visão: situação prevista para o futuro da organização. É estabelecida sobre os fins da Administração (suas funções fundamentais) e corresponde à gestão eficiente da do Município de Nortelândia;

III – Missão: descrição das funções precípuas dos órgãos que integram a Administração. A missão é definida nos fins institucionais. Será sempre determinada com os olhos voltados para fora de seu negócio em direção às pessoas atendidas. A missão fundamental de qualquer órgão, empresa ou entidade pública do Município de Nortelândia, será sempre a satisfação das pessoas, com vistas a definir o seu papel na sociedade. A missão de um órgão ou departamento, aqui entendido enquanto unidade organizacional, definirá o seu papel (sua utilidade) no âmbito da Administração Pública Municipal.

IV – Estratégia: ação de longo e médio prazo necessária para se atingir a visão. Caminho a ser seguido pela Administração para garantir a sua sobrevivência a longo prazo. Constitui-se na arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos.

V – Tática: ações de curto prazo conduzidas sobre os meios para que se atinjam as metas desejadas. Trata da disposição e manobra dos recursos durante uma ação. Processo empregado para sair-se bem num empreendimento.

VI – Política: são orientações para medidas futuras baseadas em experiências passadas ou nos valores institucionais. Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos. Conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução.

VII – Objetivo: direcionamento da ação. Direção a ser seguida. Rumo. Alvo ou desígnio que se pretende atingir. Objeto de uma ação, idéia ou sentimento. Propósito. Intuito.

VIII – Diretriz: é composta por uma meta (item de controle) e as medidas prioritárias e suficientes para atingi-la (itens de verificação), que formam os Pontos de Controle de uma diretriz. Linha reguladora do traçado de um caminho ou de uma estrada; conjunto de instrução ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio etc. Norma de procedimento, diretiva.

IX – Plano: conjunto de ações de curto, médio e longo prazos, prioritário e suficiente para se atingir uma meta. Conjunto de métodos e medidas para a execução de um empreendimento.

X – Meta: resultado a ser atingido no futuro; cada meta é gerenciada através de um Item de Controle. Para cada meta são estabelecidas várias Medidas, as quais por sua vez são constituídas de três partes, a saber: objetivo, valor e prazo. Para efeito desta lei, meta tem como sinonímia os termos: baliza, barreira, marco, limite; alvo, mira, objetivo, termo, limite, fim.

XI – Item de Controle: são índices numéricos utilizados para medir os esforços e resultados de um processo e/ou produto. São relacionados com as três características do processo ou produto de sua área (custo, qualidade, entrega), e duas características das pessoas de sua equipe (moral e segurança);

XII – Medida: mudança de curto prazo (anual) a ser conduzida no processo para que se consiga atingir uma meta. Cada medida é gerenciada através de um Item de Verificação. Disposição, Providência. Ações sobre os meios;

XIII - Item de Verificação: são índices numéricos estabelecidos sobre as causas que influem em determinado item de controle;

XIV – Contramedidas: são ações preventivas tomadas no curtíssimo prazo (dentro de uma semana, dentro do mesmo dia ou na hora em que aconteceu algo) para eliminar definitivamente uma anomalia (ou não-conformidade). Contramedidas referem-se a anomalias (problemas ruins) e medidas referem-se a metas (problemas bons);

XV - Indicador de Desempenho ou Métrica: é a forma de cálculo, a maneira de medir um resultado de um item de controle e/ou item de verificação; se refere ao valor ou dado bruto que será medido por um item de controle e/ou item de verificação.

XVI – Ponto de Controle: é a junção do Item de Controle de cada diretriz com os seus Itens de Verificação respectivos.

XIVII – Gestão à Vista: gestão à base de um sistema/processo que possibilite que os principais itens de controle estejam em fácil acesso a toda a equipe, seja através de gráficos, dados, informações gerenciais que permitam uma rápida e fácil visualização e interpretação dos mesmos;

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º A Administração Pública Municipal compreende os órgãos da administração direta e os da administração indireta.

Art. 5º Respeitada a competência constitucional dos outros poderes, o Poder Executivo disporá sobre a estrutura, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 6º A administração direta constitui-se dos órgãos integrantes da estrutura administrativa de assessoramento ao Prefeito, dos órgãos de natureza estratégica e dos órgãos natureza finalística.

Art. 7º A ação governamental obedecerá ao planejamento global, incluindo os níveis tático e operacional, visando promover o desenvolvimento sócio-econômico do município, estabelecido nos seguintes instrumentos básicos:

I – Planejamento Estratégico;

II – Programa de Governo;

III – Plano Plurianual;

IV – Diretrizes Orçamentárias;

V – Orçamentos Anuais;

VI – Matriz de Negócio dos Departamentos;

VII – Matriz de Competências Técnicas e Comportamentais;

VIII – Manual de Metas e Indicadores;

IX – Manual de Procedimentos Operacionais;

X – Relatórios de Análise de Causa de Problemas;

XI – Planos de Ação;

XII – outros instrumentos básicos que padronizem as ações de planejamento no âmbito do Município de Nortelândia.

Parágrafo único. Os Instrumentos básicos previstos nos incisos VI a XII do caput deste artigo serão aprovados e instituídos por decreto.

Art. 8º As atividades da Administração Municipal, executadas com bases no artigo anterior, serão coordenadas em todos os níveis, pelos titulares das Secretarias Municipais, Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna, e também mediante atuação dos coordenadores e assessores através de realização sistemática de reuniões com a participação dos supervisores e colaboradores, bem como o Planejamento Estratégico, Tático e Operacional da gestão de cada Secretaria, compreendendo as suas coordenadorias e departamentos.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 9º A estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Nortelândia tem a seguinte composição:

I – ÓRGÃOS COLEGIADOS:

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal de Saúde;

d) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

e) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;

g) Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC);

h) Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB;

i) Conselho Municipal de Cultura;

j) Comissão Municipal de Transporte Escolar;

k) Conselho Municipal de Turismo;

l) Conselho Municipal de Habitação;

m) Conselho Municipal do Idoso;

n) Conselho Comunitário de Segurança Pública;

o) Conselho Municipal da Mulher;

p) Conselho Municipal de Segurança Alimentar;

q) Conselho Municipal de Cidades;

r) Conselho Municipal do FETHAB;

s) Conselho Municipal de Regularização Fundiária;

t) Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente - CONDEMA;

u) Conselho Municipal do Serviço Municipal de Inspeção - SIM.

II – ÓRGÃOS SISTÊMICOS ESPECIAIS:

a) Fundo Municipal de Saúde;

b) Fundo Municipal de Acompanhamento do FUNDEB;

c) Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico;

d) Fundo Municipal de Regularização Fundiária;

e) Fundo Municipal de Previdência Social;

f) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

g) Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente – FUNDEMA;

h) Fundo Municipal do Turismo;

III – ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

III.I – Órgãos de Assessoramento ao Prefeito:

1. Secretaria de Gabinete;

2. Procuradoria Jurídica;

3. Controladoria Interna;

4. Ouvidoria Municipal.

III.II – Órgãos de Natureza Estratégica:

1. Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;

III.III – Órgão de Natureza Finalística:

1. Secretaria de Saúde e Saneamento;

2. Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

3. Secretaria de Assistência Social;

4. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS

Art. 10 Aos componentes de cargos de gestão, em qualquer nível, nomeados através desta lei, incumbe, além das responsabilidades específicas de coordenação e supervisão das unidades organizacionais e programas sob sua responsabilidade hierárquica, o seguinte:

I – medir constantemente os resultados das equipes, compará-los com os resultados esperados, encontrar os principais gargalos, e treinar as pessoas e aperfeiçoar os processos continuamente;

II - observar as legislações e diretrizes governamentais para a prestação eficiente dos serviços de interesse da comunidade;

III – planejar e coordenar a padronização, a normatização, os controles e avaliações das atividades de sua área de competência;

IV - compatibilizar ações de maneira a evitar atividades conflitantes, dispersão de esforços e desperdício de recursos públicos;

V – planejar e coordenar programas de capacitação em função de programas em andamento, de forma a proporcionar qualidade de desempenho e de resultados;

VI - acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho das unidades organizacionais e dos programas sob sua responsabilidade hierárquica, inclusive na apreciação dos subordinados quanto ao mérito para promoções;

VII – gerenciar seu próprio horário de trabalho, com foco no atingimento de metas e resultados, não se submetendo ao controle de ponto, mas se fazendo presente em todos os assuntos e eventos institucionais, acompanhando o Prefeito em regime de dedicação exclusiva.

VIII – elaborar o planejamento e as estratégias da sua área de atuação, definindo os objetivos para o futuro próximo, realizando o diagnóstico do seu segmento e/ou negócio, identificando os pontos fortes e fracos, e estruturando planos de ação práticos para alcançar os objetivos;

IX – assegurar que todos os servidores tenham acesso às informações das Diretrizes Estratégicas (Missão, Visão, Valores, Objetivos e Metas de Longo Prazo), principalmente através de envio e/ou apresentação de relatórios periódicos e quadros de "Gestão à vista" ou outros instrumentos análogos.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 11 Aos titulares das Secretarias Municipais compete:

I – garantir uma Cultura Organizacional de equipes com dedicação e entrega total para alto desempenho e orientadas a resultados, através da implantação e manutenção do Gerenciamento pelas Diretrizes;

II – garantir a elaboração, acompanhamento e disseminação da Missão, da Visão e dos Valores da instituição (diretrizes estratégicas) a todos os servidores e comunidade local, através de estratégias de endomarketing e comunicação interna, guias e manuais, palestras e treinamentos, inclusive através de ações e posturas de líderes;

III – desdobrar as diretrizes do Plano de Governo (metas e medidas de longo prazo) em diretrizes da secretaria sob sua responsabilidade hierárquica (metas e medidas de curto prazo);

IV – aprovar e monitorar as diretrizes das coordenadorias sob sua responsabilidade hierárquica (metas e medidas de curto prazo);

V – monitorar mensalmente os Pontos de Controle de cada Diretriz da Secretaria, acompanhando as Análises de Causa de Problemas e aprovando os seus respectivos Planos de Ação para Melhoria;

VI - referendar e dar publicidade aos atos normativos baixados pelo Prefeito Municipal e demais gestores;

VII – dirigir a elaboração da proposta programática e orçamentária das coordenadorias sob sua responsabilidade hierárquica, para encaminhar ao órgão responsável pelo planejamento institucional, participando do seu ajustamento à Lei Orçamentária do Município, e promover a sua correta execução anual;

VIII - firmar, isoladamente ou com interveniência de outros Secretários do Município, acordos, contratos e ajustes de interesse do órgão ou das entidades vinculadas ou supervisionadas, na forma da Lei;

IX - propor o preenchimento de cargos em comissão e funções gratificadas (dedicação exclusiva) dos órgãos e entidades sob sua responsabilidade hierárquica;

X - promover as medidas delegatórias indispensáveis à atuação descentralizada da administração, bem como a sua reversão nos casos em que esta medida se justificar;

XI - convocar e presidir reuniões periódicas de direção e coordenação com seus subordinados hierárquicos;

XII - indicar representantes, fixando-lhes os poderes de representação;

XIII - homologar decisões de órgãos colegiados;

XIV - propor auditoria de qualquer ato de seus subordinados nos órgãos e entidades da Administração Direta, observando o que dispuser a legislação;

XV - determinar nos termos da legislação, a abertura de sindicâncias, processos administrativos e aplicar punições disciplinares a seus subordinados;

XVI - propor alterações de estrutura e de funcionamento dos órgãos e entidades sob sua responsabilidade hierárquica, assim como proposta de lotação ideal, o cronograma de seu preenchimento e o remanejamento do pessoal, exigindo do órgão responsável pelo planejamento institucional o devido parecer técnico;

XVII – garantir a elaboração das normas internas das coordenadorias e programas sob sua responsabilidade hierárquica e sua devida aplicação e obediência, aprovando-as previamente sempre que necessitar de revisão;

XVIII - opinar sobre tabelas de preços e tarifas de prestação de serviços de órgãos e entidades sob sua responsabilidade hierárquica;

XIX - prestar esclarecimentos relativos a atos dos órgãos e entidades sob sua responsabilidade hierárquica, sujeitos ao controle interno e externo da Administração Pública;

XX – garantir a aplicação de multas previstas em leis e contratos, nos casos obrigatórios;

XXI – nomear e exonerar servidores, sob delegação e nos termos da lei;

XXII – comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa;

XXIII – praticar todos os atos relativos a pessoal e situação funcional dos servidores sob sua responsabilidade hierárquica, insuscetíveis de delegação, e que não lhes sejam vedados pela legislação em vigor;

XXIV – aprovar a programação para treinamentos sistemáticos dos recursos humanos sob sua responsabilidade hierárquica de acordo com a necessidade das ações em andamento;

XXV – garantir o funcionamento efetivo dos Sistemas Administrativos de Controle Interno, que regem as funções técnico-administrativas da gestão pública;

XXVI - outras atividades correlatas ao cargo e função.

Art. 12 O Chefe do Poder Executivo poderá atribuir a qualquer Secretário Municipal, missões especiais ou complementares às atribuições constantes do artigo anterior.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES MUNICIPAIS

Art. 13 Aos titulares das Coordenadorias Municipais cabe desenvolver e manter uma Cultura Organizacional de equipes com dedicação e entrega total para alto desempenho e orientadas a resultados, através da implantação e manutenção do Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-Dia, nos termos deste artigo.

§ 1º As Coordenadorias Municipais, referente à Pessoal e Aprendizado, terão as seguintes atribuições:

I – verificar o cumprimento das funções e atividades dos subordinados, e efetiva obediência as legislações afetas à Administração Pública e à Coordenadoria sob sua responsabilidade;

II - conferir e confirmar informações de **Folha-Ponto** dos subordinados, antes de enviar ao Departamento de Desenvolvimento Humano;

III - realizar **Programação de Férias** dos subordinados, em períodos intercalados entre departamentos, para substituições econômicas de funções e efetiva continuidade dos trabalhos;

IV - avaliar anualmente o **Desempenho** dos subordinados nas funções para atingimento das Metas, de acordo com Regimento Interno, e enviar ao Depto de Desenvolvimento Humano;

V - levantar as **Necessidades de Treinamento** dos subordinados visando melhoria do desempenho das funções, de acordo com Regimento Interno, e enviar ao Depto de Desenvolvimento Humano;

VI - avaliar semestralmente o **Clima Organizacional** dos subordinados nos departamentos, de acordo com Regimento Interno, e enviar ao Depto de Desenvolvimento Humano;

VII - conversar mensalmente com cada subordinado buscando dar **Ajuda Pessoal** em algum problema, e indicar ajuda especializada no assunto, com apoio do Depto de Desenvolvimento Humano;

VIII - realizar periodicamente **Treinamento** dos subordinados nos Procedimentos escritos, de acordo com Regimento Interno, registrando e enviando informações ao Depto de Desenvolvimento Humano;

IX – aplicar punições disciplinares, de acordo com a lei e com Regimento Interno, observados os limites e diretrizes legais quanto à competência para a prática do ato administrativo;

X – recomendar ao Secretário responsável a abertura de sindicâncias, processos administrativos e aplicação de punições disciplinares a seus subordinados, de acordo com a lei e com Regimento Interno;

XI – participar de comissões e conselhos da sua área de atuação;

§ 2º As Coordenadorias Municipais, referente à Processos, terão as seguintes atribuições:

I - acompanhar os subordinados e auxiliar na elaboração e execução dos **Procedimentos escritos** dos departamentos, de acordo com Regimento Interno e com apoio da Controladoria;

II - receber e realizar testes nos **Procedimentos escritos** dos departamentos, de acordo com diretriz da Controladoria;

III - encaminhar os **Procedimentos escritos** finalizados para o Depto de Planejamento e Gestão Organizacional, para homologação, publicação e distribuição;

IV - receber dos subordinados os **Comunicados de Problemas**, para análise, tomada de medidas iniciais e registro no sistema indicado pela Controladoria;

V - realizar com os subordinados a **Análise de Causa dos Problemas**, com registro das causas fundamentais do problema, de acordo com Regimento Interno, para treinamentos posteriores e atualização de Procedimentos escritos;

VI - Elaborar com os subordinados os **Planos de Ação departamentais** para atingimento das Metas, com foco em ações que tenham mais impacto no objetivo;

VII - Elaborar com os subordinados os **Planos de Ação departamentais** para solução dos Problemas, com ações bloqueadoras para que não ocorram novamente, e alterando os Procedimentos escritos se necessário;

VIII – Exercer o controle patrimonial por Departamento e local de trabalho, atualizando periodicamente qualquer ato e/ou movimentação de bens, de acordo com Regimento Interno e enviando as informações ao Departamento de Patrimônio e Arquivo;

§ 3º As Coordenadorias Municipais, referente à Produtos e Serviços, terão as seguintes atribuições:

I - consensar anualmente com os subordinados as **Metas departamentais do ano**, de acordo com Regimento Interno, para atingimento da Meta de Longo Prazo, e repassar ao Secretário responsável;

II - aprovar anualmente com o Secretário responsável as **Metas departamentais do ano** e repassar ao Departamento de Planejamento e Gestão Organizacional para homologação, publicação e distribuição;

III - gerenciar mensalmente as **Solicitações de Compras** e Pedidos de Fornecimento dos produtos e serviços necessários para executar os Planos de Ações Departamentais, e enviar ao Depto de Compras e Almoxarifado para inserção no sistema informatizado;

IV - Analisar mensalmente com os subordinados o atingimento das **Metas departamentais**, de acordo com Regimento Interno, para embasar a elaboração do Plano de Ação Departamental para o mês seguinte.

§ 4º As Coordenadorias Municipais, referente aos aspectos Orçamentário e Financeiro, terão as seguintes atribuições:

I - elaborar anualmente junto com os subordinados os **Orçamentos de Pessoal, Manutenção e Investimentos** dos departamentos sob sua responsabilidade hierárquica e de acordo com Regimento Interno, e repassar ao Depto de Planejamento e Gestão Organizacional para elaboração do Orçamento Anual;

II - executar na forma de solicitações e pedidos, os **Orçamentos de Pessoal, Manutenção e Investimentos** dos departamentos sob sua responsabilidade hierárquica, solicitando alterações orçamentárias com antecedência ao Depto de Planejamento e Gestão Organizacional quando necessário, para alcançar as Metas Departamentais gerando economias;

III - analisar mensalmente com os subordinados a execução dos **Orçamentos de Pessoal, Manutenção e Investimentos** dos departamentos sob sua responsabilidade hierárquica, para embasar a elaboração do Plano de Ação Departamental para o mês seguinte;

§ 5º As Coordenadorias Municipais, referente à Informações e Comunicação, terão as seguintes atribuições:

I - divulgar semanalmente aos subordinados as **Leis aprovadas** pela Câmara, de acordo com Regimento Interno;

II - divulgar semanalmente aos subordinados os **Decretos emitidos** pelo Gestor;

III - divulgar semanalmente aos subordinados as **Portarias emitidas** pelos Gestores e Lideranças;

IV - divulgar semanalmente aos subordinados os **Comunicados emitidos** pela Administração;

VI - divulgar anualmente aos subordinados a **Programação de Férias** aprovada pelo Secretário, de acordo com Regimento Interno;

VII - divulgar anualmente aos subordinados as **Necessidades de Treinamento** levantadas pelos Coordenadores, de acordo com Regimento Interno;

VIII - apresentar mensalmente ao Secretário responsável os **Planos de Ação departamentais** elaborados pelos Coordenadores para o mês seguinte, de acordo com Regimento Interno;

IX- divulgar semestralmente aos subordinados as ações de melhoria do **Clima Organizacional** propostas pelos Gestores e Lideranças, de acordo com Regimento Interno;

X - divulgar mensalmente aos subordinados as datas dos **Treinamentos** agendados pelos Gestores e Lideranças e Depto de Desenvolvimento Humano;

XI - divulgar trimestralmente ao Secretário responsável o **Relatório Trimestral de Análise de Causa de Problemas** elaborado pelo Coordenador;

XII - divulgar mensalmente aos subordinados as **Metas Departamentais do ano** aprovadas pelo Secretário responsável, de acordo com Regimento Interno;

XIII - Divulgar mensalmente aos subordinados a **Execução Orçamentária** de Pessoal, Manutenção e Investimentos dos departamentos, analisada pelo Coordenador, de acordo com Regimento Interno;

§ 6º As Coordenadorias Municipais, referente à Metas e Resultados, deverão elaborar e acompanhar os resultados das Metas Departamentais sob sua responsabilidade hierárquica, sem prejuízo de outras funções que lhe forem atribuídos por lei ou regulamento.

Art. 14 O Secretário Municipal poderá atribuir a qualquer Coordenador, missões especiais ou complementares às atribuições constantes do cargo e função.

SEÇÃO IV

GABINETE DO PREFEITO

Art. 15 O Gabinete do Prefeito, órgão de assessoramento político-administrativo, cuja finalidade é prestar assistência direta ao Prefeito Municipal, em suas atividades políticas, sociais, técnicas e administrativas tem a seguinte estrutura:

2.1 – Secretaria de Gabinete;

2.1.1 – Chefia de Gabinete

2.2 - Procuradoria Jurídica;

2.2.1. Assessoria Jurídica;

2.3 – Junta de Serviço Militar e Cadastro;

2.4 – Coordenadoria de Comunicação Social;

2.5 – Controladoria Interna;

2.6 – Ouvidoria Municipal;

2.7 – Procon Municipal.

§ 1° São atribuiçõesda Secretaria de Gabinete, incumbidas ao titular do órgão (Secretário de Gabinete):

I - assessorar o Prefeito Municipal, prestando-lhe serviços de auditoria interna, comunicação social e apoio logístico direto;

II - assistir o Prefeito nas suas funções político-administrativas, seu relacionamento interno no âmbito de Prefeitura e externa, no âmbito dos outros poderes e da sociedade municipal;

III - controlar a agenda oficial do Prefeito;

IV - manter o Prefeito informado sobre noticiário de interesse da Prefeitura;

V - intermediar o atendimento direto do prefeito municipal com a população e os diversos segmentos da sociedade;

VI - promover a ligação entre o chefe do executivo e as demais secretarias municipais, além de outros órgãos das esferas estadual e federal, visando uma gestão participativa voltada para o interesse público.

§ 2° São atribuições da Procuradoria Jurídica:

I - representar e defender em juízo ou fora dele os direitos e interesses do município;

II - efetuar a cobrança da dívida ativa, pelas vias judiciais ou extrajudiciais;

III - elaborar, analisar e/ou emitir parecer sobre projetos de leis, justificativas de vetos, minutas de decretos, portarias, regulamentos, contratos, textos para publicação e outros documentos de natureza jurídica;

IV - emitir pareceres nos processos de licitações, inclusive nos eventuais recursos interpostos por terceiros;

V - assessorar o prefeito nos atos relativos a desapropriação, aquisição e alienação de bens imóveis e nos contratos em geral;

VI - participar de sindicâncias e processos administrativos e dar-lhes a orientação jurídica conveniente;

VII - atender consultas de ordem jurídica que lhes forem encaminhadas pelos diferentes órgãos da administração municipal, emitindo parecer a respeito, quando for o caso;

VIII - manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do município;

IX - assessorar o prefeito e os secretários municipais em assuntos de natureza jurídica;

X - prestar assessoramento imediato ao Prefeito no âmbito do controle interno da Administração Pública Municipal;

XI - zelar preventivamente pela qualidade dos processos e produtos intermediários e finais que compõem as atividades de Prefeitura, comparando-os com os padrões formalmente estabelecidos pelo programa municipal de qualidade;

XII - zelar preventivamente pela probidade administrativa, coletando e analisando indicadores de regularidade financeira, fidelidade orçamentária, correção processual e a regularidade de atos, contratos e convênios;

XIII - buscar instruções que assegure melhor tramitação de documentos nos órgãos estaduais e federais;

XIV – organizar e manter atualizado o Centro de Documentação Jurídica da Prefeitura nas áreas: Fiscal, Legislativa, Administrativa, Fundiária e Assuntos Complementares;

XV - exercer outras atividades correlatas.

§ 3° São atribuições da Junta de Serviço Militar e Cadastro:

I - emitir documentos referentes ao serviço militar no município; e

II - garantir a cidadania à população nortelandense a partir da emissão dos documentos relacionados ao serviço militar, bem como o processamento e emissão da documentação de identificação civil, criminal e eleitoral dos cidadãos.

§ 4° São atribuições da Coordenadoria de Comunicação Social:

I - prestar assessoramento em assuntos relacionados com a imprensa e demais órgãos;

II - cuidar da imagem e da promoção da administração pública municipal frente aos diversos segmentos da sociedade;

III - divulgar os trabalhos, as obras e os serviços que se realizam no âmbito do município, promovendo o conhecimento e o reconhecimento da Administração municipal interna e externamente;

IV - fornecer apoio logístico a eventos promovidos pela prefeitura municipal ou em que ela participe;

V - promover, na área de sua competência, novas formas de inserção da prefeitura na vida sociocultural do município;

VI - coordenar a cobertura de imprensa em viagens do prefeito, ao interior do município, à capital do estado, à capital federal e a outras localidades, quando em representação oficial;

VII - tratar do credenciamento de jornalistas para acesso à prefeitura municipal ou a eventos organizados pela mesma.

§ 5° São atribuições da Controladoria Interna:

I - proceder à avaliação da eficiência, eficácia e economicidade do sistema de controle interno do município;

II - promover auditorias internas periódicas, levantando os desvios, falhas e irregularidades e recomendando as medidas corretivas aplicáveis;

III - revisar a adequação da estrutura hierárquico-administrativa do município visando ao cumprimento dos objetivos e metas da municipalidade;

IV - propor ao chefe do executivo municipal as reformas estruturais necessárias ao melhor funcionamento do sistema de controle interno do município;

V - promover o estudo de casos com vistas à racionalização do trabalho, objetivando o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais;

VI - avaliar em que medida existe na prefeitura um ambiente de controle em que os servidores estejam motivados para o cumprimento das normas ao invés de desprezá-las;

VII - **promover o desenvolvimento de instrumentos de** controle e normatização da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos do Município em geral, visando à normalidade de desempenho do mecanismo de obtenção de recursos e execução de despesas, com vistas ao atingimento da eficiência na prestação de serviços e na execução dos gastos públicos.

§ 6° São atribuições da Ouvidoria Municipal:

I - construir um canal de comunicação sustentável, acessível e direto, identificando áreas que estejam merecendo maior atenção, definindo-se eixos prioritários das ações;

II - responder sobre a atuação da gestão na aplicação dos recursos públicos, permitindo a correção de disfunções e o redirecionamento das ações desenvolvidas;

III - reduzir as situações de conflitos e impasses entre o cidadão e a gestão pública;

IV - fortalecer a cultura do "ouvir" e compreender o cidadão em um relacionamento democrático com a sociedade;

V - acompanhar o nível de satisfação do cidadão com os serviços públicos;

VI - aumentar a credibilidade e fortalecer a imagem da entidade junto à população.

§ 7° São atribuiçõesdo Procon Municipal:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;

VI - representar junto ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

VIII - solicitar o concurso de órgãos ou entidades da União, dos Estados, do DF e de outros municípios, bem como, auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança dos produtos e serviços;

IX - incentivar, inclusive, com recursos financeiros e outros programas especiais, a manutenção e o fortalecimento da Associação de Proteção e Defesa do Consumidor - APDC, assim como, a formação pelos cidadãos, de novas entidades que tenham por objetivo a defesa dos direitos dos consumidores;

X - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, conforme as regras fixadas por esta lei, pelas normas complementares municipais, e subsidiariamente pela lei federal 8078, de 11 de setembro de 1990 e decreto federal 2.181 de 20 de março de 1997;

XI - fiscalizar e aplicar sanções administrativas previstas na lei 8078/90, e em outras normas pertinentes a defesa dos consumidores.

SUBSEÇÃO I

DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E DO ASSESSOR JURÍDICO

Art. 16 Ao Procurador Geral do Município compete:

I - prestar assessoramento imediato ao Prefeito no âmbito do controle interno de Administração Pública Municipal;

II - zelar preventivamente pela qualidade dos processos e produtos intermediários e finais que compõem as atividades de Prefeitura, comparando-os com os padrões formalmente estabelecidos pelo programa municipal de qualidade;

III - zelar preventivamente pela probidade administrativa, coletando e analisando indicadores de regularidade financeira, fidelidade orçamentária, correção processual e a regularidade de atos, contratos e convênios;

IV - buscar instruções que assegure melhor tramitação de documentos nos órgãos estaduais e federais;

V - exercer outras atividades correlatas.

Art. 17 Ao Assessor Jurídico do Município compete:

I - representar a Prefeitura em qualquer foro ou Juízo, por delegação específica do Prefeito;

II - prestar assessoramento às unidades da Prefeitura, em assuntos de natureza jurídica;

III - proceder análise e preparação de contratos convênios e acordos da Prefeitura;

IV - elaborar minutas de decretos, projetos de lei, razões de veto e textos para publicação, organizar e manter atualizado o Centro de Documentação Jurídica da Prefeitura nas áreas: Fiscal, Legislativa, Administrativa, Fundiária e Assuntos Complementares.

SEÇÃO V

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 18 A Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, órgão de planejamento, execução e controle das atividades de administração geral, compreendendo recursos humanos, material, patrimônio e encargos auxiliares tem a seguinte estrutura:

3.1 – Gabinete de Administração, Planejamento e Finanças;

3.2 – Coordenadoria de Administração, Planejamento e Gestão;

3.2.1 – Departamento de Planejamento e Gestão Organizacional;

3.2.2 – Departamento de Desenvolvimento Humano;

3.2.3 – Departamento de Remessa de Informações Eletrônicas Institucionais – APLIC

3.2.5 - Departamento de Informática e Tecnologia da Informação;

3.2.6 – Departamento de Compras e Almoxarifado;

3.2.7 – Departamento de Licitação e Contratos;

3.2.8 – Departamento de Patrimônio e Arquivo;

3.2.9 – Departamento de Obras, Engenharia e Projetos;

3.2.10 – Departamento de Formalização e Acompanhamento de Convênios;

3.3 – Coordenadoria de Finanças, Fiscalização e Contabilidade;

3.3.1 – Departamento de Contabilidade e Prestação de Contas;

3.3.2 – Departamento de Finanças e Tesouraria;

3.3.3 – Departamento de Tributação e Fiscalização;

3.4 – Coordenadoria de Frotas, Transportes e Vias Públicas;

3.4.1 – Departamento de Frotas, Transportes e Vias Públicas;

3.5 – Coordenadoria de Limpeza Pública e Serviços;

3.5.1 – Departamento de Limpeza Pública e Serviços;

3.6 – Coordenadoria de Segurança do Patrimônio Público;

3.6.1 – Departamento de Segurança do Patrimônio Público;

3.7 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - PREVINORTE.

3.7.1 – Diretoria Executiva da PREVINORTE.

§ 1° São atribuições do Gabinete da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à administração de pessoal, administração de patrimônio, zeladoria e serviços gerais, administração de compras e licitações, administração de obras públicas, administração de tecnologia da informação, administração dos transportes e limpeza pública do município, administração de expediente;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados à administração do planejamento e gestão da prefeitura conjuntamente com as outras secretarias, de forma a garantir a prestação dos serviços municipais e informações sólidas aos órgãos de controle externo e interno, de acordo com as diretrizes de Governo.

§ 2° São atribuições da Coordenadoria de Administração, Planejamento e Gestão:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à informática e tecnologia da informação, compras e almoxarifado, pessoas e desenvolvimento humano, planejamento orçamento e gestão, obras engenharia e projetos, remessa de informações eletrônicas institucionais (Aplic), formalização e acompanhamento de convênios, patrimônio e arquivo;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados à gestão administrativa da prefeitura conjuntamente com as outras secretarias, de forma a garantir a prestação dos serviços municipais e sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 3° São atribuições da Coordenadoria de Finanças, Fiscalização e Contabilidade:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à finanças e tesouraria, tributação e fiscalização, incluindo a política econômica, tributária e financeira do município, o recebimento a guarda e a movimentação de valores, programação de desembolso financeiro, prestação anual de contas, cumprimento de exigências do controle externo, controle dos investimentos e capacidade de endividamento do município;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados à gestão financeira da prefeitura conjuntamente com as outras secretarias, de forma a garantir a prestação dos serviços públicos municipais e sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 4° São atribuições da Coordenadoria de Frotas, Transportes e Vias Públicas:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à serviços de abertura e manutenção de estradas e pontes na área urbana e rural, serviços de transportes de servidores e de material;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados à avaliação e controle dos custos dos transportes na administração municipal, fornecendo dados aos órgãos competentes para estudos e planejamento;

III - promover o controle do uso dos veículos oficiais, suas manutenções e os gastos de combustível e lubrificantes;

IV - promover e controlar os seguros, as licenças e os emplacamentos dos veículos de propriedade do município;

V promover o estabelecimento de critérios para a utilização de serviços de terceiros e exercer outras atividades correlatas às suas competências, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 5° São atribuições da Coordenadoria de Limpeza Pública e Serviços:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à serviço de coleta regular de lixo domiciliar, atividades das equipes de capinação, pintura, poda e varrição;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados às atividades de limpeza urbana, limpeza e conservação de vias, dos órgãos e bens públicos, praças, parques e jardins, limpeza de meio-fio e calçadas, bocas-de-lobo, bueiros, coleta de material e limpeza urbana em geral, e coleta e transporte de resíduos sólidos de saúde, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 6° São atribuições daCoordenadoria de Segurança do Patrimônio Público:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à salvaguarda do patrimônio público do município de Nortelândia, não se voltando à manutenção da ordem pública ou a segurança ostensiva (visível);

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados à proteção de bens, serviços e instalações do poder público municipal; exercer suas atividades em toda a extensão do território do município, cumprindo as leis e assegurando o exercício de poderes constituídos no âmbito de suas competências;

III - promover e manter a vigilância dos prédios públicos e das áreas de preservação do patrimônio natural e cultural do município;

IV - fiscalizar a utilização adequada dos parques, jardins, praças, monumentos e prédios públicos, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 7° São atribuições daPrevidência Própria – RPPS PREVINORTE:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas aos benefícios concedidos pela lei previdenciária, exclusivo do servidor público municipal efetivo;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados ao pagamento de benefícios de aposentadorias, pensões, auxílios-doença e salário-maternidade;

III - adequar os benefícios previdenciários aos requisitos e critérios fixados pela legislação Federal para o regime próprio de previdência social, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

ÓRGÃO SISTÊMICO ESPECIAL:

1. Fundo Municipal de Previdência Social.

ÓRGÃO COLEGIADO:

1. Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC);

2. Conselho Municipal de Cidades;

3. Conselho Municipal do FETHAB.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 19 Ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na qualidade de titular do órgão central do Sistema Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, compete:

I - aprovar normas gerais, orientar e supervisionar a elaboração da programação dos órgãos e entidades públicas relativamente a área meio, compreendidos, no Sistema Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

II - orientar e supervisionar a elaboração de estudos especiais destinados à racionalização dos serviços meio, a fim de reduzir seus custos e aumentar sua eficiência;

III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

IV - praticar todos os atos relativos a pessoal, insuscetíveis de delegação, e que não lhes sejam vedados pela legislação em vigor;

V - assinar a emissão de certificados de registro ou certidões para fins de licitação e auxiliar na elaboração de editais de licitações, qualquer que seja a sua finalidade ou modalidade, instruindo os processos respectivos com elementos básicos previstos na legislação correspondente;

VI - aprovar a programação para treinamento sistemático dos recursos humanos do Município, de acordo com a necessidade dos projetos e atividades em andamento;

VII - oferecer proposta de lotação ideal, o cronograma de seu preenchimento e o remanejamento de pessoal;

VIII - emitir normas e exercer o controle pertinente ao patrimônio mobiliário e à prestação de serviços auxiliares;

IX - Orientar e supervisionar a execução da política de previdência e assistência aos servidores municipais;

X - Preparar e encaminhar os contratos, convênios, acordos e instrumentos similares, coordenando o fluxo dos processos para coleta de parecer, instrução e coleta de assinaturas do setor competente;

XI - manter sistema de controle de estoques e de movimentações de materiais do Almoxarifado geral da Prefeitura;

XII - definir, coordenar e executar as políticas, diretrizes e metas de planejamento do município;

XIII - promover a articulação de planejamento municipal com a União, o Estado, Empresa Pública, parceria Público-privada, Organização Não-Governamental e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público);

XIV - coordenar o processo de planejamento Municipal visando o desenvolvimento econômico-social e físico territorial de Nortelândia, elaborando planos e programas, desenvolvendo outras atividades afins, bem como acompanhando suas execuções;

XV - efetuar estudos na área socioeconômica, que gerem indicadores para ação governamental da Administração Municipal;

XVI - coordenar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento para o Município, com a participação da sociedade organizada, identificando as respectivas fontes de financiamento;

XVII - elaborar projetos visando a captação de recursos para o Município;

XVIII - autorizar e orientar estudos especiais destinados à melhoria dos métodos e técnicas de arrecadação e dispêndios das receitas públicas;

XIX - aprovar os programas de aperfeiçoamento dos recursos na área do fisco municipal;

XX - promover as medidas necessárias ao controle interno e externo da Administração Municipal do ponto de vista financeiro;

XXI - elaborar e aprovar o Balanço Geral do Município;

XXII - opinar sobre a forma de amortização de dívidas;

XXIII - organizar e manter em pleno funcionamento o sistema de controle da execução orçamentária segundo os projetos, programas e centros de custos;

XXIV - elaborar e executar a programação financeira do Município em articulação com o Sistema de Planejamento e Gestão implantado e opinar sobre a eventual necessidade de alteração;

XXV - opinar sobre propostas de endividamento e solicitação de financiamentos internos e externos;

XXVI - exercer o controle do endividamento do Município;

XXVII - manter os sistemas de Contabilidade, Controle e Contabilidade de Custos, segundo programas, projetos e centros de custos;

XXVIII - outras atividades correlatas.

SEÇÃO VI

SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

Art. 20 A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, órgão de planejamento, coordenação, controle e execução da política de saúde do Município, têm a seguinte estrutura:

4.1 – Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

4.1.1 – Assessoria Especial de Saúde e Saneamento;

4.1.2 – Departamento Administrativo Financeiro da Saúde;

4.1.3 – Departamento de Envio de Informações da Saúde;

4.2 - Coordenadoria de Atenção Básica a Saúde;

4.2.1 – PSF I;

4.2.1.1 – PSF I - Administrativo;

4.2.1.2 – PSF I – Consultório;

4.2.1.3 – PSF I – Enfermagem;

4.2.1.4 – PSF I – Saúde Bucal;

4.2.1.5 – PSF I – PACS – PASCAR;

4.2.2 – PSF II;

4.2.2.1 – PSF II - Administrativo;

4.2.2.2 – PSF II – Consultório;

4.2.2.3 – PSF II – Enfermagem;

4.2.2.4 – PSF II – Saúde Bucal;

4.2.2.5 – PSF II – PACS – PASCAR;

4.2.3 – PSF III;

4.2.3.1 – PSF III - Administrativo;

4.2.3.2 – PSF III – Consultório;

4.2.3.3 – PSF III – Enfermagem;

4.2.3.4 – PSF III – Saúde Bucal;

4.2.3.5 – PSF III – PACS – PASCAR;

4.2.3.6 – Centro de Saúde;

4.2.4 – Centro de Reabilitação Integrado Dom Aquino Corrêa - CRIDAC (Unidade Local);

4.2.5 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF;

4.2.5.1 – Saúde Mental;

4.2.5.2 – Educação Física;

4.2.5.3 – Nutrição;

4.2.5.4 – Fonoaudiologia;

4.3 - Coordenadoria de Vigilância em Saúde;

4.3.1 – Departamento de Vigilância Sanitária;

4.3.2 – Departamento de Vigilância Epidemiológica;

4.3.3 – Departamento de Vigilância Ambiental;

4.4 - Coordenadoria de Farmácia e Exames;

4.4.1 – Farmácia Básica;

4.4.2 – Laboratório;

4.4.3 – Agência Transfusional;

4.5 - Coordenadoria de Regulação e Frota;

4.5.1 – Departamento de Frota da Saúde;

4.5.2 – Departamento de Regulação;

§ 1° São atribuições do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à saúde e saneamento, atenção básica, vigilância em saúde, farmácia e exames, regulação e frota;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados às ações e serviços de saúde, para a implantação, consolidação e manutenção do sistema único de saúde – SUS de acordo com os princípios e normas a ele aplicáveis, conjuntamente com as outras coordenadorias, de forma a garantir a prestação dos serviços municipais e informações sólidas aos órgãos de controle externo e interno, de acordo com as diretrizes de Governo.

§ 2° São atribuiçõesda Coordenadoria de Atenção Básica a Saúde:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à atenção básica a saúde;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de atenção básica a saúde nos PSF's, CRIDAC (fisioterapia) e NASF (saúde mental, educação física, nutrição e fonoaudiologia), de maneira a abranger a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 3° São atribuições da Coordenadoria de Vigilância em Saúde:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e vigilância ambiental;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de vigilância a saúde; abrange a execução de atividades relativas a promoção, prevenção e controle de doenças e outros agravos a saúde;

III - articular um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 4° São atribuições da Coordenadoria de Farmácia e Exames:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à agência transfusional e hemoterapia, farmácia básica e laboratório e sala de coleta;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de qualificação e transfundição de hemocomponentes, gestão de medicamentos e gestão de exames, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 5° São atribuições da Coordenadoria de Regulação e Frota:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à regulação de pacientes e gestão da frota da saúde;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de gestão de vagas para serviços de saúde especializados fora do município e gestão da frota da saúde para o respectivo encaminhamento dos pacientes, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 6º À Assessoria Especial de Saúde e Saneamento, em cooperação com as demais unidades administrativas integrantes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, compete planejar, controlar e avaliar as ações e serviços de saúde, bem como auditar a regularidade dos procedimentos técnico-científicos, contábeis, financeiros e patrimoniais praticados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito do SUS, observando a regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria aplicáveis à área de saúde, em auxílio ou substituição ao Secretário Municipal de Saúde e Saneamento, nas suas funções, ausências ou impedimentos.

§ 7º Todas as ações da Secretaria Municipal de Saúde, deverão obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

ÓRGÃO SISTÊMICO ESPECIAL:

1. Fundo Municipal de Saúde;

ÓRGÃO COLEGIADO:

1. Conselho Municipal de Saúde;

2. Conselho Municipal de Saneamento;

3. CGR – Colegiado de Gestão Regional.

Art. 21 O Conselho Municipal de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, têm por finalidade atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O detalhamento das competências do Conselho Municipal de Saúde e sua composição contam da lei que o instituiu e de seu respectivo Regimento Interno.

Art. 22 O Fundo Municipal de Saúde, instituído por força de lei, tem por competência desenvolver as práticas de previsão, comprometimento, execução, acompanhamento e comprovação dos recursos orçamentários e financeiros postos à disposição do sistema da saúde.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Saúde dispõe de Regimento próprio que lhe define as fontes de recursos, objeto de gasto, atribuições do gestor e diretrizes para as Prestações de Contas;

Art. 23 O Fundo Municipal de Saúde é apoiado na Secretaria Municipal de Saúde, considerando que "Fundo Especial" consubstancia-se numa "Conta Especial" onde são depositados os recursos financeiros sob a gestão do Secretário Municipal de Saúde conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, ainda que dotado de instrumento de contabilidade da gestão pública, não é ente jurídico capaz de se caracterizar como unidade administrativa.

Parágrafo Único. A execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde, constituído prioritariamente pelos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, se viabilizará diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde, em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 24 Ao Secretário Municipal de Saúde, na qualidade de titular do órgão de Municipal de Saúde, compete:

I - coordenar, com apoio instrumental do Conselho Municipal de Saúde, a execução da Política Municipal de Saúde e Saneamento, no contexto do plano integrado e dos instrumentos programáticos e orçamentários aprovados em lei;

II - exercer, privativamente, a direção do Sistema Único de Saúde do Município, do Programa de Saúde Familiar, tendo por diretrizes básicas a descentralização operativa, a participação comunitária e o atendimento integral;

III - dedicar prioridade crescente para as atividades educativo-preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

IV - exercer outras funções correlatas.

SEÇÃO VII

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

Art. 25 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, órgão de planejamento, coordenação, controle e execução da política educacional, esportiva, de lazer e cultural, tem a seguinte estrutura:

5.1 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

5.1.1 – Assessoria Especial de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

5.1.2 – Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

5.1.3 – Departamento de Alimentação Escolar;

5.2 – Coordenadoria de Gestão Técnica-Pedagógica da Educação Infantil;

5.2.1 – Direção Escolar da Educação Infantil;

5.2.2 – Secretaria Escolar da Educação Infantil;

5.2.3 – Coordenação Pedagógica da Educação Infantil;

5.2.4 – Professores da Educação Infantil (Pré-escola);

5.2.5 – Professores da Educação Infantil (Creche);

5.2.6 – Servidores da Educação Infantil;

5.2.7 – Cozinha Escolar da Educação Infantil;

5.3 - Coordenadoria de Gestão Técnica-Pedagógica do Ensino Fundamental;

5.3.1 – Direção Escolar do Ensino Fundamental;

5.3.2 – Secretaria Escolar do Ensino Fundamental;

5.3.3 – Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental;

5.3.4 – Professores do Ensino Fundamental;

5.3.6 – Servidores do Ensino Fundamental;

5.3.7 – Cozinha Escolar do Ensino Fundamental;

5.4 – Coordenadoria de Transporte Escolar;

5.4.1 – Departamento de Transporte Escolar;

5.5 – Coordenadoria de Cultura, Desporto e Lazer;

5.5.1 – Departamento de Desporto e Lazer;

5.5.2 – Departamento de Cultura;

§ 1° São atribuições do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à gestão técnica-pedagógica e administrativa-financeira da educação infantil, ensino fundamental, transporte escolar e do desporto, cultura e lazer no município;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações dos programas educacionais e melhoria do ensino/aprendizagem, promovendo a qualidade social da educação básica, conjuntamente com as outras coordenadorias;

III - garantir a prestação dos serviços municipais e informações sólidas aos órgãos de controle externo e interno, de acordo com as diretrizes de Governo.

§ 2º À Assessoria Especial de Educação, Cultura, Desporto e Lazer , em cooperação com as demais unidades administrativas integrantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, compete planejar, controlar e avaliar as ações e serviços de educação, a atualização elaboração e monitoramento das informações nos Sistemas (PAR, PCCR, PDI, SIMEC, etc.) bem como bem como todos os Planos, Programas e Projetos da área da Educação, Cultura, Desporto e Lazer, em auxílio ou substituição ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer nas suas funções, ausências ou impedimentos.

§ 3º São atribuições do Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, em cooperação com as demais unidades administrativas integrantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, compete planejar, controlar e avaliar as ações e serviços, bem como auditar a regularidade dos procedimentos técnico-científicos, contábeis, financeiros e patrimoniais praticados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito da área da Educação, Cultura, Desporto e Lazer, observando a regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria aplicáveis à área afim, expedir documento, responder solicitações, requisições e informações, gerenciar documentos e arquivos, e atuar em auxílio ou substituição ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, nas suas funções, ausências ou impedimentos.

§ 4° São atribuições da Coordenadoria de Gestão Técnica-Pedagógica da Educação Infantil:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à Educação infantil;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados a execução de atividades relativas à gestão do ensino/aprendizagem, abrangendo a gestão de matrículas, gestão de pais alunos e comunidade, gestão da alimentação e gestão do transporte dos alunos, promovendo a qualidade social da educação, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 5° São atribuições da Coordenadoria de Gestão Técnica Pedagógica do Ensino Fundamental:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas ao Ensino Fundamental;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados a execução de atividades relativas à gestão do ensino/aprendizagem, abrangendo a gestão de matrículas, gestão de pais alunos e comunidade, gestão da alimentação e gestão do transporte dos alunos, promovendo a qualidade social da educação, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 6° São atribuições da Coordenadoria de Transporte Escolar:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à gestão da frota da educação e transporte de alunos do município;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados a execução de atividades relativas à gestão de abastecimentos, manutenções, linhas e rotas do transporte de alunos da zona rural e urbana, custos e relatórios periódicos da frota da educação, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 7° São atribuições da Coordenadoria de Desporto, Cultura e Lazer:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à gestão do desporto, cultura e lazer no município;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados a execução de atividades relativas à cultura e gestão de eventos esportivos e de lazer, campeonatos, torneios, jogos escolares municipais e intermunicipais, amistosos, gestão e manutenção dos locais de eventos e práticas esportivas, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 8º O cargo de Assessor Especial de Educação, Cultura, Desporto e Lazer é de livre nomeação e escolha do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, e os cargos de direção escolar e coordenação pedagógica serão escolhidos preferencialmente de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 155/2010, e na ausência de candidatos aptos de acordo com a legislação própria, será devolvida a competência para nomeação em caráter excepcional para o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, que escolherá preferencialmente entre os membros da comunidade escolar os que exercerão os cargos de direção e coordenação pedagógica, em ato administrativo fundamentado, de acordo com o que determina o art. 85 da LOM.

ÓRGÃO SISTÊMICO ESPECIAL:

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

ÓRGÃO COLEGIADO:

1. Conselho Municipal de Educação;

2. Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

3. Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB.

4. Conselho Municipal de Cultura;

5. Comissão Municipal de Transporte Escolar.

Art. 26 Os Conselhos Municipais de Educação, Alimentação Escolar, Transporte Escolar e Cultura, instituídos como Colegiados de normatização, mobilização, fiscalização, consulta, deliberação e assessoramento, tem por finalidade auxiliar o Secretário Municipal de Educação, na formulação da proposta Político-Administrativa, Pedagógica e de Gestão, adequada ao processo de decisão das questões referentes à Educação, Cultura, Desporto e Lazer Municipal.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação e os demais Colegiados absorverão atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

§ 2º O detalhamento das competências dos Conselhos Municipais citados neste artigo e sua composição, consta das leis que os instituíram e de seus respectivos Regimentos Internos.

§ 3º Ainda compõe os Colegiados, os Conselho

s Escolares e Associação de Pais e Mestres das Escolas da rede municipal, instituídos pelas comunidades escolares, com a finalidade de deliberar sobre o processo de decisão no âmbito das Unidades Executoras.

Art. 27 As atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, no tocante à Educação, serão desenvolvidas em estreita conformidade com as diretrizes da política educacional, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Pareceres e Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual, Municipal da Educação, Plano Nacional da Educação e Plano Municipal da Educação, e outras legislações inerentes.

Art. 28 O Fundo Municipal de Educação, instituído por força de Lei própria, têm por competência desenvolver as práticas de previsão, comprometimento, controle social, execução, acompanhamento, comprovação e fiscalização dos recursos orçamentários e financeiros postos à disposição da educação municipal.

§ 1º O Fundo Municipal de Educação é apoiado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, considerando que são "Fundos Especiais", ainda que dotados de instrumentos de contabilidade da gestão pública, não são entes jurídicos capazes de se caracterizar como unidade administrativa.

§ 2º O Fundo Municipal de Educação, dispõem de regulamentação própria que lhe define as fontes de recursos, objeto de gasto, gestão e diretrizes para as prestações de contas nas áreas respectivas da educação básica.

§ 3º A execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Educação, constituído pelos recursos que lhes são destinados em legislação própria, se viabilizará diretamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, em estreita articulação com a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

§ 4º Os cargos comissionados (DAS), serão remunerados de acordo com a norma geral da Prefeitura Municipal; e os de dedicação exclusiva, que são do quadro de Profissionais da Educação no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, serão remunerados de acordo com o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação, ressalvados as especificidades previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Art. 29 Ao Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e Lazer, na qualidade de titular do órgão Municipal de Educação, de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, compete:

I - cumprir as funções inerentes ao cargo estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 027/2005, de 09/12/2005, que cria a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, além das competências estabelecidas na Lei de Diretrizes Nacional da Educação e Legislações correlatas atualizadas, e nesta lei;

II - realizar, em parceria com órgãos governamentais do setor, estudos básicos e levantamentos de dados, visando ao constante monitoramento dos indicadores de desempenho de qualidade tanto gerencial quanto de resultados sociais e educacionais alcançados;

III - coordenar o processo de planejamento setorial de educação, buscando o funcionamento eficiente dos Colegiados que compõe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, no contexto do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

IV - executar o Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Educação (PES), Plano de Ação Articulada (PAR), Plano Municipal de Educação (PME) de modo articulado com os demais entes federados, no que se refere ao Regime de Colaboração, e as ações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI);

V - promover a integração horizontal e vertical da rede municipal de ensino segundo os princípios de Qualidade, Participação, Democratização e Descentralização da ação governamental do setor;

VI - executar, em parceria com as Secretaria Municipais de Saúde e Assistência Social, os Programas relacionados a universalidade da educação básica, bem como a inclusão e permanência do aluno na escola e a promoção da qualidade da educação e de vida para a formação integral dos alunos;

VII - desenvolver em conjunto com o Departamento de Cultura projetos especiais que promovam o incentivo ao resgate, conservação, valorização e expansão da cultura brasileira, em especial, a regional e local;

VIII - desenvolver em conjunto com o Departamento de Esporte e Lazer, programas e projetos especiais que promovam a iniciação e a prática esportiva da população local, enfatizando a formação integral do educando e o pleno despertar de suas potencialidades físicas e humanísticas;

IX - outras atividade correlatas.

SEÇÃO VIII

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 30 O Gabinete de Assistência Social, órgão de Planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de desenvolvimento comunitário, promoção e assistência social, tem a seguinte estrutura:

6.1 – Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social;

6.1.1 – Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social;

6.1.2 – Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social;

6.2 - Coordenadoria de Programas e Projetos Sociais;

6.2.1 – Departamento de Cadastro Único;

6.2.2 – Programa Bolsa Família (PBF);

6.2.3 – Programa Primeira Infância;

6.2.4 – Programa ACESSUAS Trabalho;

6.2.5 – Programa de Habitação;

6.2.6 – Programa Pró-Família.

6.3 – Coordenadoria de Proteção Social Básica-CRAS;

6.3.1 – Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

6.3.1.1 – Serviço Social;

6.3.1.2 – Serviço Social Volante;

6.3.1.3 – Psicologia;

6.3.2 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

6.3.2.1 – Orientação Social;

6.3.2.2 – Facilitação de Cursos;

6.3.3 – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio;

6.3.3.1 – Pessoas com Deficiências;

6.3.3.2 – Pessoas Idosas.

6.3.4 – Programa Criança Feliz;

6.3.4.1 – Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância;

6.3.4.2 - Supervisão do Programa Criança Feliz;

6.3.4.3 – Serviço de Visitação Domiciliar Periódica e Ações Complementares de Apoio à Gestantes e Famílias em situação de vulnerabilidade social;

6.3.4.4 - Serviço de Capacitação e Formação Continuada de Profissionais que integram o Programa Criança Feliz.

6.4 - Coordenadoria de Proteção Social Dirigida;

6.4.1 – Proteção Social a Grupos Específicos;

6.4.1.1 – Serviço Social dirigido;

6.4.1.2 – Psicologia dirigida;

6.4.1.3 – Casa Lar Santana;

6.5 – Coordenadoria do Conselho Tutelar;

6.5.1 – Conselho Tutelar

§ 1° São atribuições do Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento das ações dos programas e projetos sociais, proteção social básica (CRAS), proteção social dirigida (grupos específicos) e conselho tutelar;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados a promoção do resgate da cidadania das pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, possibilitando a progressiva participação dos usuários e da sociedade organizada na estrutura descentralizada, participativa e democrática no município, conjuntamente com as outras coordenadorias, de forma a garantir a prestação dos serviços municipais e informações sólidas aos órgãos de controle externo e interno, de acordo com as diretrizes de Governo.

§ 2º À Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, em cooperação com as demais unidades administrativas integrantes da Secretaria Municipal respectiva, compete planejar, controlar e avaliar as ações e serviços de Assistência Social, a atualização elaboração e monitoramento das informações nos Sistemas que integram o SUAS, bem como bem como todos os Planos, Programas e Projetos da área da Assistência Social, em auxílio ou substituição ao Secretário Municipal de Assistência Social nas suas funções, ausências ou impedimentos.

§ 3º São atribuições do Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, em cooperação com as demais unidades administrativas integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, planejar, controlar e avaliar as ações e serviços, bem como auditar a regularidade dos procedimentos técnico-científicos, contábeis, financeiros e patrimoniais praticados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito da área da Assistência Social, observando a regulamentação do Sistema Nacional de Auditoria aplicáveis à área afim, expedir documento, responder solicitações, requisições e informações, gerenciar documentos e arquivos, e atuar em auxílio ou substituição ao Secretário Municipal de Assistência Social, nas suas funções, ausências ou impedimentos.

§ 4° São atribuições da Coordenadoria de Programas e Projetos Sociais:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à programas e convênios com instituições públicas, privadas ou organização da sociedade civil, em defesa dos direitos da mulher, do idoso, da criança, do adolescente e pessoas com necessidades especiais, oferecendo atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou com seus direitos violados;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de atendimento, orientação, visitas, palestras, cursos e grupos de convivência, sob a coordenação da Secretaria.

§ 5° São atribuições da Coordenadoria de Proteção Social Básica-CRAS:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à proteção e atendimento à família – PAIF (serviço social urbano e rural e psicologia), ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (orientação social e facilitação de cursos), e serviço de proteção social básica no domicílio (deficientes e idosos) e coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas ao Programa Criança Feliz em nível municipal;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de atendimento, orientação, visitas, palestras, cursos e grupos de convivência, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 6° São atribuições da Coordenadoria de Proteção Social Dirigida:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à serviços sociais de grupos específicos e especiais, que possuem necessidades de serviço social, psicologia e vulnerabilidade temporária (Casa Lar e Programa de Família Acolhedora);

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de atendimento, orientação, visitas, palestras e grupos de convivência, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

§ 7° São atribuições da Coordenadoria do Conselho Tutelar:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de atendimento às crianças e adolescentes, atendimento aos pais e responsáveis, divulgação de programas de atendimento dos direitos, elaboração de requisições, notificações, encaminhamentos e representações, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria.

ÓRGÃOS SISTÊMICOS ESPECIAIS:

1. Fundo Municipal da Assistência Social;

2. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente;

3. Fundo Municipal de Habitação;

ÓRGÃOS COLEGIADOS:

1. Conselho Municipal de Assistência Social e Programa Bolsa Família;

2. Conselho Municipal de Habitação;

3. Conselho Municipal do Trabalho;

4. Conselho Municipal de Assistência Social;

5. Conselho Municipal do Idoso;

6. Conselho Comunitário de Segurança Pública;

7. Conselho Municipal da Mulher;

8. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

9. Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Art. 31 O Conselho Municipal de Assistência Social e Programa Bolsa Família, instituídos como colegiado de deliberação superior e de fiscalização do Sistema de Assistência Social no Município, têm por finalidade auxiliar o Secretário Municipal de Assistência Social, na execução de políticas públicas que lhes são atinentes, com a fixação das diretrizes e prioridades programáticas das respectivas áreas.

Parágrafo Único. O detalhamento das competências de cada um dos conselhos, sua composição e funcionamento, consta de suas leis de criação e respectivos regimentos.

Art. 32 O Fundo Municipal de Assistência Social, instituídos por força de lei própria, têm por competência desenvolver as práticas de previsão, comprometimento, execução, acompanhamento e comprovação dos recursos orçamentários e financeiros postos à disposição do sistema de assistência social para o atendimento da rede de proteção básica e especial.

SUBSEÇÃO ÚNICA

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 33 Ao Secretário Municipal de Assistência Social, na qualidade de titular do órgão de Desenvolvimento Social, compete:

I - coordenar o processo de planejamento social, promovendo o funcionamento eficiente do Conselho Municipal de Ação Social como um segmento do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a ser instituído pela administração;

II - coordenar o programa permanente de desenvolvimento comunitário, tendo por objetivos: o despertar da plena cidadania; a organização comunitária e a participação político-institucional das comunidades rurais e urbanas;

III - executar, diretamente ou de forma descentralizada, ações de assistência social aos segmentos mais carentes da sociedade local, buscando realizar metas e atingir objetivos oficialmente estabelecidos;

IV - Outras atividades correlatas.

SEÇÃO IX

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 34 O Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, órgão de planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de captação de recursos e expansão econômica nas áreas agrícola, pecuária, industrial, comercial e meio ambiente, tem a seguinte estrutura:

7.1 – Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente;

7.1.1 – Assessoria Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente;

7.1.2 – Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente;

7.2 - Coordenadoria de Agricultura e Meio Ambiente;

7.2.1 – Departamento de Agricultura;

7.2.1.1 – Serviço de Assistência Téc. em Agronomia;

7.2.1.2 – Serviço de Assistência Téc. em Zootecnia;

7.2.1.3 – Serviço de Assistência Téc. em Veterinária;

7.2.1.4 – Serviço de Inspeção Municipal (S. I. M.).

7.2.2 – Departamento de Meio-Ambiente;

7.2.2.1 – Biologia;

7.2.2.2 – Viveiro Municipal;

7.2.2.3 – Serviço de Licenciamento Ambiental.

7.3 – Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

7.3.1 – Departamento de Desenvolvimento Econômico;

7.3.1.1 – Parque Industrial;

7.3.1.2 – Centro de Atendimento ao Empreendedor (CAE);

7.3.1.3 – Balcão de Empregos;

7.3.2 – Departamento de Turismo;

7.3.2.1 – Centro de Atendimento ao Turista (CAT);

7.3.2.2 – Eventos Turísticos;

§ 1° São atribuições do Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à agricultura, ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico;

II - criar condições financeiras e de gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços ao pequeno produtor rural, de maquinário e especialidades técnicas da agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e turismo, conjuntamente com as outras coordenadorias, de forma a garantir a prestação dos serviços municipais e informações sólidas aos órgãos de controle externo e interno, de acordo com as diretrizes de Governo.

§ 2° São atribuições da Coordenadoria de Agricultura e Meio Ambiente:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas à agricultura (agronomia, zootecnia e veterinária) e ao meio-ambiente (biologia e viveiro municipal), inclusive serviços de licenciamento ambiental descentralizado, e de assistência técnica ao produtor rural;

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de assistência técnica, apoio com maquinário, prevenção e combate à pragas, extensão rural, preservação do ambiente, licenciamento de atividades e empreendimentos, fiscalização ambiental, preservação e recuperação de recursos hídricos, arborização urbana de parques e internos, controle da poluição e gestão do lixo, definição de áreas de preservação ambiental, administração do viveiro municipal, abrange a execução de atividades relativas a gestão de atendimentos, visitas, apoio material, prevenção, cursos, preservação, licenciamentos, fiscalização, recuperação, arborização, controle, definição e acompanhamentos, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

§ 3° São atribuições da Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

I - coordenar, supervisionar e orientar a normatização e execução de todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento econômico (parque industrial, eventos turísticos, centro de atendimento ao empreendedor – CAE e balcão de empregos) e ao turismo (centro de atendimento ao turista);

II - criar condições financeiras e gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de apoio à atividade industrial, apoio aos comerciantes, apoio à empreendedores, divulgação e realização de eventos, apoio à recolocação profissional e apoio ao turista. Abrange a execução de atividades relativas a gestão de atendimentos, informações, visitas, cursos e encaminhamentos, sob a coordenação do Gabinete da Secretaria;

ÓRGÃOS SISTÊMICOS ESPECIAIS:

1. Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico;

2. Fundo Municipal de Turismo;

3. Fundo Municipal de Meio Ambiente.

ÓRGÃOS COLEGIADOS:

1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável;

2. Conselho Municipal de Meio Ambiente;

3. Conselho Municipal do Serviço Municipal de Inspeção;

4. Conselho Municipal do Turismo;

5. Conselho Municipal de Regularização Fundiária.

SUBSEÇÃO V

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 35 Ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, na qualidade de titular do órgão de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, compete:

I - realizar, em parceria com a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, estudos básicos de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental de Nortelândia, propondo programas e projetos que engendrem agregação de valores aos produtos primários de exportação do município e da região;

II - promover a atração do capital privado nacional e internacional, visando à concretização de iniciativas empresariais condizentes com a potencialidade econômica do município;

III - organizar eventos e proceder articulações, tendo por objetivo a promoção de projetos de desenvolvimento integrantes dos programas oficialmente instituídos no âmbito do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

IV - prestar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas;

V - promover programas educativos e de extensão rural, integrados aos órgãos federais e estaduais que atuam na área;

VI - desempenhar atividades relativas ao incentivo ao desenvolvimento do Município nos setores industrial, comercial e de prestação de serviços e incentivo a exploração turística;

VII - atuar, dentro dos limites da competência municipal, como elemento regularizador e fiscalizador do abastecimento da população e na defesa do meio ambiente;

VIII – promover a coleta de dados sobre a produção agropecuária do Município, o recolhimento de amostras do solo para exames e mapeamento, a distribuição de sementes e fertilizantes, o levantamento das pragas que afetam em caráter epidêmicos a lavoura;

IX - programar a execução de atividades de assistência e orientação técnica ao pequeno e médio agricultor;

X - divulgar instruções, avisos e conselhos à comunidade;

XI - promover tarefas inerentes à cultura de mudas, seleção de sementes, plantio e replantio de mudas, e instituir programas de reflorestamento;

XII - promover a inspeção periódica das condições sanitárias de estabelecimentos que fabriquem, criem, manuseiem ou comercializem alimentos e derivados;

XIII - promover tarefas de educação no tratamento da saúde animal;

XIV - incentivar ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas de reciclagem e proteção ambiental;

XV - disponibilizar informações sobre os recursos ambientais de interesse local e executar outras tarefas afins;

XVI - coordenar a execução da Política Municipal de Desenvolvimento Turístico do município, mobilizando os segmentos organizados da sociedade civil, para a ação participativa de planejamento e desenvolvimento;

XVII - elaborar Planos de ação de curto, médio ou longo prazo, participar do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, promovendo junto à comunidade organizada a concepção de projetos de construção de áreas turísticas, o uso do solo, a expansão agrária, e incrementação de programas auto-sustentável do potencial turístico de Nortelândia;

XVIII - dar o devido acompanhamento do desenvolvimento dos programas, em andamentos, avaliando a execução, e os benefícios para sua manutenção;

XIX - manter convênios, programas, protocolos, acordos e parcerias, com órgãos Municipais, Estaduais, Federais, Internacionais, da Sociedade Organizada, propondo melhorias e avanços tecnológicos, para a perfeita harmonia entre desenvolvimento e meio ambiente;

XX - orientar e proteger ao homem compatibilizando com outras formas de vida e ao patrimônio ambiental; incentivo ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas de reciclagem e proteção ambiental;

XXI - disponibilizar informações sobre os recursos ambientais de interesse local;

XXII - outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Poder Executivo Municipal não poderá despender com pessoal mais do que 54% (cinquenta e quatro por cento) da sua Receita Corrente Líquida, na forma do artigo 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se:

I – Despesas Totais com Pessoal: o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais da Administração Direta e Indireta, realizado pelo Município, considerando-se os ativos, inativos e pensionistas, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive gastas com incentivos à demissão voluntária;

II – Despesa de Pessoal: o somatório dos gastos com qualquer espécie remuneratória tais como vencimentos, vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria e pensões provenientes de cargos ou funções públicas civis ou de membros do Poder, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;

III – Encargos Sociais: o somatório das despesas com os encargos sociais inclusive as contribuições para as entidades de previdência social;

IV – Receita Corrente Líquida Municipal: o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços e outras receitas correntes, com as transferências correntes, destas excluídas as transferências intragovernamentais.

§ 2º Nas demais normas relativas ao gasto com pessoal deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 A Estrutura Organizacional estabelecida na presente lei entrará em funcionamento imediatamente, com a implantação a partir de sua publicação.

§ 1º A implantação se dará de acordo com o Regimento Interno, com o provimento dos Cargos por pessoal capacitado e dotação de elementos humanos, materiais e financeiros indispensáveis ao perfeito funcionamento de cada Secretaria e Coordenadoria.

§ 2º Todas as unidades complementares, assessorias e departamentos, que fazem parte desta nova Estrutura Organizacional terão suas atribuições especificadas no decorrer da implantação desta lei e sua regulamentação, bem como aquelas já previstas nos Estatutos e Legislações vigentes.

Art. 38 Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) que se fizerem necessárias para a aplicação da presente lei.

Parágrafo Único. Fica determinado que todas as vezes que os gastos com pessoal ultrapassarem os limites estabelecidos no art. 36 desta lei, deverá haver exoneração dos cargos comissionados e funções gratificadas em até 30% dos cargos nomeados, no mês subsequente daquele que ocorreu o aumento.

Art. 39 Ficam criados os Órgãos da Estrutura Administrativa desta Prefeitura mencionados no Organograma conforme Anexo I, e os Cargos Comissionados e funções de confiança constantes do Anexo II desta lei, que serão instalados e nomeados de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Pública Municipal, e de livre nomeação do Prefeito.

§ 1º O servidor de provimento efetivo, quando nomeado para cargo comissionado, chefia, direção ou assessoramento, poderá optar por perceber o valor integral do subsídio do cargo comissionado, ou continuar com o valor integral do subsídio e/ou salário básico de carreira, que neste caso será acrescido de até 50% (cinquenta por cento), do valor estipulado para o cargo (DAS), inclusive os cargos em Dedicação Exclusiva previstos na Lei Complementar nº 155/2010, os quais serão remunerados de acordo com esta lei, ficando vedadas as disposições sobre pagamentos de dedicação exclusiva e função gratificada prevista na LCM nº 155/2010, contrárias a esta lei.

§ 2° Serão ocupados preferencialmente por servidores de carreira os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional:

I – 15% dos cargos em comissão DAS, nível 1; e

I – 20% do total de cargos em comissão DAS, nível 2; e

II – 50% dos cargos em comissão DAS, nível 3.

§ 3° A partir da vigência desta lei não serão providos cargos em comissão em desacordo com o disposto no caput, reservados à natureza *ad nutum* dos cargos políticos (DAS 1) e dos demais cargos de chefia, direção e assessoramento, a critério do Chefe do Poder Executivo, e de acordo com esta lei complementar.

§ 4o Caberá ao Departamento de Planejamento e Gestão Organizacional normatizar, acompanhar e controlar o cumprimento dos percentuais fixados no caput.

§ 5° Os órgãos, autarquias e fundações da administração pública municipal deverão incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores, as quais terão prioridade nos programas de desenvolvimento de recursos humanos na administração pública municipal.

§ 6º A implantação dos Órgãos se dará com a efetivação das seguintes medidas:

I - Provimento dos cargos comissionados, através de Portaria de Admissão; das respectivas chefias;

II - Dotação das unidades organizacionais Órgãos com os elementos materiais e humanos, orçamentários e financeiros, indispensáveis ao seu funcionamento;

III - Instruções da Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna Chefias com relação às legislações correlatas, ferramentas de gestão utilizadas, o planejamento estratégico em vigor e assinatura dos Termos de Responsabilidade com as competências que lhes forem atribuídas, conforme Anexo III.

Art. 40 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei Complementar Municipal nº 190, de 20 de dezembro de 2.010, a Lei Complementar Municipal nº 314, de 14 de março de 2014, a Lei Complementar Municipal nº 345, de 26 de março de 2015, e a Lei Complementar Municipal nº 393, de 13 de dezembro de 2016, ressalvada as disposições da Lei Municipal nº 387, de 21 de outubro de 2016, por reserva legal de exclusividade na propositura da matéria, vigente em todas as suas disposições.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de agosto de 2019 – 66º de Emancipação Político-Administrativa. 02.08.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO I

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA – PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

[2] GABINETE DO PREFEITO

Caixa de texto: *Unidades Organizacionais do Gabinete

[3] SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
*Unidades Organizacionais da Secretaria
[4] SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
*Unidades Organizacionais da Secretaria
[5] SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER
*Unidades Organizacionais da Secretaria
[6] SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
*Unidades Organizacionais da Secretaria
[7] SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
*Unidades Organizacionais da Secretaria
Caixa de texto: *Programas e Ações da Secretaria

Caixa de texto: *Programas e Ações da Secretaria

Caixa de texto: *Programas e Ações da Secretaria

Caixa de texto: *Programas e Ações da Secretaria

Caixa de texto: *Programas e Ações da Secretaria

ORGANOGRAMA **– [2] GABINETE DO PREFEITO**
2.2-PROCURADORIA JURÍDICA - Assessoria Jurídica
2.3-JUNTA DE SERV. MILITAR E CADASTRO
2.4-COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
2.5-CONTROLADORIA INTERNA
2.6-OUVIDORIA MUNICIPAL
2.7-PROCON MUNICIPAL 2
3.2-COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
3.3-COORDENADORIA DE FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE
3.4-COORDENADORIA DE FROTAS, TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS
3.5-COORDENADORIA DE LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS
3.6-COORDENADORIA DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
3.7-PREVIDÊNCIA PRÓPRIA - RPPS
3
Depto de Planejamento e Gestão Organizacional
Depto de Desenvolvimento Humano
3.2-COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
Depto de Remessa de Informações Eletrônicas Institucionais APLIC
Depto de Informática e Tecnologia da Informação
Depto de Compras e Almoxarifado Depto de Licitação e Contratos
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Depto de Patrimônio e Arquivo
Depto de Obras, Engenharia e Projetos
Depto de Formalização e Acompanhamento de Convênios
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

3.3-COORDENADORIA DE FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE
Depto. de Contabilidade e Prestação de Contas Depto. de Finanças e Tesouraria
Depto. de Tributação e Fiscalização
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

3.4-COORDENADORIA DE FROTAS, TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS
Depto de Frotas, Transportes e Vias Públicas
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

3.5-COORDENADORIA DE LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS
Depto. de Limpeza Pública e Serviços
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

3.6-COORDENADORIA DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
Depto. de Segurança do Patrimônio Público
ORGANOGRAMA – [03] ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Caixa de texto: 3.1-GABINETE DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

3.7-PREVIDÊNCIA
PRÓPRIA - RPPS
Diretoria Executiva da Previnorte

Caixa de texto: 4.1-GABINETE DE SAÚDE E SANEAMENTO

PSF 1
PSF1 Administr. PSF1 Consultório PSF1 Enfermagem PSF1 Saúde Bucal PSF1 Pacs/Pascar
4.2- COORDENADORIA DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE
PSF 2
PSF 3
CRIDAC Fisioterapia
PSF2 Administr. PSF2 Consultório PSF2 Enfermagem PSF2 Saúde Bucal PSF2 Pacs/Pascar
PSF3 Administr. PSF3 Consultório PSF3 Enfermagem PSF3 Saúde Bucal PSF3 Pacs/Pascar Centro de Saúde
NASF
Saúde Mental

Educação Física
Nutrição 11
Fonoaudiologia
Caixa de texto: 4.1-GABINETE DE SAÚDE E SANEAMENTO

4.3-COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Vigilância Ambiental
4.4-COORDENADORIA DE FARMÁCIA E EXAMES
Farmácia Básica Laboratório e Sala de Coleta Agência Transfusional
4.5-COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FROTA
Depto de Frota da Saúde Depto de Regulação
Depto Administrativo-Financeiro da Saúde
Depto de Envio de Informações da Saúde
5.2-COORDENADORIA DE GESTÃO TÉC.- PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
5.3-COORDENADORIA DE GESTÃO TÉC.- PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
5.4-COORDENADORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR
5.5-COORDENADORIA DE DESPORTO,
CULTURA E LAZER
Depto Administrativo da Educação
Depto de Alimentação Escolar
Direção Escolar
5.2-COORDENADORIA DE GESTÃO TÉC.- PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Secretaria Escolar Coordenação Pedagógica
Professores de Educação Infantil (Pré-escola)
Professores de Educação Infantil (Creche)
Servidores de Educação Infantil
Cozinha Escolar
Direção Escolar
5.3-COORDENADORIA DE GESTÃO TÉC.- PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Secretaria Escolar Coordenação Pedagógica
Professores de Ensino Fundamental Servidores de Ensino Fundamental
Cozinha Escolar
Caixa de texto: 5.1-GABINETE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

5.4-COORDENADORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR
Depto de Transporte Escolar
5.5-COORDENADORIA DE DESPORTO, CULTURA E LAZER
Depto de Desporto e Lazer Depto de Cultura

6.2-COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS
6.3-COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-CRAS
6.4-COORDENADORIA DE
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
6.5-COORDENADORIA DO CONSELHO TUTELAR
Depto Administrativo-Financeiro da Assistência Social
Depto de Cadastro Único
Programa Bolsa-Família
6.2-COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS
Programa Primeira Infância
Programa Acessuas Trabalho

Programa de Habitação
Programa Pró-família
21
Serviço Social
PAIF - Proteção e Atendimento à Família
Serviço Social volante
Psicologia
6.3- COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-CRAS
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio
Orientação Social
Facilitação
de Cursos
Pessoas c/ Deficiência
Pessoas Idosas

Programa Criança Feliz
Visita domiciliar
Formação continuada
6.4- COORDENADORIA DE PROTEÇÃO
Média Complexidade
Serviço Social dirigido
Psicologia dirigida
SOCIAL DIRIGIDA
Alta Complexidade Casa-Lar
6.5-COORDENADORIA DO CONSELHO TUTELAR
Conselho Tutelar
7.2-COORDENADORIA DE
AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
7.3-COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Agronomia
Depto de Agricultura
Zootecnia Veterinária
Serviço de Inspeção Municipal SIM
7.2-COORDENADORIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
Depto de Meio-Ambiente
Biologia Viveiro Municipal
Licenciamento ambiental
Parque Industrial
7.3-COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Depto de Desenvolvimento
Econômico
Depto de Turismo
CAE – Centro de Atendimento

ao Empreendedor
Balcão de Empregos
CAT – Centro de Atendimento
ao Turista Eventos Turísticos

ANEXO II
QUADRO DE CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO
DAS
TABELA DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 508-2019.

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NATUREZA DO CARGO	N° DE VAGAS	FUNÇÃO GRATIFICADA % DAS
GABINETE DO PREFEITO				
SECRETARIA DE GABINETE	SECRETÁRIO (A) DE GABINETE	DAS 1	1	50% DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DE GABINETE	ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE	DAS 4	1	15% DAS
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	DAS 3	1	25% DAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS				
GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A) DE ADMIN., PLANEJ. E FINANÇAS – SAPF	SECRETÁRIO(A) DE ADM., PLANEJ. E FINANÇAS	DAS 1	1	50% DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 2	1	35% DAS
PREVINORTE – RPPS	DIRETOR DO PREVINORTE	DAS 1	1	50% DAS
DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	CHEFE DE GESTÃO DE PESSOAS	DAS 4	1	15% DAS
COORD. DE REMESSA DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS INSTITUCIONAIS	COORDENADOR(A) DE REMESSA DE INFORM. ELETRÔN. INSTIT.	DAS 3	1	35% DAS
COORD. DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	COORDENADOR(A) DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS	COORDENADOR(A) DE FORMAL. E ACOMP. DE CONVÊNIOS	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS	COORDENADOR(A) DE LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS	DAS 3	1	25% DAS
GERENCIA DE FROTAS, TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS	COORDENADOR(A) DE FROTAS, TRANSP. E VIAS PÚBL.	DAS 2	1	35% DAS
COORD. DE TESOURARIA	COORDENADOR(A) DE TESOURARIA	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	COORDENADOR(A) DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE CONTABILIDADE	COORDENADOR(A) DE CONTABILIDADE	DAS 3	1	25% DAS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA				
GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A) DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	SECRETÁRIO(A) DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	DAS 1	1	50% DAS
GERENCIA DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	CHEFE DO DEPTO. DE TURISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	DAS 3	1	25% DAS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SECRETÁRIO(A) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS 1	1	50% DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSESSOR(A) ESPECIAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	DAS 2	1	35% DAS
COORDENADORIA DO CRAS	COORDENADOR(A) DO CRAS	DAS 3	1	25% DAS
COORDENADORIA DE PROT. SOCIAL DIRIGIDA	COORDENADOR(A) DE PROTEÇÃO SOCIAL DIRIGIDA (CASA LAR)	DAS 3	1	25% DAS
SUPERVISÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	SUPERVISOR(A) DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	DAS 4	1	15% DAS
COORD. DE GESTÃO FINANCEIRA DA ASS. SOCIAL	COORDENADOR (A) DE GESTÃO FINANCEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	DAS 3	1	25% DAS

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NATUREZA DO CARGO	N° DE VAGAS	FUNÇÃO GRATIFICADA % DAS
SECRETARIA DE SAÚDE				
GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE	SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE	DAS 1	1	50% DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DE SAÚDE	ASSESSOR(A) ESPECIAL DE SAÚDE	DAS 2	1	35% DAS
COORD. DE GESTÃO FINANCEIRA DA SAÚDE	COORDENADOR (A) DE GESTÃO FINANCEIRA DA SAÚDE	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE REGULAÇÃO E ENCAMINHAMENTO	COORDENADOR(A) DE REGULAÇÃO E ENCAMINHAMENTO	DAS 3	1	25% DAS
COORD. DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	COORDENADOR(A) DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	DAS 3	1	25% DAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER				
GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER	SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER	DAS 1	1	50% DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER	ASSESSOR(A) TÉCNICO-PEDAGÓGICO	DAS 2	1	35% DAS
DEPTO. DE GESTÃO TÉCNICA E PEDAGÓGICA DE UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL				
DIRETORIA ESCOLAR	DIRETOR(A) ESCOLAR	DAS 3	2	25% DAS
COORDENADORIA PEDAGÓGICA	COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A)	DAS 3	2	25% DAS
COORD. DEPTO. DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E LAZER	DAS 2	1	35% DAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 570/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Maria de Lourdes Cavalcante Casado, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Maria de Lourdes Cavalcante Casado, Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 28/07/2014 (vinte e oito de julho de dois mil e quatorze) a 28/07/2019 (vinte e oito de julho de dois mil e dezenove), cujo gozo se observará no período no período de 05/08/2019 (cinco de agosto de dois mil e dezenove) a 05/11/12019 (cinco de novembro de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 5º dia do mês de agosto de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 05.08.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 572/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 08 (oito) dias consecutivos, em razão de Falecimento do Avô da servidora, conforme Lei Complementar n° 021/2005, Cap.III "Das Ausências Justificáveis" Seção I – "Das disposições Gerais" Art.113 e inciso V, b.

JULIANA DE SOUZA ALVES OLIVEIRA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a data do falecimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 5º dia do mês de agosto de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 05.08.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2019 PROCESSO: 003134/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2019

Processo: 003134/2019-1.

Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para o licenciamento do Cemitério em atendimento ao Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARAContratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para o licenciamento do Cemitério em atendimento ao Município de Nossa Senhora do Livramento - MT. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. TR **nº. 253/2019. PESSOA JURIDICA: VINICIUS CAETANOS DE A. PORTELA TOCANTISCNPJ: 27.937.642/0001-78CNPJ: 27.937.642/0001-78.** No valor total contratado de **R$ 8.000,00 (oito mil reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Secretaria de obras e infraestrutura	Próprio	**02074-manutenção encargos e salários**	080013	3.3.90.39	100	**R$ 8.000,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 8.000,00 (oito mil reais).**

Em favor da **PESSOA JURIDICA: VINICIUS CAETANOS DE A. PORTELA TOCANTISCNPJ: 27.937.642/0001-78.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 253/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Agosto de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.11.2019

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.11. 2019

A **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na **Portaria n 01/2019** do dia 02 de Janeiro de 2019, torna público que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 11/2019**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo à escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada para execução de obra de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), construção de Recipiente para Resíduos Sólidos no Município de Nossa Senhora do Livramento – MT através do convênio **CV nº 1351/17, Convênio SICONV nº 855541/2017** firmado com o Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, conforme exigências e especificações constantes neste Termo de Referência, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 07/08/2019 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 20/08/2019 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/08/2019 às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/08/2019 às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico mencionado.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento-MT., 26 de julho de 2019.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2019

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 059/2019 E 031-2019

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 059/2019

Fica rescindido a partir de 19 de junho de 2019, o Contrato Temporário nº **059/2019**

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o Sr. DEONIR**

GEOVANI HINSCHING – Prof. Do EJA, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de junho de 2019

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 031/2019

Fica rescindido a partir de 13 de junho de 2019, o Contrato Temporário nº 031/2019

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o Sr. LUCIANO**

RAMOS DA SILVA NASCIMENTO– Motorista do Transp. Escolar, ficando quitadas

as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de junho de 2019

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019 PROCESSO: 002216/2019-1

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

Processo: 002216/2019-1

Assunto: Contratação de serviços de capacitação pelo SEBRAE dos setores Chaves para o desenvolvimento do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referencia

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO para a Contratação de serviços de capacitação pelo SEBRAE dos setores Chaves para o desenvolvimento do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referêncianº. 006/2019, **EMPRESA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE/MT CNPJ: 03.534.450/0001-52,** no valor total contratado de **R$ 94.771,00(noventa e quatro mil e setecentos e setenta e um reais)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria / Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
SECRETARIA DE DES.RURAL	PROPRIO	2036- Manut. E Encargos da secretaria de Desenvolvimento Rural	100007	3.3.90.39	100	**R$ 94. 771,00**

TOTAL	**R$ 94. 771,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **94.771,00(noventa e quatro mil e setecentos e setenta e um reais),** em favor da **EMPRESA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE/MT CNPJ: 03.534.450/0001-52,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 06/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Agosto de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 75 2019

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 75 2019

CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO COMPLETA DA OBRA COM BASE NO PROJETO ELABORAÇÃO DE "PONTES EM CONCRETO ARMADO" PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO PELO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA – RDC EM 02 (DOIS) LOTES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PRÉ LAJES PONTES EIRELI EPPPROCESSO LICITATÓRIO Nº 002088/2019-1 ORIGINADO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC)INTEGRADO 002/2019.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos próprios da CONTRATANTE alocado nos seguintes códigos orçamentários, oriundos de repasse da União por meio do Ministério da Integração através da Secretária Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme Plano de Trabalho Aprovado pelo Ministério da Integração Nacional (Metas 01,02, 03 e 04), segundo Ofício Circular n° 26/2018/CGAG/DAG 59053. 002001/201853.

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
08/001	Federal	1967 – Construção de Ponte de Concreto	080048	44.90.51.00	124	1.085.000,00
TOTAL						

DO PREÇO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor do Contrato à base dos preços propostos e aprovados é de R$ 1.085.000,00 (Um Milhão Oitenta e Cinco Mil Reais);

A execução do objeto acontecerá em até:

a) Lote I: 365 (trezentos e sessenta e cinco) ***dias após a emissão e recebimento da Ordem de Serviços, sendo que os primeiros 90 (noventa) dias será para elaboração e entrega do projeto executivo e 275 (duzentos e setenta e cinco) dias para execução da obra;*** *b) Lote II: 180 (cento e oitenta)* ***dias após a emissão e recebimento da Ordem de Serviços, sendo que os primeiros 60 (sessenta) dias será para elaboração e entrega do projeto executivo e 120 (cento e vinte) dias para execução da obra;***

3.2 . O local da execução da obra será nas seguintes localidades:

*6. 7. 7.2. 3.2.1 A localização da obra do Lote 01: Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Sangradouro – Comunidade São Gonçalo – dimensões: 40,00x5,00 = 200m² - localização 15°*47'45"S 56°59'03"O; *3.2.2 A localização da obra do Lote 02: Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Córrego Atalho – Comunidade Bocaiuval – dimensões: 12,00x5,00 = 60m² - localização 15°*51'53"S 56°11'21"O;

.

3. Os serviços objeto deste Contrato serão executados de forma indireta pelo regime de CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

Especificação dos itens a serem adquiridos				
Item	**Qtd**	**Especificações**	**Preço Unit R$**	**Preço Total R$**
LOTE I				
01	01	Estudos Preliminares para *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Sangradouro – Comunidade São Gonçalo – dimensões: 40,00x5,00 = 200m² - localização 15°*47'45"S 56°59'03"O	**R$** 20. 471,29	**R$** 20. 471,29
02	01	Elaboração de Projeto Executivo para *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Sangradouro – Comunidade São Gonçalo – dimensões: 40,00x5,00 = 200m² - localização 15°*47'45"S 56°59'03"O	**R$** 58. 879,18	**R$** 58. 879,18
03	01	Execução da obra de *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Sangradouro – Comunidade São Gonçalo – dimensões: 40,00x5,00 = 200m² - localização 15°*47'45"S 56°59'03"O	**R$** 710. 649,53	**R$** 710. 649,53
TOTAL LOTE I R$ 790,000,00 (Setecentos e Noventa Mil Reais)				
LOTE II				
01	01	Estudos Preliminares para *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Córrego Atalho – Comunidade Bocaiuval – dimensões: 12,00x5,00 = 60m² - localização 15°*51'53"S 56°11'21"O;	**R$** 19. 077,38	**R$** 19. 077,38
02	01	Elaboração de Projeto Executivo Completo para *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Córrego Atalho – Comunidade Bocaiuval – dimensões: 12,00x5,00 = 60m² - localização 15°*51'53"S 56°11'21"O;	**R$** 17. 663,75	**R$** 17. 663,75
03	01	Execução da obra de *Reconstrução de ponte em concreto armado sobre o Rio Córrego Atalho – Comunidade Bocaiuval – dimensões: 12,00x5,00 = 60m² - localização 15°*51'53"S 56°11'21"O;	**R$** 258,258,87	**R$** 258,258,87
TOTAL LOTE II R$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais)				

TOTAL R$ 1.085.000,00 (Um Milhão Oitenta e Cinco Mil Reais)	

PRAZO CONTRATUAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.O prazo de vigência do contrato será de:

4.1.1. Lote I – 420 (quatrocentos e vinte) consecutivos, contados da sua assinatura, tendo eficácia depois de publicado o respectivo extrato na Imprensa Oficial.

4.1.2. Lote II – 420(quatrocentos e vinte) dias a partida da data de sua assinatura.

14.2. O prazo de vigência do contrato não pode ser considerado como prazo para execução dos serviços, cabendo este para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto que o prazo de execução é determinado para que a CONTRATADA execute o objeto licitado.

4.2 A eventual prorrogação do prazo de vigência do contrato somente será admitida por necessidade de alteração de projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, bem como também será admitida nos termos do Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

4.2 A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial” e a conseqüente entrega da Garantia de Cumprimento do Contrato.

4.3 O “termo inicial”, para contagem do prazo e início dos serviços, conta-se da data definida na(s) "Ordem (ns) de Serviço", expedida(s) pela CONTRATANTE;

4.4 Os dias considerados impraticáveis por motivo de força maior, se comprovados pela CONTRATADA e reconhecidos pela FISCALIZAÇÃO, serão abonados na contagem do prazo contratual(;

4.5 Os serviços serão executados conforme Cronograma Físico-financeiro;

Nossa Senhora do Livramento-MT, 05 de Agosto de 2.019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Empresa: **PRÉ LAJES PONTES EIRELI EPP**

CNPJ sob o nº 28.108.741/0001-00 NIRE

Representada pelo Sr. Alziro de Freitas Silveira

RG nº 1.073.156 PC - MG, e CPF nº 273.526.846-20

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019 PROCESSO: 002216/2019-1

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

Processo: 002216/2019-1

Assunto: Contratação de serviços de capacitação pelo SEBRAE dos setores Chaves para o desenvolvimento do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referencia

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO para a Contratação de serviços de capacitação pelo SEBRAE dos setores Chaves para o desenvolvimento do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referênciaº. 006/2019, **EMPRESA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE/MT CNPJ: 03.534.450/0001-52,** no valor total contratado de **R$ 94.771,00(noventa e quatro mil e setecentos e setenta e um reais)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria / Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
SECRETARIA DE DES.RURAL	PROPRIO	2036- Manut. E Encargos da secretaria de Desenvolvimento Rural	100007	3.3.90.39	100	**R$ 94.771,00**
TOTAL						**R$ 94.771,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **94.771,00(noventa e quatro mil e setecentos e setenta e um reais),** em favor da **EMPRESA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEBRAE/MT CNPJ: 03.534.450/0001-52,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 06/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Agosto de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 086/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2019

Instrumento Particular de Contrato de Empreitada por Preço Global, que fazem entre si a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT**, e de outro lado à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, como vencedora do processo Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2019.**

Pelo presente instrumento de Contrato Particular de Empreitada Global que fazem entre si, **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 33.683.822/0001-73, localizada na Av. Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, casado**,** portador da Carteira de Identidade RG nº 24127310 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 236.135.139-00, adiante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado à empresa **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com sede na Avenida Nove de Maio nº 620N, Centro Município de Juína – MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **01. 379.965/0001-08**, Inscrição Estadual nº 13.057151400, e-mail: poliengenharia.licitacao@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **LUIZ CARLOS IORIS,** portador do RG nº 1. 996.861 SSP/PR, e titular do CPF nº 408.449.359-72, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **LUIZ CARLOS IORIS** portador da carteira profissional N.º. **MT03702/D** expedida pelo CREA **MT.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS DE CAFE, COM ARÉA A SER CONSTRUIDA DE 1.898,09M², COM CALÇADA, GRAMA, ESTACIONAMENTO, SENDO AREA COMPLETA TOTALIZANDO 3.597,98m², ATRAVÉS DO CONVENIO Nº 853530 DO ÓRGÃO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) E O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SUPORTE LEGAL

2.1. Este contrato é celebrado com fundamento nos seguintes dispositivos legais:

2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil;

2.1.2. Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, alterada pelas de nº. 8.883, de 08/06/94, e nº 9.648, de 27/05/98.

2.1.3. Demais diplomas legais aplicáveis, aplicando-se, subsidiariamente, os princípios gerais de direito.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. De acordo com a Proposta Comercial apresentada no Processo Licitatório, o valor total da presente contratação é de **R$ 256.527,44 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos).**

3.2. Nos preços a serem pagos já estão incluídos, além dos lucros, todas as despesas de custos, como: materiais, mão-de-obra, transportes, cargas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local durante a execução das obras, custos e benefícios, despesas com pessoal, tributos, licenciamentos ambientais, despesas com CREA ou CAU e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução total da obra.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente extraída pela CONTRATADA, acompanhada do Laudo de Medição emitido pela CONTRATANTE, desde que entregues na Tesouraria em tempo hábil apresentado pela contratada.

4.2. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA do comprovante de situação de regularidade junto ao INSS e FGTS.

4.2.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de

ser optante pelo sistema SIMPLES, se for o caso.

4.3. È obrigação de a contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

4.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

4.5. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na IN 1234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal, este Município efetuará retenção dos IRPJ, COFINS e PIS/PASEP, CSLL, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do “SIMPLES” quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção mediante documento oficial fornecido pela Delegacia da Receita Federal, extraído do CNPJ.

4.6. O ISSQN será retido conforme legislação tributária municipal. (somente para prestação de serviços).

4.7. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação expressa, pela variação do IPCA havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

4.8. Executado o contrato o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado

pelas partes, que será procedido da elaboração da Medição Final.

b) Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado

pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o

integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos contratuais..

4.9. As despesas decorrentes da obra a que se refere o presente contrato, **será** paga com a dotação abaixa especificada:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. E Saneamento
Unidade:001 – Gabinete da Secretario
Função 20 – Agricultura
Sub-Função: 605 – Abastecimento
Programa: 0007 – Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Atividade: 1171 – Construção do Viveiro de Mudas Municipal
461 - Natureza da Despesa: 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações
Fonte de recurso: 124

CLAUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1. O prazo de vigência do presente contrato tem início a partir da sua assinatura e término em **31/12/2019.**

5.2. **O Prazo máximo para a execução das obras**, com todos os seus serviços, conforme constante dos projetos e dos memoriais é de **120 (sento e vinte),** dias consecutivos. Estes prazos serão contados a partir da data da Ordem de Serviço que a concedente a caixa passar para a prefeitura de Nova Bandeirantes, exclusive, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas conforme previsto no cronograma físico-financeiro, que constitui parte integrante deste Contrato.

5.3. Área encarregada da fiscalização conforme **portaria Nº 268/2019** a servidora **GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO,** fará acompanhamento da execução das obras e formulará as exigências para o cumprimento de seu objeto, podendo recusar qualquer serviço que, após inspeção não seja aprovado.

5.4. A rejeição do serviço não ensejará a prorrogação do prazo de execução.

5.5. A aprovação do serviço pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia oferecida.

5.6. Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA CAUÇÃO

6.1. Em cumprimento ao item 12.1 do edital de **tomada de Preços nº 011/2019** a Contratada apresenta Garantia Contratual, representada por *R$ 12.826,37 (doze mil oitocentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos)*, no valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor total da obra, bem como a comprovação do seguro feito.

6.2. Na ocorrência da integralização da caução, a contratada poderá efetivá-la através de moeda corrente no país, Carta de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Título da Dívida Pública da União.

6.3. Será permitida a substituição de caução retida por ocasião dos pagamentos, desde que requerida pela contratada, autorizada pela Prefeitura Municipal e oferecido um dos documentos de que trata o item anterior.

6.4. Os valores referentes a adiantamentos e reajustamentos serão igualmente caucionados nas condições aqui estabelecidas.

6.5. Após o cumprimento fiel e integral desta contratação e seu objeto recebido definitivamente, a garantia prestada será liberada ou restituída, caso não tenha sido utilizada conforme os casos apontados nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.6. Em caso de rescisão do contrato ou interrupção dos trabalhos, não serão devolvidas as cauções iniciais e seus reforços, a menos que a rescisão e/ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura Municipal ou falência da Contratada.

CLAUSULA SETIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e mediante prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, desde que requerido e justificado pela contratada, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as clausulas pactuadas.

7.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

7.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

7.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o município e a subcontratada, inclusive no que pertence a medição e pagamento direto a subcontratada.

7.5. A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas se submetam a comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

7.6. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços deverá comprovar perante a administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA devera apresentar a A.R.T (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) referente à execução da obra, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, ficando condicionada a emissão da ordem de serviço a apresentação da mesma.

8.2. Observar a boa prática do serviço, as normas técnicas e empregar materiais constantes das especificações do projeto e memorial descritivo, respeitando com fidelidade as formas e dimensões dos desenhos, bem como as leis, regulamentos e posturas Federais, Estaduais e Municipais relativos às obras, cumprindo imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades;

8.3. Providenciar e selecionar o seu exclusivo critério e contratar em seu nome, a mão-deobra necessária à execução das obras seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, não tendo o mesmo vínculo empregatício algum com a CONTRATANTE.

8.4. Arcar com todas as despesas referentes a consumo de água, energia elétrica, manutenção de alojamento, alimentação, transporte de pessoal, licenciamento ambiental, bem como todas aquelas de escritório;

8.5. Arcar com despesas de seguros contra acidentes de trabalho de seus empregados;

8.6. Manter na obra somente trabalhadores com situação profissional regular e diretamente vinculados a serviços das obras em questão, efetuando a dispensa, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, dos operários que por esta entender prejudiciais ao bom andamento das obras.

8.7. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo, por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nas obras.

8.8. Responder pela operação, manutenção e reparos dos equipamentos utilizados na execução da obra;

8.9. Facultar à CONTRATANTE exercer verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;

8.10. Executar serviços indispensáveis à segurança da obra e construções vizinhas, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e propostos;

8.11. Assumir integral responsabilidade pelas obras, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA ou CAU, dotando a obra de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro ou arquiteto e equipe administrativa locada direta ou indiretamente na obra;

8.12. Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação da PREFEITURA;

8.13. A CONTRATADA será responsável pela sinalização do trânsito durante a execução das obras;

8.14. Deverá colocar placa de obra em até 15 (quinze) dias a contar da emissão da Ordem de Serviço;

8.15. A CONTRATADA se obriga a conservar um engenheiro ou arquiteto à frente das obras;

8.16. A Ordem de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverá ser processada por escrito;

8.17. Na hipótese da CONTRATADA negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por Aviso de Recebimento, considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

8.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra, respondendo, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, de acordo com o que determina o Artigo 168 do Código Civil – Lei 10.460/2002.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar a CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento;

9.2. Fornecer, conforme constante do edital e seus anexos o Memorial Descritivo, planilha Orçamentária e Projetos, necessários a execução da obra, e colaborar com a CONTRATADA, no estudo e interpretação do mesmo.

9.3. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

9.4. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da contratada;

9.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

9.6. Notificar, por escrito, a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção. 7- Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

9.7. Enviar à Contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

9.8. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

9.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

9.10. Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

9.11. A Prefeitura Municipal através de um Engenheiro indicado pelo Poder Público Municipal poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização das obras, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias, devendo a CONTRATADA refazê-las às suas expensas.

9.12. A fiscalização, por parte da Prefeitura, não eximirá ou reduzirá as responsabilidades da por danos que vier a causar diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES - À CONTRATADA

10.1. Poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei n' 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores e as especificadas no Edital da Licitação que originou o presente Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes poderá aplicar multa à CONTRATADA em caso de atraso injustificado à execução total ou parcial, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei N.º. 8.666/93, conforme a seguinte gradação:

I - Em caso de execução parcial da obra ou serviço:

- 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

II - Em caso de inadimplemento ou inexecução total:

- 5% (cinco por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

III - Em caso de mora ou atraso na execução:

- 2% (dois por cento) incidente sobre o valor da etapa ou fase em atraso.

10.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre e depois de decorridos o prazo da sanção, com base no item anterior.

10.4. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.5. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.6. O valor das multas aplicadas será devidamente atualizado financeiramente utilizando se o índice legal, conforme legislação pertinente, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da CONTRATANTE, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

12.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

12.1.1. Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será procedido da elaboração da Medição Final.

12.1.2. Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos contratuais.

12.2. Verificando o cumprimento adequado de todas as condições contratuais, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

12.3. No caso da vistoria constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a fiscalização lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade CONTRATANTE, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

12.4. O Chefe do Poder Executivo Municipal, à vista do relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, deverá notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria.

12.5. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução da obra, cabendo-lhe sanar

quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, subsistindo a sua responsabilidade na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação, exclusive.

Não será permitido o início das obras sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviço.

13.2. CONTRATADA obriga-se a execução integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão, independentemente do motivo que originou o erro ou a omissão.

13.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão participar da execução do objeto contratado, admitindo-se a substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

13.4. CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

13.5. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do contrato, prevalecerão às condições e exigências do Edital, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Fórum da cidade de Nova Monte Verde – MT, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Nova Bandeirantes, que assinam como testemunhas.

Nova Bandeirantes – MT, 06 de agosto de 2019

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: **01.379.965/0001-08**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 268/2019

EMENTA: "DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso "", alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora GLAUCIA APARECIDA SAMPAIO, servidora efetiva no cargo de agente administrativo do gabinete da Secretaria de Agricultura, para atuar como Fiscal e designar a servidora ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA, servidora temporária no cargo de agente administrativo do gabinete da Secretaria de Agricultura, para atuar como suplente do Contrato Administrativo nº 086/2019, tendo como objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos agropecuários como: adubos, herbicidas, sementes, pesticidas e outros, para atender a estrutura administrativa de nova bandeirantes - MT.

Art. 2º O servidor ora designado por esta Portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 004/2017;

Art. 3º Ficará o Fiscal obrigado a comunicar a Administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor em tempo hábil para adoção das medidas observadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, em 06 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 076/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 076/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOÃO PAULO OLIVEIRA PINTO EIRELI EPP**

CNPJ:28.211.328/0001-76

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº. TC/PAC – 0324/07 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE FUNASA,**Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº. 009/2019.

VALOR **R$ 2.617.936,64 (dois milhões seiscentos e dezessete mil novecentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos).**

ASSINATURA: **23 de julho de 2019.**

VIGENCIA: **23 de julho de 2019 a 20 de agosto 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 734/2019

Súmula: Dispõe sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício 2020, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor JOSÉ LAIR ZAMONER, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município para 2020, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração para 2020;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2020;

III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2020;

II - Anexo de metas e prioridades para 2020;

III - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 2. Em consonância com o art. 165, § 2°, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 3. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4 Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º. As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 5. A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor: e

X – a realização de Concursos Públicos ou teste seletivo sempre que houver necessidade para atender a demanda de servidores para o município.

Art. 6. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 7. Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31/Julho/2019, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8. A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no máximo, 3,0% (três) por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

§1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o caput, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§2º. A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

I - à previsão do Anexo de riscos fiscais; e

II – o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício

anterior.

§3º. No mês de dezembro de 2020, a reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, desde que observado o §2º, II, do artigo 8º.

Art. 9. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666,

de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação

de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o

impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº

101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo

valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da

Lei no 8.666, de 1993.

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º. No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da

Lei Complementar n° 101, incluindo seu desdobramento por origem de

recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas

os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7,0 % (Sete por Cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos

previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou

utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores

aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem

suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 12. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7,0% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) IPTU

b) IRRF

c) ITBI

d) ISSQN

e) TAXAS

f) Contribuição de Melhoria

g) Receita da Dívida Ativa Tributária

h) Juros e multas da dívida ativa tributária

i) Juros e multas das Receitas tributárias

j) FPM

l) ITR

m) IOF s/ ouro

n) ICMS Desoneração

o) CIDE

p) ICMS

q) IPVA

r) IPI (Exportação)

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-

se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um

exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. A Câmara Municipal enviará até o dia 15 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

a) A Câmara Municipal enviará até dia 15 de cada mês a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) do mês anterior para o Executivo, a fim de agregar à MSC do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

a) O município se adequara aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP

Art. 16. Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Quadrimestralmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos

subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto

ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público

e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias

para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/93, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 19. O Município transferirá a contribuição patronal para o Regime Único de Previdência Social, para o Instituto Nacional de Previdência Social:

I – os valores referentes à contribuição equivalente a 22,00% sobre a

remuneração paga ou creditada aos servidores;

II – O percentual poderá ser alterado de acordo com a Legislação vigente;

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, VIII:

I – a fundos e fundações, inclusive as instituídas e mantidas pela

administração pública,

II – a empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do

capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de

assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam

registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica,

institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT,

bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais,

de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por

entes públicos;

V - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público –

OSCIP.

VI – Associações e entidades não governamentais legalmente constituídas.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, mediante determinação de Lei Municipal específica (lei que disciplina a prestação de recursos repassados) devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo expressamente autorizado a contribuir para atender as despesas de outro ente da federação, desde que haja previsão na lei orçamentária anual e medida venha a ser baseada em convênio, ajuste, acordo ou congênere, observada a legislação de referência, nos exatos termos do artigo 62 da Lei Complementar n.° 101/2000

Art. 24º. A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou

entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua

extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda,

representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais,

comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal

específica.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas

Físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos

encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo

de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar

nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 26. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

Art. 27. A compensação de que trata o art. 17, § 2°, da Lei Complementar n° 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 28. O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 29. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder,

conforme Art. 29- A da Constituição Federal, excluídos os valores

referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de

cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos

6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o

limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos

percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2019,

o orçamento de 2020 deverá prever o retorno ao percentual limite

até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar

nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos

54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o

limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base

de cálculo, nos termos do art.. 71 da Lei Complementar n° 101, de

2000.

Art. 30. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deve-

rão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 31. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) recuperação de vencimentos dos exercícios de 2019 a 2020;

b) aumento de remuneração em percentual de até 15%;

c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal

d) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

e) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

f) criação de vagas no serviço público para o atendimento de programas da União;

g) Reforma do Plano de Carreira, Cargos e salários dos Servidores.

h) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal nº 023/1995 alterada pela 108/2004 e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

i) Realizar concurso público ou testes seletivos para suprir demanda de servidores para os serviços públicos municipais.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 15%;

b) alterações Plano de Cargos e Carreira da Câmara Municipal

c) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

d) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal nº 23/95 Art. 197 alterada pela Lei 108/2004, e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Os créditos orçamentários para as despesas com pessoal do Município, tendo em vista a perda acumulada nos vencimentos dos servidores públicos, em atendimento ao previsto no inciso X do art. 37 da CF/88, deverão prever, além da perda do valor aquisitivo do último exercício, a revisão geral acumulada em mais até 5%.

Art. 32. No exercício de 2020 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6o, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

DO MUNICÍPIO

Art. 33. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2020, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – a revisão na alíquota da contribuição social cobrada dos servidores para o

custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

II – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:

1. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

2. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 34. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas as previsões da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município de Nova Guarita.

Art. 36 - Se verificado que a realização da receita poderá não atingir as metas do equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei Complementar n.º 101/2000, o Poder Executivo promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, com base nos seguintes critérios:

I – limitação de empenho relativo a novos investimentos, onde seria utilizado

recurso próprio do orçamento.

II – limitação de empenho de despesas relativas a viagens e congêneres.

III – limitação de empenhos referente a despesas gráficas.

IV – limitação de empenhos de despesa relativas a veiculação institucionais

pela mídia, excetuando-se as decorrentes doa atos de publicidade

exigidos por lei.

V – limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota

da saúde e educação.

§1º - Não será objeto de limitação de empenho, as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§2º - A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Guarita/MT, 18 de junho de 2019.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 PROCESSO Nº: 263/2019

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando a aquisição de uma Escavadeira Hidráulica (Nova e sem Uso), motor a Diesel, cabine fechada com ar condicionado para o Município de Nova Guarita – MT.

A sessão pública de abertura do Pregão ocorreu no dia 23 de Julho de 2019, e após análise das propostas, conforme especificações técnicas previstas no ato convocatório, a empresa **DEFANT & DEFANT LTDA**, ora recorrida, foi desclassificada por não conter em seu catalogo apresentado na proposta, em suas informações técnicas monitoramento de necessidade de manutenção/diagnóstico de falha. O representante da empresa, Srº Cleo Cesar dos Santos, manifestou intenção de interpor recurso contra a decisão da Pregoeira que a desclassificou e alegando que a empresa **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA** não apresentou a especificação do motor TIER III e a empresa **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** não apresentou carro longoe injeção eletrônica**.** O Sr. José Augusto Reis de Lacerda, representante da empresa **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** também manifestou intenção de apresentar recurso, alegando a falta do certificado de comprovação da certificação MAR-1 de baixa emissão de poluentes da empresa **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA.**

Aos cinco dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezenove, as 14h00min (quatorze horas), devidamente convocados, reuniram-se na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, a Pregoeira Senhora Yana Maria Marcon, auxiliada pela sua equipe de apoio, conforme Portaria no. 007 de 02 de Janeiro de 2019, para proceder à decisão após recebido os recursos e contrarrazões, juntamente com o parecer da procuradoria Geral do Município da Licitação na modalidade Pregão Presencial acima descrita, registra-se também a presença do Secretário Municipal de Administração e fazenda Sr. Geverson Balestrin, que acompanhara a analise passamos a tecer:

1 - DA TEMPESTIVIDADE

A empresa **DEFANT & DEFANT LTDA** apresentou, tempestivamente, Recurso Administrativo em relação à decisão da Pregoeira e sua equipe de Apoio.

A empresa **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** não apresentou seu recurso. Portanto decaído o direito do licitante acima mencionado.

2 - DA ANÁLISE

Em conformidade com as razões apresentadas pelo Recorrente, percebe-se que no referido folheto consta a informação de que a máquina vem equipada com sistema de monitoramento denominado “LIVELINK”. O licitante apresenta em seu Recurso Administrativo, um link2 onde constam maiores informações a respeito desse sistema.

Neste sentido, pode - se concluir que de fato há o monitoramento de necessidade de manutenção/diagnóstico de falha na proposta da máquina apresentada pelo licitante recorrente, atendendo então ao objeto deste certame.

Importante destacar que não houve qualquer tipo inclusão ou inserção de informação que deveria constar originalmente na proposta, o que iria de encontro ao disposto no art. 43, § 3º3 da Lei 8.666/93. Logo, diligenciamos naquele link para justamente, verificar e esclarecer a dúvida primordial que é “A máquina apresentada na proposta do licitante possui monitoramento de necessidade de manutenção/diagnóstico de falha”.

No caso em tela, ressalte-se, o recurso apresentado pelo recorrente não inseriu documentação ou informação que originalmente deveria constar no processo, pois o catálogo com as informações técnicas da máquina, já apresentado na proposta, contém a informação de que a referida máquina possui esse sistema de monitoramento de necessidade de manutenção/diagnóstico de falha, que é denominado de “LIVELINK”.

Diante dos fatos temos que se encontra sanada a questão apresentada pelo recorrente, uma vez que ele conseguiu ter esclarecido que a máquina possui monitoramento de necessidade de manutenção/diagnóstico de falha.

Passamos a análise das contrarrazões ao recurso administrativo, ofertado pela empresa: **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**

Observa-se que as contrarrazões foram apresentadas tempestivamente, sendo observado o prazo de 3 (três) dias úteis após a apresentação do Recurso Administrativo.

Nota-se que o impugnante apresentou diversos argumentos a fim de que seja mantida a desclassificação da proposta do Recorrente **DEFANT & DEFANT LTDA**, entendemos que a mesma não merece prosperar, uma vez que restou sanada tal questão pelo próprio recorrente.

Quanto a alegação da ausência de atendimento das exigências mínimas obrigatórias, comunicação através de rede de celular e o edital pede comunicação via satélite. ” O sistema apresentado não descaracteriza a exigência técnica de rastreamento via satélite. Após pesquisas, constatamos que comumente são utilizados dois sistemas/tecnologias de rastreamento via satélite denominados de GPS e GPRS respectivamente. Conforme consulta ao site da empresa Getrak5 é nítida a diferenciação entre ambos os sistemas/tecnologias de rastreamento, porém, ambos se utilizam de dados transmitidos via satélite, e o objeto do edital não fez exigência restritivas de preferência quanto a utilização de determinado sistema de monitoramento via satélite se GPS ou GPRS. Portanto qualquer uma das formas estará cumprindo a exigência editalícias de monitoramento.

A recorrente **DEFANT & DEFANT LTDA** apontou que a empresa concorrente **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA** não demonstrou em seu equipamento a especificação do motor Tier III exigido no edital e a **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** não teria apresentado em seu equipamento o motor TIER III, e sim uma normativa MAR-1.

De igual forma, não apresentou em seu folheto se a máquina é CARRO LONGO e INJEÇÃO ELETRÔNICA.

Tier III trata-se de uma certificação norte americana relativa a baixa emissão de Poluentes e que a normativa MAR I, é uma legislação Brasileira CONAMA 433/201 e segue o mesmo padrão de controle adotado nos estados Unidos (Tier III), a normativa determina que as máquinas novas devem respeitar os limites máximos de emissão de poluentes, portanto comprovou-se que ambas atendem as exigências editalícias.

Em referência a questão da máquina ofertada pela empresa **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** não ser carro Longo, é improcedente**.** O próprio modelo mostrado pelo catálogo já comprova, pode ser observado modelo EC 210D (Carro Curto - Standart) modelo EC 210DL o ofertado (Carro Longo) no qual a última letra do modelo define tal característica, o que é amplamente conhecido no mercado, também pode ser definido pelo peso da máquina, número de roletes, dentre outros, de fácil verificação no catálogo em confronto com o modelo D que é standart ou carro curto, dessa forma verificamos que de fato a máquina atende ao objeto do edital.

Por fim, sobre o questionamento da empresa **DEFANT & DEFANT LTDA** alegou que a **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** não apresentou em seu folheto se a máquina possui injeção eletrônica, após realizarmos diversas pesquisas para elucidar tal questionamento, igualmente entendemos que tal alegação é improcedente. Concluímos claramente que: o sistema de injeção via bomba mecânica não existe mais, não sendo fabricados veículos ou máquinas com tais especificações. Portanto, atualmente são fabricados veículos/máquinas que contenham sistemas de Injeção Eletrônica Direta ou Indireta. Até por que, constatou-se que tais especificações conferem maior segurança, eficiência e são menos poluidoras que outros sistemas. Isso, inclusive, está definido nas normativas relativas a baixa emissão de poluentes, tais como TIER III, EURO 5 e no Brasil MAR-1. Todas essas normativas são direcionadas a fabricantes de veículos/máquinas visando garantir a baixa emissão de poluentes. Após pesquisas, constatou-se que INJEÇÃO DIRETA quer dizer INJEÇÃO ELETRÔNICA DIRETA. Além disso, o sistema de injeção eletrônica possui originalmente dois tipos: O Sistema de Injeção Eletrônica Indireta e o Direto, conforme extraímos da pesquisa realizada. Além do mais o impugnante **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** sustenta exatamente isso nas considerações de das suas contrarrazões.

3 - DA DECISÃO

Em estrita conformidade, esta comissão se utilizou dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatados, para concluir esta decisão.

Com base em todo o exposto e fundamentado acima e sem mais delongas, entendemos que a descrição das maquinas apresentadas pelas empresas licitantes, estão todas de acordo e que atendem as exigências editalícias, e que a manutenção da desclassificação da empresa **DEFANT & DEFANT LTDA**, não merece prosperar, sendo CLASSIFICADA a sua proposta comercial. Também será mantida a Classificação da proposta comercial das empresas: **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA**, estando todas as participantes habilitadas a dar continuidade a este processo.

Yana Maria Marcon Idianês Teresinha Machado

Pregoeira Oficial Equipe de Apoio

Luciane Regina de Souza

Equipe de Apoio

Geverson Balestrin

Secretário Municipal de Administração e fazenda

ADMINISTRATIVO
CONVOCAÇÃO PARA CONTINUIDADE DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019

Processo nº**. 263/2019.**

Referente: Procedimento Licitatório.

Modalidade: **Pregão Presencial 19/2019**

Considerando a decisão proferida nos autos do presente certame, relativo ao Recurso administrativo apresentado e contrarrazões, convoco as licitantes já credenciadas para que em sessão pública, agendada para o dia **07/08/2019** as 14:00 horas, compareçam no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, para darmos andamento ao processo licitatório com a conclusão das analises, em seguida a fase de lances e posteriormente a abertura do envelope de documentação das empresas participantes.

Neste sentido, ficam convocadas as seguintes empresas:

DEFANT & DEFANT LTDA

DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA

TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Ressalto por fim que, além de publicar a presente convocação no Diário Oficial Eletrônico dos municípios – AMM, será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT www.novaguarita.mt.gov.br, no campo referente ao Pregão Presencial 19/2019 e todas as licitantes serão avisadas mediante telefonemas e/ou e-mail, para que todos os interessados tomem conhecimento a respeito.

Nova Guarita - MT, 05 de Agosto de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 128/2019

PORTARIA Nº 128/2019

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Reconduzir a partir de 01/08/2019, o** servidor **ANTONIO MARCOS NUNES TEIXEIRA, matrícula 362,** ao cargo de **Motorista Nível II,** junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, de acordo com o Artigo 150, § III da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 01 dias do mês de agosto de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 - E

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 - E

Art. 1º - A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Resultado da 1ª Fase, con-

forme **ANEXO I**, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital nº 002/2019.

Art. 2º - Informamos ao candidato aprovado na **1ª Fase** do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019, que a **2ª Fase**, será realizada no dia **07 e 08 de agosto de 2019**, com local e horário informado no Edital de Convocação dos aprovados**.**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 06 de Agosto de 2019.

Eliana Viana da Silva

Secretária Municipal de Educação e Cultura

ASSISTENTE SOCIAL – EQUIPE VOLANTE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
005	MÁRCIA DA SILVA GONÇALVES	16/04/1974	5.0	Aprovado

MOTORISTA NÍVEL II/ E.M VALE DO GUAPORÉ/COMUNIDADE SANTA AMÉLIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
003	JAIR ANTONIO SOUZA	06/06/1958	5.8	Aprovado
006	PAULO SERGIO CRISTIANINI	10/06/1966	5.5	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MATEMÁTICA/ EM 1º 15 DE SETEMBRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
004	DEISI KELLI RIBEIRO MARIANO	09/02/1988	7.8	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ 1ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
017	AMANDA NOGUEIRA	02/04/1976	6.0	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ 4ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
016	SAMARA DA SILVA ALVES	23/05/1999	5.8	Aprovado
010	GLADIS SUNILDA GONÇALVES	24/04/1982	4.0	Aprovado
011	MARIA EMILIA LOPES DA SILVA	05/04/1977	4.0	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ E.M. 1º GRAU 15 DE SETEMBRO 1ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
002	KELLY APARECIDA PEDRO DA CRUZ	06/11/1980	6.87	Aprovado
018	REGIANE DOS SANTOS ALECRIN	28/06/1979	6.6	Aprovado
020	ALDENORA SARAIVA DE LIMA CUNHA	30/11/1970	6.0	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ E.M. 1º GRAU 15 DE SETEMBRO 4ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
007	JHANY KELY GALINDO MARQUES	24/11/2000	4.0	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/MÉDIO/ EM VALE DO GUAPORÉ "EXTENSÃO BARRA MANSA".1ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
008	ROSINEIDE APARECIDA CASSIANO	13/09/1979	8.0	Aprovado

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I – SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	AVALIAÇAO DE TÍTULOS	RESULTADO
009	DATIANA RECH VRELA	16/09/1994	9.2	Aprovado
013	MÍRIAN ESPÍNDOLA PEIXINHO RIBEIRO	03/04/1979	7.7	Aprovado
001	JÉSSICA BATISTA DE ALMEIDA	12/03/1981	7.0	Aprovado
014	JOSÉ CARLOS AMARAL DOS SANTOS	26/01/1982	6.0	Aprovado
015	LUCIANA APRIGIO GERMANO	13/03/1993	5,8	Aprovado
012	POLLYANE BATISTA DA ROCHA	08/07/1995	5.5	Aprovado
019	CLÁUDIA NASCIMENTO MOURÃO	24/04/1987	5.0	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 014/2019 – ASS – 02/08/2019 – Vcto – 02/08/2020 - CONTRATADA (O):

- MERCANTIL COMERCIO DE ALIMENTOS MARILÂNDIA LTDA – ME **-** R$ 407.386,90

- T. S. MIRANDA MERCADO EIRELI ME - R$ 438.729,40

- J. A. DE ABREU ARAUJO - R$ 103.750,00

OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

NOVA MARILANDIA – MT, 05 DE AGOSTO 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 043/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 043/2019 – ASS- 12/07/2019 –Vcto – 31/12/2019 - Vlr- R$ **55.688,00**– Contratada (o) **G. C. FIGUEIREDO-ME –** OBJ: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS PEDAGÓGICOS.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 05 DE AGOSTO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 044/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 044/2019 – ASS- 12/07/2019 –Vcto – 31/12/2019 - Vlr- R$ **37.213,75** – Contratada (o) **C A N DA SILVA –** OBJ: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS PEDAGÓGICOS.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 05 DE AGOSTO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 045/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 045/2019 – ASS- 12/07/2019 –Vcto – 31/12/2019 - Vlr- R$ **4.325,50** – Contratada (o) **BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI –** OBJ: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAISPEDAGÓGICOS.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 05 DE AGOSTO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 046/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 046/2019 – ASS- 15/07/2019 –Vcto – 16/12/2019 - Vlr- R$ **4.600,00** – Contratada (o)**ILACIR GONÇALVES PIOVEZAN –** OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DA OFICINA DE BORDADO.

NOVA MARILANDIA – MT EM, 05 DE AGOSTO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 024/2019.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 182/2019/GAPRE de 17 de Julho de 2019, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **19/08/2019 as 09h00-min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preços por Item com OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE MÓVEL ACOPLÁVEL – PRANCHA USADA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS, ANO MÍNIMO DE FABRICAÇÃO 1997, DEVIDAMENTE LICENCIADA E EMPLACADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **024/2019.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá - MT, 05 de Agosto de 2019.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO da Portaria n° 200/2019 vinculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 05 de agosto de 2019, na pagina 193 por motivo de erro na publicação da mesma.

Nova Monte Verde-MT, 05 de agosto de 2019

Karine e Silva dos Anjos

Gabinete da Prefeita

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 003/2019

EDITAL PRELIMINARDA PROVA SELETIVA DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA ELEIÇÃO EM DATA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR DE NOVA MONTE VERDE – MT. Email: cmdca@novamonteverde.mt.gov.br

Class	Nº	Candidato	Acertos	Não Acertos	Nota Final	Resultado Final
1º	01	Flávia Regina Mauer	20	0	1,0	Aprovado
2º	02	Ângela Harmatiuk Campos	19	01	9,5	Aprovado
3º	03	Raissa Vicente Rodrigues	19	01	9,5	Aprovado
4º	04	Sueide Alves Rodrigues	19	01	9,5	Aprovado
5º	05	Vanessa de Figueiredo Romero	19	01	9,5	Aprovado
6º	06	Mariana Clementina Cordioli	18	02	9,0	Aprovado
7º	07	Mirian Aparecida Oliveira Caitano	18	02	9,0	Aprovado
8º	08	Edilaine de Lima Ribeiro	18	02	9,0	Aprovado
9º	09	Lucilene Lopes Souza	18	02	9,0	Aprovado
10º	10	Francineide Rodrigues dos Santos	17	03	8,5	Aprovado
11º	11	Geisiane da Silva Pimenta	16	04	8,0	Aprovado
12º	12	Cristina Maria Christen	14	06	7,0	Aprovado
13º	13	Edinalva de Jesus Lima Martins	13	07	6,5	Aprovado
14º	14	Elizabete Valeria Vieira Pires	12	08	6,0	Aprovado
15º	15	Sônia Freitas Firme	12	08	6,0	Aprovado
16º	16	Camila dos Santos Costa	09	11	4,5	Reprovado
17º	17	Poliane Cristina S. Araújo Bonfim	0	0	0	Ausente
18º	18	Selma Maria Gomes	0	0	0	Ausente

Nova Monte Verde MT, dia 05 de Agosto de 2019

Adelcio Sperber Santana

Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Gabarito

Nº	A	B	C	D
01				X

02				X
03			X	
04			X	
05	X			
06		X		
07			X	
08		X		
09	X			
10	X			
11				X
12				X
13				X
14			X	
15		X		
16				X
17			X	
18				X
19				X
20	X			

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°200/2019

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA LUCIANA LIMA DA SILVA, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda considerando o Art. 150 da Lei Municipal nº 830/2016,bem como requerimento do servidor datado de 31 de Julho de 2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica concedido a servidora pública efetiva,LUCIANA LIMA DA SILVA , no cargo de Zeladora , lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos sem remuneração, a partir de 02 de agosto de 2019.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 05 de agosto de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2019

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 011/2019/PMNMV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial Nº. 35/2019, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **16/08/2019 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde/MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE EXTINTORES, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde/MT, 05 de Agosto de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 011/2019

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 025/2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2018, de 31 de Janeiro de 2019 homologado no dia 31 de Janeiro de 2019, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA
2º	Eliane Dias	Sec. de Educação	Professor ed. Física	30 horas

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta data, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e trazer original e 01 (uma) cópia dos seguintes documento

CARTEIRA DE IDENTIDADE;

CPF;

TÍTULO DE ELEITOR

COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;

CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE

DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;

CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;

PIS/PASEP;

TELEFONE PARA CONTATO;

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, EM NOME DO CANDIDATO;

CARTEIRA DE TRABALHO;

ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL;

DECLARAÇÃO DE BENS (ANEXO I)

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO (ANEXO II)

01 FOTO 3X4;

NUMERO DA CONTA DO BANCO DO BRASIL.

CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS CNH CATEGORIA C)

COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE FILHOS MENORES DE 21 (VINTE E UM) ANOS;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 05 de Agosto de 2019

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 196/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preço nº 24/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos da ata de registro de preço nº24/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e as Empresas NELSON SANTANA ALVES 09598691829 e ELIZEU MIGUEL DOS ANJOS 65553616115.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3991/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 31/2019.

VIGENCIA: 31 DE JULHO DE 2019 Á 31 DE JULHO 2020

VALOR: R$ 557.411,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E QUATROCENTOS E ONZE REAIS)

FISCAL TITULAR E SUBSTITUTO RESPONSAVEL PELA SECRETARIA DE OBRAS:

FISCAL TITULAR: ADRIANO MANOEL FERREIRA

RG Nº: 1178626-4 SSP/M

CPF Nº: 834.597.741-34

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 1377

FISCAL SUBSTITUTO: ALEX SANDRO DA SILVA DIAS

RG Nº: 14363160 SSP/MT

CPF Nº: 971.874.351-49

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 3158

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 197/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 58/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº58/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e GABRIELLY BOING.

CONTRATO Nº 58/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5021/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA, PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO DE ADEQUAÇÃO DOS AMBIENTES E REFORMA DA FACHADA PARA MELHORIA DAS CONDIÇOES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE AGOSTO 2019

VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2019 Á 01 DE NOVEMBRO 2019

VALOR: R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

FISCAL TITULAR: MARINES PERES BESERRA DA SILVA NOETZOLD

RG Nº: 2513986-0

CPF Nº: 044.807.588-10

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 2182

FISCAL SUBSTITUTO: MILENE REGINA DE AZEVEDO

RG Nº: 273433258 SSP/SP

CPF Nº: 284.667.948-75

CARGO: ENFERMEIRA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 3117

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de Agosto de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
PORTARIA Nº 1427 DE 01 DE AGOSTO DE 2.019.

PORTARIA Nº 1427 DE 01 DE AGOSTO DE 2.019.

"Dispõe sobre a Nomeação do cargo em Comissão de Gestora Municipal da Bolsa Família do Departamento de Ação Social e dá outras providências."

O Sr. ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º – Nomear a Senhora ***KARITA dAIANE DA SILVA DE OLIVEIRA MENEZES*****,** inscrita no CPF sob o nº 056.237181-83,aocupar o cargo em comissão de ***GESTORA DO BOLSA FAMÍLIA*****- INTERINA**, junto a Secretaria de Ação Social, fazendo jus a remuneração inerente ao cargo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos primeiros dias do mês de agosto de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO N°. 1955 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a alteração da Constituição de Membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamentos e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais Da Educação – FUNDEB, e dá outras Providencias."

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré estado de Mato Grosso Senhor **João Teodoro Filho** no uso de suas atribuições legais e,

Considerando os termos da Lei Municipal de n°. 210 de 09 de Maio de 2007, e

Considerando o que dispõe o art. 1º da Lei Municipal de n° 409 de 14 de outubro de 2013.

Considerando que dispõe a portaria do FNDE de nº 481 de 11 de Outubro de 2013.

DECRETA

Art. 1°. – O Conselho Municipal de Acompanhamentos e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no Município de Nova Nazaré estado de Mato Grosso.

Representante do Conselho Municipal de Educação: Titular: Aurelino Silva da Conceição Suplente: Maria Isabel Teixeira dos Santos Representante do Conselho Tutelar: Titular: Rubens Teodoro Alves Suplente: Rosemeire Rodrigues da Silva Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas: Titular: Nilza Rosa Giacomini Suplente: Marcio Luiz Rotta. Representante dos Estudantes da Educação Básica Públicas: Titular: Woliver Rodrigues de Oliveira. Suplente: Gustavo Paes Lemes de Oliveira. Representante dos estudantes da educação básica pública-Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas: Titular: Eder Pereira da Silva. **Suplente: Grazielle Izabella Gonçalves dos Santos Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública: Titular: Kete Rita de Oliveira**. **Suplente: Marlene L.de Bastos Titular: Adalgisa Gomes Ribeiro Suplente: Ronilda Batista dos Santos Representante do Poder Executivo Municipal: Titular: Jefferson Batista Santos Suplente: Jair Neri dos Santos Filho Rep. do Poder Executivo Municipal-Secretaria Municipal de Educação: Titular: Antônio Vilmar de Lara**. **Suplente:** Geliane Steffenon Fontoura. **Representante dos Professores da Educação Básica Públicas: Titular: Sheila Maria de Oliveira Suplente: Ueudison Alves Guimarães**. **Representante dos Servidores Técnico-Administrativo das Escolas Básicas Públicas: Titular: Maria das Graças dos Santos**. **Suplente**: Elson Hideyoschi Kamiguchi.

Representante da Assistência Social: Titular: Luiz Sobrinho de Albuquerque Damião. Suplente: Lucimar Maria Martins Lacerda.

Art. 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial ao Decreto de n° **1872 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT em 01 de agosto de 2019.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA
RESOLUÇÃO Nº 003/2019

RESOLUÇÃO Nº 003/2019

Dispõe sobre o Afastamento dos Membros do CMDCA no Período Eleitoral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Nazaré-MT, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº144/2005 de 18 de Maio de 2005.

Resolve.

Art. 1º - Afastar os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Nazaré, no período eleitoral a partir dos dias 05 de Agosto a 07 de Outubro de 2019, os membros citado abaixo.

I — Luiz Sobrinho Albuquerque Damião;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré-MT, 05 de Agosto de 2019.

_____

Élson Hideyoshi Kamiguchi.

Presidente do Conselho M. dos Direitos da Criança e do Adolescente

Nova Nazaré – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITAMENTO Nº 038/2019

SEXTO TERMO DE ADITAMENTO N. º 038/2019

REF. CONTRATO Nº 027/2015, TOMADA DE PREÇOS N. º 002/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrito no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N.º 259-s, bairro Ouro verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **José Elpídio de Moraes Cavalcante**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

Contratada: TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇAO LTDA - EPP inscrita no CNPJ: sob o n.º 07.359.807/0001-64, estabelecida Av. Lions Internacional — chácara 109- zona urbana, em Tangara da Serra- MT, representada neste ato pelo senhor DENILSON MARQUES MENDONÇA, portador do RG nº 0580088-9 SSP/MT e CPF nº 420.398.191-34

MOTIVO: Alterar a: CLÁUSULA SEXTA – *Prazo de Execução e Prazo contratual,* do Termo de Contrato N.º 027/2015 Referente à Tomada de Preços 002/2015.

VIGENCIA: 07/08/2019 A 07/08/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A PAVIMENTAÇAO ASFALTICA DAS RUAS PARAGUAI, EQUADOR, PERU E CHILE NO BAIRRO JARDIM SÃO JOAO NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT", Edital de Tomada de Preços N.º 002/2015, Contrato 027/2015, vinculados a este instrumento, conforme disposto no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Nova Olímpia, 30 de julho de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇAO

SEGUNDA CHAMADA DA CARTA CONVITE -Nº. 004/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 057/2019, **CONVIDA** os interessados para a realização da Licitação na Modalidade CARTA CONVITE - Nº. 004/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO GLOBAL , tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTAÇAO ASFALTICA NA RUA 05 NO BAIRRO JARDIM ITAMARATI COM AREA DE 3.439,43 M² NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTARIAS.A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 14 de agosto de 2019**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação no portal da prefeitura do referido município. As duvidas sobre o certame será dirimida no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT,05 de agosto de 2019.

Karen Maria Barbosa Soares

Presidente Da CPL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA EXONERAÇÃO DE SERVIDORA

PORTARIA MUNICIPAL N.º 158 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar, **por motivo de aposentadoria por tempo de serviço** a **Senhora LÉIA BRIZOLA DE CAMARGO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG: n.º 797895 SSP/MT e CPF: n.º 531.798.891-87, nomeada para o cargo de provimento efetivo de **PROFESSORA** através da Portaria n.º 018/2002 Anexo I de 01 de Março de 2002.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 5 de Agosto de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA EXONERAÇÃO DE SERVIDORA

PORTARIA MUNICIPAL N.º 157 DE 05 AGOSTO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar **a pedido da servidora Pública do Município de Nova Olímpia MT, Senhora MADIR ALVES ROCHA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG: n.º 226005 SSP/MT e do CPF: n.º 206.512. 361-34, nomeada para o cargo de provimento efetivo de **professora**,através do Ato do Gabinete do Prefeito n.º 017/2007 de14 de Fevereiro de 2007.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 05 de Agosto de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

REF: AO CONTRATO N. º 010/2014/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 31 de julho de 52019 PAGINA 420,

ONDE SE LE: MOTIVO: Alteração do locador original sem efeito de alteração de seu teor, passando o locador a ser o senhor GILBERTO TEODORO CORREA PORTADOR DO RG 0073206-0 E CPF 142.738.451-72.

LEIA-SE: MOTIVO: Alteração do locador original sem efeito de alteração de seu teor, Espolio de MARTA TEODORO CORREA CPF 181.866. 021-00 representado por GILBERTO TEODORO CORREA portador do CPF 142.738.451-72 (inventariante).

Nova Olímpia, 05 de julho de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019 - ERRATA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019

CONTRATANTE - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.733.537/ 0001-29, com sede à Rua Amazonas, 512, Centro, Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

CONTRATADA - COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOVA OLÍMPIA LTDA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 04.385. 668/0001-55, com sede à Avenida Fernando Correia da Costa, s/nº, lotes 03, 04, 05 e 06, Centro, Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

OBJETO - fornecimento de combustíveis [gasolina e diesel] a serem utilizados pela frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, conforme descrição a seguir:

Até 100 (cem) litros de Gasolina comum automotiva.

Até 6.000,00 (seis mil) litros de Óleo Diesel S10.

VALOR GLOBAL - R$ 25.292,00 (vinte e cinco mil duzentos e noventa e dois reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 01.00100.01.031.0001.2003-3.3.90.39. 00.00

ASSINATURA - 02 de agosto de 2019

VIGÊNCIA - 01 de agosto de 2020 (ERRATA: no item vigência do "extrato do contrato administrativo nº 001/2019", publicado no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, (Jornal Oficial) edição nº 3.284, ***onde se lê 01 de agosto de 2019, leia-se 01 de agosto de 2020)***

SIGNATÁRIO – Vereador PresidenteEdson Noel da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: G.V.B. PINHEIRO - ME

CNPJ n° 14.074.287/0001-09

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT,

VALOR: R$ 11.939,00 (onze mil, novecentos e trinta e nove reais)

VIGÊNCIA: 02/08/2019 Á 31/08/2019

Contratação através do Processo de Dispensa nº 03/2019.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 010/2019

DISPOES SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA;

O EXMO. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. CLEYTON JOSE ZANATTA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Considerando o requerimento apresentado pela servidora;

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Férias remunerada a servidora ADRIANA ARAUJO DOS REIS, lotada no cargo de Zeladora sob a matricula de nº51, referente ao período aquisitivo de 01/12/2017 á 30/11/2018.

Parágrafo Único – O período de afastamento será a partir do dia 01 de agosto de 2019, devendo retornar as atividades normais no dia 31 de agosto do referido ano.

Artigo 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2019.

CLEYTON JOSE ZANATTA

Presidente da Câmara Municipal

Registra - se

Publica - se

Cumpra - se

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA DE 1/08/2019 A 01/09/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 270/2019

Dispõe sobre a Concessão de Férias aos profissionais que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** 30 (trinta) dias de férias aos profissionais que menciona, conforme períodos abaixo relacionados.

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo de Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Edson Defacio	143	10/02/2018 à 10/02/2019	29/07/2019 à 27/08/2019	28/08/2019
Neuraci Aparecida Amaral de Queiroz	403	02/02/2018 à 02/02/2019	01/08/2019 à 30/08/2019	3108/2019
Fatima Sabino dos Santos	538	01/02/2018 à 01/02/2019	05/08/2019 à 03/09/2019	04/09/2019

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2019.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 01/08/2019 a 01/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2019 EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2019

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. **Valdenir José dos Santos**, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 0251/2019, que no uso de suas atribuições, vem por meio deste Tornar Público os **GABARITOS DOS CARGOS/FUNÇÕES** do Processo Seletivo Simplificado 001/2019**.**

Art. 1º. – Fica Nula a questão nº. 08 dos Cargos/Funções Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, Técnico em Enfermagem, Técnico Des e ou Auxiliar Desenvolvimento Inf. E de Ed. Especial (Aux. De Sala), Fiscal Sanitário, pelo motivo da questão estar incompleta, para tanto dando pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva nestes cargos/funções.

Nova Ubiratã, MT- 05 de Agosto de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

BRUNO NEIVA CRUZ

Presidente da Comissão de Elaboração

Teste Seletivo Simplificado 001/2019

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.	X			
3.				X
4.			X	
5.	X			
6.		X		
7.		X		
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.			X	
13.	X			
14.		X		
15.			X	
16.		X		
17.				X
18.				X
19.				X
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

OPERADOR DE MÁQUINAS

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.	X			
3.				X
4.			X	
5.	X			
6.		X		
7.		X		
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.			X	

13.	X			
14.		X		
15.			X	
16.		X		
17.				X
18.				X
19.				X
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PEDREIRO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.	X			
3.				X
4.			X	
5.	X			
6.		X		
7.		X		
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.			X	
13.	X			
14.		X		
15.			X	
16.		X		
17.				X
18.				X
19.				X
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

ZELADORA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.	X			
3.				X
4.			X	
5.	X			
6.		X		
7.		X		
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.			X	
13.	X			
14.		X		
15.			X	
16.		X		
17.				X
18.				X
19.				X
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC. LIMPEZA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.				X
3.			X	
4.		X		
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.		X		
9.			X	
10.				X
11.	X			
12.		X		
13.				X
14.				X
15.		X		

16.			**X**	
17.		**X**		
18.			**X**	
19.				**X**
20.	**X**			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC. NUTRIÇÃO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		**X**		
2.				**X**
3.			**X**	
4.		**X**		
5.				**X**
6.	**X**			
7.	**X**			
8.		**X**		
9.			**X**	
10.				**X**
11.	**X**			
12.		**X**		
13.				**X**
14.				**X**
15.		**X**		
16.			**X**	
17.		**X**		
18.			**X**	
19.				**X**
20.	**X**			

MOTORISTA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		**X**		
2.				**X**
3.			**X**	
4.		**X**		
5.				**X**
6.	**X**			
7.	**X**			
8.		**X**		
9.			**X**	
10.				**X**
11.	**X**			
12.		**X**		
13.				**X**
14.				**X**
15.		**X**		
16.			**X**	
17.	**X**			
18.	**X**			
19.			**X**	
20.			**X**	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	**X**			
2.			**X**	
3.			**X**	
4.				**X**
5.				**X**
6.	**X**			
7.	**X**			
8.			**X**	
9.			**X**	
10.	**X**			
11.			**X**	
12.				**X**
13.			**X**	
14.				**X**
15.	**X**			
16.				**X**
17.				**X**
18.	**X**			
19.			**X**	
20.			**X**	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	X			
2.			X	
3.			X	
4.				X
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.				X
13.		X		
14.				X
15.	X			
16.				X
17.			X	
18.	X			
19.		X		
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	X			
2.			X	
3.			X	
4.				X
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.				X
13.		X		
14.				X
15.	X			
16.				X
17.	X			
18.				X
19.		X		
20.				X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

TÉCNICO DES. EOU AUXILIAR DESENV. INF. E DE EDUC. ESPECIAL (AUXILIAR DE SALA)

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	X			
2.			X	
3.			X	
4.				X
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.				X
13.		X		
14.				X
15.	X			
16.				X
17.				X
18.			X	
19.	X			
20.			X	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

FISCAL SANITÁRIO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	XX			
2.			X	
3.			X	
4.				X
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.			X	
9.			X	
10.	X			
11.			X	
12.				X
13.		X		
14.				X
15.	X			
16.				X
17.			X	
18.			X	
19.	X			
20.				X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.	XX			
2.			X	
3.				X
4.			X	
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.			X	
9.				X
10.	X			
11.	X			
12.				X
13.			X	
14.				X
15.			X	
16.	X			
17.	X			
18.				X
19.	X			
20.			X	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 04/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
1.		X		
2.				X
3.			X	
4.		X		
5.				X
6.	X			
7.	X			
8.		X		
9.			X	
10.				X
11.	X			
12.		X		
13.				X
14.				X
15.		X		
16.				X
17.	X			
18.				X
19.			X	
20.	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 012/2019

A COMISSÃO ELEITORAL, criada através da **Resolução nº 002/2019**, composta pelos conselheiros municipais: **Aureligia dos Prazeres Mesquita, Juliana da Silva, Lourival de Oliveira, Mateus Ricardo Reis Duarte, Paula Vanessa da S. Borges e Waldeci Laércio da Silva**, para organizar o Processo de Escolha para o Conselho Tutelar em data unificada para o quadriênio 2020/2024.

Art. 1o – Divulgar lista de candidatos a Eleição do Conselho Tutelar de Novo Horizonte do Norte/MT, e seus respectivos numero, para Eleição que acontecerá em data unificada no dia 06 de outubro de 2019 na Escola Municipal Ulisses Guimarães**.**

Ordem	CANDIDATOS
001	ANIELLI EPIFANIO DA COSTA
002	DAIANE ROSALINA BRIZOLLA
003	EDINA DE MELO
004	ELISON MORAES DA SILVA
005	FREYDA DO CARMO DA SILVA
007	LEILA CRISTINA DA SILVA
008	LENICE SILVESTRE LOPES
009	LUCIANE KORB
010	MADALENA RIBEIRO DA SILVA
011	STEFANI DAVID SIMÃO
012	THAIS FERNANDA DOS SANTOS
013	VANILMAR CORREIA LOPES

Art. 2o – Publicar regras para a campanha eleitoral de Conselheiro Tutelar de Novo Horizonte do Norte/MT, com base na Notificação Recomendação 04/2019 do Ministério Publico- MT.

RECOMENDA: Aos candidatos habilitados ao processo de escolha em questão, a fim de que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local, sob pena de adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis:

1. É vedada a propaganda:

a. vinculação direta ou indiretamente a partido político ou que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso;

b. que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

c. feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;

d. que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;

e. que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

f. de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;

g. que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

h. de qualquer natureza colocada em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;

i. mediante outdoors, sujeitando-se a sociedade empresária responsável e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular.

2. É vedado, ao longo da campanha eleitoral:

a. a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

b. a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião

eleitoral;

c. a utilização de trios elétricos ou assemelhados em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios;

d. o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;

e. a contratação ou utilização, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais;

f. a veiculação de propaganda, seja de forma verbal, seja de forma impressa (informativos, impressos), por parte de líderes, pastores, ministros e religiosos que façam uso da palavra em todos templos e igrejas, sob pena de se caracterizar abuso do poder religioso.

3. É também vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita.

3. No dia da eleição é ainda vedado aos candidatos e seus prepostos:

a. o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreata;

b. a arregimentação de eleitores ou a propaganda de boca de urna; c. a oferta de transporte e alimentação aos eleitores pelo candidato ou por pessoa a ele ligada;

d. até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

5. É vedada aos fiscais dos candidatos, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário.

6. Sejam observadas as disposições da Lei Municipal n. 1.249 de 25 de fevereiro de 2019, sem prejuízo de outros regramentos circunscritos em resolução de lavra do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo Horizonte do Norte/MT, notadamente quanto às condutas vedadas durante o pleito, tais como;

a. o art. 12, segundo o qual, a propaganda eleitoral somente será permitida a partir da publicação da relação dos candidatos habilitados ao pleito, e deverá ser encerrada às 22h00min do dia que antecede a eleição, ressalvada, quanto ao limite imposto para encerramento, a propaganda na internet;

b. a proibição de propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições para todos os candidatos (art. 12, §1º);

c. a proibição do uso de alto-falantes ou amplificadores de som instalados em locais fixos ou em veículos (art. 12, §3º);

d. a realização de propaganda é vedada no dia do pleito, ressalvada aquela realizada pela internet (art. 12, §5º).

7. Seja a campanha promovida nos estritos termos da Lei Municipal n. 1.249 de 25 de fevereiro de 2019, sem prejuízo de outros regramen-

tos circunscritos em resolução de lavra do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo Horizonte do Norte/MT;

a. a divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas. Em bens particulares será permitida a veiculação de propaganda eleitoral por meio de fixação de faixas, placas e cartazes, respeitado o tamanho máximo de 2m2 (dois metros quadrados), sendo vedada a veiculação de propaganda por meio de pintura, inscrição a tinta ou pichação em muros, paredes e tapumes divisórios (art. 13, caput, e § único);

b. a propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada por meio de blogs, redes sociais, mensagem eletrônica, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado pelo próprio candidato ou de iniciativa de qualquer pessoa natural (art. 14);

c. na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga (art. 14, §1º);

d. é vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos (art. 14, §2º).

Artigo 3º - Qualquer cidadão poderá denunciar irregularidades na campanha nos telefones abaixo listados nos seguintes horários: 09:00 as 17:00.

(66)98421-9042 Lourival de Oliveira), (66) 98426-4709 Magali Soares), (66)98434-7507 Sargento Laércio), (66) 98443-3035 Aureligia Mesquita).

Novo Horizonte do Norte, 06 de agosto de 2019

_____

Lourival de Oliveira

Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Abelino Cardoso dos Santos,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 083.374 SSP/MT e do CPF: nº 294.222.641-20, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura no cargo de **Operador de Trator de Pneus,** referente ao período de 2018/2019, a partir de 05/08/2019 a 03/09/2019 retornando no dia 04/09/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 05 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 155/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor, **Deivdi Dilenburg,** brasileiro, maior, portador do RG. 24.400.52-1 SSP/MT e do CPF. nº 021.404.331.22, servidor público lotado na Secretaria Municipal de Agricultura**,** Meio Ambiente,Indústria e Comércio no cargo de Operador de Trator de Pneus, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia05/08/2019 á 03/09/2019, cm retorno 04/09/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 05 de agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA CONJUNTA Nº 153 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte do Norte, de acordo com o disposto na Lei nº. 1054, de maio de 2015, resolvem.

Artigo 1º - Convocar a VII Conferência Municipal de Assistência Social do município de Novo Horizonte do Norte com o tema ***"Assistência social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação social".***

§ 1º a VII Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em Novo Horizonte do Norte no dia 23 de agosto de 2019.

§ 2º - Instituir A Comissão Organizadora coordenada pelo presidente e vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Novo Horizonte do Norte, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, definida em Resolução do CMAS, será responsável pela organização da VII Conferencia Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - Apoiarão a organização da Conferência os setores vinculados ao órgão gestor.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Silvano Pereira Neves_____

Prefeito Municipal

Clarice Rezer _____

Presidente do CMAS

Novo Horizonte do Norte, 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 255/2019 DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR,o Senhor **ALESSON DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 27450031 SSP/MT e CPF n.º 061.745.651-81, para o cargo de **COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS V, lotado na Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP, criado pelo Art. 53, Inciso V, da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 15 de julho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira** designada pela Portaria nº. 015/2019 de 02 de janeiro de 2019 torna público aos interessados que realizará licitação no dia **20/08/2019**, às 08H00, **para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS (AQUISIÇÃO PASSAGENS), EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 05 de agosto de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR Nº 135/2018.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SONIA DE SIQUEIRA MARTINS BALBINO,** portadora da cédula de identidade Nº 2219475-4 SSP/MT e CPF N°. 040.550. 351-28, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da CRECHE MUNICIPAL "**MUNDO MÁGICO.**"
Vigência do Contrato	01/10/2018 a 03/07/2019.

Novo Mundo / MT, 03 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 118/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	***HIDELVANI NUNES SILVA,*** portador da cédula de identidade Nº 2000047-2 SSP/MT e CPF N° 028.693.371-32, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de FISIOTERAPEUTA, a serem desempenhadas as funções junto ao Centro de Reabilitação, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, em razão da substituição da servidora efetiva Renata Tomitan que está gestante e no momento apresentou atestado médico por 60 dias e após esse período continuará afastada em licença maternidade.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 3.243,82 (Três Mil e Duzentos e Quarenta e Três Reais e Oitenta e Dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/07/2019 a 31/12/2019.**

Novo Mundo/MT, 01 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 119/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**FERNANDA ELISA BOHN,** portadora da cédula de identidade Nº 13304363-2 SSP/PR e CPF N°. 703.392.761-42, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo-MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA,** a ser desempenhada as funções junto ao Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e setor de Regulação, lotada e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidora efetiva Elenir Talin que está de férias, com carga horária de 40 horas semanais.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **998,00** (Novecentos e Noventa e Oito Reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/07/2019 a 31/07/2019.**

Novo Mundo/MT, 01 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 256/2019. DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° -Conceder, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 , da LEI/453 de 04 de dezembro de 2018, e conforme atestados e perícia, de 11/07/2019 à 11/08/2019, à servidora Sra**.** para o período de 08/09/2016 à 07/01/2017 à **a Senhora,** Sra. **RENATA TOMITAM,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.500.715-9 SSP/PR e do CPF sob o nº 007.603.489.52, no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, devidamente matriculada sob o nº 955

Artigo 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Com efeitos em 11/07/2019

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 26 de julho de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 256/2019. DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° -Conceder, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 , da LEI/453 de 04 de dezembro de 2018, e conforme atestados e perícia, de 11/07/2019 à 11/08/2019, à servidora Sra**.** para o período de 08/09/2016 à 07/01/2017 à **a Senhora,** Sra. **RENATA TOMITAM,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.500.715-9 SSP/PR e do CPF sob o nº 007.603.489.52, no cargo de **FISIOTERAPEUTA**, devidamente matriculada sob o nº 955

Artigo 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Com efeitos em 11/07/2019.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 26 de julho de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 254/2019 DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

DENILSON MARTINS CUNHA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2206995-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 037.031.411-58, servidor no cargo de **VIGIA**, matriculado no DRH sob o nº 2244, a partir do dia 01/07/2019 a 30/07/2019, referente ao período aquisitivo de 29/08/2017 a 28/08/2018.

GIZELLE BELLATTO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1128961-9 SSP/MT e do CPF sob o nº. 002.492.771-66, servidora no cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS**, matriculada no DRH sob o nº 2212, do dia 01/07/2019 a 30/07/2019, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 253/2019 DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

JOZENETTE DE FATIMA FIGUEIREDO RODRIGUES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 131768020008 SSP/MA e do CPF sob o nº. 021.426.223-56, servidora no cargo de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculada no DRH sob o nº 978, do dia 08/07/2019 a 06/08/2019, referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 a 31/12/2018.

VANTUIR MARTINS CUNHA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 19783388 SSP/MT e do CPF sob o nº. 962.990.291-53, servidor no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**, matriculado no DRH sob o nº 1138, a partir do dia 11/07/2019 a 02/07/2019, referente ao período aquisitivo de 01/06/2017 a 31/05/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 252/2019 DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, a servidora **DANIELA BOCCOLI,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1594952-4 SSP/MT e do CPF sob o nº. 008.929.181-60, servidora no cargo de **AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 990, para o período de 22/07/2019 A 21/08/2019 referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 251/2019. DE 26 DE JULHO DE 2019.

"*Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".*

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° -Conceder, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 , da LEI/453 de 04 de dezembro de 2018, e conforme atestados e perícia, de 01/07/2019 à 30/10/2019, à servidora Sra**. TERESINHA APARECIDA ALVES FERREIRA**, brasileira, Portadora da Céula de Identidade RG nº 005139-95 SSP/MT e do CPF sob o nº 497.729.222-00, devidamente matriculada sob o nº 97

Artigo 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo no entanto retroagir seus efeitos desde 01/07/2019

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 26 de julho de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 250/2019 DE 27 DE JULHO DE 2019.

"*Dispõe sobre Nomeação de servidor em Cargo de Comissão Municipal, e dá outras providências".*

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. **JHONATA SOUZA BARROS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28614259 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF nº 067.932.891-28, para o cargo de **FISCAL DO DAE**, de provimento em comissão, símbolo DAS IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, criado pelo Art. 36, Inciso II, da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeitos desde 11 de julho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 249/2019 DE 26 DE JULHO DE 2019.

"*Dispõe Sobre Concessão de Férias, e Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c art. 73 Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, aos servidores:

ANDERSON DE MATOS MARQUES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1635589-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 004.003.091-14, servidor no cargo de **COORDENADOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E COMPRAS**, matriculado no DRH sob o nº 836, para o período de 01/07/2019 a 31/07/2019 referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 02/09/2019.

ANGELA MARIA DE JESUS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 20844336 SSP/MS e do CPF sob o nº 029.715.521-01, servidora no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matriculada no DRH sob o nº 944, para o período de 01/07/2019 a 31/07/2019 referente ao período aquisitivo de 04/10/2018 a 03/10/2019.

JORGE RODRIGUES RIBEIRO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 91448-4 SSP/MA e do CPF sob o nº. 344.888.553-34, servidor no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA D**, matriculado no DRH sob o nº 2071, para o período de 22/07/2019 a 21/08/2019 referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

RENATO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1946031-7 SSP/MT e do CPF sob o nº. 700.657.781-03, servidor no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 2486, para o período de 08/07/2019 a 07/09/2019 referente ao período aquisitivo de 05/05/2016 a 04/05/2018.

VALDENIS SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 620.765 SSP/MT e do CPF sob o nº 983.184.701-68, servidora no cargo de **VIVEIRISTA**, matriculada no DRH sob o nº 1131, para o período de 01/07/2019 a 31/07/2019 referente ao período aquisitivo de 13/05/2018 a 12/05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de junho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 248/2019. DE 26 DE JULHO DE 2019.

"***Dispõe sobre Nomeação de servidor de cargo em comissão, e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **NOMEAR**, a Senhora **VIVIANE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO**, brasileira, portadora da RG nº 89459460 SSP/PR e CPF sob o nº. 062.452.729-80, para o cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA SOCIAL**,** de provimento em comissão, símbolo DAS IV, lotado na Secretaria de Assis-

tência Social – SEAS, criado pelo Art. 40, Inciso VI, da Lei Complementar nº 059/2017.

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de julho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 247/2019. DE 25 DE JULHO DE 2019.

"*Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".*

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER**, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21, da LEI/453 de 04 de dezembro de 2018, atestados 31/072019 à 30/08/2019, à servidora Sra. **ALINE DE SOUSA BARBOSA,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 10180729 SSP/MT e do CPF sob o nº 650.770.241.20 , no cargo de **PROFESSORA 30 HS**, devidamente matriculada sob o nº 933.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 25 de julho de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246/2019. DE 25 DE JULHO DE 2019.

"*Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".*

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° -Conceder, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 , da LEI/453 de 04 de dezembro de 2018, e conforme atestados e perícia, de 13/07/2019 à 01/09/2019, à servidora Sra**. DIRLENE INES VUADEM** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 142460239 SSP/SC e do CPF sob o nº 581.621.351.20, devidamente matriculada sob o nº 77

Artigo 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo no entanto retroagir seus efeitos desde 13/07/2019

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 25 de julho de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 245/2019. DE 25 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre Nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FABIO JUNIO DA SILVEIRA RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10287400 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob nº. 900.115.111-68, para o cargo de **SECRETARIO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMATUR**, de provimento em comissão, lotado na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR e criado através da Lei Complementar n.º 023/2011.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos desde 01 de julho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/2019. DE 25 DE JULHO DE 2019.

"***Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo. 1º. **EXONERAR** o Sr. **FABIO JUNIO DA SILVEIRA RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10287400 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob nº. 900.115.111-68 do cargo de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO**, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Prefeito, criado através da Lei Complementar nº 059/2017.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 186/2019, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de julho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 12 de Junho de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 056/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Computadores para atender a Rede Municipal de Educação, a fim de cumprir as metas e etapas do Plano de Trabalhos oriundos do Convênio nº 1807/2017, compactuado entre a Secretaria de Estado de educação e Esporte e Lazer/SEDUC e o município de Paranatinga,atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **16/08/2019**, sexta-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br**ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiro Devenilson da Silva, em 05 de agosto de 2019.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 239/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preços nº 01/2019 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições

Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada para Implantação e Construção de Recipiente para Resíduos Sólidos (lixeiras) visando melhorias sanitárias domiciliares, com recurso do Convênio nº 1714/17- FUNASA (Convênio SICONV nº 855226/2017), atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital.

Contratado: GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ: 24.528.636/0001-79.

Valor do Contrato: R$:450.827,04 (quatrocentos e cinquenta mil e oitocentos e vinte e sete reais e quatro centavos).

Vigência DO CONTRATO:22/07/2019 A 22/07/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, o servidor **Diego da Silva Nascimento, Matrícula nº 6331**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Fiscal do Contrato nº **85/2019 – Portaria 239/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o servidor **Raimundo Eudes Moreira Lima, nº 5847**, lotado no Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 22 de julho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 05 DE AGOSTO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Diego da Silva Nascimento e Raimundo Eudes Moreira Lima, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Diego da Silva Nascimento

Fiscal de Contrato

Raimundo Eudes Moreira Lima

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012

CONVOCA PARA SORTEIO PÚBLICO

CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO PÚBLICO DE DESEMPATE

O Município de Paranatinga-MT torna público o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA SORTEIO PÚBLICO – Convoca os candidatos que permaneceram empatados, depois de aplicados os critérios de desempate para classificação, previstos no item 8.2 e subitens do Edital de Abertura, para o ato público de sorteio que será realizado no dia 09 de agosto de 2019, sexta-feira, às 08h da manhã, no “VILLAGE EVENTOS”, localizado na Av. Brasil, nº 525, Bairro União.

2. Os nomes dos candidatos empatados encontram-se em anexo.

2.1. A lista de candidatos empatados que segue em anexo leva em consideração a anulação da questão 18 da Prova de Conhecimentos Específicos para o cargo de professor(a) “B”, em virtude da nova pontuação dos candidatos.

3. Não há obrigatoriedade de comparecimento dos candidatos.

4. REGRAMENTOS PARA DESEMPATE - SORTEIO PÚBLICO

4.1. Os candidatos poderão comparecer ao local de realização do sorteio, porém, não há obrigatoriedade do seu comparecimento.

4.2. No dia e horário determinado, a Comissão de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 colocará em um recipiente todos os números de inscrição dos candidatos empatados do mesmo cargo, para a realização do sorteio.

4.3. Ao colocar cada número de inscrição dentro do recipiente, o membro da Comissão lerá em voz alta o número de inscrição, mostrando-o aos presentes, e outro membro da Comissão lerá o nome do candidato que corresponde àquele número.

4.4. A seguir, realizar-se-á o sorteio, separadamente por cargo, com a retirada de um número de inscrição de cada vez, até ser retirado o último dos números colocados no recipiente.

4.5. Ao término do sorteio de todos os empatados do primeiro cargo, passar-se-á ao sorteio de todos os empatados do cargo seguinte e assim sucessivamente.

4.6. A sequência sorteada será a ordem do desempate para todos os candidatos daquele respectivo cargo, determinando sua ordem de classificação final no referido Processo.

4.7. O primeiro sorteado receberá a melhor classificação perante o(s) candidato(s) com o(s) qual(is) estiver empatado, seguindo assim sucessivamente os demais colocados até o último.

4.8. Ao final do processo, será redigida ata do sorteio público, assinada pelos representantes da Comissão de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, e demais presentes.

4.9. Este procedimento de desempate será filmado.

5.0. No dia 12 de agosto de 2019 será publicada a Classificação Final dos inscritos após sorteio.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - URBANO		**NOTA FINAL**
531	ELAINE COSTA DE JESUS	5,5
113	ELIZABETE CRISTINA ANGELA DE SOUSA	5,5
423	MARIA LUCIA DE MATOS CORREA	4,5
251	ANDREANE OLIVIEIRA DOS SANTOS COIMBRA	4,5
79	EDYNEIA LEANDRO AUGUSTO	4,5
191	MARIELZA ALVES DA SILVA	4,5
245	LUCIMAR BATISTA PITZSCHEL	4,0
19	ANDREIA DUARTE FLORENTINO	4,0
165	DIVINA DOS SANTOS	3,5
106	HELIO DIAS DA SILVA	3,5
494	FAGUIANI FERREIRA DOS SANTOS	3,5
543	MARIA JOELMA FERREIRA DA SILVA	2,5
183	MARIA DE LOURDES BEZERRA DE OLIVEIRA	2,5
468	LUCIMAR OLIVEIRA DO CARMO	1,5
552	MARIE ROSELINE JEAN CHARLES	1,5
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - MERENDEIRO(A) - URBANO		**NOTA FINAL**
459	MARILZA PEREIRA SILVA	5,5
40	LUANA APARECIDA FERREIRA	5,5
136	LEILA SALES DA SILVA	5,0
527	POLIETE RODRIGUES LIMA	5,0
28	LUCILEIDE ALVES DE SOUZA	5,0
150	JOELMA NUNES MARTINS	5,0
158	DEJENANE CARVALHO MORAIS	5,0
51	NILMA MARIA RIBEIRO CORREA	5,0
470	NILVA GOMES MACHADO	3,0
473	ROSIMEIRE ALVES ROCHA	3,0
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - MERENDEIRO(A) - XAVANTE		**NOTA FINAL**
41	MAMEDI TSEREHOIRE	3,5
519	JUVENILDO WIU'RA	3,5
377	NELICE ROOSISAMRI	3,0
417	INACIO JUNIOR TSEREU	3,0
396	GILMA PEAPO O	2,0
367	RITA PETSSIWAT'O	2,0
412	LAZINHO TSEREWIRIWA TSERE'RO	2,0
120	VALERIA WA'UTOMOHODZA O IPETSEDI	2,0
324	ALFEU TSUIREDI	1,5
523	ERIC TEBRAN	1,5
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II - MOTORISTA - URBANO		**NOTA FINAL**
544	LUIZ ANTONIO DE MENEZES	4,4
408	MANOEL DE SOUZA VIEIRA	4,4
CARGO: NUTRICIONISTA - URBANO		**NOTA FINAL**
472	SILVANA APARECIDA BOSCH	7,1
522	MARIA EDEILMA DOS SANTOS	7,1
CARGO: PROFESSOR(A) A - XAVANTE		**NOTA FINAL**
97	JOSE TROADE	2,0
485	PATRICIO DUTSA	2,0
CARGO: PROFESSOR(A) B - CAMPO		**NOTA FINAL**
382	JUSSIANE MOREIRA MARQUES	5,2
224	VANELI CRISTINA TREVISAN	5,2
CARGO: PROFESSOR(A) B - URBANO		**NOTA FINAL**
296	MARLETE LUIZA DOURADO CHOI	7,9
3	PATRICIA VITALINA DOS SANTOS	7,9
493	ELIANE SOUZA DA SILVA DEMSCHINSKI	7,5
461	CICERA APARECIDA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA ALVES	7,5
397	IRACI ANGELINA NEUBERGER	7,5
342	SOLANGE FATIMA VARGAS	7,5
300	SARA DANIELA TEIXEIRA RIBEIRO	7,5

228	ELAINE MARIA DE OLIVEIRA AMORIM	7,5
204	ADRIANA MARQUES DIAS	7,5
200	EVANIZE RODRIGUES SIQUEIRA	7,5
378	ROSIMAR DOS SANTOS RIBEIRO	7,1
350	SANDRA APARECIDA FERREIRA PINTO	7,1
284	JOSENIR PEREIRA DO NASCIMENTO	7,1
252	MARIA PEREIRA SILVA MAGALHAES	7,1
226	CELIA REGINA DOS SANTOS	7,1
222	MARCIA AIZA NOGUEIRA SILVA	7,1
221	LUCIANA GLORIA DA PAIXAO	7,1
210	ROSINEYA ARAUJO MAZUTTI FERREIRA	7,1
187	CONCEICAO DE MARIA GUEDES FERREIRA	7,1
179	EDNA DA ROCHA DE OLIVEIRA	7,1
172	ANA GESSICA SCHLEICHER	7,1
137	LUCIA MARIA BARBOSA	7,1
108	ELIZANGELA MORAES SAVICZKI	7,1
96	MARIA APARECIDA DA SILVA	7,1
90	ELIANE SILVA DE CAMPOS	7,1
69	LUCINALVA PEREIRA BORGES DA SILVA	7,1
446	SUZANE MARIA DE LIMA CAVALCANTI DE ANDRADE	6,7
352	MARIA GLORIA DOS SANTOS RIBEIRO FERREIRA	6,7
257	CLEONICE DE CAMPOS	6,7
130	IZAMARA PONTES DE PINHO SOUZA	6,7
36	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA	6,7
346	DANIELA RODRIGUES DA SILVA BORGES	6,0
218	KASSILENI ALVES DA SILVA	6,0
394	SONIA VIEIRA DA SILVA	5,9
376	ADILEUZA CIRILLO DA SILVA	5,9
353	VANESSA SILVA AMORIM	5,2
281	ODERLEIA APARECIDA GOMES	5,2
238	MARIA AELCIA SOARES DOS SANTOS	5,2
177	JAQUELINE REIS DE SENA	5,2
65	PATRICIA DE ALMEIDA SILVA	5,2
61	MARA ROSANA BAPTISTA KLEIN	5,2
366	LAURA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	4,8
329	JANAINA FERNANDA LIMA DE OLIVEIRA	4,8
513	ROSICLEIDE FERREIRA PINTO	4,4
445	NALVA FERREIRA DOS SANTOS SILVA	4,4
443	MARCILENE SOUZA DOS SANTOS	4,4
356	ANEIDE ROCHA LIMA	4,4
276	MARISETE STUCH	4,0
194	MARONILDE MIRANDA INACIO FERREIRA	4,0
193	MARLI AZAMBUJA DOS SANTOS	4,0
CARGO: PROFESSOR(A) I - CAMPO		**NOTA FINAL**
313	BRUNA ALEXANDRA DE NOVAIS BARRETO	6,0
455	MICAELE ALVES DE LIMA	6,0
9	MARCILENE VIEIRA DA ROCHA	5,5
197	ANDRELSIANE DE PONTES RIBEIRO	5,5
CARGO: PROFESSOR(A) I - XAVANTE		**NOTA FINAL**
143	MILTON TSEREWAIHO WEREHITE	3,5
365	ZAMORANO TSERENHORA	3,5
35	LICINIO TSEREWAMO	3,5
267	BONIFACIO UBNATSE WAWE TSI ROBOWE	3,5
308	RICARDINHO WAPTSU	3,5
261	JOAO TSEREMEIO IPETSEDI	2,5
338	EUGENIO TSOE BASE	2,5
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - TDI- URBANO		**NOTA FINAL**
6	ANDREIA DE SOUZA AMARAL CORREIA	9,0
354	MONIKE KAROLINE RODRIGUES RIBEIRO	9,0
23	MARIA DE FATIMA RIBEIRO DA CONCEICAO	7,5
450	SUZY SOARES CAMPOS GUIMARAES	7,5
223	EDINA CARINA DOS SANTOS	7,5
100	VILSIANE SEAWRIGHT	7,0
298	THAIS MARQUES DA SILVA	7,0
139	JOICE ARANTES DOS SANTOS	7,0
64	GLEICE ALINE SOARES ALMEIDA	7,0
411	JULIANA APARECIDA PETRY RODRIGUES DA COSTA	7,0
320	ELIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	7,0
447	THEREZINHA DE JESUS RIBEIRO DOS SANTOS	6,5
45	THAIS ALVES BORGES	6,5
170	DANIELI DE SOUZA SILVA	6,5
422	JOELMA MAXIMIANA DE ALMEIDA	6,0
104	SUELEN SILVA DE AGUIAR	6,0
509	SUSANA DAVID DUTRA	6,0
243	SILVA MARTA AFONSO COELHO	6,0
369	FABIANA LOPES NOGUEIRA AGUAIO	6,0
135	ROSILAINE FRANCISCA BORGES	6,0
93	JUQUELIA MARTINS DE SOUZA	6,0
62	JHONIS DA SILVA SANTOS	6,0
533	LUCIVANIA ALVES DA SILVA	5,5
203	ISABEL CRISTINA CARVALHO DA SILVA	5,5
456	ADRIANA DOS SANTOS SILVA	5,5
215	FABIANA DOS SANTOS	5,5
22	DALVA MARTINS DA CRUZ	5,5
490	PAULA FERNANDA SILVA	5,5
145	REJANE CATARINA CIZMOSKI DA SILVA	5,5
507	DINALVA LEMES DA SILVA TAQUES	5,5
163	JANARYA FERREIRA DOS SANTOS	5,0
55	JOSIANE SANTANA DOURADO	5,0
550	LUIZA GABRIELA PEREIRA DE SOUZA	5,0
59	ANDRIELI MARTINS GULARTE	5,0
270	LUCILENE SOUZA DO NASCIMENTO	5,0
254	PATRICIA GOMES DA SILVA	5,0
216	ADESSANDRIA LOPES GONCALVES DAL AGNOL	4,5
360	ELLEN SABRINA DE JESUS	4,5
404	ELIDIELE OLIVEIRA DA SILVA	4,5
76	MARINEIDE ARAUJO SILVA	4,5
418	JORCIELE DOS ANJOS FARIAS	4,5
476	VANESSA ROBERTA DA SILVA SOARES	4,5
102	CAROLAINE MATOS DA COSTA	4,5
8	ROSINA DA SILVA OURIVES	3,5
57	SELMA AUGUSTA DE OLIVEIRA	3,5
116	DANIELA QUITERIA DE OLIVEIRA	3,5
132	VERA LUCIA PETRY DA SILVA	3,5
119	VANILDA DIAS DOS SANTOS	3,5
146	DEISE DA SILVA ALMEIDA	3,5
237	ANA PAULA ALVES MOREIRA DE JESUS	3,5
546	DENISE GOULART OLIVEIRA	2,5
71	SANDRA DA COSTA	2,5
109	JAQUELINE BORGES DE SOUZA	2,5
CARGO: TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO(A) EDUCACIONAL - URBANO		**NOTA FINAL**
128	ISAIAS JOSE LEMES	7,5
460	LUCIANA RODRIGUES MACIEL	7,5
325	LEONIDAS MACHADO FILHO	7,5
214	TALITA GESSICA DE LIMA PICININI	7,5
451	RICARDO APARECIDO DIAS MARQUES	7,0
126	GUILHERME ANTONIO BARBOSA PEREIRA	7,0
413	DORALINA GOMES CASTILHO	7,0
504	SALMOS EUCLYDES GONCALVES PEROTTI	7,0
180	ANA CLAUDIA DE SOUZA NEVES	7,0
436	JANAILINE MARQUES FREITAS	7,0
557	JULIANA SANTOS MORAES	7,0
279	DEBORA BOZIN	7,0
232	MARCILENE BRITO DE CARVALHO	7,0
435	DENISE DENTI	6,5
409	KELIDA MACHADO FREITAS	6,5
332	EVELLY TAVARES SILVA	6,5
538	LUCIRENE LIMA DE OLIVEIRA	6,5
362	PABLO VINICIUS KRAMER LAGO	6,5
77	RAFAELA FERREIRA LIMA GOMES	6,5
160	ADRIELLY DE OLIVEIRA BORGES	6,5
540	ANNA CAROLINA SANTOS NOVAES	6,0
370	BRUNA RAFAELLA FERTONANI	6,0
391	JANICE DE PONTES RIBEIRO	6,0
401	JULIANA CAMPOS DE ARAUJO	6,0
438	CASSIANA CAMARGO FERREIRA	6,0
290	FERNANDA FURQUIM WEIS	6,0
553	KESSYA DOS SANTOS BRILHANTE	5,5
534	TAYLA DA SILVA FERREIRA	5,5
521	CILENE SOBRINHO RODRIGUES	5,5
335	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL	5,5
186	MATEUS MIRANDA INACIO	5,5
157	UA-NAINA LAURA LUZ	5,0
282	SIRLEI MENDES MOREIRA	5,0
469	VALDINETE ROCHA DE PONTES TREVISAN	5,0
371	AMANDA KAROLINE DIAS OLIVEIRA	5,0
147	LINDINALVA PEREIRA DA SILVA	4,5
153	BRUNA ROSA DE JESUS SOUZA	4,5
CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - VIGIA - URBANO		**NOTA FINAL**
129	ANTONIO PAULO FERREIRA PEREIRA	8,5
233	DANYELLE OLIVEIRA SILVA	8,5
518	LEONARDO SILVA GOMES AZAMBUJA	8,5
316	JOAO BATISTA DA SILVA OLIVEIRA	8,5

336	PAULO HENRIQUE BOLSONI DIAS	8,5
343	ARLINDO DE ALMEIDA SILVA	6,5
355	PEDRO PAULO GOMES FERREIRA DE MENDONÇA	6,5
341	ALAN CARLOS SOARES ALMEIDA	6,5
306	SARA RAQUEL ALVES DE ARAUJO	6,5
467	WANDERLEI VIEIRA CASSIMIRO	6,5
260	FERNANDA JESUS DA SILVA	6,5
164	MANOEL ALVES DE MELO	6,5
278	ANGELICA SLOBADA	6,5
249	SOLANGE XAVIER FERREIRA	5,5
274	JULIANA DE JESUS ANDRADE	5,5
285	LUCIENE PEREIRA DA SILVA	5,5
225	WILLIAN SOUZA SANTOS	5,5
235	JAIRO RICARDO SILVA RIBEIRO	5,5
529	VALTEIR JUNIOR CAMPANHA DA SILVEIRA	5,5
525	ALESSANDRA FERREIRA GUERRA	5,5
481	ELIEDER PEREIRA DA SILVA	5,5
159	NEY SOARES PONTES	5,5
10	ELENICE FABIANA GONÇALVES DO AMARAL	5,5
323	WANDERSON ALVES RIBEIRO	5,5
294	GUILHERME ANGELO PIRAN	5,0
398	BRUNO BRAZ DE SOUZA	5,0
514	THIAGO ARAUJO GUEDES	5,0
477	ROGERIO GONCALVES MARQUES	5,0
117	MARIA CRISTINA DA SILVA	4,5
190	WELITON DOS SANTOS DAVID	4,5
358	JULIANA RODRIGUES MACEDO	3,5
271	ADOLFO DE PONTES GARCIA	3,5
283	ROSIMEIRE DE MORAES VIANA	2,0
442	ELIANA MARQUES SOUZA	2,0
537	MARGARIDA DIVINA DO CARMO	2,0
491	VALTUIRA PEREIRA DE CARVALHO	2,0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2019

PREGÃO PRESENCIAL 046/2019

ARP Nº 046/2019 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga;**tendo por objeto:** o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Prestação de Serviços Fotográficos,** com fornecimento de todo o material, equipamentos, impressão e profissionais necessários à cobertura fotográfica de eventos tanto nas Áreas Urbanas e Rurais,atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais Secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 23/07/2019 A 23/07/2020. Preços Registrados:**

NOME DA EMPRESA				**CNPJ DA EMPRESA**		**VALOR TOTAL**	
MOISES INACIO DE SOUZA 46090843172				**22.145.107/0001-60**		**R$: 207.000,00**	
Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Un.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Total**	
1	336741	FOTO 10 X 15 PROFISSIONAL	UNIDADE	13.800,00	15,00	207.000,00	

Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de agosto de 2019.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 234/2019 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº 234/2019 DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁOUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público n° 001/2015, pelo Decreto n° 1147/2015 de 21 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, em 24 de agosto de 2015;

Considerando o Decreto n° 1397/2017 que Prorroga o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Paranatinga/MT, correspondente ao Edital m° 001/2015.

Considerando a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

RESOLVE:

Art. 1°: **Ficam** CONVOCADOS**, os candidatos aprovados/classificados no Concurso Público n° 001/2015, citados e relacionados no** Anexo I, a comparecerem no Departamento Pessoal do Município de Paranatinga-MT, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta Portaria, munidos da documentação relacionada no Anexo II, para nomeação e posse.

Parágrafo Único: Não serão admitidos os exames médicos exigidos no Anexo III, que tenham sido realizados há mais de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 2º: **Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega de toda a documentação, no prazo estabelecido por nesta Portaria, será considerado** DESISTENTE **do direito de ser nomeado para o cargo para o qual foi aprovado no Concurso Público nº 001/2015.**

Art. 3º: **Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício imediatamente na data da posse.**

Art. 4º: **Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.**

Art. 5º: Os candidatos convocados poderão dirimir suas dúvidas, junto ao Departamento Pessoal, situado na Avenida Brasil, nº 1900, Centro, na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, ou pelos telefones (66) 3573-1329 e (66) 3573-1756.

Art. 6º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 05 de agosto de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

I – Candidatos Convocados:

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO II

Class:	**Situação:**	**Inscrição:**	**Nome do Candidato:**
08	Classificado	01167	FRANCIELLE FIGUEIREDO SILVA

ANEXO II

I – Os candidatos aprovados deveram apresentar documentação fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3 – Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (Arts. 12 e 37, I da CF/88);

4 - Título de Eleitor;

5 – Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral ou pela Internet http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);

6 – Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

7 – Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

8 – Comprovante de endereço atualizado;

9 – Carteira de Trabalho;

10 – Carteira Nacional de Habilitação – CNH (exigidos para os cargos de motorista);

11 – Declarações de bens (se não possuir, emitir certidão de que não possui bens);

12 – Certidão de Nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e ser de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento\);

13 – Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

14 – Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o histórico);

15 – Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

16 – Certidão negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Paranatinga-MT);

17 – Declaração junto ao INSS – Extrato Previdenciário (qualquer agência do INSS);

18 – Certidão negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos 05 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

19 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal;

20 – Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo que exercerá sua função;

21 – Exames médicos pré-admissionais e atestado admissional;

22 – 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

23 – Número de conta bancária do Banco do Brasil.

ANEXO III

I – Exames pré-admissionais:

1 – Hemograma completo em jejum, plaquetas, velocidade de hemossedimentação (VHS), creatinina;

2 – Glicemia em jejum;

3 – Reação sorológica para lues (VDRL);

4 – Gama G.T. (gama glutamil transferase);

5 – Perfil lipídico (colesterol L.D.L., colesterol H.D.L. e triglicerídeos);

6 – Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação de médico cardiologista;

7 – RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;

8 – E.A.S. (exame de urina tipo I);

9 – Laudo de sanidade mental focado para o exercício da função pública emitido por médico psiquiatra (com indicação do Conselho Federal de Medicina – C.F.M.) contendo: I – qualificação; II – exame e III – conclusão;

10 – Teste Palográfico (avaliação psicológica);

11 – Eletroencefalograma (E.E.G.) com avaliação de médico neurologista (para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

12 – Colpocitologia oncótica (para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

13 – P.S.A. – antígeno Prostático (específico para homens com idade igual ou acima de 40 anos de idade);

14 – Tempo de tromboplastia total e parcial ativada (TTPA);

15 – Toxicológico.

II – Aos cargos ligados a área da saúde:

1 – Exames do Item I;

2 – Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos;

3 – Audiometria tonal (com avaliação do fonoaudiólogo e se houver perda auditiva avaliação do médico otorrinolaringologista);

4 – Teste de PPD;

5 – Reação do Machado Guerreiro.

Item III – ao cargo de Merendeira, Cozinheira e funções ligadas a alimentos: 1 – Exames do Item I; 2 – Parasitológico de feses; 3 – Bacteriológico de secreção nasofaringea; 4 – Pesquisa de BK no escarro; 5 – Avaliação de médico dermatologista (quanto a saúde da pele); 6 – Exame de acuidade visual, fundo de olho e tonometria em ambos os olhos.

IV – Resultado de Laudo Médico Pericial: Munido de todos os exames médicos solicitados os candidatos deverão procurar médico especialista em Medicina do Trabalho para emissão do Atestado Admissional.

VI – Os exames médicos admissionais solicitados, serão de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Paranatinga se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL 045/2019

ARP Nº 045/2019 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga;**tendo por objeto:** o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Fornecimento parcelado de Refeição em Embalagens Individuais de Alumínio (Marmitex) na Cidade de Primavera do Leste,** atendendo as necessidades dos Pacientes que fazem Hemodiálise a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 17/07/2019 A 17/07/2020. Preços Registrados:**

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL

L R MARMITARIA LTDA				29.606.176/0001-73		R$: 16. 800,00
Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	495095	MARMITEX EM PRIMAVERA DO LESTE - EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE ALUMINIO, TIPO MARMITEX N. 8, DESCARTAVEIS, COM VARIACAO DE NO MINIMO 6 (SEIS) TIPOS DE ALIMENTOS E PESO MINIMO DE 400 GRAMAS-	UNIDADE	1. 500,00	11,20	16. 800,00

Departamento de Licitações e Contratos, em 05 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 332/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PAD 007/2019

05 DE AGOSTO DE 2.019.

Dispõe sobre PRORROGAÇÃO DE PRAZO da Portaria 222/2019, de 05 de junho de 2019 **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Oficio nº 001/2019/CPAD 007/2019, não houve prazo suficiente para concluir os trabalhos da Comissão do PAD- 007/2019;

RESOLVE:

ART. 1º - **PRORROGAR** o prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada o Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 133/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JOSÉ DOS SANTOS CASTRO.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 3.153,95 (três mil cento e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 132/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CLEUZA SANTOS DE OLIVEIRA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 8.330,70 (oito mil trezentos e trinta reais e setenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 131/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COOPERNOVA – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRANOVA LTDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 43.283,70 (quarenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 130/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SAMIR BARBOSA MACHADO.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 7.437,10 (sete mil quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 164/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: M. VITORINO DA SILVA ME

O presente Contrato é para: **"APOSTILAMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE SALDO DO CONTRATO 164/2018, DAS DOTAÇÕES REDUZIDO 750 (AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO) E 872 (TRANSPORTE RODOVIÁRIO) DOS APOSTILAMENTOS 1 E 2, PARA A DOTAÇÃO REDUZIDO 95 (PLANEJAMENTO E FAZENDA)".**

Ficam transferidos os seguintes valores conforme relacionado abaixo:

1.1 Fica supresso do reduzido 750 (Agricultura, Indústria e Comércio) o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo o valor transferido para o reduzido 95 (Planejamento e Fazenda); 1.2 Fica supresso do reduzido 872 (Transporte Rodoviário) o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o valor transferido para o reduzido 95 (Planejamento e Fazenda).

Assim, fica somado o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo o valor transferido para o reduzido 95 (Planejamento e Fazenda).

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de Julho de 2019.

EXTRATO 5º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 170/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP

O presente Contrato é para: **"APOSTILAMENTO DE 98.529,9890 LITROS DE COMBUSTIVEL (ÓLEO DIESEL COMUM) RETIRANDO DO REDUZIDO 199 PARA O REDUZIDO 187, PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".**

Fica transferido o seguinte valor conforme relacionado abaixo:

1.1 fica supresso do reduzido 199 (1015 Apoio ao ensino superior) o valor de R$ 403.381,77 (quatrocentos e três mil trezentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), correspondente a 98.529,9890 litros de Óleo Diesel Comum, sendo o valor transferido para o reduzido 187 (2033 - Manutenção do Transporte Escolar);

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Julho de 2019.

EXTRATO 6º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 170/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP

O presente Contrato é para: **"APOSTILAMENTO DE 20.000 LITROS DE COMBUSTIVEL (ÓLEO DIESEL COMUM) RETIRANDO DO REDUZIDO 187 PARA O REDUZIDO 870, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE".**

Fica transferido o seguinte valor conforme relacionado abaixo:

1.1 Assim, fica supresso do reduzido 187 (2033 - Manutenção do Transporte Escolar) o valor de R$ 81.880,00 (oitenta e um mil oitocentos e oitenta reais), correspondentes a 20.000 (vinte mil) litros de Óleo Diesel Comum, sendo o valor transferido para o reduzido 870 (2097 - manutenção e encargo com a secretaria municipal de transporte);

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de Julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 102/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **WILISNEY EGIDIO LOPES 05924394107.**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM MODALIDADES ESPORTIVAS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.896,40 (seis mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 103/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ROMAN E ROMAN LTDA – ME.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2018, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS POR HORAS TRABALHADAS NA MANUTENÇÃO EM FUNILARIA E PINTURADA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 107.205,00 (cento e sete mil duzentos e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 152/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SALVI LOPES E CIA LTDA - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 3.599,40 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 151/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **RINALDI & COGO LTDA - EPP.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 52.712,00 (cinquenta e dois mil setecentos e doze reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 104/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARLY DE SOUSA SILVA - ME.**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS (GEFIP/SEFIP; DCTF; RAIS E ECF)".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.540,92 (cinco mil quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **MOROCKOSKI CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**

O presente Contrato é para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT CR 1036261-07/2016 CONVÊNIO 839711/2016 MCIDADES/CAIXA E MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO".**

1 – Fica alterado a CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES: Fica aditivado o prazo de vigência do Contrato, expirando em **180 (cento e oitenta)** dias.O prazo para a execução dos serviços da obra definida na CLÁUSULA PRIMEIRA é de **180 (cento e oitenta)** dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura deste presente instrumento.

Peixoto de Azevedo-MT, 05 de agosto de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 150/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 9.775,00 (nove mil setecentos e setenta e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 105/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JOÃO BATISTA DE CARVALHO 04900415154.**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM MODALIDADES ESPORTIVAS NOS TERMOS DA PLANILHA DE SERVIÇOS E VALORES".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 20.689,20 (vinte mil seiscentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 10 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 149/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR SA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 148/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 3.385,00 (três mil trezentos e oitenta e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 147/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **J D DE ANDRADE - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 32.780,00 (trinta e dois mil setecentos e oitenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 146/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 71.420,08 (setenta e um mil quatrocentos e vinte reais e oito centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 145/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 64.972,60 (sessenta e quatro mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 144/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO HOSPITALAR LTDA – EPP.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.003,20 (seis mil três reais e vinte centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 143/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 40.375,00 (quarenta mil trezentos e setenta e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 106/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA/MT PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 04 (quatro) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 107/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2019, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA/MT PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DIESEL S10), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 478.800,00 (quatrocentos e setenta e oito mil e oitocentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 04 (quatro) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 15 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 108/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME.**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ESCOLINHAS DE BASE EM TODAS AS MODALIDADES DA SECRETÁRIA DE ESPORTE E PARA UTILIZAR NAS COMPETIÇOES DO MUNICIPIO, VILA OLÍMPICA, MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 71.516,12 (setenta e um mil quinhentos e dezesseis reais e doze centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 142/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GREEN FARMACÊUTICA EIRELI - EPP.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.920,00 (cinco mil novecentos e vinte reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 109/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **POTENCIA COMERCIO DE PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI.**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ESCOLINHAS DE BASE EM TODAS AS MODALIDADES DA SECRETÁRIA DE ESPORTE E PARA UTILIZAR NAS COMPETIÇOES DO MUNICIPIO, VILA OLÍMPICA, MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 47.126,80 (quarenta e sete mil cento e vinte e seis reais e oitenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 141/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FERNAMED LTDA - EPP.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 24.655,40 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 110/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP.**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ESCOLINHAS DE BASE EM TODAS AS MODALIDADES DA SECRETÁRIA DE ESPORTE E PARA UTILIZAR NAS COMPETIÇOES DO MUNICIPIO, VILA OLÍMPICA, MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 66.559,74 (sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 140/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI - ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 2.474,00 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 111/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES EIRELI.**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ESCOLINHAS DE BASE EM TODAS AS MODALIDADES DA SECRETÁRIA DE ESPORTE E PARA UTILIZAR NAS COMPETIÇOES DO MUNICIPIO, VILA OLÍMPICA, MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 82.776,10 (oitenta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e dez centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 139/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 107.108,00 (cento e sete mil cento e oito reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 113/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **E. SCHENATTO LATICÍNIOS – ME.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 46.620,00 (quarenta e seis mil seiscentos e vinte reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 114/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FRANCISCO ALVES CAMELO.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 7.551,30 (sete mil quinhentos e cinquenta e um reais e trinta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 115/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JOSÉ DA SILVA SOUZA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.488,56 (cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 116/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **PEDRINHO DIRCEU DE MEDEIROS.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 7.141,42 (sete mil cento e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 117/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TEODORO BARBOSA ALMEIDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.369,55 (seis mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 118/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARISA JOSELIANE SOARES DA SILVA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 8.843,20 (oito mil oitocentos e quarenta e três reais e vinte centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 119/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AFONSO LIBÓRIO DE MEDEIROS.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.995,60 (cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 120/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ANTONIO RAIMUNDO SILVA SOUZA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 2.525,80 (dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 138/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 3.725,00 (três mil setecentos e vinte e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 121/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ELZA GOMES TEIXEIRA DE SOUZA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.884,20 (cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 137/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FABIO ROBERTO VIEIRA EIRELLI.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PADARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 27.481,50 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 22 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 122/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **JOSÉ DIVINO MEDEIROS.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 3.471,90 (três mil quatrocentos e setenta e um reais e noventa centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 136/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FABIO ROBERTO VIEIRA EIRELLI.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PADARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 27.481,50 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 22 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 135/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COOPERNOVA – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRANOVA LTDA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 24.776,40 (vinte e quatro mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 123/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARIA DE LOURDES SOUZA RAMOS.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.988,95 (seis mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 134/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **VOLMIR CASTANHA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.508,50 (seis mil quinhentos e oito reais e cinquenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Município de Peixoto de Azevedo/MT, no dia 28/04/2018, firmou com a Empresa BTX ENGENHARIA EIRELLI - EPP o Contrato Administrativo n°. 66/2018, com o seguinte objeto:

"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO CR 1036453- 74/2016 CONVENIO 840737/2016 MCIDADES/CAIXA E MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO. ".**

Em tal instrumento ficou previsto que a vigência do contrato seria de 240 (duzentos e quarenta) dias, portanto no período compreendido entre os dias 28/04/2018 e 28/01/2019, e que sua execução ocorreria em 180 (cento e oitenta) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Ocorre, pois, que o instrumento contratual já sofreu 01 (um) aditivo de prorrogação de 165 (cento e sessenta e cinco) dias, ressaltando-se que sua execução encontra-se parada por mais de 270 (duzentos e setenta) dias.

Ressalta-se, que mesmo sendo notificada por TRÊS vezes a empresa BTX Engenharia Eirelli - EPP, não retomou a execução da obra em questão.

Deste modo, o que se conclui, é que o Contrato Administrativo n°. 66/2019 terá seu prazo de vigência e de execução expirados em 12/07/2019.

Contudo, o objeto pactuado não foi concluído, cujo fato trouxe a este Administrador a incumbência de avaliar a melhor decisão a ser tomada para a continuidade da execução do objeto, com vistas ao atingimento do fim em si mesmo.

Isso, porque, mesmo estando vencido, o Contrato Administrativo n°. 66/2018 poderia ser objeto de aditivo segundo ensinamento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Senão veja-se:

"Resolução de Consulta nº 13/2015-TP (DOC, 04/09/2015). Contratos administrativos. Contratos de obras. Prorrogação de prazos.

1. Os prazos de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratual devem ser compatíveis com o prazo de vigência dos contratos administrativos de obras públicas, permitindo-se que, nos contratos de obras, o prazo contratual seja superior em até 90 dias do que o prazo de execução da obra, para fins de recebimento.

2. A Administração, em regra, deve providenciar as prorrogações autorizadas em lei, e que se fizerem necessárias, dentro da vigência dos ajustes.

3. Na hipótese de impedimento, paralisação ou sustação do contrato, por fato atribuível à Administração Pública, ocorre a prorrogação automática do cronograma de execução, devolvendo-se o prazo à contratada, sobremodo porque, nos contratos de obra pública, o contrato não se finda pela extinção do prazo contratual, mas sim, pela conclusão da obra e pelo termo de recebimento da mesma, que poderá se prolongar se o fato que lhe dê causa não seja atribuível ao particular contratado.

4. A não formalização da prorrogação automática, por meio de celebração de aditivo que registre e dê publicidade aos seus fundamentos fáticos, dentro do prazo de vigência contratual, configura irregularidade de cunho formal, mas não configura recontratação sem licitação, com possível ofensa ao disposto nos artigos 2º, 3º e 65, da Lei nº 8.666/1993, devendo ser administrativamente apurada a responsabilidade dos agentes públicos que, por negligência, imperícia ou imprudência, não providenciarem, em tempo hábil, a celebração de termo aditivo que confira publicidade e motivação ao ato de prorrogação dos contratos de obras públicas.

5. A formalização da dilação excepcional dos prazos de execução e de vigência de contratos de obras públicas, após expirado o termo final do respectivo instrumento, deve atender e comprovar os seguintes requisitos:

a) a ocorrência de algum dos motivos descritos nos incisos do § 1º, do art. 57, da Lei nº 8666/93;

b) a apresentação de justificativas objetivas quanto às causas do atraso da execução da obra e da intempestiva dilação dos prazos de execução e de vigência;

c) a demonstração inequívoca da vantajosidade econômica e social da dilação dos prazos de execução e de vigência do contrato, em detrimento da realização de um novo procedimento licitatório;

d) a fixação expressa de novo cronograma para a execução da obra;

e) a manutenção das demais cláusulas do contrato e do seu equilíbrio econômico financeiro;

f) a manutenção das condições de habilitação pelo contratado;

g) a autorização da autoridade competente para celebrar o aditivo contratual.

6. Alterado o prazo de um contrato de obra inacabada, por iniciativa da Administração, não sendo o caso de culpa do contratado, poderá a Administração proceder alterações contratuais que preservem a vantajosidade econômica do particular contratado, respeitados os termos da Resolução de Consulta 45/2011".

Ou seja, a questão temporal nesse caso, sem a elaboração e assinatura de aditivo contratual, seria considerada irregularidade de cunho formal, destarte, superável.

No entanto, do histórico fático compreendido na relação havida entre Município de Peixoto de Azevedo e a empresa BTX Engenharia Eirelli - EPP. Só, não se denota interesse da Contratada em dar cabo ao objeto pactuado, visto que a paralisação da execução arrasta-se por mais 9 (nove) meses sem finalização do objeto contratado, sem que a Contratante tenha dado causa a qualquer interrupção ou ocorrência de fato – imprevisível – que fosse determinante para tal desiderato.

Diante disso, a outra conclusão não se chega, senão a de que a Contratada deixou de cumprir as obrigações a que estava adstrita, quais sejam:

"Contrato Administrativo n°. 66/2018

(...)

9. CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) Executar os Serviços através de Contrato, de modo que no prazo estabelecido, as obras sejam entregues inteiramente concluídas, e responsabilizar-se em apresentar a CONTRATANTE os seguintes documentos:

a.1 - Comprovação da Inscrição de Obra no INSS e os correspondentes recolhimentos, através das respectivas guias, sob pena de retenção dos valores devidos à contribuição previdenciária no ato do pagamento da parcela a ser feita em razão da medição da obra.

b) Observar, na execução do serviço mencionado, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;

c) Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento dos serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, bem como de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;

d) Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessária à execução do serviço.

e) Fornecer e utilizar na execução do serviço, equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade.

f) Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados.

g) Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação.

h) Assumir quaisquer acidentes na execução do serviço, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação do serviço, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO".

i) Arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao serviço, inclusive licença em repartições.

j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

k) Receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes dos serviços já executados.

l) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

Não bastasse, isso, a BTX Engenharia Eirelli - EPP, já foi notificada, outrora, para quanto a possibilidade de rescisão unilateral do contrato 66/2018.

Deste modo, a outra conclusão não se chega senão a de que seria inviável a continuidade da relação havida entre as partes, devendo-se por consequência, ter por rescindida a avença de maneira definitiva.

Não bastasse isso, deve-se também realizar a abertura de processo administrativo com vistas a aplicação de possíveis penalidades a prestadora de serviços, a teor do que dispõe o Contrato Administrativo nº. 66/2018.

Senão observe-se:

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1. À CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores e as especificadas no Edital da Licitação que originou o presente Contrato.

8.1.2. A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT poderá aplicar multa à CONTRATADA em caso de atraso injustificado à execução total ou parcial, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei nº 8.666/93, conforme a seguinte gradação:

I - em caso de execução parcial da obra ou serviço:

- 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

II - em caso de inadimplemento ou inexecução total:

- 5% (cinco por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

III - em caso de mora ou atraso na execução:

- 2% (dois por cento) por dia, contado da declaração de mora pelo(s) Fiscal(is) do contrato, incidente sobre o valor da etapa ou fase em atraso.

Importante rememorar também as disposições contidas na Lei de Licitações neste interim, *verbi gratia:*

"Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1°. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2°. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3°. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior".

Por ultimo, deve ser salientado que em casos como tal, pode a Administração Municipal realizar a contratação do saldo de obra por meio de dispensa de licitação, segundo ensinamento contido na própria Lei n°. 8.666/1993, *in verbis:*

"Art. 24. É dispensável a licitação:

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em conseqüência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido; (gn)

Seguindo a toada, leciona a Corte de Contas de Mato Grosso:

"Resolução de Consulta nº 24/2017-TP (DOC, 28/09/2017). Licitação. Dispensa. Remanescente de obra, serviço ou fornecimento. Artigo 24, XI, Lei nº 8666/93. Impossibilidade de contratação direta após convocação infrutífera dos classificados da licitação anterior.

3. Não é possível a contratação direta de executante/fornecedor não participante do certame originário para consecução de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, por motivo de rescisão contratual, mesmo diante da convocação infrutífera de todos os licitantes classificados no certame anterior, sem prejuízo de eventual incidência de outra hipótese de licitação dispensável, dispensada ou inexigível, conforme o caso.

4. Na hipótese de licitante remanescente, atendida a ordem classificatória, concordar em assumir remanescente de obra, serviço ou fornecimento, todas as condições ofertadas pelo licitante vencedor deverão ser respeitadas, inclusive as atinentes ao preço global e preços unitários". (gn)

Deste modo, há de ser atualizado o valor licitado e contratado, posteriormente convocados os demais licitantes para contratação. Caso se reste infrutífera, no entanto, seja licitado o remanescente de obra por meio de Tomada de Preços.

Ante ao exposto, DECIDO:

1 – Seja tido por rescindido, de maneira definitiva, irrevogável e irretratável os termos do Contrato Administrativo n°. 66/2018;

2 – Seja realizada a abertura de processo administrativo para possível penalização da Empresa BTX Engenharia Eirelli - EPP, em decorrência do descumprimento do Contrato Administrativo n°. 66/2018;

3 – Seja realizado levantamento da situação da obra, com vistas a apresentação de resposta para os seguintes quesitos:

(i) Como era o projeto inicial?

(ii) O que foi executado?

(iii) O que foi executado, possui consonância com o que foi pago? Se não, apresentar memória de cálculo que demonstre o beneficiário da irregularidade, Administração ou Prestadora de Serviços.

(iv) O que falta executar, com a atualização financeira das planilhas.

4 – Seja solicitado para o órgão concedente do convênio autorização para que o Município de Peixoto de Azevedo/MT faça o aporte de recursos para acobertamento dos valores atualizados do projeto. (Contrato de Repasse nº. 1036453-74/2016 Celebrado entre o Município Peixoto de Azevedo/MT e a Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal)

5 – Seja realizada dispensa de licitação para contratação do remanescente de obra, a teor do que dispõe o Art. 24, iniciso XI, da Lei nº. 8666/1993;

6 – Na hipótese de restar-se infrutífera a dispensa de licitação, seja realizada Tomada de Preços para contratação do objeto.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Peixoto de Azevedo/MT, 11 de julho de 2019.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 124/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARIA DE LOURDES SOUZA RAMOS.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPRE-

ENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.988,95 (seis mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 125/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **DORCELINA ROSA BARBOSA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 5.535,57 (cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 126/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FÁTIMA SIRLENE MORAES RASCH.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 127/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **FLAVIA IRIS DE OLIVEIRA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 1.351,70 (mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 128/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA DA SILVA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 129/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ROSINETE SANTOS DA SILVA.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEJA, PNAEP, PNAEF E PNAEI DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO Nº 26/2013 CD/FNDE".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 6.475,80 (seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de julho de 2019.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO N° 066/2018

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, Torna público o Termo de Rescisão Contratual de distrato unilateral do Contrato nº 066/2018, tendo como objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVED/MT CR 1036453-74/2016 CONVÊNIO 840737/2016 MCIDADES/CAIXA E MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO"**, da empresa BTX ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ

sob o nº 26.117.657/0001-27, com sede a Rodovia MT 251, s/nº, Bairro Agua Fria, CEP 78.195-000, município de Chapada dos Guimarães – MT**.**

Peixoto de Azevedo, 01 de agosto de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 157/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2018 DO PREGÃO ELETRONICO N° 018/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 11.295,60 (onze mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 31 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 156/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2018 DO PREGÃO ELETRONICO N° 018/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 11.295,60 (onze mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 31 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 155/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **S. S. DE AGUIAR - ME.**

O presente Contrato é para: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA USO EM DIVERSOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OBRAS, TRANSPORTE E EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 1.227.850,00 (um milhão duzentos e vinte e sete mil oitocentos e cinquenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 29 de julho de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **GLOBALCENTER MERCATIL EIRELI**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (CAMINHÃO PIPA) CONFORME CONTRATO DE REPASSE 870925/2018/MAPA/CAIXA/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterado a CLAUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES: Fica aditivado os prazos de vigência, bem como de execução do objeto, expirando em 14/11/2019.

2 - Fica atualizada a CLÁUSULA OITAVA - Dos Recursos Orçamentários: Os recursos necessários as execuções do presente aditivo correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 883 e 882.

Peixoto de Azevedo-MT, 22 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO N° 154/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MAXITUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.**

O presente Contrato é para: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2019 ORIUNDO DO PREGÃO 141/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será até 31/12/2019**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 29 de julho de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ROTA OESTE MÁQUINAS LTDA**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO (RETROESCAVADEIRA) CONFORME CONVÊNIO Nº 867646/2018 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterado a CLAUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES: Fica aditivado os prazos de vigência, bem como de execução do objeto, expirando em 16/09/2019.

2 - Fica alterado a CLÁUSULA OITAVA - Dos Recursos Orçamentários: Os recursos necessários as execuções do presente aditivo correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 883 e 882.

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de julho de 2019.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 153/2019

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI.**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 44.125,00 (quarenta e quatro mil cento e vinte e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura.**

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de julho de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2018

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratada: **ALFRS – INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA – EPP**

O presente Contrato é para: **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS A CRECHE BELA VISTA CONFORME O TC PAR Nº 201500307 FNDE/MEC EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA QUARTA - Da Vigência - Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 31/12/2019.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público a **CONVOCAÇÃO** das empresas credenciadas, descritas conforme abaixo, para dar prosseguimento ao pregão 028/2019, ora suspenso. O presente pregão terá seu reinício, no dia 07 de Agosto de 2019 às 10:00 horas, informamos ainda que só poderão participar os representantes já cadastrados no processo administrativo 1545/2019. O não comparecimento das credenciadas no dia e horário marcado, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, já sofrerão o descredenciamento automático do mesmo.

Empresas:

Máxima Ambiental

WM Ambiental

CGR Ambiental Tratamento de Resíduos

Poconé-MT, 05 de Agosto de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 072/2019

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE POCONÉ, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO EX VEREADOR SRº JOEL DE OLIVEIRA E SUA ESPOSA SRª FRANCISCA PINHEIRO DE OLIVEIRA .

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica determinado **LUTO OFICIAL** no Município de Poconé por 03 (Três) dias em respeito ao falecimento do **"SRº. JOEL DE OLIVEIRA E SUA ESPOSA SRª FRANCISCA PINHEIRO DE OLIVEIRA"** ocorrido no dia 03 de agosto de 2019.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 04 de agosto de 2019.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2019

Contratada: **IMEDIATA ASESSORIA E CONSULTORIA VETERINARIA E PERÍCIA TÉCNICA DE SEGURANÇA DE TRABALHO LTDA,** inscrita no CNPJ 30.633.642/0001-99, com sede na Rua Rodrigo Firmino dos Santos, nº 38, Quadra 114, Lote 02, Vila Manoel Camerino, Barra do Garças-MT, representada neste ato por seu proprietário, sr. Eleandro de Freitas Barros.

Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para prestação de serviços de elaboração de perfil profissiográfico previdenciário de servidores expostos a agentes nocivos conforme determinação judicial.

Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 049/2019, Dispensa de Licitação

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: Proceder a entrega do objeto do contrato, no prazo de 20 dias corridos, contando da data do recebimento desta notificação, sob pena de incidir nas sanções administrativas expressas previstas na cláusula X do Contrato assinado em 10 de junho de 2019, sem prejuízo das demais sanções decorrentes da Lei 8.666/93.

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº **33.000.670/0001-67**,CONSIDERANDO:

a) A Proposta de prestação de serviços, o compromisso assumido mediante a assinatura do contrato firmado em **10 de junho de 2019** com a empresa ora NOTIFICADA, decorrente de Processo Licitatório **epigrafado**;

b) que a NOTIFICADA comprometeu-se em executar os serviços, objeto desta licitação **no prazo de 30 dias, contados da assinatura do contrato, conforme cláusula 4. E 4.1 do Termo de Referência;**

c) que a empresa então contratada **possui** obrigações formais **perante o Município contratante.**

Diante d**o exposto**, fica por meio da presente NOTIFICADA a empresa IMEDIATA ASESSORIA E CONSULTORIA VETERINARIA E PERÍCIA TÉCNICA DE SEGURANÇA DE TRABALHO LTDA, **para que proceda a entrega do objeto do contrato, no prazo de 20 dias corridos, contados do recebimento desta notificação, sob pena de responder pelas sanções cabíveis.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA, bem como encaminhada no endereço da empresa.

Pontal do Araguaia-MT, 01 de agosto de 2019.

THIAGO ASSIS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO TERMO 4º ADITIVO CONTRATO Nº 26 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 26/2018. Presente Aditivo tem por objeto a quarta prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Original partir de 01/08/2019 até 31/10/2019. Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT/Contratante e EMPRESA L. Ricardo de Magalhães Eireli – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17. 922.286/0001-65/Contratado.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº 094/2019

"AUTORIZA O PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE UM LOTE DA QUADRA 13 DO LOTEAMENTO VILA NOVA NO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA-MT, PROPRIETARIO : ANTÔNIO ALVES VIANA".

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pôr Lei:

DECRETA:

Art.1º - Fica aprovado o projeto de desmembramento de um lote da Quadra 13 no loteamento Vila Nova, está localizado na Rua Castelo Branco, num formato retangular, com superfície total de 700,00m², com as seguintes confrontações: frente para Rua Castelo Branco, onde mede 20,00 metros; pelo fundo, confina com o lote 14, medindo 20,00 metros; lado direito confina com a Av. Manoel Ferreira da Silva, medindo 35,00 metros; lado esquerdo confina com o lote 02, medindo 35,00 metros; e está matriculado no cartório de 1º oficio sob nº 14.437 de Barra do Bugres.

DESCRIÇÃO DO FRACIONAMENTO DO LOTE 01

§ 1º - O lote 01 da quadra 13 do loteamento Vila Nova foi dividido, resultado em 03 lotes menores, denominados como : lote 01-A, com superfície total de 140,00m², localizado n Av. Manoel Ferreira da Silva, lote 01-B, com total de 260,00m², localizado na Av. Manoel Ferreira da Silva, outro denominado 01-C; com superfície total de 300,00m², localizado na Rua Castelo Branco, sendo que os lotes resultantes cumprem com as dimensões exigidas pela legislação.

DIMENSÕES E CONFRONTAÇÕES DO LOTE 01-A – AREA : 140,00M²

FRENTE: 7,00m para a Av. Manoel Ferreira da Silva;

FUNDO: 7,00m para o lote 02;

LADO DIREITO: 20,00 para o lote 14;

LADO ESQUERDO: 20,00m para o lote 01-B

TAXA DE OCUPAÇÃO: 34,28%

TAXA DE PERMEABILIDADE: 65,72%

DIMENSÕES E CONFRONTANTES DO LOTE 01-B – AREA: 260,00M²

FRENTE: 13,00m para Av. Manoel Ferreira da Silva;

FUNDO: 13,00m para o lote 02;

LADO DIREITO: 20,00m para o lote 01-A;

LADO ESQUERDO: 20,00m para o lote 01-C;

TAXA DE OCUPAÇÃO: 0,00%

TAXA DE PERMEABILIDADE: 100,00%

DIMENSÕES E CONFRONTAÇÕES DO LOTE 01-C – AREA: 300,00M²

FRENTE: 20,00m para a Rua Castelo Branco;

FUNDO: 20,00m para o lote 01-B;

LADO DIREITO: 15,00m para a Av. Manoel Ferreira da Silva;

LADO ESQUERDO: 15,00m para o lote 02

TAXA DE OCUPAÇÃO: 0,00%

TAXA DE PERMEABILIDADE: 100,00%

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Porto estrela MT, 05 de Agosto de 2019

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Munic

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 0011/CMDCA/2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PORTO ESTRELA - MT, no uso das atribuições que lhe é conferida pela Lei Federal nº 8.069/1990 e Lei Municipal 539/2015, torna público o presente **EDITAL COMPLEMENTAR** que dispõe sobre a publicação das normativas da **CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL e lançamento das candidaturas**

do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Porto Estrela-MT para o quadriênio 2020/2024.

Ø As normativas estão em anexo.

Ø Após reunião deliberativa hoje, foi realizado o sorteio dos números de cada candidato conforme tabela abaixo com respectivos nomes e codinomes e números dos candidatos

Ø **Os candidatos ausentes da reunião, terão o prazo de um (01) dia, a contar da data dessa publicação, para solicitar através de requerimento simples e JUSTIFICATIVA, com atestado médico ou afins, justificando a ausência para a Comissão Eleitoral e solicitar alteração do seu nome e codinome caso desejar.**

NOME	NÚMERO
ANA CLAUDIA	1
NALVA PARREIRA	9
JUNIOR	11
MARGARETH DOS PERFUMES	4
MARCIA DO JOSIAS	7
SANTOS MOTORISTA	5
PATRÍCIA DA RANCHO ALEGRE	6
PROFESSORA ELINA	3
CHIMENI	10
RÓGINA PEDROSA DE MIRANDA	2
MARINETE SANTOS DE SOUZA	8

Porto Estrela-MT, 29 de Julho de 2019.

CICERO FERNANDES SANTOS DE OLIVEIRA

Presidente CMDCA – 2019/2020 e Comi

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 0638/2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 175.888,79 (Cento e Setenta e Cinco mil, Oitocentos e oitenta e oito reais e Setenta e Nove centavos), por anulação parcial ou total de dotação orçamentária e Superávit Financeiro do Exercício anterior."

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo aseguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 175.888,79 (Cento e Setenta e Cinco mil, Oitocentos e oitenta e oito reais e Setenta e Nove centavos),** para suplementação da seguinte dotação orçamentária no Orçamento Vigente**:**

05 – SECRETARIA DE DE SAUDE

05005 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05005 10 Saúde

05005 10 301 Atenção Básica

05005 10 301 0100 GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BASICA

05005 10 301 0100 1027 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO NA ATENÇAO BASICA

4490510000 –0102000000 Obras e Instalações R$ 26.038,79

4490510000 - 0123054000 Obras e Instalações R$ 149.850,00

TOTAL..... R$ 175.888,79

Art. 2º - Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43, § 1º, I e II da Lei nº 4.320/64, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os provenientes de excesso arrecadação, conforme abaixo:

I – os provenientes de superávit financeiro;

R$= 29.970,00 **fonte de Recurso 0123054000 – Transf. De Convênios – Saude Uniao**

R$= 26.038,79 **fonte de Recurso 0102000000 – Saude 15%**

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

R$= 119.880,00 **fonte de Recurso 0123054000 – Transf. De Convênios – Saude Uniao**

TOTAL..... R$ 175.888,79

Art. 3º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2019, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 05 de Agosto de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito M

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 0637/2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 130.348,29 (Cento e trinta mil, Trezentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), por anulação parcial ou total de dotação orçamentária."

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 130.348,29 (Cento e trinta mil, Trezentos e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos),** para suplementação da seguinte dotação orçamentária no Orçamento Vigente**:**

09 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 DEPARTAMENTO DE OBRAS , SETORES URBANOS E RURAL

09001 15 Urbanismo

09001 15 451 **Infra Estrutura Urbana**

09001 15 451 0040 GESTÃO DO SISTEMA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 15 451 0040 1050 CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUARIA

4490510000 –0100000000 Obras e Instalações R$ 130.348,29

TOTAL.....R$ 130.348,29

Art. 2º - O recurso para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, se dará por anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentaria:

09 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09002 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

09002 17 Saneamento

09002 17 512 Saneamento Básico Urbano

09002 17 512 0130 AGUA E ESGOTO

09002 17 512 0130 1063 REFORMA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO RESIDENCIAL "SONHO MEL"

4490510000 – 0100000000 Obras e Instalações R$ 30.000,00

4490510000 – 0124055000 Obras e Instalações R$ 9.000,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 DEPARTAMENTO DE OBRAS , SETORES URBANOS E RURAL

09001 15 Urbanismo

09001 15 452 **Serviços Urbanos**

09001 15 452 0040 GESTÃO DO SISTEMA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 15 452 0040 2072 CONSERVAÇÃO E MANUT. DE REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA

3390390000 –0117000000 Outros Serv. Terceitos P. Juridica R$ 20. 000,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 DEPARTAMENTO DE OBRAS , SETORES URBANOS E RURAL

09001 15 Urbanismo

09001 15 451 **Infra Estrutura Urbana**

09001 15 451 0040 GESTÃO DO SISTEMA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 15 451 0040 1050 CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUARIA

3390300000 –0100000000 Obras e Instalações R$ 5.200,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 DEPARTAMENTO DE OBRAS , SETORES URBANOS E RURAL

09001 26 Transporte

09001 26 782 Transporte Rodoviario

09001 26 782 0040 GESTÃO DO SISTEMA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERV. URBANOS

09001 26 782 0040 2079 CONSTRUÇÃO E MANUT. DE ROD. EST. - FETHAB

3390360000 –0130000000 Outros Serv. Terceitos P. Fisica R$ 20.000,00

3390390000 –0130000000 Outros Serv. Terceitos P. Juridica R$ 20. 000,00

4490510000 –0130000000 Obras e Instalações R$ 10.511,49

08 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E DESENV.

08001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08001 20 Agricultura

08001 20 605 Abastecimento

08001 20 605 0050 PRODUÇÃO AGROPECUARIA SUSTENTAVEL

08001 20 605 0050 1046 IMPLANTAR PROGRAMA DE APOIO A PROD. AGROPECUARIA E ASSIST. TECNICA

3390300000 –0100000000 Material de Consumo R$ 6.474,30

3390390000 –0100000000 Outros Serv. Terceitos P. Juridica R$ 9.162,50

TOTAL.....R$ 130.348,29

Art. 3º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2019, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Porto Estrela- MT, 05 de Agosto de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL Nº 0636/2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial).

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 8.651,05 (Oito Mil e Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Cinco Centavos),** para a criação da seguinte dotação orçamentária **no Orçamento Vigente**:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06 06001 23 Departamento de Desenvolvimento Social

06 06001 23 695 Turismo

06 06001 23 695 0090 Desenvolvimento do Esporte e Lazer

06 06001 23 695 0090 2060 Realização do Fest Porto

3390930000 – 0124055000 Indenizações e Restituições **R$ 142,80**

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06 06002 08 Fundo Municipal de Assistencia Social

06 06002 08 813 Lazer

06 06002 08 813 0140 Gestão da Assistencia Social

06 06002 08 813 0140 1023 Contrução de Academia do Ar Livre

3390930000 – 0124055000 Indenizações e Restituições **R$ 8.508,25**

TOTAL.....R$ 8.651,02

Art. 2º - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo nº 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64, os provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias, abaixo discriminados:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06 06003 08 Gabinete do Secretario

06 06003 08 122 Administração Geral

06 06003 08 122 0020 Gestão Administrativa

06 06003 08 122 0020 2053 Manutenção das Atividades da Assistencia Social

3390360000 – 0100000000 Outros Serv. Pessoa Fisica **R$ 142,80**

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06 06002 08 Fundo Municipal de Assistencia Social

06 06002 08 813 Lazer

06 06002 08 813 0140 Gestão da Assistencia Social

06 06002 08 813 0140 1023 Contrução de Academia do Ar Livre

4490510000 – 0100000000 Obras e Instalações **R$ 5.720,00**

4490510000 – 0124054000 Obras e Instalações **R$ 600,00**

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04 04001 04 Administração

04 04001 04 122 Adm. Geral

04 04001 04 122 0020 Gestão Administrativa

04 04001 04 122 0020 2080 **Manter o Gabinete e Dependências da Secretaria Mun. de Educação**

3390920000 – 0101000000 Despesas de Exerc, anteriores **1.788,25**

TOTAL.....R$ 8.651,05

Art. 3º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2019, créditos suplementares para ajustes das contas abertas através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

***Porto Estrela- MT,*05 de Agosto de 2019.**

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 014/2019 - CMAS - APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2019

RESOLUÇÃO N°. 14/2019 POXORÉU-MT, 01 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistencial Social – 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS do município de Poxoréu – MT, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 9°, incisos VI e VII do Regimento Interno, homologado pelo Poder Executivo, através do Dec. 035/2008, datado de 01/08/2008;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião de 31/07/2019, deliberou pela aprovação unânime do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistencial Social – 2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Fica Aprovado o Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistencial Social – 2019, anexo único desta resolução.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, Sala dos Conselhos Municipais, em 01 de agosto de 2019.

REJANE BARBOSA NALON VILELA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO

PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL – ANO 2019.

I. DADOS CADASTRAIS
1.ÓRGÃO PROPONENTE
(Prefeitura / Governo Estadual/ Governo do DF)
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO
Nível de Gestão: Gestão Plena
Porte: PEQUENO I
CGC/CNPJ: 03.408.911/0001-40
Cidade: POXORÉO
UF: MT
Endereço: Avenida Brasília, 809
CEP: 78800-000
Telefone: 66 – 3436-1500
Email: prefeito@pox.mt.gov.br
Prefeito: NELSON ANTÔNIO PAIM
1.1 Dados do Responsável.

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Secretaria ou órgão congêneres)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ: 03.408.911/0001-40
Cidade: POXORÉO
UF: MT
Endereço: Osvaldo Candido Pereira, S/n
CEP. 78.800-000
Telefone: 66 – 3436-1423
Email: acaosocial@hotmail.com
Gestor: LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE MENEZES GALVÃO
2.1 - Dados do Gestor

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 14. 842.573/0001-77
Vinculo institucional: Secretaria Municipal/Estadual da Assistência Social ou congênere
Telefone: 66 – 3436-1493
Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 640
Data de Assinatura: 19/03/1996
Data de Publicação: 19/03/1996
4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cidade: POXOREO
UF: MT
Endereço: Osvaldo Candido Pereira, S/n
CEP. 78.800-000
Gaudêncio Filho Rosa de Amorim
Dados do Secretário Executivo

4.2 – CONSELHEIROS			**PERIODO DE MANDATO**	
CPF	**NOME**	**CARGO**	**INICIO**	**FIM**
138.726.561-04	Carlos Henrique Alves de Freitas	Conselheiro Titular	31/05/2019	31/05/2021
023.214.711-66	Daniele da Cruz	Conselheiro Suplente	27/08/2015	31/05/2021
029.785.891-24	Denise Battisti Xavier	Conselheiro Titular	31/05/2019	31/05/2021
405.186.041-87	Elenilce Lina de Carvalho	Conselheiro Suplente	09/07/2018	31/05/2021
731.671.851-04	Giovanna Maleto	Conselheiro Suplente	27/08/2015	31/05/2021
155.571.031-04	José Antônio Rodrigues	Conselheiro Suplente	21/03/2017	31/05/2021
764.371.241-72	José Nilton Pereira dos Santos	Conselheiro Suplente	09/07/2018	31/05/2021
522.619.561-15	Josirene Cezar Xavier Martins	Conselheiro Suplente	27/08/2015	31/05/2021
405.184.691-15	Lucia Voltan Ribeiro	Conselheiro Titular	27/08/2015	31/05/2021
831.928.911-49	Maria Lucia da Silva	Conselheiro Titular	27/08/2015	31/05/2021
352.240.291-04	Neide Salete Battisti Xavier	Conselheiro Suplente	27/08/2015	31/05/2021
782.530.121-87	Olindina Rodrigues de Melo Vieira	Conselheiro Titular	09/07/2018	31/05/2021
994.283.421-49	Rejane Barbosa Nalon Vilela	Conselheiro Titular	30/05/2019	31/05/2021

021.680.451-51	Rose Flávia de Matos Raimundo	Conselheiro Suplente	31/05/2019	31/05/2021
203.710.711-00	Silvio Alves de Matos	Conselheiro Titular	27/08/2015	31/05/2021
032.752.381-67	Tarlei Urânio Lopes de Oliveira	Conselheiro Titular	21/09/2017	31/05/2021

II – PREVISÃO DE ATENDIMENTO FISICO
1. GESTÃO

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Meta Física
Bloco da Gestão		
IGD-M – índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de Operação do PBF – IGD-M		0,90
Taxa – Atualização Cadastral	0,83	0,89
Taxa – Frequência Escolar	0,91	0,94
Taxa – Agenda Saúde	0,74	0,87
IGD-M – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD-SUAS – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
ID CRAS Médio	0,83	
Execução Financeira	0,85	
Macro Ações onde serão aplicados os recursos		
2. SERVIÇOS		

Serviço	**Público**	**Referência de pactuação**	**Previsão de atendimento**
Bloco da Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família			
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	3.750	2.426
Serviços de Proteção Social Básica e ações executados por Equipe Volante			
Piso Básico Variável III	Família Referenciada		
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos			
Piso Básico variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	240	280
Piso Básico variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	120	120
Bloco da Proteção Social Especial			
Serviço de proteção e atendimento Especializado a Famílias e indivíduos – PAEFI			
Piso Fixo de média complexidade	Famílias e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos.	50	50
Serviços de Proteção social a adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas de LA e PSC			
Piso Fixo de média complexidade	Adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas	20	10
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes			
Piso de Alta Complexidade I	Crianças e Adolescentes	10	10
Programas e Projetos			
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV			
BPC na Escola- Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	01	01

III – PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

1. GESTÃO

Incentivo	**Serviço**	**Valor Financeiro**
Bloco da Gestão		
IGD-M – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família	Fator de Operação do PBF – IGD-M	7.685,97
IGD-M – índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Unico de Assistência Social	IGD SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	2.772,45

SERVIÇOS

Serviço	Piso	Valor Financeiro
Bloco da Proteção Social Básica		
Serviço	Piso	Valor Financeiro
Serviço de Proteção e atendimento integral à família (PAIF)	Piso Básico Fixo	R$: 9.000,00
Serviço de Proteção social Básica e ações executadas por equipe volante	Piso Básico Variável III	R$: 4.500,00
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Piso Básico Variável - SCFV	12.000,00
Bloco da Proteção Social Especial		
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI	Piso fixo de média complexidade	8.000,00
Serviço de proteção especial a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de La e PSC	Piso fixo de média complexidade	2.200,00
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes	Piso de alta Complexidade I	5.000,00
Programas e Projetos		
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV	BPC na escola – Questionário a ser aplicado	R$: 40,00

IV – RESUMO EXECUTIVO

Item	**Valor**
1. Valor total previsto a ser repassado	613.940,99
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo (anual)	1.704,760,00
3. Recursos a serem transferidos do FEAS (anual)	49.683,00
4. Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício:	2.368.383,99
V. DECLARAÇÃO	**AUTENTICAÇÃO**
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	R: 10.222.10.135X1:200.11.14. 21002321471166 201907291727 257911

Poxoréu – MT, 31 de Julho de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER DE MENEZES GALVÃO

Secretária Municipal de Assistência Social

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 022, DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO N.º 022/2019 Poxoréu/MT, 02 de agosto de 2019.

Altera o Decreto n.º 002, de 14/01/2019, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a* e;

DECRETA:

Art. 1.º Fica inserido o inciso X, no artigo 2.º, do Decreto Municipal n.º 002, de 14/01/2019, que terá a seguinte redação:

***X** – 06 de agosto (terça-feira) – dia da peregrinação ao Distrito de Alto Coité, em louvor a Bom Jesus, festa cultural-religiosa tradicional no Município de Poxoréu.*

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Decreto foi devidamente publicado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu na data de 02 de agosto de 2019, em conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu.

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º 694/2019 Poxoréu/MT, 24 de Julho de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** ao servidor Sr. **ADEMIR JOÃO SOBRINHO**, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras, pelo período de 170 dias, com vencimento referente ao período de 03/08/2019 à 19/01/2020, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.07.038.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 24 de Julho de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 02/2019

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 02/2019

A **Prefeitura Municipal dePOXORÉU**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.858, de 11 de abril de 2.017, especialmente o disposto no art. 2.º, inciso III, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**,**RESOLVE** divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado **para formação de cadastro reserva** de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas e em substituição a servidores afastados de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da Constituição Federal, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO – REFERÊNCIA – EXIGÊNCIA MÍNIMA – VAGAS – INSCRIÇÃO – VENCIMENTO INICIAL

Cargo/Contratação	Vagas	Salário	Carga Horária Semanal	Requisitos do Cargo
Agente de Serviços Gerais (coleta de lixo)	Cadastro Reserva	R$ 1.002,16	40 h	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de serviços gerais (Limpeza urbana)	Cadastro Reserva	R$ 1.002,16	40 h	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de serviços Gerais (predial)	Cadastro Reserva	R$ 1.002,16	40 h	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de serviços gerais (lavadeira)	Cadastro Reserva	R$ 1.002,16	40h	Ensino Fundamental Incompleto
Cozinheira	Cadastro Reserva	R$ 1.002,16	40h	Ensino Fundamental Incompleto
Cuidador de Idoso	Cadastro Reserva.	R$ 1.002,16	12/36	Ensino Médio Completo + Experiência de 1 ano na área + Avaliação Psicológica + Entrevista.
Cuidador Infantil	Cadastro Reserva.	R$ 1.002,16	12/36	Ensino Médio Completo + Experiência de 1 ano na área + Avaliação Psicológica + Entrevista.
Guarda Municipal	Cadastro Reserva.	R$ 1.002,16	12/36	Ensino Fundamental incompleto
Técnico em Enfermagem/ Pronto atendimento	CR	R$ 1.464,19	12/36	Ensino Médio, mais curso profissionalizante com registro no Conselho Regional - COREN
Enfermeiro Pronto Atendimento	CR	R$ 2.708,75	12/36	Ensino Superior Específico em Enfermagem com registro no Conselho Regional – COREN + Experiência de 1 ano em Pronto Atendimento

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**, e compreenderá:

1ª etapa – provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter classificatório;

2ª Etapa – comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico e curso específico de formação, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições para provas serão na Escola Municipal Guiomar Maria da Silva no período de 08 a 16 de agosto de 2019, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, localizada na Rua Monteiro Lobato, nº 18 – Jardim Novo Horizonte – Poxoréu - MT.

3.2 – A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital.

3.3 - Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, previsto neste Edital.

3.4 – Não haverá taxa de inscrição para a realização do Processo Seletivo Simplificado.

3.5 - Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.5.1 - Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.6 - Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.6.1 - A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.7 - A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.8 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.9 - O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.10 - O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição via presencial ou Internet, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.10.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.10.2 - Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.10.3 - A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4. DAS PROVAS

4.1 - Data e local das provas objetivas:

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 25/08/2019 (Domingo), das 8:00 h às 11:00 h**, na** Escola Municipal Profª Guiomar Maria da Silva, localizada na Rua Monteiro Lobato, nº 18 – Jardim Novo Horizonte – Poxoréu - MT.

4.1.1.1 - Caso ocorra fatos supervenientes, a data de realização das provas objetivas poderá ser adiada e tornada pública por meio de editais complementares.

4.1.1.2 – Os portões serão abertos às 7h e fechados às 7:45h.

4.1.1.3 – Havendo necessidade, as provas objetivas poderão ser realizadas em mais de um local, mediante indicação por edital complementar.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – O Processo Seletivo Simplificado será realizado e coordenado sob a responsabilidade de uma Comissão Organizadora, que contará com a colaboração da assessoria jurídica e consultoria técnica.

5.2 – É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais e demais publicações referentes a esta seleção através do site do município **www.poxoreu.mt.gov.br** e no saguão da Prefeitura de Poxoréu.

5.3 – O edital completo se encontra publicado no site do município **www.poxoreu.mt.gov.br**.

5.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e publicados através de Editais Complementares.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal – §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 – art. 3º).

6.2. Ter na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

6.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

6.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

6.5. Possuir aptidão física e mental.

6.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

6.7. Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente.

6.8. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1.O Processo Seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

7.2 - DAS PROVAS OBJETIVAS:

7.2.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo I deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	**Provas**	**Números de Questões**	**Pontuação de cada Questão**	**Total**
	Português	**05**	**2,0**	**10**
	Específica	**10**	**8,0**	**80**
	Total	**15**	**–**	**90,0**

ENSINO MÉDIO	**Provas**	**Números de Questões**	**Pontuação de cada Questão**	**Total**
	Português	**10**	**3,0**	**30**
	Específica	**20**	**3,0**	**60**
	Total	**30**	**–**	**90,0**

ENSINO SUPERIOR	**Provas**	**Números de Questões**	**Pontuação de cada Questão**	**Total**
	Português	**10**	**3,0**	**30**
	Específica	**20**	**3,0**	**60**
	Total	**30**	**–**	**90,0**

7.2.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter classificatório, será de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 90 (noventa) pontos.

7.2.3. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

7.2.4. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

7.2.5. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois poderá prejudicar o desempenho do candidato.

7.2.6. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

7.2.7. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não–preenchido integralmente.

7.2.8. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

7.2.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos.

7.3 - O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

7.3.1 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra–se devidamente identificado no caderno de provas.

7.3.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

7.3.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **60 (sessenta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa**, de comprovante de inscrição e de **documento de identidade original**, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

7.3.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

7.3.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

7.3.6. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo Seletivo.

7.3.7. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

7.3.8. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.

7.3.9. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

7.3.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

7.3.9.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não–identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

7.3.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

7.3.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

7.3.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 7. 3.9. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

7.3.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.3.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horários diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

7.3.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

7.3.12. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

7.3.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

7.3.14. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

7.3.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido neste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

7.3.16. O candidato somente poderá retirar–se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **60 (sessenta)** minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos **60 (sessenta)** minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

7.3.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar–se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar–se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar–se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar–se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

7.3.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 7.3.17. implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

7.3.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

7.3.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

7.3.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

7.4. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

7.4.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Será classificado o candidato que cumprir todos os itens da primeira etapa, e as outras pertinentes ao cargo que concorre.

8.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha.

8.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos da soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu, **a partir 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva.**

9.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **01 (um) dia útil**, em requerimento próprio, conforme modelo anexo ao edital, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

9.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo Seletivo, apenas no prazo recursal.

9.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até **01 (um) dia útil** após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

9.4. Os recursos julgados serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 9.3 deste Edital

9.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.7. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.8. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável** de **01 (um) dia útil**, a contar do dia subsequente da

publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

9.9. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

9.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

9.11. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

9.12. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.13. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do Processo Seletivo.

10.2. O candidato será convocado para a realização da **4ª Etapa – Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase – Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

11. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

12. Comprovante de residência

13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15. Declaração de bens;

16. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

17. Número de RG e CPF dos pais;

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. Declaração para IRPF e salário família;

22. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

23. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

2ª Fase – Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho com a Empresa Primmed – saúde ocupacional, localizado à Rua Poxoréu, 486 – Centro _ Primavera do Leste-MT, CEP 78800000. Laudo de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

Exames a serem apresentados para avaliação de saúde ocupacional

a) Hemograma completo (com plaquetas); **b)** Classificação de grupo sanguíneo e fator RH; **c)** Glicemia (em jejum); **d)** HBsAg; **e)** Anti HBc Total; **f)** Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP; **g)** Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

10.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, o candidato será nomeado para o cargo por portaria municipal.

10.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 15 (quinze) dias.

10.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

10.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 10.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

10.6. Os candidatos aprovados e classificados de acordo com o estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, quando necessário, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

10.7. A aprovação no Processo Seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e das vagas que necessariamente forem surgindo.

10.7.1. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo no-

vas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do Processo Seletivo.

10.8. A Administração Municipal definirá, a seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

10.9. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Prefeito Municipal.

10.10. A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

10.11. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Poxoréu, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

10.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

10.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo do CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO e Comissão Organizadora, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

10.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal ou no site **www.poxoreu.mt.gov.br**

10.15. A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo,se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas**.**

10.16. O candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

10.16.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Secretário de Administração, até o dia útil anterior à data da contratação.

10.16.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos classificados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

10.16.3. O candidato classificado que for contratado por período inferior a doze meses, ao final do término de seu contrato, será reclassificado como último candidato da lista de classificação de seu cargo, podendo ser novamente contratado após a convocação de todos os classificados anteriores, sendo vedada a reclassificação por mais de uma vez.

10.17. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

10.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

10.19. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Poxoréu e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

10.20. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo–se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado constituída por ato do Prefeito, assessorados pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO , organizadora do Processo Seletivo**.**

10.22. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá.

10.23. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Prefeitura Municipal de Poxoréu, (Avenida Brasília, 809 – Bairro Jardim das Américas – Poxoréu/MT)

10.24. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

10.25. Faz parte deste Edital os anexos:Anexo I – Conteúdo Programático, Anexo II – Formulário Para Envio de Títulos, anexo III – Atribuição dos Cargos, Anexo IV –Modelos de Formulário para Recurso, Anexo V – Cronograma do Processo Seletivo

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS (ALFABETIZADO)

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1. AGENTE DE SERVIÇOS (geraistodas as funções) 2. cozinheira /MERENDEIRA 3. guarda municipal

_LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, bulas, provérbios, charges, receitas médicas e culinárias, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas...); Pontuação; Acentuação gráfica; Encontros vocálicos e consonantais; Divisão silábica;

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em todas as funções- : Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade, demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – COZINHEIRO/merendeirA: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, manipulação e conservação de alimentos; utilização de Epis, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

_ESPECÍFICA PARA O CARGO DE GUARDA MUNICIPAL: Organização do local de trabalho e processos de trabalho; boas maneiras; noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção; prevenção e combate a princípios de incêndio; ética no trabalho; normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção; condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo; comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade; estatuto do servidor público; demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. CUIDADOR DE IDOSO. 2. CUIDADOR INFANTIL. 3. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

ESPECíFICA PARA O cargo de CUIDADOR DE IDOSO: Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); ECA; Estatuto do Idoso; Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

ESPECÍFICA PARA O cargo de CUIDADOR INFANTIL: Teoria e Prática da Educação. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade; cotidiano escolar. Lei Federal n° 9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Da educação. Dos princípios e fins da educação nacional. Do direito à educação e do dever de educar. Da organização da educação nacional. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Da composição dos níveis escolares. Da Educação básica. Das disposições gerais. Da educação infantil. Do ensino fundamental. Do ensino médio. Da educação profissional. Da educação especial. Dos profissionais da educação. Dos Recursos financeiros. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Lei Federal n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais: Título II: dos direitos e garantias fundamentais (art. 5° a 17) Título III: da organização do Estado (art. 18 a 43). Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

ESPECÍFICA DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

: Ética Profissional; Conceito de saúde e doença; Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; Equipe de Enfermagem; Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti–sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; Pesagem e mensuração; Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos pureti-vos; Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; Administração de medicamentos por via oral e parenteral; Preparo de drogas e soluções. **Conhecimentos sobre Saúde Pública**: Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); Saúde Bucal; Alimentação e Nutrição; A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré–Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém-nascido, imunização, Puerpério: Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); Educação em saúde. Noções sobre Malária, febre amarela e dengue; Biologia do vetor. Cuidado higiênico do corpo e alimentos; Cuidados com o meio ambiente e saneamento básico; Epidemias e endemias; Noções de ética; Noções de prevenções e recuperação da saúde. Biossegurança; controle de infecção. Infecções respiratórias agudas/ verminoses/ diarreia / desidratação. Aleitamento materno. Programa Nacional de Imunizações. Doenças Preveníeis por imunização (Rubéola, Sarampo, Poliomielite, Coqueluche, Tuberculose, Difteria, Tétano, hepatites, meningites, caxumba, varicela). SAÚDE DA MULHER: Assistência ao Pré-natal. Planejamento Familiar. Sistema Único de saúde-SUS: Objetivos, atribuições; doutrinas e competências. Aleitamento Materno. Doenças Sexualmente transmissíveis. SAÚDE DO ADULTO: Programa de Assistência Diabetes Mellitus. Programa de Assistência Hipertensão Arterial. DST/AIDS. Doenças mais frequentes na rede de Atenção Primária. Doenças Infecto–contagiosas. EPIDEMIOLÓGIA: Indicadores de Saúde (Indicadores de Morbidade e de Mortalidade). Vigilância Epidemiológica e Doença de Notificação Obrigatória. Campanhas sanitárias. Sistema de Informações em Saúde. PROGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE. Imunização: Princípios Básicos em Imunologia. Calendário nacional de imunização. Objetivos da saúde pública.

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

PORTUGUÊS PARA ENFERMEIRO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE Enfermeiro: Administração em Enfermagem de Saúde Pública. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido – Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. Programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ANEXO III – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PREDIAL: Supervisionar e executar os serviços de limpeza e conservação das instalações dos prédios que compõe a estrutura física da Prefeitura Municipal de Poxoréu. Organizar pedidos de material necessários ao funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade; Executar os serviços de limpeza e conservação; Realizar serviços relacionados com cozinha, copa, lavanderia do órgão; Realizar serviços de limpeza em toda área externa e interna do prédio; Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS(LIMPEZA URBANA): Varrer ruas, parques, jardins e outros logradouros públicos, utilizando equipamentos apropriados, para mantê-los limpos e apresentáveis; Reunir ou amontoar os detritos varridos, empregando instrumentos apropriados para recolhê-los; Recolher o lixo, despejando-o em depósitos apropriados, para facilitar o transporte; Auxiliar na poda das plantas aparando-as em épocas determinadas, com equipamentos apropriados, para assegurar o desenvolvimento das mesmas; Executar serviço de capinagem, recolhimento de lixo; limpeza de rios e córregos; conservação e recuperação de vias; limpeza e desobstrução de galerias e tubulações em geral; auxiliar na realização de alvenarias e pintura; transporte de materiais e executar outras atividades que lhe forem delegadas pelos níveis hierárquicos superiores, relacionados a sua área de atuação. Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (COLETA DE LIXO): Realizar coleta de lixo residencial, industrial e entulhos; Realizar a coleta seletiva; Acompanhar o lixo até seu destino final; Cuidar da sua deposição de acordo com as leis vigentes; Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (COZINHEIRA- MERENDEIRA): Preparar refeições, cafés, lanches, sucos e sobremesas em pequenas e grandes quantidades em escolas, creches, lar do idoso, lar da criança; elaborar e executar cardápios; responsabilizar-se pelo balanceamento das refeições; controlar a qualidade, a conservação e o estoque dos alimentos; controlar a quantidade usada na preparação de uma refeição; fazer a higienização e o pré-preparo de frutas e hortaliças de acordo com determinação do cardápio diário; cuidar da higienização, da conservação de utensílios e da dos equipamentos utilizados; zelar pela ordem, pela disciplina, pela higiene e pela segurança do local; reciclar os alimentos evitando perdas dos mesmos; ter comprometimento com o serviço; manter a higiene e o asseio pessoal; utilizar técnicas de cozinha e nutrição; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (LAVADEIRA): Executar tarefas de lavagem de roupas; lavar por completo e passar todas as roupas dos leitos e demais repartições, manobrar máquinas de lavar para efetuar a lavagem; zelar pela guarda e conservação das ferramentas e materiais peculiares ao trabalho; manter sempre limpo o local de trabalho; executar outras atividades afins.

CUIDADOR DE IDOSO: auxiliar e/ou realizar atenção adequada às pessoas idosas que apresentam limitações para as atividades básicas e instrumentais da vida diária, estimulando a independência e respeitando a autonomia destas, dentre as quais constam: higiene pessoal – cuidar da limpeza do corpo e da boca e também do vestuário que os idosos usam no dia-a-dia; higiene do ambiente - responsabilizar-se pelo espaço reservado ao idoso, geralmente o seu quarto de dormir; alimentos – seguir as dietas e recomendações indicadas pelos profissionais, estimular e auxiliar o idoso na alimentação e, se necessário, preparar os alimentos; medicações – dar as medicações que são administradas pela boca e as que devem ser aplicadas à pele, nos horários indicados pelo médico e de acordo com suas instruções, atividades físicas – dar apoio ao idoso em caminhadas, ajudando-o também, em outros exercícios recomendados por profissionais; compras – fazer a compra de alimentos, medicamentos e objetos de uso diário, quando esta tarefa tiver sido combinada com a família; lazer, trabalho e atividades fora de casa – fazer companhia ao idoso, conversar sobre assuntos do seu interesse, ver televisão, ajudar em trabalhos manuais, acompanhá-lo a festas, cerimônias religiosas, consultas médicas, exames, idas ao banco, etc; estimulação – fazer com que o idoso descubra as coisas que gosta de fazer, que tome decisões, que coopere em algum trabalho, que mantenha a prática do autocuidado: deve, além disso, apoiar e estimular sua vida social, de modo a que permaneça ativo e participativo, para sentir-se valorizado, preservando a auto-estima; e incentivar a comunicação, a socialização através do convívio, a recreação e o lazer; executar outras tarefas correlatas.

CUIDADOR INFANTIL: Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança/adolescente; organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; auxilio á criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano; quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social).

Guarda Municipal: Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providências pendentes e evitar roubos, incêndios e danificações nos edifícios e materiais sob sua guarda; Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos, pelos portões ou portas de acesso ao local que estiver sob sua responsabilidade; Verificar as autorizações para o ingresso nos referidos locais e vedar a entrada de pessoas não autorizadas; Verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas; Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; Solicitar quando for o caso, identificação ou autorização de pessoas para ingresso nas repartições públicas; Zelar pela ordem e segurança da área sob sua responsabilidade; Comunicar à autoridade competente as irregularidades de que tiver conhecimento; Manter vigilância permanente nos locais de acesso ao público, durante o expediente das repartições; Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Organizar o espaço de atendimento do PA, verificando o funcionamento dos equipamentos e colocando em ordem os materiais de uso específico; Auxiliar o médico, acompanhando-o no tratamento dos pacientes e observando a evolução da doença; Controlar o pulso e a respiração do paciente, medindo e registrando a temperatura do mesmo; Aplicar injeções, soro e outros no paciente, de acordo com a prescrição; Manusear instrumentos cirúrgicos, cuidando da esterilização dos mesmos; Efetuar curativos nos pacientes; Lavar e esterilizar instrumentos, preservando a limpeza e a higiene do local; Controlar o fichário de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-o e mantendo-o atualizado, para controle, acompanhar pacientes regulados para outras localidade de saúde, conforme necessidade do médico plantonista; executar tarefas correlatas conforme necessidades apresentadas.

ENFERMEIRO:

Executar serviços de enfermagem dentro do Pronto Atendimento, empregando processos de rotina específicos, para possibilitar a proteção da saúde individual ou coletiva Identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevista, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde; Elaborar planos de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada; Executar tarefas de enfermagem, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de confortos, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal e outros tratamentos, de acordo com técnicas apropriadas, para proporcionar o maior grau possível de bem estar, físico, mental e social do paciente; Fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos

em situações de emergência, empregando técnicas usuais ou especificas, para atenuar as consequências dessas situações; Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado, em caso de cateterismo cardíaco, transplante de órgão, hemodiálise e outros, preparando o paciente, o material e o ambiente, para assegurar maior eficiência na realização dos mesmos, acompanhar os pacientes regulados para outras localidades de saúde, conforme solicitação do médico plantonista.

ANEXOIV – MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Público

Prefeitura Municipal de Poxoréu – MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo Público Edital nº 001/2017.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

( ) Realização da Prova Prática, se houver

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____ _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

ANEXO V – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
05/08/2019	16h00min	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e **www.poxoreu.mt.gov.br**
05/08/2019	–	Publicação de Extrato do Edital	Jornal Oficial dos Municípios – AMM
08 a 16 de Agosto de 2019.	Inicio: 7:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00	Período de Inscrições na Escola Municipal Guiomar Maria da Silva	Inscrição na Escola Guiomar Maria da Silva
19/08/2019	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial do Município e site da prefeitura.
19/08/2019	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial do Município e site da Prefeitura de Poxoréu.
25.08.2019	08 às 11h	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Local: Escola Municipal Guiomar Maria da Silva – Prova Objetiva(7h)
26.08.2019	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT, Diário oficial da AMM e site da prefeitura de Poxoréu.
28.08.2019	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.
30.08.2019	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das provas objetivas.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu
02/09/2019	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito e parecer dos recursos sobre o Resultado Geral.	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

Poxoréu, 05 de agosto de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 688/2019 Poxoréu/MT, 02 de Agosto de 2019

"Dispõe sobre a retificação da portaria 380/2011, que concedeu o benefício de aposentadoria por Invalidez em favor da Sra. Sulene Maria de Campos Souza"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° - Retificar o texto da fundamentação legal da portaria 380/2011, bem como o artigo 1° no que se refere ao RG informado, passando a vigorar com a seguinte redação:

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constitucional n.º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, combinado com o art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n.1232/2008, de 30 de Setembro de 2008, Anexo I, da Lei Municipal n. 1315/2009, de 10 de agosto de 2009, que trata da reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais do Magistério e funções de gestão da Educação Básica do Município de Poxoréu/MT e da outras providências, e Lei n. 1371/2010, de 06 de Julho de 2010, que concede reajuste salarial aos servidores públicos municipais efetivos, estáveis, aposentados e pensionistas, na forma que menciona, resolve:

Artigo 1° - Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, a servidora Sra. Sulene Maria de Campos Souza, brasileira, casada, portadora do ***RG n.0069085-6 SSP/MT****, CPF n. 378.683.731-72 (...).*

Art. 2º - Os demais artigos e textos da citada portaria ficam ratificados e inalterados.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu/MT, 02 de Agosto de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 685/2019 Poxoréu/MT, 05 de Junho de 2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. José Moraes Barbosa Filho"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do **Sr. JOSÉ MORAES BARBOSA FILHO,** portador do RG. n.º 202.040 SSP/MA, inscrito no CPF/MF n.º 100.289.433-68 e Título Eleitoral de n.º 007076291805, Zona "040", Seção "0159", efetivo no cargo de Bioquímico**, Nível "XXV", Classe "B",** contando com um total de **12.862, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos 3 (três) meses e 30 (trinta) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com **proventos integrais,** conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2019.05.030.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 05 de Junho de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 30/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registrar o preços para aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa **CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA-EPP**, cadastrada no **CNPJ nº 01.046.464/0001-00**, representada pela sua sócia administrativa sra ELIANA DE FÁTIMA TORRES LADEIA, inscrito sob o CPF Nº 378.811.671-49 e RG Nº 626. 719 SSP/MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **30/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	V. TOTAL R$	V. TOTAL R$
67	ISOPOR PLACA 10 MM	50	UND	STYROFORM	R$ 3,38	R$ 169,00
68	ISOPOR PLACA 15 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 5,30**	**R$ 265,00**
69	ISOPOR PLACA 200 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 56,00**	**R$ 2.800,00**
70	ISOPOR PLACA 20 MM	30	UND	STYROFORM	**R$ 7,10**	**R$ 213,00**
71	ISOPOR PLACA 30 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 9,99**	**R$ 499,50**
72	ISOPOR PLACA 40 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 13,30**	**R$ 665,00**
73	ISOPOR PLACA 50 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 14,45**	**R$ 722,50**
74	ISOPOR PLACA 5 MM	50	UND	STYROFORM	**R$ 1,45**	**R$ 72,50**

75	ISOPOR PLACA 75 MM	30	UND	STYROFORM	**R$ 24,60**	**R$ 738,00**
79	LAPIS Nº 2 COM BORRACHA CX	30	CX	LEO E LEO	**R$ 114,80**	**R$ 3.444,00**
81	MASSA MODELAR EM CAIXA COM 12 UND	102	UND	KOALA	**R$ 4,90**	**R$ 499,80**
83	MURAL PEQUENO	11	UND	STALO	**R$ 96,05**	**R$ 1.056,55**
87	PAPEL CERTIFICADO LINHO 180 M2 C/ 50	100	PCT	OFFPAPER	**R$ 29,99**	**R$ 2.999,00**
91	PAPEL KRAFT	50	ROLO	JANDAIA	**R$ 72,00**	**R$ 3.600,00**
92	PAPEL MICRO ONDULADO LISO ADULADO	420	UND	BAHIA	**R$ 5,30**	**R$ 2.226,00**
94	PASTA CATÁLOGO COM 100 ENVELOPES	110	UND	ACP	**R$ 29,90**	**R$ 3.289,00**
112	PLÁSTICO ADESIVO ESTAMPADO 10 MTS	100	MTS	PLAVITEC	**R$ 50,97**	**R$ 5.097,00**
117	PRENDEDOR DE PAPEL METAL 32 MM CAIXA C/12 UND	66	CX	CIS	**R$ 26,75**	**R$ 1.765,50**
120	QUADRO BRANCO NÃO MAGNÉTICO	20	UND	STALO	**R$ 240,00**	**R$ 4.800,00**
121	QUADRO MURAL DE FELTRO 0,90X1,20M	20	UND	STALO	**R$ 197,00**	**R$ 3.940,00**
124	RÉGUA ESCOLAR DE METAL	200	UND	JOCAR	**R$ 5,50**	**R$ 1.100,00**
130	TINTA GUACHE 250 ML CORES VARIADAS PCT COM 03	100	PCT	KOALA	**R$ 13,65**	**R$ 1.365,00**
132	TINTA PARA TECIDO 37 ML CORES VARIADAS CX C/ 06 UND	100	CX	ACRILEX	**R$ 20,30**	**R$ 2.030,00**
135	TNT SIMPLES CORES VARIADAS	110	MTS	NOWNOVEM	**R$ 2,50**	**R$ 275,00**
				VALOR TOTAL		**R$ 75.050,80**

Valor Total **R$ 75.050,80** (setenta e cinco mil e cinquenta reais e oitenta centavos).

OBSERVAÇÃO: Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.4. As aquisições ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

.

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.25 - 04.122.0002.2003 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 002 - Unidade de Controle Interno	Red.35 - 04.122.0002.2005 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 003 - Assessoria de Gabinete	Red.41 - 04.122.0002.2006 3.3.90.30 fonte 0.1.00
03 - Secretaria Mun. De Adm. E Planejamento 001 - Gab. Sec. Mun. De Adm. E Planejamento	Red.62 - 04.122.0002.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.00
04- Secretaria Mun. De Finanças 001 - Gab. Secretaria Mun. De Finanças	Red.84 - 04.123.0002.2016 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.301 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02

	Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.476 - 08.244.0011.2094 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.481 - 08.244.0011.2101 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.485 - 08.244.0011.2104 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.505 - 08.244.0022.2100 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.511 - 08.244.0022.2120 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 – Secretaria Mun. De Assistência Social 003 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 – 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
09 - Sec. Mun. de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 001 - Gab. Sec. Mun. de Cultura e Lazer	Red.562 - 23.695.0013.2080 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 002 - Divisão de Cultura	Red.572 - 13.392.0016.2085 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do objeto, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA-EPP

CONTRATADA

CNPJ nº 01.046.464/0001-00

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

RECURSOS HUMANOS
REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º. Este regulamento estabelece as regras de utilização do transporte escolar Público no Município Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º. O Transporte Escolar Público do Município tem como objetivo garantir o acesso às escolas aos alunos matriculados na rede pública municipal.

Art. 3º. O Transporte Escolar Público constitui-se no serviço de transporte dos alunos do ponto de embarque, localizado na linha mestra determinada pelo Poder público, até o estabelecimento de ensino de acordo com a legislação vigente, podendo ser realizado por empresa terceirizada.

Parágrafo Único. É de competência da Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Transporte Escolar, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos, de acordo com critérios e normas estabelecidas pelo Poder Público Municipal.

CAPITULO II

Art. 4º. Para interpretação deste regulamento define-se:

I- O transporte escolar Público: O transporte de alunos da rede pública de Ensino efetuado pelo Município; II- O Ato Administrativo instrumento legal que delega a execução dos serviços de transporte escolar nas condições estabelecidas por este regulamento; III- O Condutor motorista habilitado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação de transporte escolar em especial o Código Brasileiro de Trânsito; IV- Os ônibus e micro-ônibus escolar, veículos inscritos no cadastro de Veículos Escolares em atendimento às especificações contidas neste regulamento; V- Os pontos locais determinados pela Secretaria Municipal de Educação para embarque e desembarque de alunos, sendo que a porta do veículo deverá estar voltada para o ponto; VI- O Departamento de Transporte Escolar: unidade vinculada à secretaria municipal de Educação, responsável pela administração do transporte escolar, desde o controle dos cadastros, a fiscalização, a emissão de relatórios, a reavaliação das vistorias programadas, os cálculos de custos operacionais a implantação e manutenção dos pontos, os projetos, estudos e melhorias para os serviços, bem como pelo atendimento ás solicitações e reclamações da comunidade escolar. **CAPITULO III DO SERVIÇO Art. 5º.** A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, executora do Transporte Escolar, poderá mediante licitação firmar novo contrato, desde que o serviço seja prestado de acordo com a legislação vigente, em atendimento das necessidades da secretaria municipal de Educação; **Art.** 6º. A função de segurança dos escolares é de responsabilidade técnica operacional da Prefeitura Municipal de Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, devendo obedecer, salvo risco para o aluno, as linhas mestras e alterações necessárias, estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, através de seu Departamento de transporte Escolar. **Art.** 7º. A presença do acompanhante(fiscal) será facultativa, de acordo com as necessidades. **Art.** 8º. Quando o veículo não possuir fiscal a função deste será desempenhada pelo condutor(motorista) do veículo. **Art.** 9º. O Departamento de Transporte Escolar deverá determinar e alterar os trechos, as linhas, o itinerário, o horário, os pontos de embarque e desembarque sempre necessário, em função de segurança. **CAPITULO IV DOS USUÁRIOS** Art. 10. O transporte Escolar Público do Município atenderá prioritamente

os alunos que a residem Zona Rural, e naqueles cuja oferta de vagas não atenda a demanda, obedecido o zoneamento da Secretaria Municipal de educação-SME. **ART. 11.** O beneficio do transporte Escolar de que trata o presente regulamento será concedido ao aluno matriculado em escolas públicas da rede municipal de ensino, obedecendo ao critério do zoneamento. **Parágrafo Único**. Os únicos da rede estadual serão atendidos pelo Transporte Escolar Público do Município desde que firmado convênio com o governo do estado para este fim. § 1º. Havendo mudança de endereço do aluno, o pai ou responsável legal procederá a atualização de endereço na secretaria municipal de Educação com a antecedência mínima de 05(cinco0 dias úteis, prazo que a departamento de transporte escolar terá para se reorganizar e autorizar o transporte. § 2º. O prazo estabelecido no paragrafo anterior aplica-se aos alunos que ingressarem na rede municipal de ensino no curso do ano letivo e que residam em localidades atendidas pelas linhas do transporte escolar. §3º. Para os alunos que ingressarem na rede municipal de ensino no curso do ano letivo, bem como aqueles que mudaram de endereço e que residam em locais que não sejam abrangidos pelas linhas do transporte escolar, o prazo que a departamento de transporte Escolar tem para a adequação das linhas será de 20(vinte) dias úteis. § 4º. Todo aluno que fizer uso do Transporte escolar de que trata este regulamento, obrigatoriamente, deverá portar a Carteira de Transporte Escolar emitida pela Unidade de Ensino, onde se encontra matriculado. **CAPITULO V DOS CRITÉRIOS Art. 13**. O transporte Escolar Público do Município é gratuito e observará para definição dos alunos e serem atendidos os seguintes critérios: I- Alunos pertencentes à zona rural; II- A maior distância entre a linha mestra urbana e a escola, equivalente a 2.500 m (dois mil e quinhentos metros); III- Somente alunos dos pontos da estrada mestre rural, no máximo de 2.500 m (dois mil e quinhentos metros) dos pontos determinados pela SME; IV- Alunos com identificação/ carteirinha TEG; V- O Plano de zoneamento determinado pela SME (Obrigatoriamente) Paragrafo Único. Os alunos com Necessidades Especiais educacionais-NEE terão prioridade no transporte escolar de que trata o presente regulamento. **CAPITULO VI DA UTILIZAÇÃO E CONTROLE Art. 14.** O município poderá realizar transporte de alunos da rede municipal para atividade extracurriculares desde que não implique em alterações de itinerários e horários estabelecidos anualmente; Parágrafo Único- O pedido de que trata o caput deverá ser entregue ao departamento de Transporte Escolar com antecedência de 05 (cinco) dias úteis, devendo ser efetuado pela escola requerente, mediante fundamentos técnicos pedagógicos para a atividade e o itinerário detalhado deferido pelo Secretário Municipal de Educação. **Art. 15**. Os veículos do transporte escolar adquiridos com recursos próprios e vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino poderão ser utilizados para atender á outras ações ou atividades desenvolvidas pelo ente público municipal que não as vinculados ao ensino, desde que atendidos os seguintes requisitos: I-Utilização justificada por relevantes interesses e finalidades públicos. II-Disponibilidade do veículo sem interrupção ou prejuízo das atividades escolares, com sua utilização em finais de semana ou dias não letivos: III-Despesas de manutenção e de combustível dos veículos utilizados conforme o caput suportadas por créditos orçamentários alocados a estas atividades excluindo-se do cômputo dos gastos com Educação. IV-Atender as disposições das normas municipais que versam sobre a regulamentação do Sistema Administrativo de Transporte. §1º. O Departamento de Transporte Escolar deverá dispor de controles internos capazes de apurar e apropriar, de forma transparente e inequívoca, as despesas com manutenção e combustível para cada unidade que se utilizar do veículo, evitando a apropriação errônea das despesas no limite mínimo de aplicação e manutenção do desenvolvimento do ensino. §2º. Para utilização de veículo do transporte escolar em atividades adversas a manutenção e desenvolvimento do ensino, a secretaria ou unidade solicitante deverá encaminhar pedido acompanhando de justificativa técnica, itinerário detalhado e autorização do Secretário de Educação e Coordenador (a) de transporte Escolar, com antecedências mínima de 07 (Sete) dias úteis da data do evento. **Art. 16**. As atividades extracurriculares dos alunos da rede pública serão autorizadas pela secretaria municipal de Educação segundo os critérios abaixo elencados: I- Não alteração dos itinerários e horários estabelecidos anualmente; II- Agendamento com antecedência mínima de 07(sete) dias úteis, oficializado a Secretaria municipal de Educação; III- Cada unidade poderá impetrar até 02(dois) pedidos mensais; **Parágrafo Único**. A autorização para o atendimento ás solicitações das atividades extracurriculares sujeitar-se-ão à disponibilidade de veículos e respectivos motoristas. Art. 17. O veículo credenciado para efetuar o transporte escolar terá a bordo uma planilha contendo: I- Itinerário; II- Relação nominal dos alunos; III-Escola onde o aluno está matriculado; IV- Idade, série ou ano que estuda; V- Nome do pai e/ou responsável; VI-Contato, caso necessário. **CAPITULO VII RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR Art. 19**. Serão punidos os alunos que promoverem atos ou ações de indisciplina, tais como: I- Riscar ou quebrar os bancos; II- Quebrar e/ou danificar vidros ou janelas; III- Sentar no capô do motor; IV- Colocar a cabeça ou os braços para fora da janela com o veículo em movimento; V-Promover ofensas física ou mental a seus pares; VI- Faltar com respeito ao condutor e/ou fiscais; VII- Ingerir bebidas alcoólicas ou usar substâncias entorpecentes e/ou alucinógenas. Parágrafo Único. Os atos ou ações de indisciplinas não referidos neste artigo serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação-SME. **CAPITULO VIII DAS PUNIÇÕES Art. 20**. Os alunos que praticarem atos ou ações de indisciplina mencionados no artigo estarão sujeitos as seguintes punições: I- Advertência verbal com comunicação aos pais e a escola; II- Advertência por escrito com convocação dos pais á direção da Escola e/ou Secretaria Municipal de Ensino; III-Encaminhamento ao conselho Tutelar; IV- Encaminhamento ao Ministério Publico e autoridades Competentes. Parágrafo único- Caso as ações mencionadas neste artigo não surtam efeitos os responsáveis pelos alunos que praticarem ações de indisciplina deverão assinar um Termo de Responsabilidade de dano ao Patrimônio Público. **CAPITULO IX DAS DISPOSIÇOES FINAIS Art. 21**. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Secretaria municipal de Educação. Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

Vonisson Gomes dos Santos

Secretário Municipal de Educação

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 111/2019, DE 05 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE INVENTARIO FÍSICO FINANCEIRO, INCORPORAÇÃO, REAVALIAÇÃO E BAIXA DE BENS DETERIORADOS/INUTILIZÁVEIS PERTENCENTES AO PATRIMONIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR** as senhoras: **Jucilene Gomes Tizzo**–Presidente, **Daiana Ludmila Coelho Rados** -Secretária, **Maisa Toniolo Carvalho Zeuli De Souza**-Membro, para comporem a Comissão para realização de Inventario Físico Financeiro, Incorporação, Reavaliação e Baixa de Bens deteriorados/Inutilizáveis pertencentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 05 de Agosto de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 29/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo**.** Foi identificada a empresa ***01*- ALAIR RODRIGUES ALVES**, cadastrada no **CNPJ nº 27.400.585/0001-93**, representada pelo seu representante ALAIR RODRIGUES ALVES, inscrito sob o CPF Nº 877.260.091-87 e RG Nº 979550 SSP/MT .

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **29/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme a lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

				Sinapi 03/2019	**BDI: 26,73%**
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT**	**Preço.UNT R$**	**V.unitario R$**	**v. total**
1	Placa de obra em chapa em aço galvanizado	M² 1,50	R$473,46	R$600,02	R$ 900,02
2	Lixamento de paredes	M² 958,29	R$1,30	R$1,65	R$1.581,18
3	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas mãos, AF 06/2014	M² 700,89	R$9,96	R$12,62	R$8.845,23
4	Pintura a óleo, 02 de mãos.	M² 143,80	R$16,52	R$20,94	R$3.011,17
5	Pintura epóxi, duas demãos (telhado).	M² 305,09	R$37,82	R$ 47,93	R$14.622,96
6	Pintura vernis sintético brilhante em madera, três demãos (forros e portas)	M²63,84	R$14,34	R$18,17	R$1.159,97
7	Pintura acrílica em piso cimento duas demãos calçadas) Limpeza final da obra	M113,60²	R$11,91	R$15,09	R$171422
8	Limpeza final da obra	M²30,09	R$2,29	R$2,90	R$ 87,26
VALOR TOTAL R$ 31.922,03					

Valor Total R$ 31.922,03 (TRINTA E UM MIL NOVECENTOS E VINTE E DOIS REAIS E TRES CENTAVOS)

OBSERVAÇÃO: Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal.

3.3. Em cada serviço decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo.

3.4. Os serviços ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da prestação dos serviços ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

03-Secretaria Municipal de Administração e Planejamento 001- Gabinete do secretario Administração e Planejamento	Red-65-04.122.0002.2013 3.3.90.39 Fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Serviço, deverá realizar a prestação de serviço conforme estipulado na solicitação.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de serviços ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas para a realização dos serviços até a entrega do mesmo;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de serviço no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços para Registro de Preço para prestação de serviços de pinturas em toda estrutura do prédio do Paço Municipal da Prefeitura do município de Reserva do Cabaçal, compreendendo pintura interna e externa, com mão de verniz nos forros, portas e portais, limpeza e pintura das telhas, conforme especificações constantes do folheto descritivo.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de Julho de 2019.

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

ALAIR RODRIGUES ALVES

CNPJ nº 27.400.585/0001-93

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 30/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registrar o preços para aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI**, cadastrada no **CNPJ nº 26.148.070/0001-85**, representada pelo seu procurador sr. RODRIGO GONÇALO DE ASSUNÇÃO TORRES, inscrito sob o CPF Nº 025.926.991-39 e RG Nº 16807430 SSP/MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **30/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	V.UNIT R$	V.TOTAL R$
4	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	20	UND	LYKE	8,49	169,80
9	BOBINA DE PAPEL DE PRESENTE	108	UND	VMP	121,00	13.068,00
13	CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO	40	UND	CAIXAS WEB	3,54	141,60
18	CANETA AZUL	20	CX	COMPACTOR	55.79	1.115,80
21	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL PRETA	55	CX	COMPACTOR	55,69	3.062,95
24	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE PONTA CHANFRADA	70	CX	MASTERPRINT	21,90	1.533,00
27	CLIPS 2/0 GALVANIZADO, DE METAL CAIXA COM 500 GR	78	CX	NEW	13,16	1.026,48
41	ENVELOPE 240X340 COR OURO	5.250	UND	SCRITY	0,46	2.415,00
43	ENVELOPE COR DE OURO MÉDIO 14X25	250	UND	SCRITY	0,29	72,50
76	JOGOS DIDÁTICOS	300	UND	PAIS E FILHOS	41,60	12.480,00
80	LÁPIS PRETO SEXTAVADO CX C/144 UND	100	CX	EBRAS	95,60	9.560,00
85	PAPEL CARTÃO 48 X 66 CORES VARIADAS	100	PCT	VMP	27,60	2.760,00
89	PAPEL CREPOM ESTAMPADO	220	PCT	VMP	17,60	3.872,00
93	PASTA AZ	400	UND	POLYCART	14,49	5.796,00
98	PASTA PAPELÃO COM GRAMPO TRILHO DE METAL SEM ELÁSTICAS CORES VARIADAS	200	PCT	POLYCART	17,18	3.436,00
102	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS CAPACIDADE P/ 30 FOLHAS	56	UND	CAVIA	96,85	5.423,60
104	PERFURADOR DE PAPEL PEQUENO	60	UND	LYKE	38,90	2.334,00
107	PINCEL ATÔMICO	51	CX	LYKE	41,90	2.136,90
108	PINCEL MARCADOR PERMANENTE AZUL C/PONTA	50	CX	LYKE	41,90	2.095,00
109	PINCEL PARA PINTURA TAMANHO VARIADO	70	CX	LEONORA	5,51	385,70
111	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENO	150	UND	CLASSE	18,99	2.848,50
116	PRENDEDOR DE PAPEL METAL 25 MM CAIXA C/12 UND	66	CX	LYKE	20,29	1.339,14
123	RÉGUA DE MADEIRA 100CM	130	UND	LYKE	20,29	1.285,70
126	TESOURA DE PICOTAR GRANDE	20	UND	STALO	9,89	1.578,00
127	TESOURA ESCOLAR	505	UND	CLASSE	78,90	1.762,45
129	TESOURA MEDIA	120	UND	JAPAN	3,49	915,60
136	VERNIZ VITRAL	110	CX	ACRILEX	37,49	4.123,90
					V. TOTAL	**R$ 86. 737,62**

Valor Total R$**86.737,62** (Oitenta e seis mil setecentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos).

OBSERVAÇÃO: Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.4. As aquisições ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

.

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.25 - 04.122.0002.2003 3.3.90.30 fonte 0.1.00

02 - Gabinete do Prefeito 002 - Unidade de Controle Interno	Red.35 - 04.122.0002.2005 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 003 - Assessoria de Gabinete	Red.41 - 04.122.0002.2006 3.3.90.30 fonte 0.1.00
03 - Secretaria Mun. De Adm. E Planejamento 001 - Gab. Sec. Mun. De Adm. E Planejamento	Red.62 - 04.122.0002.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.00
04- Secretaria Mun. De Finanças 001 - Gab. Secretaria Mun. De Finanças	Red.84 - 04.123.0002.2016 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.301 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.476 - 08.244.0011.2094 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.481 - 08.244.0011.2101 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.485 - 08.244.0011.2104 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.505 - 08.244.0022.2100 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.511 - 08.244.0022.2120 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 – Secretaria Mun. De Assistência Social 003 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 – 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
09 - Sec. Mun. de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 001 - Gab. Sec. Mun. de Cultura e Lazer	Red.562 - 23.695.0013.2080 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 002 - Divisão de Cultura	Red.572 - 13.392.0016.2085 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do objeto, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI,

CNPJ nº 26.148.070/0001-85

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 30/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registrar o preços para aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa **MR FERNANDES EPP**, cadastrada no **CNPJ nº 15.198.081/0001-53**, representada pelo seu proprietário sr. MARCOS ROBERTO FERNANDES, inscrito sob o CPF Nº 514.679.681-53 e RG Nº 984282 SSP/MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **30/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	MODELO	V. TOTAL R$	V. TOTAL R$
10	BOLINHAS DE GUDE	2050	UND	COSTERO	VIDRO	R$ 0,13	R$ 266,50
16	CALCULADORA MÉDIA	25	UND	JOCAR	10 DIGÍTOS	R$ 18,50	R$ 462,50
40	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE D' ÁGUA DE 18 ML CX C/ 12	102	UND	ACRILEX	LIQUIDA	R$ 12,00	R$ 1.224,00
44	ESTILETE GRANDE 24X1	101	CX	VONDES	PLASTICO/ PROFISSIONAL	R$ 61,45	R$ 6.206,45
77	LÁPIS DE COR 24 CORES	50	CX	BRW	MADEIRA	R$ 12,80	R$ 640,00
84	PAPEL A4 BRANCO RESMA	150	CX	REPORT	A4	R$ 239,00	R$ 35.850
88	PAPEL COLORSET 48 X 66 CORES VARIADAS	470	PCT	VMP	COLORSET	R$ 27,39	R$ 12.873,30
96	PASTA ELASTICA PASTICA 2 CM	220	PCT	DELO	ELASTICA/ PLASTICA	R$ 41,45	R$ 9.119,00
105	PILHA ALCALINA AA PCT C/ 04 UND	80	PCT	ELGIN	AA	R$ 8,90	R$ 712,00
114	PRANCHETA ACRÍLICA	100	UND	DELO	ACRILICO	R$ 19,80	R$ 1.980,00
133	TINTA PVA	100	CX	ACRILEX	LIQUIDA	R$ 21,10	R$ 2.110,00
				VALOR TOTAL			**R$ 71.443,75**

Valor Total **R$ 71.443,75** (setenta e um mil e quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

OBSERVAÇÃO: Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.4. As aquisições ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

.

02 - Gabinete do Prefeito	Red.25 - 04.122.0002.2003 3.3.90.30 fonte 0.1.00

001 - Gabinete do Prefeito	
02 - Gabinete do Prefeito 002 - Unidade de Controle Interno	Red.35 - 04.122.0002.2005 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 003 - Assessoria de Gabinete	Red.41 - 04.122.0002.2006 3.3.90.30 fonte 0.1.00
03 - Secretaria Mun. De Adm. E Planejamento 001 - Gab. Sec. Mun. De Adm. E Planejamento	Red.62 - 04.122.0002.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.00
04- Secretaria Mun. De Finanças 001 - Gab. Secretaria Mun. De Finanças	Red.84 - 04.123.0002.2016 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.301 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.476 - 08.244.0011.2094 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.481 - 08.244.0011.2101 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.485 - 08.244.0011.2104 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.505 - 08.244.0022.2100 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.511 - 08.244.0022.2120 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 – Secretaria Mun. De Assistência Social 003 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 – 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
09 - Sec. Mun. de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 001 - Gab. Sec. Mun. de Cultura e Lazer	Red.562 - 23.695.0013.2080 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 002 - Divisão de Cultura	Red.572 - 13.392.0016.2085 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do objeto, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

MR FERNANDES EPP

CONTRATADA

CNPJ nº 15.198.081/0001-53

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 30/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registrar o preços para aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa ***01- SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI***, cadastrada no ***CNPJ nº 26.877.656/0001-80***, representada pelo seu procurador sr. *GEAN DIEGO MEISTER*, inscrito sob o *CPF Nº 944.142.621-00* e *RG Nº 1423493-9 SSP/MT*.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **30/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	V.TOTAL	V.TOTAL
1	ALFINETE COM CABEÇA COLORIDA	100	CX	BRW	4,15	415,00
5	APONTADOR DE LÁPIS DE PLÁSTICO, SIMPLES COM DEPÓSITO.	102	CX	TRIS C/12	23,90	2.437,80
15	CALCULADORA GRANDE	32	UND	CLASSE	39,50	1.264,00
22	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL VERMELHA	50	CX	COMPACTOR	55,75	2.787,50
23	CANETA HIDROGRÁFICA C/ 12 (CANETINHAS)	330	CX	LYKE	7,20	2.376,00
29	CLIPS 4/0 GALVANIZADO, DE METAL CAIXA COM 500 GR	35	CX	XR	13,10	458,50
47	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MMX50M	70	PCT	FLEXTAPE C/5	50,00	3.500,00
48	FITA CREPE 19X20 COM 06	103	PCT	ADELBRAS	43,00	4.429,00
50	GRAMPEADOR DE MADEIRA GRANDE	10	UND	LYKE	93,00	930,00
51	GRAMPEADOR DE PAPEL MÉDIO	90	UND	MASTERPRINT	38,30	3.447,00
52	GRAMPEADOR GRANDE CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS 75G/M	53	UND	LYKE	77,50	4.107,50
53	GRAMPEADOR PEQUENO PARA GRAMPO 26/6	112	UND	MASTERPRINT	14,00	1.568,00
58	IMA PARA MURAL	30	UND	CIS	1.59	47,70
78	LÁPIS DE COR CX C/36 UND	120	CX	LABRA	27,50	3.300,00
90	PAPEL CREPOM LISO CORES VARIADAS	320	PCT	VPM C/10	13,95	4.465,00
99	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA PARA ARQUIVO	300	PCT	FRAMA C/25	39,80	11.940,00
100	PASTA SUSPENSA P/ ARQUIVO PLÁSTICA	200	PCT	ALAPLAST C/10	41,60	8.320,00
101	PERCEVEJO RODICOR COM 100	101	CX	BRW	2,93	294,93
103	PERFURADOR DE PAPEL MÉDIO	80	UND	MASTERPRINT	54,00	4.320,00
113	PLÁSTICO AUTO ADESIVO TRANSPARENTE C/ ESTAMPA INFANTIS	100	MTS	PLASTCOVER	35,00	3.500,00
118	PRENDEDOR DE PAPEL METAL 41 MM CAIXA C/12 UND	115	CX	BRW	31,40	3.611,00
119	PRENDEDOR DE PAPEL METAL 51 MM CAIXA C/12 UND	210	CX	BRW	43,40	9.114,00
125	SUPORTE PARA CANETA	55	UND	WALEU	15,80	869,00
131	TINTA P/ PELE CORES VARIADAS C/6	20	CX	COLOR MAKER	28,00	560,00
				V. TOTAL		**R$ 78.061,93**

Valor Total R$78.061,93 (Setenta e oito mil e sessenta e um real e noventa e três centavos).

OBSERVAÇÃO: Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.4. As aquisições ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

.

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.25 - 04.122.0002.2003 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 002 - Unidade de Controle Interno	Red.35 - 04.122.0002.2005 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 003 - Assessoria de Gabinete	Red.41 - 04.122.0002.2006 3.3.90.30 fonte 0.1.00
03 - Secretaria Mun. De Adm. E Planejamento 001 - Gab. Sec. Mun. De Adm. E Planejamento	Red.62 - 04.122.0002.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.00
04- Secretaria Mun. De Finanças 001 - Gab. Secretaria Mun. De Finanças	Red.84 - 04.123.0002.2016 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.301 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.476 - 08.244.0011.2094 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.481 - 08.244.0011.2101 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.485 - 08.244.0011.2104 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.505 - 08.244.0022.2100 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.511 - 08.244.0022.2120 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 – Secretaria Mun. De Assistência Social 003 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 – 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
09 - Sec. Mun. de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 001 - Gab. Sec. Mun. de Cultura e Lazer	Red.562 - 23.695.0013.2080 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 002 - Divisão de Cultura	Red.572 - 13.392.0016.2085 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do objeto, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ nº 26.877.656/0001-80

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público Errata de Publicação do Resultado Do pregão presencial nº 24 /2019 , o qual foi publicado no dia 31 de Julho de 2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.281.

Onde se lê:	Lê-se:

Reserva do cabaçal- MT 30 de junho de 2019.	Reserva do cabaçal- MT30 de julho de 2019.
Onde se lê: **04-** Mosaica Distribuidora atacada e Eletrônicos Eireli	**Lê-se:** **04-** Mosaico Distribuidora atacada e Eletrônicos Eireli.

Reserva do Cabaçal-MT, 05 de Agosto de 2019.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019

VALIDADE: Da data de sua Assinatura até 30/07/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pela Comissão Permanente de Licitação, composta pelos membros, Presidente Valtair Leopoldino Negres e Pregoeiro Vonisson Gomes dos Santos nomeados pela portaria 75/2019, da data de 02 de abril de 2019, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE Registrar o preços para aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT. Foi identificada a empresa **J. A. DE ANDRADE EIRELI - EPP**, cadastrada no **CNPJ nº 28.434.610/0001-12**, representada pelo seu proprietário sr. JOSÉ ADENIZIO DE ANDRADE, inscrito sob o CPF Nº 541.330.339-49 e RG Nº 43685724 SSP/MT.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até **30/07/2020** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme lei.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não serão obrigados a adquirir o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

PROPOSTA DE PREÇOS REBALIZADA

Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	V. TOTAL R$	V. TOTAL R$
2	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03	52	UND	RADEX	R$ 6,74	R$ 350,48
3	APAGADOR DE LOUSA DE MADEIRA TAPETE SIMPLES	20	UND	SOUZA	R$ 2,74	R$ 54,80
11	BORRACHA ESCOLAR BRANCA CX COM 20 UND	141	CX	KIT	R$ 17,90	R$ 2.523,90
12	BRINQUEDO QUEBRA CABEÇA	250	UND	CIABRINK	R$ 28,83	R$ 7.207,50
17	CALCULADORA PEQUENA	20	UND	VINIK	R$ 8,075	R$ 161,50
20	CANETA ESFEROGRAFICA CRISTAL AZUL COM 50 UN	250	CX	BIC	R$ 55,80	R$ 13. 950,00
25	CARTOLINA ESCOLAR 500X660 MM CORES VARIADAS	200	UND	ALOFORM	R$ 0,7225	R$ 144,50
26	CLIPS Nº 0 100X1	110	CX	C.O	R$ 5,89	R$ 647,90
42	ENVELOPE COLOR 160X235 CORES VARIADAS	100	CX	TILIBRA	R$ 58,69	R$ 5.869,00
45	ESTILETE PEQUENO CX C/ 24 9 MM	101	CX	MASTERPRINT/ LEO E LEO	R$ 29,19	R$ 2.948,19
82	MOLHADOR DE DEDOS EM CREMA 12 GRAMA	30	UND	CARBRINK	R$ 2,635	R$ 79,05
86	PAPEL CELOFANE (CORES VARIADAS)	220	PCT	VMP	R$ 54,45	R$ 11. 979,00
95	PASTA ELÁSTICA PLÁSTICA 4 CM	220	PCT	DAC	R$ 54,89	R$ 12. 075,80
97	PASTA ELÁSTICA TRANSPARENTE	250	PCT	DAC	R$ 29,70	R$ 7.425,00
106	PILHA ALCALINA AA PCT C/ 02	85	PCT	VINIK	R$ 5,49	R$ 466,65
110	PISTOLA APLICADORA COLA QUENTE GRANDE 110V	151	UND	CHIP SCE	R$ 25,99	R$ 3.924,49
115	PRENDEDOR DE PAPEL METAL 19 MM CAIXA C/ 12 UND	56	CX	CIS	R$ 12,74143	R$ 713,52
122	RÉGUA ACRÍLICA MEDINDO 40 CN COM ESCALA EM MILÍMETRO TRANSPARENTE	130	UND	WALEU	R$ 2,89	R$ 375,70
128	TESOURA GRANDE MULTIUSO	210	UND	BRW	R$ 8,925	R$ 1.874,25
134	TINTA PARA RELEVO	120	CX	ACRILEX	R$ 38,49	R$ 4.618,80
				VALOR TOTAL R$ 77.390,03		

Valor Total **R$ 77.390,03** (setenta e sete mil e trezentos e noventa reais e três centavos).

OBSERVAÇÃO: Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Registro de preços para futura e eventual Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

3.4. As aquisições ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste objeto, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da Ata de Registro de Preços;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, serão devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dá devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

Confirmo a existência de suficiente dotação orçamentaria nas rubricas a seguir especificadas, para fins de licitação.

.

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red.25 - 04.122.0002.2003 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 002 - Unidade de Controle Interno	Red.35 - 04.122.0002.2005 3.3.90.30 fonte 0.1.00
02 - Gabinete do Prefeito 003 - Assessoria de Gabinete	Red.41 - 04.122.0002.2006 3.3.90.30 fonte 0.1.00
03 - Secretaria Mun. De Adm. E Planejamento 001 - Gab. Sec. Mun. De Adm. E Planejamento	Red.62 - 04.122.0002.2033 3.3.90.30 fonte 0.1.00
04- Secretaria Mun. De Finanças 001 - Gab. Secretaria Mun. De Finanças	Red.84 - 04.123.0002.2016 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 001 - Gabinete do Secretario	Red.101 - 04.122.0002.2022 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.178 - 26.782.0005.2026 3.3.90.30 fonte 0.1.00
05 - Secretaria Mun. de Obras 002 - Departamento de Água e Esgoto	Red.209 - 17.512.0010.2067 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 001 - Gabinete do Secretario	Red.218 - 12.122.0006.2028 3.3.90.30 fonte 0.1.00
06 - Secretaria Municipal de Educação 002 - Departamento de Educação	Red.257 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.258 - 12.122.0006.2029 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.279 - 12.365.0008.2032 3.3.90.30 fonte 0.1.15 Red.291 - 12.365.0008.2042 3.3.90.30 fonte 0.1.01 Red.301 - 12.365.0008.2043 3.3.90.30 fonte 0.1.01
07 - Secretaria Municipal de Saúde 001 - Gabinete do Secretario	Red.345 - 10.122.0009.2050 3.3.90.30 fonte 0.1.02
07 - Secretaria Municipal de Saúde 002 - Fundo Municipal de Saúde	Red.369 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.370 - 10.301.0009.2055 3.3.90.30 fonte 0.1.02 Red.386 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.42 Red.387 - 10.301.0015.2057 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.395 - 10.301.0015.2059 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.406 - 10.301.0015.2061 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.438 - 10.304.0021.2064 3.3.90.30 fonte 0.1.46 Red.443 - 10.305.0021.2066 3.3.90.30 fonte 0.1.46
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 001 - Gabinete do Secretario	Red.453 - 08.244.0011.2069 3.3.90.30 fonte 0.1.00
08 - Secretaria Mun. de Assistência Social 002 - Fundo Municipal de Assistência Social	Red.470 - 08.244.0011.2074 3.3.90.30 fonte 0.1.00 Red.476 - 08.244.0011.2094 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.481 - 08.244.0011.2101 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.485 - 08.244.0011.2104 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.495 - 08.244.0022.2070 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.505 - 08.244.0022.2100 3.3.90.30 fonte 0.1.29 Red.511 - 08.244.0022.2120 3.3.90.30 fonte 0.1.29
08 – Secretaria Mun. De Assistência Social 003 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Red.523 – 08.243.0011.2079 3.3.90.30 fonte 0.1.00
09 - Sec. Mun. de Esportes 001 – Diretoria de Esportes	Red.535 - 27.812.0017.2087 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 001 - Gab. Sec. Mun. de Cultura e Lazer	Red.562 - 23.695.0013.2080 3.3.90.30 fonte 0.1.00
10 - Sec. Mun. de Cultura e Lazer 002 - Divisão de Cultura	Red.572 - 13.392.0016.2085 3.3.90.30 fonte 0.1.00

11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 001 - Departamento do Agropecuário	Red.615 - 20.606.0014.2083 3.3.90.30 fonte 0.1.00
11 - Sec. Mun. de Desenvolvimento e Ambiental 002 – Divisão Ambiental	Red.626 - 15.542.0018.2116 3.3.90.30 fonte 0.1.00

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Ata de Registro de Preços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelas Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes de Registrar o preço para futura e eventual aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação é qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte do objeto, até o local de entrega;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos data de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificara compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pela ata, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora data, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega do objeto somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8. 666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ata decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata para Registro de preços Aquisição de materiais de expediente como caneta, papel, pincel atômico, régua em outros para atender a demanda das Secretarias Municipal do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

Reserva do Cabaçal-MT, 30 de Julho de 2019.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal De Reserva Do Cabaçal-MT

CNPJ: 01.367.788/0001-31

CONTRATANTE

J. A. DE ANDRADE EIRELI – EPP

CONTRATADA

CNPJ nº 28.434.610/0001-12

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 110/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por tempo de contribuição****ao servidora* ***Sra. Ilda Maria de Jesus."***

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Fundamentado no Art. 3º, inciso I, II, e III da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o art. Art. 85, incisos I, II, e III da Lei Complementar n.º 378/2006, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Reserva do Cabaçal-MT; Lei Complementar n.º 39 de 06 de agosto de 2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal; com posterior reajuste dado pela Resolução nº 01 de 24 de junho de 2019;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora **Sra**. **ILDA MARIA DE JESUS**, solteira, portadora do RG n.º 565.706 - SSP/MT e do CPF n.º 474.600.241-04, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe 3, nível V, 40 horas, devidamente matriculada sob nº 12-1, lotada na Câmara Municipal, com proventos integrais, contando com 30(trinta) anos, 08 (oito) meses e 09(nove) dias de tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **RESER-PREVI, n.º 2019.04.00014P**, a partir de **01 de agosto de 2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de agosto de 2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

RESERVA DO CABACAL /Mato Grosso, 01 de agosto de 2019.

MARIA APARECIDA ALVES MOTTA

Secretária Municipal de Finanças

Homologo:

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO' (INC. VI, DO ART. 43, DA LEI Nº 8.666/93 C/C INC. XXX, DO ART. 70 DA LOM)

Proc. nº 093/2019.

Dispensa de Licitação nº 050/2019

Objeto: Aquisição de alevinos de tambaqui (colossoma macropomum) e ração para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora do itens: 1 licitado a empresa: **SILVEIRA MARTINS DE OLIVEIRA, CPF 369.398.702-53** com a proposta no valor total de **R$: 6.000,00** (seis mil reais),

Sagrou-se vencedora do itens: 2 licitado a empresa: **DOUGLAS RÓDIO – ME CNPJ 14.398.539/0001-55** com a proposta no valor total de **R$: 2. 352,00** (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais),

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 050/2019, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 05 de agosto de 2019

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 025/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 072/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2019 – SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Vastir E.B. Cardoso-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 09.004.129/0001-42, instalada e localizada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato por sua proprietária Srª Vastir Ernestina Barques Cardoso, portadora do CPF nº 730.594.

472-68 e do RG nº 000802585, SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 023/2019 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais de Consumo do Tipo Madeira Serrada e Materiais de Construção para atender as necessidades das aldeias indígenas conforme plano de aplicação elaborado pela coordenação da DSEI Vilhena, para atender as necessidades da Saúde Indígena Etnia Surui do Município de Rondolândia-MT,** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 023/2019.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 023/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Vastir E.B. Cardoso-ME	
CNPJ Nº: 09.004.129/0001-42	
Endereço: Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº, Bairro, Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 3542-1051	E-mail: construlandia_mt@hotmail.com
Representante Legal: Vastir Ernestina Barques Cardoso	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
01	410824-8	SC	85	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z, COM RESISTENCIA DE 32MPA, CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153, SACO COM 50 KG	ITAU	R$ 38,80	R$ 3.298,00
02	20228-2	SC	50	CAL HIDRATADAS - PO SECO BRANCO OBTIDO P/HIDRAT. DA CAL VIRGEM C/ HIDROX.CALCIO, CAL DE ALVENARIA, SACO 20 KG,	USICAL	R$ 15,90	R$ 795,00
07	429748-2	UND	50	VERGALHÃO DE AÇO (1/4) 6,3 MM X 12 M, CATEGORIA CA-50 COM SUPERFICIE NERVURADA, ATENDENDO A NORMA NBR 7480	GERDAL	R$ 26,40	R$ 1.320,00
08	429747-4	UND	50	VERGALHÃO DE AÇO (5/16) 8,0 MM X 12 M, CATEGORIA CA - 50 COM SUPERFICIE NERVURADA, ATENDENDO A NORMA NBR 7480	GERDAL	R$ 33,90	R$ 1.695,00
09	429746-6	UND	50	VERGALHÃO DE AÇO (3/8) 10,0 MM X 12 M, CATEGORIA CA - 50 COM SUPERFICIE NERVURADA, ATENDENDO A NORMA NBR 7480	GERDAL	R$ 41,50	R$ 2.075,00
10	205303-9	MILH	10	TIJOLO CERAMICO 8 FUROS 9 X 19 X 19 CM, MILHEIRO	CENA	R$ 603,00	R$ 6.030,00
11	205300-4	MILH	10	TIJOLO CERAMICO 6 FUROS 9 X 19 X 19 CM, MILHEIRO	CENA	R$ 618,00	R$ 6.180,00
12	159366-8	UND	39	TANQUE DE LAVAR ROUPAS DE DUAS CUBAS REDONDO 65 LITROS, MOLDADO EM RESINA DE POLIÉSTER E PÓ DE MARMORE COM ACABAMENTO IMPERMEABILIZANTE	DECOMAR	R$ 237,00	R$ 9.243,00
13	125522-3	UND	41	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 1,10 X 2,44 M COM ESPESSURA DE 6MM, ONDA BAIXA (57MM)	DECOMAR	R$ 43,39	R$ 1.778,99
14	0007065	UND	30	BACIA SANITÁRIA CONVENCIONAL BRANCO, CONFECCIONADO EM CERAMICA COM ACABAMENTO ESMALTADO BRANCO BRILHANTE, DIMENÇÕES APROXIMADAS, ALTURA 38 CM, LARGURA 37 CM E PROFUNDIDADE 49 CM.	LOGASA	R$ 149,95	R$ 4.498,50
15	47889-0	UND	30	PIA PARA COZINHA 120 X 54 CM, CONFECCIONADA EM MARMORE SINTÉTICO COM CUBA CENTRAL ACABAMENTO COM PELICULA PROTETORA GEL COAT BRILHANTE COR BRANCO/CINZA CLARO.	DECOMAR	R$ 141,50	R$ 4.245,00
Valor Total							R$ 41.158,49

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: 03, 04, 05 e 06, tornando-o item "fracassado" do certame, ou seja, Itens não adjudicado.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 41.158,49 (Quarenta e um mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 023/2019.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 023/2019.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 023/2019, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2019/2020, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Saúde*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 023/2019 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 023/2019, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 02 de Agosto de 2019

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Vastir E.B. Cardoso-ME

CNPJ: 09.004.129/0001-42

Vastir Ernestina Barques Cardoso - Representante Legal

CPF Nº: 730.594.472-68

Participantes desta ARP:

_____

Kátia Monteiro

Secretaria Municipal de Saúde

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030-19 - CONCURSO PUBLICO Nº 001-2016 - SEMEC

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Edital de Convocação GAB/DRH nº 030/2019

Concurso Publico nº 001/2016

Processo Administrativo nº 055/2017-DRH-GABINETE

Assunto: Registro dos atos destinados ao provimento dos cargos dos candidatos para a unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Educação.

Este Edital poderá ser impresso no endereço eletrônico do Diário Oficial dos Municípios da AMM : diariomunicipal.org/mt/ammm do dia 06/08/2019 .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, **Agnaldo Rodrigues De Carvalho**, CONVOCA, com fulcro no item 18.3 do edital de abertura do concurso nº 001/2016, em especial no disposto na Lei Orgânica do Município, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, o inciso II do Art. 89 da Lei Orgânica e Seção IV, do Capitulo I do Titulo II da Lei Complementar Nº. 03 de 17 de Outubro de 2007 (Regime Jurídico Único), Lei 237 de 29 de novembro de 2010(Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação) de para fins de contratação sob o regime estatutário e Lei Complementar nº 14, de 4 de abril de 2016 (Plano de Carreira dos Trabalhadores em Saúde), o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s), aprovados no concurso publico nº 001/2016, executado empresa ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA e com auxílio da COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO e normas do Edital de abertura, publicado no J.E.O.M. nº 2.586 do dia 19/10/2016 (fls.107/131), e 1ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.590 do dia 25/10/2016, e 2ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.598 do dia 07/11/2016, e, Resultado Final do Concurso publicado no J.E.O.M nº 2.631 do dia **23/12/2016 e homologação prefeitural publicada no** J.E.O.M nº 2.828 do dia 4/10/2017, conforme processo administrativo nº 258/2017-GABINETE.

CARGO/ CANDIDATO

Professor licenciatura plena(Pedagogo) – classe "B"

14º - **ADRIANA FRAZÃO GOMES** 70,00 pontos

Os candidatos acima, ora convocados, terão prazo de (30) trinta dias para apresentação dos documentos exigidos, incluído neste prazo a realização dos exames médicos, compreendido **entre o dia 05/08/2019 à 04/09/2019,** horário das **8:00hs ás 11:00hs** e das **14:00hs ás 17:00hs,** no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n, Centro, Rondolândia-MT, devendo ainda apresentar, OBRIGATORIAMENTE, **o original e xerox (legível e sem rasuras)** dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade;

b) Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Título Eleitoral. Certidão da justiça Eleitoral de estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;

g) Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pela Junta Médica do Município, conforme condições previamente estabelecidas no pelo edital de abertura e Decreto Municipal nº 1.227/GAB/PMR/2016;

h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente;

i) Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso.

j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais;

k) Certidão de tempo de serviço se houver;

l) Declaração de bens (RFB), que constituam seu patrimônio

m) 02 fotos 3x4, recentes.

n) certidões negativas de antecedentes civis e criminais da justiça estadual e federal do domicilio do candidato dos últimos (05) cinco anos.

o) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

P) comprovante de residência atualizado. No caso dos agentes comunitários de saúde o comprovante de endereço deverá ser na microárea correspondente;

q) Copia da CTPS;

r) Abrir Conta no Banco do Brasil;

Os candidatos de posse dos exames médicos de que trata o Anexo IV do edital de abertura (publ. J.O.E-AMM, Ed. 2.586, de 19/10/2016, p. 129), deverão se dirigir a Secretaria Municipal de Saúde para o agendamento do dia e hora para a realização da pericia médica. Os exames médicos deverão ser entregues para a junta Médica que avaliará os resultados deles existentes, sendo que, dessa análise julguem necessários, poderão requisitar dos candidatos novos exames.

O D.R.H. somente receberá os documentos das provas de aptidão exigidos para a nomeação no cargo se não estiverem faltando nenhum dos relacionados nas letras "a" até "r", acima.

Rondolândia-MT, de 05 de AGOSTO de 2019.

Agnaldo Rodrigues De Carvalho

Prefeito Municipal

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Rondolândia, CNPJ nº 04.221.486/0001-49**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS, localizadas no município de Rondolândia - MT.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 024/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 075/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2019 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR**os preços da empresa HD Produtos de Limpeza LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 19.677.787/0001-59, instalada e localizada na Rua Vinicius de Morais, nº 2441, Bairro Centro, na cidade de Cacoal/RO, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Carlos Alberto Ferreira Carrasco, portador do CPF nº 493.563.649-15 e do RG nº 3.314.543-8 SSP/PR, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 025/2019 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de Produtos Químicos para Tratamento e Abastecimento de Água Potável,** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 025/2019.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 025/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: HD Produtos de Limpeza LTDA-ME	
CNPJ Nº: 19.677.787/0001-59	
Endereço: Rua Vinicius de Morais, nº 2441, Bairro: Centro	
Cidade/Estado: Cacoal/RO	CEP: 76.963-646
Telefone: (69) 3441-9000	E-mail: ingá.ro@globo.com
Representante Legal: Carlos Alberto Ferreira Carrasco	
CPF Nº: 493.563.649-15	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
01	115526-1	SC	300	SULFATO DE ALUMÍNIO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA ALUMÍNIO HIDRATADA C30 (HIDROXIDO DE ALUMINIO) 99% NO MÍNIMO E 100,5% NO MÁXIMO DA ALK (SO4) 2.12H2 O, EM CRISTAIS TRANSPARENTE INCOLOR, INODORO, FACILMENTE SOLUVEIS EM ÁGUA.	Inga	R$ 98,80	R$ 29.640,00
02	243166-1	BB	250	HIPLOCLORITO DE SÓDIO CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10% FORMA FARMACEUTICA EM SOLUÇÃO FORMA DE APRESENTAÇÃO BOMBONAS DE 50L PARA DOSAGEM DE ÁGUA POTÁVEL	Inga	R$ 201,70	R$ 50.425,00
Valor Total							**R$ 80.065,00**

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para o Item: 03, tornando-o item "fracassado" do certame, ou seja, Item não adjudicado.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 80.065,00 (Oitenta mil e sessenta e cinco reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a execução dos produtos/objetos deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 025/2019.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a execução dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Entregar os produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 025/2019.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá a Secretaria Solicitante, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 025/2019, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 12.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a contratação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2019/2020 através do Órgão: *Secretaria Municipal de Saúde*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e sua secretaria municipal participante, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 025/2019 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2019, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 02 de Agosto de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

HD Produtos de Limpeza LTDA-ME

CNPJ: 19.677.787/0001-59

Carlos Alberto Ferreira Carrasco - Representante Legal

CPF: 493.563.649-15

Participantes desta ARP:

_____

Kátia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 093/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 050/2019

Objeto Aquisição de Alevinos de Tambaqui (Colossoma Macropomum) e Ração para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

***PESSOA FÍSICA VENCEDORA DO ITEM 01:*Silveira Martins de Oliveira, CPF:369.398.702-53, RG: 336354 SSP/RO Endereço: RD BR KM 20 Lote 14 casa, S/N, Zona Rural, CEP: 76.916-000, Presidente Médici/RO**

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Marca	Valor Unt	Valor Total
01	232776-7	UND	25.000	PEIXE - ESPÉCIE AMAZONICA, ALEVINO DE TAMBAQUI, TAMANHO 7 A 8 CM, PESANDO (0,7 A 10 GR), PARA ENGORDA, COM 60 DIAS DE VIDA, LIVRE DE PARASITOS E VERMINOSES		R$ 0,24	R$ 6.000,00
Valor Total							**R$ 6.000,00**

***EMPRESA VENCEDORA DO ITEM 02*: Douglas Ródio – ME CNPJ: 14.398.539/0001-55, Endereço: Av. Principal, S/N, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, Rondolândia/MT**

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Marca	Valor Unt	Valor Total
02	175327-4	SACO	24	RAÇÃO PARA PEIXES - 3 A 4 MM EXTRUSADA E MOÍDA, COMPOSTA DE CARBONATO DE CALCIO, FARELO DE SOJA, FARELO DE MILHOO MOIDO, FARINHA DE SANGUE, FARINHA DE CARNE, FASE INICIAL CRESCIMENTO (ALEVINOS), 06 MESES, UMIDADE MÁXIMA 13%, PROTEINA BRUTA MINIMA 55%, EXTRATO ETERIL MINIMO 10%, FIBRA MAXIMA 5%, SACO DE RAFIA COM 25 KILOS	NUTRIZON	R$ 98,00	R$ 2.352,00
Valor Total							**R$ 2.352,00**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa e a pessoa física participantes, onde as mesmas tiveram suas Habilitações no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.60/61 nos autos do Processo 093/2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 8.352,00 (Oito mil trezentos e cinquenta e dois reais).

Rondolândia – MT, 05 de Agosto de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente-CPLMS

Decreto 1.595/GAB/PMR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR N. 17/2019

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o julgamento dos recursos tempestivamente interpostos aos Editais Complementares nº 015/2019 e nº 016/2019, que divulgaram o Resultado Geral das provas objetivas

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Concurso Público 01/2019, item 3, "U", da Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU - MT, **DIVULGAR:**

a) ANEXO I - RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS COM PONTUAÇÃO DE TÍTULOS.

b) ANEXO II – JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS AO EDITAL COMPLEMENTAR N. 16/2019.

2º - Este Edital Complementar e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT e no endereço eletrônico: **http://www.saltodoceu.mt.gov.br/**, a partir da data.

Salto do Céu – MT, 05 de agosto de 2019

WEMERSON ADÃO PRATA **PREFEITO MUNICIPAL**	**MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 036/2019

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando a aquisição futura e fracionada de Materiais de Papelaria em Atendimento as Secretarias Municipais de Salto do Céu – MT",conforme especificação e descrição dos itens no Anexo I, do Convite 002/2019, por um período de 12 meses.

CONTRATADA: TAISA LOPES DOS SANTOS REIRELI-MECNPJ: 22.069.481/0001-24

PERÍODO: 12/07/2019 à 12/07/2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO TERMO DE ADESÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU, Wemerson Adão Prata – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o presente Termo de Adesão nº 004/2019, sendo este a "Ata de Registro de Preços Nº. 014/2019, proveniente do Pregão Eletrônico Nº 016/2019, Processo Nº 91459/2019, realizado pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT"; para aquisição de um veículo tipo **VÃ/MINIBUS** com as descrições do ITEM 1 do Edital supra e Termo de Referência; em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Salto do Céu-MT; que teve como vencedora a empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA CNPJ Nº 01.016.616/0001-13,** cujo objeto é o REGISTRAR PREÇOS DOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS, NO RESPECTIVO LOTE, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, TIPO VAN, PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT, aderiu ao ITEM 1 da Ata supramencionada, com o valor total de R$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil). Para que cumpra seu valor legal.

Salto do Céu - MT, 05 de Agosto de 2019.

WEMERSON ADÃO PRATA

-Prefeito -

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0326/2019, 05 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ANA CRISTIANE DE SOUZA GALLO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar ANA CRISTIANE DE SOUZA GALLO, portadora do RG nº 2371752-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 703.683.201-03, do cargo em comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA**.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Agosto de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE RESULTADO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 031/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW MUSICAL PARA O DIA 22 DE SETEMBRO DE 2019, COM DURAÇÃO DE 04 (QUATRO) HORAS EM COMEMORAÇÃO AO 20º ANIVERSARIO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: SILVIO GILMAR SEIFERT 00051828162

CNPJ: 24.624.545/0001-37

VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (Sete mil reais)

VIGÊNCIA: **90 (noventa) dias.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Agosto de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 053/2019, DE 1 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: FIXA CALENDÁRIO ANUAL DO TRANSPORTE COLETIVO GRATUÍTO NO ITINERÁRIO COMUNIDADE PONTE DE BARRO/CIDADE DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Lei Municipal nº 634/2019, de 19 de junho de 2019, autorizou o fornecimento de transporte coletivo gratuito nos itinerários das Comunidades Pacoval e Ponte de Barro até a sede do Município de Santa Rita do Trivelato;

Considerando que o transporte coletivo gratuito será realizado preferencialmente em dias úteis, com datas e horários previamente agendados por meio de regulamento a ser editado pelo Poder Executivo Municipal.

Considerando que o transporte coletivo se restringe exclusivamente aos itinerários de ida e volta no percurso da Comunidade Ponte de Barro/cidade de Santa Rita do Trivelato e no percurso da Comunidade Pacoval/cidade de Santa Rita do Trivelato.

DECRETA:

Art. 1º. O serviço de transporte coletivo gratuito será disponibilizado duas vezes por mês, no itinerário da Comunidade Ponte de Barro a cidade de Santa Rita do Trivelato, conforme o seguinte calendário anual:

MÊS	1ª VIAGEM	2ª VIAGEM
Agosto/2019	13/08/2019 (terça-feira)	27/08/2019 (terça-feira)
Setembro/2019	10/09/2019 (terça-feira)	24/09/2019 (terça-feira)
Outubro/2019	08/10/2019 (terça-feira)	22/10/2019 (terça-feira)
Novembro/2019	12/11/2019 (terça-feira)	26/11/2019 (terça-feira)
Dezembro/2019	10/12/2019 (terça-feira)	24/12/2019 (terça-feira)
Janeiro/2020	14/01/2020 (terça-feira)	28/01/2020 (terça-feira)
Fevereiro/2020	11/02/2020 (terça-feira)	26/02/2020 (quarta-feira)
Março/2020	10/03/2020 (terça-feira)	24/03/2020 (terça-feira)
Abril/2020	14/04/2020 (terça-feira)	28/04/2020 (terça-feira)
Maio/2020	12/05/2020 (terça-feira)	26/05/2020 (terça-feira)
Junho/2020	09/06/2020 (terça-feira)	23/06/2020 (terça-feira)
Julho/2020	14/07/2020 (terça-feira)	28/07/2020 (terça-feira)

Art. 2º. O transporte coletivo gratuito terá embarque exclusivamente nos pontos de ônibus especificamos abaixo e observará rigorosamente os seguintes horários de saída e de retorno:

I - 07h00min – saída da Comunidade Ponte de Barro, a partir da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Jerusalém;

II – 15h00min – saída da cidade de Santa Rita do Trivelato, com embarque no ponto de ônibus “Praça dos Imigrantes”.

Art. 3º. Todos os usuários que irão fazer o uso do transporte coletivo gratuito deverão portar documento oficial de identificação com foto e assinar lista de embarque.

Art. 4º. A capacidade de lotação do veículo de transporte coletivo é de 40 (quarenta) lugares, com embarque preferencial na seguinte ordem:

a) pessoas com consultas ou exames agendados pelo serviço municipal de saúde;

b) pessoas com atendimento agendado no serviço municipal de assistência social;

c) pessoas idosas ou portadoras de deficiência;

d) pessoas em locomoção para frequentar ensino fundamental, médio, técnico ou curso de graduação, em instituição de ensino;

e) demais pessoas.

Art. 5º. Os menores de 18 (dezoito) anos deverão estar acompanhados dos pais ou de seus representantes legais.

Art. 6º. É proibido aos usuários:

I - transportar animais vivos ou qualquer outro produto que cause risco ou desconforto aos demais usuários, ou que possa degradar o bem público;

II – utilizar de aparelhos sonoros sem fone de ouvido no interior de ônibus;

III - consumir bebidas alcoólicas no interior do ônibus;

IV – vender produtos ou fazer mendicância no interior do ônibus;

V – fumar no interior do ônibus.

Art. 7º. O usuário terá recusado o embarque ou determinado seu desembarque, quando estiver em estado de embriaguez, ou comprometer a segurança, o conforto ou a tranqüilidade dos demais passageiros ou demonstrar incontinência no comportamento.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, 1 DE AGOSTO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 33/2019, DE 02/01/2019 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES EFETIVOS (APOIOS, TÉCNICOS E AGENTES OPERACIONAIS) DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE JANEIRO DE 2019.

Dispõe sobre concessão de Férias aos Servidores Públicos Efetivos no cargo de Apoio Administrativo Escolar, Técnico Administrativo Educacional e Agentes Operacionais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias regulamentares aos servidores Públicos Efetivos, Apoios Administrativos Escolares, Técnicos Administrativos Educacionais e Agente Operacionais, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 2 de janeiro de 2019, devendo retornar às suas atividades normais no dia 1º de fevereiro de 2019:

I - ANA RITA SOUSA DE ALMEIDA; **II -** AURENICE RIBEIRO DA SILVA; **III -** CICERO MARINHO DE CARVALHO; **IV -** DAVI GOMES BARBOSA; **V -** EDILEUSA SOARES BARBOSA; **VI -** ELIANE PUTRICK; **VII -** ELISANDRA ALVES CAMPOS; **VIII -** FRANCISCA ALVES MOREIRA SANTOS; **IX -** IVONETE GODINHO DA COSTA; **X -** IZABEL PEREIRA DE ABREU; **XI -** JANIA CARLETE LINS QUERUBINO; **XII -** LEIA CABRAL DOS SANTOS; **XIII -** LEIRE REGINA DOS SANTOS SOUSA; **XIV -** MARCIA MENEZES MATOS; **XV -** MARCIA ALVES GOMES; **XVI -** MARCO ANTÔNIO MARINHO DOS SANTOS; **XVII -** MARIA DO SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS; **XVIII -** MARIA LUCIA FERREIRA DE SOUZA; **XIX -** MARIA EULINA ABREU SOARES; **XX -** MARIA HELENA GUIDA RIBEIRO; **XXI -** MARIA MADALENA DA SILVA; **XXII -** MARIZETE SOUZA SILVA; **XXIII -** NEONILIA COELHO FERREIRA SILVA; **XXIV -** REGINA OLIVEIRA DA SILVA; **XXV -** ROSANGELA DA SILVA COSTA; **XXVI -** ROSENY DIAS RODRIGUES; **XXVII -** ROSA RIBEIRO AMERICA; **XXVIII -** SEBASTIANA FERREIRA DOS SANTOS; **XXIX -** SILVANA BARREIRA AGUIAR; **XXX -** SILVANIA GOMES DE MELO BORGES; **XXXI -** SILVIA PAULA DE BARROS; **XXXII -** SONIA COSTA LEITE; **XXXIII -** VALQUIRIA MENDES RODRIGUES, e **XXXIV -** VANDA GOMES DOS REIS.

Parágrafo único. As Férias concedidas estão em conformidade com o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 58, de 8 de dezembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 526/2019, DE 31/07/2019 - EXONERAÇÃO DE ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA

PORTARIA Nº 526, DE 31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração da Senhora ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA, do Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA, Brasileira, Casada, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.134.303-6 - SESP-MT, e inscrita no CPF nº 791.292.931-20, do Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 532/2019, DE 01/08/2019 - NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)

PORTARIA Nº 532, DE 1º DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL), no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações (CPL), que passa a vigorar com a seguinte composição:

I – presidente: WILAMI RIBEIRO DIAS, CPF nº 716.214.071-87 e Identidade nº 1.631.359-3 - SSP-MT, servidor efetivo no cargo de Agente de Administração Pública;

II – membros:

a) secretária: MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 789.972.081-87 e Identidade RG nº 369.433 – SSP-MT, servidora nomeada no Cargo em Comissão de Pregoeira;

b) membro: MANUEL BOTELHO JÚNIOR, CPF nº 027.566.861-40 e Identidade nº 3.025.485 - SESPDS-DF, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo; e

c) membro suplente: ESLAINE RODRIGUES AGUIAR, CPF nº 615.442.211-34 e identidade RG nº 984.660 – SSP-MT, servidora efetiva no cargo de Agente de Administração Pública.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação terá as seguintes competências:

I - receber o projeto básico/termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade superior, escolhendo a modalidade a ser adotada, em conformidade com os critérios previstos na Lei nº 8.666/1993, formando o processo administrativo licitatório;

II - elaborar os editais, cartas–convite e manifestações nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, em conformidade com o pedido formulado pelo órgão interessado na aquisição do bem, serviço ou obra, utilizando, quando necessário, o assessoramento técnico exigível;

III – encaminhar o processo às áreas competentes para elaboração da minuta do contrato e parecer jurídico;

IV – receber o processo originário da Assessoria Jurídica, efetuando os ajustes, quando pertinentes;

V - fazer a divulgação da licitação por meio do instrumento próprio;

VI - formar e acompanhar o processo administrativo licitatório, observando todos os requisitos legais necessários;

VII - instruir esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

VIII - abrir os envelopes de documentação para a habilitação na data, local e horário estabelecidos no edital e julgar os documentos contidos nos envelopes;

IX - tornar público o resultado da habilitação, devolvendo aos inabilitados os envelopes contendo as propostas de preços, devidamente lacrados;

X - instruir recursos, relativos à fase de habilitação, e submetê-los à autoridade superior para decisão;

XI - resolver sobre qualquer incidente na fase de habilitação, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

XII - abrir os envelopes de propostas dos habilitados, depois de resolvidos os recursos da fase de habilitação;

XIII - examinar se as propostas estão em conformidade com as especificações estabelecidas no edital;

XIV - proceder à escolha do vencedor de acordo com os critérios de julgamento previstos no edital, recorrendo às equipes técnicas setoriais, quando necessário;

XV - elaborar e publicar a lista dos que forem classificados, seguindo a ordem crescente de classificação;

XVI - instruir recursos relativos à fase de classificação e submetê-los à autoridade superior para decisão;

XVII - encaminhar à autoridade superior a homologação do processo e a adjudicação do objeto vencedor da licitação;

XVIII – publicar o resultado e encaminhar o processo licitatório para a área responsável elaborar o contrato definitivo;

XIX - tramitar os processos licitatórios em sistema eletrônico, quando exigível;

XX – disponibilizar meios tecnológicos, estruturais e materiais para realização da sessão; e

XXI - exercer outras atividades compatíveis com a finalidade da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Art. 3º Constituem atribuições exclusivas do Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia:

I – representar oficialmente a CPL, prestando as informações que se fizerem necessárias;

II – aprovar a programação das licitações e as pautas das reuniões;

III – controlar participação dos membros da CPL e convocar, alternadamente, quando necessário, os suplentes;

IV – convocar equipes técnicas setoriais, dependendo da natureza da licitação, da qualidade, da complexidade ou especialização do bem, obra ou serviço em licitação, para participação do procedimento licitatório que a motivou, quando necessáro;

V – resolver sobre esclarecimentos e impugnações apresentados por interessados quanto aos termos do edital, submetendo, caso necessário, sua deliberação à autoridade superior, e modificá-lo quando procedente a impugnação;

VI – convocar e presidir as reuniões, abrir e encerrar as sessões;

VII - coordenar os trabalhos, promovendo os meios necessários para o funcionamento da CPL e o exato cumprimento das Leis, Decretos, Regulamentos e Instruções relativos aos procedimentos licitatórios;

VIII - promover diligências, determinadas a esclarecer ou complementar a instrução dos processos licitatórios;

IX - encaminhar à autoridade superior os recursos devidamente instruídos para decisão;

X – propor à autoridade superior o processo para homologação e a adjudicação do objeto vencedor da licitação;

XI – apresentar à autoridade superior relatório anual dos trabalhos realizados pela Comissão.

Art. 4º Os membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia terão, exclusivamente, as seguintes atribuições:

I – receber, registrar e controlar a movimentação de processos submetidos à CPL;

II – secretariar os trabalhos da CPL e lavrar atas das reuniões;

III – prestar informação de caráter público, quando autorizado pelo Presidente da CPL;

IV – manter arquivo atualizado de todas as atas, documentos e papéis da CPL;

V – organizar e manter atualizada toda a legislação relativa às licitações e contratos administrativos ou de outras matérias, que interessem aos trabalhos da CPL; e

VI - prestar assessoria ao Presidente da CPL relativa às matérias submetidas a seu exame, dados de jurisprudência, levantamentos estatísticos e outros elementos informativos necessários ao andamento dos processos.

Art. 5º Aos membros suplentes da Comissão Permanente de Licitação (CPL) compete substituir os membros efetivos em todas as suas atribuições, mediante convocação do Presidente da CPL.

Art. 6º O Presidente será substituído, em suas ausências, por um dos membros efetivos, devendo a informação da substituição ficar anexa aos autos do processo licitatório.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 61, de 5 de janeiro de 2018.

São Félix do Araguaia (MT), em 1º de agosto de 2019.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 32/2019, DE 02/01/2019 - CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS PROFESSORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE JANEIRO DE 2019.

Dispõe sobre Concessão de Férias aos Servidores Públicos Efetivos no cargo de Professor, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias regulamentares aos servidores Públicos Efetivos, Professores de Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir do dia 2 de janeiro de 2019, devendo retornar às suas atividades normais no dia 1º de fevereiro de 2019:

I - ALICE FERREIRA GUIMARÃES; **II -** ANATÓLIS GAMA MARINHO; **III -** BEN HUR RODRIGUES SALLES; **IV -** CÉLIA REGINA DE MELO; **V -** CÉLIA MARIA ALVES DE ABREU; **VI -** DALVA ALVES BARBOSA GOMES; **VII -** ELISABETE GONÇALVES TAZINAFFO; **VIII -** ELIVANIA PAREIRA DA SILVA; **IX -** EDIRENE SOARES BARBOSA; **X -** ELCILENE RODRIGUES DE SOUZA; **XI -** EVANIAS FERREIRA DOS SANTOS; **XII -** ILTON SILVA PIMENTEL; **XIII -** IALENE RODRIGUES DE SOUSA; **XIV -** KELMA REGIS RIBEIRO; **XV -** LAURO FERREIRA DA SILVA; **XVI -** LEILA SANTANA DA COSTA; **XVII -** LEILA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA; **XVIII -** LIDIA BARBOSA DE BRITO; **XIX -** LUCIA CLAUDIA FERREIRA DA SILVA; **XX -** MARIA DIAS DOS SANTOS; **XXI -** MARIA DILEUSA CARVALHO PARENTE; **XXII -** MARCOLINO CIRQUEIRA MORAIS NETO; **XXIII -** MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES DA SILVA; **XXIV -** MARIA DE JESUS PEREIRA REIS; **XXV -** MARIA DE FATIMA DE LIMA; **XXVI -** MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS; **XXVII -** MARIA IVA ROCHA DUTRA; **XXVIII -** MARLEUSA DIAS MARINHO DOS SANTOS; **XXIX -** MARYVONE VERAS DE ARAUJO LEMOS; **XXX -** MARILAN MELO SILVA; **XXXI -** NOEMI PEREIRA MARANHÃO; **XXXII -** ORLANDO BORGES DE CASTRO; **XXXIII -** RITA DIAS COSTA; **XXXIV -** ROSA LUCIA GOMES BRAGA; **XXXV -** ROSIRENE DIAS RODRIGUES; **XXXVI -** ROSENY LUIZA MORO; **XXXVII -** SEBASTIANA PINHEIRO PINTO; **XXXVIII -** SUELI RIBEIRO BRITO; **XXXIX -** TANIA LUZIA PAIS LEAO; **XL -** TATIANE DE SOUSA ROCHA; **XLI -** TEREZINHA GOMES DE LIMA; **XLII -** URSULA PATRICIA ALVES DIAS; **XLIII -** VALMERICE RODRIGUES FEITOSA PAULA; **XLIV -** VALDERINA CARNEIRO DOS SANTOS; **XLV -** VALDIRENE AIRES WANDERLEY; **XLVI -** VANETE BRITO DOS SANTOS MORAIS; **XLVII -** WUENDER BATISTA CESAR DA SILVA; e **XLVIII -** ZILNEIDES VIANA BARROS.

Parágrafo único. As Férias concedidas estão em conformidade com o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 58, de 8 de dezembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO 002/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação 002/2019

1. PREÂMBULO

A **Câmara Municipal de São Félix do Araguaia**, Estado de Mato Grosso,por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, constituída pela Portaria n. 006/2019, de 04 de janeiro de 2019, torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que fará realizar licitação, no dia **06/08/2019**, às **16h30min**, na **Sala de Licitações da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia**, sito Avenida Governador José Fragelli, 772 – Centro – São Félix do Araguaia, na modalidade **Carta Convite**.

2. OBJETO

Contratação de Empresa visando, a Contratação de Empresa visando a Contratação: Técnico de Informática, Manutenção e Alimentação da Web Site e Portal Transparência e acompanhamento das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, caso necessário Sessão Itinerante, envio do APLIC, Manutenção dos Aparelhos de Computadores, Impressoras, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, pelo período de 05 (cinco) meses.

3. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

3.1. Só poderão participar do presente certame os interessados previamente convidados e os que tiverem cadastro em vigor, em quaisquer órgãos ou entidades da administração direta e indireta municipal, estadual ou federal, em ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.2. Será vedada a participação de empresa:

a) Em consórcio;

b) Sob processo de falência ou concordata;

c) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

d) Enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste edital, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

3.4. Somente poderão participar do presente certame, as pessoas físicas que satisfizerem as exigências do objeto.

3.5. Nenhuma pessoa física poderá representar mais de uma empresa na presente licitação.

4. APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE

4.1. DOCUMENTOS

4.1.1. A documentação relativa à habilitação do licitante deverá ser entregue no local, dia e horário fixado para a realização da Licitação, em envelope opaco e lacrado, contendo sua parte externa. E frontal os dizeres:

ENVELOPE Nº 001 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ FRAGÉLLI, 772 - CENTRO

CEP: 78.670-000 – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

4.1.2. O registro cadastral em vigor referido no item 3.1. deverá ser apresentado no original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

4.1.3. Os documentos comprobatórios da regularidade fiscal restringir-se-ão aos que comprovem:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Contrato Social ou Cadastro de Firma Individual;

c. Documentação dos Sócios ou Proprietários da Empresa;

d. Comprovante de Regularidade com FGTS;

e. Certidão da Fazenda Municipal;

f. Certidão da Fazenda Estadual;

g. Certidão do Trabalho;

h. Certidão Conjunta de Débito relativa a tributos federais e a divida ativa da união.

4.1.4. No caso de Pessoa Física deverá apresentar Cópias de Identidade, CPF e também Comprovante de Endereço devidamente autenticada.

4.2. PROPOSTA

4.2.1. A proposta deverá ser entregue no local, dia e hora fixado para a realização da Licitação, em envelope lacrado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 002 – PROPOSTA DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ FRAGÉLLI, 772 - CENTRO.

CEP: 78.670-000 – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

4.2.2. A **Proposta**, **obrigatoriamente**, deverá ser apresentada **em papel timbrado da proponente**, com a descrição da oferta, integralmente digitada, datilografada ou manuscrita, sem emendas ou rasuras, contendo a Razão Social e Endereço da Empresa, bem como o respectivo Carimbo do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, Datada, Rubricada em todas as vias e assinada pelo Representante Legal da Empresa, devidamente identificado com o Nome, Cargo, RG e CPF, endereçada à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, na sede da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia à Avenida Governador José Fragelli, 772 – Centro – São Félix do Araguaia, no dia **06/08/2019** às **16h30min**.

4.2.3. A apresentação da proposta implica aceitação tácita de todas as cláusulas e termos deste edital.

4.2.4. Os preços ofertados devem ser equivalentes aos praticados pelo mercado na data da apresentação da proposta e expressos em moeda corrente no país, devendo neles estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes, descontos e bonificações, excluídos quaisquer encargos financeiros agregados ao seu valor econômico.

4.2.4.1. Considera-se data da apresentação da proposta a data de abertura do certame.

4.2.5. A proposta deverá conter a discriminação completa do produto; indicação da marca do produto ofertado e os preços unitário e global. A licitante deverá incluir nos preços todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, impostos, encargos sociais e demais despesas pertinentes.

4.2.6. A proposta apresentada terá prazo de validade de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de abertura do certame.

4.2.7. Fica facultado à Comissão Permanente de Licitação, proceder a diligências complementares visando comprovar a exequibilidade da proposta, podendo, para tanto, requerer esclarecimentos dos proponentes no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação do proponente, que poderá se dar inclusive no ato da abertura dos envelopes.

5. PROCEDIMENTO.

5.1. A Comissão Permanente de Licitação realizará a Abertura do Envelope 01 – Documentos para Habilitação e em seguida a Abertura do Envelope 02 – Proposta de Preços juntamente com os Licitantes Habilitados, e os mesmos rubricarão as propostas apresentadas.

5.2. Durante 15 (quinze) minutos os licitantes poderão oferecer impugnação por escrito contra as demais propostas, sendo assegurado igual prazo para a defesa dos impugnados, não correndo nenhum adendo nessa fase.

5.3. Encerrada esta fase, a Comissão Permanente de Licitação dará por encerrada a sessão de recebimento das propostas.

5.4. Será desclassificada a proposta apresentada em desacordo com este edital, com borrão, rasura, entrelinha, emenda, ressalva ou omissão, bem como a proposta com preço manifestamente inexequível, simbólico, irrisório, de valor zero, ou acima do preço praticado no mercado.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço baseado em outra (s) proposta (s), inclusive com o oferecimento de redução ou vantagem sobre a de menor valor.

5.6. A Comissão Julgadora procederá à classificação das propostas em ordem crescente de preços globais.

5.7. Procedida à classificação e verificada a absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas, a Comissão Julgadora adotará sorteio para desempate, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5.8. Será considerada vencedora a proposta detentora do **Menor Preço Ofertado,** desde que atendidas todas as exigências deste edital.

5.9.

Efetuado o Julgamento, o Presidente dará por Encerrada a Sessão de Julgamento das Propostas, solicitando do Secretário (a) à lavratura da Ata Circunstanciada que será firmada pela Comissão.

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado com recursos da Câmara Municipal.

7. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL – RECURSOS

7.1. Qualquer impugnação aos termos do presente edital deverá ser protocolada de acordo com o disposto no subitem 7.3, no prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal n. º 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei Federal n. º 8.883/94 e seguintes.

7.2. Das decisões da Comissão Julgadora da Licitação, caberá recurso, nos termos do estabelecido no artigo 109 da Lei Federal n. º 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

7.3. Eventuais impugnações ao edital ou recursos contra as decisões da Comissão deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT e protocolizados nos dias úteis das 08h00min às 10h00min, na Sala da Administração da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, sito à Av. Gov. José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia.

7.4. No ato da autuação é obrigatória a apresentação de CPF ou RG para Pessoas Físicas e CGC ou CNPJ para Pessoas Jurídicas.

7.5. As impugnações a recurso interposto (Lei Federal 8.666/93, art. 109, § 3º) não precisam ser autuadas, devendo ser entregues no endereço descrito no item 7.3.

8. INFORMAÇÕES

8.1 As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas como segue:

8.1.1. Questões Técnicas e Jurídicas: deverão ser formuladas por escrito à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT e apresentadas na Sala de Licitações da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia – MT, sito à Avenida Governador José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia – MT, até 02 (dois) dias daquele marcado para a abertura do certame.

8.1.2. Com base no parágrafo 3º do artigo 43, da Lei Federal n. º 8.666/93 é facultada à Comissão Julgadora ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8.1.3. No ato do recebimento, deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

9. GENERALIDADES

9.1. A presente Licitação poderá ser Anulada, Revogada, ou ainda sofrer Supressões de Itens, tudo em conformidade com os dispositivos legais que rege a matéria.

9.2. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do Objeto desta Licitação poderão ser obtidos diretamente com os Membros da **Comissão Permanente de Licitação**,na sede da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, situada à Avenida Governador José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia – MT.

São Félix do Araguaia – MT, 23 de julho de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente

Cléo Renato Rendel

Membro

João Neto Pinto Vieira

Membro

AVISO DE LICITAÇÃO 03 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso**, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, encontram-se aberta Licitação na Modalidade **Carta Convite nº 003/2019**, do tipo **Menor Preço**, para a contratação de empresa para serviço de publicidade na publicação de balancetes, relatórios contábeis, extrato de contratos, convênios, decretos e editais de licitação, de interesse do contratado no jornal escrito, de circulação quinzenal, em espaço não superior à meia pagina por mês do tamanho estander, acompanhamento das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e Itinerantes, publicação de matérias de interesse dos Vereadores, acompanhamentos das Audiências Públicas Requeridas pelo Poder Legislativo Municipal e aquelas que o Poder Legislativo faz parte integrante. Os serviços relatados constituem matérias de interesse do contratante de acordo a LRF desde que seja de interesse publico e que fique configurado de interesse da municipalidade, pelo período de 05 (dez) meses.

A abertura será no dia **06/08/2019**, às **17h30min** (horário local), à Av. Gov. José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado no horário de **08h00min** as **10h00min** horas e ou/ em consonância com a Portaria nº 002/2019.

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia – MT, 23 de julho de 2019.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso**, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, encontram-se aberta Licitação na Modalidade **Carta Convite nº 002/2019**, do tipo **Menor Preço**, para Contratação de Empresa visando a Contratação: Técnico de Informática, Manutenção e Alimentação da Web Site e Portal Transparência e acompanhamento das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, caso necessário Sessão Itinerante, envio do APLIC, Manutenção dos Aparelhos de Computadores, Impressoras, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, pelo período de 05 (cinco) meses.

A abertura será no dia **06/08/2019**, às **16h30min** (horário local), à Av. Gov. José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado no horário de **08h00min** as **10h00min** horas e ou/ em consonância com a Portaria nº 002/2019.

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia – MT, 23 de julho de 2019.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 6, DE 19/03/2019 - CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA À SERVIDORA TEREZINHA BATISTA ARAUJO AGUIAR XERENTE

PORTARIA Nº 6, DE 19 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO FAMÍLIA à servidora Senhora TEREZINHA BATISTA ARAUJO AGUIAR XERENTE.

O SENHOR WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19 da Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO FAMÍLIA, à servidora Senhora **TEREZINHA BATISTA ARAUJO AGUIAR XERENTE**, efetiva no cargo de COZINHEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPALDE ASSISTÊNCIA SOCIAL, referente à EMILLY NAYHARA ARAUJO AGUIAR XERENTE, a partir de 19/03/2019 e com término em 15/04/2025, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.09.00005P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 19 de março de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 531/2019, DE 01/08/2019 - EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE ROMILDO SOUSA MENEZES

PORTARIA Nº 531, DE 1º DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, do Senhor ROMILDO SOUSA MENEZES, do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Senhor ROMILDO SOUSA MENEZES, Brasileiro, Casado, Aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 540. 346 - SSP-DF, e inscrito no CPF nº 178.285.461-49, do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 530/2019, 01/08/2019 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA

PORTARIA Nº 530, DE 1º DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a nomeação da Senhora ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA, no Cargo em Comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA, Brasileira, Casada, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.134.303-6 - SESP-MT, e inscrita no CPF nº 791.292.931-20, no

Cargo em Comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114 de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 377/2019, DE 06/06/2019 - LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR KAINÃ JERONIMO RODRIGUES

PORTARIA Nº 377, DE 06 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para tratar de Interesse Particular ao Servidor Efetivo Senhor KAINÃ JERONIMO RODRIGUES, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesse Particulares ao Servidor Senhor KAINÃ JERONIMO ROGRIGUES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no Cargo efetivo de Enfermeiro do PSF, matricula número 2987, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.893.198-7 SSP/MT, e o CPF nº 019.819.371-88, referente ao período de 2(dois) anos, a partir do dia 06 de junho de 2019 a 06 de junho de 2021.

Parágrafo Único. A Licença concedida está em conformidade com o disposto do art. 104, da Lei Complementar nº 36, de 30 de outubro de 2003.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 16, DE 04/07/2019 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA RENATA VILELA FARIA

PORTARIA Nº 16, DE 4 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora RENATA VILELA FARIA.

o Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora RENATA VILELA FARIA, efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com vencimentos integrais, a partir de 24/04/2019 e término em 10/08/2019, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.05.00015R2.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia {MT}, 4 de julho de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 17, DE 09/07/2019 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA ALÉCIA PEREIRA SOUSA

PORTARIA Nº 17, DE 9 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora ALÉCIA PEREIRA SOUSA.

O Senhor WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora ALÉCIA PEREIRA SOUSA, efetiva no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, com vencimentos integrais, a partir de 04/08/2019 e término em 02/09/2019, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.05.00017P.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 9 de julho de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
IPASFA - PORTARIA Nº 18, DE 10/07/2019 - CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA À SERVIDORA ADRIANE DA SILVA ALVES

PORTARIA Nº 18, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Senhora ADRIANE DA SILVA ALVES.

O SR. WEMES PEREIRA LEITE, Secretário de Administração do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19 da Lei Municipal nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-FAMÍLIA à servidora Senhora **ADRIANE DA SILVA ALVES**, efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, referente a ANTONIO MIGUEL DA SILVA, a partir de 05/07/2019 e com término em 14/07/2028, conforme **Processo Administrativo do IPASFA, Nº 2019.09.00016P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 10 de julho de 2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 54/2019 - DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre ceder a funcionária ENIR ANTONIA DE SOUZA para o INDEA do Município de São José do Povo, e dá outras providências.

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Ceder a Srª. ENIR ANTONIA DE SOUZA, portador do CPF nº 406.702.441-04 e do RG nº 618.952 SSP/MT, para o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), para exercer a função de Auxiliar Administrativo, conforme Termo de Cooperação Técnica nº14/2018/INDEA-MT que compõe o processo nº325019/2019 com prazo de 24/07/2019 à 24/07/2020.

PARAGRAFO ÚNICO: A referida servidora receberá seus proventos conforme a Lei Municipal de nº 519/2012 de 10 de Abril de 2012.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 05 de Agosto de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 55/2019 - DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre ceder a funcionária EDITE FLORES FARIAS para o INDEA do Município de São José do Povo, e dá outras providências.

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Ceder a Srª. EDITE FLORES FARIAS, portador do CPF nº 378.100.141-53 e do RG nº 450.165 SSP/MT, para o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), para exercer a função de Assistente Administrativo, conforme Termo de Cooperação Técnica 15/2018/INDEA-MT que compõe o Processo nº325019/2019 com prazo a partir 24/07/2019 a 24/07/2020.

PARAGRAFO ÚNICO: A referida servidora receberá seus proventos conforme a Lei Municipal de nº 519/2012 de 10 de Abril de 2012.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA 60/2019

CONTRATO (A): FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

OBJETO - Constitui objeto da presente licitação A ADESÃO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Medicamentos Farmacológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município Nova Brasilândia/MT, na expectativa das quantidades contidas no **ANEXO I** TERMO DE REFERENCIA deste Edital.

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é de R$ 99.950,50(noventa e nove mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

DA VIGÊNCIA- O prazo de vigência deste contrato será até 25 de Julho de 2020, podendo se aditado e/ou prorrogado nos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 62/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019

CONTRATO (A): MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA SA LTDA-ME .

1.1 **OBJETO -** O presente contrato decorre do processo nº 597/2019, Dispensa de Licitação 12/2019 com fulcro na Lei 8.666/93 e tem como objeto a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIGITALIZAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO9ESCOLAS)", conforme pré-empenho constante em anexo, cujas minucias encontram-se constantes no Termo de Referência:

DESCRIÇÃO	QTDE	VLR. UNITARIO	VALOR TOTAL
10171 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIGITALIZAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO(ESCOLAS)	05 meses	R$ 1.410,00	R$ 7.050,00
	TOTAL GERAL		**R$ 7.050,00**

VALOR TOTAL- O valor global estipulado durante a vigência do contrato é de R$ **7.050,00** (sete mil e cinquenta reais).

DA VIGÊNCIA- 3.1 O presente Contrato terá vigência no período de 29 de Junho de 2019 a 29 de Dezembro de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n° 63/2019

PREGÃO PRESENCIAL 20/2019

CONTRATO (A): C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME.

OBJETO - O presente **PREGÃO PRESENCIAL** tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados (mão-de-obra) em manutenção mecânica, elétrica, funilaria e pintura de veículos**, visando à manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, compreendendo veículos automotores pesados, leves e maquinários, de forma **parcelada**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme segue:

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 1.648. 476,00(um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 30 de julho de 2019 a 30 de dezembro de 2019.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 51/2019 - DE 2 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre designar Engenheiro para Fiscalização de Conclusão da Obra da Feira Livre deste Municipio.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear a Srtª. GABRIELLE DE SOUZA COSTA , portador do RG: 2307999-1 SSP/MT, CPF 045.020.701-30, Engenheira Civil CREA: MT 037424, para Fiscalizar a Conclusão da Obra da Feire Livre, obra a ser executada por esta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 02 de Agosto de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 52/2019 - DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre Revoga e Nomea a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Povo, e dá outras previdências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Revoga e nomea a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, que será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Srª MARIA IRANDI DUARTE Portadora do RG nº.461822 e do CPF nº. 318.304.201-00;

Secretário: Sr: ANTONIO CARLOS CEBALHO DOS SANTOS, Portador do RG nº22925562 e CPF: 046.166.621-93;

Membro: Sr: ADRIANO CORREA CAPELLI, RG:28054183-1 e CPF: 62788949120;

ARTIGO 2º- Os membros que se referem o Artigo 1º desta portaria fará jus à gratificação garantida pela Lei 701/2017.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01/08/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 05 de Agosto de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

____/___/___.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 53/2019 - DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre Revoga e Nomea a Comissão Permanente de "PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL" da Prefeitura Municipal de São José do Povo, e dá outras previdências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, mas especificamente os decretos N° 045/2014 - Regulamenta o Pregão Eletrônico e o Decreto N°065/2014 - Regulamenta o Pregão Presencial, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Revoga e nomea a Comissão Permanente de PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL da Prefeitura Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, e Nomeia membros, que será composta pelos seguintes membros:

Pregoeiro(a): Srª MARIA IRANDI DUARTE , Portadora do RG nº.461822 e do CPF nº. 318.304.201-00 ;

Equipe de Apoio: Sr ANTONIO CARLOS CEBALHO DOS SANTOS, Portador do RG nº 22925562 e CPF: 046.166.621-93.

Equipe de Apoio: Sr ADRIANO CORREA CAPELLI, RG: 28054183-1 e CPF: 62788949120.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativo ao dia 01/08/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 05 de Agosto de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
BALANCO PATRIMONIAL 2018 - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J R CLARO MANTENEDORA DA ESCOLA

Empresa: **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J R CLARO MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL JAIME VERISSIMO CAMPOS JUNIOR**
Folha: 0017
Número livro: 0028

CNPJ: 24.977.431/0001-70
Balanço encerrado em: 31/12/2018

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	215.657,78D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	38.819,61D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	38.819,61D
4	1.1.10.1	CAIXA	883,48D
5	1.1.10.100.1	CAIXA GERAL	883,48D
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	927,26D
538	1.1.10.200.2	BANCO DO BRASIL S/A CC 12308-0	11,36D
532	1.1.10.200.2	SICREDI OURO VERDE C/C 90960-2	915,90D
10	1.1.10.3	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	37.008,87D
535	1.1.10.300.1	SICREDI OURO VERDE C/C 55038-8	36.933,73D
534	1.1.10.300.1	SICREDI OURO VERDE CC/90960-2	75,14D
87	1.3	ATIVO PERMANENTE	176.838,17D
111	1.3.2	IMOBILIZADO	176.838,17D
112	1.3.20.1	IMÓVEIS	61.481,26D
115	1.3.20.100.2	CONSTRUÇÕES	56.164,42D
502	1.3.20.100.3	BENFEITORIAS	5.316,84D
116	1.3.20.2	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	50.768,76D
547	1.3.20.200.1	EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	12.794,16D
117	1.3.20.200.1	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	37.974,60D
118	1.3.20.3	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.309,00D
119	1.3.20.300.1	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.309,00D
120	1.3.20.4	VEÍCULOS	67.494,34D
121	1.3.20.400.1	VEÍCULOS	67.494,34D
125	1.3.20.9	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	4.215,19C
131	1.3.20.900.6	DEPRECIAÇÕES	4.215,19C
149	2	PASSIVO	215.657,78C
242	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	215.657,78C
264	2.4.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	215.657,78C
265	2.4.30.1	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	215.657,78C
266	2.4.30.100.1	LUCROS ACUMULADOS	306.731,59C
267	2.4.30.100.2	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	83.701,62D
551	2.4.30.100.5	(-) PREJUIZO DO PERIODO	68.033,04D
550	2.4.31.010.04	LUCRO DO PERIODO	60.660,85C

CLAUDINEI COMERLATO
PRESIDENTE
CPF: 628.219.979-49

MARILENE BRUSTOLIN CASTANHA
Reg. no CRC - MT sob o No. MT009229OO3
CPF: 395.410.299-49

Sistema licenciado para LIVONIO PAULO BRUSTOLIN

Empresa: **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J R CLARO MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL JAIME VERISSIMO CAMPOS JUNIOR**

Folha: 0018
Número livro: 0028

CNPJ: 24.977.431/0001-70

Balanço encerrado em: 31/12/2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	229.223,65D
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	229.223,65D
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	229.223,65D
353	3.2.20.4	DESPESAS GERAIS	229.223,65D
362	3.2.20.400.9	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	68.873,00D
339	3.2.20.401.4	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	136,00D
525	3.2.20.401.4	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	20.314,23D
510	3.2.20.401.4	CORREIOS E TELEGRAFOS	78,95D
537	3.2.20.401.4	DESPESAS BANCARIAS	649,63D
512	3.2.20.401.4	DESPESAS DE VIAGENS	892,48D
507	3.2.20.401.4	DESPESAS DIVERSAS	31.323,57D
517	3.2.20.401.4	DESPESAS VEICULOS	14.814,64D
515	3.2.20.401.4	ENERGIA	13.429,53D
544	3.2.20.401.4	FEDERAÇÃO DAS APAES	514,04D
522	3.2.20.401.4	FRETES E CARRETOS	14.622,96D
521	3.2.20.401.4	IMPOSTOS E TAXAS	2.385,50D
518	3.2.20.401.4	MANUTENÇÃO E REPAROS	20.292,57D
511	3.2.20.401.4	MAO DE OBRA	9.790,00D
504	3.2.20.401.4	MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	6.243,05D
519	3.2.20.401.4	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.203,79D
520	3.2.20.401.4	MATERIAL DE LIMPEZA	416,99D
546	3.2.20.401.4	MATERIAL ESPORTIVO	1.000,00D
529	3.2.20.401.4	ORDENADOS E SALARIOS	13.340,00D
530	3.2.20.401.4	PROMOÇÕES E FESTAS	4.550,76D
516	3.2.20.401.4	TELEFONE	4.351,96D
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	221.851,46C
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	221.851,46C
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	739,71C
431	4.1.30.1	JUROS E DESCONTOS	739,71C
432	4.1.30.100.6	JUROS COTAS CAPITAL SICREDI	739,71C
442	4.1.5	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	221.111,75C
443	4.1.50.1	RECEITAS DIVERSAS	221.111,75C
446	4.1.50.100.6	CONVENIO PREFEITURA MUNICIPAL	78.000,00C
527	4.1.50.100.6	DOACOES E SUBVENCOES	86.141,20C
448	4.1.50.100.6	DOAÇÕES PESSOA JURIDICA	10.390,00C
445	4.1.50.100.6	OUTRAS RECEITAS	39.725,55C
447	4.1.50.100.6	PROMOÇÕES	6.855,00C

CLAUDINEI COMERLATO
PRESIDENTE
CPF: 628.219.979-49

MARILENE BRUSTOLIN CASTANHA
Reg. no CRC - MT sob o No. MT009229OO3
CPF: 395.410.299-49

Sistema licenciado para LIVONIO PAULO BRUSTOLIN

Empresa: **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J R CLARO MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL JAIME VERISSIMO CAMPOS JUNIOR**

Folha: 0019
Número livro: 0028

CNPJ: 24.977.431/0001-70
Balanço encerrado em: 31/12/2018

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
460	5	CONTAS DE APURAÇÃO	7.372,19C
461	5.1	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	7.372,19C
471	5.1.4	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.372,19C
472	5.1.40.1	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.372,19C
473	5.1.40.100.1	RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.372,19C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 215.657,78 (duzentos e quinze mil seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos)

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0000 a 0000 do Livro Diário nº 28, registrado na Junta Comercial do Estado MT sob nº , em ;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CLAUDINEI COMERLATO
PRESIDENTE
CPF: 628.219.979-49

MARILENE BRUSTOLIN CASTANHA
Reg. no CRC - MT sob o No. MT009229OO3
CPF: 395.410.299-49

Sistema licenciado para LIVONIO PAULO BRUSTOLIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 758/2019

LEI MUNICIPAL Nº 758/2019 São José do Xingu – MT, 22 de Julho de 2019.

“Dispõe sobre contratação temporária de pessoal por excepcional interesse Publico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Ação Social e Obras”.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Senhor Vanderlei Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal em caráter temporário de excepcional interesse publico, mediante processo seletivo, objetivando o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Saúde, Ação Sociale Obras, conforme segue:

ITEM	RELAÇÃO DOS CARGOS			VAGAS	Rem	Carga Horária
	SECRETARIA DEASSISTÊNCIA SOCIAL	Escolaridade	Local			
Chamadalmediata						
01	Entrevistador do Bolsa Família	Ensino Médio	Sede	01	1.082,67	40
02	Orientador Social	Ensino Médio	Sede	01	1.776,84	40
03	Auxiliar de Serviços Gerais/limpeza	Fundamental Incompleto	Sede	03	1.115,01	40
04	Psicólogo	Ensino Superior e Registro no Conselho	Sede	01	4.914,50	40
05	Motorista CNH D	Ensino Fundamental Incompleto	sede	02	1.507,09	40
Cadastro de Reservas- Social						
06	MotoristaCNH D	Ensino Fundamental Incompleto	Sede	02	1.507,09	40
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Local	Vagas	Rem	Carga Horária
Chamada Imediata						
07	Entrevistador do Bolsa Família	Ensino Médio	Dist. Santo Antônio	01	1.082,67	40
08	Orientador Social	Ensino Médio	Dist. Santo Antônio	01	1.776,84	40
09	Auxiliar de Serviços Gerais/limpeza	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	01	1.115,01	40
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Escolaridade	Local	Vagas	Rem	Carga Horária
10	Professor Língua estrangeira (inglês)	Superior Letras	Sede	01	2.691,67	30
11	Professor de Educação Física	Superior de Educação Física e registro no conselho	Sede	01	2.691,67	30
12	Professores - Pedagogos	Ensino Superior licenciatura em pedagogia	Sede	07	2.691,67	30
13	Apoio Administrativo Educacional - Limpeza	Ensino fundamental incompleto	Sede	02	1.115,01	40
14	Motorista CNH D	Ensino fundamental incompleto	Sede	01	1.507,09	40
15	Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição e registro no conselho	Sede	01	4.914,50	20Horas na Educação e 20 Horas na Saúde.
Cadastro de reservas - Educação						
15	Motorista CNH D	Fundamental Incompleto	Sede	01	1.507,09	40
16	Professorespedagogos	Licenciatura plena em Pedagogia	Sede	03	2.691,67	30
17	Técnico Administrativo Educacional - Administrativo	Ensino Médio	Sede	01	1.973,89	40
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Escolaridade	Local	Vagas	Rem	Carga Horária
Chamada Imediata - Secretaria Educação						
18	Professores – Pedagogos	Licenciatura plena em Pedagogia	Dist. Santo Antônio	02	2.691,67	30
19	Motorista CNH D	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	04	1.507,09	40
Cadastro de Reservas – Secretaria Educação						
20	Professor - Pedagogo	Licenciatura plena em Pedagogia	Dist. Santo Antônio	06	2.691,67	30
21	Professor Língua estrangeira (inglês)	Superior Letras	Dist. Santo Antônio	02	2.691,67	30
22	Guardas	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	02	1.115,01	40
23	Técnico Administrativo Educacional -	Ensino Médio	Dist. Santo Antônio	01	1.973,89	40
24	Apoio Administrativo/ limpeza	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	06	1.115,01	40
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Escolaridade	Local	Vagas	Rem	Carga Horária
25	Motorista CNH D	Fundamental Incompleto	Sede	02	1.507,09	40
26	Enfermeira - Plantão	Ensino Superior de Enfermagem e registo no Conselho	Sede	03	4.914,50	12 x 36
27	Enfermeira – PSF	Ensino Superior em Enfermagem e registo no Conselho	Sede	01	4.914,50	40
28	Médico	Ensino Superior em Medicina e registro no Conselho	Sede	01	8.518,49	40
29	Faxineira	Fundamental Incompleto	Sede	03	1.115,01	40
Cadastro de Reservas – Saúde						

30	Motorista CNH D	Fundamental Incompleto	**Sede**	02	1.507,09	**40**
31	Técnico de Enfermagem	Ensino Superior Completo e registro no Conselho	**Sede**	02	2.096,87	
32	Auxiliar Dentário	Ensino Médio	**Sede**	**01**	**1.115,01**	**40**
33	Dentista	Ensino Superior em odontologia e registo no	**Sede**	**01**	4.914,50	**40**
34	Farmacêutico / Bioquímico	Ensino Superior em farmácia / bioquímico e registo no Conselho	**Sede**	01	4.913,63	**40**
35	Fisioterapeuta	Ensino Superior em odontologia e registo no Conselho	**Sede**	01	4.914,50	**40**
36	Técnico de Enfermagem	Curso Técnico com registro no conselho	**Sede**	01	2.096,87	**40**
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**Escolaridade**	**Local**	**Vagas**	**Rem**	**Carga Horária**
37	Motorista categoriaD	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	**02**	1.507,09	**40**
38	Fiscal Sanitário	Ensino Médio	Dist. Santo Antônio	**02**	1.200,85	**40**
39	Enfermeira - Plantão	Ensino Superior em Enfermagem e registo no Conselho	Dist. Santo Antônio	**02**	4.914,50	**12 x 36**
40	Farmacêutico / Bioquímico	Ensino Superior em farmácia / bioquímico e registo no Conselho	Dist. Santo Antônio	**01**	4.913,63	**40**
41	Dentista	Ensino Superior em odontologia e registo no	Dist. Santo Antônio	**01**	4.914,50	**40**
42	Auxiliar Dentário	Ensino Médio	Dist. Santo Antônio	**01**	**1.115,01**	**40**
43	Guardas	Fundamental Incompleto	Dist. Santo Antônio	02	1.115,01	**40**
44	Médico	Ensino Superior em Medicina e registro no Conselho	Dist. Santo Antônio	**01**	8.518,49	**40**
45	Técnico de Enfermagem	Ensino Superior e registo no Conselho	Dist. Santo Antônio	01	2.096,87	**40**
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	**Escolaridade**	**Local**	**Vagas**	**Rem**	**Carga Horária**
46	Motorista categoriaD	Fundamental Incompleto	**Sede**	**04**	1.507,09	**40**
47						
Cadastro de Reservas – Obras						
48	Operador de Motoniveladora CNH D	Fundamental Incompleto	**Sede**	01	1.965,81	**40**
49	Auxiliar de serviços gerais	Fundamental Incompleto	**Sede**	05	1.115,01	**40**
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCIAS	**Escolaridade**	**Local**	**Vagas**	**Rem**	**Carga Horária**
50	Fiscal de Tributos	Ensino Médio Completo	Dist. Santo Antônio	01	1.965,81	**40**

Art. 2º - Os prazos de duração dos contratos temporários e vigência do processo seletivo simplificado serão de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, dependendo das necessidades da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Ação Social e Obras.

Art. 3º - As contratações autorizadas por esta Lei não constituirão vínculo empregatício em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da constituição Federal.

Art. 4º - O pessoal contratado nos termos do Artigo 1º desta Lei somente fará jus a férias e 13º salário.

Art. 5º - Os contratos serão firmados sob Regime Jurídico Contratual Administrativo com vinculação previdenciária ao Regime Geral da Previdência Social (INSS), observando o disposto no Estatuto dos servidores Municipais.

Art. 6º - As contratações estabelecidas por esta Lei Terão dotação especifica e serão cobertas com os recursos previstos no Orçamento Anual do Município.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM, 22 DE JULHO DE 2019.

Vanderlei Soares da Silva

Prefeito Municipal

Publique – se Registre – se Cumpre –se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SUSPENSÃO DE ABERTURA DE PREGÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica aos interessados a **SUSPENSÃO do Processo de licitação Exclusiva para microempresa (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) conforme Art. 48 Inciso I da lei complementar nº 123/06,** na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **18/2019** que **teria sua abertura as 08h00min, do dia 08/08/2019,** visando futuro e eventual "**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BASICA MUNICIPAL***".* A nova data será remarcada e republicada atendendo todas as exigências da lei 8666/93 e 10.520/02. Maiores informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 423/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/09*/2019, com término em 01/10/2019*, *referente ao período aquisitivo de 19/09/2018 à 18/09/2019, a* senhora ***MARIA DE FATIMA DIAS DA ROCHA BEDIN SILVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 746, no cargo de **Especialista da Saúde V – Enfermeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 06 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 424/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 04/09/2019*, com término em 03/10/2019*, *referente ao período aquisitivo de 05/04/2018 à 04/04/2019, a* senhora ***ELIABE NOGUEIRA DOS SANTOS*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 286, no cargo de **Agente da Manutenção - Zeladora**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 06 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 34/2019.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: LUCIANNE SOARES DE BRITO RIGOTTI

OBJETO: O(A) Contratado(a) neste ato fica admitido(a) no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **PROFESSOR -** mediante a remuneração mensal de **R$: 2.877,17 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Sete Reais e Dezessete Centavos)** e, irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer – Escola Municipal Menino Jesus.

Assinatura contr. em 01/08/2019

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 44/2019.

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 44/2019.

Contratante: **MARYANA MILITÃO**

OBJETO: O(A) Contratado(a) neste ato fica admitido(a) no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de - **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – INFRAESTRUTURA -** mediante a remuneração mensal de **R$: 1.206,44 (Um Mil, Duzentos e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos)** e, irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer – Escola Valdecir Dias Rodrigues.

Assinatura contr. em 06/08/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 422/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/09/2019*, com término em 02/10/2019*, *referente ao período aquisitivo de 17/07/2018 à 16/07/2019,* a senhora ***EXPEDITA RODRIGUES DE SOUZA DA CRUZ*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1028, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 426/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/09*/2019, com término em 01/10/2019*, *referente ao período aquisitivo de 04/02/2017 à 03/02/2018,* a senhora ***SIRLEI DAS GRACAS AUGUSTO SILVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 143, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Escriturário**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 06 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019.

Pregão Presencial nº 026/2019

Validade: **12 (doze)** meses.

REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I***, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, de um lado o **MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador Jose Pedro Dias nº. 979, Centro, município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **Sirineu Moleta**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, e do outro lado a empresa **JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME**, p pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Corumba, nº 104-W, Centro, CEP 78.575-000, município de Juara /MT, CNPJ sob nº. 22.335.868/0001-85, na pessoa do seu representante legal, senhor **Juliano Marcel Da Silva Brandini,** brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº. 17148030 SSP/MT e CPF nº. 024.968.451-97, residente e domiciliado na Rua Dona Maria Leopoldina, nº 450 N, Jd São João, CEP 78.575-000, Município de Juara/MT, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2019**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. OBJETO E PREÇOS.

1.1 - Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

LOTE 01						
ITEM	**Código Interno**	**Código TCE - MT**	**SERVIÇOS**	**QUANT.**	**R$ UNIT.**	**R$ TOTAL**
1	**33896**	**328832-3**	**Serviços De Confecção de Próteses Dentárias:** Cumprir a realização de próteses totais mandibulares (inferior) e maxilares (superior) de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, realizando, ficando responsável pelo material utilizado; realização e entrega das próteses ao usuários.	240	R$ 375,00	R$: 90. 000,00

1.2 - Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo às unidades interessadas a obrigatoriedade de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição de compras.

1.3 - Os preços registrados na presente Ata referem-se aos serviços especificados de acordo com o **Anexo I - Termo de Referência** do edital de **Pregão Presencial n° 026/2019**.

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1 – Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de publicação;

2.2 - A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.3 - À Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 60(sessenta) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

3. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3.1. O prazo para a retirada da nota de empenho será de até 05 (cinco) dias corridos contados da data ciência da convocação.

3.2. Para a retirada de cada nota de empenho ou ata de registro de preços perante a Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal

3.2.2. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual

3.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a necessidade da secretaria municipal de saúde e deverão começar a ser realizado de imediato mediante Nota de Autorização de Despesas.

3.4. Os serviços deverão ser realizados neste Município e todos os gastos com ferramentas, profissionais capacitados e quaisquer outros gastos não previstos no edital, correrão por conta da empresa vencedora.

3.5. Os serviços da ata serão recebidos pela unidade requisitante, de acordo com as necessidades da secretaria municipal de educação e deverão ser prestados de acordo com sua proposta.

3.6. Se os serviços prestados não corresponder às especificações do objeto da ata, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, os serviços apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem a administração, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal, a detentora deverá refazê-lo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

3.8. A empresa deverá ter Profissional como titulação de protético devidamente validado e registrado nos órgãos competentes;

3.9. Os serviços serão realizados nas dependências do Laboratório vencedor;

3.10. Os serviços deverão ser solicitados por profissionais previamente autorizados pela Secretaria Municipal de saúde, seguindo os critérios de prioridade estabelecidos em Protocolo;

3.11. O Prestador deverá manter uma escala fixa de atendimento, não podendo alterá-la em período inferior a 30 dias, tendo como referência o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;

3.12. Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o ultimo dia útil do mês, com período compreendido do 1º ao último dia do mês da realização das consultas e procedimentos;

3.13. Os relatórios mensais obrigatórios deverão seguir o modelo definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

3.14. O profissional deverá manter atualizados os prontuários ou fichas de acompanhamento dos pacientes em local seguro, e somente acessível aos profissionais diretamente envolvidos em seu tratamento/reabilitação;

3.15. O profissional receberá o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados por meio de envio do Protocolo de Encaminhamento e Relatório Mensal;

3.16. O Prestador será avaliado pela Secretaria Municipal de saúde e deverá disponibilizar sempre que solicitado, os prontuários/fichas de acompanhamento dos pacientes.

3.17. A base das próteses onde é feita a montagem da cera e dos dentes deve ser feita em resina acrílica (moldeira individual) para que não ocorra distorção;

3.18. As próteses devem ser confeccionadas com palanto incolor, devendo ser as mesmas polidas e com devido acabamento, tanto na parte interna e externa;

3.19. O laboratório será responsável pelo polimento das próteses;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA.

4.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer, no mesmo dia da notificação, para retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço, para começar o serviço sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Atender a Ordem de serviço do Município fornecendo os serviços descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas, ou por preços menores, caso a pesquisa de mercado assim o indique;

b) Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de serviço.

c) Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, a Prefeitura Municipal, a qualquer tempo, poderá checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento.

g) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

i) Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.

j) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços.

k) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

l) Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao TCE ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 A ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

6. PENALIDADES.

6.1. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias;

6.1.2. A multa prevista no **item 4.1** será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

6.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial dos serviços adquiridos, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

6.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

6.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

6.5. Caso se constate problemas relacionados ao serviço, a adjudicatária deverá resolvê-lo, no prazo determinado pela Administração. Não sendo resolvido o problema dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

6.6. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

6.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1. A empresa licitante deverá apresentar notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária ou cheque, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS.

8.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustada automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. - O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

8.3. - Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

8.3.1. - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8.4. - Caberá à Administração, a cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;

9.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, ao seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão empenhadas oportunamente em dotações as quais foram autorizadas através da Lei 1. 146/2018, conforme segue:

Dotação	Finalidade
08 00100 10 301 0007 **2034 33.90.39.00.00 0146000000**	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO.

11.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

11.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1. O compromisso de serviço só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de serviço ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o serviço decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

12.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de execução do serviço, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

12.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

12.8. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

12.9. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.

12.10. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

12.11. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Tabaporã – MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado. A sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Tabaporã – MT, 06 de Agosto de 2019.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal **CONTRATANTE**	**JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME** **CNPJ Sob n°.** 22.335.868/0001-85 Juliano Marcel da Silva Brandini **CONTRATADO**
Celia Niehues Soffa CPF Sob n° 525.551.009-20 **Testemunha**	Katia Aparecida de Paula Gomes CPF Sob n° 864.670.691-53 **Testemunha**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 421/2019

CONVOCAR O CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAÚDE - 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar os candidatos abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,realizado no período de 02/05/2019 a 28/06/2019, para comparecerem no prazo máximo de* ***15 (quinze) dias****, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado– Saúde 001/2019, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

ORIGINAIS E CÓPIA:

01 foto 3x4;

Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);

Declaração de Antecedentes Criminais

Declaração de Antecedentes Funcionais (Penalização em Processo Disciplinar – Modelo - Anexo I);

Declaração de bens e valores (Modelo – Anexo II);

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos (Modelo – Anexo III);

Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pasep ou Pis;

CTPS – Carteira de Trabalho

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência, telefone de contato e e-mail.

CONVOCADO:

INSCRIÇÃO	ESPECIALISTA DA SAÚDE V – CIRURGIÃO DENTISTA
016	EDILENE MARIA LOLATO DE OLIVEIRA

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em06 deAgosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, ***DECLARO,*** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função publica, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público.

Declaro *ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.*

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, **DECLARO,** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que os bens patrimoniais gravados em meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)

2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)

3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)

4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO III**

DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PUBLICOS

Eu_____,Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, ***DECLARO,*** para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 425/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DA LICENÇA MATERNIDADE, a partir do dia 10/08/2019 a senhora **MAGALY ANGELA BAESSO TREUHERZ**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 243, admitida em 01/04/2004, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 06 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I.***

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019.

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

Valor global do lote: R$ **90.000,00** (Noventa mil reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 05 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO- PESSOA JURÍDICA- NO QUAL ATUE EM UM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I.***

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

>> Venceu o Lote 01 no Valor Unitário de **R$: 375,00** (**Trezentos e setenta e cinco reais**)

Valor global do lote: R$ **90.000,00** (Noventa mil reais).

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 05 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE TABAPORÃ**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Tabaporã, Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, , na cidade de Tabaporã-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **SIRINEU MOLETA**, portador do RG nº. 1.100.320-6 SSP/MT e CPF n.º 903.672.351 - 53, residente e domiciliado neste Município de Tabaporã/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **REAVEL VEICULOS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ Sob n° **30.260.538/0001-04,** sediada na Rua 3. nº 1022, QD C-8, LT 93/99 – Sala 802 – Setor Oeste – Cond. West Office – CEP: 74.115-050, no Municipio de Goiânia – GO, representada pelo seu proprietario o senhor **Sinomar Vaz de Oliveira Junior**, brasileiro, Casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n° 4901708 2ª VIA SSP/GO, inscrito no CPF Sob n° 039.457.331-54, residente e domiciliado na Rua C187, S/n°– Quadra 464, Lote 6, Bairro Jardim America – CEP: 74.265-300 na Cidade de Goiânia – GO, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Tabaporã, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

Objeto: A presente Ata tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS SENDO 01 (UM) VEICULO DO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 E 02 (DOIS) VEÍCULOS DO TIPO PICK-UP/UTILITÁRIO, AUTOMÓVEIS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital**.**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2019** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.tabapora.mt.gov.br

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Tabaporã/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

LOTE 01 **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - COM ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO-EMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**								
Item	**Código Duralex**	**Código TCE – MT**	**Qtd.**	**Un.**	**Descrição**	**Marca**	**Vlr. Unitário**	**Valor Total**

02	**99111**	**252586-0**	**02**	**Un.**	**EXCLUSIVO PARA MICRO-EMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)** VEÍCULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO TIPO PICK-UP/UTILITÁRIO CABINE SIMPLES, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO/MODELO 2019/2019 OU 2019/2020, conforme segue: Motorização mínima 1.4 C.V. combustível: **GASOLINA/ETANOL (flex)**, tração dianteira, potência mínima de 80 cv,12,5 de Torque (kgf.m) ,injeção eletrônica, cambio (manual) com mínimo de 05 marchas à frente e 1 a ré, ar condicionado na cabine, tanque de combustível com capacidade mínima de 58 litros, sistema elétrico de 12 volts, freios a disco, direção elétrica ou direção hidráulica, radio AM/FM,CD,DVD,MP3 player, conexão Blueto-oth e entrada para USB, computador de bordo, rodas de aço estampado ou de liga leve aro 14, 5.5 x 14", pneus 175/70 R14, suspensão elevada e suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais, volante com regulagem de altura, protetor de caçamba, capota marítima, Jogo de tapetes, Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso.	**Fiat Strada Working 1.4**	**R$ 62. 500,00**	**R$: 125. 000,00**

Valor total de R$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.tabapora.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail pelo departamento de compras do no Município de Tabaporã/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até 15 dias após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A Licitante questão se compromete a entregar o veículo nas dependências do ***prédio da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT***, no endereço constante no preâmbulo do Edital deste certame, sem qualquer custo adicional, CASO VENÇA O CERTAME.

10.1.1. O veículo será entregue no prazo máximo de **07 (sete)** dias a contar do recebimento da solicitação de compra (REQUISIÇÃO) emitido pela Administração.

10.2. O veículo será entregue na condição de "NOVO", bem como, de acordo com as demais condições pré-estabelecidas no Edital do certame.

10.3. Se o veículo for entregue em desacordo com o Edital, o mesmo será devolvido imediatamente, e ficará a licitante obrigada a substituí-lo no mesmo prazo da entrega, a contento da Administração, correndo por conta e risco tais substituições da Licitante, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas no certame.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Compras, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e proposta de preços e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabaporã -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

10.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DEEDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER;

Dotação	Finalidade
10 00100 12 122 0012 1046 4490520000 010100000	Equipamento e Material Permanente

11.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Dotação	Finalidade
11 00100 26 782 0015 1060 4490520000 010000000	Equipamento e Material Permanente

13.2. As despesas relativas ao exercício seguinte correrão a conta de dotação orçamentária do exercício seguinte, se for o caso.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Tabaporã/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Tabaporã/MT, em 05 de Agosto de 2019.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal	**REAVEL VEICULOS EIRELI – ME** CNPJ Sob n° **30.260.538/0001-04** **Sinomar Vaz de Oliveira Junior** Detentora da Ata
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 **Testemunha**	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE TABAPORÃ**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Tabaporã, Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, , na cidade de Tabaporã**-**MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **SIRINEU MOLETA**, portador do RG nº. 1.100.320-6 SSP/MT e CPF n.º 903.672.351 - 53, residente e domiciliado neste Município de Tabaporã/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **TATIANA CAPITANIO – VEICULOS – EPP,** inscrita no **CNPJ** sob o nº 09.103.941/0001-25, com sede Avenida Julio Jose de Campos, nº 58 – Sala B, Centro – CEP. 78.635-000, no Município de Água Boa – MT, neste ato, representada pelo **Sra. Tatiana Capitanio**, brasileira, empresaria, portadora da Cédula de identidade RG. 1149196-5 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 215.873.578-36, residente e domiciliada Avenida Julio Jose de Campos, nº 58 – Sala B, Centro – CEP. 78.635-000, no Município de Água Boa – MT, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Tabaporã, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

Objeto: A presente Ata tem por objetivo REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS SENDO 01 (UM) VEICULO DO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 E 02 (DOIS) VEÍCULOS DO TIPO PICK-UP/UTILITÁRIO, AUTOMÓVEIS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital**.**

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2019** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.tabapora.mt.gov.br

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Tabaporã/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

LOTE 01
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - COM ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO-EMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

Item	Código Duralex	Código TCE – MT	Qtd	Un.	Descrição	Marca	Vlr. Unitário	Valor Total
01	99066	356989-6	01	Un.	VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO/MODELO 2019/2019 OU 2019/2020, conforme segue: Motorização mínima **2.2 C.V**, combustível "**ÓLEO DIESEL"**, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, cambio automático, 4x4, bancos em couro, caçamba com capacidade de carga mínima de 1000 Kg, ganchos para reboque na dianteira, faróis Múlti refletores, protetor de cárter, para brisa degrade, vidros verde, direção elétrica ou direção hidráulica, ar condicionado, vidro elétrico, trava elétrica, AIR BAG Duplo, freios ABS e EBS, barra de impacto das portas, cinto de segurança com regulagem de altura, bancos com encosto de cabeça, radio AM/FM,CD,DVD,MP3 player, conexão Bluetooth e entrada para USB, computador de bordo com informações de viagem, volante com ajuste de altura, para barro dianteiro e traseiro, pneus no mínimo 245/70 r16, roda de liga leve aro mínimo 16, abertura interna da tampa do tanque de combustível, protetor de caçamba, estribos, capota marítima, Jogo de tapetes, Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso.	Chevrolet S10 - LT 4x4	R$: 148. 750,00	R$: 148. 750,00

Valor total de R$ 148.750,00 (Cento e quarenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.tabapora.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail pelo departamento de compras do no Município de Tabaporã/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até 15 dias após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A Licitante questão se compromete a entregar o veículo nas dependências do ***prédio da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT***, no endereço constante no preâmbulo do Edital deste certame, sem qualquer custo adicional, CASO VENÇA O CERTAME.

10.1.1. O veículo será entregue no prazo máximo de **07 (sete)** dias a contar do recebimento da solicitação de compra (REQUISIÇÃO) emitido pela Administração.

10.2. O veículo será entregue na condição de "NOVO", bem como, de acordo com as demais condições pré-estabelecidas no Edital do certame.

10.3. Se o veículo for entregue em desacordo com o Edital, o mesmo será devolvido imediatamente, e ficará a licitante obrigada a substituí-lo no mesmo prazo da entrega, a contento da Administração, correndo por conta e risco tais substituições da Licitante, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas no certame.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Compras, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e proposta de preços e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabaporã -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

10.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DEEDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER;

Dotação	Finalidade
10 00100 12 122 0012 1046 4490520000 010100000	Equipamento e Material Permanente

11.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Dotação	Finalidade
11 00100 26 782 0015 1060 4490520000 010000000	Equipamento e Material Permanente

13.2. As despesas relativas ao exercício seguinte correrão a conta de dotação orçamentária do exercício seguinte, se for o caso.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Tabaporã/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Tabaporã/MT, em 05 de Agosto de 2019.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal	**TATIANA CAPITANIO – VEICULOS – EPP** CNPJ Sob n° **09.103.941/0001-25** **Tatiana Capitanio** Detentora da Ata
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 **Testemunha**	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34 **Testemunha**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 22/2019/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 22/2019/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 22/SAMAE/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 24/2019/SAMAE (Ata de Registro de Preços)
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**HUESKER LTDA**, inscrita no CNPJ: 02.565.876/0001-00, localizada na Av. Dr. Sebastião H. da Cunha Pontes, 8000, Cond. Industrial Century, Galpão E - Chácaras Reunidas, CEP 12.238-365, São José dos Campos – SP, representada pelo seu Administrador Sr. **ANDRÉ ESTEVÃO FERREIRA DA SILVA**.
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TECIDO GEOTÊXTIL OBJETIVANDO DESIDRATAÇÃO DO LODO E SEDIMENTOS GERADOS NO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA, QUEIMA PÉ, NO**

	MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT. Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. R$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais).
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 05 de agosto de 2019, com prazo até 05 de agosto de 2020.**

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2019/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS PÁTIOS (SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA, ROÇAGEM, GRADEAMENTO, PODA DE ÁRVORES E REMOÇÃO DE ENTULHOS), INCLUINDO TODOS OS CUSTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAIS E TRANSPORTES NECESSÁRIOS PARA A DEVIDA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMAE DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 16 de Agosto de 2019.** O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 05 de Agosto de 2019.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2019 E PREGÃO PRESENCIAL N° 69/2019

AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2019, que fará realizar no dia **21 DE AGOSTO DE 2019, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante do Edital**. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **08 de Agosto de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 05 de Agosto de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2019, que fará realizar no dia **22 DE AGOSTO DE 2019, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE CONJUNTO SEMAFÓRICO COM INSTALAÇÃO EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **09 de Agosto de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 05 de Agosto de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIO/AMM Nº 3.284 PÁGINA Nº 485 DE 05.08.2019- AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIO/AMM Nº 3.284 Página nº 485 de 05.08.2019- AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019- OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA deste município, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público aERRATA DE PUBLICAÇÃO acima, nos seguintes termos: **Onde se lê: Convenio - SINCONV N° 880392/2018-Governo Federal, Proposta 061765/2018, LEIA-SE: Convenio - SINCONV N° 880392/2018, Proposta 061765/2018**, **CR: 1062214-41/2018/MAPA**.Todo o conteúdo restante da publicação permanece inalterado. Tangará da Serra- MT, 05 de Agosto de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIO/AMM Nº 3.283 PÁGINA Nº 389 DE 02.08.2019- 2ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIO/AMM Nº 3.283 Página nº 389 de 02.08.2019- 2ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público aERRATA DE PUBLICAÇÃO acima, nos seguintes termos: **Onde se lê: 2ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019**, **LEIA-SE: 3ª CHAMADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019.**Todo o conteúdo restante da publicação permanece inalterado. Tangará da Serra- MT, 05 de Agosto de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EDITAL DE RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2019.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 206/2019, TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 64/2019, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2019, TEVE COMO OBJETO: O OBJETO DESTA LICITAÇÃO É A **ALIENAÇÃO DE (01) UM IMÓVEL MATRICULADO SOB O N° 1.106, PERANTE O CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE TERRA NOVA DO NORTE-MT,** LOCALIZADO NO LOTEAMENTO NÚCLEO URBANO TERRA NOVA, EM TERRA NOVA DO NORTE/MT, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL 1.463/

2019, DE 27 DE MAIO DE 2019, TENDO COMO VENCEDOR O SENHOR: **LUIZ SCHWIRCH.**

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 05 DE AGOSTO DE 2019.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 163/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 163/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: MARCOS ANDRE DE LIMA 04592015142

OBJETO: OFICINAS DE NATAÇÃO

VALOR: R$ 2.208,00

VIGÊNCIA: 05/08/2019 Á 05/11/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 554

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE I-TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42-2018

Extrato de Termo Aditivo

I-Termo Aditivo ao Contrato N.º **42/2018**

Contratado: AURELIO CARDOSO CARVALHO-ME

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Nova Vigência: de **06/08/2019 a 06/08/2020**

Valor do Aditivo: R$: 60.000,00

Data de Assinatura: 26/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 - PROCESSO Nº 031/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2019, de 02/01/2019, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010, alterado pelo Decreto nº 827 de 01/03/2013, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sob Nº 027/2019, relativo ao Processo de Licitação de Nº 031/2019, cujo objeto refere-se à Aquisição de 01 (uma) Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova (zero hora de uso), movida a Diesel, com cabine fechada e com ar condicionado, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, conforme convênio firmado entre a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a Prefeitura Municipal de União do Sul, sob nº 867705/2018, em conformidade com a descrição detalhada no Termo de Referência do Anexo I do Edital deste pregão.

Data de Expedição do Edital: 05/AGOSTO/2019.

Data de abertura/julgamento: 20/AGOSTO/2019.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço: Av. Curitiba nº 94 – centro – União do Sul - MT, das 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00 horas, e/ou pelo telefone (66) 0xx 3540-1283 e/ou 66 99292-3797, ou acessando o edital completo pelo site: www.uniaodosul.mt.gov.br/licitacao/ e/ou Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 05 de Agosto de 2019.

CÉSAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 115/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Francisco Marcelo de Lima – CPF nº 605.373.933-23.

Cargo/função: Operador de Máquinas, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 1.434,92 por mês.

Prazo: Até 31/12/2019.

Data assinatura: 05/08/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

FRANCISCO MARCELO DE LIMA

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

LEI Nº 567 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências.”

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial para criação do seguinte elemento listado, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
08	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	
020	Agricultura	
20.606.0018.2.043	Manutenção e Encargo com Departamento de Agropecuária	
44.90.51.00.00.00 – 000	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no Artigo anterior, será utilizado como fonte os Recursos Ordinário através de Transposição Parcial ou Total de Dotação.

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
07	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável	
004	Administração	
04.122.0101.2.042	Manutenção e Encargo com Gabinete de Desenvolvimento Sustentável	
33.90.14.00.00.00 – 000	Diárias – Civil	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Vale de São Domingos, 05 de Agosto de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2019 EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR N. 08/2019

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT e o Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, no use de suas atribuições legais,

Considerando, encerrada a fase de recurso ao Edital Complementar nº 06/2019, que divulgou o Gabarito Preliminar, bem como **NÃO** havendo recurso protocolado tempestivamente;

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital Processo Seletivo Simplificado 01/2019, **item 4**, "**O"**, **DIVULGAR** o **Gabarito Definitivo** da prova objetiva realizada no dia 21/07/2019, conforme segue:

a) ANEXO I – GABARITO DEFINITIVO

2º - Este Edital Complementar ficará à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT e no endereço eletrônico: **www.valedesaodomingos.mt.gov.br**, a partir da data.

Vale de São Domingos – MT,30 de julho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL	**JONY PIMENTA OLIVEIRA** PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

LEI Nº 566/2019 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial para criação do seguinte elementos listados, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
02	Gabinete do Prefeito	
004	Administração	
04.122.0101.2.002	Manutenção Encargos com Gabinete	
33.90.33.00.00.00 – 100	Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no Artigo anterior, será utilizado como fonte os Recursos Ordinário através de Transposição Parcial ou Total de Dotação.

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
03	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	
004	Administração	
04.122.0101.2.009	Divulgação de Assuntos de Utilidades Publica	
33.90.39.00.00.00 – 100	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Vale de São Domingos, 05 de Agosto de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 568 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências.”

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial para criação do seguinte elementos listados, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.122.0010.2.100	Manutenção Encargos da Secretaria de Saúde	
44.90.51.00.00.00 – 113	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.122.0010.2.105	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	
33.90.39.00.00.00 – 113	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.301.0020.2.115	Manutenção Encargos NASF – Núcleo de Apoio a Família	
44.90.51.00.00.00 – 113	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.301.0030.2.140	Manutenção Encargos Laboratório Municipal	
44.90.51.00.00.00 – 113	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.302.0030.2.180	Manutenção Encargos com Centro de Reabilitação	
44.90.51.00.00.00 – 113	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.302.0030.2193	Manutenção Encargos Centro Integrado	
44.90.51.00.00.00 – 113	Obras e Instalações	1.000,00
	Total	**1.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no Artigo anterior, será utilizado como fonte os Recursos de Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde, através de Transposição Parcial ou Total de Dotação.

Órgão/Unidade/FuncPrograma/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa, Fonte	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Saúde	
010	Saúde	
10.302.0030.2.145	Manutenção e Encargos das Ações da Média e Alta Complexidade	
33.90.39.00.00.00 – 113	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	6.000,00
	Total	**6.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Vale de São Domingos, 05 de Agosto de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 04/CMRF/2019

Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Suplente.

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a existência de impedimento legal devidamente declarado na 10ª Sessão Ordinária, bem como, o previsto no artigo 7º, IV do Regimento Interno e Decreto n. 41/2018RESOLVE:

Art. 1ºConvocar o Conselheiro Suplente **Sr. JOSÉ CARLOS CALEGARI FILHO** para participar da 11ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a ser realizada em 22/08/2019, no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, especificamente do julgamento dos seguintes processos:

I – CRF/VG n. 38 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal - IPTU);

II – CRF/VG n. 43 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal - IPTU);

III – CRF/VG n. 48 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal - IPTU);

IV - II – CRF/VG n. 53 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S. A x Fisco Municipal - IPTU).

Art. 2ºEsta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 05 de Agosto de 2019.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PORTARIA Nº. 020/2019 – SMVO/VG.

“Dispõe sobre a nomeação de fiscal do Contrato nº. 100/2019 decorrente da Ata Registro de Preços nº. 27/2019 – PP. 01/2019 empresa AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR o servidor GIDEON COSTA ALMEIDA, como fiscal da obra do contrato nº. 100/2019, decorrente da Ata Registro de Preços n. 27/2019 – PP. 01/2019, em substituição ao servidor: ADRIANO RUTHECOSKI LOPES, conformidade com a cláusula décima – Item 10.4 do acompanhamento e a fiscalização.

Art. 2° A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 05 de agosto de 2019.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

EXTRATO CONTRATO N. 143/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Senhor J. GONÇALO DA SILVA FORTES, inscrita no CNPJ nº. 06.194.097/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados a Ata de Registro de Preço n. 107/2018, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 34/2018, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 013/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 608870/2019. OBJETO: Tem por objeto deste contrato é a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande/ MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado do presente R$ 367.464,31 (Trezentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0100. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115049000. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115051000. VIGÊNCIA: Terá vigência do contrato será de 06 (seis) meses,, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que, designa para este ato, servidora Mônica Aparecida Gonçalves, inscrita no CPF n. 627.749.301-97, Matrícula: 108.923, Gerente de Merenda Escolar.

DATA DE ASSINATURA: 30.07.2019

SILVIO APARECIDO FIDELIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

J. GONÇALO DA SILVA FORTES

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 142/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 09.542.453/0001-14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados a Ata de Registro de Preço n. 107/2018, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 34/2018, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 013/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 609165/2019. OBJETO: Tem por objeto deste contrato é a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande/ MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado do presente R$ 1.716.785,04 (Hum milhão setecentos e dezesseis mil setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0100. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115049000. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115051000. VIGÊNCIA: Terá vigência do contrato será de 06 (seis) meses,, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que, designa para este ato, servidora Mônica Aparecida Gonçalves, inscrita no CPF n. 627.749.301-97, Matrícula: 108.923, Gerente de Merenda Escolar.

DATA DE ASSINATURA: 29.07.2019

SILVIO APARECIDO FIDELIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 141/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa FRUTA SUL COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA, inscrita no CNPJ n°. 10.264.502/0001-83. FUNDAMENTAÇÃO LE-

GAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados a Ata de Registro de Preço n. 107/2018, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 34/2018, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 013/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 608783/2019. OBJETO: Tem por objeto deste contrato é a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande/ MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado do presente R$ 139.934,17 (Cento e trinta e nove mil novecentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0100. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115049000. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115051000. VIGÊNCIA: Terá vigência do contrato será de 06 (seis) meses,, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que, designa para este ato, servidora Mônica Aparecida Gonçalves, inscrita no CPF n. 627.749.301-97, Matrícula: 108.923, Gerente de Merenda Escolar.

DATA DE ASSINATURA: 29.07.2019

SILVIO APARECIDO FIDELIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

FRUTA SUL COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA

Contratada

ATO Nº. 398/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 611151/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido João Carlos Ojeda Caballero matricula 134935 do cargo em Concurso de Operador de Máquinas Rodoviária II, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito retroativo, a partir de 29 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 399/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 610483/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Ezenil Alves Pedroso matricula 15823 do cargo em Concurso de Agente de Saúde Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 24 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 140/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora ANDREA BORTOLOMEDI, inscrita no CNPJ n°. 05.794.328/0001-40. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados a Ata de Registro de Preço n. 107/2018, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 34/2018, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 013/2018 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 608603/2019. OBJETO: Tem por objeto deste contrato é a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para atender alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande/ MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado do presente R$ 343.752,85 (Trezentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0100. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115049000. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. CONSUMO. FONTE: 0115051000. VIGÊNCIA: Terá vigência do contrato será de 06 (seis) meses,, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que, designa para este ato, servidora Mônica Aparecida Gonçalves, inscrita no CPF n. 627.749.301-97, Matrícula: 108.923, Gerente de Merenda Escolar.

DATA DE ASSINATURA: 29.07.2019

SILVIO APARECIDO FIDELIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

ANDREA BORTOLOMEDI

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 070/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

SERVIÇO MÉDICO EM CIRURGIA PEDIÁTRICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 13.897.881/0001-3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento encontra fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 no Artigo 57 inciso II, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo do Contrato nº 050/2016 e nos demais documentos. PROCESSO GESPRO Nº. 573418/2019. OBJETO: Tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados em CIRURGIA PEDIÁTRICA (urgência/emergência) aos pacientes atendidos e internados no Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, até a sua alta definitiva. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$1.036.800,00 (um milhão e trinta e seis mil e oitocentos reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - FONTE: 0102/0142/0146. DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - FONTE: 0146/0142. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento.

DATA DE ASSINATURA: 14.06.2019.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

SERVIÇOS MÉDICOS EM CIRURGIA PEDIATRICA LTDA

Contratada

ATO Nº. 403/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 610483/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Laura Cruzeiro Degasperi Azevedo matricula 26579 do cargo em Concurso de Professor, da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo, a partir de 24 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 404/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 522750/2018;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Laura Akiko Hazama matricula 82337 do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado - TDEE, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito retroativo, a partir de 25 de maio de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 405/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 610665/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido André Destéfani Monteiro matricula 132848 do cargo em Concurso de Odontólogo, da Secretaria Municipal de Saúde com efeito retroativo, a partir de 25 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº 06/2019-JAJ/SEMMADRS/VG/MT

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre o julgamento de Recurso Administrativa impetrado por LUIS CLAUDIO JAQUES JUNIOR, inscrita no CPF sob nº 005.333.041-21, em face do Auto de Infração nº 001328 de 18 de julho de 2017.

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DA SEMMADRS, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei 3.970/2.013, artigo 2º, II, "j" e no Decreto Municipal nº 68/2.016; e

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada em 19 de julho de 2.019, que julgou Recurso Administrativo impetrado por LUIS CLAUDIO JAQUES JUNIOR, sob o nº 5596, contra o Auto de Infração nº 001328, de 18 de julho de 2017; e

CONSIDERANDO a Deliberação do Pleno deste Colegiado de Julgamento de Recursos Administrativos.

RESOLVE:

Art.1º- Manter o valor total da multa, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referente ao Auto de Infração nº 001328, por unanimidade

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de agosto de 2019.

HELEN FARIAS FERREIRA

Presidente da JAJIA/SEMMMADRS/VG

ATO Nº. 406/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 608576/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Josué Silva de Oliveira matricula 5970 do cargo em Concurso de Guarda Municipal, da Secretaria Municipal de Defesa Social com efeito retroativo, a partir de 16 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 391/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Rosemeire Gonçalina de Souza Amaral na função de Secretária Escolar – DNS 8 da EMEB Faustino Antonio da Silva**, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 02 de Agosto de 2019.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer

DECRETO Nº 41 DE 05 DE AGOSTO DE 2.019.

Homologa a Instrução Normativa SFI 06 IN 15-03 Nº 001/2.019 que dispõe sobre a padronização dos procedimentos de execução orçamentária de despesas da administração direta do município de Várzea Grande, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1° Fica aprovada e homologada a Instrução Normativa SFI 06 IN 15-03 Nº 001/2.019 que dispõe sobre a padronização dos procedimentos de execução orçamentária de despesas da administração direta do município de Várzea Grande.

Parágrafo único: A Instrução Normativa homologada compõe o presente Decreto, a qual segue em anexo.

Art. 2° Compete à Controladoria Geral do Município dirimir quaisquer dúvidas.

Art. 3° Este Decreto e a Instrução Normativa entram em vigor na data da publicação, revogando-se disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 05 de Agosto de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI 06 IN 15-03 Nº 001/2.019.

Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de execução orçamentária de despesas da administração direta do município de Várzea Grande, e dá outras providências.

Instrução Normativa: SFI 06 IN 15-03 Nº 001/2.019.

Versão: 01

Data: 06/05/2.019

Órgão Responsável:Controladoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1° Fica regulamentado no âmbito da administração direta do Município de Várzea Grande a padronização dos procedimentos da execução orçamentária das despesas, com vistas à eficácia, eficiência e transparência dos atos administrativos e da gestão dos recursos públicos no âmbito do Município de Várzea Grande.

CAPÍTULO II

ABRANGÊNCIA

Art. 2° Abrange a Secretaria de Gestão Fazendária, Secretaria de Planejamento, Gabinete do Poder Executivo e Controladoria Geral do Município.

CAPÍTULO III

BASE LEGAL

Art. 3° O Fundamento jurídico encontra-se consubstanciado nas Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Várzea Grande e nas seguintes legislações:

I – Resolução 001/2007 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

II – Decreto 42/2011 que regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Várzea Grande; e

III – Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4° Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – **Regularidade fiscal**: Documento emitido por órgãos públicos oficiais que atestem a regularidade fiscal ou documental da pessoa física ou jurídica, com as obrigações tributárias, principal e acessória, relacionadas com o ente emissor.

II – **Empenho**: É a fase em que a administração pública municipal se compromete a reservar o valor para cobrir despesas com a aquisição de bens e serviços contratados. Constitui-se em uma garantia para o credor de que há recurso orçamentário para pagar a despesa. (artigo 58 da Lei Federal n.º 4.320/1.964).

III – **Empenho ordinário**: tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez;

IV – **Empenho estimativo**: empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; e

V – **Empenho global**: empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

VI – **Liquidação**: É o segundo estágio da despesa, a fase anterior ao pagamento, em que a administração pública verifica o direito adquirido pelo credor ao recebimento, identificando a origem, o objeto do que se deve pagar para quem pagar e a importância exata a ser quitada. (artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/1.964).

VII – **Pagamento**: É o terceiro estágio da despesa, é o momento em que administração pública efetivamente desembolsa recursos para a quitação do débito, por meio da Ordem Bancária. É precedida pela liquidação. O pagamento depende de programação financeira, da disponibilidade financeira e do fornecedor não estar inscrito no CADIN (artigo 64 da Lei 4.320/64).

VIII – **Contratada:** Pessoa física ou jurídica fornecedora de bens ou prestadora de serviços, locadora, permissionária, concessionária, ou outra forma de vínculo contratual administrativo mediante prévio procedimento licitatório.

CAPÍTULO V

PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO

Art. 5° Os processos de despesas para pagamento deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária no prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, após a entrega da nota fiscal e das certidões de regularidade fiscal na secretaria de origem da despesa.

Art. 6° A partir da entrega da nota fiscal e das certidões de regularidade fiscal pela contratada, a Secretaria Gestora deve imediatamente registrar as notas fiscais no sistema próprio da administração para acompanhamento da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

Parágrafo único: Será de responsabilidade da coordenadoria administrativa financeira (CAF) de cada Secretaria, e ou na falta desta deverá o secretário da pasta indicar um setor ou um servidor para o recebimento das notas fiscais/faturas, e o seu respectivo lançamento no sistema web de protocolo, bem como a autuação do processo de pagamento.

Art. 7º As contas de vencimento, tais como; energia, telefone, entre outras, deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos do prazo de vencimento para pagamento.

Art. 8º A expedição das faturas de prestações de serviços continuados originários de contratos/Atas, deverão se dar preferencialmente no primeiro (01) dia útil de cada mês. Caso, a prestação de serviço seja parcial, a fatura deverá ser emitida proporcional ao número de dias da prestação dos serviços dentro da competência do mês.

Parágrafo único: As faturas deverão ser emitidas até o quinto (05) dia do mês seguinte.

Art. 9º O processo de despesa para pagamento deverá ser instruído de acordo com o rol de documentos do *check–list*, descritos no anexo II e devidamente paginado.

Parágrafo único: é imprescindível a juntada da nota de empenho ao processo de despesa devidamente assinada, original ou cópia.

Art. 10. Todos os processos de despesas encaminhados para pagamento deverão passar pelo protocolo da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que serão previamente analisados os documentos acostados de acordo com o *check–list* (anexo II).

Art. 11. Os processos que não estiverem com todos os documentos acostados, serão devolvidos à secretaria gestora para saneamento da inconformidade, no prazo de 03 (três) dias, independente dos prejuízos que vierem ocasionar à administração.

Parágrafo único: Após análise processual, os documentos que estiverem acostados ao processo e forem apontados como inconsistente, deverão permanecer nos autos, apensando na sequência os documentos com as correções necessárias e devidamente paginadas.

Art. 12. Os processos de despesas que forem remetidos para análise, liquidação e pagamento que estiverem com as certidões com prazo de 5 (cinco) dias para o término de sua vigência não serão recebidos pela Secretaria Municipal de Gestão de Fazendária.

Art. 13. Serão de responsabilidade das Secretarias gestoras do contrato, acompanhar a regularidade fiscal da contratada por todo o período de vigência contratual, nos termos do art. 29 a 31, 55, XIII da Lei nº. 8.666/1. 993 e art. 300 da Lei nº. 1.178/1.998.

Art. 14. É de responsabilidade da Secretaria gestora da despesa a juntada ao processo das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista com prazo máximo de expedição de 03 (três) dias.

Art. 15. Tratando se de serviços de obras e serviços de engenharia, os gestores deverão observar as regras contratuais, em especial a apresentação dos seguros de risco de engenharia, seguro contra acidente de riscos trabalhistas e seguro fiança (execução) exigidos no contrato, antes do início dos serviços.

Art. 16. Toda Nota de Liquidação deverá ter empenho prévio com data anterior à execução ou entrega dos serviços/mercadorias/medições, pois o empenho deverá ser efetuado antes da realização dos serviços conforme determina o artigo 60 da Lei Federal n.º 4.320/1.964.

Art. 17. As aquisições e expedições de ordens de serviços devem ser condicionadas ao monitoramento de saldo orçamentário e controladas diariamente através de planilha com baixa do saldo utilizado, para que não haja ausência de orçamento no momento do empenho e liquidação da despesa.

Art. 18. Tratando-se de empenho estimativo, a Secretaria gestora do contrato e despesa deverá observar e gerenciar seu orçamento, caso houver necessidade de complemento de empenho, esta deverá solicitar junto à Secretaria de Municipal de Planejamento antes do início da despesa efetuada.

Art. 19. Cada unidade da Administração,no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e liquidações para o pagamento das despesas.

Paragrafo único: a quebra da ordem cronológica de pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

Art. 20. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa e ou responsável pela gestão do contrato.

§1º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§2º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a situação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou referentes ao FGTS não afeta o ingresso do pagamento na ordem cronológica de exigibilidade, podendo, nesse caso, a unidade administrativa contratante reter parte do pagamento devido à contratada, limitada a retenção ao valor inadimplido.

Art. 21. Fica estabelecido à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária o prazo de cinco (05) dias úteis para análise dos processos de despesas que nessa fase, deverá constar em seu status “em análise” no sistema.

Parágrafo único: A contagem do prazo se dará no dia subsequente ao protocolo.

Art. 22. Posterior à análise, estando o processo em conformidade com o que determina a Lei, o mesmo será encaminhado para liquidação e emissão de guias de impostos, e posterior pagamento.

Parágrafo único: O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato.

Art. 23. A Regularidade Fiscal da Contratada, certificadas através das Certidões de Regularidade pela Secretaria de origem da despesa deve estar válida na data do pagamento.

Art. 24. Se der o vencimento das certidões no trâmite do processo, estas deverão ser atualizadas no setor em que se encontrar, por meio dos órgãos oficiais ou diretamente com a Contratada por comunicação formal.

Art. 25. A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária poderá solicitar a apresentação da regularidade fiscal da Contratada para saneamento do processo, quando não puder ser verificada nos sites oficiais, no prazo determinado de cinco (05) dias úteis, independente de serem adotadas as medidas dos artigos 25 e 26.

Art. 26. Escoado o prazo do artigo anterior e permanecendo a irregularidade fiscal, será comunicada a Secretaria Gestora do Contrato/ATA a fim de notificar o contratado para regularizar a pendência fiscal no prazo de 03 dias úteis.

Art. 27. Concomitante ao procedimento do artigo 24 será encaminhado cópia da notificação à Controladoria Geral do Município para acompanhamento, e, apurar a responsabilidade da pessoa física ou jurídica, prevista na Lei Federal nº 8.666/1.993 e no Decreto Municipal nº. 12 de 24 de janeiro de 2.017.

Art. 28. Vencido o prazo do artigo 24 e permanecendo a irregularidade fiscal o secretario da pasta deverá aplicar ao contratado as sanções por descumprimento contratual previstas no pacto, e, se necessário, a rescisão unilateral por parte do município.

CAPÍTULO VI PAGAMENTOS DE FATURAS DECORRENTES DE CONTRATOS

DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA

Art. 29. Para recebimento do valor de qualquer fatura (NF) emitida contra o Município, em decorrência de contrato de prestação do serviço de fornecimento de mão de obra, a empresa contratada deverá comprovar, mensalmente no ato da apresentação da fatura, o cumprimento das seguintes obrigações, no mês antecedente, em relação aos seus empregados que prestam serviços em qualquer órgão da administração direta ou indireta do Município, exceto em relação aos admitidos no mês:

I – O recolhimento da contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

II – O recolhimento do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); compreendendo o protocolo do envio da SEFIP/Conectividade GFIPs, FGTS e INSS;

III – a entrega dos vales transporte;

IV – A entrega dos vales refeições;

V – O pagamento do salário.

§ 1º A falta de apresentação de quaisquer dos documentos referidos no caput, ensejará a retenção do valor da fatura até que se regularize a pendência.

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da fatura, sem que a pendência seja regularizada, o processo deve ser encaminhado à Secretaria Gestora do Contrato para aplicar as sanções previstas no contrato e adotando as providências legais cabíveis para que o serviço prestado não sofra descontinuidade.

Art. 30. Será considerado inidôneo o documento que:

I – Contiver declaração inexata;

II – Apresentar emendas ou rasuras; e

III – omitir dados indispensáveis à identificação do empregado que presta serviço ao Município.

Art. 31. As obrigações referidas nos itens I a V do artigo 27 da presente Instrução Normativa devem constar, obrigatoriamente, em todos os contratos de obras e serviços celebrados com a Administração Direta e Indireta do Município de Várzea Grande, a partir da data de sua publicação.

Art. 32. Será responsabilizado o servidor municipal que não observar as disposições desta Instrução Normativa.

Art. 33. Os arquivos físicos dos processos de pagamentos são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que serão digitalizados por credor e data de pagamento.

CAPÍTULO VII RESPONSABILIDADES

Art. 34. É responsabilidade da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária:

I - Promover a divulgação e expedir atos complementares, mantendo-a atualizada, orientando as Secretarias e supervisionar sua aplicação; e;

II - Promover discussões técnicas com as Secretarias e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

Art. 35. É responsabilidade da Controladoria Interna:

I - Prestar apoio técnico na fase de elaboração de normativas e suas atualizações, em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II - Através de atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas; e

III - organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

Art. 36. É responsabilidade das Secretarias ordenadoras de despesas:

I – Acompanhar e fiscalização a execução dos objetos contratados pela administração;

II – Acompanhar e fiscalizar a regularidade fiscal e documental da(s) contratada(s) no âmbito de sua competência;

III – Manter a regularidade dos processos de execução orçamentária de despesas de sua competência;

IV – Apurar a responsabilidade do(s) servidor (es) que derem causa a procrastinação administrativa e mora no regular procedimento de execução orçamentária de despesas que causar prejuízo para a administração.

CAPÍTULO VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 37. Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada e adequada sempre que houver alterações das normas de âmbito Federal, alterações no Plano Estratégico Institucional – PDI, bem como a necessidade de adequações as estruturas sistêmicas Administrativas Municipais, face à edição da Lei Municipal nº 4.083 de 16 de abril de 2016, a qual reorganiza a estrutura básica administrativa do Poder Executivo Municipal.

Art. 38. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

Art. 39. Esta Instrução Normativa em vigor a partir da data de sua publicação.

Paço “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, Várzea Grande – Mato Grosso, 06 de maio de 2.019.

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretária Municipal de Gestão Fazendária

KLEBER FERREIRA RIBEIRO

Controlador Geral do Município

ANEXO I

INSTRUÇÕES

ORDENAMENTO DA DESPESA

1	Fundamento legal para realização da despesa (contrato/ata de registros de preços, etc.) e seus prazos de validade;
2	Não ordenar despesa com instrumento contratual vencido ou inexistente;
3	Verificar disponibilidade orçamentária e compatibilidade com os programas de trabalhos da LOA;
4	Solicitar emissão da Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras ou Emissão da Ordem de Serviços, conforme Cláusulas Contratuais;
5	Solicitar emissão da Nota de Empenho previamente junto a Secretaria de Planejamento, em cumprimento ao artigo 60 da Lei Federal 4. 320/1.964;
6	Tratando-se de empenho estimativo, a secretaria gestora do contrato e despesa deverá observar e gerenciar seu orçamento, caso houver necessidade de complemento de empenho, esta deverá solicitar junto à secretaria de planejamento antes da realização dos serviços.
7	Realizar por meio de servidor previamente designado a Fiscalização do Contrato, por meio da emissão de Relatório de Fiscalização, pontuando todas as ocorrências positivas ou negativas, medidas adotas e se a empresa encontra-se habilitada para recebimento da N.F./Fatura;
8	Observar as Cláusulas de Execução do Contrato, a fim de evitar falhas durante a execução e sanções futuras;
9	Observar as Cláusulas de Condições de Pagamento;
10	Exigir durante a Execução do Contato a Regularidade Fiscal da Empresa, conforme determina a Legislação vigente;

ANEXO II

AUTUAÇÃO DO PROCESSO PARA LIQUIDAÇÃO/PAGAMENTO

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM	NÃO	FOLHA
1. Registrar o Processo no Sistema Web de Protocolo;			
2. *Check-list* e Relatório de Conformidade de Análise prévia devidamente preenchido e assinado por servidor designado;			
3. CI Autorizando a Liquidação e Pagamento da Despesa, Nota Fiscal e Data de Emissão, Projeto/Atividade, Recurso, Conta Corrente e Valor;			
4. Consta no processo a nota de empenho assinada (original ou cópia)? (Lei nº 4.320/64)			
5.Os campos da nota de empenho foram preenchidos adequadamente?			
6. Constam cotações? (Lei 8666/93); (no caso de compra direta)			
7. Consta o atestado de capacidade técnica ou de exclusividade, em caso de inexigibilidade? (Lei 8666/93); (no caso de compra direta)			
8. Consta a medição dos serviços com período da execução atestada?			
9. Pagamento de multa de veículos: deverá conter no histórico do empenho e da liquidação a descrição do veículo, tais como, a marca do carro, placa, renavam e nome do condutor que cometeu a infração. Consta?			
10. Consta Nota Fiscal Eletrônica/fatura/recibo atestados? (Lei nº 4.320/64)			
11.Relatório de Fiscalização do Contrato;			
12. Relatórios complementares (quando se tratar de prestação de serviços e constarem em Cláusulas Contratuais ou Recomendações do TCE/MT);			

13. Registro Fotográfico (quando necessário para comprovação da prestação dos serviços);			
14. Consta Cópia da publicação do ato licitatório/dispensa/inexigibilidade ou contrato no Diário Oficial do Município? (Lei 8.666/93)			
15. protocolo do envio da SEFIP/Conectividade GFIPs e FGTS, INSS; (pagamento de faturas decorrentes de contratos de mão de obra.			
16. **OBRAS**: ART´s dos responsáveis pela Execução e Fiscalização;			
17. **OBRAS**: C.E.I. da obra junto ao INSS			
18. **OBRAS**: Relação de Empregados contratos para Execução do Objeto do Contrato;			
19. **OBRAS**: Registro Fotográfico de Evolução da Obra;			
20. **OBRAS**: Diário de Execução da Obra correspondente ao período da medição;			
21. **OBRAS**: Comprovante de Registro da Medição do Sistema GEO-OBRAS			
22. **OBRAS**: Seguro obrigatório			
23. Há lista da entrega dos vales transporte? (pagamento de faturas decorrentes de contratos de mão de obra)			
24. Há lista da entrega dos vales refeição? (pagamento de faturas decorrentes de contratos de mão de obra)			
25. Anexou a Relação de Pagamento do salário? (pagamento de faturas decorrentes de contratos de mão de obra)			
26. Foi anexada a Certidão Negativa do INSS?			
27. Foi anexada a Certidão negativa do FGTS?			
28. Foi anexada a Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e quanto a Dívida Ativa da União?			
29. Foram anexadas as Certidões de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal e Estadual?			
30. Foi anexada a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT			
31. Consta o Parecer Jurídico?			
32. Há DAM com pagamento de retenção de ISS (pagamento pessoa física)? No caso de prestador de serviços.			
33. Consta documento de comprovação da retenção do INSS (pagamento pessoa física)? No caso de prestador de serviços.			
34. Foi realizada a retenção devida do ISS? No caso de prestador de serviços.			
35. Foi realizada a retenção devida do INSS? (IN RFB nº 971/2009 e posteriores alterações)			
36. Após análise, retenção do IRRF (Decreto SRF nº 3. 000/99)			

ANEXO III

PROTOCOLO DE PROCESSOS E PRAZOS

1	Protocolo do Processo na Secretaria de Gestão Fazendária será das 8:00 hr. às 18:00 hr.
2	Prazo para análise do processo será de até 5 (cinco) dias úteis, após protocolo na Secretaria de Gestão Fazendária
3	Atestada a conformidade, o processo será encaminhado à Coordenadoria de Análise e Liquidação.
4	Processos devolvidos por não conformidade, terão seus prazos considerados a partir do protocolo de correção na Secretaria de Gestão Fazendária.

ANEXO IV

DESPACHO DE CONFORMIDADE

Processo/Nº:_____

Valor R$_____

Favorecido:_____

__

Objeto:_____

_____

1 – Verificada a conformidade da documentação constante no processo, encaminhamos à Secretaria de Gestão Fazendária para os trâmites de Liquidação Contábil [ ] – Pagamento [ ].

_____

CAF - Servidor Responsável.

Em, _____/_____/ 2018

2 – SGFAZ -Verificada a conformidade do processo [ ] - Não Conformidade [ ].

2.1 Devolvido à Secretaria de origem para sanar as pendências [ ] em _____/_____/2018.

2.1.1 Outras Devoluções:

2.2 Retorno para conformidade em _____/_____/2018.

2.3 Verificada a conformidade do processo [ ]

_____

Servidor Responsável

Analise Processo.

Ciente: Coord. de Análise e Liquidação e pagamento.

Em, _____/_____/ 2018.

3 – Registra-se a Liquidação Contábil e encaminha-se para Contas a Pagar e Inclusão na Programação de Pagamento.

_____

Servidor responsável pela Liquidação

Liquidado em, _____/_____/ 2018

4 – Registra-se o agendamento do pagamento, de acordo com a autorização emitida pelo Ordenador da Despesa.

_____ _____

Agendamento do Pagamento: Autorização do Pagamento:

Coordenador de Análise, Liquidação e Pagamento. Secretário Ordenador da Despesa

Em, _____/_____/ 2018 Em, _____/_____/ 2018

ANEXO V

Fluxograma - Processo de Pagamento

GESTOR DO CONTRATO Unidade Requisitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA Financeiro

PORTARIA Nº 764/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **01.08.2019 a 30.08.2019,** ao servidor **NATALIN CARRARO**, matrícula n° 36253, exercendo o cargo Efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 763/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Agosto/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONOMICO E TURISMO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
3515	ANDREIA RIOS DE MELO	Efetivo	**2017/2018**	14.08.19 a 28.08.19 (15 dias)
130506	CAMILA ANDRETTY	Comissão	**2018/2019**	01.08.19 a 10.08.19 (10 dias)
6828	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS	Efetivo	**2015/2016**	01.08.19 a 30.08.19 (30 dias)
8020	CLARINDO GONÇALO DA CUNHA	Efetivo	**2016/2017**	01.08.19 a 30.08.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PAUTA DE JULGAMENTO DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 22/08/2019

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber que a 11ª Sessão Ordinária será realizada dia 22/08/2019, às 09h00min na Secretaria de Gestão Fazendária – Gabinete da Secretaria, com a seguinte pauta:

1) Processo CRF/VG n. 35 (Comercial de Alimentos Globo Ltda. x Fisco Municipal – ISSQN – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. DANIEL DA SILVA MARTINS NETO);

2) Processo CRF/VG n. 38 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

3) Processo CRF/VG n. 43 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

4) Processo CRF/VG n. 48 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

5) Processo CRF/VG n. 53 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

6) Processo CRF/VG n. 61 (Consulta Tributária – IPTU – Conselheira Relatora Sra. ADRIANA SCHLITTER).

Várzea Grande; 05 de Agostode 2019.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PORTARIA Nº 758/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Agosto/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
13815	ELISEU HEBER DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
100426	JANSEN GOMES SOUDRE	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
100615	JULIANO CESAR BEZERRA LEMOS	Comissão/ Efetivo	**2016/2017**	05.08.19 A 14.08.19 (10 dias)
100424	MARCELO DA SILVA LOPES	Efetivo	**2017/2018**	01.08.19 A 15.08.19 (15 dias)
100569	PAULO CEZAR LEMES	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
101235	SONGIR ROSANIO ALVES DA CUNHA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
45715	VALDINEI DOS SANTOS NUNES	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 757/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Agosto/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
100609	BRUNA LORAYNE ALMEIDA HAENISCH	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
6680	CARLOS ALBERTO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
100615	CELIA CRISTINA DE SIQUEIRA BRAGA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
7645	CESAR RIBEIRO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 15.08.19 (15 dias)
12065	EDIVAN APARECIDO DIAS DE AMORIM	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)
100428	ENTONI CONCEIÇÃO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.08.19 A 30.08.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 390/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Rosemeire Gonçalina de Souza Amaral da função de Secretária Escolar – DNS 8 na EMEB Faustino Antonio da Silva**, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de Agosto de 2019.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer

ATO Nº. 392/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Nadia Batista de Almeida na função de Diretora Escolar na CMEI Ana Isabel da Silva, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de Agosto de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer

ATO Nº. 393/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Maria Aparecida Oliveira na função de Diretora Escolar na CMEI Caetano da Costa, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de Agosto de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 766/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ADEMAR DONIZETE DA SILVA**
MATRICULA	387
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	279913/2014

LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	04.08.2019 à 01.11.2019

SERVIDOR	**ANA FIGUEIREDO DA SILVA**
MATRÍCULA	2768
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	603010/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.03.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	11.08.2019 à 08.11.2019

SERVIDOR	**CLAUDIA MARA MENDES**
MATRICULA	8240
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	474439/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2019 à 30.08.2019

SERVIDOR	**ÉRICA CRISTINA RIBEIRO DA CRUZ**
MATRICULA	14842
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	357310/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2019 à 09.11.2019

SERVIDOR	**EVANICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS**
MATRICULA	15668
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	467956/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2019 à 09.11.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 767/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**EVANS DE ARRUDA BOTELHO**
MATRICULA	15747
CARGO	Motorista
PROCESSO N°	568821/2019
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QUINQUÊNIO	**07.01.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	31.07.2019 à 28.09.2019

SERVIDOR	**ILCREA CORREA DOS SANTOS**
MATRÍCULA	19560
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	593522/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.10.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	11.08.2019 à 08.11.2019

SERVIDOR	**IOLANDA MARIA FERREIRA DA SILVA**
MATRICULA	19777
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	4320/2006
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.03.2001/2006**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2019 à 09.11.2019

SERVIDOR	**JUCILEI PEREIRA VIEIRA**
MATRICULA	25008
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	584651/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**28.02.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2019 à 09.11.2019

SERVIDOR	**JUCINEY GORET DA COSTA ARRUDA**
MATRICULA	100831
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	598412/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	12.08.2019 à 09.11.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO Nº. 395/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 609625/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Juliana Cristini Bach Ferreira matricula 100832 do cargo em Concurso de Professor Nível Superior da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito a partir de 19 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 756/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Agosto/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
130797	ALEX PRAEIRO BOAVENTURA	Comissão	**2018/2019**	08.08.19 a 09.08.19 (02 dias)
129643	FATIMA BENEDITA DOS SANTOS	Comissão	**2018/2019**	12.08.19 a 21.08.19 (10 dias)
22450	JOAO MARQUES DE OLIVEIRA	Efetivo	**2016/2017**	05.08.19 a 24.08.19 (20 dias)
41370	ROSEMBERG ALMEIDA BARCELOS	Efetivo	**2017/2018**	12.08.19 a 28.08.19 (17 dias)
42602	SARA JOELI MONFORT DE ALBUQUERQUE	Efetivo	**2017/2018**	05.08.19 a 14.08.19 (10 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

RESOLUÇÃO Nº 07/2019-JAJ/SEMMADRS/VG/MT

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre o julgamento de Recurso Administrativa impetrado por RODRIGO CHAVES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.200.436/0001-00, em face do Auto de Infração nº 001429 de 05 de julho de 2018.

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DA SEMMADRS, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei 3.970/2.013, artigo 2º, II, “j” e no Decreto Municipal nº 68/2.016; e

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada em 19 de julho de 2.019, que julgou Recurso Administrativo impetrado por RODRIGO CHAVES EIRELI - ME, sob o nº 8223, contra o Auto de Infração nº 001429, de 05 de julho de 2018; e

CONSIDERANDO a Deliberação do Pleno deste Colegiado de Julgamento de Recursos Administrativos.

RESOLVE:

Art.1º- Manter o valor total da multa, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), referente ao Auto de Infração nº 001429, por unanimidade

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de agosto de 2019.

HELEN FARIAS FERREIRA

Presidente da JAJIA/SEMMMADRS/VG

PORTARIA Nº 755/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Agosto a Outubro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
30897	MARCIA FRANÇOSO	Efetivo	**2018/2019**	12.08.2019 a 16.08.2019 (05 dias)
30897	MARCIA FRANÇOSO	Efetivo	**2018/2019**	30.09.2019 a 11.10.2019 (12 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 05 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 394/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Marli Tomaz de Arruda na função de Diretora Escolar na CMEI Professor Edson Reveles Pereira, **da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de Agosto de 2019.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer

ATO Nº. 396/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 610748/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Letícia dos Santos Paes matricula 130054 do cargo em Concurso de Psicóloga, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de agosto de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO Nº 05/2019-JAJ/SEMMADRS/VG/MT

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre o julgamento de Recurso Administrativa impetrado por VENCOPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob nº 08.237.167/0001-38, em face do Auto de Infração nº 0461 de 14 de outubro de 2015.

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE JULGAMENTO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DA SEMMADRS, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei 3.970/2.013, artigo 2º, II, "j" e no Decreto Municipal nº 68/2.016; e

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada em 19 de julho de 2.019, que julgou Recurso Administrativo impetrado por VENCOPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, sob o nº 2116, contra o Auto de Infração nº 0461, de 14 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO a Deliberação do Pleno deste Colegiado de Julgamento de Recursos Administrativos.

RESOLVE:

Art.1º- Manter o valor total da multa, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referente ao Auto de Infração nº 0461, por unanimidade

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de agosto de 2019.

HELEN FARIAS FERREIRA

Presidente da JAJIA/SEMMMADRS/VG

ATO Nº. 397/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 610996/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido David Cruz de Oliveira matricula 130114 do cargo em Concurso de Motorista, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 30 de julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 276/2019

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **GEAN FLORIANO ORTIZ DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Martiniano Ribeiro da Fonseca, s/n. - Bairro Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 226.3590-4 SSP/MT e CPF n. 037. 551.641-75, do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Esporte e Lazer**, **Símbolo C.C.4**, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

IMPREV
RREO - ANEXO II (LRF, ART. 52, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.712.570,00	6.705.570,00	738.929,35	2.261.977,91	99,82	4.443.592,09	762.218,44	2.207.285,36	99,81	4.498.284,64
Previdência Social	6.712.570,00	6.705.570,00	738.929,35	2.261.977,91	99,82	4.443.592,09	762.218,44	2.207.285,36	99,81	4.498.284,64
Previdência do Regime Estatutário	6.712.570,00	6.705.570,00	738.929,35	2.261.977,91	99,82	4.443.592,09	762.218,44	2.207.285,36	99,81	4.498.284,64
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.000,00	9.000,00	1.764,19	4.094,96	0,18	4.905,04	1.764,19	4.094,96	0,19	4.905,04
Previdência Social	2.000,00	9.000,00	1.764,19	4.094,96	0,18	4.905,04	1.764,19	4.094,96	0,19	4.905,04
Previdência do Regime Estatutário	2.000,00	9.000,00	1.764,19	4.094,96	0,18	4.905,04	1.764,19	4.094,96	0,19	4.905,04
TOTAL (III) = (I + II)	6.714.570,00	6.714.570,00	740.693,54	2.266.072,87	100,00	4.448.497,13	763.982,63	2.211.380,32	100,00	4.503.189,68

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

IMPREV
RREO - ANEXO III (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**156.737,86**	**156.895,61**	**162.452,55**	**166.602,52**	**158.298,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**545.239,96**	**265.316,12**	**329.826,95**	**351.874,02**	**2.788.642,34**	**4.448.570,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	152.363,24	152.496,42	158.020,57	160.284,14	153.764,68	155.778,25	153.337,87	172.537,02	142.816,04	154.105,03	158.708,43	153.215,05	1.867.426,74	1.679.930,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.799,65	106.571,30	166.441,32	193.946,26	864.758,53	2.678.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.799,65	106.571,30	166.441,32	193.946,26	864.758,53	2.678.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.374,62	4.399,19	4.431,98	6.318,38	4.533,42	4.544,89	4.582,17	4.618,45	4.624,27	4.639,79	4.677,20	4.712,71	56.457,07	90.640,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**156.737,86**	**156.895,61**	**162.452,55**	**166.602,52**	**158.298,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**545.239,96**	**265.316,12**	**329.826,95**	**351.874,02**	**2.788.642,34**	**4.448.570,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Consolidação Administração Indireta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	6.714.570,00	6.714.570,00	1.950.754,91	1.921.476,38
Receita de Contribuições dos Segurados	11.330,00	11.330,00	5.158,38	9.598,15
Civil	11.330,00	11.330,00	5.158,38	9.598,15
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	11.330,00	11.330,00	5.158,38	9.598,15
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	888.638,18
Civil	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	888.638,18
Ativo	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	888.638,18
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.678.000,00	2.678.000,00	1.910.438,85	996.942,64
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.678.000,00	2.678.000,00	1.910.438,85	996.942,64
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	28.225,12	26.297,41
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	28.225,12	26.297,41
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.950.754,91**	**1.921.476,38**

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Consolidação Administração Indireta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	895.070,00	895.070,00	200.027,23	1.392.936,46	145.334,68	1.337.327,90
Despesas Correntes	886.830,00	886.830,00	199.749,23	1.392.653,57	145.056,68	1.337.045,01
Despesas de Capital	8.240,00	8.240,00	278,00	282,89	278,00	282,89
PREVIDÊNCIA (VI)	2.575.000,00	2.575.000,00	2.066.045,64	314.805,76	2.066.045,64	314.805,76
Benefícios - Civil	2.575.000,00	2.575.000,00	447.859,04	314.805,76	447.859,04	314.805,76
Aposentadorias	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	575.000,00	575.000,00	201.908,28	148.862,66	201.908,28	148.862,66
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	245.950,76	165.943,10	245.950,76	165.943,10
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	1.618.186,60	0,00	1.618.186,60	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	1.618.186,60	0,00	1.618.186,60	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**2.266.072,87**	**1.707.742,22**	**2.211.380,32**	**1.652.133,66**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	**3.244.500,00**	**3.244.500,00**	**(315.317,96)**	**213.734,16**	**(260.625,41)**	**269.342,72**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	3.244.500,00

APORTES DE RECURSOS FARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	76.393,23	374.344,35

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Consolidação Administração Indireta

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Investimentos e Aplicações	33.012.506,07	27.982.310,53
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

IMPREV
RREO - ANEXO V (LRF, ART. 53, INCISO III)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 30 Abr 2019 (B)	Em 30 Jun 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
_ Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
___ Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
___ (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
_ Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Jun 2019 (VIc - VIa)
VALOR	**0,00**	**0,00**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

IMPREV

RREO - ANEXO VI (LRF, ART. 53, INCISO III)

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.448.570,00	2.853.206,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	1.679.930,00	914.542,59
Receita Patrimonial	2.678.000,00	1.910.438,85
Aplicações Financeiras(II)	2.678.000,00	1.910.438,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	28.225,12
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	90.640,00	28.225,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	1.770.570,00	942.767,71
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**1.770.570,00**	**942.767,71**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	3.452.830,00	2.261.699,91	2.207.007,36	1.898.655,89	5.797,03	22.202,57	22.202,57
Pessoal e Encargos Sociais	3.116.900,00	2.143.482,26	2.143.482,26	1.835.130,79	5.797,03	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	335.930,00	118.217,65	63.525,10	63.525,10	0,00	22.202,57	22.202,57
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	335.930,00	118.217,65	63.525,10	63.525,10	0,00	22.202,57	22.202,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	3.452.830,00	2.261.699,91	2.207.007,36	1.898.655,89	5.797,03	22.202,57	22.202,57
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.240,00	278,00	278,00	278,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	8.240,00	278,00	278,00	278,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.240,00	278,00	278,00	278,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	FAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	3.244.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**6.705.570,00**	**2.261.977,91**	**2.207.285,36**	**1.898.933,89**	**5.797,03**	**22.202,57**	**22.202,57**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-984.165,78**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2019
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	1.910.438,85
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**926.273,07**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	**0,00**	

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 4/4

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	**0,00**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	**-1.910.438,85**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

IMPREV
RREO - ANEXO IX (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.240,00	278,00	7.962,00
__ Investimentos	8.240,00	278,00	7.962,00
__ Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
__ Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**8.240,00**	**278,00**	**7.962,00**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**8.240,00**	**278,00**	**7.962,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.712.570,00	6.705.570,00	371.057,06	2.633.034,97	99,84	4.072.535,03	371.740,75	2.579.026,11	99,84	4.126.543,89
Previdência Social	6.712.570,00	6.705.570,00	371.057,06	2.633.034,97	99,84	4.072.535,03	371.740,75	2.579.026,11	99,84	4.126.543,89
Previdência do Regime Estatutário	6.712.570,00	6.705.570,00	371.057,06	2.633.034,97	99,84	4.072.535,03	371.740,75	2.579.026,11	99,84	4.126.543,89
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.000,00	9.000,00	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04
Previdência Social	2.000,00	9.000,00	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04
Previdência do Regime Estatutário	2.000,00	9.000,00	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04	0,00	4.094,96	0,16	4.905,04
TOTAL **(III) = (I + II)**	6.714.570,00	6.714.570,00	371.057,06	2.637.129,93	100,00	4.077.440,07	371.740,75	2.583.121,07	100,00	4.131.448,93

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**1.360.949,51**	**30,59**	**2.853.206,56**	**64,14**	**1.595.363,44**
RECEITAS CORRENTES	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**1.360.949,51**	**30,59**	**2.853.206,56**	**64,14**	**1.595.363,44**
CONTRIBUIÇÕES	1.679.930,00	1.679.930,00	305.698,04	18,20	914.542,59	54,44	765.387,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.679.930,00	1.679.930,00	305.698,04	18,20	914.542,59	54,44	765.387,41
RECEITA PATRIMONIAL	2.678.000,00	2.678.000,00	1.045.680,32	39,05	1.910.438,85	71,34	767.561,15
VALORES MOBILIÁRIOS	2.678.000,00	2.678.000,00	1.045.680,32	39,05	1.910.438,85	71,34	767.561,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.640,00	90.640,00	9.571,15	10,56	28.225,12	31,14	62.414,88
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	83.430,00	83.430,00	3.838,64	4,60	11.515,92	13,80	71.914,08
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	7.210,00	7.210,00	5.732,51	79,51	16.709,20	231,75	-9.499,20
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**568.911,97**	**25,11**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.929.861,48**	**28,74**	**4.525.984,12**	**67,41**	**2.188.585,88**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.929.861,48**	**28,74**	**4.525.984,12**	**67,41**	**2.188.585,88**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.714.570,00	6.714.570,00	1.929.861,48	28,74	4.525.984,12	67,41	2.188.585,88
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**3.468.070,00**	**3.461.070,00**	**738.929,35**	**2.261.977,91**	**1.199.092,09**	**762.218,44**	**2.207.285,36**	**1.253.784,64**	**1.898.933,89**
DESPESAS CORRENTES	**3.459.830,00**	**3.452.830,00**	**738.929,35**	**2.261.699,91**	**1.191.130,09**	**762.218,44**	**2.207.007,36**	**1.245.822,64**	**1.898.655,89**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.123.900,00	3.116.900,00	735.728,80	2.143.482,26	973.417,74	735.728,80	2.143.482,26	973.417,74	1.835.130,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	335.930,00	335.930,00	3.200,55	118.217,65	217.712,35	26.489,64	63.525,10	272.404,90	63.525,10
DESPESAS DE CAPITAL	**8.240,00**	**8.240,00**	**0,00**	**278,00**	**7.962,00**	**0,00**	**278,00**	**7.962,00**	**278,00**
INVESTIMENTOS	8.240,00	8.240,00	0,00	278,00	7.962,00	0,00	278,00	7.962,00	278,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**2.000,00**	**9.000,00**	**1.764,19**	**4.094,96**	**4.905,04**	**1.764,19**	**4.094,96**	**4.905,04**	**3.228,93**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**740.693,54**	**2.266.072,87**	**1.203.997,13**	**763.982,63**	**2.211.380,32**	**1.258.689,68**	**1.902.162,82**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**740.693,54**	**2.266.072,87**	**1.203.997,13**	**763.982,63**	**2.211.380,32**	**1.258.689,68**	**1.902.162,82**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.259.911,25	—	—	2.314.603,80	—	2.623.821,30
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.470.070,00	3.470.070,00	740.693,54	4.525.984,12	—	763.982,63	4.525.984,12	—	4.525.984,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**568.911,97**	**25,11**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**568.911,97**	**25,11**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.266.000,00	2.266.000,00	568.911,97	25,11	1.672.777,56	73,82	593.222,44

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**568.911,97**	**25,11**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
Contribuições Sociais	2.266.000,00	2.266.000,00	568.911,97	25,11	1.672.777,56	73,82	593.222,44

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**2.000,00**	**9.000,00**	**1.764,19**	**4.094,96**	**4.905,04**	**1.764,19**	**4.094,96**	**4.905,04**	**3.228,93**
DESPESAS CORRENTES	2.000,00	9.000,00	1.764,19	4.094,96	4.905,04	1.764,19	4.094,96	4.905,04	3.228,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.000,00	9.000,00	1.764,19	4.094,96	4.905,04	1.764,19	4.094,96	4.905,04	3.228,93
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 4.521.889,16

IMPREV
RREO - ANEXO VII (LRF, ART. 53, INCISO V)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					Inscritos		RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	5.797,03	5.797,03	-	-	-	22.202,57	22.202,57	22.202,57	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA R	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-I	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**5.797,03**	**5.797,03**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22.202,57**	**22.202,57**	**22.202,57**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

IMPREV
RREO - ANEXO IX (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.240,00	677,99	7.562,01
_ Investimentos	8.240,00	677,99	7.562,01
_ Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
_ Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**8.240,00**	**677,99**	**7.562,01**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**8.240,00**	**677,99**	**7.562,01**

FONTE:

IMPREV
RREO - ANEXO V (LRF, ART. 53, INCISO III)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 30 Jun 2019 (B)	Em 31 Ago 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
_ Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
___ Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
___ (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
_ Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
FASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Ago 2019 (VIc - VIa)
VALOR	**0,00**	**0,00**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.448.570,00	2.861.211,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	1.679.930,00	922.547,40
Receita Patrimonial	2.678.000,00	1.910.438,85
Aplicações Financeiras(II)	2.678.000,00	1.910.438,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	28.225,12
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	90.640,00	28.225,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	1.770.570,00	950.772,52
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**1.770.570,00**	**950.772,52**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	3.452.830,00	2.632.356,98	2.578.348,12	2.275.948,85	5.797,03	22.202,57	22.202,57
Pessoal e Encargos Sociais	3.116.900,00	2.510.601,87	2.500.528,01	2.198.128,74	5.797,03	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	335.930,00	121.755,11	77.820,11	77.820,11	0,00	22.202,57	22.202,57
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	335.930,00	121.755,11	77.820,11	77.820,11	0,00	22.202,57	22.202,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	3.452.830,00	2.632.356,98	2.578.348,12	2.275.948,85	5.797,03	22.202,57	22.202,57
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
Investimentos	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	3.244.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**6.705.570,00**	**2.633.034,97**	**2.579.026,11**	**2.276.626,84**	**5.797,03**	**22.202,57**	**22.202,57**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-1.353.853,92**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2019
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	1.910.438,85
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**556.584,93**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	**0,00**	

Continua 3/4

Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 4/4

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	**-1.910.438,85**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

IMPREV
RREO - ANEXO III (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2018 A JUNHO/2019
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**162.452,55**	**166.602,52**	**158.268,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**545.239,96**	**265.316,12**	**329.826,95**	**351.874,02**	**637.858,20**	**723.091,31**	**3.835.958,38**	**4.448.570,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	159.020,57	160.284,14	153.764,68	155.778,25	153.337,87	172.537,22	142.816,04	154.105,03	158.708,43	153.215,25	153.086,15	152.611,89	1.868.265,12	1.679.930,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.799,65	106.571,30	166.441,32	193.946,26	480.008,03	565.672,29	1.910.438,85	2.678.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.799,65	106.571,30	166.441,32	193.946,26	480.008,03	565.672,29	1.910.438,85	2.678.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.431,98	6.318,38	4.503,42	4.544,89	4.582,17	4.618,45	4.624,27	4.639,79	4.677,20	4.712,71	4.764,02	4.807,13	57.254,41	90.640,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**162.452,55**	**166.602,52**	**158.268,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**545.239,96**	**265.316,12**	**329.826,95**	**351.874,02**	**637.858,20**	**723.091,31**	**3.835.958,38**	**4.448.570,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**8.004,81**	**0,18**	**2.861.211,37**	**64,32**	**1.587.358,63**
RECEITAS CORRENTES	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**8.004,81**	**0,18**	**2.861.211,37**	**64,32**	**1.587.358,63**
CONTRIBUIÇÕES	1.679.930,00	1.679.930,00	8.004,81	0,48	922.547,40	54,92	757.382,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.679.930,00	1.679.930,00	8.004,81	0,48	922.547,40	54,92	757.382,60
RECEITA PATRIMONIAL	2.678.000,00	2.678.000,00	0,00	0,00	1.910.438,85	71,34	767.561,15
VALORES MOBILIÁRIOS	2.678.000,00	2.678.000,00	0,00	0,00	1.910.438,85	71,34	767.561,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.640,00	90.640,00	0,00	0,00	28.225,12	31,14	62.414,88
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	83.430,00	83.430,00	0,00	0,00	11.515,92	13,80	71.914,08
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	7.210,00	7.210,00	0,00	0,00	16.709,20	231,75	-9.499,20
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**8.004,81**	**0,12**	**4.533.988,93**	**67,52**	**2.180.581,07**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**8.004,81**	**0,12**	**4.533.988,93**	**67,52**	**2.180.581,07**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.714.570,00	6.714.570,00	8.004,81	0,12	4.533.988,93	67,52	2.180.581,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**3.468.070,00**	**3.461.070,00**	**371.057,06**	**2.633.034,97**	**828.035,03**	**371.740,75**	**2.579.026,11**	**882.043,89**	**2.276.626,84**
DESPESAS CORRENTES	**3.459.830,00**	**3.452.830,00**	**370.657,07**	**2.632.356,98**	**820.473,02**	**371.340,76**	**2.578.348,12**	**874.481,88**	**2.275.948,85**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.123.900,00	3.116.900,00	367.119,61	2.510.601,87	606.298,13	357.045,75	2.500.528,01	616.371,99	2.198.128,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	335.930,00	335.930,00	3.537,46	121.755,11	214.174,89	14.295,01	77.820,11	258.109,89	77.820,11
DESPESAS DE CAPITAL	**8.240,00**	**8.240,00**	**399,99**	**677,99**	**7.562,01**	**399,99**	**677,99**	**7.562,01**	**677,99**
INVESTIMENTOS	8.240,00	8.240,00	399,99	677,99	7.562,01	399,99	677,99	7.562,01	677,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**2.000,00**	**9.000,00**	**0,00**	**4.094,96**	**4.905,04**	**0,00**	**4.094,96**	**4.905,04**	**4.094,96**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**371.057,06**	**2.637.129,93**	**832.940,07**	**371.740,75**	**2.583.121,07**	**886.948,93**	**2.280.721,80**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**371.057,06**	**2.637.129,93**	**832.940,07**	**371.740,75**	**2.583.121,07**	**886.948,93**	**2.280.721,80**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.896.859,00	—	—	1.950.867,86	—	2.253.267,13
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.470.070,00	3.470.070,00	371.057,06	4.533.988,93	—	371.740,75	4.533.988,93	—	4.533.988,93
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.266.000,00	2.266.000,00	0,00	0,00	1.672.777,56	73,82	593.222,44

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.672.777,56**	**73,82**	**593.222,44**
Contribuições Sociais	2.266.000,00	2.266.000,00	0,00	0,00	1.672.777,56	73,82	593.222,44

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**2.000,00**	**9.000,00**	**0,00**	**4.094,96**	**4.905,04**	**0,00**	**4.094,96**	**4.905,04**	**4.094,96**
DESPESAS CORRENTES	2.000,00	9.000,00	0,00	4.094,96	4.905,04	0,00	4.094,96	4.905,04	4.094,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.000,00	9.000,00	0,00	4.094,96	4.905,04	0,00	4.094,96	4.905,04	4.094,96
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 4.529.893,97

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	6.714.570,00	6.714.570,00	1.950.754,91	2.648.743,27
Receita de Contribuições dos Segurados	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Civil	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Civil	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Ativo	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.678.000,00	2.678.000,00	1.910.438,85	1.395.154,46
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.678.000,00	2.678.000,00	1.910.438,85	1.395.154,46
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	28.225,12	37.047,77
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	28.225,12	37.047,77
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.950.754,91**	**2.648.743,27**

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	895.070,00	895.070,00	214.038,54	1.903.353,70	160.029,68	1.804.589,24
Despesas Correntes	886.830,00	886.830,00	213.360,55	1.903.070,81	159.351,69	1.804.306,35
Despesas de Capital	8.240,00	8.240,00	677,99	282,89	677,99	282,89
PREVIDÊNCIA (VI)	2.575.000,00	2.575.000,00	2.423.091,39	477.259,91	2.423.091,39	477.259,91
Benefícios - Civil	2.575.000,00	2.575.000,00	530.057,27	477.259,91	530.057,27	477.259,91
Aposentadorias	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	575.000,00	575.000,00	235.559,66	201.363,58	235.559,66	201.363,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	294.497,61	275.896,33	294.497,61	275.896,33
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	1.893.034,12	0,00	1.893.034,12	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	1.893.034,12	0,00	1.893.034,12	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	**3.470.070,00**	**3.470.070,00**	**2.637.129,93**	**2.380.613,61**	**2.583.121,07**	**2.281.849,15**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	**3.244.500,00**	**3.244.500,00**	**(686.375,02)**	**268.129,66**	**(632.366,16)**	**366.894,12**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	3.244.500,00

APORTES DE RECURSOS FARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	264.672,11

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

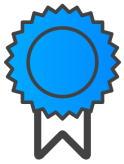
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Investimentos e Aplicações	33.012.506,07	28.557.853,41
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Aug 05 22:32:53 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)